

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Lázaro

O Grande Lagarto:
O Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487 - 1521)

Julho de 2006

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Lázaro

O Grande Lagarto:
O Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487 - 1521)

Tese de Doutoramento em História

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor António Dias Farinha
Professor Jean Aubin †
Professor Doutor José Viriato Capela

Julho de 2006

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

António Manuel Lázaro

À memória de
Jaime Cortesão,
Avelino Teixeira da Mota,
Luís de Albuquerque
e
Jean Aubin

Agradecimentos

Muitas foram as pessoas e instituições que, durante o longo percurso de elaboração desta dissertação, contribuíram, directa ou indirectamente, para a sua realização. Quero agradecer, em primeiro lugar, aos meus orientadores, Professores Doutores António Dias Farinha e José Viriato Capela, pela generosa disponibilidade e acompanhamento que deram ao meu trabalho. O Professor Jean Aubin deu-me também uma preciosa ajuda durante o tempo em que foi meu orientador. Não obstante o envolvimento de tantos outros colegas, amigos e familiares, a quem estou muito grato, quero endereçar ainda um agradecimento especial à Professora Doutora Maria Augusta Lima Cruz, ao Professor Doutor Luís Filipe Thomaz e ao Professor Doutor Salih Özbaran.

Ao Departamento de História e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho sinto-me reconhecido por me terem proporcionado as condições necessárias para levar a bom termo este projecto e à Fundação para a Ciência e Tecnologia e Fundação Calouste Gulbenkian agradeço o apoio financeiro que, em mais do que uma ocasião, me proporcionaram.

Resumo

Esta dissertação, intitulada *O Grande Lagarto: O Mar Vermelho nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico (1487-1521)*, inclui um conjunto de ensaios que versam temáticas conducentes à compreensão daquilo que a aludida área representou no seio da presença portuguesa no Oceano Índico, nos primórdios do século XVI.

Em primeiro lugar, tomando como ponto de partida aquilo que as fontes quinhentistas dizem sobre a viagem de Diogo Dias, tida como a primeira a alcançar as margens do Mar Vermelho, trataremos de nos debruçar sobre as representações do Mar Vermelho, no plano da cartografia e do discurso, identificando não só as permanências como as mutações decorrentes do seu descobrimento.

O segundo, tratando daquilo que foram as intenções, práticas e projectos promovidos pela Coroa Portuguesa em torno nesse espaço, incide sobre as iniciativas que decorreram entre a viagem de Vicente Sodré e a expedição de Diogo Lopes de Sequeira. Este percurso leva-nos a concluir que a identidade e relevância do Mar Vermelho, na perspectiva da Coroa Portuguesa, se diluía num espaço mais vasto, um espaço que incluía não apenas o Oceano Índico mas também o Mediterrâneo.

Na senda do anterior, procedeu-se a uma tentativa de reconstituição dos caminhos tomados por uma carta de um capitão turco enviada a um grão mestre da ordem de São João de Jerusalém, a qual chegou a Portugal, pretexto para identificar os canais de circulação e os recursos de informação utilizados pela Coroa Portuguesa e para aferir do modo como a mesma, no início do século XVI, articulava e pensava o Império. Concluindo que, a

Coroa Portuguesa não só não compartimentava os seus interesses como pensava e actuava à escala planetária.

Estes capítulos são precedidos por um texto que se debruça sobre os mais antigos testemunhos da utilização da linguagem criptográfica em Portugal e, ao fazê-lo, pretende inferir de que forma a Coroa Portuguesa manipulava o segredo. Contrariando a tese da *política de sigilo nos Descobrimentos*, de Jaime Cortesão, entendida por este autor como um problema de método, específico da história dos Descobrimentos, este capítulo introdutório pretendeu, no fundo, elucidar o verdadeiro significado das fontes disponíveis e o modo como estas podem ser usadas para construir a história dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa.

Abstract

As the title suggests, *The Great Lizard: The Red Sea in the early beginnings of the Portuguese presence in the Indian Ocean (1487-1521)* comprises a set of essays on issues that lead to the understanding of the role this region played within the Portuguese presence in the Indian Ocean, at the opening of the sixteenth century.

Taking as a starting point the information in the sixteenth-century sources on the journey of Diogo Dias, supposedly the first Portuguese explorer who reached the Red Sea, this dissertation will deal with its representations at the level of discourse and in the cartography, and tries to identify the changes occurred in the way the Red Sea was perceived in the transition between the fifteenth and the sixteenth century.

Chapter II looks at the intensions, actions and projects undertaken by the Portuguese Crown in this region and analysis the meaning of a set of expeditions carried out between the journey of Vicente Sodré and that of Diogo Lopes de Sequeira. In doing this, we are led to conclude that the identity and relevance of the Red Sea can only be grasped within a wider setting, which includes not only the Indian Ocean but also the Mediterranean Sea.

Following up the previous chapter, an attempt is made at reconstructing the itinerary of a letter sent by a Turkish Captain to a Grandmaster of the Order of Saint John of Jerusalem, which reached Portugal, in order to identify the circulation and information sources used by the Crown and understand the way in which the latter conceptualized the Empire at the beginning of the sixteenth century.

An essay that analyses the oldest documents known in Portugal using encrypted language precedes the above chapters. This

introductory essay aims at elucidating the way in which the Portuguese Crown manipulated information and secrecy. Standing in opposition to Jaime Cortesão's argument on the politics of secrecy in the Age of the Discoveries, which the author takes to be mainly a methodological issue, we hope to enlighten the true meaning of the available sources and the way in which they can be used to reconstruct the Portuguese History.

Índice

Prólogo.....1

Introdução: Do sigilo 5

A criptografia histórica em Portugal.....5

Uma carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel.....13

Mais um fragmento de uma outra carta.....29

Algumas considerações sobre a correspondência de

D. Diogo Lobo *escrita a ElRei em cifra*.....39

Da *política de sigilo nos Descobrimentos*.....56

I. Imagens, mitos e equívocos: Diogo Dias e a sua viagem ou ...

uma história *que tem muito que contar*.....75

O capitão-general : Pêro Dias ou Diogo Dias?.....77

A viagem de Diogo Dias na historiografia.....98

A viagem: de Lisboa ao *Cabo das Tormentas*.....108

O descobrimento da ilha de São Lourenço.....110

Ao longo da costa oriental africana, em busca de Moçambique....141

Diogo Dias *alla bocca dello stretto della Mecca*.....154

O regresso: *vê se vês terras d'Espanha ou praias de Portugal*.....177

Imagens, mitos e representações.....185

II. Intenções, projectos e práticas:
entre a fé, a honra e a vã cobiça.....223
A armada de João da Nova: *per andare in corso, e fu fin sopra la bocca del Mar Rosso*.....225
O Almirante das Índias no Mar das Índias: *per far pace con chi la volesse e guerra com chi la volesse*.....233
Vicente Sodré: *o primeiro capitão do Mar*.....262
Entre capitães e governadores, aquém e além das Portas do Estreito.....291

III. Informação, império e poder:
Na senda de *novas per via de Levante*.....305
Copia dé la lettera del capitano dé la grande armata turchesca translatata in greco.....306
Entre mais uma viuvez e outro casamento: el-rei de Portugal ao tempo da *lettera*.....324
Algumas notas em torno da *lettera* e do seu significado para a ordem de São João de Jerusalém.....330
Em busca do itinerário da *carta do capitam do turco*.....338
Entre a fé e o império: o lugar do Mediterrâneo Oriental.....350

Conclusão.....367

Fontes e bibliografia.....377

Documentos.....459

¶ Troua sua que mandou a Luys da Silueyra,
que partia de Lixboa ao çerco de Tanjer

¶ Co estes ventos d' agora
perigoso he nauegar,
que se mudam cada ora,
e quem vay de foz em fora
nunca mais poode tornar.
O nauyo pend' à banda,
a rezam nam he houuida,
a vontade tudo manda,
e quem ha-d' andar desanda,
quem tem alma nam tem vyda.

Garcia de Resende, *Cancioneiro Geral*, texto estabelecido, prefaciado e anotado por Álvaro J. da Costa Pimpão e Aida Fernandes Dias, Coimbra, Centro de Estudos Românicos (Instituto de Alta Cultura), 1973, p. 58

Prólogo

Este he aquelle seleberimo Mar que pasarão a pee enxuto con tanta protentoza maravilha os filhos de Israel e tem de comprimento trezentas e oitenta legoas e de largura donde he maior entre sinquoenta e sesenta. Representa todo elle na milhor estimasão dos que o considerão a figura de hum lagarto, cujo corpo he todo o dito mar das portas até Sues remate de todo elle e até onde se vai estreitando, sendo a garganta o estreito das portas e a cabeça tudo o que vai dellas pera fora até os dous cabos de Goardafui e Fartaqui, vindo loguo a ser todo o comprimento deste grande lagarto de quinhentas e trinta.

Padre Jerónimo Lobo, *Itinerário e outros escritos inéditos*, edição crítica pelo Padre M. Gonçalves da Costa, com a colaboração de Charles F. Beckingham e Donald M. Lockhart, s. l., Livraria Civilização-Editora, s. d., p. 264.

Esta dissertação tem como tema central o Mar Vermelho no quadro dos primórdios da expansão portuguesa. Como é sabido, não houve, em qualquer momento da longa presença lusitana no Oceano Índico, uma efectiva e duradoura fixação portuguesa nessa região – mesmo entendendo-a no sentido lato, ou seja, englobando o golfo de Adém –, pelo que este trabalho incide, para além da efectiva presença e acção portuguesas no Mar Vermelho, sobre imagens, representações, intenções e projectos em seu torno. De facto, essa presença, em rigor reduzida a uns escassos anos na ilha de Socotorá e à acção, com uma sustentada continuidade, dirigida à Abissínia – a qual, outrora estendendo-se até às margens do Mar Vermelho, se viu reduzida, nos primórdios da fixação portuguesa no Oceano Índico, a uma condição de interioridade e, portanto, exterior

a este Mar –, não esgota o lugar desta região no seio das preocupações da Coroa Portuguesa e não é inteligível quando retirada desse quadro mais vasto.

Este texto inclui um conjunto de ensaios que versam temáticas conducentes à compreensão daquilo que o Mar Vermelho representou no seio da presença portuguesa no Oceano Índico. São analisadas, em primeiro lugar, as representações no plano da cartografia e do discurso que precedem e acompanham os primórdios da presença portuguesa, nomeadamente comparando a percepção que existia da região nos finais do século XV e aquela que se foi formando durante as primeiras décadas do século XVI. Esta incursão toma como ponto de partida aquilo que as fontes quinhentistas dizem sobre a viagem de Diogo Dias, tida nalgumas delas como a primeira a alcançar as margens do Mar Vermelho.

O segundo capítulo debruça-se sobre aquilo que foram as intenções e acções desenvolvidas nesse espaço, desde as primeiras viagens de exploração, passando pela acções de corso, pela fixação na ilha de Socotorá, pela tentativa de conquista de Adém por Afonso de Albuquerque, pela rocambolesca viagem de Lopo Soares de Albergaria até à viagem de Diogo Lopes de Sequeira. Este percurso leva-nos a concluir que a identidade e relevância do Mar Vermelho para a Coroa Portuguesa se diluía num espaço mais vasto, um espaço que incluía não apenas o Oceano Índico mas também o Mediterrâneo.

Na senda do capítulo anterior, procede-se a uma tentativa de reconstituição dos caminhos tomados por uma carta de um capitão turco enviada a um grão mestre da ordem de São João de Jerusalém, a qual chegou a Portugal, com vista a identificar os canais de circulação e os recursos de informação utilizados pela Coroa Portuguesa. Esta identificação permite-nos uma percepção do

modo como a mesma articulava e pensava o Império, como um todo e em cada uma das suas partes, chamando a atenção para o facto da Coroa não fazer uma leitura compartimentada dos seus interesses, mas sim à escala planetária, no seio da qual o Mediterrâneo Oriental continuava a ocupar um lugar cimeiro.

Estes capítulos são precedidos por um texto que se debruça sobre os mais antigos testemunhos da utilização da linguagem criptográfica em Portugal e, ao fazê-lo, pretende inferir de que forma a Coroa Portuguesa manipulava o segredo. Este texto, contrariando a tese da *política de sigilo nos Descobrimentos*, de Jaime Cortesão, concebida por este autor como um problema de método, específico da história dos Descobrimentos, pretendeu, no fundo, elucidar o verdadeiro significado das fontes disponíveis e o modo como estas podem ser usadas para construir a história da Expansão Portuguesa.

Introdução

Do sigilo

Le décryptement est donc affaire de longue haleine: les tâtonnements et les essais infructueux se succèdent. Mais c'est aussi une tâche passionnante, et l'instant où un mot cède aux efforts du décrypteur, où s'annonce l'écroulement de tout le système destiné à rendre le texte incompréhensible, paie le lecteur de bien des efforts. Il faut d'ailleurs savoir s'assurer au besoin l'aide d'un cryptographe spécialisé. Toutefois, les qualitiés qu' exige la cryptographie, la patience et l'imagination, sont de celles qu'un historien se doit de posséder. Les informations que le chiffreur a cru devoir dissimuler par l'emploi d'une des méthodes que nous avons citées peuvent apporter la solution de problèmes d'histoire diplomatique ou militaire, et cela suffit pour qu'un historien se refuse à s'avouer vaincu d'avance en présence d'un texte chiffré: les écritures secrètes sont un aiguillon pour la curiosité, non un obstacle insurmontable.

Jean Richard, "Cryptographie" in Charles Samaran (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", s.l., Gallimard, 1973, pp. 630-631.

A criptografia histórica em Portugal

Quando nos primórdios do século XIX, por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, foram publicadas as *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, obra na qual João Pedro Ribeiro faz algumas alusões à utilização da linguagem cifrada em Portugal, nada faria prever que hoje, volvidos quase duzentos anos, não só os documentos a que o referido autor faz menção continuariam votados

ao esquecimento como também que a criptografia histórica em Portugal permaneceria como um domínio onde quase tudo está ainda por fazer[1].

Na verdade, ao longo destes últimos dois séculos, contrastando com o interesse suscitado pela criptografia histórica noutros contextos, em Portugal só muito raramente lhe foi dada alguma atenção[2]. Aliás, o reconhecimento desta situação não constitui qualquer novidade. Já outros o apontaram, nomeadamente, no princípio do século XX, Luiz Teixeira de Sampayo e, mais recentemente, Nuno Valdez dos Santos[3]. Efectivamente, até ao momento, os únicos trabalhos produzidos especificamente sobre esta matéria, resumem-se aos que foram realizados por Gastão de Melo de Matos, Delfim de Sousa Correlo e Nuno Valdez dos Santos[4]. O primeiro autor, em dois notáveis artigos, cuida de estudar a linguagem criptográfica usada em Portugal em meados do século

---

1 Cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiasticae Civil de Portugal*, tomo IV, Parte I [e II], Lisboa, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1819, p. 107.

2 Cf., por exemplo, as inúmeras referências bibliográficas fornecidas pelo já clássico trabalho de David Kahn, *The Codebreakers – The Story of Secret Writing*, Nova Iorque, Scribner, 1996 (revisão e actualização da edição de 1967) e a bibliografia apresentada por Juan Carlos Galende Díaz, *Criptografía. Historia de la Escritura Cifrada*, Madrid, Editorial Complutense, 1995, pp. 113-117.

3 Cf. Luiz Teixeira de Sampayo, *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 59 e Nuno Valdez dos Santos, *A Criptografia Histórica*, Lisboa, 1982, p. 18.

4 A estes poucos trabalhos podemos também acrescentar o artigo de Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro intitulado "A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado", in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, edição dirigida por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 601-620.

XVII[5]. O segundo, descreve pormenorizadamente as etapas que percorreu até conseguir decifrar uma carta de D. João IV ao conde da Vidigueira, igualmente datada de meados do século XVII[6]. O último, na única obra que se aproxima de uma síntese sobre o assunto, lança-se em algumas incursões em torno da história da criptografia, dedicando particular atenção ao caso português, e concluindo, a propósito deste, com o estudo de algumas cifras produzidas nos séculos XVII e XVIII[7].

Algumas razões poderão ser apontadas para explicar este fenómeno, refiro-me, mais concretamente, ao incipiente desenvolvimento dos estudos de criptografia histórica em Portugal.

A criptografia em geral, por aquilo a que poderemos chamar "razões de Estado", constitui e sempre constituiu uma matéria sensível sobre a qual, por imposição explícita ou tácita do mesmo ou por incontornável dever patriótico, não conviria escrever. Aliás, talvez não seja por acaso que os poucos trabalhos publicados sobre o assunto, incluindo os de criptografia histórica (à excepção das curiosas incursões protagonizadas por dois docentes do Curso Jurídico de Medicina Legal, em Coimbra[8]), o tenham sido

---

5 Cf. Gastão de Melo de Matos, "Cifras Portuguesas do século XVII", *Arquivo Histórico de Portugal*, IV, 1939-1943, pp. 360-378 e, do mesmo autor, "Cifras Portuguesas do século XVII (2.ª série)", *Arquivo Histórico de Portugal*, V, 1944, pp. 373-395.

6 O trabalho em causa, embora não esteja assinado, por uma nota de rodapé, sabemos tratar-se de uma obra da responsabilidade de Delfim de Sousa Correlo, cf. *Estudo das cartas em cifra de el-rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Niza), embaixador em França*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1970.

7 Cf. Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*.

8 Cf. Fernando de Almeida Ribeiro e Custódio de Almeida Henriques, "A frequência relativa das letras e a criptografia da língua portuguesa", *Archivo de Medicina Legal*, IV, 1931, pp. 420-425, apenas de Fernando de Almeida Ribeiro, "Casos médico-legais – Pontos para exercícios do curso jurídico de Medicina legal de 1924-1925", *Boletim da Faculdade de*

exclusivamente em publicações periódicas como a *Revista Militar*, a *Revista de Artilharia* e os *Anais do Clube Militar Naval* e/ou por oficiais do exército ou de marinha[9]. Este é o caso dos autores referidos anteriormente – Gastão de Melo de Matos, Delfim de Sousa Correlo e Nuno Valdez dos Santos – e, mais recentemente, de Rui B. Correia[10].

Como é evidente, a quase completa inexistência de trabalhos sobre criptografia não só impôs uma clara limitação ao desenvolvimento específico da criptografia histórica do ponto de vista instrumental, como também, não vulgarizando a matéria, manteve a ilusão de que o assunto é obscuro, quase impenetrável, destinado a ser tratado apenas por alguns iluminados munidos de uma paciência sem limites.

Os documentos em cifra constituem algo com o qual os investigadores tropeçam aqui ou ali, quer isto dizer que este tipo de material se encontra disperso, mergulhado em fundos documentais vastíssimos e, de um modo geral, separado das respectivas chaves de cifra. Esta situação, a dispersão da documentação cifrada – que se pode explicar pelo aparecimento tardio na corte portuguesa de um serviço que cuidasse especificamente desta matéria e pelo uso particular que era dado à linguagem criptográfica, nomeadamente, na correspondência diplomática e para fins militares[11] –, resulta em

---

Direito, ano VIII, n.º 71-80, 1923-1925, pp. 415-449 e *"Dois dedos" de Criptografia*, Coimbra, Livraria Académica, s. d..

9 Cf., sobre este assunto, a bibliografia apresentada por Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 50.

10 Cf. Rui B. Correia, "Cifra – A Segurança nas Comunicações", *Anais do Clube Militar Naval*, volume CXXVI, Janeiro a Março de 1996, pp. 11-29.

11 Na verdade, a julgar por aquilo que os autores que se debruçaram sobre esta matéria nos dizem, a criação de um serviço criptográfico em Portugal, comparando com o que podemos observar noutros contextos, é significativamente tardio. Gastão de Melo de Matos

claro prejuízo de qualquer esforço de tratamento sistemático e, sobretudo, de qualquer intenção de exaustividade na prossecução dos estudos de criptografia histórica em Portugal.

Mas, observemos, sem qualquer pretensão de ser exaustivo, o tratamento dado à linguagem criptográfica nas obras cujos autores/editores tiveram que enfrentar documentos dessa natureza.

Um primeiro tipo de abordagem, embora o menos comum, corresponde à adoptada por duas figuras notáveis, nomeadamente por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara ao publicar uma carta de Filipe I a D. Duarte de Meneses, Vice-Rei da Índia (enviada de Madrid a 14 de Março de 1588)[12] e por Possidónio Maria Laranjo Coelho na sua monumental antologia – *Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira*[13]. Cunha Rivara trata de decifrar um

---

publica um pequeno artigo dando notícia do mais antigo texto impresso português no qual consta uma referência à organização de um serviço criptográfico (a obra de D. Francisco Manuel *Aula politica, carta militar*, escrita em 1653, mas publicada apenas em 1730). Não obstante tratar-se de uma notícia sobre o serviço criptográfico do governo espanhol, o autor entende que "não será desarrazoado supor que em Portugal existisse qualquer serviço mais ou menos semelhante", cf. "Mais uma nota sôbre cifras portuguesas do século XVII", *Arquivo Histórico de Portugal*, V, 1944, pp. 423-425. Contudo, a este propósito – infelizmente sem identificar explicitamente a sua fonte – Nuno Valdez dos Santos diz-nos que a criação na corte portuguesa de um "Serviço de Cifra" se deve à iniciativa de Alexandre de Gusmão e que isso aconteceu cerca de 1730, cf. *op. cit.*, p. 45. Como é evidente, nestas circunstâncias, entre uma frágil suposição de Gastão de Melo de Matos e a certeza de alguém que, não o fundamentando como se impõe, conhece profundamente a documentação, inclino-me a pensar que o referido serviço criptográfico nasceu apenas no século XVIII, ou seja, tardiamente. Até então, e desde os tempos mais remotos, esta matéria constituía uma das muitas atribuições do Secretário ou, eventualmente, do Escrivão da Puridade.

12 Cf. *Archivo Portuguez Oriental*, publ. por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, III, Nova Goa, 1861, pp. 144 -147.

13 Cf. *Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Niza) embaixador em França*, publicadas e prefaciadas por Possidónio Maria Laranjo Coelho, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940-1942.

documento, dizendo como procedeu para alcançar esse objectivo e publicando a versão cifrada e a decifrada. Laranjo Coelho publica os documentos cifrados, o texto claro e reconstitui a respectiva chave de cifra. Em qualquer um destes casos os autores – muito embora não pareça ter sido sua intenção dedicarem-se ao estudo da criptografia histórica – manifestam alguma preocupação com a matéria e, em particular, com a utilidade do seu esforço para a posteridade.

Um segundo caso, também pouco comum, encontra expressão nos volumes da responsabilidade de Luiz Augusto Rebello da Silva e José da Silva Mendes Leal do *Corpo Diplomático Portuguez*. Ao cumprirem o seu desígnio, estes autores empreenderam um esforço, por vezes sem sucesso, para decifrar alguns documentos parcialmente cifrados e/ou codificados. Nos casos em que esse objectivo foi alcançado assinalaram em itálico aquilo que decifraram, não fornecendo qualquer indicação sobre o modo como o fizeram ou sobre a dita cifra. Nos casos em que tal não foi possível transcreveram criteriosamente os incompreensíveis caracteres que se encontram no manuscrito[14].

A terceira abordagem, não apenas rara mas também – atrevo-me a dizê-lo – um pouco insólita, corresponde ao que podemos observar na edição dos manuscritos da *Colecção de São Lourenço*, obra da responsabilidade de Elaine Sanceau, realizada com a

---

14 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até os nossos dias*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Siva, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862, pp. 391-397; *op. cit.*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1865, pp. 169-170; *op. cit.*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 372-376, pp. 406-412 e pp. 432-433; *op. cit.*, publ. por José da Silva Mendes Leal, tomo VII, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884, pp. 272-276, pp. 276-278, pp. 305-311 e pp. 413-431.

colaboração de Rosalina da Silva Cunha e de Maria de Lourdes Lalande. Neste caso, quem tratou de publicar os poucos documentos que utilizam linguagem criptográfica decifrou-os e descodificou-os, nada dizendo sobre a referida cifra ou sobre o modo como procedeu para alcançar esse propósito – certamente com o auxílio da chave de cifra e do dicionário de códigos que se encontram no mesmo códice, embora nem sequer lhes faça referência. De facto, a autora, ao dar uma nova arrumação aos documentos dos códices, segundo critérios da sua lavra, torna quase impossível a identificação daqueles que se encontram em linguagem criptográfica. É de referir, de resto, que nesta nova arrumação alguns documentos foram votados ao esquecimento[15].

Por último, mencionemos o tratamento da linguagem criptográfica que se me afigura mais comum, o de autores como António da Silva Rego ao coordenar a edição de *As Gavetas da Torre do Tombo*, de João José Alves Dias ao publicar o precioso *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte* ou de Manuel Lopes de Almeida e Lígia Cruz na *Correspondência Diplomática de Francisco Ferreira Rebelo.* Nestas obras todos se limitam a publicar os documentos tal qual estão, cifrados[16]. A tarefa de decifração parece pois entendida como algo que ultrapassa os objectivos do referido trabalho ou como transcendente, como uma inútil perda de tempo –

---

15 Cf. *Colecção de São Lourenço,* prefácio e notas de Elaine Sanceau, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973, pp. 208-214, pp. 237-240 e pp. 241-242.

16 Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. I, Lisboa, 1960, pp. 324-329 e pp. 710-713; *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática de João José Alves Dias, introd. de A. H. de Oliveira Marques e J. J. Alves Dias, rev. de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 287-295; *Correspondência Diplomática de Francisco Ferreira Rebelo (Londres, 1655-1657)*, edição planeada por Manuel Lopes de Almeida, revisão de Lígia Cruz, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982, p. 32.

o que, a bem dizer, não está longe da verdade, atendendo à dificuldade de, no actual estado de conhecimentos, a levar a bom termo.

Em meu entender, da observação destes casos somos levados a concluir que de um incipiente desenvolvimento dos estudos sobre criptografia histórica decorre não só uma grande dificuldade na manipulação desta linguagem como a percepção da impossibilidade de, em tempo útil, decifrar/descodificar os documentos em causa. A linguagem criptográfica torna-se assim nada mais do que um obstáculo intransponível. Este estado de coisas traduz-se num completo desinteresse pela matéria, o qual, por seu turno, perpetua a dificuldade no acesso à informação que essa linguagem pretende ocultar e – qual ciclo vicioso! – mantém a inibição sobre o desenvolvimento dos estudos de criptografia histórica.

Por tudo o que foi dito, torna-se evidente que a única forma de obstar a esta situação e desenvolver os estudos sobre criptografia histórica passa pela publicação, de forma sistemática, da documentação que a esse domínio diz respeito, libertando-nos dessa perturbadora obsessão que é a de aceder, acima de tudo, à informação que essa linguagem encerra. O objectivo será agora não apenas a apresentação do resultado final, o documento decifrado e/ou descodificado mas, elucidando o percurso até esse objectivo ser alcançado, reconstituir a respectiva chave de cifra e/ou dicionário de códigos, tal como publicar as chaves já identificadas em alguns acervos documentais.

Aliás, foi exactamente com esse propósito, o de contribuir para alterar este estado de coisas, que se entendeu oportuno, num artigo em colaboração com Maria Augusta Lima Cruz, dedicar alguma atenção à linguagem criptográfica utilizada na correspondência

diplomática de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia[17], e agora, a um documento um pouco anterior, uma carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel, cuja referência já é conhecida há quase dois séculos.

Uma carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel

Como afirmei logo no início, João Pedro Ribeiro, num trecho das *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, faz referência à utilização da linguagem cifrada em Portugal e alude explicitamente a um documento – um dos tais que permaneceu esquecido: " No R. Arch. Corp. Chronol. maço 2 da P.I n. 122, aliás 173, se encontra huma carta em data de 20 de Junho 1498, escrita a ElRei em cifra"[18].

Efectivamente, nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 2 encontra-se um documento com o número 122, não 173 como erradamente corrigiu João Pedro Ribeiro, na sua maior parte cifrado. O referido documento, em papel, estende-se por dois fólios, frente e verso, está lavrado numa letra processual muito comum desde meados do século XV, apresenta vestígios de um selo e, tal como aponta o já citado autor, trata-se de uma carta para el-rei D. Manuel, datada de 20 de Junho de 1498. Mais precisamente, como se pode ler na transcrição do texto claro que de seguida apresentarei, trata-se de uma carta de D. Diogo Lobo ao referido Princípe, registada em Lisboa na data indicada.

---

17 Cf. Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, *op. cit.*

18 João Pedro Ribeiro, *op.cit.*, p. 107.

Carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel
Lisboa, 20 de Junho de 1498
A.N./T.T.*, Corpo Cronológico, *Parte I, maço 2, doc. 122
(texto cifrado) [19]

1 ¶ S*enh*or

2 **94hgtL dm4 4L 5b4mt 2mgL2 26**

---

19 Como se compreende, atendendo à natureza singular deste documento e ao uso que a ele se pretendeu dar enquanto objecto de criptanálise e como fonte para o estudo da criptografia histórica, adoptaram-se alguns procedimentos que, afastando-se das práticas dos grandes mestres da paleografia – Avelino de Jesus Costa, Eduardo Borges Nunes e A. H. de Oliveira Marques –, conciliam algumas das suas opções. Desta forma, foram adoptados os seguintes critérios de transcrição:

Conservou-se a disposição do texto, mantendo-se a correspondência, linha a linha, entre a transcrição e o original, introduzindo-se na margem esquerda uma numeração contínua, em itálico, para as linhas de cada um dos fólios. A mudança de fólio foi assinalada com dois traços oblíquos, seguida do número atribuído ao fólio findo, entre parêntesis rectos, seguida novamente por dois traços oblíquos.

Empreendeu-se, no que concerne ao texto cifrado (a que se deu particular destaque através do recurso ao negrito), uma transliteração rigorosa de cada um dos caracteres – letras e números. Procedeu-se, para o efeito, a uma comparação sistemática de e entre cada um deles conducente a reduzir algumas variantes à respectiva forma única actual. Com o intuito de evitar qualquer confusão entre o "l" e o algarismo que com ele se parece, optou-se por registar o primeiro com maiúscula. Por fim, preservou-se o espaçamento entre os caracteres, atendendo à possibilidade destes significarem algo.

No que diz respeito ao texto claro original, conservou-se a ortografia e a pontuação, o uso de maiúsculas, minúsculas, numerais e – por uma questão de coerência em relação ao critério adoptado para o texto cifrado – manteve-se a separação ou junção de palavras, sílabas ou letras, tal como no original, reduzindo-se as intervenções ao desdobramento das abreviaturas, indicando as letras omissas em itálico.

Finalmente, colocou-se entre parêntesis rectos as letras ou números riscados, linhas de pontos proporcionais às lacunas do suporte e em itálico qualquer interpolação da minha responsabilidade. Entre parêntesis angulares ficaram todas as palavras entrelinhadas ou que constam à margem no texto original.

3 **n4a24Lgmnb2 52bn2 L4 h2Lgm 2on4**
4 **2L4o8gb2 b2to82 8m<o>2 5gmL2 dm4**
5 **84 34p dm4 mgL2 26n4a2 L2t32**
6 **9gp 26mgbg 92n2t94 4Ln2 hb4Lg**
7 **4p Lm2 52L2 hgb <8mo2> dm4b462**[h] [*riscado*] **<dm4>9464**
8 **<94m> 46n4m42o4L 3g94 26pgq2bt74**
9 **92L 64atb2L hgb pmtn2L 5mtn4**
10 **6292L dm4 464 9ta dm4 684 p2o**
11 **9gm 92b n2png dm4 L4 mgL2**
12 **26n4a2 92dmt h2bntg / 84 8226**
13 **1moL 9t2L dm4 hgb Lm2 h2bn4 g5**
14 **go94 9265gmnto b4dm4b4go2**
15 **bg6252o dm4 hgtL 8g 9tng 3g94**
16 **4b2 L2og dm4 8g 64t92L4p2o**
17 **92b hgb 25t9294 84 g3tLhg<8g>mtg5**
18 **go 261moL 64n4b29gL** [*borrão*]**4 25gb92**
19 **b2p qm4 o2p 4b2 8g L4m 52Lg h4**
20 **b2 8g 64tq2b4p 2o92bhgb 25t9292**
21 **Lg3b4 82 dm2L 5gmL2 6g1mg**
22 **4on2p gmm4b2p 2o3gL 261mo2L** // [*fol.1*] //

1 [.....] **b2ago4L 84 dm2o9g mtb2p**
2 **464 84 8g h2t dm4 n2p < 34o> b4dm4bt2hg2**
3 **9gp 26 mgbg dm4 o2 bg6252p o2p**
4 **hg9t2p 25232b o292 Lg5gb4b2p L4**
5 **82 L4o8gba t72on4 84 828g L4o8g2**
6 **9mdm4 42h4bn2b2p n2p bt1g 5gp**
7 **2L4o8gb2 b2to82 dm4 462 o2p L23t2**
8 **t2 dm4 7ta4L4 4p 7tp p2o9gm**
9 **582p2b g3tLhg 4g 1mgm4bo29gb**
10 **84261moL 64n4b29gL ot494LhgtL**
11 **94 5gp4b h4b2 m4<b> L4L4bt234p**
12 **p2o92b b4m4b 8g 25ggb9g dm4 L2t**
13 **b2 92 bg6252p82dm26 5gmL2g3tL**
14 **hg 25m9tg dm4 8g dm4 464 5gp**
15 **5m2nbg 9gm ngb4L pmtngL3gL**

16 **gp4L 25gb92b2p dm4 o2p L4t2b2**
17 **a2p p2o926g Lm2 26n4a2 b4m4b**
18 **42Lt 25m9tg g1mgm4bo29gb4g**
19 **5go94 9tL4684 dm4 2dmt6go2p**
20 **ng52 m22464 dm4 dm4pgp**
21 **4nt2o2 dmt6ob4Lhgo94g684 dm4**
22 **4b2 tmLnt52 4dm4 hgb tLog 8g**
23 **72a** [*borrão*] **t2 g dm4 L4 Lg3b4 tLng**
24 **h2Lgm L4bt2 6go1mg h4b24L** // [*fol. 1v.*] //

1 **5b4m4b Lgp4on4 9t1mg** [....] **2mg** [....]
2 **26n4a2 dm4 2on4 462 o2p L4 h2** [....]
3 **b2p 4L41mo9g g dm4 gt4 mt4** [....]
4 **mt 5b4g dm4 2L4o 8gb2 b2to824p**
5 **o4o8mo2 p2o4tb2 o2p L4 hg94b2 p2o**
6 **n4b L41mo9g gL 7gbn4L b4dm4btp**
7 **4ongL dm4 684 72a4p 4L5b4mg**
8 **tLng 2 mgL2 26n4a2 hgb dm4 p4**
9 **p2o9gm dm4 68<4>L5b4m4L4 g dm4**
10 **4p 52L2 92 b2to82 h2L2m2 / 7gt**
11 **25gmL2 2onb4 g5go944g1mgm4**
12 **bo29gb 94 p2o4t2 dm4 5b4g dm4**
13 **L4 o2p 7262b2p 2L4p4682on4L 5g**
14 **mL2L 94m4 mg62 26n4a2 925m**
15 **9tb h4b2 dm4 gL dm4 gL dm4**
16 **2m4L hgb dm4 1mgm4bo4p2t**
17 **mLnt52 2gmL4p 72a4bL4p b4**
18 **54g 94 otp1m4p** // sancho depedro
19 sa ueo oje traz b̂ do braspor o navyo
20 e ele no*m* serem p*er*a trazer maes
21 duarte Rodriguez partyo p*rimeir*o q*ue*ele
22 xx d*ia*s co*m* x̂x̂ djz q*ue* foy a ly*m*par // [*fol. 2*] //

1 [.....] < ylha > do cabo uerde //beyjo asReaes
2 mãos deuosalteza cu javyda e
3 Real estado nosso s*enh*or acrecente po*r*

4 muytos anos / de lixboa a xx de ju

5 nho de 1498 anos.

[*na margem direita*]: quevieram acaragoça

dedom diogo lobo

[*na margem esquerda*]: abjdiasde Julho Recebeo doadiantado j Reaes d

chancelaria do [*?*]

pero nunez

pero caldeira

[*na margem inferior*]: dom diogo lobo [*assinatura*]

[*próximo da margem inferior invertido*]: A elrrey e nosso

[*vestígios do selo do sinete de D. Diogo Lobo*[20]]

Na falta da chave de cifra do documento que acabámos de transcrever, o acesso ao que essa linguagem esconde passa pelo recurso à criptanálise. A criptanálise, ou seja, o conjunto de métodos e técnicas que se utilizam para decifrar uma escrita de sistema desconhecido [21] –, passa pelo conhecimento da diversidade de recursos criptográficos disponíveis e é sustentada, na sua aplicação

---

20 O selo do sinete que consta desta carta, hoje ilegível, foi identificado por Anselmo Braamcamp Freire como sendo de D. Diogo Lobo. Este autor, sobre o referido selo e utilizando precisamente o documento que agora constitui o nosso objecto de estudo, diz o seguinte: " já o 2.º Barão de Alvito usou do escudo dos cinco lobos com a bordadura das oito aspas; e para mais o confirmar direi que numa carta datada de Lisboa a 20 de junho de 1498, e dirigida a D. Manuel por D. Diogo Lobo, que ainda então não tinha succedido na baronia, no sello do sinete vêem-se as referidas armas.", cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra,* Liv. III, Lisboa, 1905, p. 288.

21 É provável que as origens da criptanálise sejam tão antigas quanto as da criptografia, no entanto, a mais antiga obra, entre as que chegaram até aos nossos dias, que dedica alguma atenção à definição dos princípios básicos que suportam esta disciplina, remonta apenas ao século XV e deve-se al-Kalkashandī, cf. David Kahn, *op. cit.*, pp. 95-98 e C. E. Bosworth, "al-Kalkashandī ", in C.E. Bosworth, E. van Donzel, H.A.R. Gibb, W.P. Heinrichs, J.H. Kramers, G. Lecomte, E. Lévi-Provençal, B. Lewis, V. L. Menaje, Ch. Pellat, J. Schacht, *The Encyclopaedia of Islam*, nova ed. em *cd-Rom*, IV, Leiden, E. J. Brill, 2002, p. 509a.

prática, pela identificação da língua em que o texto poderá estar escrito e pelo reconhecimento de algumas das particularidades desta, entre as quais podemos salientar, a frequência relativa de cada uma das letras do alfabeto e o modo e as possibilidades de articulação entre si[22].

No caso concreto do documento que constitui o nosso objecto de análise, foi identificada a língua em que se encontra registado. Podemos presumir com alguma confiança, a partir do texto claro, que se trata de um documento em língua portuguesa. Tratando-se então de o decifrar – e concluída a transcrição – impôs-se a necessidade de proceder a uma observação atenta do texto cifrado e a uma quantificação da diversidade de caracteres e da sua frequência, em termos absolutos e relativos. É exactamente o resultado de uma análise quantitativa daquilo que nos é dado observar no texto cifrado que seguidamente se apresenta (Quadro 1).

Quadro 1

Frequência de letras e números no texto cifrado (total:1502)

1)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
2)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	a	b	d	g	h	L	m	n	o	p	q	t
3)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	a	b	d	g	h	L	m	n	o	p	q	t
4)	15	225	15	220	43	47	10	41	62	16	103	48	149	32	110	125	44	72	63	3	69
5)	18°	1°	18°	2°	14°	12°	19°	15°	10°	17°	5°	11°	3°	16°	6°	4°	13°	7°	9°	20°	8°

22 Entre os numerosos textos que se debruçam sobre a criptanálise e os seus princípios gerais *vide*, por exemplo, Mario Zanotti, *Crittografia: Le Scritture Segrete*, Milão, Ulrico Hoepli, 1928, pp. 84-121.

Legenda:

1) Número de ordem

2) Letras ou números, tal como surgem na sua forma dominante no original

3) Letras ou números adoptados na transcrição como correspondentes aos anteriores

4) Número de ocurrências de cada letra ou número

5) Posição relativa de cada letra ou número

De facto, muito para além do que seria previsível, a observação do texto cifrado e este exercício de quantificação possibilitaram de imediato a identificação, com uma reduzida margem para dúvidas, do tipo de linguagem criptográfica utilizada. De facto, da observação atenta do texto, afastou-se, em primeiro lugar, a possibilidade de se tratar de uma cifra de transposição[23]. Seguidamente, atendendo a que é possível distinguir exactamente vinte e um caracteres diferentes – entre os quais letras e números de frequência significativamente variável – somos levados a concluir que estamos perante um conjunto de caracteres em que cada um deles representa uma e uma só das letras do alfabeto – a, b, c, d, e, f, g, h, i/j/y, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u/v, x, z –, isto é, que estamos perante uma cifra de substituição monoalfabética simples[24].

Ora bem, decifrar uma cifra de substituição monoalfabética simples não é uma tarefa difícil[25]. Para alcançar esse desígnio, o procedimento é elementar: basta realizar uma análise de frequência dos caracteres no texto cifrado – o que já foi feito (Quadro 1) –, recorrer ao que sabemos sobre a frequência das letras na língua portuguesa – assunto sobre o qual, pouco se fez [26] – e, finalmente,

---

23 Sobre a cifra de transposição *vide* Mario Zanotti, *op. cit.*, pp. 22-32.

24 Sobre este assunto *vide* Mario Zanotti, *op. cit.*, pp. 35-36.

25 Cf. *ibidem*.

26 Contrastando com aquilo que podemos observar para outras línguas – refira-se, a título de exemplo, os estudos feitos para a italiana, a francesa, a inglesa, a alemã, a servo-croata e a espanhola, cf. Mario Zanotti, *op. cit.*, pp. 89-106 e Juan Carlos Galende Díaz, *op. cit.*, pp. 16-20 –, muito pouco se fez em relação à língua portuguesa. O único trabalho – que eu

levar a efeito de forma metódica, a busca e substituição de cada um dos caracteres cifrados pelas diversas hipóteses de resolução até o texto adquirir inteligibilidade.

Como disse, o procedimento para resolver este tipo de cifra é elementar. Contudo, neste caso, uma dificuldade se apresentava: a falta de informação sobre a frequência das letras na língua portuguesa, mais precisamente, em finais do século XV. Para ultrapassar tal obstáculo foi necessário, em primeiro lugar – e não obstante tratar-se de um universo muito reduzido e por isso pouco expressivo –, proceder a uma análise da frequência das letras no pequeno pedaço de texto claro que se encontra no fim deste documento. É justamente o resultado dessa observação que podemos ver no quadro que apresentaremos de seguida (Quadro 2).

---

saiba – publicado sobre a frequência relativa das letras na língua portuguesa, já referido anteriormente, deve-se a Fernando de Almeida Ribeiro e Custódio de Almeida Henriques. Estes autores, para além de terem dedicado uma atenção particular a este assunto – debruçando-se sobre um universo de " trinta grupos de mil letras de diferentes trechos de diversos autores, com a ortografia ulterior à reforma de 1911", cujos resultados apresentam de uma forma muito clara, cf. Fernando de Almeida Ribeiro e Custódio de Almeida Henriques, "A frequência relativa das letras e a criptografia da língua portuguesa", *Archivo de Medicina Legal*, IV, 1931, pp. 420-425 – também dão conta das conclusões a que chegou António Maria Artur Pinto Ribeiro. Este médico, enquanto estudante finalista, pensou em fazer uma dissertação de licenciatura sobre criptografia (o que infelizmente não concretizou) –, onde tratava de um universo semelhante em termos numéricos, mas cobrindo o período anterior e posterior à reforma ortográfica de 1911, cf. *op. cit.*, pp.422-424.

Quadro 2

Frequência de letras no texto claro [total: 323+*58 (letras abreviadas)*]

1)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
2)																					
3)	a	b	c	d	e	f	g	h	i/j/y	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u/v	x	z
4)	41	8	10	28	39	1	2	5	20	12	5	12	47	9	3	26	20	9	13	7	6
5)	*4*	*1*	*2*	*0*	*15*	*0*	*2*	*2*	*9*	*1*	*6*	*3*	*2*	*0*	*0*	*6*	*2*	*0*	*3*	*0*	*0*
6)	2°	11°	9°	4°	3°	17°	16°	14°	6°	8°	14°	8°	1°	10°	15°	5°	6°	10°	7°	12°	13°
7)	3°	13°	11°	6°	1°	18°	16°	14°	5°	10°	12°	9°	2°	13°	17°	4°	7°	13°	8°	14°	15°

Legenda:

1) Número de ordem

2) Letras, tal como surgem na sua forma dominante no original

3) Letras adoptadas na transcrição como correspondentes às anteriores

4) Número de ocurrências de cada letra

5) Número de ocorrências de letras abreviadas

6) Posição relativa de cada letra, excluindo as letras abreviadas

7) Posição relativa de cada letra, incluindo as letras abreviadas

Considerando que a amostra recolhida era pouco expressiva do ponto de vista quantitativo e na falta de informação sobre a frequência das letras na língua portuguesa para o período referido, entendeu-se ainda como razoável recorrer aos elementos fornecidos por Fernando de Almeida Ribeiro e Custódio de Almeida Henriques sobre a frequência relativa das letras na língua portuguesa[27]. Como é evidente, ao utilizar os elementos fornecidos por estes autores para uma análise comparativa foi necessário ter sempre presente o facto de estarmos, por um lado, a manipular realidades distintas (a língua portuguesa no século XV e no século XX), por outro, a comparar uma amostragem muito limitada com outras relevantes do ponto de vista quantitativo. No entanto, apesar das limitações de tal análise, achou-se por bem levá-la a efeito não só pelas razões já

27 Cf. *op. cit.*, pp. 420-425.

aduzidas como também por se antecipar – como se poderá observar no quadro seguinte (Quadro 3) – que desta poderia ser possível extrair a confirmação do que se havia observado na referida amostra. Ao empreender esta análise comparativa, acrescente-se ainda, foi necessário proceder a algumas alterações, compreensíveis pela sua natureza. Assim, juntaram-se os valores referentes às letras "u" e "v", tal como os de "i", "j" e "y" e eliminou-se o "k".

Quadro 3

Tabela comparativa da frequência relativa de letras

N.º ordem (decrescente)	Texto claro*	Fernando Ribeiro e Custódio Henriques**	António Ribeiro (posterior a 1911)***	António Ribeiro (anterior a 1911)****
1º	e (54)	a (140)	a (138)	a (143)
2º	o (49)	e (135)	e (126)	e (123)
3º	a(45)	o (110)	o (108)	o (105)
4º	r (32)	s (88)	s (86)	s (75)
5º	i/j/y (29)	i/j/y (72)	r (68)	r (68)
6º	d (28)	r (69)	i/j/y (64)	i/j/y (66)
7º	s (22)	u/v (59)	u/v (60)	d (56)
8º	u/v (16)	d (52)	d (53)	u/v (55)
9º	n (15)	m (48)	n (52)	n (52)
10º	l (13)	n (47)	m (46)	m (50)
11º	c (12)	t (45)	t (45)	t (42)
12º	m (11)	c (40)	c (38)	c (40)
13º	p/t/b (9)	p (25)	l (28)	l (31)
14º	x/h (7)	l (20)	p (25)	p (27)
15º	z(6)	g (11)	g (14)	h (14)
16º	g (4)	q (10)	q (12)	g/q (12)
17º	q (3)	f/h (8)	f/h (11)	b/f (11)
18º	f (1)	b (7)	b (9)	z (5)
19º		x/z (3)	z (4)	x (2)
20º			x (2)	
21º				

Nota: Os valores indicados entre parêntesis correspondem, no caso do texto claro aos valores absolutos, em todos os restantes a permilagem, tendo os autores arredondado os referidos números, cf. *op. cit.*, p. 421.

* Os valores apresentados incluem as letras abreviadas, cf. Quadro 2.

** Cf. *op. cit.*, p. 421.

*** Cf. *op. cit.*, p. 422.

****Cf. *op. cit.*, p. 425.

Efectivamente, tal como já imaginava, as discrepâncias são notáveis se olharmos para cada caso isoladamente, mas deixam de o ser se cuidarmos de os agrupar em categorias, mais concretamente se distinguirmos as letras de elevada frequência relativa, das de muito reduzida, constituindo ainda dois grupos intermédios. Assim sendo, é possível distinguir um primeiro grupo, composto por "a", "e" e "o", as letras de elevada frequência relativa; um segundo, formado por "d", "i/j/y", "r", "s" e "u/v"; um terceiro, por "b", "c", "l", "m", "n", "p" e "t"; e, finalmente, um último, pelas letras "f", "g", "h", "q", "x" e "z".

Feito isto, restava apenas adoptar o procedimento referido anteriormente, a busca e substituição dos caracteres cifrados de frequência relativa diversa, designadamente, os de mais elevada e os de mais reduzida, pelas letras de frequência correspondente. Como é óbvio, tratando-se de uma carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel, este exercício passou também por seleccionar alguma expressão que, incluindo letras dos diferentes grupos, previsivelmente aí estivesse, como seria o caso de "uosa alteza". De facto, ao fim de alguns ensaios, foi possível decifrar o texto na sua totalidade e, em simultâneo, reconstituir a respectiva chave de cifra.

Uma vez decifrado o documento, e entendendo-se que faria algum sentido disponibilizar este texto numa forma dirigida para

aqueles a quem interessa exclusivamente o seu conteúdo, procedeu-se à fixação de uma versão vagamente actualizada. Consta de seguida a reconstituição da chave de cifra (Quadro 4), o texto decifrado e uma versão modernizada.

Quadro 4

Reconstituição da chave de cifra

Nº	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Alfabeto claro	a	b	c/ç	d	e	f	g	h	i/j/y	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u/v	x	z
Alfabeto da cifra (original)	2	3	5	9	4	7	1	8	t	6	p	o	g	h	d	b	L	n	m	q	a
Alfabeto da cifra (transcrição)	2	3	5	9	4	7	1	8	t	6	p	o	g	h	d	b	L	n	m	q	a

Nota: Como referi anteriormente, para evitar qualquer confusão entre a letra "l" e o algarismo que com ela se parece, optou-se na transcrição por registá-la em maiúscula.

Carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel

Lisboa, 20 de Junho de 1498

A.N./T.T.*, Corpo Cronológico, *Parte I, maço 2, doc. 122

(texto decifrado)[28]

28 Os critérios adoptados para a fixação deste texto seguem, na generalidade – até para facilitar uma leitura comparada – aqueles que foram definidos para a transcrição do texto cifrado. Em rigor, apenas duas alterações foram introduzidas, designadamente, a ausência de negrito numa ou outra letra do texto cifrado, indicando que afinal algumas letras não estavam cifradas, e o recurso ao [*sic*], que assinala erro manifesto ou repetição de palavras ou letras.

¶ S*enh*or

depois que es creui auosa al
tezaesoutra carta se pasou ante
asenhora rainha hu<n>a cousa que
he bem que uosa alteza saiba
dom aluoro dataide esta preso
em sua casa por <huna> querela[m][*riscado*] <que> dele
<deu> elteueanes [*sic*] **bode almoxarife**
das leziras por muitas cuite
ladas que ele diz que lhe man
dou dar tamto que se uosa
alteza daqui partio / he haal
guns dias que por sua parte oc
onde dalcoutin requereona
rolaçan que pois ho dito bode
era sano que ho leidaseman [*sic*]
dar por acidade he obispo<ho>uioc
on alguns leterados [*borrão*]**e acorda**
ram que **nam era ho seu caso pe**
ra ho leixarem andarpor acidada [*sic*]
sobre ha qual cousa loguo
entam ouueram ambos algunas // [*fol. 1*] //

[.....] **razones he quando uiram**
ele he ho pai que tam <ben> requeriapoa [*sic*]
dom al uoro que na rolaçam nam
podiam acabar nada socoreram se
ha senhora ifante he haho senhoa [*sic*]
duque eapertaram tam rigo com
asenhora rainha que ela nam sabia
ia que fizese em fim mandou
chamar obispo eo guouernador
healguns leterados o**iedespois**
de comer pera ue<r> seseriabem
mandar reuer ho acoordo que sai

13 **ra da rolaçamhaqual cousaobis**
14 **po acudio que ho que ele com**
15 **cuatro dou tores muitosbos**
16 **omes acordaram que nam seiara**
17 **zam mandalo sua alteza reuer**
18 **easi acudio oguouernadoreo**
19 **conde diselhe que aquilonam**
20 **toca uaaele que quemom**
21 **etiana quiloresponde olhe que**
22 **era iustiça eque por isno** [*sic*] **ho**
23 **faz** [*borrão*] **ia o que se sobre isto**
24 **pasou seria longuo peraes** // [*fol. 1v.*] //

1 **creuer somente diguo** [....] **auo**[....]
2 **alteza que ante ela nam se pa** [....]
3 **ram esegundo o que oie uie** [....]
4 **ui creo que asen hora rainhaem**
5 **nenhun amaneira nam se podera man**
6 **ter segundo os fortes requerim**
7 **entos que lhe fazem escreuo**
8 **isto a uosa alteza por que me**
9 **mandou que lh<e>screuese o que**
10 **em casa da rainha pasaua / foi**
11 **acousa antre ocondeeoguoue**
12 **rnador de maneia** [*sic*] **que creo que**
13 **se nam falaram asemelhantes co**
14 **usas deue uola** [*sic*] **alteza dacu**
15 **dir pera que os que os que** [*sic*]
16 **aues por que guouernemai**
17 **ustiça aousem fazersem re**
18 **ceo de nimguem** // sancho depedro
19 sa ueo oje traz b̃ do braspor o navyo
20 e ele nom serem pera trazer maes
21 duarte Rodriguez partyo primeiro queele
22 xx dias com x̃x djz que foy a lympar // [*fol. 2*] //

1 [.....] < ylha > do cabo uerde //beyjo asReaes
2 mãos deuosalteza cu javyda e
3 Real estado nosso s*enh*or acrecente po*r*
4 muytos an*os* / de lixboa a xx de ju
5 nho de 1498 an*os*.

[*na margem direita*]: q*ue*viera*m* acaragoça [*sic*]
dedo*m* d*iog*o lobo
[*na margem esquerda*]: abjd*ias*de Julho R*ecebe*o doadiantado j R*eae*s d
[*sic*]
ch*ancelari*a do [*?*]
p*er*o nunez
p*er*o cald*ei*ra
[*na margem inferior*]: do*m* d*iog*o lobo [*assinatura*]
[*próximo da margem inferior invertido*]: A el rrey e nosso
[*vestígios do selo do sinete de D. Diogo Lobo*]

Carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel
Lisboa, 20 de Junho de 1498
A.N./T.T.*, Corpo Cronológico, *Parte I, maço 2, doc. 122
(texto modernizado)[29]

---

29 Atendendo à possibilidade deste documento poder suscitar a atenção de alguém estritamente interessado no seu conteúdo e considerando que para esses utilizadores a compreensão do referido documento, tal como se apresenta na sua forma decifrada, surge manifestamente perturbada por critérios de fixação profundamente conservadores – recorde-se que a definição destes critérios, no que diz respeito ao texto decifrado, foi determinada por aqueles que foram adoptados para o texto cifrado –, entendeu-se que seria razoável apresentar o mesmo documento procedendo a algumas actualizações. Nestas circunstâncias, realizou-se a fixação do texto adoptando os seguintes critérios:
Apresentação do texto em linha contínua, mantendo-se, tal como antes, a indicação de mudança de fólio.
Respeito pela ortografia e pontuação do original, com as seguintes alterações: abertura de alguns parágrafos; desenvolvimento das abreviaturas, deixando de indicar as letras omissas; regularização do uso de maiúsculas e minúsculas de acordo com a norma actual; separação e junção de palavras, sílabas e letras, de acordo com a ortografia actual;

¶ Senhor

Depois que escrevi a Vosa Alteza esoutra carta se pasou ante a Senhora Rainha huna cousa que he bem que Vosa Alteza saiba.

Dom Alvoro d'Ataide esta preso em sua casa por huna querela que dele deu E[*s*]teve Anes Bode almoxarife das Leziras por muitas cuiteladas que ele diz que lhe mandou dar tanto que se Vosa Alteza daqui partio / he ha alguns dias que por sua parte o conde d'Alcoutim requereo na Rolaçam que pois ho dito Bode era sano que ho lei[*x*]asem andar por a cidade he o Bispo ho vio con alguns leterados e acordaram que **nam era ho seu caso pera ho leixarem andar por a cidad[*e*] sobre ha qual cousa loguo entam ouveram ambos algunas** // [*fol.1*] // [.....] **razones he quando viram ele he ho pai que tambem requeria po[*r*] Dom Alvoro que na Rolaçam nam podiam acabar nada socoreram-se ha Senhora Ifante he haho Senho[*r*] Duque e apertaram tam rijo com a Senhora Rainha que ela nam sabia ja que fizese em fim mandou chamar o Bispo e o Guovernador he alguns leterados** oje **despois de comer pera ver se seria bem mandar rever ho acordo que saira da Rolaçam ha qual cousa o Bispo acudio que ho que ele com cuatro doutores muitos bos omes acordaram que nam seja razam manda-lo Sua Alteza rever e asi acudio o Guovernador e o Conde dise-lhe que aquilo nam tocava a ele que mo metia naquilo respondeo-lhe que era justiça e que por is[*s*]o ho fazia o que se sobre isto pasou seria longuo pera es** // [*fol.1v.*] // **crever somente diguo** [....] **a Vo[*sa*] Alteza que ante ela nam seram e segundo o que oje vi e** [....] **vi creo que a Senhora Rainha em nenhuna maneira nam se**

---

substituição do "u" e do "i" com valor consonântico por "v" e "j", tal como do "g" por "j" quando com o valor desta última; regularização do uso de "m" e "n", conforme a ortografia actual; eliminação das letras duplas no início das palavras, mantendo-se no meio e no final; e, por fim, introdução do apóstrofo e do hífen nas situações que o sugerem.

Finalmente, manteve-se o uso de linhas de pontos, entre parêntesis rectos, proporcionais a qualquer lacuna do suporte; manteve-se, de igual modo, o recurso ao negrito para delimitar o trecho cifrado; eliminou-se toda e qualquer repetição de letras ou palavras, assinaladas antes com [*sic*]; por último, em alguns casos, corrigiram-se erros manifestos, substituindo letras ou inserindo-as, exprimindo essas intervenções através do recurso ao itálico, entre parêntesis rectos.

podera manter segundo os fortes requerimentos que lhe fazem escrevo isto a Vosa Alteza porque me mandou que lhe screvese o que em Casa da Rainha pasava / foi a cousa antre o Conde e o Guovernador de manei[*r*]a que creo que se nam falaram a semelhantes cousas deve Vo[*s*]a Alteza d'acudir pera que os que aves por que guovernem a justiça a ousem fazer sem receo de ninguem //

Sancho de Pedrosa veo oje traz b̃ dobras por o navyo e ele nom serem pera trazer maes Duarte Rodriguez partyo primeiro que ele xx dias com x̃x̃ djz que foy a lympar // [*fol. 2*] // [.....] ylha do Cabo Verde // beyjo as Reaes mãos de Vos'Alteza cuja vyda e Real estado Nosso Senhor acrecente por muytos anos / de Lixboa a xx de Junho de 1498 anos.

[*na margem direita*]: que vieram a [*Ç*]aragoça
de Dom Diogo Lobo
[*na margem esquerda*]: a bj dias de Julho recebeo do adiantado j̃ reaes d[*a*]
chancelaria do [*?*]
Pero Nunez
Pero Caldeira
[*na margem inferior*]: Dom Diogo Lobo [*assinatura*]
[*próximo da margem inferior invertido*]: A el Rey e nosso
[*vestígios do selo do sinete de D. Diogo Lobo*]

Mais um fragmento de uma outra carta

Algum tempo depois de ter decifrado a carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel –, deparei, por puro acaso, ao percorrer nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo a documentação dos *Fragmentos*, com um documento que, à primeira vista, parecia exibir a mesma linguagem criptográfica. O referido documento, em mau estado, estendendo-se por apenas um fólio, frente e verso, em papel com dimensões ligeiramente superiores às do documento anterior, ostenta a mesma marca-de-água. Apresenta-se na sua maior parte

cifrado, com excepção de algumas palavras no início e no fim, não está assinado nem datado e foi lavrado na mesma letra, embora esta parece ser de outra mão[30].

Efectivamente, tal como poderemos observar de seguida, aplicando a este documento a chave de cifra antes reconstituída ele torna-se imediatamente inteligível, confirmando-se o uso da mesma linguagem criptográfica da já referida carta de D. Diogo Lobo. A celeridade e simplicidade deste processo de decifração – que contava já com uma precedente identificação da respectiva linguagem criptográfica – torna evidente aquilo que venho afirmando, a saber, que uma eficaz manipulação desta linguagem depende em larga medida da existência de estudos sobre criptografia histórica.

O mero facto deste novo documento utilizar a mesma linguagem criptográfica da anterior carta – não obstante não estar assinado, endereçado, nem datado – levava desde logo a suspeitar que poderia tratar-se de um fragmento de uma carta não só da mesma época da epístola anterior como, eventualmente, de D. Diogo Lobo a D. Manuel. Efectivamente, tal como poderemos observar de seguida, sem qualquer pretensão de ser exaustivo, uma leitura atenta deste documento permitiu reunir alguns indícios que, no seu conjunto, em meu entender, não apenas sustentam de uma forma clara tal conjectura como suportam o reconhecimento do local e data em que foi lavrado.

---

30 A identificação deste fragmento como sendo de uma outra mão, diferente daquela que registou a carta anterior, resulta do reconhecimento de pequenas diferenças na forma dominante de algumas letras, nomeadamente, do "a", "b", "d","g", "h" "l", "m", "n", "p" e "t". A isto poderemos ainda acrescentar uma interessante dissemelhança, quem lavrou o fragmento usou e abusou, contrastando com a total ausência no anterior, daquilo que, pouco depois, se verificou tratarem-se de sinais de abreviatura.

Sem mais delongas, que nos diz esta carta nas entrelinhas sobre onde e quando foi escrita, quem a escreveu e a quem se dirige?

Ao referir-se a um incidente envolvendo vários homens armados e dois oficiais de justiça, o "alcaide" e o "coregedor", ocorrido justamente nas proximidades dos "Paços da Rainha", o seu autor, logo à partida, induz-nos a pensar que estes acontecimentos ocorreram em Lisboa[31]. Para além disto, o texto faz menção a um bispo de Lamego que "desembargaria milhor" não fora passar todas

---

31 A propósito desta ocurrência, para além da alusão ao "alcaide" e ao "coregedor", o texto menciona explicitamente três indivíduos, Diogo de Sepúlveda, Alonso Henriques e Sancho de Toar. A identificação explícita de cada um deles, a alusão a que dois destes, durante o incidente, estavam acompanhados de "homens armados" e o facto de a um deles ter sido tomada "a menagem", não deixam margem para dúvidas que os indivíduos em causa são fidalgos. Mais ainda, são fidalgos de fama reconhecida. O último, Sancho de Toar – ou de Tovar –, não obstante nada se saber sobre o seu envolvimento em qualquer incidente desta natureza ou sobre a sua eventual passagem por algum lugar de Além, não pode ser outro senão aquele que se notabilizou como um dos capitães da armada de Cabral e, mais tarde, como capitão de Sofala, *vide* Andreia Martins de Carvalho, "Sancho de Tovar o fidalgo 'castelhano'" in João Paulo de Oliveira e Costa (dir.), *Descobridores do Brasil-Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 73-89. Em relação aos restantes, a notável coincidência dos seus nomes diz-me que se tratam de Diogo de Sepúlveda de Gusmão e, seu filho, Alonso Henriques de Gusmão, respectivamente filho e neto de Martim de Sepúlveda, o fidalgo castelhano que, ao tempo da guerra com os *Reis Católicos*, entregou ao príncipe D. João o castelo de Noudar e que este aposentou em Évora, cf. Cristovão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, vol. II, Braga, edição de Carvalhos de Basto, 1997, p. 108. Apesar de nada mais saber sobre este incidente para além daquilo que o texto sugere (na Chancelaria de D. Manuel nada consta sobre o assunto) parece-me particularmente interessante, a confirmar-se uma identificação correcta destes dois últimos, que o incidente em causa tenha envolvido precisamente três fidalgos de origem castelhana. Do mesmo modo, também me parece interessante a coincidência de, alguns anos mais tarde, um tal Diogo de Sepúlveda ter substituído Sancho de Tovar como capitão de Sofala, cf. Andreia Martins de Carvalho, *op. cit.*, p. 86 e de, uns anos antes, um Alonso Henriques estar presente junto de D. João II no momento da sua morte, cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova edição conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 285.

as tardes no "jogo da pela de Sam Francisco". Não é possível deixar de pensar que este bispo de Lamego seria D. Fernando Coutinho, bispo de Lamego e Regedor da Casa da Suplicação[32] e que este jogo, que o dito Bispo tanto parecia apreciar, se desenrolava nas proximidades do convento de São Francisco da Cidade[33]. Parece-me pois indubitável que o cenário descrito é a capital do Reino. Nestas circunstâncias, descrevendo episódios mais ou menos anedóticos que, com toda a certeza, ocorreram em Lisboa também me parece razoável presumir que esta epístola foi escrita por alguém que aí se encontrava e – atendendo a um conjunto de circunstâncias sobre as quais nos debruçaremos mais à frente – lavrada, muito provavelmente, no mesmo local.

Um pouco mais à frente, noutro trecho, ao afirmar que a "Rainha nom per via de degredo lhes tem mandado que se vam aalem" o autor desta carta parece aludir, de forma nítida, a uma Rainha no exercício do poder. Ora bem, nós sabemos que o exercício de poder por uma Rainha, na menoridade ou na ausência do titular da Coroa, desde os primórdios do século XV até aos finais do século XVI, foi verdadeiramente excepcional, tendo-se esta situação verificado apenas em três ocasiões, respectivamente, em 1438-39 – na menoridade de D. Afonso V –, em 1498 – durante a ausência de D.

---

32 Sobre D. Fernando Coutinho, Regedor da Casa da Suplicação de 1492-93 até pelo menos 1504, bispo de Lamego de 1492 a 1501 e a partir desta data, bispo do Algarve, figura que, para além daquilo que parece ter sido a sua paixão, o jogo da péla, também alimentou outras que, pouco consentâneas com a sua condição de clérigo, o fizeram ganhar notoriedade, *vide* Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, pp. 195-196 e João Baptista da Silva Lopes, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848, pp. 293- 309.

33 Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento (Guia Histórico)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 274.

Manuel nos reinos vizinhos – e finalmente, de 1557 até 1562 – na menoridade de D. Sebastião. É legítimo concluir, portanto – face às alternativas e atendendo aos aspectos externos do documento –, que esta carta foi produzida em 1498, durante a regência de D. Leonor de Lencastre[34]. Aliás, como isto não bastasse, o texto refere-se explicitamente a três indivíduos – Alonso Henriques, Diogo de Sepúlveda e Manuel de Góis[35] – cuja identificação, sustentada pelo iniludível reconhecimento de Sancho de Tovar, não é compatível, do ponto de vista cronológico, com qualquer uma das outras hipóteses. Assim, creio que podemos afirmar, sem qualquer receio, que esta carta foi lavrada durante a regência de D. Leonor, viúva de D. João II, mais concretamente algures entre finais de Março e princípios de Outubro de 1498[36]. E deste modo, diria também, faz todo o sentido

---

34 Sobre a regência de D. Leonor de Aragão *vide* A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 551-554 e sobre a regência de D. Leonor de Lencastre e de D. Catarina, viúva de D. João III, *vide* João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, "A conjuntura", in João José Alves Dias, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, vol. V da *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 716-718 e pp. 740-744.

35 Este Manuel de Góis, sobre o qual o texto pouco diz, considerando o modo natural como se lhe refere e as funções que lhe parece atribuir – capitão de um navio ou de uma armada –, poderá tratar-se de Frei Manuel de Góis, freire cavaleiro da ordem de Cristo e comendador de Puços, cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, "A Ordem de Cristo (1417-1521)", *Militarium Ordinum Analecta*, 6, 2002, p. 423. O mesmo ou um outro pode também ser encontrado alguns anos depois em São Jorge da Mina, cf. *Carta de Manuel de Góis a el-rei D. Manuel*, de 18 de Abril de 1510 e outra, do mesmo ao mesmo, de 2 de Setembro de 1510, respectivamente no *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 8, doc. 116 e maço 9, doc. 61.

36 Estes limites cronológicos correspondem ao período em que D. Manuel esteve ausente do Reino, de 29 de Março até 9 de Outubro de 1498, mais concretamente, a data da sua partida e chegada a Lisboa, cf. João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, pp. 716-717.

que tanto esta carta quanto a de D. Diogo Lobo, essa datada de 20 de Junho de 1498, utilizem exactamente a mesma linguagem criptográfica.

Quem lavrou esta carta não só parece estar bem informado, como se atreve a tecer considerações sobre o Regedor da Casa da Suplicação. Na verdade, escrita na ausência daquele a quem se dirige e ao fornecer informações sobre o que se passava na Corte, parece cumprir aquilo que, na carta anterior, surge como uma tarefa da qual o seu autor havia sido incumbido por D. Manuel: "escrevo isto a Vosa Alteza porque me mandou que lhe screvese o que em Casa da Rainha pasava". O autor desta segunda carta não pode pois ser outro senão D. Diogo Lobo[37]. Esta conclusão elucida-nos também sobre o local onde foi escrita. Na ausência do Rei, D. Diogo Lobo, enquanto Vedor da Fazenda, coadjuvaria naturalmente D. Leonor no exercício da regência. Sabendo que toda a documentação emanada da Regente foi produzida em Lisboa e que uma das missões daquele que virá a ser o 2.º barão de Alvito era informar o

37 D. Diogo Lobo, filho de D. João da Silveira e de D. Maria de Sousa, lídimo representante de uma dinastia que durante tanto tempo exercerá funções de relevância na Corte, casou em primeiras núpcias com D. Joana de Noronha, filha do 2.º conde de Abrantes, e em segundas, algures em 1512 ou 1513, com D. Leonor de Vilhena, irmã do 1.º conde de Sortelha. O 2.º barão de Alvito – assim se intitulará D. Diogo Lobo após a morte de sua mãe nos finais do ano de 1499 –, gozando de grande influência junto de D. Manuel, foi nomeado Vedor da Fazenda por carta de ofício de 23 de Março de 1496 e exercerá estas funções até à sua morte, algures nos finais do ano de 1525, momento em que seu filho, D. Rodrigo Lobo, lhe sucedeu no ofício, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, Liv. II, Lisboa, 1901, pp. 390-392 e pp. 423-425 e Maria Leonor García da Cruz, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 43-45.

Rei do que se passava nos Paços da Rainha, parece razoável assumir que esta carta foi, de facto, escrita em Lisboa[38].

Resumindo, esta carta, da qual chegou até nós apenas um fragmento, que não sabemos se chegou a ser enviada, foi lavrada em Lisboa, algures entre os finais de Março e o início de Outubro de 1498, e é da autoria de D. Diogo Lobo, destinando-se, obviamente, a D. Manuel.

Fragmento de uma carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel [?]
Lisboa, Março-Outubro de 1498 [?]
A.N./T.T.*, Fragmentos, *Caixa 13, maço 10, [n.º 7]
(texto cifrado)[39]

1 co [.....]
2 mjlhor desp [.....]
3 alteza como [.....] **274** [.....]
4 **258gm g2642t 94 26g pLg 2p** [.....] **m4a** [.....]
5 **2bp29g 92b4 9gb9gL h25gL 92** [...] **b<2> 42L** [...]
6 **8m̂ 8gp4̂ 94 9 <g> 94L4 hm6 m492**
7 **4gL hb4p94g 464mgm 2g 5gb41 9gb**
8 **4226g pLg 2pbtd̂a ngpgm 2p4o214p**
9 **[g]** [*riscado*] **8g 8g p4̂ 4Ln2 hb4Lg 42Lt Lgm34̂ h**
10 **g9tng [g]** [*riscado*] **9 < g > 94L4hm6m492 4b2 t 4pgm**
11 **nb2 h2bn4 4L2p58g 94 ng2b 5gp 4664 5gp 4664**
12 **5gp L4tL gmL4n4 8gp4L̂**
13 **2b p2 9gL p2L ôg gL ng hgm g26 42t94 /**
14 **2b<2> ôg h4b mt2 94941b4 9g 6 64L n4p**

38 Sobre a documentação produzida durante a regência de D. Leonor, toda ela em Lisboa, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "A Governação de Portugal durante a Viagem de D. Manuel a Castela e Aragão em 1498", in *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)*, Lisboa, Universitária Editora, 2002, p. 25.

39 Sobre os critérios de transcrição adoptados para o texto cifrado, cf. nota 19.

15 **p2o 929g dL4 m2p 2264p.**
16 **L2p58g 94ng26 [2p]** [*riscado*] **2p92 2dmt n2 m2 pg**
17 **b2 9g 4n2p o2pg b2 9g 92b4 9gb 94Ln4L**
18 **h2 5gL dL4 bt2 3g Lm2 26n4 a2 gp292b**
19 **2264 hgb h og p4 h2b454 d2b<2> 4Ln2**
20 **pmt ng 5g n4 n4 9464 /**
21 **g3tLpg 94 62p41g t2 h4b g7t 5tg ng**
22 **92L 2L n2b 94L 4Ln2 og tg 1g 92h462 94 L2**
23 **7b 2p 5tL 5g 4hg4p pmt 3g 9t o84tbg**
24 **d 4b2 34 4L 5mL29g h462 L4m g7t5tg**
25 **494ot 9294 494L4 32b12 bt2 pt68gb/.**
26 **p2[b]** [*riscado*] **om46 94 1gtL nghgm62 4 64m2p n4**
27 **4p hg 3bt o8g 5g 2o22g 9t 862 nb2**
28 **d 2 d 4L n4m4 45g 4662 L4 2tm**
29 **n2 bg 9m 2L gm nb4L 12644L 4 8m** // [*fol. 1*] //

1 [.....] **4b2**
2 [.....] **4 7t 9ta**
3 [.....] **4tn2 bg 2g**
4 [.....] **g m n** [.....] **29 g a4pngL 5bm**
5 [.....] **4h og h464t2L4 94h 29g**
6 **h2o** [.....] **94 62 9ta4 h 4Ln2 p26 5g** [.....]
7 **n4 n4 hgbh 9g 2L 52b2m462L 92L**
8 **3g 32b 92L 664L h2b4 5t2 g** [**h**] [*riscado*] **d hg**
9 **94 bt2p ng p2b 29t n2 o22g L4 p**
10 **m // t ng h4bt8g** Ysto se Ro*m*pa logo p*e*lo
11 mesmo / e sp*r*eua n*os* nouas dela / // [*fol. 1 v.*] //

Fragmento de uma carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel [?]
Lisboa, Março-Outubro de 1498 [?]
A.N./T.T.*, Fragmentos, *Caixa 13, maço 10, [n.º 7]
(texto decifrado)[40]

1 co [.....]
2 milhor desp [.....]
3 alteza como [.....] **afe** [.....]
4 **achou oaleai de** [*sic*] **alo mso am** [.....]**uez** [.....]
5 **armado dare dordos paços da** [...] **rainha eas** [...]
6 **hum homem de diogo de sepul ueda**
7 **eos premdeo eleuou ao coreg dor** [*sic*]
8 **eaalo mso amriquez tomou amenagem**
9 [o] [*riscado*] **ho ho mem esta preso easi soube per**
10 **odito** [o] [*riscado*] **diogo desepulueda era i emou**
11 **tra parte esamcho de toar com elle com elle** [*sic*]
12 **com seis ousete homens**
13 **ar ma dos mas non os to pou oaleaide** [*sic*] **/**
14 **arainha non per uia dedegre do lles** [*sic*] **tem**
15 **man dado quese uam aalem.**
16 **samcho detoal** [**am**] [*riscado*] **amda aqui tam ua mo**
17 **ra do** [*sic*] **etam namo ra do dare dor destes**
18 **pa ços quese ria bom sua alteza o mandar**
19 **aalem por pessoa nom me parece q**[*sic*]**arainha esta**
20 **mui to con ten te dele /**
21 **obispo de lamego ia per ofi cio to**
22 **das as tar des esta no iogo dapela de sam**
23 **fr am cis co epoem mui bom di nheiro**
24 **que era bem es cusado pela seu oficio**
25 **edeni dade edesem barga ria milhor /.**
26 **ma**[r] [*riscado*] **nuel de gois topoula em leuam te**
27 **em pom bri nho com anaão din hla tra** [*sic*]
28 **que a qui es teue ecom ella se aiun**
29 **ta rom du as ou tres galees e hum** // [*fol. 1*] //

40 Sobre os critérios adoptados para o texto decifrado, cf. nota 28.

1 [.....] **era**
2 [.....] **e*n* fi*m* diz**
3 [.....] **eita ro*m* ao**
4 [.....] **ou t** [.....] **ado zemtos cru**
5 [.....] **e p*ero* no*m* peleiase*m* depe*ssoa* ado** [***?***]
6 **pan** [.....] **de la dize*m* p*er* esta mal co*n*** [.....]
7 **te*n* te porp do** [***?***] **as carauelas das**
8 **bo*m* bar das lles pare cia o** [p] [*riscado*] **q** [*sic*] **po**
9 **de riam to mar a di ta naao se*m* m**
10 **u // i to periho** [*sic*] Ysto se Ro*m*pa logo p*e*lo
11 mesmo / e sp*r*eua n*os* nouas dela / // [*fol.1 v.*] //

Fragmento de uma carta de D. Diogo Lobo a el-rei D. Manuel [?]
Lisboa, Março-Outubro de 1498 [?]
A.N./T.T.*, Fragmentos, *Caixa 13, maço 10, [n.° 7]
(texto modernizado)[41]

co[.....]milhor
desp[..... .....] Alteza como [.....]**a fe[*ira*][.....] achou o al[*c*]aide Alonso An[*riq*]uez** [.....] **armado d aredor dos Paços da Rainha e as** [...] **hum homem de Diogo de Sepulveda e os prendeo e leuou ao coreg[*e*]dor e a Alonso Anriquez tomou a menagem ho homem esta preso e asi soube per o dito Diogo de Sepulveda era i em outra parte e Sancho de Toar com elle com seis ou sete homens armados mas non os topou o al[*c*]aide / a Rainha non per via de degredo l[*h*]es tem mandado que se vam aalem. Sancho de Toal anda aqui tam namorado d aredor destes Paços que seria bom Sua Alteza o mandar aalem por pessoa nom me parece q[*ue*] a Rainha esta muito contente dele /**

41 Sobre os critérios adoptados na versão modernizada, cf. nota 29.

O bispo de Lamego ia per oficio todas as tardes esta no jogo da pela de Sam Francisco e poem mui bom dinheiro que era bem escusado pela seu oficio e denidade e desembargaria milhor /.

Manuel de Gois topou la em Leuamte em Pombrinho com a naão d' In[*g*]lat[*e*]ra que aqui esteue e com ella se ajuntarom duas ou tres galees e hum // [*fol.1*] // [.....] **era** [.....] **enfim diz** [.....] [*d*]**eitarom ao** [.....] **ou t**[.....] **a dozemtos cru**[.....] **e pero nom pelejasem de pessoa ado** [*?*] **pan**[.....] **de la dizem per esta mal contente por p do** [*?*] **as carauelas das bombardas l**[*h*]**es parecia o q**[*ue*] **poderiam tomar a dita naão sem mu // ito peri**[*g*]**o** Ysto se Rompa logo pelo mesmo / e spreua nos nouas dela // [*fol.1 v.*] //

Algumas considerações sobre a correspondência de Diogo Lobo *escrita a ElRei em cifra*

Decifrada "huma carta em data de 20 de Junho 1498, escrita a ElRei em cifra"[42], feitas algumas observações em torno do estado dos estudos sobre criptografia histórica em Portugal e publicado um fragmento de uma outra carta que também usa a mesma cifra, é chegado agora o momento de me debruçar sobre aquilo que estes documentos representam. A este propósito, convirá dizê-lo, não é minha intenção explorar até à exaustão o seu conteúdo, mas privilegiar o significado da utilização da linguagem criptográfica neste caso concreto.

42 João Pedro Ribeiro, *op. cit.*, p. 107.

No seu já clássico estudo intitulado "Information et transmission des nouvelles" [43], Yves Renouard debruça-se atentamente sobre o significado do domínio da informação no plano político, militar e económico e sobre as suas condições de circulação, antes e depois da *l'âge du cheval*. A propósito da relação entre poder, informação e segredo, afirma o seguinte: "L'exclusivité de l'information est soeur du secret. Politique, diplomatique, militaire, économique ou religieuse, la nouvelle n'est utile que si elle demeure secrète. C'est là que le problème posé par sa transmission est le plus délicat. Le secret ne saurait être en effet suffisamment assuré par la fermeture des lettres au moyen de cachets dont le destinataire s'assure qu'ils sont intacts: elles peuvent être interceptées, dérobées ou simplement lues en chemin par des personnes habiles à découper et à replacer les cachets"[44]. E, logo a seguir, conclui: "La défense du secret de l'information consiste à user d'un langage cryptographique, à chiffrer les messages"[45].

Só é pois possível entender a adopção da linguagem criptográfica, em qualquer tipo de correspondência e em qualquer contexto, pelo desejo de preservar o exclusivo da informação transmitida entre o emissor e o receptor e face ao risco de esta cair nas mãos de um (potencial) inimigo.

Na verdade, é exactamente pelas razões aduzidas que se compreende que a utilização dessa linguagem, ao longo dos tempos, tenha sido privilegiada nos meios militares e diplomáticos, ou seja, nos domínios em que o exercício do poder é indissociável da existência de um inimigo, e, portanto, onde este é de mais fácil

---

43 Yves Renouard, "Information et transmission des nouvelles " in Charles Samaran (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", s. l., Gallimard, 1973, pp. 96-142.

44 *Op. cit.*, pp. 119-120. 1973, pp. 119-120.

45 *Op. cit.*, p. 120.

identificação. É também neste âmbito que a posse da informação é entendida como tendo uma importância crucial e, por isso mesmo, o risco ou a percepção de uma eventual perturbação por terceiros é maior.

David Kahn – um autor incontornável no domínio da história da criptografia –, na sua obra *The Codebreakers – The Story of Secret Writing,* refere-se ao desenvolvimento da criptologia conduzido pelo Ocidente a partir dos finais da Idade Média. A propósito deste fenómeno, que teve lugar num cenário geopolítico extremamente complexo, marcadamente fragmentado e instável, espaço privilegiado da diplomacia e território onde o domínio da informação se impõe como uma variável de importância decisiva, afirma: "The growth of cryptology resulted directly from de flowering of modern diplomacy"[46].

Na realidade, parece-me inegável que o desenvolvimento da criptologia – entenda-se também da criptografia –, protagonizado por alguns estados europeus, seja indissociável da existência de representações diplomáticas permanentes, mais propriamente, da sua função enquanto centros receptores de informação, do fluxo constante de informação gerada entre estas e a respectiva *alma parens* e, em particular, das condições de circulação dessa informação[47].

Aliás, parece-me perfeitamente razoável a hipótese da manipulação da linguagem criptográfica pelo poder político, a partir de finais da Idade Média, pelo menos em grande parte da

---

46 David Kahn, *op. cit.*, p. 108.

47 Sobre a natureza da correspondência produzida no exercício de funções diplomáticas e sobre o recurso à linguagem criptográfica nesse contexto, *vide* o notável artigo de Aude Viaud, "La correspondance diplomatique au XVIème siècle", *Arquivos do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Paris, F.C.G., 2001, pp. 55-70.

Cristandade Ocidental, encontrar as suas origens no aparecimento das representações diplomáticas permanentes[48].

Efectivamente, aquilo que acabei de afirmar podia ser plenamente corroborado pelo que é possível observar para a coroa portuguesa[49]. De facto, os dados disponíveis apontam para que a

---

48 O facto de a Santa Sé, Veneza ou Mântua recorrerem à manipulação da linguagem criptográfica desde uma época bem mais recuada, mais concretamente, no caso de Veneza, desde o princípio do século XIII e, no de Roma, desde o início do século XIV, não parece contrariar em nada o que foi dito. Muito pelo contrário, até o corrobora. É sabido que a Santa Sé e Veneza, sendo precursores no recurso à diplomacia como instrumento de acção política, se constituiram como paradigmas, um pouco por toda a Cristandade, da organização de tais serviços. Na verdade, a utilização mais precoce da linguagem criptográfica por estes estados significa apenas que as condições enunciadas anteriormente se reuniram mais cedo entre os estados italianos. Sobre os primórdios da utilização da linguagem criptográfica no Ocidente, *vide* David Kahn, *op. cit.*, pp.106-108 e James Westfall Thompson e Saul K. Padover, *Secret Diplomacy: Espionage and Cryptography (1500-1815)*, New York, Frederick Ungar Publishing Co., 1963, pp. 17-29; sobre as origens da diplomacia – uma "invenção" italiana –, o contexto em que nasceu e a sua difusão, *vide* Bartolomé Bennassar e Jean Jacquart, *Le XVIème Siècle*, Paris, Armand Colin, 1977, pp. 233-234.

49 É por demais sabido que no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)* é possível encontrar alguns fólios preenchidos com aquilo que, supostamente, é o mais antigo testemunho da utilização da linguagem criptográfica em Portugal. Os referidos fólios, identificados numa das duas cópias manuscritas que chegaram até aos nossos dias como *çifras del rey dom eduarte* (a cópia mais antiga, datada dos finais do século XVI, a que serviu de base à cuidada edição diplomática de João Alves Dias), permanecem até hoje por decifrar, cf. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, pp. 287-295. Sobre esta cifra, Nuno Valdez dos Santos, a maior autoridade no domínio da criptografia histórica em Portugal, afirma: "Pelos textos cifrados transcritos, pela pseudo chave que os acompanha, afigura-se-nos que o sistema usado se baseava no emprego de valores numéricos, compreendidos entre 1 e 9 para as vogais e de 10 a 90 para vários digramas, um alfabeto convencional e alguns símbolos ideográficos, além de conter no texto vários sinais talvez, uns correspondente à pontuação, outros a mistificações", Nuno Valdez dos Santos, *op. cit.*, p. 8. O que este autor nos diz e uma observação, ainda que por agora pouco atenta, destes fólios permite-me concluir algo diferente daquilo que até agora se pensava. Na verdade, não obstante o referido texto permanecer por decifrar, logo à partida, as características gerais desta linguagem criptográfica – tal como foram identificadas pelo

primeira experiência de estabelecimento de uma representação diplomática permanente da coroa portuguesa tenha ocorrido com João de Faria, junto da Santa Sé, entre 1512 e 1514, logo seguida pela longa permanência de D. Miguel da Silva, de 1515 até 1525. O testemunho da utilização da linguagem criptográfica até agora identificado como sendo o mais antigo – uma carta de D. Miguel da Silva a D. Manuel, datada de Roma, 11 de Novembro de 1516 –, decorre dessa experiência, pelo que confirma de forma inabalável a ideia de que a manipulação da linguagem criptográfica pelo poder político é indissociável do estabelecimento das representações diplomáticas permanentes[50].

---

citado autor –, correspondem ao que podemos encontrar entre os precursores na manipulação desta linguagem um século depois. Tal constatação suscita-me uma real apreensão, atendendo ao seu evidente anacronismo. Em rigor, isto quereria dizer que a coroa portuguesa fora não só pioneira na utilização desta linguagem, fora de um contexto que o favorecesse, como fora protagonista de um inexplicável retrocesso – que me parece completamente absurdo –, implícito na utilização de uma linguagem criptográfica mais complexa no princípio do século XV do que aquela que encontramos um século depois. Se é possível argumentar que, tratando-se de uma cópia posterior, transporta incorrecções e que estas teriam transfigurado a primitiva linguagem, a verdade é que não me parece que seja plausível que a estas incorreções subjaza uma lógica, convertendo a dita cifra precisamente numa outra, anacrónica. A ser assim, não creio que possam restar dúvidas de que o título de *çifras del rey dom eduarte* lhe foi, em algum momento, erradamente justaposto (sobre este assunto parece-me irrelevante sabermos se houve ou não má fé do copista que, nos finais do século XVI ou princípio do século XVII, empreendeu essa tarefa e se o dito texto, nessa época, já fazia parte do autógrafo ou da cópia manuseada por este) e que as ditas *çifras* não sendo, com toda a certeza, do *Eloquente,* são bastante mais tardias, pelo menos de meados do século XVI. Sendo assim, entendo que não existem provas documentais que suportem a assunção de Nuno Valdez dos Santos de que a linguagem criptográfica foi usada em Portugal desde uma época tão recuada quanto o reinado de D. Duarte, cf. *op. cit.*, pp. 18-19.

50 Sobre este assunto, a linguagem criptográfica na correspondência diplomática de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia, *vide* Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, *op. cit.*.

Vejamos agora, de quem é afinal a linguagem criptográfica usada na correspondência de D. Diogo Lobo para D. Manuel.

Como é óbvio, a manipulação da criptografia em qualquer tipo de correspondência pressupõe um prévio acordo em relação à referida linguagem entre o receptor e o emissor. Neste caso concreto, uma carta e um fragmento de uma outra de D. Diogo Lobo, Vedor da Fazenda, a D. Manuel, *Rei de Portugal, e dos Algarves daquém, e dalém mar, em África e Senhor da Guiné*, existindo uma relação de clara subordinação hierárquica de D. Diogo Lobo a D. Manuel não creio que possam restar dúvidas que a decisão final em relação à adopção de tal linguagem coube ao *Venturoso*. Em rigor, isto significa que afinal estamos perante a linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa, mais precisamente, aquela que era utilizada em 1498.

Vejamos então se em relação aos documentos acima referidos, um pouco anteriores e produzidos em circunstâncias aparentemente diversas, ainda faz sentido afirmar que a manipulação da linguagem criptográfica é indissociável do aparecimento das representações diplomáticas permanentes?

Creio que a resposta a esta questão só poderá ser alcançada através de uma análise atenta das circunstâncias em que estes textos foram produzidos, daquilo que a linguagem cifrada esconde e, finalmente, dos riscos de perturbação que se pensava esta correspondência estar submetida, nos caminhos entre emissor e receptor, riscos esses avaliados em função da identificação daquele de quem se pretendia ocultar a referida informação.

Em qualquer um dos casos, quer no que diz respeito à carta que chegou até nós completa quer ao fragmento, os textos em causa foram produzidos por D. Diogo Lobo, um dos dois vedores da Fazenda de D. Manuel, entre finais de Março e princípios de Outubro

de 1498, ou seja, durante a regência de D. Leonor de Lencastre e na ausência do *Venturoso* nos reinos de Castela e Aragão, onde se encontrava para ser jurado herdeiro de cada uma das duas coroas[51].

Para além do papel proeminente desempenhado pela rainha D. Leonor ao cuidar da fundação da Misericórdia de Lisboa, muito pouco se sabe ainda hoje sobre a sua acção durante o período em que exerceu a regência, tal como sobre as condições em que a exerceu[52]. O único trabalho digno de registo sobre este assunto é

---

51 Sobre a regência de D. Leonor e sobre a viagem dos reis de Portugal aos reinos vizinhos *vide* João José Alves Dias, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, pp. 716-718. A propósito deste último assunto, destacam-se as fontes portuguesas, nomeadamente Garcia de Resende, "A Entrada del Rey Dom Manoel em Castela", in Garcia de Resende, *op. cit.*, pp. 297-318 e Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, pp. 54-70.

52 A bibliografia sobre D. Leonor de Lencastre, sendo vastíssima, revelou-se, para a matéria que nos ocupa, de escassa utilidade. Uma parte significativa desta nasce do interesse por estudar as Misericórdias, dedicando uma inevitável atenção às suas origens e à figura da *Fundadora*, cf. Fernando da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres, 1944; Ivo Carneiro de Sousa, *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito, 1999; Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa: Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 e Manuel Ferreira da Silva, *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias Portuguesas. A Pessoa. A Obra. A Mensagem*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998, entre muitas outras obras. Outra parte, constituída por alguns trabalhos de natureza biográfica – de um modo geral obras muito marcadas pelo seu tempo ou por algumas controvérsias, enaltecendo ou denegrindo a viúva do *Príncipe Perfeito* –, utiliza quase exclusivamente as fontes narrativas. Estes trabalhos, que são eventualmente úteis para o entendimento desta personagem, são de limitado préstimo para o conhecimento da sua acção enquanto Regente, cf. Anselmo Braamcamp Freire, "A Rainha D. Leonor" in *Critica e Historia. Estudos*, reedição Fac-similada do I volume e primeira edição do II, com estudo introdutório de José V. de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, vol. I, pp. 97-138; Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor (1458-1525)*, Lisboa-Rio de Janeiro, Portvgalia, s.d. e Maria de Lourdes Amorim, *D. Leonor de Lancastre: Grande Senhora do Renascimento*, Lisboa, Ésquilo, 1998. Finalmente, outros textos, não obstante contribuirem decisivamente para uma melhor compreensão desta notável figura, pouco adiantaram, pela

um artigo de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga que utiliza não só a escassa informação das fontes narrativas como reune a documentação da *Chancelaria de D. Manuel* relativa a este período. Muito embora a autora deixe questões em aberto, chega a algumas conclusões particularmente interessantes no que diz respeito a esta matéria[53].

Assim, observa Isabel Drumond Braga: " Como se trata de uma regência na ausência do titular, a consulta da regente ao monarca foi praticada, pelo menos em alguns casos"[54]. Outras consultas poderão ainda ter sido empreendidas por aqueles a quem alguma medida da regente não agradou, acrescenta a mesma autora fornecendo um exemplo[55]. Para além disso, Garcia de Resende afirma declaradamente a propósito das condições de exercício da regência por D. Leonor: "Deixou a gouernança do Reyno á Rainha dona Lianor sua irmãa, e com ella ficou o Duque de Bragança seu sobrinho, e o Marquez de Villa Real, e muytos senhores, e pessoas principaes do conselho, e outros officiaes mores da justiça, e fazenda, com quem juntamente tudo se fazia"[56]. Todos estes dados

---

sua especificidade, em relação à referida matéria, cf. Isabel Vilares Cepeda, "Os Livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional", *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, 2, 1987, pp. 51-81 e Ivo Carneiro de Sousa, "Introdução ao Estudo do Património, da Casa e da Corte de D. Leonor", in AAVV, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto-Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, pp. 23-52.

53 Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "A Governação de Portugal durante a Viagem de D. Manuel a Castela e Aragão em 1498", in *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)*, Lisboa, Universitária Editora, 2002, p. 13-34.

54 *Op. cit.*, p. 24.

55 *Op. cit.*, p. 28.

56 Garcia de Resende, *op. cit.*, p. 298, texto parcialmente citado por Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *op. cit.*, p.22.

levam-nos a pensar, desde logo, que a regência da *Rainha Velha* era indubitavelmente limitada e entendida como tal.

De facto esta ideia encontra novos fundamentos quando, referindo-se agora a D. Manuel, acrescenta a referida autora: "Ao longo do percurso e durante as estadas mais prolongadas em Guadalupe, Toledo e Saragoça, D. Manuel continuou, contudo, a despachar ele mesmo alguns assuntos. Seriamos tentados a pensar que se trataria apenas de questões de extrema importância para o reino, como a reforma dos forais, mas a realidade mostrou-se um pouco diferente, uma vez que o monarca distribuiu mercês, outorgou privilégios e enviou uma embaixada a Roma, como se estivesse em Portugal em pleno período de funções governativas"[57]. A evidência revelada pela documentação produzida pelo *Venturoso* durante este período é uma vez mais reforçada quando observamos a composição da comitiva régia, descrita por Garcia de Resende, dado que o séquito de D. Manuel incluia uma parte significativa daqueles que no plano político-administrativo e militar o coadjuvavam no exercício da governação[58]. Parece-me, pois, ter sido sua intenção, logo à partida e apesar das circunstâncias, manter-se ocupado com o governo do reino.

Esta situação um tanto ou quanto *sui generis* em que o *regimento e guovernamça* de D. Leonor, justificando-se pela ausência do titular da coroa, é coarctado não só pela proximidade do monarca como pela sua constante intervenção, faz-nos pressupor que estamos

---

57 Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *op. cit.*, p. 28.

58 A este propósito, esquecendo aqueles cujas funções se confundem com as do governo da Casa Real, refira-se, a título de exemplo, a presença na comitiva régia de um dos Vedores da Fazenda, do Marechal do reino e do Almotacé-mor, cf. Garcia de Resende, *op. cit.*, pp. 298-299.

perante uma regência que, indispensável para evitar os riscos inerentes a um aparente vazio de poder, o é apenas do ponto de vista formal. Mantendo-se o rei, *de facto*, no exercício das suas funções governativas, a única alteração substancial à ordem natural das coisas limitava-se, na verdade, a uma deslocação do centro de decisão estritamente no plano geográfico. Assim sendo, creio que podemos afirmar que, não obstante ter havido uma clara inversão do posicionamento dos interlocutores em relação ao que é habitual na correspondência diplomática, dada a ausência de D. Manuel no estrangeiro e a presença de D. Diogo Lobo no reino, subsistem as condições que induzem a manipulação da linguagem criptográfica na correspondência diplomática.

Vejamos agora o que na carta de D. Diogo Lobo a D. Manuel e no fragmento junto se esconde por detrás da linguagem cifrada. Qual a relevância do seu conteúdo? De quem se pretendia ocultar essa informação e porquê?

Na primeira epístola – aquela que chegou até nós completa – o seu autor começa por fazer menção a uma anterior carta que enviara a D. Manuel, acrescentando que foram acontecimentos entretanto ocorridos que o levaram a enviar-lhe esta outra. Conta então o referido vedor da Fazenda que, pouco depois de el-Rei ter partido e na decorrência de um conflito (sobre o qual nada é dito) que opôs D. Álvaro de Ataíde a *Esteve Anes Bode*, almoxarife das Lezírias este último havia levado umas cutiladas a mando do seu interlocutor. Na sequência deste episódio o dito D. Álvaro, depois de apresentada querela, fora preso[59]. O conde de Alcoutim[60],

59 Existindo na *Chancelaria Régia* uma carta de mercê, datada de Santarém, 15 de Janeiro de 1486, que concede o ofício de almoxarife das Lezírias de Vila Franca a um tal *Esteve Annes Carrabodes* [*Serrabodes*], parece-me não restarem dúvidas de que se trata do mesmo, cf. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 1, fls. 24-

acompanhado por seu pai, teria então intercedido junto do *Bispo* – entenda-se o bispo de Lamego, D. Fernando Coutinho, Regedor da Casa da Suplicação[61] – em defesa de D. Álvaro de Ataíde, invocando o facto de o queixoso ter sido visto já são. Contudo, viram gorados os seus esforços para que este fosse libertado, não sem que tivesse havido uma troca de razões. Nestas circunstâncias, não surtindo efeito as suas palavras, decidiram então os dois, o conde de Alcoutim e o marquês de Vila Real, recorrer aos préstimos da *Senhora Infante* – D. Beatriz, mulher do infante D. Fernando e mãe de D. Manuel – e do *Senhor Duque* – D. Jaime, 4.º duque de Bragança [62]– para pressionar a Regente a tomar outra decisão. A

24v. Aliás, podemos ainda acrescentar, na *Chancelaria de D. Manuel* consta uma carta de quitação passada a um *Esteve Annes*, escudeiro da Casa Real e almoxarife das Lezírias de Vila Franca – evidentemente, o mesmo –, datada de Lisboa, 26 de Julho de 1499, relativa ao período de 1486 a 1491, cf. Anselmo Braamcamp Freire, "Cartas de Quitação Del Rei D. Manuel" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VI, Lisboa, 1908, p. 158. Em relação a D. Álvaro de Ataíde creio tratar-se do filho de Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1.º conde de Atouguia. Foi um daqueles fidalgos que esteve envolvido na conjura que acabou com a morte do duque de Viseu e que, tendo fugido para Castela, regressou ao Reino depois da morte de D. João II. O facto deste fidalgo ser senhor da Quinta da Foz, em Benavente, revela-se uma coincidência notável dado que o espaço de acção do já referido almoxarife se situava precisamente nessa região. Esta coincidência e a forma de tratamento que o distingue vem tornar inquestionável, penso, esta identificação, cf. André Pinto S. D. Teixeira, "Pedro e Vasco de Ataíde" in João Paulo de Oliveira e Costa (dir.), *op. cit.*, p. 127.

60 O conde de Alcoutim a que se refere a carta trata-se de D. Fernando de Meneses, primeiro deste título, 4.º conde de Vila Real, 2.º marquês do mesmo título e 2.º conde de Valença, filho de D. Pedro de Meneses – o mesmo que sabemos feito juiz no julgamento de D. Fernando, 3.º duque de Bragança – e de D. Beatriz, filha do 2.º duque de Bragança, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, Liv. II, Lisboa, 1901, pp. 364-365, pp. 409-411, pp. 419-420, pp. 425-426.

61 Cf. nota 32.

62 Sobre o duque D. Jaime *vide*, por exemplo, Joaquim Veríssimo Serrão, "D. Jaime" in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livaria Figueirinhas, s.d., pp. 349-350, Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, pp. 414-416 e Maria de Lurdes Rosa, "D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça" in Diogo Ramada Curto (dir.), *O*

Rainha Velha, assediada por tantos e tão grandes fidalgos, havia mandado chamar à sua presença alguns letrados, D. Fernando Coutinho, o *Guovernador* – entenda-se D. Álvaro de Castro, governador da Casa do Cível de Lisboa [63]–, o conde de Alcoutim e, eventualmente – em meu entender –, outros fidalgos que pugnavam pela libertação de D. Álvaro de Ataíde, os quais, na ocasião, se envolveram naquilo que parece ter sido uma acesa discussão. Finalmente, não sem que antes o seu autor revele sérias dúvidas sobre a capacidade da Regente, face às pressões a que estava sujeita, de tomar qualquer decisão isenta sobre o assunto, D. Diogo Lobo termina dizendo: " deve Vos[*s*]a Alteza d'acudir pera os que aves por que guovernem a justiça a ousem fazer sem receo de ninguem "[64].

No fragmento da segunda carta, o seu autor informa D. Manuel acerca de um incidente com alguns fidalgos nas imediações dos

---

tempo de Vasco da Gama, s. l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Difel, s. d., pp. 319-332.

63 Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, pp. 216-217.

64 Na verdade, esta carta não termina com esta frase lapidar, inclui ainda – curiosamente, em texto claro – a respectiva data e uma notícia dando conta que o navio de um tal Sancho de Pedrosa chegou nesse dia com 5000 dobras – evidentemente, de ouro – e que o de Duarte Rodriguez, que transportava 20000 dobras, tendo ido a limpar, apesar de ter partido primeiro, não havia ainda chegado. Estou em crer, não obstante o texto não ser claro sobre o assunto, que tanto Sancho de Pedrosa quanto Duarte Rodriguez regressavam algures da costa ocidental africana, muito provavelmente, de São Jorge da Mina. Esta suposição é fundamentada pela referência a dobras e à *ylha do Cabo Verde* – onde, presumo, o navio de Duarte Rodriguez terá ido a limpar – e ainda ao facto de dois indivíduos precisamente com esses nomes surgirem mencionados na inquirição feita por Fernão Lopes Correia, João Fernandes e pelos escrivães da Feitoria aos moradores de São Jorge da Mina, enquanto Lopo Soares foi aí capitão, entre Setembro de 1495 e Junho de 1499, cf. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (dir.), *Portugaliae Monumenta Africana*, Vol. II, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, p. 443.

paços da Rainha e sobre a forma como a Regente agiu face a esse incidente. Tece ainda algumas considerações sobre o bispo de Lamego e a forma como desempenha as suas funções e, por fim – num texto cuja compreensão é perturbada pelas inúmeras falhas no suporte –, envia notícias sobre algo que se passou com o navio ou navios de um Manuel de Góis, algures no Mediterrâneo Central.

Em qualquer um dos casos, o essencial daquilo que a linguagem criptográfica esconde pode reduzir-se à informação sobre o que se passava no Reino, mais precisamente, na Corte, na ausência de D. Manuel e durante a regência de D. Leonor. Mais concretamente, a principal preocupação de D. Diogo Lobo parece ser informar o Rei sobre a forma como a *Rainha Velha* assegurava a regência – como disse, numa posição intrinsecamente frágil –, nomeadamente, a forma como conseguia lidar com a normal turbulência da nobreza e com a capacidade de persuasão deste ou daquele indivíduo, deste ou daquele grupo.

Nesta correspondência o que a linguagem criptográfica parece querer ocultar é, pois, fundamentalmente o modo e as dificuldades de D. Leonor no exercício da regência. Não sendo possível aceitar que pela sua natureza e pelos seus contornos esta matéria não fosse já do domínio público no plano interno, somos levados a concluir que as razões que justificam o recurso à linguagem criptográfica se colocam antes no plano externo.

Contendo matéria irrelevante do ponto de vista interno e não se me afigurando verosímil que quer o emissor quer o receptor concebessem, sendo endereçadas a el-Rei, uma ameaça de intercepção ou de violação cuja origem radicasse no Reino[65],

65 Note-se a este respeito que, sendo as *Ordenações Afonsinas* omissas, as *Ordenações Manuelinas*, no Livro V, Título LXXX, sob a designação "Dos que abrem as cartas mandadeiras d' ElREy ou da Raynha, ou d'outros Senhores; e dos do Conselho, e

podemos concluir que a cautela que se impunha decorria da percepção de uma ameaça identificada com os reinos vizinhos. Nestas circunstâncias, sendo razoável presumir que o conhecimento pelos *Reis Católicos* de alguma turbulência no Reino poderia colocar D. Manuel numa situação de manifesta fragilidade, compreende-se que a informação contida nesta correspondência se constitua neste contexto como matéria da maior importância, donde plenamente justificado o recurso à linguagem criptográfica.

A ser válido o anterior raciocínio, a necessidade de ocultar a informação através do recurso à linguagem criptográfica deverá traduzir a percepção, por parte do *Venturoso* – estando ele em Castela ou Aragão para ser jurado Príncipe –, da existência de um risco de perturbação ou, dito de outra forma, uma clara desconfiança face à possibilidade de alguém a mando dos *Reis Católicos* tratar de interceptar ou violar a correspondência que lhe era dirigida e pela sua vontade de lhes sonegar informação sobre a situação interna no Reino.

O uso da linguagem criptográfica – portadora como o é de significado – constitui então, nesta correspondência, expressão muita clara de uma postura política de D. Manuel particularmente cautelosa em relação aos seus sogros. De facto, não se subordinando, logo desde o início do seu reinado, a uma presumível gratidão pelo decisivo apoio destes ao reconhecimento do seu direito ao trono português ou à sua condição de príncipe de Castela, o *Venturoso* indicia uma notável perspicácia política que sugere uma

---

Desembarguadores que descobrem os segredos. E do que disser mentira a ElRey em perjuizo d'algũa parte", contemplam, para os casos de violação de correspondência de e para o rei, designadamente a pena de morte ou o degredo perpétuo, cf. *Ordenações Manuelinas*, repr. fac- similada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1797, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 296.

percepção clara daquilo que era o interesse nacional e da forma como, no seu entender – e não obstante a sua condição de príncipe de Castela e previsivelmente a futura condição de príncipe de Aragão –, esse interesse se sobrepunha aos dos outros reinos peninsulares.

Neste momento, independentemente de sabermos se os *Reis Católicos* intentaram alguma vez interceptar esta correspondência, a uma questão urge ainda responder: qual seria, afinal, a eficácia desta linguagem criptográfica?

Como disse anteriormente, a linguagem criptográfica manipulada na correspondência de D. Diogo Lobo para D. Manuel pode ser identificada como uma cifra de substituição monoalfabética simples. É exactamente porque esta linguagem, na sua forma rudimentar (ou seja, recorrendo a uma chave única), "presenta pochissime garanzie di sicurezza" – para usar as palavras de Mario Zanotti [66] – que podemos descortinar desde cedo o recurso a estratagemas cujo propósito era justamente conferir-lhe uma maior segurança – refiro-me, nomeadamente, aos sinais de valor nulo ou mistificadores e aos homófonos[67].

Como é evidente, a utilização desta linguagem numa forma mais complexa – cujos testemunhos mais antigos é possível identificar, a partir dos finais do século XIV, nas mãos da Santa Sé e de Mântua[68] – ou o recurso a um *nomenclator* – vulgo dicionário de código – pressupõem não só o reconhecimento de uma fragilidade intrínseca desta cifra na sua configuração mais elementar como a identificação dos princípios básicos da criptanálise. Por outro lado, estas formas mais complexas denunciam a intercepção e violação de

66 Mario Zanotti, *op. cit.*, p. 36.

67 Cf. Mario Zanotti, *op. cit.*, pp. 36-39.

68 Cf. David Kahn, *op. cit.*, pp. 106-107.

correspondência como uma prática corrente[69]. Ora, sabendo que a corte castelhano-aragonesa, na mesma época, já utilizava um alfabeto homofónico, sinais de valor nulo e um conjunto de frases ou palavras codificadas (e portanto manipulava uma linguagem criptográfica bastante mais complexa do que aquela que constitui o objecto do nosso trabalho)[70], a eficácia da linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa seria, no meu entender, literalmente nula para aqueles de quem se pretendia ocultar a informação[71].

Na verdade, nada disto me parece que possa provocar alguma estupefacção considerando que, tal como já o disse num artigo em colaboração com Maria Augusta Lima Cruz sobre a linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa no princípio do século XVI – a qual, diga-se de passagem, não é mais complexa mas recorre já ao uso de códigos [72] –, estamos claramente perante aquilo que poderemos designar como uma fase de aprendizagem na manipulação desta linguagem[73]. Aliás, esta ideia surge reforçada quando observamos o referido epistolário de D. Diogo Lobo. Nesta correspondência, não só se recorre a uma linguagem criptográfica

---

69 Cf. David Kahn, *op. cit.*, pp. 107-108.

70 Sobre a linguagem criptográfica usada na corte dos *Reis Católicos*, cf. Juan Carlos Galende Díaz, *op. cit.*, pp. 94-95 e, do mesmo autor, "La escritura cifrada durante el reinado de los Reyes Catolicos y Carlos V ", *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, n.º 18-19, 1993-1994, pp. 159-178.

71 Ainda a propósito da manifesta fragilidade da linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa nos finais do século XV convirá assinalar que o caso castelhano-aragonês não constitui uma excepção. Com efeito, comparativamente a outros contextos, como é o caso, por exemplo, da chancelaria milanesa na segunda metade do século XV, é notória a existência de semelhante discrepância, cf. Lydia Cerioni, *La Diplomazia Sforzesca nella seconda metà del Quatrocento e i suoi cifrari segreti*, 2 vols., Roma, Il Centro di Ricerca Editore, 1970.

72 Cf. Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, *op. cit.*, pp. 606-607.

73 Cf. *op. cit.*, p. 609.

singela, como são inúmeras as incorrecções na sua utilização, como se verifica ainda o uso de numerosos sinais de abreviatura no fragmento (o que, para além de se coadunar com a possibilidade de ter sido lavrado por outra mão, representa uma óbvia fragilidade)[74]. Todos estes aspectos constituem indícios claros de que estamos perante os primeiros passos da coroa portuguesa na manipulação da linguagem criptográfica.

Finalmente, importa ainda recuar a uma questão enunciada atrás: será que o uso desta linguagem nas cartas em análise vem invalidar a tese de que a manipulação da criptografia pelo poder político na Cristandade Ocidental é indissociável do estabelecimento das representações diplomáticas permanentes?

À primeira vista a situação particular em que foi produzida a correspondência de D. Diogo Lobo para D. Manuel, o mais antigo testemunho da manipulação da linguagem criptográfica em Portugal, não parece apontar para esta ideia. Contudo, o recurso à criptografia neste epistolário procede de uma situação verdadeiramente excepcional: uma prolongada ausência de um rei no estrangeiro, suficientemente próximo para se manter no exercício de grande parte das suas funções e demasiado longe para ser contactado pessoalmente por aqueles que no reino cuidavam do governo. Ora estes contornos correspondem *grosso modo* aos que induziram a adopção de cifra na correspondência diplomática. Na verdade, após este episódio isolado, tudo indica que a utilização desta linguagem parece ter ressurgido apenas largos anos depois – e para ter então um uso continuado – quando finalmente estavam criadas as condições que induziam a sua utilização, mormente, com a presença prolongada de D. Miguel da Silva em Roma e a de Pêro Correia

74 Cf. incorrecções e sinais de abreviatura nos referidos documentos.

junto do Imperador[75]. Nestas circunstâncias, creio que podemos continuar a insistir na ideia de que, também no caso da coroa portuguesa, a manipulação da linguagem criptográfica é indissociável do estabelecimento das representações diplomáticas permanentes. Mas, será que o significado da linguagem criptográfica se esgota, de uma vez por todas, em tal asserção?

Da *política de sigilo nos Descobrimentos*

Dir-se-ia constitui uma curiosa coincidência que no mesmo ano em que João Pedro Ribeiro publicou o tomo IV das *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*[76], Francisco de Borja Garção-Stokler tenha publicado o seu *Ensaio Histórico sobre as origens e progressos das mathematicas em Portugal*[77]. Na verdade, tal coincidência afigura-se-me tanto mais interessante quanto, incluindo este tomo da obra de João Pedro Ribeiro a mais antiga menção a documentos em linguagem criptográfica – como vimos antes, "huma carta em data de 20 de Junho 1498, escrita a ElRei em cifra"[78] – a obra de Garção-Stokler constitui aquela onde pela primeira vez alguém faz alusão – assumindo-o como um dado adquirido – a que a

75 Cf. Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, *op. cit.*, pp. 605-606.

76 Cf. João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiasticae Civil de Portugal*, tomo IV, Parte I [e II], Lisboa, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1819.

77 Francisco de Borja Garção-Stokler, *Ensaio Histórico sobre as origens e progressos das mathematicas em Portugal*, Paris, Officina de P. N. Rougeron, 1819.

78 João Pedro Ribeiro, *op. cit.*, p. 107.

coroa portuguesa, tratando-se de defender a sua primazia no domínio das navegações, usou do recurso ao segredo.

A propósito de uma manifesta falta de testemunhos documentais sobre uma presumível protecção dada por D. João II – na esteira daquela que, presumivelmente, também fora dispensada pelo infante D. Henrique e por D. Afonso V – ao estudo das matemáticas e, em particular, das navegações[79], Garção-Stokler diz: "O excessivo cuidado com que este monarcha recatava dos estrangeiros a noticia de nossa derrotas e methodos de navegar, e com que procurava dificultarlhe o conhecimento dos paizes descobertos pelos nossos navegadores, o determinou a proceder aos mesmos descobrimentos com tão misterioso segredo, que não será fácil já agora achar meios de dilucidar completamente este artigo da nossa historia literaria"[80].

Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1841, Frei Francisco de São Luís, no *Índice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimentos, E conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarino desde o Principio do Seculo XV* [81], sugerindo uma explicação para a "falta de memorias antigas" [82] – um pouco mais cauteloso que Garção-Stokler –, registou que

> He natural que o prudente e cauteloso segredo, em que os nossos Príncipes, ao princípio, reservarão aquellas Memorias e Relações; a perda de muitas dellas nas mãos dos chronistas, ou nos próprios gabinetes dos príncipes por ocasião da sua morte; o

79 Cf. Francisco de Borja Garção-Stokler, *op. cit.*, p. 24.

80 *Op. cit.*, p. 25.

81 Cf. Frei Francisco de São Luís, "Índice Chronologico das Navegações, Viagens, Descobrimentos, E conquistas dos Portuguezes nos Paizes Ultramarinos desde o Principio do Seculo XV" in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, publ. por António Correia Caldeira, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 45-220.

82 *Op. cit.*, p. 48.

> descuido de recolher estes e outros documentos ao Archivo geral do reino; a difficuldade de multiplicar as cópias, por não haver ainda a arte typografica, ou por não ter chegado a Portugal, logo nos primeiros annos da sua invenção; he natural, digo, que estas e outras semelhantes causas produzissem a falta, que depois se experimentou, logo que se quis escrever em corpo de historia a série de nossas emprezas ultramarinas[83].

Ao contrário daquilo que pudemos observar a propósito do trecho da obra de João Pedro Ribeiro em que este autor faz menção a alguns documentos em linguagem criptográfica (documentos que, recorde-se, não obstante a larga difusão desta obra permaneceram durante muito tempo votados ao esquecimento), as palavras registadas por Francisco Garção-Stokler e por Frei Francisco de São Luís, por razões que a razão desconhece, tiveram uma larga fortuna. Com efeito, tudo indica que Jaime Cortesão, o notável historiador a quem se deve a tão célebre teoria da *política de sigilo nos Descobrimentos,* terá bebido a sua inspiração primordial, senão em ambas, pelo menos numa destas obras[84]. E como se sabe, a sua teoria não só constituiu matéria de ampla discussão ao longo de todo o século XX como, de alguma forma, sobreviveu até aos nossos dias.

---

83 *Ibidem.*

84 Esta asserção não constitui propriamente uma novidade, tanto Luís de Albuquerque como Francisco Contente Domingues identificam uma clara relação entre a obra de Frei Francisco de São Luís e esta tese de Jaime Cortesão, cf. Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, s. l., Vega, 1990, p. 53 e Francisco Contente Domingues, "Política de sigilo", in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Caminho, s. d., p. 990.

O texto fundador da teoria – ou, nas palavras de Damião Peres[85], doutrina – da *política de sigilo nos Descobrimentos* foi publicado por Jaime Cortesão, em 1924, com o título *Do sigilo nacional sôbre os Descobrimentos: Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas - Alguns dos feitos que calaram*[86]. Como se depreende desde logo do subtítulo atribuído pelo autor ao seu artigo, todo ele se desenrola no sentido de demonstrar que "as bases, de carácter oficial, sobre que até aqui se tem escrito a história dos Descobrimentos só com as maiores reservas se podem aceitar, porque esconderam deliberadamente uma grande parte do esforço nacional"[87]. Por outras palavras, entende o autor que tanto o recorrente "silêncio dos cronistas"[88] como os "desaparecimentos de crónicas"[89] ou, no caso da *Crónica dos Feitos de Guiné,* as "mutilações feitas sobre um manuscrito primitivo"[90], longe de constituirem um produto do acaso, só podem explicar-se pela adopção do "sigilo oficial sobre os Descobrimentos"[91]. Este mesmo segredo, acrescenta ainda Jaime Cortesão, não pode ter deixado de constituir prática corrente desde os primórdios do século XV[92].

---

85 Cf. Damião Peres, "Política de sigilo: extensão e natureza do sigilo quanto à actividade descobridora e à técnica de navegação; o sigilo na história oficial; conclusão", in António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 18.

86 Cf. Jaime Cortesão, "Do sigilo nacional sôbre os Descobrimentos: Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas – Alguns dos feitos que calaram", *Lvsitania-Revista de Estvdos Portvgveses*, vol. I, Janeiro de 1924, pp. 45-81.

87 *Op. cit.*, p. 81.

88 *Op. cit.*, p. 52.

89 *Ibidem.*

90 *Op. cit.*, p. 71.

91 *Op. cit.*, p. 57.

92 Cf. *op. cit.*, p. 49 e p. 70.

À sombra de tal proposta, como se sabe, este notável historiador não só presumiu que os protagonistas dos "nossos descobrimentos"[93] sabiam muito mais do que aquilo que as fontes nos dizem, como defendeu, acerrimamente e em concreto, a realização de viagens por terra ao Preste João e à Índia no tempo do infante D. Henrique[94], o descobrimento pré-colombino da América pelos portugueses[95], ou ainda, um pouco mais tarde, a realização de uma viagem pré-gâmica ao canal de Moçambique[96].

Em qualquer caso, e apesar de ter tido a preocupação de reunir aqui e ali alguns indícios com a explícita intenção de sustentar a sua tese, Jaime Cortesão assume neste texto que o *sigilo nacional sobre os Descobrimentos* constitui uma prática intrinsecamente inquestionável[97].

Alguns anos mais tarde – ainda que a dita teoria possa ser reconhecida nas entrelinhas de outras obras do autor –, por ocasião do *Congresso do Mundo Português*, em 1940, Jaime Cortesão publicou uma versão mais elaborada da mesma em a *Teoria Geral dos Descobrimentos*[98]. Neste novo texto o autor, a propósito daquilo

---

93 *Op. cit.*, p. 45.

94 Cf. *op. cit.*, pp. 71-75.

95 Cf. *op. cit.*, pp. 76-77 e, em particular, Jaime Cortesão, *Teoria Geral dos Descobrimentos e A geografia e a economia da Restauração (Comunicações apresentadas ao* Congresso do Mundo Português-*1940)*, Lisboa, Seara Nova, 1940, pp.45-48.

96 Cf. Jaime Cortesão, *A Política de Sigilo Nos Decobrimentos- Nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 147-164.

97 Cf. "Do sigilo nacional sôbre os Descobrimentos: Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas – Alguns dos feitos que calaram", *Lvsitania-Revista de Estvdos Portvgveses*, vol. I, Janeiro de 1924, p. 45.

98 Cf. Jaime Cortesão, *Teoria Geral dos Descobrimentos e A geografia e a economia da Restauração,* Lisboa, Seara Nova, 1940, no que concerne ao primeiro dos seus textos, o único que agora nos importa, *vide* pp. 9-52.

a que na ocasião chamou a *política do segrêdo*[99], incorpora ou reage a algumas das críticas que lhe haviam sido entretanto dirigidas e confere uma diferente ênfase a alguns detalhes, mas mantém no essencial aquilo que dissera antes.

Com efeito, apesar das críticas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão sobre o modo como Jaime Cortesão usou as fontes narrativas – no que diz respeito, designadamente, ao significado atribuído a pretendidas omissões, mutilações ou desaparecimento de crónicas[100] –, este autor, não dando grande atenção ao assunto, continuou a insistir que "não resta dúvida de que as crónicas, em obediência à mesma política de segrêdo, calaram outros factos"[101].

De igual modo descarta Jaime Cortesão as vigorosas críticas de Duarte Leite[102] e de Damião Peres[103], as quais questionam a proposta daquele autor no que concerne à adopção do dito sigilo desde os tempos do infante D. Henrique (e, em consequência, rejeitam, por exemplo, que uma viagem tivesse alguma vez sido empreendida, a mando do Infante, à Índia e ao reino do Preste João). Muito embora o referido autor tenha acabado por admitir que

---

99 Cf. *op. cit.*, p. 11.

100 Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *A historiografia oficial e o sigilo sôbre os descobrimentos* (separata de uma comunicação apresentada ao *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª secção), Lisboa, 1938; ou, com o mesmo título, mas com revisão pelo seu autor, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1939.

101 Cf. *op. cit.*, p. 46.

102 Para além de ter publicado alguns artigos sobre o assunto no jornal *O primeiro de Janeiro*, entre 30 de Julho e 30 de Agosto de 1936, Duarte Leite voltou a debruçar-se sobre o assunto em sucessivos artigos publicados, em 1941, após a publicação da *Teoria Geral dos Descobrimentos*, cf. Duarte Leite, "Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses" in *Seara Nova: Revista de Doutrina e Crítica*, n.º 705, de 15 de Fevereiro de 1941, pp. 139-144; *op. cit.*, n.º 706, de 22 de Fevereiro de 1941, pp. 159-163; *op. cit.*, n.º 708, de 8 de Março de 1941, pp. 191-196; *op. cit.*, n.º 709, de 15 de Março de 1941, pp. 211-215; e *op. cit.*, n.º 710, de 22 de Março de 1941, pp. 227-230.

103 Cf. Damião Peres, *op. cit.*, pp. 17-21.

só com D. João II se pode ter uma "certeza indiscutível"[104] de que o recurso ao sigilo constituiu uma prática, continuou a sustentar que "resulta um contra-senso que nem o infante D. Henrique nem D. João II tenham praticado a política de segredo" [105]. E, acrescenta de imediato, "tal contra-senso não se deu"[106].

Na realidade, mantendo no essencial os contornos da sua anterior proposta, a grande novidade veiculada por este novo texto consiste no enunciado daquilo que Jaime Cortesão entende como um *método específico* e *duas teorias*. Sobre este assunto o autor diz explicitamente o seguinte: "O carácter muito particular da história dos descobrimentos levou-nos a aplicar ao seu estudo um método específico, que pode resumir-se em duas teorias: uma económica, e outra geográfica, completadas por uma concepção geral da história. A primeira, que dá às razões económicas a primazia na causalidade da expansão geográfica, e que podemos chamar a *teoria do segrêdo*, pode reduzir-se nas seguintes induções, de carácter sociológico, tiradas, por comparação, da história geral"[107]. E, precedendo as ditas *induções*, diz-nos ainda: "Os grupos sociais, baseados no comércio marítimo, que iniciaram um novo sistema de expansão, tendem, para evitar a concorrência, a transformá-lo em monopólio e a defendê-lo tanto mais, quanto menor seja o volume social e a continuïdade do domínio económico próprios, e maior a novidade dos instrumentos produtores e o número e o poder dos concorrentes"[108]. Concluindo, o mesmo autor afirma que

---

104 Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 21.

105 *Op. cit.*, p. 17.

106 *Ibidem.*

107 *Op. cit.*, p. 11.

108 *Ibidem.*

conforme a maior ou menor coexistência destas condições, assim os grupos comerciantes e marítimos utilizaram na defesa do monopólio:

I – A limitação ou exclusão dos estrangeiros do meio social respectivo (Veneza ou Hansa);

II – O sigilo na sua política, em especial, pelo sequestro de documentos (Veneza e Holanda);

III– A organização da espionagem nos países concorrentes (por exemplo Veneza e Espanha);

IV – A política do mare clausum, por meio de:

a) A difusão de lendas proïbitivas (por exemplo Cartago);
b) O segrêdo geográfico (Cartago, Noruega, Hansa, Egipto mameluco, Holanda);
c) A organização política por meio de tratados e de limitação de zonas (Cartago e Noruega);
d) A aplicação de sanções violentas contra os transgressores (Cartago, Hansa, Egipto mameluco e Holanda)[109].

Ao publicar em 1960, o ano da sua morte, o seu último trabalho sobre esta matéria, intitulado *A Política de Sigilo nos Descobrimentos* e com o subtítulo *Nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*[110], Jaime Cortesão – a julgar desde logo pelo título – não parecia, uma vez mais, estar muito longe daquilo que havia escrito vinte anos antes. Com efeito, tal torna-se claro logo quando assinala no seu prefácio, a propósito da natureza desta obra, que "mais correcto seria chamar-lhe, neste caso, pequeno ensaio de iniciação na metodologia própria da História dos

109 *Op. cit.*, p. 12.

110 Cf. Jaime Cortesão, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos – Nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Descobrimentos e, em particular, da dos Portugueses"[111] e, logo a seguir, ao afirmar que a "política do sigilo nos Descobrimentos é, mais que tudo, um problema de método para aquilatar o valor das fontes informativas"[112]. Que o referido autor não estava, no essencial, muito longe daquilo que havia escrito em 1940 pode também inferir-se de uma leitura da conclusão deste seu *pequeno ensaio*. Nesta o autor reafirma que "embora, sem obedecer a uma linha de conduta inflexível, existiu, sem a menor dúvida a política de segredo"[113] e, logo a seguir, distingue que esta incidiu sobre "os instrumentos e a arte próprios da navegação descobridora"[114], "o valor do grau terrestre"[115], "o objectivo económico dos Descobrimentos"[116] e sobre "o sistema de tráfico nas primeiras fundações comerciais dos Portugueses" [117].

Contudo, e apesar da insistência expressa no subtítulo da obra em reafirmar que o recurso ao sigilo sobre os Descobrimentos se praticara em Portugal desde os tempos do infante D. Henrique, a verdade é que Jaime Cortesão relega a questão para as margens do texto e abandona, de certa forma, a sua pretensão inicial de fazer recuar tal prática aos primórdios do século XV. Na realidade, muito embora não dê o dito por não dito, o autor não só reconhece agora que talvez não tivesse existido "desde as origens, em Portugal, uma política de sigilo, uniforme, da mesma intensidade e rigor e utilizando continuamente os mesmos processos"[118] como concentra

111 *Op. cit.*, p. 5.

112 *Ibidem.*

113 *Op. cit.*, p. 166.

114 *Ibidem.*

115 *Ibidem.*

116 *Op. cit.*, p. 167.

117 *Ibidem.*

118 *Op. cit.*, p. 9.

definitivamente o seu olhar sobre D. João II. O *Príncipe Perfeito* passa a ser claramente então, no entendimento de Jaime Cortesão, "o grande Mestre e mais astuto criador da política de segredo"[119] e a política de segredo "uma das suas mais acabadas e maquiavélicas perfeições" [120].

Mas Jaime Cortesão não se quedou por aqui, apesar da existência de provas concretas apontando no sentido contrário. Refiro-me a uma *carta de ordenação* e a um *alvará* de D. Manuel, respectivamente proibindo a mareantes de servirem no estrangeiro e punindo eventuais indiscrições de cartógrafos, ambos documentos mencionados pelo próprio autor[121]. Não obstante, induzido por aquilo que na época e hoje ainda constitui um lugar comum[122] e reconhecendo que "a política de segredo não se deteve com o falecimento de D. João II"[123], conclui de modo peremptório que "D. Manuel foi apenas um pálido discípulo de D. João II" [124]. Aliás, a propósito desta asserção de Jaime Cortesão – assunto sobre o qual nos debruçaremos um pouco mais à frente –, não podemos desde logo deixar de assinalar que, privilegiando nitidamente aquele que *soube* ser rei em prejuízo daquele a quem *coube* ser rei, esta afirmação parece acima de tudo exprimir, como seria inevitável, não

---

119 *Op. cit.*, p. 166.

120 *Ibidem.*

121 Cf. *op. cit.*, p. 42 e p. 44.

122 Aliás, um lugar comum, indissociável do seu cognome e perpetuado não só na memória colectiva como por textos de natureza académica que, de forma inusitada, deslizaram para o discurso apologético, cf., por exemplo, Manuel Mendonça, *D. João II: Um percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, pp. 283-284 e pp. 469-470.

123 Cf. Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 165.

124 Cf. *op. cit.*, p. 166.

só as suas opções ideológicas como aquilo que eram as convicções de tantos outros intelectuais da sua época.

Após a publicação do primeiro dos seus escritos, muitos foram aqueles que, colocando-se de um ou de outro lado da barricada, cerraram fileiras contra ou a favor da teoria da *política de sigilo nos Descobrimentos.* A título de exemplo e sem qualquer pretensão de ser exaustivo, entre aqueles que vieram em sua defesa podemos distinguir Armando Cortesão[125], Joaquim Bensaúde[126] e, mais recentemente – para além do tão célebre quanto bizarro desvario, na esteira do de outros autores, de Augusto Mascarenhas Barreto[127] e das sequelas literárias deste[128] –, João Paulo de Abreu e Lima[129] e, de alguma forma, Jorge Borges de Macedo[130]. Entre aqueles que, durante o mesmo lapso de tempo, questionaram de uma forma

125 Cf. Armando Cortesão, *Espionagem dos Descobrimentos* (separata de *Vida Contemporânea*, n.º 18, Outubro de 1935), Lisboa, 1935.

126 Cf., por exemplo, de Joaquim Bensaúde, *Luciano Pereira da Silva e a sua Obra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 35; *A Cruzada do Infante D. Henrique*, s. l., Agência Geral das Colónias, 1942, pp. 84-85; e *Estudos sobre D. João II* (separata dos *Anais*, 2.ª série, vol. I), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946, pp. 27-28 e pp. 70-71.

127 Cf. Augusto Mascarenhas Barreto, *O Português Cristovão Colombo: Agente secreto do rei Dom João II*, s. l., Referendo, 1988.

128 Cf. José Rodrigues dos Santos, *O Codex 632*, s. l., Gradiva, 2005.

129 Cf. João Paulo de Abreu e Lima, "Às Portas da Índia em 1445-Viagem à Etiópia e ao Oriente em tempo do infante D. Henrique", in Alfredo Ribeiro dos Santos (dir.), Jaime Cortesão *um dos grandes de Portugal*, com prefácio de Mário Soares, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993, pp. 302-308 (artigo anteriormente publicado, como nos diz o seu autor, na *Revista de Marinha*, n.º 829, de Julho de 1992 e no suplemento do *Diário de Notícias* de 6 de Setembro do mesmo ano); e "A confirmação das teses de Cortesão pelos actuais historiadores", in *op. cit.*, pp. 309-314.

130 Cf. Jorge Borges de Macedo, "O carácter Europeu dos Descobrimentos e o sigilo nacional na sua realização", in *op. cit.*, pp. 315-328.

crítica a sua teoria podemos destacar Carlos Coimbra[131], Duarte Leite, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Damião Peres, José de Bragança[132], Luís de Albuquerque[133], Francisco Contente Domingues[134] e, de algum modo, Joaquim Romero de Magalhães[135].

Em qualquer circunstância, com a única excepção de Carlos Coimbra (o qual, entendendo-o como uma prática inverosímil, rejeita o sigilo oficial sobre os descobrimentos[136], circunscrevendo o recurso a este apenas no que concerne às técnicas de navegação[137]), nenhum dos autores mencionados antes, quer

131 Carlos Coimbra, *Sôbre o sigilo oficial dos descobrimentos: Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa* (separata extraída dos fascículos III e IV do volume II dos *Estudos Portugueses do Integralismo Lusitano*), Lisboa, 1933.

132 Cf. José de Bragança, "Introdução", in Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança, s. l., Livaria Civilização-Editora, s. d., pp. XXI-XXII.

133 Luís de Albuquerque, como afirma o próprio autor, publicou alguns comentários à tese do "segredo oficial" ainda antes de 1960, mais concretamente num jornal diário do Porto, em 1959, cf. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edições Vega, 1990, p. 51. Para além dos trabalhos mencionados antes, o mesmo autor publicou também um pequeno artigo que diz rigorosamente o essencial sobre a questão, cf. Luís de Albuquerque, "Política de Sigilo", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., p. 562.

134 Este autor, digno continuador de Luís de Albuquerque, publicou sobre este assunto dois artigos, em qualquer um destes faz uma clara síntese sobre a evolução do conceito, cf. Francisco Contente Domingues, "Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa" in *Mare Liberum-Revista de História dos Mares*, n.° 1, 1990, pp. 105-116 (publicado também na série "Separatas", com o n.° 232, pelo Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1992); e "Política de Sigilo", in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, s. l., Caminho, s. d., pp. 989-992.

135 Cf. Joaquim Romero de Magalhães, "Jaime Cortesão e o sigilo dos descobrimentos portugueses" in *Sigila: Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo*, IX, 2002, pp. 109-117.

136 Cf. Carlos Coimbra, *op. cit.*, p. 20.

137 Cf. *op. cit.*, pp. 23-24.

dirigindo a sua atenção a alguns detalhes quer aos seus fundamentos, ousou alguma vez questionar a possibilidade da coroa portuguesa ter recorrido, aqui ou ali, ao segredo como forma de proteger os seus interesses, designadamente em matéria de navegações[138]. Aliás, não só não afastam tal possibilidade como a maior parte deles, não obstante a inexistência de sólidas provas documentais – como é sabido, estas reduzem-se a meros indícios – presumem como certo que D. João II, o *Príncipe Perfeito*, o fez[139]. Com efeito, nem mesmo Luís de Albuquerque que, ao distinguir como inaceitável que de "um facto negativo" [140] ("a ausência de fontes ou o silêncio delas"[141]) se possa "justificar a formulação de um critério *afirmativo*"[142], aponta a sua maior fragilidade e, sem apelo nem agravo, deitou por terra a teoria da *política do sigilo nos Descobrimentos,* se escusou de afirmar que "Ninguém negará que uma política de reserva fosse adoptada como defesa de um comércio ou de um projecto, sobretudo a partir de D. João II"[143].

Na verdade – como notou Jorge Borges de Macedo e está implícito naquilo que os autores mencionados nos dizem –, se a teoria da *política do sigilo nos Descobrimentos*, tal como a concebeu Jaime Cortesão, contém uma indesmentível fragilidade intrínseca, isso não interfere de modo algum com aquilo que podemos

---

138 Cf. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *A historiografia oficial e o sigilo sôbre os descobrimentos*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1939, pp. 2-3; e José de Bragança, *op. cit.*, p. XXII.

139 Cf. Duarte Leite, "Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses" in *Seara Nova: Revista de Doutrina e Crítica*, n.º 709, de 15 de Março de 1941, pp. 214-215; Damião Peres, *op. cit.*, p. 19 e p. 21; Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 54; Francisco Contente Domingues, *op. cit.*, p. 111; e Joaquim Romero de Magalhães, *op. cit.*, p. 116.

140 Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 54.

141 *Ibidem.*

142 *Ibidem.*

143 *Ibidem.*

reconhecer como uma inegável evidência, a de que o exercício do poder é indissociável da manipulação do segredo e que esta, sendo prática corrente em qualquer tempo e em qualquer lugar, não pode ter deixado de ter sido adoptada em Portugal[144]. Aliás, outra coisa não faria sentido atendendo a que, como assinalou este notável historiador, "O sigilo é a expressão do poder de estado" [145].

Mas então se, como afirma Jorge Borges de Macedo, "a consideração da política de sigilo não desaparece, de modo algum, só porque se demonstra que não houve cortes nas crónicas, uma vez que o relato cronístico é sobretudo memorial e de orientação de estado" [146] e, ainda segundo o mesmo autor, se "não só interessa o que lá está, como o que lá não foi mencionado" [147], dir-se-ia que o problema parece não ter solução. Por outras palavras, se aquilo que as fontes narrativas dizem ou omitem sobre o recurso ao sigilo – designadamente sobre o sigilo nos Descobrimentos – pouco ou nada adianta sobre o assunto e se o que nos resta, no que toca às provas documentais, se resume a algumas medidas legislativas (escassas e de alcance limitado) – punindo a divulgação de certo tipo de informação, estaremos nós irremediavelmente condenados a admitir apenas como muito provável que tenha existido uma política de sigilo?

A este respeito creio que se impõe, antes de mais, esclarecer aquilo que, em meu entender, constitui um indubitável equívoco, a saber, a insistência em reduzir a questão da política de sigilo ao âmbito dos Descobrimentos. Como nos diz Borges de Macedo, o recurso ao sigilo constitui uma prática comum a "qualquer estrutura

144 Cf. Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, pp. 316-321.

145 *Op. cit.*, p. 323.

146 *Op. cit.*, p. 321.

147 *Ibidem.*

política, ou mesmo a qualquer instituição, dentro dela"[148]. A identificação, nas fontes narrativas ou outras, de alguns indícios que apontam para uma política de sigilo sobre os Descobrimentos não pode, em caso algum, induzir-nos a pensar que o recurso a este se circunscreveu apenas a essa matéria. Com efeito, se os dados disponíveis, incluindo a indesmentível relevância estratégica conferida pela coroa portuguesa às questões ultramarinas, sugerem que este constituiu um campo privilegiado de manipulação do segredo, nada obsta – a julgar aliás por aquilo que podemos observar como sendo a prática corrente noutros contextos – que o mesmo tenha sido usado como recurso ordinário da coroa portuguesa na defesa dos seus mais variados interesses. Não me parece, pois, que faça qualquer sentido pretender estudar o sigilo sobre os Descobrimentos como um fenómeno isolado, a sua compreensão – ainda para mais atendendo à aludida escassez de provas documentais – só podendo ser alcançada num cenário mais vasto.

Como assinalei antes, num artigo intitulado "Information et transmission des nouvelles"[149] Yves Renouard, referindo-se à relação entre poder, informação, segredo e circulação da dita informação, afirma: "L'exclusivité de l'information est soeur du secret. Politique, diplomatique, militaire, économique ou religieuse, la nouvelle n'est utile que si elle demeure secrète. C'est là que le problème posé par sa transmission est le plus délicat"[150]. E, um pouco mais à frente, o mesmo autor acrescenta: "La défense du

148 *Ibidem.*

149 Yves Renouard, " Information et transmission des nouvelles " in Charles Samaran (dir.), *L'Histoire et ses méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", s. l., Gallimard, 1973, pp. 96-142.

150 *Op. cit.*, pp. 119-120.

secret de l'information consiste à user d'un langage cryptographique, à chiffrer les messages"[151].

Como é óbvio, os documentos que utilizam a linguagem criptográfica constituem uma expressão material – muito provavelmente a única expressão material que sobreviveu – daquilo que podemos reconhecer como a manipulação do segredo. Assim, a identificação das suas características, em termos absolutos e relativos, permite-nos aferir da capacidade de um determinado Estado – no plano político, diplomático e militar – para defender ou ocultar informação e, em última análise, elucidar alguma coisa sobre o engenho e arte de um Estado para lidar com o segredo. Como é evidente, muito embora possamos reconhecer que no caso da coroa portuguesa e da manipulação do sigilo sobre os Descobrimentos, designadamente sobre a arte de navegar, o recurso ao plano da oralidade possa ter sido comum, não podemos deixar de entender que o mesmo tipo de abordagem continua a fazer sentido e que, do mesmo modo, da forma como esta utilizava a linguagem criptográfica podemos inferir a forma como manipulava o segredo.

Aliás, dir-se-ia que Jaime Cortesão, de alguma forma, identificou essa iniludível relação entre política de sigilo e recurso à criptografia. Com efeito, numa das suas frequentes alusões à *Princesa do Adriático* como exemplo e modelo, Jaime Cortesão afirma:

> Toda a sua política com as repúblicas urbanas do Mediterrâneo, com os Turcos e, mais tarde, os Portugueses, obedeceu ao desejo de monopolizar em proveito exclusivo o comércio do Oriente: daí o ambiente de sigilo em que os seus esforços se desenvolvem. Entre as nações medievais da Europa pertence a Veneza a

151 *Op. cit.*, p. 120.

> precedência e primazia no uso da criptografia em documentos oficiais. Embora corrente na Itália durante o século XV, começaram os Venezianos a utilizá-la no século XIII e tornou-se frequente em documentos seus durante o século seguinte. Deste século, ou seja, do século XIV, data igualmente a organização do seu arquivo; e de 1402 a *Chancelaria Secreta*. Desde então o governo da República multiplica as providências e expedientes para tornar inviolável o segredo sobre as suas deliberações internas e os informes que os seus agentes enviam do estrangeiro[152].

Como vimos antes, a linguagem criptográfica usada no epistolário de D. Diogo Lobo para D. Manuel, quer isto dizer, a linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa nos finais do século XV, corresponde a uma cifra de substituição monoalfabética simples. Esta cifra constitui, sem qualquer sombra de dúvida, a mais elementar forma de manipulação da linguagem criptográfica. Ora, sabendo que a manipulação desta linguagem ao longo da história da criptografia ocidental constituiu um fenómeno imparável e sem retrocessos, podemos desde logo presumir que D. João II, a ter usado alguma, terá necessariamente usado uma cifra semelhante a esta. Se a isto acrescentarmos que a cifra usada nos finais do reinado de D. Manuel e nos primeiros anos do reinado de D. João III[153], embora do mesmo tipo mas recorrendo agora a um

---

152 Jaime Cortesão, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos – Nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, pp. 15-16.

153 Cf. Maria Augusta Lima Cruz e António Manuel Lázaro, "A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado", in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, edição dirigida por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa,

nomenclator, é nitidamente mais sofisticada que a anterior, não podemos deixar de reconhecer que durante esse percurso de aprendizagem – uma aprendizagem que, recordo, se fez no quadro do estabelecimento das representações diplomáticas permanentes – a coroa portuguesa realizou notáveis progressos. Assim, ao contrário daquilo que subsiste nas representações da memória colectiva e daquilo que, contra algumas evidências, Jaime Cortesão e outros insistiram em afirmar, no que concerne à manipulação do segredo todas as provas documentais apontam para que D. Manuel não tenha sido "apenas um pálido discípulo de D. João II"[154].

Como também já observámos, a linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa nos finais do século XV não só inclui uma notória fragilidade intrínseca como se afigura muito menos complexa do que aquela que, na mesma época, vemos ser usada por outros estados europeus, designadamente por Veneza, Milão, Roma ou – o que me parece particularmente interessante – pela corte castelhano-aragonesa. Em rigor, como notámos antes, esta linguagem criptográfica corresponde *grosso modo* à que vemos ser usada pela Santa Sé ou por Veneza mais de cem anos antes[155]. Nestas circunstâncias, somos levados a concluir que a eficácia da linguagem criptográfica usada pela coroa portuguesa nos finais do século XV e nas primeiras décadas do século XVI se prefigura, no quadro europeu e na mesma época, manifestamente reduzida, ou mesmo nula. A ser assim, e entendendo-se a linguagem

---

Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 601-620.

154 Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 166; reproduzido, por exemplo, por Pedro Cardoso, *As Informações em Portugal*, Lisboa, Gradiva/Instituto de Defesa Nacional, 2004, p. 33 e pp. 284-285.

155 Cf. David Kahn, *The Codebreakers – The Story of Secret Writing*, Nova Iorque, Scribner, 1996, pp. 106-107.

criptográfica como expressão material da manipulação do segredo, podemos presumir que o mesmo se poderá dizer da política de sigilo, isto é, que esta política não pode ter sido, à época, particularmente eficaz.

Na verdade, creio que a ter sido adoptada uma política de sigilo pela coroa portuguesa ao longo dos séculos XV e XVI – o que ninguém duvida –, esta foi manifestamente incipiente e incapaz de oferecer quaisquer garantias de defesa, não podendo, em caso algum, ter desempenhado um papel relevante na construção e preservação do império. E a ser assim, diria, a política de sigilo não passou de uma ilusão. Uma ilusão para quem, na época, a concebeu como um eficaz instrumento de defesa dos seus interesses e, acima de tudo, para quem, largas centenas de anos depois e perante alguma escassez de fontes ou as suas omissões, a ergueu como explicação última de um fenómeno que se lhe afigurou algo *sui generis*: os descobrimentos e a expansão portuguesa, esse "grande momento da História nacional e universal"[156].

156 Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 5.

I

Imagens, mitos e equívocos:

Diogo Dias e a sua viagem ou...

uma história *que tem muito que contar*

A figura do Estreito do Mar Roxo quere parecer ao corpo de um lagarto cujas portas são o lugar do colo, onde ele é mais delgado, e a cabeça podemos dizer que é o mar que jaz fora delas, entre o Cabo Guardafu e o de Fartaque. O lançamento desta figura das portas té o fim dela, que é a povoação de Suez, jaz quási per o rumo a que os mareantes chamam Nornoroeste, e haverá neste comprimento espaço de trezentas e cinquenta léguas. Os mouros que o navegam, repartem a largura dele em doze jomos, em que haverá pouco mais de trinta e seis léguas no mais largo dele, a qual medida jomo acerca deles quere dizer oitava parte de vinte quatro, dando por singradura, entre dia e noite, outras tantas partes de caminho, a razão de farçanga por hora, três das quais farçangas fazem um jomo, medida antiga dos párseos, a que os gregos corruptamente chamaram Parasanga.

Repartem mais os mouros estes doze jomos em três partes de longo a longo, com que o mar fica dividido em três faixas: à faixa do meio, que é o lombo deste lagarto, chamam mar largo, por ser limpo e navegável de dia e de noite. começando das portas do Estreito té quási o fim dele, não descendo a sua altura de vinte cinco braças, nem subindo de cinquenta. O que não tem as outras duas faixas que vão pelas ilhargas, ũa ao longo das praias de Arábia e outra da terra África, a que eles chamam Ajam, e por outro nome Abassia, porque ambas estas duas costas fazem o mar mui sujo de ilhetas, restingas e baixos como canais retorcidos, per que se navega de oito até quinze braças, tam temerosos aos navegantes, que como é sol posto lançam âncora.

Pera a qual navegação, por ser mui perigosa, servem os pilotos chamados rebões, que dissemos viverem nas portas deste Estreito; e de levarem delas té o porto de Judá ũa nau, levam vinte cinco té trinta cruzados, e navegam este mar com dous ventos gerais, que são levante e ponente; e quando não são mui tendentes, ventam alguns terrenhos, e porém poucas vezes.

Em todo ele não entra rio de água doce que seja notável; porque a terra de Arábia, depois que entram as portas do Estreito, é mui seca e estérele, somente tem um rio, a que eles chamam Bardilo, que quere dizer branco e preto por se ajuntar de dous pequenos ribeiros, um dos quais tem a água branca e o outro preta. O qual rio se vem meter no mar quatro léguas acima de um lugar chamado Bahaor, e dez de Judá; e é a sua água tam pouca, que, primeiro que chegue às praias, já vem salgada da maré, que a vai receber um bom pedaço per dentro da terra. Os que nascem das serranias, que correm ao longo deste mar da parte da Abassia, a Natureza próvida os mais notáveis e cabedais encaminhou que fossem entrar em o rio, a que os da terra chamam Tagazi, que se vai meter em outro maior chamado per eles Abauhi, que quere dizer pai das águas, e ambos já em um corpo entram em o Nilo pera regarem a terra do Egipto, pois não tem outra chuiva pera dar suas novidades. Alguns pequenos rios que vertem pera este Mar Roxo, por a terra das serranias donde eles nascem té as praias ser mui estérele e um pouco solta com pedregulho, primeiro que entrem no mar, se sumem per baixo no verão; donde os navegantes, quando vão ao longo desta costa, conhecem já as madres dos tais rios, que no inverno são poderosos, e cavando na area e pedregulho, acham a água do rio que corre furtada per baixo.

Geralmente os mouros chamam a este mar Bahar Corzum, que quere dizer mar cerrado, peró que este nome dão eles mais propriamente ao Mar Cáspio, por não ter entrada algua; e outros lhe chamam Mar de Meca, por a casa que ali tem da abominação do seu Mahamede, e todos se espantam de lhe chamarmos Mar Roxo.

João de Barros, *Ásia de João de Barros, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Década II, edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade e com notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp. 357-358.

A primeira notícia que se refere à presença de um qualquer navio português no Mar Vermelho ou nas suas proximidades diz respeito a uma rocambolesca viagem, em 1500-1501, cujos contornos nos fazem, inevitavelmente, lembrar a saga da Nau Catrineta[1]. Sobre esta viagem, protagonizada por um navio da armada de Pedro Álvares Cabral, Avelino Teixeira da Mota, num seu trabalho menor, diz-nos o seguinte: " Diogo Dias, que escapou à

1 Cf. Manuel da Costa Fontes, Israel J. Katz e Samuel G. Armistead, *Portugueses and Brazilian Balladry: A Thematic and Bibliographic Index*, vol. I, Madison, 1997, p. 323.

fúria do temporal, passou o Cabo sem o ver, foi descobrir, quando procurava Moçambique, o extremo norte da ilha de Madagáscar, atingiu depois a costa oriental africana com o navio em mau estado, e, atacado por mouros hostis, chegou a Zeilá. Sem o querer foi assim o primeiro europeu a realizar o périplo da África oceânica, de Gibraltar ao Bab-el-Mandeb, fazendo-o nos dois sentidos, pois conseguiu regressar a Portugal, só em cabo Verde voltando a encontrar outros navios que lhe forneceram gente para reforçar a desfalcada guarnição"[2].

Mas debrucemo-nos sobre o que a historiografia contemporânea e as fontes quinhentistas nos dizem sobre o dito navegador e sobre esta sua viagem.

O *capitão-general:* Pêro ou Diogo Dias?

A propósito do seu protagonista e referindo-se à expedição que ultrapassou pela primeira vez o Cabo da Boa Esperança, Damião Peres diz-nos o seguinte: "Da terceira [caravela] ignora-se a denominação, sabendo-se que a comandava um irmão do capitão-mor cujo nome oferece dúvidas, podendo ter sido Diogo Dias ou Pêro Dias. Barros chama-lhe Pêro Dias, e volta a dar-lhe o mesmo nome ao enumerá-lo entre os capitães dos navios da frota de Pedro Álvares Cabral: 'Bartolomeu Dias, o que descobriu o Cabo da Boa

2 A. Teixeira da Mota, *Bartolomeu Dias – Descobridor do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1988, pp. 32-35 (este texto, cumprindo propósitos de divulgação, tal como a sua versão em inglês, reproduz um outro com o mesmo título publicado em 1955). Julgo que a referência deste autor à presença do navegador em Zeila não é mais que um pequeno equívoco de alguém que poderá ter escrito este texto de memória, considerando que nenhuma das fontes que utilizei o faz e que Teixeira da Mota, sempre tão rigoroso, não fundamenta a sua afirmação.

Esperança, e seu irmão Pêro Dias'; Porém logo a seguir, ao tratar das vicissitudes desta frota, já lhe chama Diogo Dias: 'D. Manuel ordenou que Bartolomeu Dias e Diogo Dias seu irmão'. Se se recorre a outros cronistas, a hesitação não se desfaz: Damião de Góis di-lo Pêro Dias, e Castanheda chama-lhe Diogo Dias"[3]. Um pouco mais à frente, referindo-se à viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, o mesmo autor, afirma: "Sabe-se quem eram os escrivães dos três navios do descobrimento: do S. Gabriel, Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias e seu companheiro no descobrimento da passagem de sueste"[4]. De facto, à semelhança de Damião Peres, muitos outros autores assumem que se trata de uma insignificante confusão em torno do nome de um mesmo indivíduo, ao qual invariavelmente, apontando ou não as divergências nas fontes e não dando grande importância ao assunto, optam por chamar Diogo Dias[5].

Na realidade, muito embora nunca tal seja dito, tal opção parece não só reduzir esta confusão a um lamentável *lapsus calami* – explicável pela óbvia semelhança das abreviaturas manuscritas de Pêro e de Diogo – como identifica a origem deste lapso – sem que

---

3 Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, 1960, p. 230.

4 Damião Peres, *op. cit.*, p. 289.

5 Cf., por exemplo, Abel Fontoura da Costa, "Ás Portas da Índia em 1484" in *Anais do Club Militar Naval*, tomo LXVI, n.º 3 e 4, Março e Abril de 1935, p. 355 e pp. 372-374; Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares e o descobrimento do Brasil*, "Obras Completas de Jaime Cortesão", Lisboa, Portugália, p. 91; Moacir Soares Pereira, "Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral" in *Revista da Universidade de Coimbra*, XVII, 1979, pp. 74-75; Fernando Cordeiro, "Diogo Dias" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, I, s. l., Caminho, 1994, p. 354; Jorge Couto, *A Construção do Brasil – Ameríndios, Portugueses e Africanos*, no início do povoamento a finais de Quinhentos, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 164; e José Manuel Garcia, *Pedro Álvares Cabral e a Primeira Viagem aos Quatro Cantos do Mundo*, s. l., Círculo de Leitores, 2001, pp. 96 e 122.

alguém tivesse previamente estabelecido uma clara relação de dependência entre as fontes disponíveis – com a obra de João de Barros. Ora, se tal asserção me parece conter alguma fragilidade à partida – nem que seja porque se trata de um lapso recorrente –, o resultado último desta leitura conduz à identificação de um único indivíduo (Diogo Dias ou Pêro Dias) como protagonista de todas estas viagens, o que me parece inaceitável pelas razões que exponho em seguida.

Admitindo, em primeiro lugar, que este irmão de Bartolomeu Dias – esqueçamos por ora o seu nome – participou na expedição que ultrapassou pela primeira vez o cabo da Boa Esperança, por natureza uma expedição de exploração[6], poderíamos tomá-lo, digamos, como um homem do mar[7]. Aliás, esta ideia é corroborada por João de Barros: " E em a nau que levava os mantimentos, ia por capitão Pêro Dias, irmão de Bartolomeu Dias, de que era pilôto João de Santiago e mestre João Álvares, todos, cada um em seu mister, mui espertos"[8]. Admitindo também que, tendo acompanhado Bartolomeu Dias, e mais tarde Vasco da Gama na viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, este irmão de

6 A bibliografia disponível sobre a viagem de Bartolomeu Dias, como é sabido, é muito vasta, cf. Luís Filipe Barreto (coord.), *Por Mar e Terra: Viagens de Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã*, s. l., Biblioteca Nacional, 1988; no seio desta, incidindo sobre o significado desta viagem, convirá destacar o trabalho de W. G. L. Randles, *Bartolomeu Dias and the Discovery of the South-east Passage linking the Atlantic to the Indian Ocean (1488)*, " Série Separatas", 188, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

7 Cf. E. G. Ravenstein, "The Voyages of Diogo Cão and Bartholomeu Dias, 1482-1488" , *The Geographical Journal*, Londres, XVI (6), Dezembro de 1900, p. 643; e Eric Axelson, *Congo to Cape. Early Portuguese Explorers*, Londres, Faber and Faber, 1973, p.98.

8 João de Barros, *Ásia de João de Barros, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Década I, edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade e com notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 91.

Bartolomeu Dias seria, no momento em que acompanhou Pedro Álvares Cabral, um dos homens mais experimentados nesta viagem.

Finalmente, recorrendo à obra de Barros, sabemos que este experiente homem do mar, capitão do navio de mantimentos da armada de seu irmão, tendo ficado algures na costa ocidental africana com os seus homens por ocasião dessa viagem, se viu envolvido num trágico episódio, sobre o qual João de Barros diz: "E de nove homens que ali ficaram eram vivos três sòmente, um dos quais, a que chamavam Fernão Colaço, natural do Lumiar, têrmo de Lisboa, que era escrivão, assi pasmou de prazer em ver os companheiros, que morreu logo, andando bem fraco de enfermidade. E a razão que deram dos mortos, foi fiarem-se dos negros da terra com quem vieram ter comunicação, os quais sôbre cobiça dalgumas cousas que resgatavam os mataram"[9]. Nestas circunstâncias, o que teria então levado este prático mareante a repetir uma tão amarga experiência? O que teria levado este navegador, dez anos volvidos sobre o descobrimento da passagem de Sueste, a cometer exactamente o mesmo erro e, em consequência disso, a perder a maior parte da tripulação do seu navio, algures nas proximidade do Mar Vermelho? Dir-se-ia que não só este episódio mas, como veremos mais à frente, a rocambolesca aventura protagonizada por este intrépido navegador, na sequência das viagens anteriores, só poderia explicar-se – usando uma expressão de Zurara – por uma *inclinação das rodas celestiaes* [10] que faziam dele alguém com uma natural predisposição para o infortúnio!

Ainda a propósito do mesmo assunto mas abrindo um caminho diferente – eventualmente sugerido por Edward Luther

9 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 94.

10 Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança, s. l., Livaria Civilização-Editora, s. d., p. 46.

Stevenson[11]–, José Pedro Machado e Viriato Campos, ao referirem-se ao escrivão que, a bordo do São Gabriel, acompanhou Vasco da Gama à Índia, afirmam:

> Dos escrivães oferece-nos dizer o seguinte: alguns historiadores de Quinhentos parecem terem estabelecido confusão entre Diogo Dias e Pêro Dias, considerando-os nomes de uma e mesma pessoa, irmão de Bartolomeu Dias.
>
> A análise do caso leva-nos à conclusão de que se trata de dois irmãos do descobridor do Cabo: um era Diogo Dias, escrivão da nau 'S.Gabriel' de Vasco da Gama, que seguiu depois também na viagem de Álvares Cabral e a quem Pêro Vaz de Caminha se refere na sua célebre carta dirigida a D. Manuel. Diz-se aqui que fora almoxarife de Sacavém e que Álvares Cabral o mandou dormir numa aldeia indígena da Terra de Vera Cruz com dois degredados para obter notícias da terra – facto este incompatível com a de capitão de navio como era nesta viagem Pêro Dias, reconhecido irmão de Bartolomeu Dias e navegador que, na primeira viagem de Diogo Cão, teria dado o seu nome à praia e ao rio de Pêro Dias, situados adiante do cabo de Lopo Gonçalves.
>
> Diogo Dias em 1513 ainda era vivo, pois D. Manuel deu-lhe nesse ano a capitania de uma das caravelas que se destinava a apresar no mar a nau de Francisco Pereira Pestana, ex-capitão de Quíloa que havia cometido graves faltas e maltratado na ilha de Moçambique o embaixador Mateus do Imperador da Etiópia[12].

A propósito do mesmo assunto, noutra obra sua, Viriato Campos, valorizando uma das fontes narrativas, acrescenta: "Damião de

11 De facto, lamentavelmente sem nos dizer qual a origem de tal asserção, este autor alude explicitamente a "Bartholomew Dias, one of three distinguished brothers", cf. Edward Luther Stevenson, *Marine world chart of Nicolo de Canerio Januensis: 1502 (circa)*, New York, The American Geographical Society, 1908, p. 68.

12 José Pedro Machado e Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, s.l., edição da Câmara Municipal de Lisboa, s.d., p. 24.

Góis, guarda-mor da Torre do Tombo, escreveu a crónica de D. Manuel depois de escritas as obras de Castanheda e de Barros, e devia ter notado nelas as divergências, que teria procurado esclarecer"[13].

Igualmente, não obstante o meritório esforço de José Pedro Machado e Viriato Campos no sentido de recolherem as informações que as diferentes fontes narrativas e cartográficas fornecem (lamentavelmente sem darem conta da sua origem), entendo que esta proposta de identificação, sendo razoável como hipótese, levanta algumas dúvidas pelo modo como foi formulada. De facto, referindo-me apenas ao que entendo serem as premissas fundamentais em que assenta esta identificação, podemos afirmar que estes autores cometem dois erros inaceitáveis: ao evocar uma alegada incompatibilidade entre o estatuto social inerente à condição de capitão de um navio e a execução de uma missão atribuída ao mesmo pelo capitão-mor, definem uma incompatibilidade que é claramente anacrónica e, partindo desta, formulam uma hipótese que é suportada por um pressuposto que não provam. Na verdade, para desmentir essa suposta incompatibilidade bastaria apenas proceder a uma leitura atenta da *Carta de Pero Vaz de Caminha* ou da *Relação do Descobrimento da Índia por Vasco da Gama*. O primeiro texto revela-nos repetidas referências a missões semelhantes, atribuídas a outros capitães cuja identificação como tal é inquestionável, nomeadamente Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias[14]. O segundo mostra-nos o capitão-mor

13 Viriato Campos, *Aclaração do feito de Bartolomeu Dias – Português de Lei e Grande Perito na Arte de Navegar*, s. l., Europress, s. d., p. 35.

14 Cf. "Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel", in *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999, pp. 97, 101 e 105.

da armada que descobriu o caminho marítimo para a Índia, algures nas proximidades da angra de São Brás, imitando os nativos na praia, bailando com os seus homens em cima de um batel[15]. Em qualquer um dos casos, quer tratando-se de missões de ínfima importância quer dos audaciosos passos de dança de um capitão-mor – diria que, para estes autores, tais preparos não se afiguram consentâneos com a condição de Vasco da Gama –, parece-me óbvio que estamos perante um cenário onde não há lugar para a alegada incompatibilidade. Por outro lado, estes autores não só não provam que o universo de indivíduos com um nome tão comum se limitava a dois como também não nos fornecem qualquer fundamento capaz de sustentar a sua hipótese de que havia dois irmãos de Bartolomeu Dias na referida armada, um dos quais capitão e o outro – não obstante ter sido escrivão de Vasco da Gama e, ainda segundo Viriato Campos e José Pedro Machado, capitão de uma caravela em 1513 – sem função atribuída[16].

Na verdade, considerando que em nenhum caso a historiografia contemporânea se debruçou sobre este navegador (a não ser de uma forma limitada a propósito de cada uma das viagens em que este teria participado, diríamos, como actor secundário) e que tudo aquilo que até agora foi escrito é manifestamente insuficiente, impõe-se centrar nele o nosso olhar, prosseguindo na busca de uma

15 Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama, fac-símile* do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto e texto actualizado por A. de Magalhães Basto, vol. I, Porto, Livaria Civilização Editora, 1945, fl. 8.

16 As únicas fontes que fornecem alguma informação sobre o número de pessoas a bordo desta armada são as fontes narrativas. Estas, como se sabe, apontam para quantitativos, entre gente do mar e homens de armas, um tanto díspares, entre 900 e 1500 homens, cf. Damião Peres, *op. cit.*, p. 441; e Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, s.d., p. 27.

identificação, uma vez que dessa pode depender um melhor entendimento da sua viagem, supostamente até às margens do Mar Vermelho.

Neste sentido, tratando-se de um irmão do navegador que descobriu a passagem de Sueste – o que, como veremos mais à frente, se confirma –, o primeiro passo foi dado recorrendo a genealogias[17] e a estudos biográficos sobre Bartolomeu Dias[18]. No que diz respeito às genealogias, todas as que foram utilizadas, dizendo alguma coisa sobre a sua descendência, são omissas quer em relação às origens de Bartolomeu Dias quer no que concerne a um qualquer seu irmão[19]. Uma única excepção foi possível

17 Cf., por exemplo, *Livro de Linhagens do século XVI*, introdução por António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956; Cristovão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, publ. por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz e Augénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal* (facsímile da 1.ª edição), 5 vols., Braga, Carvalhos de Basto, 1989; e ainda, entre as manuscritas, Tomás Caetano de Bem, António de Lima, Francisco de Sousa Cerqueira e Luís Lobo da Silveira, *Liuro de linhagens do reino de Portugal* , obra do século XVIII que corresponde ao Códice 977 do *Fundo Geral* da Biblioteca Nacional, em Lisboa.

18 Cf. Henrique Lopes de Mendonça, *Bartholomeu Dias e a Rota da Índia (artigo não inserto no numero da Revista Portugueza Colonial e Marítima Commemorativo do Centenário da Índia)*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1898; Henrique Loureiro, *A Naturalidade e a Família de Bartolomeu Dias: Quais Foram ?* (separata do n.º 1 de *Brasões e Genealogia*), Lisboa, Tipografia do Comercio, 1926; D. Antonio Xavier da Gama Pereira Coutinho, *Os Representantes de Bartolomeu Dias e de seu neto Paulo Dias de Novais: Breves notas sobre sua Família e representação, devidamente documentadas e acrescidas duma minuta inédita para a doação da Capitania de Angola*, Matozinhos, 1933; Sofia Diniz, "Bartolomeu Dias e Diogo Dias", in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 185-207.

19 A propósito de Bartolomeu Dias e da possibilidade deste já reunir os apelidos Dias e Novais, possibilidade largamente discutida por Lopes de Mendonça, Henrique Loureiro e D. António Coutinho nas obras mencionadas anteriormente e em torno da qual se desenvolve a discussão da sua origem social é interessante notar que na *Chancelaria de D. João II*

identificar, um nobiliário onde se pode ler: "Dis Gaspar de Faria que este Bartolomeu Dias tivera hum jrmão chamado Alvaro Dias cuja suceessam vay na pag. Seguinte"[20]. Aliás, este mesmo silêncio em relação à família de Bartolomeu Dias já Henrique Lopes de Mendonça havia verificado a propósito do seu celebrado irmão: "As genealogias, que consultei em grande numero, são mudas com respeito á familia do illustre navegador, cuja linhagem não se me afigura por extremo luzida"[21]. De igual modo, o recurso aos estudos biográficos sobre Bartolomeu Dias nada adiantaria sobre este assunto, denunciando até uma dificuldade adicional. Refiro-me, mais concretamente, à dificuldade imposta pelo uso ainda muito comum no século XV de Dias enquanto patronímico de Diogo[22].

Prosseguindo nesta busca de novos dados e não tendo sido possível obter resultados recorrendo a fontes genealógicas e a biografias de Bartolomeu Dias, procedeu-se não só a uma análise atenta da chancelaria de D. João II e de D. Manuel como de alguma

---

consta uma carta de oficio de escrivão das sisas de Aljubarrota, datada de Lisboa, 20 de Junho de 1488, atribuído a um tal Álvaro Dias Navais, cf. Manuela Mendonça, *Chancelaria de D. João II. Índices. Fontes Documentais*, vol. II, Lisboa, AN/TT, 1994, p. 461. Igualmente, também não deixa de ser interessante verificar a referência a um Álvaro Dias, procurador de Margarida Annes, mulher que havia sido de Bartolomeu Dias, no *Livro da receita e despesa do Tesouro de Guiné que se começou em 1504*, cf. I. A. N. / T. T., *Núcleo Antigo*, 799, fol. 243.

20 Cf. *Colecção Pombalina*, códice 390, fl. 179, na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Ainda a propósito de um irmão de Bartolomeu Dias com esse mesmo nome não deixa de ser interessante notar que o autor anónimo da *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses* o dá precisamente a um dos capitães de Pedro Álvares Cabral, cf. *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da índia pelos Portugueses*, introdução, leitura, actualização, notas e glossário de Luís de Albuquerque, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d., p. 44.

21 Henrique Lopes de Mendonça, *op. cit.*, p. 8

22 *Ibidem*; e Henrique Loureiro, *op. cit.*, pp. 8-9.

documentação já publicada em diversas colectâneas[23]. Este esforço revelou-se igualmente infrutífero, tornando-se evidente que em caso algum era possível a identificação, sem margem de dúvidas, com o navegador que havia protagonizado esta ou estas viagens. Em rigor, a única conclusão possível que resulta de uma observação dos índices das referidas chancelarias, suportada pela constatação de que tanto o nome Pêro Dias como Diogo Dias é muitíssimo comum no final do século XV e no princípio do século XVI[24], desenvolve-se no sentido de se afirmar que nada impede que vários indivíduos com o mesmo nome tivessem participado nestes diferentes episódios.

---

23 Como, por exemplo, as seguintes: *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia)*, coligida e anotada por António da Silva Rêgo, 1.º vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947; Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840). Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa (1497-1840), vols. I, II, III e IV, Lisboa, National Archives of Rhodesia and Nyasaland-Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1965; e Portugaliae Monumenta Africana, Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (dir.), Maria Luísa Oliveira Esteves (coord.), transcrição paleográfica de Maria Francisca de Oliveira Andrade et alii, vols. I, II e III, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993-2000.

24 Com efeito, desde logo, se recorrermos aos índices da *Chancelaria de D. João II*, publicados por Manuela Mendonça – o que envolve algum esforço porque esta obra não possui índice onomástico – , quer isto dizer, apenas para o período que se estende entre 1481 e 1495, podemos distinguir 43 ocorrências de Diogo Dias e 62 de Pêro Dias, cf. Mendonça (Manuela), *Chancelaria de D. João II. Índices. Fontes Documentais*, 2 vols., Lisboa, AN/TT, 1994. A isto, podemos ainda acrescentar que, como seria de calcular, os mesmos nomes continuam a constituir uma presença constante nos primórdios do século XVI, cf., por exemplo, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas de ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Letras da Academia Real das Ciências de Lisboa, sob a direcção de Raymundo António de Bulhão Pato e, a partir do tomo V, de Henrique Lopes de Mendonça, 7 tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1898-1935, designadamente no tomo II, pp. 159-231; III, pp. 30, 50, 76, 80, 92, 96, 226, 264 e 280; IV, pp. 206-207 e 295; V, 171, 250, 321, 343, 390, 402 e 408; VI, p. 65; e VII, pp. 78 e 206.

Como é evidente, esta plausível possibilidade pode contribuir de uma forma decisiva para explicar não só as divergências entre os autores quinhentistas como também os contornos rocambolescos da viagem que pela primeira vez se aproximou das margens do Mar Vermelho.

A propósito de um cenário semelhante, numa nota introdutória de uma colectânea de documentos sobre Bartolomeu Dias, Luís de Albuquerque diz o seguinte: "As referências dos diplomas seleccionados para esta colectânea visam o navegador que pela primeira vez passou com os seus navios do Atlântico para o Índico, se não todos com absoluta certeza, pelo menos com forte probabilidade".[25] Tal como este autor, também eu entendo que, não obstante a proliferação de homónimos, convém empreender um esforço de identificação que permita, salvaguardando as devidas diferenças, explicar não só esta viagem como as divergências das fontes narrativas.

Na sequência das considerações anteriores, vejamos agora o que nos diz a historiografia quinhentista, nomeadamente Gaspar Correia, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Damião de Góis – recorrendo aqui ou ali a outras fontes eventualmente elucidativas – a propósito do protagonista ou dos protagonistas de cada uma das viagens referidas anteriormente.

Em primeiro lugar, a única fonte narrativa que se refere ao capitão do navio de mantimentos que acompanhou Bartolomeu Dias na sua viagem para além do Cabo da Boa Esperança é a de João de Barros que, identificando-o como irmão do capitão-mor, lhe chama Pêro Dias[26]. Para além desta obra, foi ainda possível,

25 *Bartolomeu Dias. Corpo Documental–Bibliografia*, coordenação de Luís de Albuquerque, transcrição de Vítor Gaspar Rodrigues e bibliografia por José Barbosa, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988, [p. 1]

26 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 91.

reproduzindo este autor ou a sua fonte, encontrar igual notícia em várias *Relações de Armadas* que incluem informação sobre a viagem de Bartolomeu Dias[27]. Efectivamente, a existência de, pelo menos, um Pêro Dias, envolvido em viagens no Atlântico Sul, desde finais do século XV até ao início do século XVI, é confirmada pela cartografia[28] e pelas numerosas referências que lhe faz o *Livro da*

27 Cf. "Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá" in *Miscelânia Histórica* (Biblioteca da Ajuda, 50-V-23), fls. 1-28, publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Outubro-Dezembro de 1989, p. 731-790; "Relação das Armadas" in *Ementa da Carreira da Índia* (Biblioteca Central de Marinha, RDS-5-03), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Julho-Setembro de 1990, pp. 453- 516; *Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638* (Biblioteca da Ajuda, 51-VII-5), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março de 1991, 87-161; e "Livro das Armadas, e Capitães que forão a Yndia, do Descobrimento della ate oie" in *Symmicta Lusitanica*, tomo V (Biblioteca da Ajuda, 46-IX-12), fls.103 -104v.

28 Avelino Teixeira da Mota, compulsando fontes cartográficas contemporâneas, entre o cabo Lopez e o cabo de Santa Catarina, mais precisamente a 1° 43' S e 9° 15 E, identificou um rio registado como *Paraidia*. A propósito dessa referência, este autor afirma que "numerosas fontes portuguesas e estrangeiras, a partir do século XVI, referem neste local um rio de Pero Dias, que ignoramos quem tenha sido. Paradia e Paraidia são portanto formas corruptas de Pero Dias", cf. A. Teixeira da Mota, *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África: desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1950, p. 336. Um pouco mais à frente, o mesmo, insiste em fazer remontar ao século XVI a mais antiga referência a tal topónimo, cf. *op. cit.*, p. 476. Com efeito, compulsando exclusivamente aqueles topónimos que perduraram até quase aos nossos, a mais antiga menção ao rio de Pêro Dias consta apenas de uma carta de *Pilestrina*, de c. 1503, cf. Edward Luther Stevenson, *op. cit.*, p.100. Curiosamente – o que poderá elucidar alguma coisa sobre os caminhos que levaram à sua corrupção –, na carta de *Blaeu-Verbist*, de 1644, surge com a forma *r. de Pera Diez* e na reprodução da legenda, apresentada por quem a estudou, como *r. de Peradie*, cf. Jean Denuncé, *L'Afrique au XVIème siècle et le commerce anversois. Avec reproduction de la carte murale de Blaeu-Verbist de 1644*, Anvers, De Sikkel, 1937, pp. 105 e 110. Por outro lado, se alargarmos o nosso horizonte de observação a outros topónimos da mesma região cujo uso se parece ter mantido apenas ao longo do século XVI, podemos encontrar uma referência a uma *praia de Pero Diaz* numa carta de Pedro Reinel, de c. 1485 (Archives Departamentales de la Gironde, Bordéus), cf. a respectiva reprodução, por exemplo, in Luís

Receita e Despesa do Tesouro de Guine que se começou em 1504[29]. Se a existência, nos finais do século XV, de um navegador com esse nome é inquestionável e se em nenhum caso é possível afirmar, sem margem para dúvidas, que se trata do mesmo indivíduo e muito menos de um irmão de Bartolomeu Dias, podemos no entanto, como hipótese explicativa, conceber essa possibilidade, o que justificaria a identificação produzida ou transmitida por João de Barros a respeito desta viagem.

Em segundo lugar, Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Damião de Góis referem-se a um Diogo Dias, escrivão que acompanhou Vasco da Gama a bordo do *São Gabriel* e que em Calicute desempenhou funções de relevo, como feitor junto do Samorim[30]. Somente João de Barros o dá como

---

Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, s.d., p. 116; e numa de Francisco Rodrigues, c. 1513, cf. Visconde de Santarém, *Atlas*, org. e pref. de Martim de Albuquerque, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1989 (reprodução fac-similada da edição de 1849); tal como a um *.c. de Pero Dias*, no *Planisfério* de Nicolaus de Canerio de c. 1502 ou no de *Waldsemüller* de 1516, cf. Edward Luther Stevenson, *op. cit.*, pp. 100-101. Dito isto, parece-me evidente que o recurso à cartografia confirma a existência de um de Pêro Dias envolvido em viagens no Atlântico Sul, nos finais do século XV e no princípio do século XVI.

29 De facto, o *Livro da receita e despesa do tesouro de Guiné que se começou em 1504*, por Fernão d' Espanha, inclui inúmeras referências a um Pêro Dias, capitão da caravela *Princesa*, e às viagens que este realizou à Mina em 1504 e 1505, cf. I.A.N./T.T., *Núcleo Antigo*, 799, fls.16v., 17v., 22, 75v., 84v., 123, 347, 357, 391, 399 e 524v.

30 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1979, pp. 44, 58 e 74; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, publicadas de ordem da classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, pp. 89-93, 95-97, 99, 102, 106-109; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, p. 90 e p. 100; e João de Barros, *op. cit.*, I, p. 134 e p. 166.

irmão de Bartolomeu Dias[31]. As restantes fontes narrativas omitem esta informação, incluindo Góis que utilizou a obra de Barros e Gaspar Correia que o apresenta apenas como "homem da criação d'El Rey"[32]. Se recorrermos a outras fontes, nomeadamente o mais importante texto sobre a viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia – a *Relação* atribuída a Álvaro Velho[33] –, é interessante notar que o seu autor, referindo-se várias vezes a Bartolomeu Dias e dando relevo ao papel desempenhado por Diogo Dias na armada de Vasco da Gama, curiosamente, omite qualquer relação entre os dois[34].

Efectivamente, se as fontes quinhentistas parecem nada mais acrescentar especificamente sobre este indivíduo, na verdade fornecem informações que, indirectamente, permitem sustentar uma hipótese plausível. Refiro-me, em concreto, ao que podemos extrair de uma pequena passagem do texto de Barros, seguida por Damião de Góis, a propósito da viagem de regresso de Vasco da Gama: "Vasco da Gama com aquêle temporal foi ter à Ilha de Santiago, e por trazer seu irmão mui doente, leixou por capitão em seu navio a João de Sá, que se viesse a Lisboa"[35]. E ainda, sobre o mesmo assunto, a outra de Fernão Lopes de Castanheda que diz o seguinte: "Achãdo Vasco da gama menos Niculau Coelho, esperou

31 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 134.

32 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 89.

33 Sobre os diferentes relatos da viagem de Vasco da Gama, *vide* Jean Aubin, "À propos des récits du premier voyage de Vasco da Gama" in Jean Aubin, *Le Latin et L' Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000, pp. 455-481.

34 Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama, fac-símile* do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto e texto actualizado por A. de Magalhães Basto, vol. I, Porto, Livaria Civilização Editora, 1945, fls.

35 João de Barros, *op. cit.*, I, p.174; e Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 106.

por elle hũ dia & vendo que não vinha seguio seu caminho pera a ilha de Sãtiago, onde chegado fretou hũa carauela pera ir nela a Portugal mais asinha que na nao em que ya, assi por fazer muyta agoa com que cortaua pouco, como por leuar muyto doente seu irmão Paulo da gama, & deixou por capitão da nao a Ioão de sá seu escriuão"[36]. Desde logo, da leitura dos trechos anteriores, ressaltam dois pormenores particularmente interessantes: a referência a João de Sá como escrivão de Vasco da Gama e a notícia que dá conta de, na ilha de Santiago, o capitão-mor ter entregue precisamente a este o comando do seu navio. Na verdade, existindo uma clara unanimidade entre os autores quinhentistas em torno da identificação de Diogo Dias como escrivão de Vasco da Gama, lugar que lhe conferia alguma preeminência entre os restantes escrivães (confirmada pelo exercício da função de feitor em Calicute), afigura-se-me não só estranha a menção a João de Sá como escrivão do capitão-mor como desusada a sua nomeação para o substituir no comando do São Gabriel. Os pormenores aduzidos, o facto de, como é sabido, ter ocorrido um elevado número de baixas na armada durante toda a viagem e ainda, coincidência notável, a ausência de qualquer menção a Diogo Dias entre os sobreviventes posteriormente beneficiados com mercês régias, levam-nos a admitir a possibilidade deste Diogo Dias ter falecido algures na viagem de regresso[37].

Por último, Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda identificam o capitão de um dos navios da segunda armada que

---

36 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p.72

37 Sobre as inúmeras mercês concedidas aos sobreviventes da *viagem de descobrimento das yndias vide* Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 60-69, 130-132, 148-153, 366-367; *op. cit.*, vol. XIV, 1899, pp. 561-565; *op. cit.*, Anno XV, 1900, p. 28.

chegou à Índia como Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias. Damião de Góis, por sua vez, refere-se-lhe como Pêro Dias e João de Barros oscila entre Pêro Dias ou Diogo Dias, dizendo-o igualmente irmão de Bartolomeu Dias[38]. Se recorrermos a *Relações de Armadas* podemos verificar que, com apenas duas excepções, a grande maioria lhe chama Pêro Dias[39]. É exactamente em relação

38 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 181 e p. 215.

39 Cf. *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em *fac-simile* do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. 15; *Livro de Lisuarte de Abreu*, edição em *fac-simile* com introdução por Luís de Albuquerque e leitura de Maria Luísa Esteves, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, fl. 17v.; Simão Ferreira Paez, *As Famozas Armadas Portuguesas (1496-1650)*, edição fac-similada com introdução de Didio Ibratym Affonso da Costa, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1937, p. 10; *Relação Das Náos e Armadas da Índia Com os successos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrucção dos curiozos, e amantes Da Historia da Índia* (British Library, *Códice Add.* 20902), leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 10-11; *Conquista da India per humas e outras armas reaes e evangélicas. Em breves memorial de varões illustres e feitos maravilhosos em huma e outra conquista (1497-1555),* (British Library, *Códice Egerton* 1646), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Abril-Junho de 1989, p. 272; "Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá" in *Miscelânia Histórica* (Biblioteca da Ajuda, 50-V-23), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Outubro-Dezembro de 1989, p. 737; *Relação das Armadas in Ementa da Carreira da Índia* (Biblioteca Central de Marinha, RDS-5-03), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Julho-Setembro de 1990, pp. 461-462; *Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638* (Biblioteca da Ajuda, 51-VII-5), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março de 1991, pp. 88-89; "Relação de Capitães Mores e Naus que vieram do Reino a este Estado da Índia des o seu Descobrimento" in *Catálogo Verdadeiro e Completo do Bispos e Governadores que sucessivamente regerão a Igreja de Macao até ao presente ano de 1745, obra também conhecida por Livro do Padre Montanha* (Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 1659), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Janeiro-Março de 1995, p. 68;

ao protagonista desta viagem – e perante as flagrantes divergências dos testemunhos – que as dúvidas se instalam. Na verdade, não obstante ser possível identificar algumas fragilidades em cada uma das fontes e recolher indícios de relações entre as fontes narrativas e entre estas e as *Relações de Armadas*, não é ainda possível aferir o seu valor absoluto e relativo[40]. Em consequência disto, afigura-se desde logo como claramente insustentável quer a opção sugerida pela maioria dos testemunhos quer a preferência por um deles, fundamentada de forma insuficiente. É este o caso de Viriato Campos ao privilegiar o testemunho de Góis, presumindo que este autor, tendo escrito depois de Castanheda e Barros, teria esclarecido as suas divergências – Sendo assim, parece-me que a única solução possível para ultrapassar a dita confusão passa por uma renovada leitura das fontes, não só particularmente atenta aos pormenores como centrada na referida personagem.

"Visores, Governadores, Capitães Mores, que forão para a Índia desde o ano de 1497 em diante, e naus e mais embarcações que forão para as ditas parte, e os dias em que partirão" in Luís Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda, e real património dos reynos de Portugal, Ilhas Adjacentes da Sua Coroa e outras particularidades dirigido ao mui Cathólico, e poderoso rey D. Philipe nosso Senhor terceiro do nome na Coroa de Castela, 2.° na de Portugal feito e ordenado por Luís Figeiredo Falcão sem secretário*, publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Abril-Junho de 1995, pp. 298-299; e *Memória das pessoas que passaram à India nos anos de 1504 a 1628* (Biblioteca Nacional, Lisboa, *Colecção Pombalina*, 123), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXVI, Abril-Junho de 1996, p. 249.

40 Como registou, em 1979, Luís de Albuquerque – situação que hoje, de algum modo, se mantém –, está ainda por fazer tanto o inventário como o estudo sistemático de inúmeras *Relações de Armadas*, tanto publicadas quanto inéditas, cf. *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em *fac-símile* do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. 7.

Convém, antes de passarmos a essa leitura – até porque constitui um importante sustentáculo de qualquer proposta de identificação – assinalar que este indivíduo era indubitavelmente irmão de Bartolomeu Dias. Podemos afirmá-lo, sem qualquer dúvida, não só em função da unanimidade dos testemunhos como também porque esta afirmação é corroborada por um documento coevo, o *Livro da Receita e Despesa do Tesouro de Guine que se começou em 1504*. De facto, este texto não podia ser mais explícito. Numa alusão clara ao episódio vivido pelo aludido navegador, pode ler-se nele o seguinte: "A xx de março (1505) pagou a Lamçarote diaz sete mjll quatro cemtos cimqoemta e ojto reaes...bij iiij biij...rs que lhe montou no soll(do) doyto meses que lhe el rey mandou pa(ga)r do tempo que amdou per terra depoys que escapou do batell que tomaram ao Irmãao de bertolameu diaz no estreyto de meca de que lhe deu conhecimento no dito dia"[41].

Dito isto, vejamos então o que nos dizem as fontes quinhentistas e aquilo a que nos conduz a relação entre alguns pormenores aparentemente insignificantes.

Em primeiro lugar, podemos estabelecer, recorrendo ao testemunho de João de Barros (corroborado por Castanheda, pela *Relação do Piloto Anónimo* e por algumas referências documentais a um regimento específico de Bartolomeu Dias), que este navegador e seu irmão, no conjunto da armada de Pedro Álvares Cabral, foram

41 Cf. Brito Rebello, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI seculo (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama – Sua familia, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, Ano XV, 1900, p. 92. O autor em causa, identificando esta fonte como o *Livro do Thesoureiro da Casa da Guiné de 1504* – em rigor, *Livro da Receita e Despesa do Tesouro de Guine que se começou em 1504*, actualmente, I.A.N./T.T., *Núcleo Antigo*, 799 –, por lapso, assinala que esse registo se encontra no f. 530v. quando, na verdade, se encontra no fl. 245v. (235 v. da numeração antiga).

incumbidos de uma missão particular[42]. Mais concretamente, diz-nos Barros que "el-Rei Dom Manuel ordenou que Bartolomeu Dias e Diogo Dias, seu irmão, fôssem à Mina de Sofala descobrir e assentar aquêle resgate, o qual negócio não houve efeito, por se perder Bartolomeu Dias no dia que se perderam outras três velas, e Diogo Dias era desaparecido"[43]. Aliás, no mesmo sentido, Castanheda também se refere explicitamente a "Bartolomeu diaz, & Diogo diaz seu irmão: que auião de ficar em çofala com hũa feitoria que se auia hi de fazer"[44]. Finalmente, se João de Barros, tal como Góis, afirma que Afonso Furtado, um dos escrivães da receita da feitoria de Aires Correia, deveria ficar em Sofala como escrivão da feitoria – neste aspecto particular Fernão Lopes de Castanheda discorda dos anteriores, referindo-se a este como estando indicado para feitor [45] – daí resulta, por exclusão de Bartolomeu Dias que podemos supôr ficaria como capitão, que o seu irmão estaria indigitado para feitor[46].

Em segundo lugar, referindo-se aos primeiros contactos com os ameríndios, Pêro Vaz de Caminha afirma: "Diego Dias almoxarife que foy de Sacavem que he homem gracioso e de prazer e levou comsigo huum gayteiro nosso com sua gaita e meteo se com eles a dançar tomando os pelas mãaos e eles folgavam e riam e amdavam com ele muy bem ao soom da gaita. Depois de dançarem fez lhe aly

42 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, vol. I, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1978, p. 623 (cf. tradução portuguesa com o título "A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos Documentos e Relações coevas*, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livaria Civilização Editora, s.d., p. 151); e "Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel", in *op. cit.*, pp. 32, 35, 73 e 84.

43 João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 214-215.

44 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 74.

45 *Ibidem.*

46 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 187.

amdando no chãao muitas voltas ligeiras e salto real de que se eles espantavam e riam e folgavam muito"[47]. À partida, a propósito deste notável documento e do uso que é possível fazer deste trecho, parece-me razoável começar por notar que – para além das referências a um gaiteiro e a degredados, cujos nomes são expressivamente omitidos, com a única excepção de Afonso Ribeiro – todos os indivíduos a que faz referência são figuras de relevo, nomeadamente capitães, pilotos ou o feitor Aires Correia. Assim, desde logo, parece-me pouco provável que a menção a um "Diego Dias almoxarife que foy de Sacavem" se refira a um homónimo do capitão. Aliás, ainda a propósito desta alusão, voltando um pouco atrás, dir-se-ia que não parece que faça algum sentido que um dos escrivães da despesa da feitoria se referisse a um companheiro de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama noutras viagens, experimentado homem do mar, dizendo que tinha sido almoxarife de Sacavém, a não ser que, tratando-se de um dos capitães, se tratasse também de alguém de quem pouco mais havia a dizer.

Finalmente, juntando agora aquilo que João de Barros nos diz sobre a missão atribuída aos referidos capitães de Cabral – "que Bartolomeu Dias e Diogo Dias, seu irmão, fôssem à Mina de Sofala descobrir e assentar aquêle resgate" – e a referência de Pêro Vaz de Caminha a um "Diego Dias almoxarife que foy de Sacavem", não deixa de ser notável a coincidência de, alguns anos depois – entre 1 de Outubro de 1515 e 31 de Agosto de 1516, data próxima da qual faleceu –, encontrarmos um cavaleiro chamado Diogo Dias como feitor em Sofala[48].

---

47 "Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel", in *op. cit.*, p. 109.

48 Cf. Anselmo Braamcamp Freire, "Cartas de Quitação Del Rei D. Manuel" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. IX, Lisboa, 1914, p. 457. Entre os homónimos cuja identificação como feitor de Sofala poderá, eventualmente, questionar a consistência desta notável coincidência como argumento, refira-se um Diogo Dias, escudeiro e depois cavaleiro da

Resumindo, podemos distinguir, em primeiro lugar, um irmão de Bartolomeu Dias que o acompanhou na sua viagem em 1487-88 e que, pela natureza da expedição, claramente uma viagem de exploração, deveria tratar-se de um homem experimentado nas coisas do mar, Pêro Dias. Eventualmente este Pêro Dias seria o mesmo que acompanhou Diogo Cão na sua primeira viagem e a que fazem referência alguns registos sobre viagens no Atlântico Sul, no princípio do século XVI[49]. Em segundo lugar, temos um outro irmão do mesmo navegador, Diogo Dias, talvez menos experimentado nos mares do Sul, "almoxarife que foy de Sacavem", muito provavelmente designado para feitor em Sofala, o qual foi confundido com o primeiro e que não é, certamente, o mesmo Diogo Dias que acompanhou Vasco da Gama.

Na verdade, ainda que assentando na interpretação de meros indícios, esta hipótese torna mais fácil não só compreender os contornos rocambolescos da viagem que um deles empreendeu em 1500-1501 como explicar quer as oscilações de João de Barros quer as divergências de Castanheda e Gaspar Correia.

Casa Real, almoxarife do armazém e taracenas de Tavira, pelo menos entre 1491 e 1494, indivíduo que se encontrava em Málaga – como capitão de uma caravela da armada que, comandada pelo conde de Tarouca, se dirigia ao Mediterrâneo Oriental – ao tempo em que a armada de Cabral ainda cruzava os mares, cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, Vol. I, Lisboa, 1903, pp. 398-399; e Recibo que passou Diogo Dias, capitão da caravela *Santa Cruz*, a Christovão Lopes, feitor em Málaga, Málaga, 1 de Junho de 1501, I.A.N./T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 4, doc. 77.

49 Cf. Eric Axelson, *Congo to Cape. Early Portuguese Explorers*, Londres, Faber and Faber, 1973, pp. 46-47.

A viagem de Diogo Dias na historiografia

Se observarmos tudo aquilo que sobre a viagem de Diogo Dias escreveram Abel Fontoura da Costa, António Banha de Andrade, Avelino Teixeira da Mota, Duarte Leite, Armando Cortesão, Jaime Cortesão e Damião Peres – entre muitos outros –, podemos concluir que a historiografia contemporânea, de uma forma quase unânime, aceita sem reservas e enaltece o intrépido feito de Diogo Dias – o de ter sido o primeiro europeu a concretizar o périplo de África e, implicitamente, o primeiro europeu a, por este caminho, ter chegado às margens do Mar Vermelho[50].

Curiosamente, o que a historiografia quinhentista nos diz sobre este assunto – e refira-se que quase todos os autores quinhentistas, nomeadamente Damião de Góis, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e o anónimo que escreveu a Relação da viagem de Cabral deixaram algum testemunho sobre esta viagem – afigura-se, à partida, verdadeiramente desconcertante por serem

50 Cf. Abel Fontoura da Costa, "O descobrimento do Brasil", in António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 366; António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo-Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p. 243; Avelino Teixeira da Mota, *Bartolomeu Dias – Descobridor do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1988, pp. 32-35; Duarte Leite, "O mais antigo mapa do Brasil ", in Carlos Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, p. 236 (ou *História dos Descobrimentos: Colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, volume II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 29, onde o mesmo texto também foi publicado); Armando Cortesão, *The Mistery of Vasco da Gama*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, pp. 107-110; Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares e o descobrimento do Brasil*, "Obras Completas de Jaime Cortesão", Lisboa, Portugália, p. 91; e Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, 1960, p. 451.

muitas as divergências entre os testemunhos, conforme já notou, por exemplo, Damião Peres[51].

Face a estas divergências – e não tendo sido possível encontrar outras fontes que, de uma forma clara, corroborem as informações de um dos testemunhos em particular – seríamos conduzidos a uma de duas soluções: ou considerar apenas o denominador comum entre as várias fontes (e dessa forma ficaríamos reduzidos a muito pouca informação) ou adoptar a versão de um dos autores como base, integrando nesta informações contidas noutros testemunhos que com aquela não entrem em contradição. Contudo, como é evidente, esta última metodologia envolve alguns riscos, o maior dos quais tem a ver com a definição dos critérios de selecção adequados.

Aliás, as consequências do que acabei de afirmar – o dilema suscitado por aquilo que as fontes nos dizem – são evidentes na generalidade da produção historiográfica contemporânea: tratando-se de dizer algo vago – como, por exemplo, cuidando de enaltecer a proeza de Diogo Dias ao realizar o périplo de África –, existe uma clara unanimidade; tratando-se de discorrer com alguma profundidade sobre um ou outro pormenor da sua viagem – o descobrimento da ilha de São Lourenço ou onde chegou o dito navegador – já o mesmo não se pode dizer, tornando-se evidente a opção, mais ou menos arbitrária, de cada autor por uma ou outra fonte narrativa.

Sem dúvida que qualquer esforço de reconstituição da viagem de Diogo Dias com aquilo que nos dizem as poucas fontes disponíveis, sendo estas portadoras de algumas divergências, passa efectivamente pelo recurso a uma manipulação selectiva do conteúdo dessas fontes. Como é evidente, isto não significa que tal

51 Damião Peres, *op. cit.*, p. 289.

opção possa assentar em pressupostos cuja fragilidade é manifesta, por exemplo, a mais antiga ou a mais fidedigna das fontes narrativas. Em meu entender, isto quer dizer que perante as fontes disponíveis quer o critério de antiguidade quer o da idoneidade constituem esteios muito discutíveis como sustentáculo de qualquer opção. O primeiro porque se trata de fontes de idêntica natureza, todas elas produzidas na primeira metade do século XVI, ou seja, a uma curta distância entre si e face aos acontecimentos; o segundo porque, na falta de estudos biográficos e, em particular, de estudos sobre os recursos documentais utilizados pelos referidos autores, os exemplos pontuais que confirmam ou desmentem a informação veiculada por estas não são definitivamente elucidativos. Assim – repito –, nenhum destes critérios deverá pois servir de suporte a qualquer opção. Na verdade, a opção por esta ou por aquela versão, por esta ou por aquela fonte narrativa, deverá passar por colocá-las à partida em situação de clara paridade, procedendo-se a uma leitura atenta daquilo que cada uma nos diz, da forma como o faz e, finalmente, a uma leitura comparada que permitirá submeter os vários testemunhos a uma análise da verosimilhança de cada episódio.

Então, vejamos o que nos diz a historiografia quinhentista sobre a viagem de Diogo Dias, começando em primeiro lugar (sem que para isso haja alguma razão) por observar aquilo que sobre o assunto nos diz João de Barros. A propósito do regresso da armada de Cabral, depois de se referir ao descobrimento de Sofala por Sancho de Tovar, num longo e interessante texto, afirma o seguinte:

> Espedido Sancho de Toar, partiu-se Pedrálvares pera êste reino, e a primeira terra que tomou foi a Ilha do Cabo Verde, onde achou Pero Dias, que era desaparecido, como acima dissemos. O qual, entre muitas cousas que contou a Pedrálvares dos trabalhos que

> teve em sua navegação, foi ir ter ao porto da cidade Magadaxó, contra o Cabo de Guardafu, onde achou duas naus carregadas de especearia, que ali eram vindas de Cambaia. Os mouros das quais e assi os da cidade, temendo que podiam receber algum dano dêle pola artelharia que lhe ouviram quando os salvou, foi de todos mui bem recebido, dando-lhe muitos mantimentos e refrêsco da terra. Porém, despois que teveram as naus descarregadas da fazenda que tinham, ordenaram de o tomar; e pera o poderem fazer mais a seu salvo, dilataram isto pera um certo dia em que êle, Pero Dias, quis fazer aguada, dizendo os mouros da cidade que a água vinha de longe pela terra dentro, que pera isto se fazer mais em breve, mandasse tal dia o batel com as mais vasilhas que pudesse, e assi gente pera as encher; e chegando ao qual lugar, com a confiança do bom gasalhado que lhe tinham feito nos dias passados, não tiveram resguardo em si, com que o batel e êles ficaram em poder dos mouros. Os quais mouros, logo em continente mui armados em alguns zambucos da terra, vieram sôbre êle; na qual chegada, êle, Pero Dias, se viu em tanta pressa por não ter consigo mais de sete pessoas, que lhe conveo cortar as amarras e fazer-se à vela via dêste reino, a Deus misericórdia, sem pilôto nem pessoa que soubesse per onde vinham, té Deus o trazer àquele lugar onde o achara[52].

Sobre o mesmo assunto, mas bastante menos conspícuo nas palavras, também a propósito do regresso de Cabral, Fernão Lopes de Castanheda afirma:

> E continuando daqui sua nauegação foy aferrar ho cabo verde, onde achou Diogo Diaz hum dos capitães que partio coele de Portugal que se apartou dele com a tormenta com que çoçobrarão as quatro naos, & este lhe contou como por erro do seu piloto se metera no mar roxo, & hi andou muyto perdido, & perdera ho

52 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 215.

> batel, & lhe morrera muyta gete. E não se atreuendo ho seu piloto ao leuar aa India, se tornou pera Portugal, & no caminho lhe morrera tanta gente de fome & de sede que lhe não ficarão viuas mais de sete pessoas que auia muytos dias que milagrosamente mareauão a nao, & a trouuerão ali com ajuda de nosso senhor, porque doutra maneyra não podera ser, & daqui se partio pera Portugal, & chegou a Lisboa ho derradeiro de Iulho de mil & quinhentos & hum & foy recebido com grande solenidade[53].

Igualmente sobre esta matéria, compreensivelmente moderado nas palavras – tratando-se da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, uma obra de âmbito diferente das fontes anteriores –, Damião de Góis, depois de descrever o descobrimento do Brasil e a tempestade no Atlântico Sul em que desapareceram quatro navios, diz o seguinte: "ha de Pero Diaz foi ter aho estreito Darabia, & à çidade de Magadaxó, donde tornou a este Regno com sós seis homes, depois de ter passados muitos perigos, & trabalhos"[54]. Um pouco mais à frente, descrevendo o regresso da armada, acrescenta: "Feita aguoada, & conçertadas has naos Pedralurez cabral se fez à vela, & dobrou ho cabo, ahos vinte, & dous dias do mes de Maio, dia do Spiritu sancto, & dalli veo ter aho Cabo verde, ode achou Pero Diaz que lhe desapareçera quando iha perà India quomo fica dito"[55].

Por seu turno, a *Relação do Piloto Anónimo*, a propósito do regresso da referida armada, diz-nos:

> Giungemmo al Capo di Buona Speranza il dí di pasqua fiorita, e di lí ne dette buon tempo, col quale attraversassemo e venissemo alla prima terra giunta col Capo Verde, detta Beseneghe, dove

53 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 94-95.

54 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138.

55 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 151.

> trovammo tre navili che'l nostro re di Portogallo mandava a discoprire la terra nuova, che noi avevamo trovata quando andavamo a Calicut. E cosí ne dette nuova d'una nave che perdemmo di vista quando andavamo in là, la quale fu alla bocca dello stretto della Mecca, e stette ad una città donde li tolseno il batello com tutta la gente che avea. E cosí veniva la nave solamente com sei uomini, la maggior parte ammalati, e non beveano se non acqua che coglievano nella nave quando pioveva. E cosí venimmo e giungemmo in questa città di Lisbona nella fine di luglio[56].

Finalmente, observando agora a pormenorizada descrição de Gaspar Correia, vejamos o que este nos conta sobre as atribuladas andanças de Diogo Dias, desde que se separou da armada de Cabral até que a voltou a encontrar, mais de um ano depois, junto do cabo Verde. Diz-nos este autor que, depois da tormenta, Diogo Dias "nom sabendo per onde hia, nom se chegou a terra como deuera, e foy ter por fóra da ilha de sam Lourenço, e porque a virão em seu dia lhe pozerão o nome; e chegandose a ella crendo que era a costa de Moçambique, correrão de longo com boa vigia, buscando Moçambique, até que forão dar no cabo da ilha, que foy fazendo volta até lhe dar o vento pola outra banda, que lhe ficou em contrario, polo que então conhecerão que era ilha e vinhão errados"[57]. Dedica então alguma atenção a esta ilha, dando uma breve notícia da terra, do modo de vida dos seus habitantes e dos

---

56 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, I, p. 652 (cf. tradução portuguesa com o título "A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 189).

57 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 153-154. Refira-se, um pouco a propósito que a mesma confusão também parece ter sido cometida por Fernão Soares, na sua torna-viagem, em 1506, cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 258; e por Francisco Correia, um dos capitães da armada de João de Sousa de Lima, em 1513, cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 778.

primeiros contactos com os autóctones, encontro que podemos dizer amistoso, expresso por uma troca de produtos, nomeadamente, galinhas, inhames e fruta do mato por facas, machados, coisas de ferro, continhas pintadas, cascaveis e espelhos[58]. A seguir conta como, depois de terem permanecido na ilha de São Lourenço durante alguns dias "a gente começou adoecer de febres e morrião, polo que então se partirão e forão pola bolina quanto puderão por tomar a costa de Moçambique, e tomárão a costa alem de Melinde, e correrão a costa buscando Moçambique polos sinaes que trazia o piloto no regimento, e correrão tanto que passárão por Çacotorá, e forão ter no cabo Guardafú, que nom sabião onde estauão, e forão correndo ao longo delle polo estreito dentro até chegar á cidade de Barbora, que he de fóra das portas do estreito pera a parte da terra do Preste"[59].

Descreve ainda Gaspar Correia esta cidade e o seu porto dizendo que era "fermosa de casas brancas e muytas janellas, e bom porto em que estauão as naos e zambucos, e sorgirão fóra das naos, mas espantados de ver tão nobre cidade de casaria, e os da terra assi ficárão espantados vendo tal nao que nunqua virão"[60]. Ainda a propósito deste assunto, o mesmo autor acrescenta outras informações que contribuem para definir o perfil desta cidade dizendo-nos que possuía um bom porto, do qual não era possível sair com as velas içadas a partir do fim da tarde por o vento vir do mar; que tinha um rei muçulmano, o qual, através de um seu feitor, cuidava do comércio; que estava inserida numa rede de comércio a longa distância, o que está implícito não só na referência à presença de mouros tratantes que tinham estado em Calicute, como na menção a pimenta, canela, sedas e outros produtos vendidos ao

58 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

59 *Ibidem.*

60 *Ibidem.*

preço dessa mesma cidade; que dispunha de alguns produtos básicos em quantidade suficiente para os poder dispensar, nomeadamente, galinhas, carneiros, arroz e manteiga; que os seus habitantes usavam almadias e zambucos e combatiam com arcos e zagunchos[61].

Mas, ao mesmo tempo que dá informações sobre esta cidade, Gaspar Correia não se esquece de identificar a origem de todos os males que se irão seguir: "Mas estauão hi Mouros tratantes que estiuerão em Calecut quando lá fora Dom Vasco da Gama, e tinhão muyto contado das cousas que em Calecut se passárão, e logo disserão que estas naos erão como as outras. Polo que ElRey da cidade cobiçou de tomar a nao, polo que nella esperaua tomar, e armou manha que logo mandou hum barco a perguntar que gente era, ou o que alli buscauão em seu porto"[62]. Aliás, logo desde o início e depois ao longo da sua pormenorizada descrição, este autor – dando conta do que foi dito de um lado e de outro, das trocas de presentes e do estabelecimento das regras que iriam tornar possível as transacções comerciais – parece ter sempre presente o desfecho final de toda a história. Na verdade, conhecendo tudo o que aconteceu desde o início, Gaspar Correia vai interpretar todos os gestos de boa vontade e todos os sinais de amizade dos autóctones, eventualmente genuínos, como expressão da traição que, sustentada pela cobiça e pelo reconhecimento da fraqueza do inimigo, esta cidade e o seu rei armavam contra os portugueses e que terá o seu desfecho com o ataque perpetrado contra estes.

Depois de registar pormenorizadamente a sequência de episódios que, estabelecendo a confiança, levaram um escrivão e outros seis homens a terra, a fim de trocar alguma fazenda, o

61 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 155-157.

62 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

mesmo autor descreve com grande realismo o ataque e captura do batel – ocasião em que se perdeu toda a mercadoria que ia neste, ficaram cativos mais de 50 homens doentes e fugiram ou morreram 10 marinheiros –, uma tentativa de assalto à nau e, finalmente, termina com a descrição da sua fuga precipitada[63].

Por fim, Gaspar Correia encerra a descrição desta saga, referindo-se à viagem de regresso:

> E feitos assi á vela com tamanho mal de tanta gente morta, e fazenda e batel perdido, que era o mór mal, chorando todos, pedindo a Deos misericordia, que os saluasse do risco da morte em que ficauão, hauendo seus conselhos, e vendo que erão tão poucos que se amainassem a vela a nom poderião tornar a hiçar, então fizerão arratadura abaixo das vergas pera nunqua amainarem, nem lhe cairem se as adriças quebrassem, e se metterão em caminho de sempre correrem á popa, e quartel que lhe seruissem todas as velas, e fossem per onde a Nosso Senhor aprouesse os leuar: e quando lhe daua algum vento rijo, largauão as escotas, que com muyto trabalho as tornauão a caçar com o cabrestante, nauegando sempre ao som do vento, com o que entrou nos doentes tamanho desmayo, que começárão a morrer que nenhum ficou, e assi nauegando sem nunqua verem terra, aprouve á piedade de Nosso Senhor mostrar sua grande misericordia, que em tres mezes os aportou no Cabouerde, nom sendo já mais que treze homens, onde chegando, largárão as ancoras, e as escotas das velas sem as amainarem que nom hauia quem fosse acima tirar as rataduras. O que vendo a gente dos nauios que hi estauão acodirão nos bateis, e tomárão as velas, e sabendo o que era metterão gente na nao, que a leuárão a Lisboa, onde ainda nom era tornada nenhuma nao d'armada; que estes contauão a ElRey todo o desastre das naos perdidas,

63 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 156-157.

de que ElRey houve muyto sentimento, e da saluação desta nao se prégou por milagre[64].

Como já referi anteriormente – e como é evidente através de uma leitura, mesmo rápida, dos diversos testemunhos –, o denominador comum das informações contidas nos vários testemunhos é muito reduzido. Na verdade, se seleccionarmos exclusivamente as informações comuns sobre esta viagem de Diogo Dias só é possível dizer que se perdeu durante ou depois de uma tempestade no Atlântico Sul, que navegou pelo Índico Ocidental, perdeu o batel algures na costa oriental africana e, depois de uma viagem muito difícil, com uma tripulação reduzida, conseguiu alcançar o cabo Verde, donde voltou a Portugal. Muito pouca informação, na verdade. Daí que, como já o disse, se imponha uma leitura crítica dos diversos testemunhos, particularmente atenta à verosimilhança de todos em conjunto e de cada testemunho *per se*. Só assim será possível ultrapassar algumas discrepâncias e reunir para cada episódio a maior quantidade possível de informação. No sentido de aferir a verosimilhança dos testemunhos poderemos ser conduzidos, por vezes, à análise de aspectos aparentemente marginais à matéria em apreço, mas não perderemos de vista que aquilo que nos levou a estudar esta viagem foi o facto de se tratar – opinião unânime da historiografia contemporânea – da primeira expedição que se aproximou do Mar Vermelho.

64 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 157-158.

A viagem: de Lisboa ao *Cabo das Tormentas*

Como mencionei antes, Diogo Dias foi um dos capitães da poderosa armada que, partindo de Lisboa no mês de Março de 1500 com destino à Índia, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, pouco tempo depois achou a *Tera de Vera Cruz*[65]. Em relação a esta parte da viagem nenhuma referência é feita a Diogo Dias, a não ser quando qualquer um dos autores quinhentistas enumera os diversos capitães. A primeira notícia que, na verdade, lhe diz respeito dá-nos conta que, no fim do mês de Maio, quando a armada ia a caminho do cabo da Boa Esperança – durante ou depois de uma tempestade no Atlântico Sul em que soçobraram quatro embarcações – Diogo Dias desapareceu[66]. Aliás, isso mesmo nos é dito numa passagem da *Relação do Piloto Anónimo.* Escrita no decurso da viagem e tomando conhecimento ao mesmo tempo que o capitão-mor dos perigos e trabalhos vividos por Diogo Dias, esta *Relação* refere-se ao navio deste, na sequência da aludida tormenta, exprimindo a ideia de que todos o pensavam perdido: "l'altra mai non si trovò"[67].

A propósito deste episódio, não deixa de ser interessante verificar que, do ponto de vista formal, a opção narrativa de João de Barros e de Castanheda, contrastando com a de Gaspar Correia e de Góis que descrevem a saga de Diogo Dias na sequência desta tempestade, passa por se lhe referirem em pormenor apenas a

65 "Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel", in *op. cit.*, pp. 95-96.

66 Cf., sobre a aludida tempestade, João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 185-186; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 75-76; e Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 153.

67 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 629 (cf. tradução portuguesa com o título "A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 159).

propósito do seu reencontro com a armada de Cabral[68]. A propósito do desaparecimento deste navegador Castanheda afirma: "Diogo Diaz arribou só, & o que lhe aconteceu direy adiante"[69]. João de Barros, por seu turno, nada antecipa[70]. Efectivamente, se seguirmos Barros só ficamos a saber que o navio de Diogo Dias não se perdeu na referida ocasião mas apenas que se desgarrou, pouco antes de tomarmos conhecimento da emoção provocada na armada de Pedro Álvares Cabral pela agradável surpresa do reencontro com Diogo Dias, já na viagem de regresso, junto do cabo Verde[71]. Como é óbvio, trata-se de uma opção narrativa que, usando um modo retrospectivo, coloca o leitor ao lado de Pedro Álvares Cabral, contudo, esta opção não se esgota apenas neste aspecto, podendo exprimir, na verdade, uma perspectiva diferente desta saga, resultante de um conhecimento desta viagem na óptica do capitão-mor ou daqueles que com ele se encontravam e, por isso mesmo, e contrastando com Gaspar Correia, mais vaga e menos exuberante nos pormenores. Como é evidente, desta observação não decorre, naturalmente, que se deva adoptar o testemunho de Gaspar Correia, tratando-se do texto que mais pormenores fornece, em detrimento de todos os outros[72]. Significa, contudo, que – e não obstante as dúvidas que alguns autores têm levantado sobre o rigor do testemunho de Gaspar Correia – este texto, por conter inúmeros pormenores que apontam para um conhecimento mais completo desta viagem e, por essa razão, aparentemente, mais próximo da versão dos protagonistas, é merecedor de uma particular atenção.

68 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 216; e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 94-95.

69 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 76.

70 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 185-186.

71 Cf. *op. cit.*, I, p. 215.

72 Sobre Gaspar Correia e sua obra, *vide* António Alberto Banha de Andrade, "Gaspar Correia, inédito" in *Revista da Universidade de Coimbra*, XXVI, 1978, pp. 33-76.

Isto não invalida, evidentemente, que tenhamos em conta o que outras fontes nos dizem, nomeadamente, tudo aquilo que, contrariando ou tornando mais claro o que este autor afirma, pode vir a acrescentar coerência ou verosimilhança a toda esta saga.

Do descobrimento da ilha de São Lourenço

Voltando à viagem de Diogo Dias. Depois da referida tormenta, este navegador ultrapassou o cabo da Boa Esperança, penetrando no Índico e, segundo Gaspar Correia, não se chegando tanto a terra como devia, foi ter à ilha de São Lourenço[73]. Sobre o descobrimento desta ilha por Diogo Dias, outrossim sobre toda a viagem deste navegador desde o cabo da Boa Esperança até ao seu ponto de regresso, todas as outras fontes quinhentistas são omissas. É exactamente em torno deste episódio, o descobrimento da ilha de São Lourenço por este navegador, que algumas dúvidas se levantam e que uma controvérsia deflagrou. Em primeiro lugar, pelo facto de Gaspar Correia ser o único que sobre o assunto diz alguma coisa – aparentemente, na minha opinião, contrariado por outras fontes quinhentistas – e, em segundo lugar, porque aquilo que o próprio cronista nos diz sobre a referida ilha e sobre os seus habitantes é particularmente vago[74]. Independentemente do uso que

73 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 153.

74 Efectivamente, aquilo que Gaspar Correia nos diz sobre esta terra e sobre os seus habitantes poderia ajustar-se a muitos outros lugares, inclui uma alusão a um "bom porto", a "aldeas de casas de palha", a "gente preta e nua" e, finalmente, a "galinhas e inhames, e fruitas do mato boas de comer", cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154. Contudo, a este propósito, note-se que a descrição de Duarte Barbosa, no que diz respeito a detalhes específicos, não é manifestamente diferente, cf. *O Livro de Duarte Barbosa*, edição crítica

até agora se fez – quiçá incongruente – de tudo o resto que Gaspar Correia nos conta sobre esta viagem, sobre o seu testemunho paira, pois, uma sombra de desconfiança que decorre justamente daquilo que só ele nos revela sobre o descobrimento da ilha de São Lourenço.

Duarte Leite, num valioso estudo sobre o *Planisfério de 1502*, a propósito da viagem de Diogo Dias e do descobrimento de Madagáscar, é peremptório ao afirmar:

> De *Magadoxo* em diante aparecem 8 ou 9 designações quási ininteligíveis na fotografia de Stevenson de que nos servimos; há a notar a ilha de *Çacotorá* e *Barborá* (?), próxima do estreito de Bab-el-Mandel onde abre o Mar Roxo. Nesta cidade está afixada a legenda *he descoberta por el-Rey de portugall.* Até lá foi, efectivamente, a náu de Diogo Dias, pertencente à frota de Cabral e desgarrada nos últimos dias de Maio de 1500 quando da terrível tormenta em que se afundaram quatro unidades e com elas seu irmão, o extremado nauta do cabo Tormentoso; foi Diogo Dias que, na era de Cristo, pela primeira vez circundou por oceanos o continente africano. A espantosa odisseia dêste navio que regressou a Portugal depois do capitão-mór, carregado de especiarias e pratas mas com seis ou sete tripulantes apenas, reduzidos a mitigar a sêde com água da chuva espremida das velas, é sumária e diversamente narrada pelos nossos cronistas, sendo Gaspar Corrêa o único a conceder-lhe a descoberta, pelo lado oriental, da ilha de S. Lourenço ou Madagascar. O mapa de Cantino vem tirar tôda a verosimilhança a tal pretensão. Não há dúvida de que êle assinala os feitos de Diogo Dias, pois nenhum outro europeu antes de 1502 percorreu as costas da Abissínia até Magadoxo; entretanto Madagascar está figurada muito a sul da

---

e anotada por Maria Augusta da Veiga e Sousa, volume I, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996, pp. 77-79.

> sua verdadeira posição, sob o nome *Cormobunam*, e as ilhas Mascarenhas, a leste, são designadas por *curamorare*, *diva a Robi*, *diba mangabim*, que são evidentes indicações de origem moura (*dib*, ilha) e não de cartas de marear portuguesas[75].

Um pouco mais à frente, em nota de rodapé, acrescenta peremptório: "Em qualquer caso, se Diogo Dias tivesse descoberto Madagáscar, a ilha constaria seguramente do mapa como portuguesa"[76].

Efectivamente, este autor – na esteira de Hümmerich e recorrendo não apenas ao testemunho de Barros, Castanheda, Góis e do *Códice Valentim Fernandes* mas também a uma leitura do *Planisfério de 1502* – pronunciou-se claramente sobre aquilo que Gaspar Correia nos diz, classificando-o de pouco credível. Segundo Duarte Leite e Hümmerich, o descobrimento de Madagáscar teve lugar em dois momentos distintos: a costa oriental, descoberta a 1 de Fevereiro de 1506 por Fernão Soares, capitão-mor da torna-viagem desse ano; e a costa ocidental, descoberta no mesmo ano por um navio da armada de Tristão da Cunha – as fontes aduzidas divergem em relação ao nome do navegador (Barros aponta Rui Pereira Coutinho, Góis hesita entre este e Diogo Lopes de Sequeira e Castanheda assinala João Gomes de Abreu)[77]–, muito

---

75 Duarte Leite, "O mais antigo mapa do Brasil ", in Carlos Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, p. 236.

76 *Ibidem.*

77 Nestas circunstâncias, não causa qualquer estranheza que Góis afirme que foi Diogo Lopes de Sequeira que lhe chamou de São Lourenço ou que Castanheda diga que tal designação se deve a Tristão da Cunha, cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, p. 278; e Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte II, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, p. 70.

provavelmente o de Rui Pereira Coutinho[78]. Ainda a propósito do descobrimento da costa ocidental, Duarte Leite – contrariando Hümmerich – não só considera improvável que Rui Pereira Coutinho aí pudesse ter chegado a 10 de Agosto – dia de São Lourenço –, como entende que não é certo que o nome dado a esta ilha tenha alguma coisa a ver com o calendário[79]. Finalmente, corroborando esta sua última asserção, este autor acrescenta uma contribuição inédita ao referir que as fontes cartográficas apontam para que "parece ter sido S. Vicente o primeiro santo invocado no baptismo da ilha e não S. Lourenço"[80].

Posteriormente, envolvendo-se nesta mesma controvérsia, Abel Fontoura da Costa, ao invocar um trecho do rascunho do regimento de Cide Barbudo, cuja armada partiu de Lisboa a 19 de Novembro de 1505, ao contrário do que afirma Damião Peres não dissipou, a meu ver, todas as dúvidas, tendo provado apenas que a terra de Sam Lourenço já era conhecida antes de 1506[81]. A este propósito afirma o referido autor: "Se D. Manuel a designava por S. Lourenço em 1505, é porque já anteriormente tinha sido descoberta e denominada. Gaspar Correia tinha razão: foi Diogo Dias, com sua gente, quem descobriu e baptizou a Ilha de S. Lourenço em 10 de Agôsto de 1500"[82].

Efectivamente, mais não será necessário dizer. Ao dar conta do referido documento, este autor deitou por terra as propostas de

78 Cf. Duarte Leite, "A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século XVI " in Carlos Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, p. 397.

79 Cf. *ibidem.*

80 *Ibidem.*

81 Cf. Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, edição do autor, 1960, p. 541.

82 A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3.ª edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 327.

Hümmerich e Duarte Leite – no que concerne à identificação dos aludidos navegadores como protagonistas do primeiro descobrimento da ilha de Madagáscar –, desvalorizou implicitamente o testemunho das fontes aduzidas por estes e ainda fixou a designação de São Lourenço – assunto discutido por Duarte Leite[83] – como o mais antigo nome dado a essa ilha. Escusado será também dizer que aquilo que esse interessante documento nos diz – como notou posteriormente Duarte Leite, Humberto Leitão e, mais recentemente, Luís Filipe Thomaz – não resolve o pleito – expressão de Fontoura da Costa – a favor de Diogo Dias, mas apenas exclui alguns dos alegados litigantes[84].

De facto, as informações aduzidas por Luís Filipe Thomaz, ao comentar um trecho de uma carta anónima de 16 de Setembro de 1504, epístola inserida no *Códice Vaglienti* da Biblioteca Riccardiana de Florença, mostram-nos, de forma definitiva, que a asserção de Fontoura da Costa foi um pouco precipitada[85]. Mais concretamente, Luís Filipe Thomaz – numa nota de rodapé – demonstra que, já antes de Cide Barbudo, a armada de Afonso de Albuquerque, na sua torna-viagem, avistara e percorrera uma parte da costa oriental da ilha de Madagáscar[86]. Como é evidente, ao fazê-lo, retira desde

---

83 Cf. *Ibidem.*

84 Cf. Duarte Leite, "O primeiro périplo africano " in *História dos Descobrimentos: Colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, volume II, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, p. 318 e Humberto Leitão, *Os dois descobrimentos da ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 16*16, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 23-24.

85 Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 225-227.

86 Em rigor, a possibilidade da ilha de Madagáscar ter sido avistada por Afonso de Albuquerque fora já sugerida por Humberto Leitão, sustentando tal asserção numa célebre

logo ao referido rascunho parte do seu valor de prova, tal como foi usado por Fontoura da Costa, apontando para uma identificação de Diogo Dias como protagonista do descobrimento de Madagáscar. Conclui Luís Filipe Thomaz que se a armada de Albuquerque avistou esta ilha não na viagem de ida mas indubitavelmente na torna-viagem, a 26 de Fevereiro de 1504 – portanto, largos meses antes ou depois do já referido dia de São Lourenço – então o descobrimento da mesma só pode ter sido realizado por Diogo Dias[87]. Uma diferença significativa distingue, no entanto, a identificação a que chegara Fontoura da Costa daquela que é apontada por este autor. Este último não se limita a fazê-la por exclusão de partes – rejeitando explicitamente a possibilidade do primeiro descobrimento ter sido feito por Albuquerque e implicitamente pelas armadas de 1501 ou de 1502 – e não se vale apenas de um reconhecimento da verosimilhança do testemunho de Gaspar Correia. Reforça tal identificação reavaliando uma outra fonte, o planisfério dito de Cantino.

Na verdade, o recurso ao *Planisfério de 1502* para contrariar ou sustentar o primeiro descobrimento da ilha de Madagáscar por Diogo Dias, não constitui uma novidade. Pelo contrário, trata-se de uma prática recorrente: Duarte Leite e Humberto Leitão usaram-no como prova para refutar o testemunho de Gaspar Correia; Albert Kammerer, o visconde de Lagoa e Fernando Bandeira Ferreira para sustentar precisamente o contrário.

O primeiro destes autores, Duarte Leite, argumenta que esta ilha está representada de forma incorrecta no referido planisfério (muito a sul da sua verdadeira posição), que não ostenta a sua designação portuguesa, pois apresenta-se sob o nome de *Cormobunam* (tal

carta que D. Manuel enviou ao arcebispo de Braga, de Alcochete, a 19 de Junho de 1508, cf. *op. cit.*, p. 24.

87 Cf. *op. cit.*, pp. 226-227.

como *curamorare*, *diva a Robi* e *diba mangabin*, para o mesmo autor nomes exóticos), e finalmente, que não inclui a bandeira das quinas. Conclui destes factos que o dito *Planisfério de Cantino* contraria a possibilidade de o referido descobrimento ter sido feito por Diogo Dias[88]. No mesmo sentido, precisando a incorrecção já apontada – uma excessiva deslocação desta ilha para sul, com um erro superior a 11° para o extremo norte e excedendo 9° no extremo sul[89] – e referindo-se também à ausência das armas portuguesas[90], Humberto Leitão deixa claro que em caso algum um "piloto ou navegador português que soubesse utilizar um astrolábio ou um quadrante náutico poderia ter cometido erros tamanhos em cálculos da altura"[91]. Em consequência, este autor afirma que a "ilha de Madagáscar – outrora de São Lourenço – e as do Mascarenhas, devem pois ter sido postas no planisfério com elementos que fossem tirados dum padrão árabe"[92], concluindo que Diogo Dias "nunca esteve na ilha nem a descobriu"[93].

A propósito do mesmo assunto – como disse, adoptando uma posição contrária à destes autores, a qual sustenta a verosimilhança do testemunho de Gaspar Correia –, Albert Kammerer, num notável artigo sobre o descobrimento de Madagáscar e suas representações cartográficas ao longo dos séculos XVI e XVII, começa desde logo por reconhecer o iniludível, isto é, a relevância historiográfica do *Planisfério de 1502*: "Jusqu'à Juan de la Cosa inclus (1500), aucune carte portant les cotes orientales d'Afrique et Madagascar ne connaît

88 Cf. Duarte Leite, "O mais antigo mapa do Brasil", in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, p. 236; e, do mesmo autor, " O primeiro périplo africano " in *op. cit.*, pp. 317-318.

89 Cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 18.

90 Cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 17.

91 Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 18.

92 *Ibidem.*

93 *Ibidem.*

leur configuration réelle. Il en est différemment de la mappemonde dite de Cantino (1502). Les côtes de l'océan Indien y sont assez exactes"[94]. Depois, identificando as dúvidas levantadas por Duarte Leite e Hümmerich sobre a valia do referido testemunho à luz da mencionada fonte cartográfica, acrescenta: "Or cette carte, imitée d'assez prés par le Génois Canerio vers 1505-1506, place au Sud-Est de la cote du Mozambique (il est vrai trop au sud) une grande île ayant la forme presque schématique d'un rectangle vertical, décoré à la fois du nom déjà connu de Madagascar et du nom à moitié arabe de Comorbimam, manifestement tiré de Komor, la Lune. C'est l'absence du pavillion portugais sur cette île qui a créé des doutes sur la réalité du passage de D. Diaz le long de sa cote orientale"[95]. Por último, carreando argumentos em prol de uma outra interpretação, afirma: "Cette argumentation ne serait convaincante que si Madagascar manquait complètement sur la carte de Cantino ou continuait à y garder un trace fantastique comme chez Martin Behaim ou J. de la Cosa. Du moment qu'on retient – à juste titre – la partie de l'exploration de D. Diaz au golfe d'Aden, le rejet de la partie concernant Madagascar apparaît arbitraire. Corrêa dit expressément que le navigateur ne savait où il était en doublant le cap d'Ambre. N'ayant pas poussé sa reconnaissance sur la côte occidentale de Madagascar, il ne pouvait donner de croquis de l'île entière. Cela explique que le cartographe ait dû se contenter de représenter l'île sous une forme schématique. Sa carte montre tout de même un progrès sur les précédents, car, malgré une localisation trop méridionale, elle est sensiblement en place et d'une grandeur

94 Albert Kammerer, "La découverte de Madagascar par les Portugais et la cartographie de L'île (1500-1667)" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 67.ª série, n.º 9/10, Setembro e Outubro de 1949, p. 534.

95 Albert Kammerer, *op. cit.*, pp. 534-535.

proportionnée"[96]. Finalmente, e desta feita encerrando a discussão sobre a primazia do descobrimento da ilha de São Lourenço, assevera: "Toutes les données du récit sont vraisemblables; il n'est contesté par les contemporains, ni en contradiction avec aucune autre narration; il faut donc l'accepter jusqu'à preuve contraire. C'est Diogo Dias qui le premier a vu et longé la côte orientale de Madagascar. C'est lui qui y a fait la première escale, tout cela par nécessité, sans effectuer aucun relevé scientifique, sans attribuer aucune nomenclature aux côtes et sans faire faire de progrès appréciable à la géographie"[97].

Algum tempo depois, num aprofundado estudo sobre o *Planisfério de 1502*, o visconde de Lagoa, sem utilizar o supracitado artigo de Albert Kammerer, chegou a conclusões muito semelhantes[98], curiosamente seguindo um caminho análogo. Reconhecendo claramente como verosímil o testemunho de Gaspar Correia, o visconde de Lagoa disseca o referido planisfério e conclui que este o corrobora. Efectivamente, não obstante reconhecer que aquele planisfério insere a referida ilha demasiado deslocada para o austro, entende que o faz, indiscutivelmente, com maior acerto de configuração e mesmo de localização do que em representações cartográficas anteriores, evidenciando um notável progresso[99]. Depois, assinalando que *Madagascar*, em letra diversa da restante,

96 *Op. cit.*, p. 535.

97 *Ibidem.*

98 Visconde de Lagoa, "Acerca do mapa-múndi dito de Cantino" in *Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa* (*Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, vol. VIII, tomo I), s. l., Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953, pp. 35-105. Aliás, este autor vai mais longe, recorrendo justamente ao *Planisfério de 1502*, atribui também ao referido navegador o avistamento das Mascarenhas, ou pelo menos da Reunião, Maurícia e dos ilhéus Cargados Garaios, fazendo corresponder estas ilhas às mencionadas *diua morare*, *diua aRaoi* (?) e *diba maigabim*, cf. Visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 57 e pp. 61-62.

99 Cf. Visconde de Lagoa, *op. cit.*, pp. 58-59 e p. 61.

constitui um acréscimo ao primitivo planisfério, reduz a remanescente toponímia – conferindo-lhe, em minha opinião, uma relevância portadora de significado – ao que vislumbra como *Coniorbunam* ou *Coniorbimam*[100].

É justamente a propósito deste topónimo que o visconde de Lagoa se pronuncia de uma forma verdadeiramente inédita. Entende este autor – que, recordo, desconhecía a proposta de Kammerer – como inaceitável que o construtor do *Planisfério de 1502* tivesse adoptado toponímia tão abstrusa para designar uma ilha que os portugueses – entenda-se Diogo Dias – haviam baptizado com o nome de São Lourenço. O autor infere ainda, valendo-se do testemunho de Gaspar Correia e daquilo que entrevê no referido mapa como uma pequena reentrância costeira, que o geónimo em questão se refere à enseada onde o dito navegador tomou abrigo, mais concretamente, a baía que identifica com a actual de Antongil[101]. E conclui, de uma forma clara, "que a representação da ilha na citada carta obedeceu ao exame directo da sua costa nordeste e nor-nordeste, feito no decurso da viagem imposta à nau de Diogo Dias"[102].

Por último, e antes de voltarmos à explicação de Luís Filipe Thomaz, vejamos ainda o que sobre este assunto nos diz Fernando Bandeira Ferreira[103]. Este autor começa, desde logo, por deixar nítido que o seu trabalho corresponde ao desenvolvimento de uma conferência proferida em 1950. A conferência, portanto, não só precede a obra de visconde de Lagoa – o que poderá explicar o

100 Cf. Visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 58 e p. 61.

101 Cf. Visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 59 e pp. 60-61.

102 Visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 61.

103 Cf. F. Bandeira Ferreira, "Os Portugueses no Índico Ocidental: o problema do achamento da ilha de S. Lourenço" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 163-196.

desconhecimento deste último – como também – o que é dito pelo próprio autor[104] – desconhece o extenso artigo de Albert Kammerer, a que acaba por recorrer de forma pródiga apenas na versão publicada. Na verdade, este infortúnio de Bandeira Ferreira – o de ter acabado por publicar o seu texto largos anos depois de Kammerer e do visconde de Lagoa – reduziu, de um modo drástico, a relevância do seu contributo sobre esta matéria. Assim, o seu trabalho parece ter ficado reduzido apenas a mais uma síntese da bibliografia e das fontes disponíveis, adornada aqui ou ali por algumas questões, cuja pertinência sugere uma notável perspicácia, e por algumas hipóteses explicativas, nem sempre completamente consistentes.

Efectivamente, Fernando Bandeira Ferreira, recorrendo ao testemunho de Gaspar Correia e ao *Planisfério de 1502*, pouco mais faz do que reafirmar argumentos já apresentados por Kammerer que corroboram a possibilidade do achamento da ilha de São Lourenço ter sido protagonizado por Diogo Dias (referindo-se, designadamente, ao notável progresso que o dito planisfério evidencia no que toca à representação da ilha de Madagáscar ou aludindo a *Comorbimam* ou *Comorbunam* como a designação "árabe" enxergada por Diogo Dias para essa ilha no seu contacto com os autóctones[105]) ou atribuir a este navegador – tal como o visconde de Lagoa – o descobrimento das ilhas Mascarenhas[106]. Poucas são as propostas diferentes que apresenta. Entre estas, impõe-se destacar: o entendimento de que a grande deslocação desta ilha para sul, evidenciada no *Planisfério de 1502*, constitui "o argumento de maior valor em prol da ida de Diogo Dias a

104 Cf. F. Bandeira Ferreira, *op. cit.*, p. 179.

105 Cf. F. Bandeira Ferreira, *op. cit.*, pp. 183-186.

106 Cf. *op. cit.*, p. 183 e pp. 186-187.

Madagáscar"[107] e o reconhecimento de que a ausência da bandeira das quinas na representação da dita ilha "não constitui argumento, só por si", suficiente para contrariar o seu efectivo descobrimento em 1501[108].

A propósito da primeira asserção, este autor começa por observar que tal desvio condiz plenamente com aquilo que Gaspar Correia nos diz sobre a referida viagem e corrobora-o notando que este cronista deixa claro que não só Diogo Dias, ao atingir Madagáscar, pensava encontrar-se muito mais para sul do que realmente estava como, depois de ter alcançado a costa africana, rumando ao norte em busca de Moçambique, continuava a manter a mesma convicção[109]. Depois, parte do pressuposto de que o cálculo da latitude, na época, "estava muito simplificado e qualquer piloto, por menos apto que o fosse, o saberia efectuar"[110], parecendo-lhe inexplicável que o referido piloto pudesse ter cometido semelhante erro (não obstante também ter assinalado que Castanheda diz ter esse mesmo indivíduo cometido erros no golfo de Adém e se ter mostrado incapaz de levar o dito navio à Índia[111]). Reconhecendo que o *Planisfério de 1502* circunscreve esse desacerto a Madagáscar e ao que identifica como as ilhas Mascarenhas (não atingindo o Corno de África) Bandeira Ferreira engendrou uma explicação não só algo *sui generis* como manifestamente frágil: "a inutilização temporária do piloto, por doença ou por desastre ou por ambas as coisas"[112], finda a qual, nas proximidades do cabo

107 Cf. *op. cit.*, p. 184.

108 Cf. *op. cit.*, p. 186.

109 Cf. *op. cit.*, p. 184.

110 *Op. cit.*, p. 185.

111 Cf. *ibidem.*

112 *Ibidem.*

Guadafui, já restabelecido, o desafortunado piloto havia podido levar o seu navio a bom porto[113].

No que diz respeito à aludida ausência da bandeira das quinas sobre Madagáscar, o autor procura uma explicação para um caso que, induzido por Duarte Leite, assume como singular, e começa por assinalar que "não constitui argumento capaz, só por si, de anular tantas provas de que a ilha foi avistada por portugueses, antes dos meados de 1502"[114]. Conclui notando que o pavilhão das quinas se mantém igualmente ausente em várias representações cartográficas nas quais esta ilha já aparece com a designação portuguesa[115].

Como disse anteriormente, no âmbito desta discussão sobre a primazia no descobrimento de Madagáscar, Luís Filipe Thomaz também recorre ao *Planisfério de 1502* para reforçar a atribuição deste descobrimento a Diogo Dias (muito embora, num aspecto particular, o faça de uma forma inédita). Por um lado, na senda de alguns dos investigadores já referidos, Luís Filipe Thomaz começa por assinalar que este planisfério apresenta, de facto, a referida ilha debuxada "relativamente bem quanto às dimensões"[116], o que corrobora, indubitavelmente, o testemunho de Gaspar Correia. Por outro, identificando as dúvidas içadas por outros estudiosos, reconhece que o referido planisfério a exibe excessivamente deslocada para sul[117]. Do facto da ilha não constar com o nome de São Lourenço, mas com uma designação "que parece derivar do nome mais comum de Madagascar e ilhas circunvizinhas em árabe"[118], este autor infere – tal como Humberto Leitão – que "a

113 *Ibidem.*

114 Cf. *op. cit.*, p. 186.

115 Cf. *ibidem.*

116 Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, p. 226.

117 *Ibidem.*

118 *Ibidem.*

representação de Madagascar em Cantino pode assim ser, como é a do Sueste Asiático na mesma carta, resultado de informações colhidas pelo cartógrafo ou seus informadores junto de pilotos árabes"[119]. E remata com uma conclusão inédita: "De qualquer modo uma coisa não exclui a outra, e pode muito bem ter Diogo Dias avistado uma parte da costa da ilha e ter o cartógrafo completado o seu debuxo com informações fornecidas por pilotos mouros"[120].

Na verdade, não obstante entender que esta conclusão, tão notável como singela – a de que o *Planisfério de 1502* constitui uma projecção do conhecimento do cartógrafo ou de quem o informou e que, como tal, não sendo incontestável que confirma o primeiro descobrimento de Madagáscar por Diogo Dias, não pode servir como prova definitiva para o desdizer –, resolve de uma forma indesmentível os problemas sugeridos pelo aludido planisfério, parece-me, desde logo, que contém um manifesto inconveniente, o de o retirar do âmbito da discussão. Este inconveniente é tanto maior quanto se trata de um documento que inclui uma alusão clara à viagem de Diogo Dias. Para além disso, algumas dúvidas se podem levantar sobre a sugerida contaminação da representação de Madagáscar nesse planisfério por informes de origem árabe. Reconhecendo como inelutável que as possibilidades de leitura de um documento são inesgotáveis, então creio que é de todo razoável voltar a proceder a uma análise do referido planisfério e dos problemas por este suscitados.

Recordemos uma vez mais que o recurso ao *Planisfério de 1502* suscitou, por não o confirmar de forma incontestável, algumas dúvidas sobre a veracidade do testemunho de Gaspar Correia ao

119 Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, pp. 226-227.

120 *Op. cit.*, p. 227.

atribuir a Diogo Dias a primazia no descobrimento da ilha de Madagáscar. Como também já foi dito, estas dúvidas foram induzidas pela representação desta ilha no referido mapa, mais concretamente, por quatro aspectos dessa representação: a sua exagerada deslocação para sul, a sua forma esquemática, a ausência da bandeira das quinas sobre esta e, finalmente, a obscura designação que ostenta, aquela a que o visconde de Lagoa chama "abstrusa".

No que diz respeito ao primeiro problema, a representação de Madagáscar excessivamente deslocada para sul, parece-me, desde logo, que muito do que se tem dito e escrito sobre o assunto, assenta num lamentável equívoco. Senão vejamos. Referindo-se ao caminho tomado pelo navio de Diogo Dias depois da já tão falada tempestade, Gaspar Correia diz-nos que este navegador "nom sabendo per honde hia, nom se chegou a terra tanto como deuera, e foy ter por fóra da ilha de sam Lourenço"[121]. Acrescenta depois que, tendo percorrido a costa leste e alcançado o seu cabo, e percebendo então que de uma ilha se tratava "forão pela bolina quanto puderão por tomar a costa de Moçambique, e tomárão a costa alem de Melinde, e correrão a costa buscando Moçambique polos sinaes que trazia o piloto no regimento"[122]. A ser assim – como aliás já notou Bandeira Ferreira –, se Gaspar Correia nos diz que Diogo Dias, partindo do extremo norte de Madagáscar (c. 11° 57' S) e tendo tomado a costa além de Melinde (3° 13' 0" N), continuou a velejar para norte em busca de Moçambique (15° 2' S), então este autor não só reconhece que esta tão penosa viagem teve origem num ou vários erros de navegação, como nos diz, implicitamente, que este navegador, estando em Madagáscar,

121 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 153.

122 *Op. cit.*, I, p. 154.

pensava estar bem mais a sul. Sendo assim, podemos afirmá-lo, a excessiva deslocação da referida ilha no *Planisfério de 1502* afigura-se nitidamente resultante dessa errónea percepção.

Nestas circunstâncias, parece-me então notório que aquilo que alguns autores escreveram sobre este assunto (nomeadamente, Duarte Leite, Humberto Leitão ou Bandeira Ferreira) não passou de um lamentável equívoco. Este equívoco, não só confundiu, inadvertidamente, aquilo que as fontes dizem com aquilo que estes desejariam que dissessem, como identificou uma contradição onde, ostensivamente, esta não existe. Na verdade, a única contradição que existe é entre aquilo que as fontes nos dizem – distinguindo claramente um ou sucessivos erros de navegação na origem de tão atribulada viagem – e a insistência de alguns autores em não reconhecer esta evidência. Sendo exógena ao que as fontes nos dizem sobre esta viagem e perturbando nitidamente a sua análise, esta insistência tem origem numa explícita resistência destes autores em aceitar que um navegador português, ao tempo da gloriosa gesta dos Descobrimentos, pudesse ter cometido tamanhos erros. Ora, tal resistência afigura-se-me portadora de uma inaceitável fragilidade. Mais adiante tentaremos compreender a razão desses erros de navegação.

Uma dúvida vimos ser suscitada pela forma esquemática como Madagáscar é respresentada no *Planisfério de 1502*. Seria desnecessário afirmá-lo que esta dúvida esquece tudo aquilo que outras fontes nos dizem sobre esta viagem, revelando-se portanto completamente abstrusa. Efectivamente, parece-me pouco razoável se considere insólita tal representação, por duas razões: por um lado, sabendo que Diogo Dias percorreu apenas a costa oriental de Madagáscar, não se pode esperar que o debuxo da outra parte da ilha não seja conjectural e, por isso mesmo, esquemático; por outro,

mesmo no que diz respeito à costa leste, atendendo às circunstâncias em que tal descobrimento poderá ter ocorrido – e recordo que, muito embora a maioria das fontes não faça referência a esse descobrimento, existe um claro consenso em relação às condições penosas sentidas por todos aqueles que viveram essa viagem –, também me parece completamente desajustado esperar que o referido navegador tivesse feito um reconhecimento dessa costa. Se ao que acabei de afirmar juntarmos ainda aquilo que o autor das *Lendas da Índia* nos diz sobre o assunto, então esse reconhecimento surge nitidamente inverosímil. Com efeito, diz-nos esse autor que Diogo Dias, depois da desditosa tempestade em que naufragaram tantos navios, desgarrado e sem saber por onde ia, acabou por alcançar, quase três meses depois, a costa leste de Madagáscar. Depois, prossegue o autor, percorrendo-a até ao seu extremo norte, apercebeu-se aí (e só então) que de uma ilha se tratava e não, como era sua convicção, da costa africana. Pergunto-me se persuadido de que percorria a costa avistada por Bartolomeu Dias e por Vasco da Gama – e recorde-se que Diogo Dias pensava estar bem mais a sul – e, que se saiba, sem que lhe tivesse sido atribuída qualquer missão de reconhecimento dessa terra, se faria algum sentido que esse navegador cuidasse de a descobrir...

Mas, se tudo isto não bastasse para explicar a ausência de uma representação mais rigorosa dessa ilha, muito embora seja inegável que o referido planisfério a projecta correctamente quanto às proporções, não deixa de ser interessante notar que, no que diz respeito à costa oriental, a realidade talvez não seja assim tão diferente do dito debuxo. Na verdade, tal como Raymond Decary nos diz e qualquer representação cartográfica actual, usando a mesma escala, nos revela claramente, com excepção da região para

norte da baía de Antongil, a costa oriental de Madagáscar é *absolument rectiligne*[123].

No que diz respeito à ausência da bandeira das quinas sobre Madagáscar, também se impõe tecer algumas considerações. Desde logo, salta aos olhos de qualquer observador atento que a dispersão de bandeiras portuguesas pelo *Planisfério de 1502*, sendo no seu todo e para alguns casos portadora de significado – como seja nas margens do semi-meridiano de Tordesilhas ou na Índia, pela novidade e por razões de natureza política facilmente identificáveis –, não obedece em todos os casos a um qualquer critério claro e, muito menos, rigoroso.

Na verdade, concentrando-se nas margens do Atlântico e do Índico Ocidental e distinguindo este espaço, na sua generalidade, como um espaço de intervenção portuguesa, as bandeiras das quinas dispersam-se, de forma irregular, por cidades, ilhas ou acidentes naturais, sem que possamos perceber, em muitos casos precisos, qual foi a razão que levou o cartógrafo a privilegiar exactamente essa localização. Analisemos em pormenor os lugares onde se encontram posicionadas as referidas bandeiras: duas na Gronelândia, duas na Terra Nova, uma no arquipélago dos Açores, uma no território metropolitano, duas na costa brasileira (uma junto do cabo de Sam Jorge e outra ao sul de Porto Seguro), uma sobre a ilha da Ascensão, nove na costa ocidental africana (uma no estreito de Gibraltar, uma no arquipélago de Cabo Verde, uma nas garras de um leão, na Serra Leoa, quatro a sobrepujar torres do castelo de São Jorge da Mina, uma no rio do Corisco, uma no rio Congo e uma na Terra de Santa Barbora), seis na costa oriental africana (em

123 Raymond Decary, "Madagascar et Dépendances" in Raymond Decary et alii, *La France de l'océan Indien: Madagascar, les Comores, la Réunion, la Côte Française des Somalis, l'Inde Française*, com prefácio de Robert Barques, Paris, Société d'Editions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1952, p. 9.

Sofala, Moçambique, Quíloa, Melinde, Mogadoxo e, uma outra, na margem sul do golfo de Adém, nas proximidades do Mar Vermelho) e, finalmente, duas na costa ocidental indiana (uma em *Caliqut* e outra, aparentemente, em *Amgidiba*). Curiosamente, o arquipélago da Madeira, São Tomé e Príncipe, a costa ocidental africana entre o estreito de Gibraltar e a Serra Leoa, incluindo Arguim, ou ainda, por exemplo, Cochim, não a ostentam, não obstante existir espaço para isso[124].

Uma observação mais ou menos atenta do *Planisfério de 1502* retira, pois, pertinência a qualquer asserção em torno da ausência da referida bandeira sobre a ilha de Madagáscar, mostrando que essa falta não é portadora de qualquer significado.

Finalmente, talvez a questão mais interessante, a ausência, sobre essa ilha, do nome São Lourenço, substituído, pela presença de três inscrições: *Madagascar, Em esta ilha ha muito ouro e prata e seda e aljofar e perlas ambar* e – aquela que mais fez correr tinta e à qual, mais à frente, dedicarei particular atenção –, uma legenda a que alguns autores chamaram "abstrusa" ou "exótica" [125].

Como notou o visconde de Lagoa, a primeira destas inscrições foi lavrada em letra diferente da restante e constitui um acréscimo ao primitivo planisfério[126]. Tal denominação, *Madagascar*, é indissociável do *Livro de Marco Polo*[127], tendo começado por ser de

---

124 Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, reprodução fac-similada da edição de 1960 com apresentação e introdução de Alfredo Pinheiro Marques, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 7-13 e Ernesto Milano, *La Carta del Cantino e la rappresentazione della Terra nei codici e nei libri a stampa della Biblioteca Estense e Universitaria*, Modena, Il Bulino, 1991.

125 Cf. Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 139 e p. 146.

126 Cf. visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 58.

127 Cf. G. Ferrand e P. Verin, "Madagascar", in C. E. Bosworth, E. van Donzel, H. A. R. Gibb, W. P. Heinrichs, J. H. Kramers, G. Lecomte, E. Lévi-Provençal, B. Lewis, V. L.

uso frequente na cartografia pelo menos desde o crepúsculo do século XV[128] até ao princípio do século XVI[129]. Foi a partir de então remetida para um uso erudito e quase olvidada[130], para ressurgir apenas a partir do século XVII, impondo-se, definitivamente, com a fixação francesa[131]. A propósito exactamente do nome Madagáscar, designação que hoje ostenta, não deixa de ser interessante notar que este nome, tendo um significado ambíguo no *Livro de Marco Polo* e correspondendo a uma outra realidade geográfica (claramente imprecisa, em Behaim ou Juan de la Cosa) só alcançou

---

Menaje, Ch. Pellat, J. Schacht, *The Encyclopaedia of Islam*, nova ed. em *cd-rom*, V, Leiden, Brill, 2002, p. 939a.

128 Albert Kammerer, a outro propósito, alude a duas representações cartográficas dos finais do século XV nas quais consta uma ilha que, tendo contornos e uma localização muito longe da realidade, ostenta o referido nome: o globo de *Martin Behaim* (1492) e a carta de *Juan de la Cosa* (1500), cf. Albert Kammerer, *op. cit.*, quadro.

129 O mesmo autor identifica o seu uso em *Cantino* (1502), *D. Hamy* (c.1505), Caverio (c.1505), Contarini (1506), *Hunt-Lenox* (c.1506), *Waldseemüller* (1507) e *Waldseemüller* (1516), cf. *ibidem*.

130 O referido autor, Albert Kammerer, para os demais anos do século XVI e para a primeira metade do século XVII, distingue o seu uso unicamente em *P. Desceliers* (1550 e 1553) e em *P. Berthelot* (1635), e em todos eles, tal como em *Cantino*, Caverio e Waldseemüller (1516), partilhando o seu papel com um outro nome, cf. ibidem. Aos casos apontados pelo referido autor, sem que isso altere o que foi dito, podemos ainda acrescentar, pelo menos, o *Planisfério de Apianus* (1520) e o de Francesco Roselli (1532), cf. Visconde de Santarém, *Atlas*, reprodução fac-similada da edição de 1848 com prefácio e organização de Martim de Albuquerque, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1989.

131 É interessante notar como já na carta de Madagáscar de Étienne de Flacourt (1656), dos primórdios da presença francesa, surge uma expressiva legenda, na qual se pode ler o seguinte:"Isle de Madagascar autrement dicte Isle St. Lavrens", cf. Étienne de Flacourt, *Histoire de la Grande Isle de Madagascar*, edição anotada e apresentada por Claude Allibert, Paris, Éditions Inalco-Karthala, s.d., extra-texto entre as pp. 288-289. Aliás, isso mesmo, uma clara preferência pelo nome que lhe fora atribuído por Marco Polo – sustentada por uma reputada origem nativa do termo, muito embora circunscrito a um reino local, cf. G. Ferrand e P. Verin, *op. cit.* –, é também evidenciada pela mesma opção, patente no título de inúmeras obras produzidas em França desde o século XVII, nomeadamente, nas obras de F. Cauche (1651), E. Flacourt (1658), Du Bois (1674) ou V. Souchu de Rennefort (1668), cf. Étienne de Flacourt, *op. cit.*, pp. 615-620.

uma existência real precisamente a partir da sua fixação no *Planisfério de 1502*, ou seja, curiosamente, depois desta ilha ter recebido um outro nome, o de São Lourenço.

A segunda inscrição, uma legenda de carácter económico (*Em esta ilha ha muito ouro e prata e seda e aljofar e perlas ambar)*, afigura-se-me, desde logo, muito semelhante a tantas outras que podemos encontrar no mesmo planisfério, como por exemplo, junto de Calicute, Cambaia, Ceilão ou Taprobana (Samatra), ou seja, em terras ao tempo já reconhecidas ou ainda por reconhecer, fruto de um contacto directo ou em segunda mão[132]. Na realidade, isto quer dizer que, à partida, a presença destas informações no referido planisfério não corrobora nem desmente o testemunho de Gaspar Correia. Aliás, curiosamente, o autor das *Lendas da Índia*, a propósito dessa viagem, não faz qualquer alusão aos produtos supracitados[133]. Ainda assim, sabendo-se que de entre os produtos referidos, o único que surge insistentemente mencionado nas fontes do século XVI e XVII como existindo em Madagáscar – para além de uma ou outra menção a âmbar cinzento – é a prata[134], parece-me interessante assinalar que a *Copia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India* afirma explicitamente, referindo-se à viagem de Diogo Dias, que este trouxe "Bona suma de vasi de argento: quali hanno comparate in quelle parte"[135]. Seja como fôr, se nada confirma que estas

132 Cf. Luís de Albuquerque e José Lopes Tavares, "Algumas observações sobre o Planisfério 'Cantino' (1502)" in *Estudos de História*, volume IV, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1976, pp. 212-213.

133 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

134 Cf. Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, edição crítica e anotada por Maria Augusta da Veiga e Sousa, volume I, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996, p. 79.

135 *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em

informações tivessem sido veiculadas por Diogo Dias também nada obsta a que isso tivesse acontecido.

No que diz respeito à aludida abstrusa ou exótica legenda impõe-se assinalar, desde logo, uma situação algo singular: são quase tantas as leituras desta quantos os autores que sobre o *Planisfério de Cantino* se debruçaram. Assim, dependendo dos autores, podemos distinguir as seguintes leituras: *Cormobunam*[136], *Comorbimam*[137], *Coniorbunam* ou *Coniorbimam*[138], *Comorbunam*[139] e, por último, *Carmoboram*[140]. A isto acresce que outras cartas do princípio do século XVI, algumas delas claramente inspiradas no *Planisfério de 1502*, ou reproduzem uma das leituras deste, como é o caso de *Caverio* (c.1505) onde Kammerer leu *Comorbimam*[141], ou denunciam ainda uma outra, tal é o caso de *Kunstmann III* (c. 1506) que exibe *Cormororniam*[142], do *Planisfério de Ruych* (1508) onde podemos ler *Camaeocada* ou ainda de Ptolomeu (1508) que aduz *Camorocada*[143]. Seja como fôr, não obstante a diversidade de leituras, alguns autores, nomeadamente Albert Kammerer, Fernando Bandeira Ferreira, Armando Cortesão e Luís Filipe Thomaz, reconhecendo uma clara proximidade entre as aludidas

---

linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 18 (tradução portuguesa na p. 21).

136 Cf. Duarte Leite, "O mais antigo mapa do Brasil" in Carlos Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gameiro (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, Litografia Nacional, p. 237.

137 Cf. Albert Kammerer, *op. cit.*, p. 535, tal como, Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 146.

138 Cf. visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 61, tal como, no que diz respeito à sua segunda proposta, Armando Cortesão, *The Mistery of Vasco da Gama*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p. 111.

139 Cf. Fernando Bandeira Ferreira, *op. cit.*, 167.

140 Cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 17, tal como, Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, p. 226.

141 Cf. Albert Kammerer, *op. cit.*, quadro

142 Cf. Armando Cortesão, *op. cit.*, p. 111.

143 Cf. visconde de Santarém, *op. cit.*.

designações, são unânimes em considerar que, pelo menos, parte dessa abstrusa palavra corresponde ao árabe *al-Kumr*[144].

Efectivamente, é sabido que esse é o nome dado à ilha de Madagáscar – muito antes de passar a ser usado exclusivamente para as ilhas Comores – quer pelos geógrafos árabes, desde o século XII (como al-Idrīsī, Yākūt ou Ibn Sa'īd), quer por experientes homens do mar, no século XV, como Ibn Mādjid ou Sulayman al-Mahrī[145]. Esta designação, podemos ainda acrescentar, foi assimilada e transformou-se – através de um fenómeno que se pode explicar pela particularidade de o árabe usar uma escrita defectiva numa outra coisa. Dada a similitude, de *djazīrat al-Kumr* converteu-se, do ponto de vista semântico, em *djazīrat al-Kamar*, a ilha da Lua[146]. A este propósito, convém dizê-lo, trata-se de um uso que, tendo sido identificado na historiografia portuguesa quinhentista e seiscentista e, até ao fim do século XIX, entre os mareantes do Sul da Arábia, não só não se circunscreve a um simples equívoco veiculado pelas fontes portuguesas como também parece ser nitidamente comum[147]. Aliás, a confirmar o seu uso generalizado, parece-me interessante referir a presença de uma ilha, justamente, com o nome de *Camar*, em dois planisférios de Marino Sanuto (1320 e 1321) junto à *India Magna*[148], tal como no célebre *Mapa-mundo Catalão Estense*, de c. 1450, junto à costa oriental africana[149].

---

144 Cf. Albert Kammerer, *op. cit.*, p. 535; F. Bandeira Ferreira, *op. cit.*, pp. 164-166 e p. 186; Armando Cortesão, *op. cit.*, p. 111; e Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, p. 226.

145 Cf. G. Ferrand e P. Verin, *op. cit.* e G. Rotter, "Kumr", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, V, 379b.

146 Cf. G. Ferrand e P. Verin, *op. cit.*

147 *Ibidem.*

148 Cf., visconde de Santarém, *op. cit.*

149 Cf. *Mapa-Mundo Catalão Estense*, c. 1450, C. G. A. 1 (Biblioteca Estense e Universitaria, Módena).

Como disse, existe uma clara unanimidade entre alguns autores ao reconhecerem que parte dessa palavra corresponde ao árabe *al-Kumr*. No que diz respeito à outra metade, com excepção de Armando Cortesão que sugere uma explicação algo singular e cuja fragilidade é evidente[150], todos os restantes, implícita ou explicitamente, assumem que se trata de um problema irresolúvel. Como veremos um pouco mais à frente, contudo, é possível tornar esta parte da designação claramente inteligível.

Na *Relação da Jornada e Descobrimento da Ilha de S. Lourenço que o Vice-Rei da India D. Jeronymo de Azevedo Mandou Fazer por Paulo Rodrigues da Costa, Capitão e Descobridor*, texto do início do século XVII, atribuído ao Padre Luís Mariano, a propósito do nome dessa ilha, o seu autor não podia ser mais claro: "Os nomes de Madagascar e de S. Lourenço ambos são estrangeiros, que entre os naturais até agora não há achar nome geral a toda a ilha, contentando-se cada um com o nome próprio da sua terra e da dos vizinhos, sem tratar do comum"[151]. Aliás, muito embora de uma forma pouco clara, o mesmo nos diz um dos manuscritos do *Livro de Duarte Barbosa*, no qual se pode ler: "Os reis daquela ilha não teem o nome salvo dos rei[nos] principaes daquela terra de que são reis"[152]. Ainda, no mesmo sentido aponta João de Barros quando, a propósito dos sobreviventes do naufrágio de Manuel de Lacerda e de Aleixo de Abreu, na costa oriental da ilha de São Lourenço, em 1527, nos diz que um destes contou como os outros sobreviventes, tentando alcançar a costa ocidental, "segundo soubera dos negros, se meteram pela terra dentro; mas que lhe não sabiam dar razão

150 A este propósito, depois de elucidar que, em sânscrito, ilha se diz diva, afirma este autor: "Coniorbimam, the name given to Madagascar, may be a misreading of comor diva, the 'Island of the Moon', as Covilhã reported", cf. Armando Cortesão, *op. cit.*, p. 111.

151 Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 201.

152 Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, p. 235.

onde pararam, porque os negros não costumavam sair das comarcas donde eram naturais"[153]. E ainda, no *Roteiro da Ilha de S. Lourenço*, o Padre Luís Mariano, afirma, referindo-se aos habitantes do reino de Vavalinta, na costa ocidental de Madagáscar, que estes "não conhecem a contracosta da ilha"[154].

Com base nestes testemunhos que penso ser legítimo afirmar que ao longo de todo o século XVI e, pelo menos, até ao princípio do século XVII, não existe um nome indígena para a ilha de Madagáscar e que, pelo menos uma parte significativa dos seus habitantes não reconhece – o que não é de estranhar, atendendo a que, com cerca de 587,041 km², se trata de uma tão extensa terra – a sua insularidade.

É sabido que Madagáscar sofreu o afluxo de colonizadores oriundos de uma vasta região, tal como é reconhecido na actualidade e, no princípio do século XVII, já notara o Padre Luís Mariano, segundo este nos diz, os seus primeiros habitantes vieram "da parte de Malaca e da Cafraria aos quais seguiram-se alguns mouros naturais da Índia ou Arábia"[155]. Esse afluxo, desenrolando-se em alguns casos desde tempos imemoriais, definiu uma identidade cultural afro-asiática que, nos nossos dias, encontra uma

153 João de Barros, *op. cit.*, IV, p. 127.

154 Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 328.

155 Humberto Leitão, *op. cit.*, pp. 201-202. Sobre esta matéria, no seio da vasta bibliografia existente, podemos distinguir, por exemplo: Michel Mollat, "Les contacts historiques de l'Afrique et de Madagascar avec l'Asie du Sud et du Sud-Est: le role de l'océan Indien", in *Relation historiques à travers l'océan Indien: Compte rendu et documents de travail de la réunion d'experts sur "Les contacts historiques entre l'Afrique de l'Est d'une parte et l'Asie du Sud-Est d'autre part, par les voies de l'océan Indien"*, Maurice, 15-19 juillet 1974, Paris, Unesco, 1980, pp. 51-67; Jacques Rabemananjara, "Le peuplement de Madagascar", in *op. cit.*, pp. 79-90; Charles Ravoaianahary, "Le peuplement de Madagascar: tentatives d'approche", in *op. cit.*, pp. 91-102; Pierre Vérin, "Les apports culturels et la contribution africaine au peuplement de Madagascar", in *op. cit.*, pp. 103-124.

das suas expressões maiores no recurso à língua malgaxe[156]. Hoje, a língua malgaxe [157] – incluindo os seus dialectos, entre os quais podemos distinguir, por ordem decrescente do número de falantes, logo a seguir à língua padrão, o malgaxe meridional, o malgaxe *tsimehety*, o *bushi* e o malgaxe *antankarana*[158] – define-se como uma língua da família malaio-polinésia, sub-família malaio-polinésia ocidental, muito próxima do *Barito* falado em Bornéu, com inúmeros vocábulos do árabe, do suaíli, das línguas banto e do francês[159].

Ora, se recuarmos no tempo até ao princípio do século XVII – muito antes do processo de unificação protagonizado pelos *merina* –, podemos afirmar que existem fortes indícios que apontam claramente para que o perfil linguístico de Madagáscar não fosse então significativamente diferente. Nessa época, segundo o Padre Luís Mariano, este já incluía o uso de uma língua universal – aquilo a que o autor chamou a língua *buqua* [160] ou *buque*, "tão conforme em toda a ilha que os naturais da ponta S. se entendem com facilidade com os naturais da ponta N., pobre de vocábulos" [161] –, da "língua cafre" (uma língua banto) – a qual, segundo o autor, ao

156 Cf. Jacques Rabemananjara, *op. cit.*, p. 79.

157 A língua padrão, segundo alguns autores, corresponde grosso modo ao malgaxe merina, cf. Hubert Deschamps, "Ethnologie de Madagascar", Jean Poirier (dir.), *Ethnologie Régionale*, vol. I, Paris, Gallimard, 1972, pp. 1421-1422.

158 Conforme os autores, a época e a convenção adoptada é possível falarmos numa língua malgaxe com vários dialectos ou, qualificando estes como línguas, em várias línguas. Mais recentemente, ao lado de uma tendência para, reconhecendo a sua grande variação, classificar os ditos dialectos como línguas, existe uma outra, personificada por estudiosos malgaxes – subjacente à qual também é possível distinguir uma clara consciência das repercussões políticas internas de cada uma destas opções –, segundo a qual apenas é possível identificar uma língua e vários dialectos, cf. Jacques Rabemananjara, *op. cit.*, pp. 79-81; G. Ferrand e P. Vérin, *op. cit.*; Hubert Deschamps, "Ethnologie de Madagascar", in *op. cit.*, p. 1419; *www. ethnologue.com.*

159 Cf. *www. ethnologue.com.*

160 Cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 260.

161 *Op. cit.*, p. 262.

tempo já era de uso limitado [162] – e o árabe, circunscrito a numerosas comunidades muçulmanas – em alguns casos, apenas remotamente muçulmanas – instaladas numas escassas ilhas ou na fralda do mar[163].

Aliás, muito embora de uma forma menos nítida, o *Livro de Duarte Barbosa*, no princípio do século XVI, sugere claramente que um cenário algo semelhante já seria perceptível muito tempo antes, ao referir, nomeadamente, que essa ilha "É povoada de gentios pelo sertão e, pelos portos de mar, tem alguns lugares de mouros"[164] e que os seus habitantes "Tem lingua sobre si"[165].

A propósito de *buque*, expressão que o Padre Luís Mariano utiliza para designar a língua geral e aqueles que a falam, num artigo assinado por Gabriel Ferrand e Pierre Vérin, pode ler-se o seguinte: "The term Buki, which denotes Malagasy in Swahili, and Bukini, Madagascar, have been audaciously linked with Bugi (people of the Celebes) by C. Herbert. In Madagascar, the term appears in literature for the first time in 1613, in the writing of the Portuguese Father Luis Mariano"[166].

Na verdade, *Buki* ou *Bukini*, em suaíli, corresponde a Madagáscar, e *mbuki*, pl. *wabuki*, corresponde ao nome para o habitante de Madagáscar[167]. Ora, sabendo que em suaíli o prefixo *ki* é usado para criar o substantivo abstracto que designa algumas

---

162 Cf. *ibidem*.

163 Cf. *op. cit.*, pp. 263, 265 e 267.

164 Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, p. 77.

165 *Op. cit.*, I, p. 78.

166 G. Ferrand e P. Vérin, *op. cit.*

167 Cf. *A Standard Swahili-English Dictionary (founded on Madan's Swahili-English Dictionary)*, by the Inter-Territorial Committee for the East African Dependencies under the direction of the late Frederick Johnson, reimpressão da 1.ª edição, s. l., Oxford University Press, 1967 (1939), p. 40.

línguas – como em *kiswahili*, a língua suaíli[168], *kiarabu*, a língua árabe[169], *kirumi* (*ki* + *rumi*), latim (a língua dos romanos)[170] ou *kireno* (*ki* + *reno*), a língua portuguesa (a língua do reino)[171] – então dir-se-ia que, nesse mesmo idioma, *kibuki* corresponde ao nome dado à língua malgaxe.

Seguindo este raciocínio, parece-me particularmente interessante notar que, actualmente, *kibuki* – tal como *shibushi*, *kibushi*, *shibushi shimawore*, *sakalava* e *antalaotra* – constitui um dos termos usados para designar o *bushi*, ou seja, o dialecto malgaxe falado, entre outros, pelos *sakalava*, *vezo* e *makhuwa*, ao longo de toda a costa ocidental de Madagáscar[172]. Se a isto acrescentarmos que os *sakalava* constituíram, desde o século XVI até ao século XIX (momento a partir do qual a sua área de influência se viu significativamente reduzida em benefício da supremacia *merina*, o que, naturalmente, se poderá ter reflectido numa clara regressão do *kibuki* em proveito do malgaxe *merina*[173]), não só um dos grupos étnicos dominantes em Madagáscar como o interlocutor

168 Cf. *A English-Swahili Dictionary (founded on A. C. Madan's A English-Swahili Dictionary)*, revised by Frederick Johnson, reimpressão da 1.ª edição, New Delhi/ Madras, Asian Educational Services, 2002 (1939), p. 553; e *A Standard Swahili-English Dictionary (founded on Madan's Swahili-English Dictionary)*, by the Inter-Territorial Committee for the East African Dependencies under the direction of the late Frederick Johnson, s. l., Oxford University Press, p. 306.

169 Cf. *A English-Swahili Dictionary (founded on A. C. Madan's A English-Swahili Dictionary)*, revised by Frederick Johnson, reimpressão da 1.ª edição, New Delhi/ Madras, Asian Educational Services, 2002 (1939), p. 27.

170 Cf. *op. cit.*, p. 314; e *A Standard Swahili-English Dictionary (founded on Madan's Swahili-English Dictionary)*, by the Inter-Territorial Committee for the East African Dependencies under the direction of the late Frederick Johnson, s. l., Oxford University Press, p. 403.

171 Cf. *op. cit.*, p. 399.

172 Cf. Hubert Deschamps, "Ethnologie de Madagascar", in *op. cit.*, pp. 1418-1423; e *www.ethnologue.com.*

173 Cf. Hubert Deschamps, *op. cit.*, pp. 1421-1426.

privilegiado nas relações comerciais com o exterior, então podemos afirmar que o Padre Luís Mariano, ao usar o termo *buque* para designar a língua universal, não faz mais que dar expressão a esse outro cenário linguístico. Seja como fôr, existindo actualmente uma inegável proximidade entre o *kibuki* e o malgaxe *merina*, parece-me razoável presumir que, de igual modo, alguma proximidade existisse entre a dita língua *buque*, no princípio do século XVI, e aquilo que é hoje o malgaxe padrão.

Finalmente, sabemos existir, desde tempos remotos, uma presença árabe e muçulmana cujo impacto se exprimiu não só do ponto de vista económico, sustentando alguma actividade comercial com a costa fronteira, mas também do ponto de vista social e cultural, na fixação de uma comunidade islâmica e na adopção de um alfabeto arábico-malgaxe para lavrar a língua malgaxe[174]. Se a isto acrescentarmos que as fontes portuguesas são inequívocas ao afirmarem que, desde o princípio do século XVI até ao século XVII, o recurso a intérpretes mouros, constituiu uma prática comum a inúmeras viagens de exploração[175], poderemos reconhecer como

174 A manipulação de um alfabeto arábico-malgaxe, cuja mais elevada expressão se concretiza nas *sorabe* – narrativas histórico-míticas de origem que incluem fórmulas mágicas, cf. Hubert Deschamps, *op. cit.*, p. 1445 –, remontando pelo menos ao século XVII, persistiu, com um largo uso, até ao século XIX, momento a partir do qual, com a adopção do alfabeto latino, até aos nossos dias, a sua utilização se circunscreveu à dita tradição *sorabe*, cf. *ibidem* e G. Ferrand e P. Vérin, *op. cit.*

175 A propósito da presença de intérpretes mouros, oriundos da costa oriental africana, em viagens de exploração da ilha de São Lourenço, veja-se, a título de exemplo, o caso de um tal *Bogimá*, mouro de Moçambique, sobre o qual se diz que sabia a língua deles (dos habitantes de Madagáscar), na viagem empreendida por Tristão da Cunha, em 1506, cf. João de Barros, *op. cit.*, II, p. 7; e, largos anos mais tarde, no início do século XVII, o de um outro chamado *Facabulai*, em companhia de Paulo Rodrigues da Costa, cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 145. Mas, sobre o mesmo assunto, talvez mais que estas notícias, veja-se como o Padre Luís Mariano, no princípio do século XVII, regista que o regimento entregue a quem fora incumbido do descobrimento da ilha de São Lourenço, dizendo

inegável – mesmo admitindo que a língua usada por estes pudesse ter sido o suaíli e não ao árabe – a presença de uma herança cultural árabe, e em consequência, também dizer da referida língua. Aliás, neste mesmo sentido, o Padre Luís Mariano não podia ser mais elucidativo. Referindo-se aos habitantes da região noroeste da ilha de São Lourenço, afirma: "são mouros e falam as duas línguas, a língua buque e a da costa de Melinde, com a qual mantêm relações comerciais bem como com a Arábia"[176].

Mas, retomemos novamente a dita legenda no *Planisfério de 1502* e vejamos como à luz deste cenário linguístico ela se torna absolutamente intelígivel. Antes de mais, convirá dizê-lo, uma observação atenta de uma reprodução de boa qualidade do aludido planisfério reduz, em meu entender, as inúmeras propostas de leitura apenas a duas: *Comorbunam* ou *Coniorbunam*[177]. Como referi antes, se no seu todo esta palavra é dita abstrusa, existe uma clara unanimidade em torno da identificação da sua primeira metade – o que aliás é corroborado, no contexto local, quer pela inexistência de uma designação indígena para a ilha de Madagáscar quer pela presença de uma herança cultural árabe na referida ilha – como correspondendo ao árabe *al-Kumr* (donde, como também já o disse, o seu reconhecimento como "ilha da Lua"). Resta, portanto elucidar o significado da restante, *bunam* ou *bimam*.

Ora, Étienne de Flacourt nota para a língua malgaxe: "Dans la façon de parler l'on y remarque le changement de quelques consonnes, ansi le vita se change em b latin. Le vau pour les Malgaches se change em Bé, et ce, lorsque le mot précédent se termine par une consonne, ansi Vohits, signifie Montagne, et pour

explicitamente que este deveria tomar línguas em Moçambique, ainda incluía instruções nesse sentido, cf. *op. cit.*, p. 199.

176 *Op. cit.*, p. 310

177 Cf., por exemplo, Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 139.

dire la montagne, il faut dire Ambohits"[178]. Acrescenta ainda que "La lettre o représente le son ou" [179] e, finalmente, que "Les finales ne s'entendent que faiblement"[180]. Tendo em conta estes dados linguísticos, coligidos no século XVII, ressalta como uma desusada coincidência que Lua se registe, na referida língua, precisamente, sob a forma Vôlana[181], o que, na verdade, se pronunciaria *bulan*. Aliás, curiosamente, em outras línguas da família malaio-polinésia, nomeadamente em malaio (Indonésia), sundanês, balinês, *toraja* (Celebes) e *hiligaynon* (Filipinas), Lua lavra-se exactamente da forma como se pronuncia em malgaxe, *bulan*. Nestas circunstâncias, admitindo que a leitura correcta daquilo que está registado no referido planisfério corresponde a *bunam* e existindo uma óbvia similitude fonética entre esta palavra e *bulan*[182], creio que, com larga razoabilidade, podemos sustentar que *Comorbunam* não é mais que *Kumr* (por *Kamar*) + *Vôlana* (*bulan*), ou seja, que significa de forma redundante "Lua" (Lua + Lua).

Se a nossa interpretação está correcta, esta palavra – em rigor, composta por duas, uma em árabe e outra em malgaxe, e ambas com o mesmo significado –, foi obviamente adquirida por outiva. E,

178 Étienne de Flacourt, *op. cit.*, p. 97.

179 Hubert Deschamps, *op. cit.*, p. 1422.

180 *Ibidem.*

181 Cf. Joseph Webber, *Dictionnaire français-malgache rédigé par les missionaries catholiques de Madagascar, et adapté aux dialects de toutes les provinces*, Isle de Bourbon, Établissement malgache de Notre-Dame de la Ressource, 1855, p. 471.

182 A propósito desta alegada similitude fonética, Rodrigo de Sá Nogueira, num trabalho clássico, depois de enunciar as condições gerais que favorecem o fenómeno de dissimilação, ou seja, de troca de um fonema por outro, cf. José Joaquim Nunes, *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, 6.ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, s. d., pp. 154-156, distinguindo "aqueles que têm um similar, principalmente sob o aspecto articulatório" como os fonemas mais dissimiláveis, registando que o "n e o l são também similares, pelo ponto de articulação", identifica-o precisamente como um desses casos, cf. Rodrigo de Sá Nogueira, *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1938, pp. 142-143.

sendo assim, não fará sentido evocar esta designação como argumento para afastar o testemunho de Gaspar Correia sobre a primazia de Diogo Dias no descobrimento da ilha de São Lourenço. Esta interpretação do *Planisfério de 1502* vem pois corroborar aquele testemunho e, ao mesmo tempo, retirar alguma da sombra de desconfiança que paira sobre o referido cronista, conferindo ao seu depoimento, no que à viagem de Diogo Dias dis respeito, uma reforçada credibilidade.

Ao longo da costa oriental africana, em busca de Moçambique

Agora, abandonando definitivamente a ilha de São Lourenço, de regresso à viagem do dito navegador, relembro que este – segundo Gaspar Correia –, depois de contornar o extremo norte de Madagáscar, apercebendo-se que de uma ilha se tratava, fez rumo à costa africana, em busca de Moçambique[183]. Mas, sendo todos os outros cronistas omissos a este respeito, será o testemunho do autor das *Lendas da Índia*, também neste ponto, digno de crédito? E, a ser assim, o que poderá ter levado este navegador – matéria sobre a qual o dito cronista nada diz – a fazer rumo a Moçambique?

Desde logo, note-se que o recurso ao *Rol das coisas necessárias para a armada a enviar à Índia* – documento particularmente elucidativo sobre o grande cuidado tido com a preparação da armada de Pedro Álvares Cabral – deixa claro que tanto o capitão-mor como os restantes capitães, esquecendo por ora o feitor e os escrivães, levaram consigo instruções claras não só sobre aquilo que constituía a sua missão no destino como sobre a

183 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

própria viagem[184]. Infelizmente, daquilo que podemos presumir terem sido os inúmeros documentos produzidos – cartas régias de nomeação, de poderes, instruções e regimentos –, muito pouco chegou até aos nossos dias[185].

Em rigor, no que diz respeito às instruções e regimentos entregues aos diversos capitães – e refira-se, como já o disse, que no caso particular de Bartolomeu Dias e Diogo Dias tudo indica que estes, para além de tudo o mais, levavam um regimento específico no qual lhes era encomendado que assentassem uma feitoria em Sofala –, apenas chegaram até nós alguns fragmentos que ao aludido capitão-mor dizem respeito: *um borrão da primeira folha das instruções de Vasco da Gama a entregar a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*[186], *um fragmento de uma versão primitiva do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*[187], *um borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*[188], *um fragmento de uma versão posterior do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia*[189] e, finalmente, *um borrão das instruções régias complementares ao regimento a conceder a Pedro Álvares Cabral*[190].

Uma leitura atenta destes fragmentos, nomeadamente do *borrão da primeira folha das instruções de Vasco da Gama* e do *borrão das instruções régias complementares ao regimento a conceder a Pedro*

184 Cf. Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 31-32.

185 Cf. *op. cit.*, pp. 35-84.

186 Cf. *op. cit.*, pp. 39-41.

187 Cf. *op. cit.*, pp. 43-44.

188 Cf. *op. cit.*, pp. 45-66.

189 Cf. *op. cit.*, pp. 67-70.

190 Cf. *op. cit.*, pp. 71-73.

Álvares Cabral, revela-nos – como já notou António Dias Farinha[191] – não só um nítido empenhamento na celeridade da viagem a cumprir por Cabral, mas uma obstinada preocupação em torno da necessidade de os seus navios fazerem a viagem juntos (até à separação, na costa oriental africana, já no regresso, entre os navios mais velozes e os mais zorreiros[192]) e, indissociável desta, sobre a forma como se deveria manter essa "muy bõoa hordenança pera se nam perderem hũus navyos dos outros"[193].

Como é óbvio, tanto a desejada celeridade como a preocupação em manter o contacto entre todos os navios, explica-se, naturalmente, pela percepção de que tal se impunha como condição necessária para um feliz desenlace da viagem. Qualquer escusada demora – incluindo escalas desnecessárias ou prolongadas[194] – ou a dispersão da frota poderiam constituir uma grave ameaça ao êxito da missão de que ia investida (para já não falarmos num inevitável agravamento dos seus custos)[195].

Nesse sentido, depois de fornecerem algumas indicações sobre a navegação entre a ilha de Santiago e o cabo da Boa Esperança, as mesmas instruções, insistindo na necessidade de a navegação ser feita em conjunto e prevendo já a possibilidade de algum ou alguns navios se desgarrarem, dizem-nos explicitamente que "se for caso que Nosso Senhor nam queyra que allgũu destes navios se perca do capitam deve se de ter de loo quanto poder por aver o cabo e hir se a agoada de Sam Bras e se for hy primeiro que ho capitam deve se d amarrar muy beem e espera lo porque he

191 Cf. António Dias Farinha, "A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia", *Oceanos*, nº 39, Julho/Setembro de 1999, p. 64.

192 Cf. *ibidem*.

193 Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 39 e, no que diz respeito aos referidos regimentos régios, cf. *op. cit.*, pp. 43, 45 e 65-66.

194 Cf. *op. cit.*, pp. 71-72.

195 Cf. António Dias Farinha, *op. cit.*, p. 64.

necessario que ho capitam mõr vaa hy pera tomar sua agoa"[196]. E, logo a seguir, acrescentam: "pera que dy em diamte nam tenha que fazer com ha terra mas aredar se della ate Monçembique por saude da gente e nam ter nella que fazer"[197]. Ou seja, de forma explícita, num caso, o da angra de São Brás, e tacitamente no outro, o da ilha de Moçambique, as referidas instruções identificam claramente duas das escalas onde, na costa oriental africana, a referida armada deveria cuidar de fazer aguada ou, se fosse esse o caso, de se reagrupar[198].

Na realidade, não obstante as divergências de pormenor em relação a alguns aspectos da viagem de Cabral, quase todas as fontes narrativas – com a excepção de uma obra atribuída a Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III*, que omite qualquer

196 Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 41.

197 *Ibidem.*

198 Desde o início e ao longo de toda a jornada até à costa do Malabar e volta, podemos também acrescentar a possibilidade de outras duas escalas na ida, uma na ilha de Santiago, e outra – não com absoluta certeza, dado que o texto não é de todo claro – em Angediva e, enfim, uma no regresso, em Melinde, cf. *op. cit.*, pp. 40, 45 e 65. É claro que a hipótese destas outras escalas baseia-se exclusivamente nos ditos fragmentos e não devemos esquecer que, tratando-se de fragmentos e, na sua quase totalidade, de fragmentos de borrões, nada obsta a que aquilo que falta nestes pudesse contemplar outras escalas ou que a versão final de tais instruções incluísse, sobre essa matéria, alterações. Também da leitura da *minuta de uma carta régia concedendo poderes a Pedro Álvares de Gouveia, nomeado capitão-mor da armada a enviar à Índia, para poder assentar paz e amizade com um conjunto de potentados africanos e asiáticos*, podemos inferir que as instruções régias previam uma escala, algures à ida ou à volta, em Quíloa e em Sofala, cf. *op. cit.*, p. 35. O *borrão das instruções régias complementares ao regimento a conceder a Pedro Álvares Cabral* também nos elucida sobre a possibilidade de, na torna-viagem, o capitão-mor entender imprescindível fazer outras escalas. Neste último caso, não almejado mas antevisto, as referidas instruções não podiam ser mais explícitas: todo o contacto com terra deveria fazer-se, especificamente, com a ilha de São Tomé, Cabo Verde ou Açores, regular-se pela brevidade e rodear-se de rigorosas medidas de segurança, de forma a "que se nom tirem nenhũuas mercadaryas nem faça < acerca disso algũu > nosso deserviço", *op. cit.*, pp. 71-72.

referência ao regresso [199] – são unânimes em afirmar que o referido capitão-mor, tanto na ida quanto na volta, fez escala em Moçambique[200]. Em qualquer caso, todas nos sugerem que, à ida, Cabral permaneceu em Moçambique durante alguns dias. Algumas aludem a que aí fez aguada[201], se reabasteceu de mantimentos[202], ou ainda, fez diligências para arranjar o piloto que, de seguida, o levou a Quíloa[203]. Finalmente, uma delas, de modo algum contrariada pelas restantes, afirma explicitamente que, na sequência do aludido temporal "se perderam todos hũs dos outros ate chegarem a Moçambyque omde se tornaram a jumtar"[204].

---

199 Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, s.l., Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 9.

200 Cf. Anónimo, *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, introdução, leitura, actualização, notas e glossário de Luís de Albuquerque, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d., p. 47 e p. 61; João de Barros, *op. cit.*, I, p. 187 e p. 217; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 76; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 153, pp. 158-160 e pp. 227-229; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138 e p. 151; "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 628 e p. 652 (tradução portuguesa com o título "A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 159 e p. 188).

201 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 76; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138; e "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 628 ("Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 159).

202 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 159 ; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138; e "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 628 ("Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 159).

203 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 187; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 76; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138; e "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, pp. 628-629 ("Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 159).

204 Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, s.l., Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 9.

Nestas circunstâncias, juntando aquilo que sabemos sobre a forma como se desenrolou a viagem de Cabral com o que resta das instruções régias que a esta dizem respeito, afigura-se muito provável que todos os capitães da dita armada tenham recebido indicações explícitas para se dirigirem a Moçambique (e aí, se necessário, entre outras coisas, cuidarem de se reagrupar). Em qualquer uma destas situações, a referida viagem de Diogo Dias, correndo a costa oriental africana em busca de Moçambique (tal como nos conta Gaspar Correia), ao encontro do capitão-mor, emerge não só como possível mas, definitivamente, como a única versão plausível.

Mas então, como congraçar tal asserção com a missão de que Diogo Dias e seu irmão estavam investidos, o assentamento de uma feitoria em Sofala na viagem de ida? Efectivamente, a propósito do referido assentamento, todos os autores que sobre o assunto se debruçaram, impelidos pela inegável razoabilidade de uma opção que decorre do próprio cenário geográfico – Sofala fica no caminho para Calicute – e por uma alusão da *Relação do Piloto Anónimo* que isso mesmo parece sugerir[205], assumiram como inquestionável que o dito encargo deveria ser cumprido na viagem de ida[206].

---

205 Cf. "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 623 ("A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p.151).

206 Cf. Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, s.d., p. 24.; William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 8; Alexandre Lobato, "Novos Subsídios para a História da Fundação de Sofala", separata das *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, 1950, pp. 135-136; Abel Fontoura da Costa, "O Descobrimento do Brasil" in António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, Editorial Ática, 1939, p. 367; e Moacir Soares Pereira, "Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral" in *Revista da Universidade de Coimbra*, XVII, 1979, p. 71.

De facto, começando por fazer referência a que "Delle quali dieci navi ordinò che andassero in Calicut, e quelle altre due per altra via ad uno luogo chiamato Ceffalla, per voler contrattare mercanzie, il qual luogo di Ceffalla si trovava esser nel cammino di Calicut; e similmente le altre dieci navi levasseno mercanzie che fusseno per ditto viaggio"[207], a aludida *Relação* parece, realmente, sustentar tal opção.

Aliás, nesse mesmo sentido parece também apontar aquilo que podemos vislumbrar em duas cartas sobre a viagem de Vasco da Gama, uma de Guido Detti – de Lisboa, 10 de Agosto de 1499 – e outra de Girolamo Sernigi – sem data mas, presumivelmente, próxima da anterior –, incluídas no *Códice Vaglienti* da Biblioteca Riccardiana de Florença[208]. Em qualquer uma destas cartas – note-se, desde já, anteriores ao regresso do capitão-mor [209] – é dito algo de muito semelhante. Na segunda epístola, a de Sernigi, por exemplo, pode ler-se o seguinte: "E ora si fanno presto 2 navili per la detta Mina Nuova, che partiranno com prestezza e per India 6 navi // che partiranno al gennaio"[210].

Nestas circunstâncias, admitindo então que o presumível bom senso e as fontes aduzidas sustentam tal asserção – que os navios de Bartolomeu Dias e de seu irmão levavam instruções para cumprir a sua missão à ida – torna-se também incontornável o reconhecimento de que Diogo Dias, ao percorrer a costa oriental

---

207 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 623 ("A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p.151).

208 Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 95-145.

209 Cf. Damião Peres, *op. cit.*, pp. 403-404.

210 *Op. cit.*, p. 99.

africana em busca de Moçambique, desrespeitou deliberadamente instruções régias. Aliás, tal ilação não constitui propriamente uma novidade, o mesmo parece, na verdade, ter entendido William Brooks Greenlee, exactamente a propósito da referida missão, ao sugerir uma hipótese explicativa para as deambulações de Diogo Dias ao longo da costa oriental africana. Efectivamente, referindo-se ao conteúdo das instruções atribuídas aos capitães e, nitidamente, em defesa do único sobrevivente, esse autor alvitra que "talvez elas ordenassem que os dois navios seguissem para o Norte, ao longo da costa, antes de regressarem, para descobrirem"[211]. E, logo a seguir, conclui: "Neste caso, Diogo Dias não fez mais do que seguir as suas instruções"[212].

Na realidade, sendo a proposta de Greenlee, sem base documental, manifestamente insuficiente, a única explicação que podemos alvitrar para justificar o ostensivo desprezo pelas ditas instruções radica nas circunstâncias que precederam precisamente esse trecho da viagem do dito navegador. Ou seja, assumindo que Diogo Dias levava instruções para realizar a sua missão à ida, a única explicação para não o fazer só pode residir no facto deste ter reconhecido – na sequência da tempestade em que, à sua vista, naufragaram vários navios, entre os quais o de Bartolomeu Dias[213] – de que já não existiam condições para tal e que, sendo assim, o melhor seria juntar-se ao capitão-mor.

Mas, será que o que nos dizem todas as fontes é, indubitavelmente, que esta missão teria que ser cumprida na viagem de ida? Na verdade, com excepção daquelas a que aludi anteriormente, em nenhum outro lugar aquilo que as fontes contém ou sugerem permite sustentar inequivocamente que as instruções

211 William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 81.

212 *Ibidem.*

213 Cf., por exemplo, Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 74.

régias determinassem o cumprimento de tal missão justamente à ida. Aliás, parece-me que tanto aquilo que nos dizem sobre os contornos da expedição de Cabral, como o que nos contam sobre a viagem de Diogo Dias, como ainda um pequeno pormenor relativo ao assentamento da feitoria de Sofala, sugere exactamente o contrário, ou seja, que a execução de tal tarefa estaria prevista para a viagem de regresso.

Vejamos então. A propósito da indissociável relação – reconhecida como uma evidência pela historiografia contemporânea[214] – entre aquilo que foi a amarga experiência vivida por Vasco da Gama e a expedição de Cabral, João de Barros diz-nos o seguinte: "ca, segundo o negócio ficava suspeitoso polas cousas que Dom Vasco da Gama passara, parecia que mais havia de obrar neles temor de armas, que amor de boas obras"[215]. E, logo a seguir, o mesmo autor acrescenta: "Finalmente, assentou el-Rei que, enquanto o negócio de si não dava outro conselho, o mais seguro e melhor era ir logo poder de naus e gente, porque nesta primeira vista que sua armada desse àquelas partes, que já ao tempo de sua chegada toda a terra havia de estar posta em armas contra ela, convinha mostrar-se mui poderosa em armas, e em gente luzida. Das quais duas cousas os moradores daquelas partes podiam conjecturar, que o reino de Portugal era mui poderoso pêra prosseguir esta impresa; e a outra, vendo gente luzida, a riqueza dele, e quam proveitoso lhe seria terem sua amizade"[216].

Como é sabido, Pedro Álvares Cabral largou do Tejo, a 9 de Março de 1500[217], à frente de uma poderosa armada (iniludivelmente, sob um comando único), constituída por cerca de

214 Cf. Damião Peres, *op. cit.*, pp. 430-431

215 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 180.

216 *Ibidem.*

217 Cf. Damião Peres, *op. cit.*, pp. 445-446; e Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 39

uma dúzia de navios – cuja arqueação média ultrapassava em muito a de qualquer uma das embarcações de Vasco da Gama [218] – e entre 1200 a 1500 homens, cerca de metade dos quais, homens de armas [219].

Como é também unânimemente reconhecido, tanto a natureza desta expedição como a sua dimensão foram condicionadas pela experiência de Vasco da Gama e pensadas em função da missão a cumprir no seu destino último, Calicute. A preocupação em manter a dimensão desta armada intacta é, de resto, explícita no borrão da primeira folha das instruções de Vasco da Gama a entregar a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia e na sua quase obsessão em torno da necessidade de os navios viajarem à vista uns dos outros, tal como no que fazer na eventualidade de algum deles se desgarrar.

Sendo assim, existindo uma clara relação de subordinação desta viagem e daquilo que a define às exigências da sua missão primordial, não só não me parece razoável que as instruções régias pudessem incluir qualquer menção ao assentamento da feitoria de Sofala à ida – o que se traduziria numa perda de navios pelo caminho e, em consequência, numa notória perda da sua capacidade de persuasão no destino – como, a ter sido exarada qualquer menção explícita ao assunto, faria mais sentido que essa aludisse, expressamente, à volta.

Aliás, corroborando tal asserção, as instruções de Vasco da Gama não podiam ser mais claras. Reportando-se ao caminho a seguir depois da angra de São Brás até Moçambique, advertem explicitamente Pedro Álvares Cabral de que este se deveria "aredar

218 Cf. Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 28.

219 Cf., sobre a constituição da frota, dimensão dos navios, gente embarcada e sobre a viagem, podemos distinguir, no seio da vasta bibliografia, por exemplo, Damião Peres, *op. cit.*, pp. 430-452; e Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 21-99.

da terra por saude da gente e nam ter nella que fazer"[220], o que significa, naturalmente, que o dito capitão-mor e os seus subordinados não tinham instruções para cuidar do mencionado assentamento à ida. A isto acresce, tal como nos dizem todas as fontes narrativas, que o referido capitão-mor, de facto, só tratou de enviar alguém a cumprir tal missão – no caso, Sancho de Tovar, o seu sota-capitão –, no regresso[221].

Não obstante o interesse das cartas de Girolamo Sernigi e Guido Detti para um melhor conhecimento das transformações que, ao longo do tempo, sofreram os projectos e as intenções de D. Manuel[222], o que estas nos dizem sobre aquilo que viria a ser a segunda armada para a Índia revela-se, para aquilo que agora importa (ou seja, para o conhecimento do que se pretendia que fosse, no momento em que deixou as margens do Tejo, a expedição de Pedro Álvares Cabral), completamente irrelevante.

Neste mesmo sentido, sustentado que o assentamento da referida feitoria deveria fazer-se na viagem de regresso, aponta aquilo que, a propósito da viagem de Diogo Dias, nos dizem dois autores quinhentistas, nomeadamente, Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda. O primeiro, referindo-se a um diálogo havido entre o dito capitão e habitantes de uma cidade algures na costa

220 Cf. Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 41.

221 Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 151; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 94; João de Barros, *op. cit.*, I, p. 216; Gaspar Correia, op. cit., I, p. 229; e "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in *op. cit.*, p. 652 ("A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p.188).

222 Aliás, note-se que Geneviève Bouchon já assinalou claramente que estas cartas, anteriores ao regresso de Vasco da Gama ao Reino, constituem uma expressão de um projecto ultrapassado, cf. Geneviève Bouchon, *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630 - Études d'histoire indo-portugais*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations dês Découvertes Portugaises, 1999, p. 104

oriental africana, durante o qual lhe terão perguntado ao que ia, afirma que este respondeu "que elle hia pera Calecut em companhia d'outras naos que hião carregar de mercadorias, e com o tempo se perderão da companhia, e errando o caminho vierão alli ter, e logo se hauião de partir "[223]. O segundo, corroborando tais palavras, afirma que o referido navegador, já em cabo Verde, contou ao capitão-mor como "por erro do seu piloto se metera no mar roxo, & hi andou muyto perdido, & perdera ho batel, & lhe morrera muyta gente. E não se atreuendo ho seu piloto ao leuar aa India, se tornou pera Portugal"[224]. Como é notório, o que estas fontes narrativas nos dizem, ao revelar-nos que Diogo Dias, depois de ter fracassado no seu intento de encontrar Moçambique, reconhecia Calicute como seu destino, não me parece que, em caso algum, seja compatível com a possibilidade de este ter instruções para cuidar do estabelecimento da feitoria em Sofala, justamente à ida.

De igual modo elucidativo para o esclarecimento desta matéria se revela a informação veiculada por João de Barros e Damião de Góis, segundo os quais, um tal Afonso Furtado estaria indigitado para escrivão da feitoria em Sofala[225]. Ora, admitindo que um tal Afonso Furtado, bem como Martim Neto, terão recebido o regimento régio – cuja minuta, de 24 de Fevereiro de 1500, os identifica como escrivães da receita da feitoria de Aires Correia "que vay por nosso feytor a India"[226] – e sabendo ainda que estes, efectivamente, aí foram, não me parece razoável uma outra solução senão aquela que foi por mim proposta.

Mas então, se todas as fontes a que aludi até agora sugerem, de uma forma clara, que a instalação da feitoria em Sofala se deveria

223 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 154-155.

224 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 95.

225 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 187; e Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 139.

226 Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, p. 81.

materializar na viagem de regresso, o que fazer com a única que emerge dissonante, a *Relação do Piloto Anónimo*? Ou, por outras palavras, será tal discordância verdadeiramente significativa?

Na verdade, não sendo discutível a relevância da *Relação do Piloto Anónimo* para o conhecimento da viagem de Pedro Álvares Cabral e tratando-se de um dos poucos testemunhos coevos, parece-me que este texto é, não obstante, portador de uma indesmentível fragilidade. Efectivamente, a dita *Relação* chegou até nós apenas através de algumas cópias italianas[227] cujas ligações, sabendo-se que diferem significativamente entre si e não existindo uma edição crítica, se desconhecem[228]. Por outro lado, atendendo a que se ignora quem foi o seu autor, não creio que se lhe possa atribuir, em todas as circunstâncias, um valor absolutamente decisivo. Com efeito, em meu entender, se é certo que, tratando-se de saber o que se passou na viagem não se afigura particularmente relevante saber quem escreveu a dita *Relação*, ao invés, parece-me que, tratando-se de saber aquilo que as instruções régias incluíam, tal identificação assume uma importância capital para aferir o rigor daquilo que é dito.

Dito isto, não sendo de admitir que o conhecimento daquilo que as instruções régias continham ultrapassasse muito o círculo restrito daqueles a quem estas se dirigiam (correspondendo este tipo de informes precisamente aos da segunda categoria mencionada) e não sabendo nós se o seu autor deste texto é ou não digno de fé, também não me parece razoável que o seu testemunho, sendo dissonante, se sobreponha a todos os outros. A ser assim, neste caso e apenas neste, afigura-se ajustado votar ao esquecimento aquilo que a dita *Relação* contém e reconhecer que a generalidade

227 Cf. William Brooks Greenlee, *op. cit.*, pp.147-150.

228 Cf. *ibidem.*

das fontes sustentam o que o autor das *Lendas da Índia* declara sobre o aludido trecho da viagem de Diogo Dias e sobre o seu sentido.

Diogo Dias *alla bocca dello stretto della Mecca*

Voltemos então agora ao que nos dizem as fontes disponíveis sobre as restantes aventuras e desventuras do dito navegador e, em particular, ao que nos contam sobre aquilo que foi o cenário geográfico onde estas se desenrolaram, matéria sobre a qual – como assinalei antes – as referidas fontes divergem de forma significativa. Sobre este cenário ou, por outras palavras, sobre o lugar alcançado por Diogo Dias, as fontes poderiam ser arrumadas em três categorias diferentes, que passarei a enumerar.

A primeira inclui textos que veiculam informação vaga ou imprecisa. São eles a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e a *Copia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India* que mencionam apenas que o referido navegador "se metera no mar roxo"[229], e ainda a *Relação do Piloto Anónimo*, que diz apenas que este "fu alla bocca dello stretto della Mecca"[230].

Outrossim, para além destes documentos, creio que também podemos inserir nesta categoria o *Planisfério de 1502* e a legenda

229 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 95 e cf. *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 21.

230 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, p. 652.

que neste consta, junto de uma bandeira das quinas colocada muito próximo do Mar Vermelho, onde se lê, *fasta aqui he descoberto por el Rey de portugal*[231]. Na verdade, sendo inegável que tal legenda trata de identificar o último local alcançado por Diogo Dias, ao contrário de alguns autores que a utilizaram para sustentar o testemunho de Gaspar Correia[232], penso que esta apenas veicula a informação vaga e imprecisa que consta das fontes mencionadas antes. Com efeito, atendendo a que uma observação atenta deste planisfério nos revela que não só a referida bandeira e a legenda que a acompanha se encontram a uma razoável distância de *barbara*, situada erroneamente nas margens do Mar Vermelho, como estão inseridas precisamente na *bocca dello stretto della Mecca*, não podemos deixar de concluir semelhante coisa.

As fontes reunidas na segunda categoria, aquela que encerra a *Ásia* de João de Barros e a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel de* Damião de Góis, reconhecem com clareza a terra alcançada por Diogo Dias – não obstante alguma imprecisão contida nas palavras do autor de uma delas, ao afirmar que o dito navegador "foi ter aho estreito Darabia, & à çidade de Magadaxó"[233] –, a qual identificam como sendo Mogadoxo[234].

A última categoria, confinada apenas às *Lendas da Índia*, contando-nos como Diogo Dias e os seus companheiros, tendo partido do extremo norte da ilha de Madagáscar, "forão pola bolina quanto puderão por tomar a costa de Moçambique, e tomárão a costa alem de Melinde, e correrão a costa buscando Moçambique polos sinaes que trazia o piloto no regimento, e correrão tanto que passárão por Çacotorá, e forão ter no cabo Guardafú, que nom

231 Cf. Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 143 e p. 146.

232 Cf., por exemplo, Duarte Leite, "O mais antigo mapa do Brasil" in *op. cit.*, II, p. 237.

233 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p.138.

234 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 215

sabião onde estauão, e forão correndo ao longo delle polo estreito dentro até chegar á cidade de Barbora, que he de fóra das portas do estreito pera a parte da terra do Preste"[235], singulariza-se no reconhecimento de um outro cenário, *Barborá*.

Desde logo, nas fontes que agrupei na segunda e terceira categorias, salta aos olhos de qualquer observador incauto que a informação aí contida, sendo divergente, enuncia um problema. Afinal, até onde chegou Diogo Dias? Mogadoxo, cidade na costa oriental africana, situada a 2° 4' 0" N e a cerca de 800 quilómetros a norte de Melinde, já avistada por Vasco da Gama na sua viagem de regresso, ou *Barborá* (Berbera), lugar nos confins do golfo de Adém, a 10° 26' 8" N e a cerca de 2000 quilómetros de distância da actual capital da Somália, nunca antes vislumbrada por portugueses?

Como notei anteriormente, muito embora a tal propósito a historiografia contemporânea seja unânime em reconhecer as divergências mencionadas, esta privilegia o testemunho de Gaspar Correia em detrimento dos remanescentes, enaltecendo a proeza cometida pelo referido navegador, a de ter sido o primeiro europeu a, por este caminho, ter alcançado as margens do Mar Vermelho.

Com uma única excepção, a de Luís Filipe Thomaz, aqueles que se debruçaram sobre esta viagem não cuidaram de resolver as diferenças mencionadas anteriormente. Numa inigualável nota de rodapé sobre o que aconteceu a cada um dos navios da armada de Cabral, este autor defende que Diogo Dias "foi ter a Mogadoxo e daí à boca do Mar Vermelho"[236], ou seja, inscreve na versão de Gaspar Correia aquilo que é secundado pelos outros cronistas, reduzindo as aludidas discrepâncias a simples omissões. Se é certo que, não as reconhecendo como tal, aparentemente resolve o dito problema, a

235 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

236 Carmen M. Radulet e Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 154.

verdade é que fica por nos ser dada uma explicação para a aludida disparidade. Nestas circunstâncias, creio que a única forma de resolver esta questão passa necessariamente por uma outra leitura daquilo que as fontes narrativas nos dizem sobre esta matéria.

Comecemos então por observar o que nos é dito sobre os limites temporais desta rocambolesca viagem, de forma a que, alcançando uma reconstituição das condições naturais que rodearam a sua realização, possamos distinguir qual dos ditos destinos é mais plausível.

Desde logo, note-se que as informações que as fontes dispensam a esse propósito são, manifestamente, escassas. Aliás, tal não é de estranhar, tratando-se de fontes que conferem uma importância reduzida à viagem de Diogo Dias ou que veiculam uma perspectiva dessa viagem que é, em algumas situações, a daqueles que permaneceram com Pedro Álvares Cabral. Assim, como é o caso da *Relação do Piloto Anónimo*, da *Ásia de João de Barros*, da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Aquilo que estas fontes nos dizem sobre o assunto circunscreve-se, naturalmente, ao momento em que o dito navio deixou de ser visto pelo grosso da armada – por ocasião da tormenta em que soçobraram, entre outros, o navio de Bartolomeu Dias –, na última semana de Maio de 1500, e à ocasião do inesperado reencontro com este – já no regresso, junto do cabo Verde –, no princípio do mês de Junho de 1501[237].

237 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 215-216; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 76 e 94-95; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 151; e a "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, p. 652 (cf. tradução portuguesa com o título "A Relação do Piloto Anónimo" in William Brooks Greenlee, *op. cit.*, p. 189).

Sobre a cronologia dos episódios que sobrevieram a Diogo Dias durante esse longo ano, Gaspar Correia não se revela particularmente prolixo, o que contrasta com a exuberância de pormenores que fornece. Em rigor, este cronista apenas adiciona uma outra data – ao referir que Diogo Dias chamou São Lourenço à ilha de Madagáscar "porque a virão em seu dia"[238] –, 10 de Agosto de 1500, muito próxima daquela em que o capitão-mor atingiu Melinde.

Assim, tomando esta última data como ponto de referência e tendo em conta que o tempo decorrido desde o momento em que foi encontrada essa terra até que perceberam que de uma ilha se tratava deve ter sido significativo (pois só assim seria compreensível a confusão que se instalou entre Madagáscar e a costa oriental africana), podemos presumir que a viagem de Diogo Dias, desde a ilha de Madagáscar até Mogadoxo ou *Barborá*, só poderá ter tido início bastante tempo depois do seu descobrimento, muito provavelmente, entre Setembro e Dezembro de 1500.

Na verdade, tal asserção é corroborada pela alusão que o mesmo autor faz, a propósito do que se passou na cidade onde arribou o dito navegador, a que o seu rei teria mandado dizer ao capitão "que tinha pouco tempo pera alli estar, que logo hauia de vir o tempo pera passar á Índia"[239]. Efectivamente, a fazer fé naquilo que o cronista diz e constituindo as condições adversas para fazer tal viagem uma evidência inegável, tal só poderia ter sido verbalizado na época de transição, em Novembro, ou durante a monção de Inverno, quer isto dizer, entre Dezembro de 1500 e Abril do ano seguinte. Como é evidente, ocorrendo a época própria para fazer a travessia para a Índia durante a monção de Verão entre

238 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 153.

239 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 155.

Junho e Outubro e tendo chegado fora dessa época, o referido navegador não poderia aí ter chegado próximo da monção seguinte, donde aquilo que o dito rei lhe mandou dizer, não passava de uma asserção enganosa.

Acresce ainda ao que foi dito que o autor das *Lendas da Índia* afirma que a miraculosa viagem de regresso do dito navegador, desde o lugar onde perdeu o batel até ao cabo Verde (onde chegou no início de Junho de 1501), se realizou em apenas três meses. A esse propósito, note-se que se tal façanha é possível, em condições normais ou particularmente favoráveis – a julgar, por exemplo, pela duração da viagem de Francisco de Albuquerque, em 1503, de Lisboa à Índia, realizada em apenas três meses e três semanas[240] –, seria dificilmente concretizável nas circunstâncias penosas em que esse navegador fez a sua viagem de volta. Em qualquer circunstância, e muito embora entenda que as palavras do referido cronista não podem ser levadas à letra (querendo dizer tão somente que a aludida viagem teve uma duração excepcionalmente breve), isto significa que a sua viagem de volta não poderia nunca ter tido início depois de Fevereiro de 1501.

A ser assim, se Diogo Dias deixou o extremo norte de Madagáscar algures entre Setembro e Dezembro de 1500 – muito provavelmente, considerando que chegou à dita cidade fora da monção de Verão, mais próximo do fim desse período – e se começou a sua viagem de regresso em algum momento entre este último mês e Fevereiro de 1501, isto significa que a viagem ao longo da costa oriental africana e até ao seu controverso destino se desenrolou, pelo menos em parte, na época de transição ou durante a monção de Inverno (ou seja, neste último caso, quando são dominantes os ventos de Nordeste). Eis pois as condições naturais,

240 Cf. Carmen M. Radulet e Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 218.

manifestamente adversas à navegação ao longo da costa oriental africana no rumo identificado, que poderão constituir a explicação para a longa duração dessa viagem e para o dito mareante ter recorrido – tal como nos diz Gaspar Correia[241] – a uma navegação à bolina. Este é também o cenário que, logo à partida, torna mais verosímil que Diogo Dias tenha ido parar a Mogadoxo do que a *Barborá*.

Em qualquer circunstância, mesmo admitindo que teria sido possível ao referido navegador, arrostando uma natureza adversa, ultrapassar o cabo Guardafui, passar ao largo de Socotorá e – a partir daí, desfrutando de condições favoráveis – chegar a Berbera, parece-me pouco crível que, nas condições penosas em que deixou o dito porto, conseguisse superar os obstáculos que se colocam a quem no golfo de Adém, nessa época do ano, pretende fazer o caminho inverso[242].

Para além disto, se é inquestionável que se tratava de um experiente navegador, como se revelou na sua viagem de volta, também são compreensíveis as dificuldades por ele sentidas depois de transposto o Cabo da Boa Esperança e até ter alcançado a costa oriental africana. Com efeito, para entendermos essas dificuldades temos de atender à exígua experiência adquirida até então por navegadores portugueses nesses mares e a um compreensível embaraço na manipulação do saber e arte que tornavam exequível qualquer viagem no Hemisfério Sul, cuja aprendizagem, remontando ao último quartel do século XV[243], ainda se fazia ao tempo[244]. Por

241 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

242 Cf., por exemplo, Stephen Davies e Elaine Morgan, *Red Sea Pilot*, s.l., Imray Laurie Norie and Wilson Ltd., 2002, p. 38.

243 Cf. Luís de Albuquerque, "Náutica astronómica" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, II, s. l., Caminho, 1994, p. 794.

outro lado, tratando-se da parte da navegação realizada no Hemisfério Norte, cuja prática era bem mais antiga[245] – nomeadamente acima de 2° de latitude Norte, a partir da qual, nessa época, já era possível avistar a estrela Polar [246] – qualquer dificuldade afigura-se incompreensível. Por outras palavras, não me parece plausível que um qualquer navegador – ainda para mais tratando-se de alguém que cometeu tamanha façanha, como foi a de regressar ao Reino em circunstâncias tão duras –, tendo partido de Madagáscar em busca de Moçambique e alcançado a costa além de Melinde, pudesse ter continuado a insistir em dirigir-se para norte, enfrentando sempre condições naturais adversas, ultrapassado Mogadoxo (2° 49' N) e Socotorá (cerca de 12° N) para finalmente, depois de percorridos aproximadamente 1000 quilómetros para Ocidente (e ainda, eventualmente, alguns para leste) acabar por ir ao encontro de *Barborá*.

---

244 A propósito desta aprendizagem, não só me parece que tanto aquilo que resta das instruções régias relativas à armada de Cabral, denotando uma obsessiva preocupação com a necessidade de os navios se manterem à vista uns dos outros, subjacente à qual podemos distinguir antevistas dificuldades de navegação, se revela particularmente elucidativo, como a célebre *Carta de Mestre João a D. Manuel* , cf. Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, *op. cit.*, pp. 91-93, não podia ser mais explícita. Ainda sobre a aludida aprendizagem, de um modo geral, vide Luís de Albuquerque, "Ciência Náutica Portuguesa" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (Coord.), *op. cit.*, I, s. l., Caminho, 1994, pp. 250-251; Luís de Albuquerque, *Estudos de História*, III, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1975 e, referindo-se à viagem de Cabral, Jorge Semedo de Matos, "A navegação atlântica dos Portugueses em 1500", *Oceanos*, n.° 39, Julho/Setembro de 1999, pp. 82-99.

245 Cf. Damião Peres, *op. cit.*, pp. 238-243 e Luís Jorge Semedo de Matos, "A navegação: os caminhos de uma ciência indispensável" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, I, s.l., Temas & Debates, 1998, pp. 76-82.

246 Cf. *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499) por Álvaro Velho*, prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 121, nota 118.

Mas, ainda com o intuito de esclarecer até onde chegou o referido navegador, recordemos o que Gaspar Correia nos diz sobre *Barbora*. Vejamos se aquilo que outras fontes revelam sobre essa cidade – e refira-se, desde já, que é muito pouco – corrobora ou desmente este testemunho e, neste último caso, se esses dados permitem sustentar que o aludido episódio, tal como afirma João de Barros, se desenrolou em Mogadoxo.

Segundo o autor das *Lendas da Índia*, Diogo Dias encontrou uma "nobre cidade de casaria"[247], "fermosa de casas brancas e muytas janellas"[248], com um bom porto, onde estavam surtas naus e zambucos[249] e do qual não era possível sair com as velas içadas a partir do fim da tarde por o vento vir do mar. A referida cidade – afirma –, era governada por um rei mouro, o qual, logo que o dito navio aí chegou, "mandou hum barco a perguntar que gente era, ou o que alli buscauão em seu porto"[250]. Depois observa que essa cidade não só dispunha de produtos essenciais, nomeadamente galinhas, carneiros, arroz e manteiga (as quais o seu rei generosamente ofereceu aos recém-chegados) como "panos de seda, e outras cousas"[251] (com as quais o mesmo presenteou o escrivão e dois homens que com ele foram a terra) mas também possuía quantidades apreciáveis daquelas mercadorias que o dito capitão, dirigindo-se a Calicute, aí pretendia adquirir, designadamente pimenta e canela, justamente ao mesmo preço do célebre empório da costa do Malabar[252]. Contudo, depois assinala que tão bom acolhimento não passava afinal de manha e que a

247 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

248 *Ibidem.*

249 Cf. *ibidem.*

250 *Ibidem.*

251 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 155

252 Cf. *ibidem.*

intenção do seu pérfido rei, aconselhado por "Mouros tratantes que estiverão em Calicute quando lá fora Dom Vasco da Gama"[253], sempre fora capturar o navio de Diogo Dias. Por fim, referindo-se ao ataque perpetrado por estes – o qual, como disse antes, culminou na fuga precipitada do célebre navegador –, afirma que esse se concretizou recorrendo ao batel entretanto tomado aos que se encontravam em terra e a duas naus grandes então fundeadas no porto, e que os aludidos contendores usavam de arcos, flechas e zagunchos[254].

Ora, se tomarmos em conta que eram inúmeras as cidades muçulmanas que, nessa época – desde o Bab-el-Mandeb até Sofala – possuíam um bom porto, que tinham acesso a bens de consumo essenciais, e participavam no trato com outras partes do Oceano Índico – donde, naturalmente, quer a presença de mercadores, quer de produtos de outras paragens, só poderia ser muito comum – e cujos habitantes, num cenário de contenda, poderiam usar das armas que o referido autor menciona, então podemos afirmar que aquilo que este nos diz sobre *Barbora* corresponde, *grosso modo*, ao que o poderia ter dito sobre Mogadoxo ou sobre qualquer outra de tantas cidades da costa oriental africana. Na verdade, cuidando de confirmar ou desmentir essa identificação, no seio de tudo aquilo a que este autor faz referência apenas é possível distinguir três pormenores que, de algum modo, contribuem para esclarecer o assunto: a alusão à formosura da cidade, a afirmação de que era governada por um rei e, finalmente, a menção a algumas perguntas que, logo que Diogo Dias aí chegou, o dito rei lhe mandou fazer.

O emprego do adjectivo "fermosa" para essa "nobre cidade de casaria", sendo uma vaga asserção que pouco diz sobre a aludida

253 *Ibidem.*

254 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 156-157.

cidade e que poderia ser aplicada a um qualquer outro lugar, parece, no entender de Gaspar Correia, singularizá-la.

Ora, João de Barros, comparando *Barborá* com Zeila, assevera que essa "cidade, peró que não é tam nobre como Zeila, que está dela contra o Norte dezoito léguas, quási a quere imitar em a maneira de seus edifícios e viver da gente"[255]. O mesmo autor, referindo-se à expedição empreendida por António de Miranda, em 1528, alude a que "nesta ida de Zeila não se fez mais que pôr fogo às suas casas palhaças"[256]. Ora, admitindo a similitude entre estas duas cidades – confirmada também, no que diz respeito à sua localização, por um ilustre viajante do século XIX[257] – e face à observação de João de Barros, torna-se surpreendente Gaspar Correia referir-se a *Barborá* como uma cidade "fermosa". Aliás, se prosseguirmos na comparação de *Barborá* com Zeila, então parece-me interessante notar que o mais célebre viajante árabe, alguns séculos antes, tenha confessado que Zeila "est une grande cité, qui possède un marché considérable; mais c'est la ville la plus sale qui existe, la plus triste et la plus puante"[258].

Mais insólita se torna a observação de Gaspar Correia se acrescentarmos que, referindo-se a algumas dessas cidades da costa oriental africana (entre as quais Zeila e Berbera) no período imediatamente anterior ao que estamos a tratar, J. Spencer Trimingham afirma: "These towns were mainly composed of huts of grass with few permanent buildings. This accounts for the rapidity with which towns like Zaila' which were within reach of the

255 João de Barros, *op. cit.*, III, p. 54.

256 João de Barros, *op. cit.*, IV, p. 94.

257 Richard F. Burton, *First Footsteps in East Africa; or, an exploration of Harar*, Londres, Longman, Brown, Green, and Longmans, 1856, p. 414.

258 Ibn Battûta, *Voyages*, trad. de C. Defremery e B. R. Sanguinetti, introdução e notas de Stéphane Yerasimos, II, Paris, Éditions La Découverte, 1990, p. 84.

Abyssinian armies were able to recover and came into use again after their frequent sackings"[259]. Tais observações são, de resto e precisamente para o caso de Berbera, no século XIX, corroboradas por Richard Francis Burton e por outros viajantes dessa época[260].

Finalmente, admitindo ainda que não é por acaso que Duarte Barbosa, tão copioso em elogios, justamente no início do século XVI – não deixando de fazer alusão às "fremosas casas de pedra e cal"[261] de Quíloa e Melinde, às "fremosas e altas casas"[262] de Mombaça, às "boas casas de pedra e cal"[263] de Brava e ainda, de manifesta relevância para a questão que nos ocupa, à " mui grande e fermosa cidade que se chama Mogadoxo"[264] –, omite qualquer juízo da mesma natureza sobre a "vila de mouros a que chamam Barborá"[265], podemos concluir que o dito elogio, engalanando tal cidade, se afigura nitidamente desajustado.

Regressemos agora a Gaspar Correia e a outros detalhes da sua descrição da cidade. Em relação ao seu governo, entre as inúmeras referências à perversidade de quem decidia dos seus destinos, fica claro que essa autoridade – exercida por *ElRey da cidade* [266]– estava confinada ao dito lugar e era soberana. Ora, na verdade, se tal era o caso, nessa época, de outras cidades da costa oriental africana (nomeadamente Moçambique, Mombaça, Melinde e Mogadoxo), já o mesmo não podemos dizer de *Barborá*. Esta cidade, longe de ter uma existência autónoma, fazia parte dos

259 J. Spencer Trimingham, *Islam in Ethiopia*, Londres, Frank Cass, 1976, p. 61.

260 Cf. Richard F. Burton, *op. cit.*, p. 414 e I. Lewis, "Berberā", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 1172b.

261 Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, p. 68 e p. 75.

262 *Op. cit.*, I, p. 71.

263 *Op. cit.*, I, p. 83.

264 *Op. cit.*, I, p. 84.

265 *Op. cit.*, I, p. 89.

266 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

domínios do rei de Adel ou – dito de outra forma[267] – de Zeila[268]. Aliás, é o que nos dizem as fontes portuguesas como, por exemplo, uma carta de Afonso de Albuquerque a el-rei D. Manuel, datada de 4 de Dezembro de 1513, ao assinalar que "ho çadady – entenda-se o rei de Adel[269] –, senhor de zeila e barbora, he muyto piqena cousa"[270]. O mesmo nos é dito na *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, do Padre Francisco Álvares, onde se lê, a propósito do mesmo potentado, "de cujo reino e senhorio é Barborá e Zeila"[271]; ou, ainda de uma forma mais explícita, a aludida obra de João de Barros ao mencionar que esta cidade era "entrada

267 A propósito de um outro assunto, Enrico Cerulli assinala que *Awdal* é o nome somali de Zeila, cf. Enrico Cerulli, *Somalia: Scritti vari editi ed inediti*, I, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1957, p. 46. Assim, sendo notória a similitude entre *Adel* ou *Adal* – termo de origem obscura que, durante algum tempo, designou uma entidade política distinta no planalto de Arar, cf. Taddesse Tamrat, "Ethiopia, the Red Sea and the Horn", in Roland Oliver, *The Cambridge History of Africa*, vol. III, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, p. 149 – e *Awda*l, existindo, a partir dos finais do século XIV, uma clara sobreposição dessas duas realidades, não é de estranhar que reino de Adel tenha sido usado como sinónimo de reino de Zeila, cf. E. Littmann, "Adal", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 176a.

268 Cf. I. Lewis, "Berberā", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 1172b.

269 Ao tempo, o rei de Adel era, na verdade, Muhammad b. Azhar al-Dīn (1488-1518), cf. Joseph Cuoq, *L'Islam en Ethiopie des origins au XVIe siècle*, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1981, pp. 162-169. Os reis de Adel, recordando o martírio de Sa'd al-Dīn, último rei de *Īfāt* ou *Awfāt*, a cuja linhagem pertencem, instalados em Dakar e depois em Harar, passaram a ser apodados, tal como a sua terra, *Barr Sa'd al-Dīn*, cf. E. Littmann, "Adal", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 176a; J. S. Trimingham, "Awfāt", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 763b; e Joseph Cuoq, *op. cit.*, p. 63. Assim, parece-me que *çadady*, não sendo o nome do rei de Adel, remetendo, de uma forma inequívoca, para o nome do reino e da dinastia, corresponde, naturalmente, a parte do título ostentado por estes.

270 *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas sob a direcção de Raymundo Antonio Bulhão Pato, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884, p. 230.

271 Padre Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, reprodução fac-similada da edição de 1943, com actualização da ortografia e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1944, p. 315.

e saída das cousas do reino Adel, cujo Rei é senhor dela, e somente tem ali governador, como em Zeila"[272].

Finalmente, no que diz respeito à menção de Gaspar Correia de que logo que chegou ao referido porto foi sugeito a uma espécie de inquérito, muito embora desconheça se tal era prática corrente noutras cidades (e em Berbera em particular), não podemos deixar de notar quão interessante é a coincidência de, alguns séculos antes, Ibn Batūta ter assinalado que, precisamente, em Mogadoxo "C'est la coutume, quand arrive un vaisseau, que le sonboûk du sultan se rend à son bord, pour demander d'où vient ce navire, quels sont son propriétaire et son roubbân, c'est-à-dire son pilote ou capitaine, quelle est sa cargaison et quels marchands ou autres individus se trouvent à bord"[273].

Ao conjunto dos pormenores já analisados, podemos ainda acrescentar uma interessante e, em meu entender, significativa omissão de Gaspar Correia. Como já assinalou J. Spencer Trimingham, al-Dimishqī (1256-1327), ao descrever Berbera, alude explicitamente a uma ilha[274]. Do mesmo modo, no início do século XVI, quer Ludovico di Varthema quer Andrea Corsali insistem em afirmar que essa cidade se erguia numa ilha[275]. Um pouco mais

---

272 João de Barros, *op. cit.*, III, p. 54.

273 Ibn Battûta, *op. cit.*, II, p. 86. Apenas a título de curiosidade, recordando as oferendas que o dito rei fez a Diogo Dias, parece-me também interessante registar que este mesmo autor, ao descrever os costumes dos habitantes de Mogadoxo, assinale, distinguindo como uma peculiaridade, que estes comam arroz cozido com manteiga, cf. Ibn Battûta, *op. cit.*, II, p. 87.

274 Cf. J. Spencer Trimingham, *Islam in Ethiopia*, Londres, Frank Cass, 1976, p. 214.

275 Cf. *Le Voyage de Ludovico di Varthema en Arabie & aux Indes orientales (1503-1508)*, avant-propos de Geneviève Bouchon, préface de Jean Aubin, traduction de Paul Teyssier, notes de Luís Filipe Thomaz, Gilles Tarabout, Paul Teyssier & Gérard Tropeau, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Chandeigne, 2004, p. 107 ou Ludovico de Varthema, *Itinerário*, tradução prefácio e notas de Vicenzo Spinelli, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949, p. 114 e "Due lettere dall'India di Andrea Corsali" in Giovanni Battista

tarde, o *Atlas de Lázaro Luís*, de 1563, exibe a cidade de *Barbara* em terra firme; todavia, fronteira a esta, uma ilha[276]. Ainda no mesmo sentido e mostrando-nos que este não é um caso isolado, Pierre d'Avity, no século XVII, regista *vis à vis* a Berbera "vne petite Isle de mesme nom"[277]. O. Dapper, nos finais do mesmo século afirma de igual modo que "*Barbora* est une île de la Mer Rouge, vis à vis de la ville de même nom qui est sur la côte"[278]. Finalmente, Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na sua carta da *Abessinie* [*sic*], datada de 1727 e uma reconhecida obra-prima da cartografia europeia do século XVIII, exibe isso mesmo[279].

Na realidade, curiosamente, nem a actual Berbera está ou esteve alguma vez assente numa ilha, nem existe ou existiu qualquer ilha nas suas proximidades. Então, como se explica esta insistência na insularidade de *Barborá*, obstinadamente continuada por uma ilha imaginária, com o mesmo nome, nas imediações da cidade?

Em meados do século XIX, a propósito da aludida insularidade, Richard Burton afirma: "I cannot guess why Bartema decided 'Barbara' to be an island, except that he used 'insula' in the sense of 'peninsula'. The town is at very high tides flooded round, but the old traveller manifestly speaks of the country"[280]. Mais recentemente,

---

Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, a cura di Marica Milanesi, vol. II, Turim, Giulio Einaudi editore, 1979, pp. 63 e 65.

276 Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, dir. de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 (reprodução fac-similada da edição de 1960), vol. II, estampa 222.

277 Pierre d'Avity, *Description Generale de L'Afriqve seconde partie dv monde. Avec tovs ses empires, royavmes, estats, et repvbliqves*, Paris, chez Clavde Sonnivs, 1637, p. 604.

278 Cf. Olfert Dapper, *Description de l'Afrique*, Amsterdam, chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren, 1686, p. 404.

279 Cf. Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, *Abessinie* [*sic*], 1727, Ge DD 2987 (Bibliotèque Nationale de France, Paris).

280 Richard F. Burton, *op. cit.*, p. 407.

sobre esta mesma matéria, Luís Filipe Thomaz, Gilles Tarabout, Paul Teyssier e Gérard Tropeau – tal como antes Marica Milanesi [281] –, elucidando aquilo que sobre o assunto diz Varthema, revelam-nos que "Ce n'est pas une île, mais vue de la mer cette localité peut y ressembler"[282].

Desde logo, sendo inverosímil que ambos, Varthema e Corsali, possam ter usado *isola*[283] por *penisola*[284], como Richard Burton sugere, a verdade é que noutras línguas essa confusão talvez não seja de todo destituída de sentido. Assim, se em árabe clássico é possível distinguir ilha, *jazira*[285], de península, *šibhu jaziratin*[286] – quer dizer, literalmente, "semelhante a uma ilha" –, a verdade é que os geógrafos árabes utilizam justamente a primeira destas palavras nas duas acepções[287]. Aliás, ainda a este propósito parece-me interessante assinalar que Afonso de Albuquerque, numa carta a D. Manuel lavrada em Goa e datada de 25 de Outubro de 1514, afirme: "aferrarey as aguadas do cabo de guardafum, e se hy nam podér tomar agua, correrey a costa de longo, e aferrarey barbara crara, ou barbara jezira, porque ambos de dous me dyzem estes Rubãees que teremos agua em abastamça"[288]. Como é evidente, este trecho não só certifica tal uso em contexto vernacular como, mais que isso, o confirma no caso de *Barborá*.

---

281 Cf. Ludovico di Varthema, "Itinerario di Lodovico Barthema", in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, vol. I, Turim, Giulio Einaudi Editore, 1978, p. 802, nota 2.

282 *Op. cit.*, p. 290.

283 Cf. Nicola Zingarelli, *Lo Zingarelli 1996: vocabolario della lingua italiana*, 12.ª ed., a cura di Miro Dogliotti e Luigi Rosiello, Bologna, Zanichelli, 1996, p. 924.

284 Cf. Nicolla Zingarelli, *op. cit.*, p. 1257.

285 Cf. A. Biberstein Kazimirski, *Dictionnaire Arabe-Français*, fac-simile da edição de Paris de 1860, vol. I, Beyrouth, Librairie du Liban, s. d., 288.

286 Cf. *Ibidem*.

287 Cf. S. Maqbul Ahmad, "Hind", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, III, 404b.

288 Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 326.

Seja como for, mesmo admitindo que o aludido erro entre ilha e península tenha sido engendrado no processo de transferência de um universo linguístico para outro, não me parece que tal possa esclarecer, definitivamente, a sua persistência, dado que se trata de fontes europeias entre as quais parece não existir qualquer relação e produzidas ao longo de um período durante o qual essa cidade foi inúmeras vezes avistada. Em todo o caso, algumas aproximações a Berbera (a de Oeste, em particular) poderiam sugerir que se tratava de uma ilha. Ora bem, constituindo a aludida parecença um atributo singular da identidade desta cidade afigura-se-me inaceitável que, a ter Diogo Dias chegado alguma vez a esse lugar, Gaspar Correia ou os recursos que utilizou a tivessem ignorado. Até porque se, como o autor das *Lendas da Índia* parece sugerir, Diogo Dias teria passado ao largo de Socotorá e, nesse caso, dado o regime de ventos dominante na região nessa época, a sua aproximação só poderia ter sido feita de Oeste.

Dito isto, podemos então afirmar que o testemunho de Gaspar Correia, ao identificar Berbera como o cenário do infortúnio de Diogo Dias, inclui um equívoco. Na verdade, não apenas contém um equívoco como tanto aquilo que nos revela sobre a viagem de Diogo Dias como o que nos diz sobre a cidade alcançada por este desdiz categoricamente semelhante identificação. Como assinalei antes, então de forma discreta, tudo aquilo que o autor das *Lendas da Índia* nos conta sobre as aventuras e desventuras do aludido navegador, não só contraria essa identificação como vem sustentar que o incidente durante o qual Diogo Dias perdeu uma parte da tripulação e o seu batel ocorreu, afinal, em Mogadoxo, vindo assim ao encontro do cenário reconhecido por João de Barros.

Mas sendo assim, como se compreende que Gaspar Correia tenha registado explicitamente que o aludido incidente ocorreu em

Barbora, quando a explicação que adiantei irá confirmar que tudo se passou em Mogadoxo?

A actual cidade de Berbera[289], capital da autoproclamada República da Somalilândia, surge registada pela primeira vez nas fontes portuguesas, mais concretamente no *Planisfério de 1502*, como *Barbara*[290]. Ao longo dos séculos XVI e XVII, o nome dessa cidade será lavrado indiferentemente como *Barbara*[291], *Barbora* [292] ou *Barborá*[293] (enjeitando de todo *Barba*, corruptela algumas vezes exarada[294]). Este nome que sob a mais antiga forma assinalada (*Barbara*) corresponde exactamente ao que lhe é dado pelos

289 Os somalis, em meados do século XIX, segundo Richard Burton, chamavam-lhe invariavelmente *Sahil*, o que, segundo o mesmo autor, corresponde ao termo árabe para costa ou litoral, cf. Richard F. Burton, *op. cit.*, p. 369. Efectivamente, *sāhil* (até à bem pouco tempo a designação da circunscrição cuja sede estava instalada na referida cidade) significa em árabe moderno costa, litoral ou, eventualmente, ancoradouro, cf. Hans Wehr, *A Dictionary of Modern Written Arabic*, ed. by J. Milton Cowan, 3.ª ed. New York, Spoken Language Services, 1976, p. 400.

290 Cf., Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 143.

291 Cf., por exemplo, *As Gavetas da Torre do Tombo*, pref. por A. da Silva Rego, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p. 363 ou Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, 78.

292 Cf., por exemplo, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Rui Manuel Loureiro, s. l., Instituto Português do Oriente, 1996, p. 58 ou Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros, fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Viana, Célia Nunes Carvalho e Maria Amélia Rodrigues Coelho, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 381

293 Cf., por exemplo, Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, p. 89 ou Padre Francisco Álvares, *op. cit.*, p. 315.

294 Cf. "O Livro de Nicolao Veneto" in *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo, o Livro de Nicolao Veneto, carta de Jeronimo de Santo Estevam*, edição conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502, com introdução e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1922, 87r e *As Gavetas da Torre do Tombo*, pref. por A. da Silva Rego, vol. XI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, p. 44.

geógrafos árabes[295], é rigorosamente o mesmo que designa os antepassados daqueles a quem nos nossos dias chamamos somalis[296] (entre os quais se contavam os habitantes dessa cidade [297]), sendo as terras que estes ocupavam chamadas *bilād al-Barbara* ("o país dos Barbara") ou *al-Barābira*[298].

Ora, nós sabemos que aqueles a quem hoje chamamos somalis, sendo oriundos da região entre o golfo de Tadjura e o cabo Guardafui[299] – ou seja, da margem sul do golfo de Adém, também denominado *Khalīdj Barbarā*[300]–, na segunda metade do século XII já tinham estendido o seu território até às margens do rio *Shabēlla*[301]. Este facto leva a que não cause desde logo qualquer estranheza que alguns geógrafos árabes[302] (bem como o seu mais célebre viajante), referindo-se à costa entre Zeila e Mogadoxo, lhe chamem justamente *bilād al-Barbara*[303]. Aliás, muito embora

295 Cf. I. Lewis, "Berberā", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 1172b.

296 A denominação somali está atestada, no que diz respeito às fontes etíopes, desde o século XV e, no que concerne às fontes árabes, apenas a partir do século XVI, cf. Enrico Cerulli, *op. cit.*, I, p. 92; antes disso a designação genérica para estes era *Barbar*, sing. *Barbarī*, pl. *Barabīr*, *Barābira*, cf. Ch. Pellat, "Berbers", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 1173a e Enrico Cerulli, *op. cit.*, I, p. 92.

297 Cf. *Ibidem*.

298 Cf. E. Cerulli [G. S. P. Freeman-Greenville], "Somali", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, IX, 713a.

299 Cf. E. Cerulli, *Somalia: Scritti vari editi ed inediti*, I, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1957, p. 60.

300 Cf. C. H. Becker [C. F. Beckingham], "Bahr al-Kulzum", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 931b.

301 Cf. E. Cerulli, *op. cit.*, pp. 162-163.

302 Al-Idrīsī, em meados do século XII, não só não faz qualquer referência a Mogadoxo como, colocando os limites de *bilād al-Barbara* mais a norte, ainda a insere no *bilād al-Zandj*, cf. H. Neville Chittick, "The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean", in Roland Oliver, *The Cambridge History of Africa*, vol. III, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 190-191.

303 Cf. J. Spencer Trimingham, *Islam in East Africa*, Oxford, Clarendon Press, 1964, pp. 5-6.

Mogadoxo seja na sua origem uma cidade árabo-persa[304], no decurso da fixação somali na região e depois de repelidas ou submetidas as populações banto que a envolviam, não só esta cidade se converteu, pelo menos desde meados do século XIV, numa cidade árabo-somali[305] como é notório que a partir de então passou a constituir uma das mais importantes cidades – senão a mais importante – do *bilād al-Barbara*. Assim, situada nos confins do referido território, o facto de Mogadoxo usufruir de uma prosperidade que a distingue, desde o século XIII até ao século XVI, como o mais poderoso empório do Corno de África[306], e ser governada por um sultão que, pelo menos ao tempo de Ibn Battūta, ostentava publicamente e de forma exuberante a sua autoridade[307], parecem razões suficientes para sustentar a possibilidade – não obstante a falta de provas documentais – de o sultão de Mogadoxo incluir na

304 Cf. E. Cerulli [G. S. P. Freeman-Greenville], "Makdishū", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, VI, 128a.

305 Cf. Joseph Cuoq, *op. cit.*, pp. 68-71.

306 Cf. Taddesse Tamrat, *op. cit.*, p. 137 e p. 156.

307 Ao descrever esta cidade, em meados do século XIV, Ibn Battūta diz-nos que o seu sultão, Abū Bakr bin Muhammad, a quem os seus habitantes chamavam *al-Shaykh*, era de origem somali, falava a língua de Mogadoxo e conhecia o árabe, Cf. Ibn Battûta, *op. cit.*, II, p. 86. O mesmo autor, descrevendo o seu encontro com o dito sultão, acrescenta um interessante e pormenorizado debuxo das circunstâncias em que este ocorreu, nomeadamente, de um solene cortejo, onde não faltou um pálio, tambores, trombetas, flautas, o *kādī*, *umarā'* (sing. *amīr*) e *shurafā'* (sing. *sharīf*), cf. *ibidem* e, sobre o mesmo assunto, Neville Chittick, *op. cit.*, p. 210. Efectivamente, fundada muito provavelmente no século X, esta cidade viu os seus destinos nas mãos de uma dinastia, a de Abū Bakr bin Fakhr al-Dīn, desde a segunda metade do século XII até ao século XVI, momento a partir do qual, algures na segunda metade do século XVI, aí se instalou a de Muzaffar, cf. E. Cerulli [G. S. P. Freeman-Greenville], "Makdishū", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.* VI, 128a e Joseph Cuoq, *op. cit.*, pp. 71-73.

sua titulatura régia uma qualquer reivindicação de domínio pelo menos sobre parte do *bilād al-Barbara*[308].

Assim, à luz daquilo que foi dito, o testemunho de Gaspar Correia parece, afinal, não fazer mais do que veicular o equívoco que foi cometido pelo próprio navegador. Aliás, a insistência de algumas fontes cartográficas do século XVI, XVII e XVIII em assinalar, entre Mogadoxo e Brava ou ao sul desta última cidade, um lugar chamado *Baraboa*[309], *Bramboa*[310], *Barra-Boa*[311] ou *Barbora*[312] – e, não obstante ser possível reconhecer tal topónimo como uma corruptela de Brava[313]– poderá ser testemunho de que a aludida confusão não se quedou pelo início do século XVI.

---

308 Para além de o seu nome poder incluir, naturalmente, a *nisba*, ou seja, neste caso, uma menção à sua origem geográfica, cf. Ed., "Ism" e "Nisba", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, IV, 179a e VIII, 53b.

309 Cf. Lopo Homem, *Atlas Miller*, 1519, fl. 2r (Bibliotèque Nationale de France, Paris), in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, dir. de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 (reprodução fac-similada da edição de 1960), vol. I, pp., Estampa 96; e *Atlas Anónimo*, fl. 8r, c. 1550-60, (National Maritime Museum, Londres), onde, ao sul de *Mogadoxo*, se pode ler: *brava*, *costa de brava*, *baraboa* e *baroa*.

310 Cf. Fernão Vaz Dourado, *Portolan Chart*, c. 1570, HM 41, fl. 11 (Huntington Library, San Marino, California).

311 Cf. Olfert Dapper, *Aethiopia Superior vel Interior vulgo Abissinorum sive Presbiteri Ioannis Imperior*, in *op. cit.*, extra-texto entre as pp. 410-411; e "Carte particuliere de la Mer Rouge & C. Levée Par Ordre Express des Roys de Portugal sous qui on en a Fait la Decouverte" in Nicolas Sanson, *Atlas nouveau contenant toutes les parties du monde, où sont exactement remarqués les empires, monarchies, royaumes, estats...*, nouvelle édition corrigée & augmentée, III, Amsterdão, Chez Pierre Mortier, 1708, n.º 98.O primeiro destes autores, referindo-se a esta povoação diz: "Les villes les plus considerables sont Barra-boa, mot Portugais qui signifie bonne côte, cette ville n'est pourtant pas sur le rivage de la mer, pour y aborder on remonte, quelques lieues, un bras du fleuve Quilmanci, elle donne son nom à ce fleuve, qui s'apelle plus haut Oby", in O. Dapper, *op. cit.*, p. 402.

312 Cf. Jacques Bellin, "Carte de la Coste Orientale d'Afrique", in A. F. Prevost d' Exiles, *Histoire Generale des Voyages*, Paris, Chez Didot, 1740.

313 Efectivamente, podemos identificar pelo menos dois casos em que esse topónimo, *Baraboa* ou *Barabua*, no lugar de Brava, se apresenta precisamente como uma corruptela

Enfim, tal como todos os elementos aduzidos sustentam, não creio que alguma vez esse intrépido navegador, irmão de Bartolomeu Dias, tenha passado além de Mogadoxo. À luz desta conclusão, a interpretação do visconde de Lagoa e de Banha de Andrade que, recusando-se a admitir que Diogo Dias não velejara ao longo do golfo de Adém, insistem em atribuir a distorção dessa região no *Planisfério de Cantino* a uma deficiente ou inexacta informação transmitida pelo referido navegador[314], deixa de fazer sentido. A meu ver, a aludida imprecisão, veiculando uma falta de informes, não é mais que uma expressão clara de que o dito navegador, tendo ficado muito aquém do cabo Guardafui, não navegou por essas paragens.

Mas, poderá ainda alguém perguntar, como se explica a repetida alusão em quase todas as fontes quinhentistas a que o referido episódio se passou "alla bocca dello stretto della Mecca"[315], no "mare rosso"[316], "fóra das portas do estreito pera a parte da terra do Preste"[317] ou no "estreito Darabia "[318] ?

---

deste, cf. Diogo Homem,1558, in Visconde de Santarém, *Atlas*, org. e pref. de Martim de Albuquerque, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1989 (reprodução fac-similada da edição de 1849) e Joan Martines, *Portolan Atlas*, c. 1578, fl. 14 (Huntington Library, San Marino, California); e um caso em que se verifica uma clara duplicação, *brada* e *braua*, as duas a pouca distância entre si, ao sul de *Magadaxo*, cf. *Carta Castiglioni*, atribuída a Diogo Ribeiro, 1525, C. G. A. 12 (Biblioteca Universitaria Estense, Módena).

314 Cf. visconde de Lagoa, *op. cit.*, pp. 62-63; e António Alberto Banha de Andrade, *op. cit.*, p. 394.

315 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, p. 652.

316 *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 18 (tradução portuguesa na p. 21). O mesmo afirma Fernão Lopes de Castanheda, cf. *op. cit.*, I, p. 95.

317 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 154.

318 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p.138.

A explicação parece-me simples. A única fonte coeva, a *Relação do Piloto Anónimo,* incorpora aquilo que, no início do século XVI, se encontra na origem do equívoco mencionado: uma ideia vaga e imprecisa daquilo que é hoje a costa da Somália, o golfo de Adém e o Mar Vermelho. Recorde-se que, até então, somente Vasco da Gama – em circunstâncias particularmente dificeis, já na sua viagem de regresso, ou seja, depois de cerca de três meses de navegação, e sem saber muito bem onde se encontrava – passara junto de Mogadoxo[319]. Esse conhecimento vago e impreciso desta região beneficiara, pois, muito pouco ou quase nada de um contacto directo, e incluindo com toda a certeza algumas notícias coligidas nas margens do Índico, apoiava-se, necessariamente, numa herança clássica e medieval. Ora, como veremos mais tarde, essa herança, repositório de inúmeros saberes, materializou-se numa imagem do oceano Índico que podemos identificar como fluída e ambígua, e à sombra da qual, como disse, se ergueu o dito erro.

Tomemos ainda a este propósito a *Copia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de Índia*, texto impresso em Roma, em 1505, vulgarmente designada como a *Pseudo-Carta de D. Manuel*. Este texto persiste no referido equívoco, não obstante ser de admitir que o reconhecimento do Índico Ocidental – refiro-me, mais concretamente, ao reconhecimento directo ou indirecto de toda a costa oriental africana e do golfo de Adém – configurava já, em 1505, uma imagem nítida dessa região. Ora, a verdade é que este texto não é de modo algum descomprometido; bem pelo contrário, tratando-se de um instrumento de propaganda régia, esta obra não podia estar mais

319 Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama, fac-símile* do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto e texto actualizado por A. de Magalhães Basto, vol. I, Porto, Livaria Civilização Editora, 1945, fls.

empenhada na defesa e exaltação de uma empresa da Coroa. Nestas circunstâncias, parece-me razoável presumir que o texto em causa apenas insiste em registar tal coisa por, inadvertidamente, reproduzir apenas o que se dizia em 1501, ou então – o que me parece mais provável –, deliberadamente, por ser útil ou necessário continuar a fazê-lo (não dando o dito por não dito).

As restantes fontes, quer dizer, as *Lendas da Índia*, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* e, finalmente, a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, textos produzidos a uma razoável distância dos acontecimentos atrás relatados (depois das expedições de Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes de Sequeira e D. João de Castro, viagens que, entre tantas outras, sustentaram um profundo conhecimento do golfo de Adém e do Mar Vermelho), não fazem mais do que reproduzir e perpetuar, de forma acrítica, aquilo que as anteriores – ou, eventualmente, outras do início do século XVI – tinham registado ou não tinham desmentido, ou seja, que um navegador português, em 1500, havia chegado *alla bocca dello stretto della Mecca*.

Vê se vês terras d'Espanha ou praias de Portugal

Como disse antes, ao abandonar a costa oriental africana, algures entre Dezembro de 1500 e Fevereiro do ano seguinte, depois do dramático incidente durante o qual perdeu o batel e uma parte da sua tripulação, Diogo Dias deu início a uma longa e dura viagem que o levou, em primeiro lugar, ao cabo Verde e daí, com o apoio de outros navios da frota de Cabral, a Portugal. Ao invés

daquilo que se verifica a propósito dos sucessos da sua navegação entre a famigerada tormenta, durante a qual pereceu seu irmão, e o palco da sua desdita, quando perdeu homens e batel, sobre a sua torna-viagem as fontes quinhentistas são praticamente concordantes. Com efeito, muito embora possamos reconhecer que existem algumas diferenças no que toca à dimensão dos relatos, com excepção de um ou outro detalhe (para o caso completamente irrelevante, refiro-me, como por exemplo, ao número de homens que sobreviveu a essa penosa jornada[320]), aquilo que as aludidas fontes nos dizem sobre o regresso de Diogo Dias ao reino é manifestamente coincidente.

Desde logo, podemos afirmar que todas as fontes – recordo, a *Relação do Piloto Anónimo*, as *Lendas da Índia*, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, as *Décadas da Ásia* e a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* – são unânimes em reconhecer esta viagem como particularmente penosa para aqueles que a empreenderam, pela fome e sede sofrida e pela manifesta dificuldade de uma tão reduzida e debilitada tripulação em conseguir levar o seu navio a bom porto. Aliás, aquilo que na

320 Aliás, mesmo no que diz respeito ao número de sobreviventes, a discrepância entre as referidas fontes não me parece, de modo algum, significativa. Senão veja-se, a *Relação do Piloto Anónimo* sugere que o dito navio realizou a viagem de regresso com apenas seis homens, cf. Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, I, p. 652. A *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, muito embora também faça alusão ao mesmo quantitativo, subentende-se que não incluíu o capitão, cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 138. João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda dizem-nos que o referido irmão de Bartolomeu Dias fez a dita viagem com sete homens, cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 215 e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 95. Finalmente, Gaspar Correia, afirmando que essa navegação, durante a qual os doentes " começarão a morrer que nenhum ficou", Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 158; se fez "nom sendo já mais que treze homens", *ibidem*; em rigor, nada nos diz sobre quantos chegaram ao reino. Ou seja, de uma leitura das fontes podemos reconhecer como provável que, muito embora a viagem de regresso possa ter começado com treze homens, apenas sobreviveram cerca de metade.

perspectiva das aludidas fontes parece conferir a esta viagem maior relevância, fazendo dela matéria digna de registo, é precisamente o facto de, em circunstâncias verdadeiramente excepcionais, aqueles que a empreenderam terem conseguido alcançar o reino. Estas circunstâncias forão tão penosas que a única explicação para o seu ditoso desenlace – a qual, a bem da verdade, apenas é claramente aduzida por Gaspar Correia, João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda – passa por reconhecer que tal só foi possível por uma intervenção sobrenatural, isto é, por graça divina. É assim que, Fernão Lopes de Castanheda, de um modo particularmente eloquente, diz o seguinte: "E não se atreuendo ho seu piloto ao leuar aa India, se tornou pera Portugal, & no caminho lhe morrera tanta gente de fome & de sede que lhe não ficarão viuas mais de sete pessoas que auia muytos dias que milagrosamente mareauão a nao, & a trouuerão ali com ajuda de nosso senhor, porque doutra maneyra não podera ser, & daqui se partio pera Portugal, & chegou a Lisboa ho derradeiro de Iulho de mil & quinhentos & hum & foy recebido com grande solenidade"[321].

A propósito da viagem de regresso de Diogo Dias, Humberto Leitão, insigne estudioso destas matérias, diz o seguinte: "Pondo de lado o descobrimento da Ilha de São Lourenço, da qual já havemos tratado, diremos que, em nosso entender, é inaceitável que, na viagem de regresso ao Reino, até às alturas do Cabo Verde, o navio viesse a navegar sempre de maneira que recebesse vento largo – ou da popa ou da quadra – assim como é inaceitável a afirmação de não haver sido avistada terra durante ela.

Quanto à primeira afirmação, perguntamos – onde iria parar um navio que pretendesse navegar de modo tão estranho?

321 Fenão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 94-95.

Quanto à segunda, conjugada com a de não vir a bordo pessoa que soubesse tomar a altura do Sol, ela dá ocasião a que perguntemos: Qual o meio de que se teria servido a pessoa encarregada de dirigir a navegação para saber o momento oportuno para mudar de rumo a fim de contornar o S. da África, de dobrar o Cabo e tomar, no Atlântico, o caminho conveniente?

Para mais, consoante o relato, a viagem de Barbora (Berbera) até às imediações do Cabo Verde haveria durado 3 meses apenas!

Gaspar Correia mal informado, deixou-nos do acontecimento, um relato que em grande parte é pura fantasia"[322].

Ora bem, não questionando a autoridade deste investigador – refiro-me obviamente à sua competência técnica, enquanto oficial de Marinha –, os comentários que tece e a conclusão a que chega, erguendo no que concerne à descrição da viagem de regresso de Diogo Dias sérias dúvidas sobre a veracidade do testemunho de Gaspar Correia, suscitam-me algumas observações. Efectivamente, muito embora possamos reconhecer como razoáveis algumas das dúvidas levantadas por Humberto Leitão, tal como é também manifestamente razoável a possibilidade de qualquer uma das fontes ter enaltecido a aludida proeza exagerando um pouco, tais afirmações apoiam-se numa leitura das fontes que, em alguns momentos tão escrupulosa, se me afigura noutros enviesada, confundindo ou esquecendo aquilo que lhe convém.

Debrucemo-nos por instantes sobre esta matéria. Comecemos com a sua afirmação de que não vinha a bordo "pessoa que soubesse tomar a altura do Sol" ou, por outras palavras – porque é disso que se trata neste caso –, de alguém que soubesse navegar sem terra à vista. A verificar-se tal situação – em meu entender, tal como implicitamente no juízo de Humberto Leitão – a viagem, tal

322 Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 19.

como a descreve Gaspar Correia, tornar-se-ia impraticável. E, na verdade, o único momento em que alguma das fontes sugere algo semelhante deve-se a João de Barros que, sobre o assunto, declara que o referido navegador "se viu em tanta pressa por não ter consigo mais de sete pessoas, que lhe conveo cortar as amarras e fazer-se à vela via deste reino, a Deus misericórdia, sem pilôto nem pessoa que soubesse per onde vinham, té Deus o trazer àquele lugar onde o achara"[323]. Ora, parece-me completamente desajustado que das palavras do cronista se possa inferir, com tanta certeza, que o navio de Diogo Dias regressou sem que houvesse alguém a bordo que "soubesse tomar a altura do Sol". Como é óbvio, mesmo admitindo, como se retira daquilo que diz João de Barros, que esta viagem se fez sem piloto, isso não significa necessariamente que não houvesse alguém a bordo que soubesse navegar sem terra à vista. A prova irrefutável de que não só alguém sabia fazê-lo como sabia perfeitamente qual o caminho a seguir – razão pela qual aquilo que João de Barros nos diz só pode ser entendido como uma "força de expressão" – está precisamente no êxito alcançado.

Ao encontro daquilo que acabei de afirmar e contrariando a alegada impossibilidade de Diogo Dias ter realizado a sua viagem sem avistar terra, parece-me interessante assinalar que o autor da *Relação do Descobrimento da Índia por Vasco da Gama*, referindo-se à viagem deste de Calicute para a costa oriental africana, diga o seguinte: "E como foy manhã fomos a demandall a terra pera sabermos honde Nosso Senhor nos tinha lancados [*sic*], porquanto nom avia ja hij piloto nem homem que cartear soubese, pera saber em que parajem eramos senam quanto alguns disiam que nom podiamos ser senam antre hũuas jlhas que estam atraues de

323 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 215.

Maçombique obra de trezentas legoas de terra"[324]. E, um pouco mais à frente, acrescenta: "e fomos nosso camjnho com mui bom vento a popa ao lomgo da costa andando de dia e pairauamos de noute porque nom sabiamos quanto avia de nos a Mjlingue onde nos desejauamos de hir"[325]. Daquilo que este documento coevo regista, podemos pois depreender que Vasco da Gama, sem *piloto* ou *homem que cartear soubesse*, conseguiu – enfrentando condições naturais adversas – fazer a viagem de Calicute para a costa oriental africana e, muito provavelmente nas mesmas circunstâncias, sem piloto, ultrapassar o Cabo da Boa Esperança. Terá ainda atravessado o Atlântico sem terra à vista, só voltando a avistá-la nas proximidades da ilha de Santiago. Aliás, ainda a propósito da desconfiança do referido autor face à possibilidade de Diogo Dias ter feito a sua viagem sem avistar terra, note-se que se trata de algo muito frequente na travessia do Atlântico e, muito embora pouco comum, algo que aconteceu em umas tantas viagens até à Índia. Humberto Leitão não poderia pois deixar de saber que tal viagem não tem rigorosamente nada de insólito.

O mesmo autor, num tom algo jocoso, entende como inaceitável que o referido navio tivesse navegado "sempre de maneira que recebesse vento largo". A este propósito dir-se-ia que não se percebe se com isso o autor quer dizer que acha inverosímil que o dito navegador tenha usufruído de condições naturais propícias ao longo de toda a viagem (o que, muito embora possível mas pouco plausível, não corresponde ao que Gaspar Correia nos diz sobre o assunto) ou se lhe parece estranho que Diogo Dias, nas circunstâncias em que fez a sua viagem de volta, tenha tentado sulcar os mares apenas quando tinha condições favoráveis para o

324 *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. I, fl. 75.

325 *Op. cit.*, fl. 76.

fazer. Em todo o caso, e não me sendo muito claro o que pode ter suscitado a sua apreensão, parece-me oportuno tecer algumas considerações.

No que diz respeito às condições naturais, alguns casos concretos mostram-nos como aquilo a que podemos chamar "fortuna" determinou o sucesso ou fracasso, a celeridade ou a morosidade de algumas viagens. Como exemplo podemos evocar o facto de Vasco da Gama, depois de ter ultrapassado o Cabo da Boa Esperança e no percurso até às proximidades da ilha de Santiago ter fruído, durante vinte e sete dias, de vento pela popa[326].

No que diz respeito à incredulidade do autor perante a possibilidade de Diogo Dias ter feito a sua navegação apenas quando as condições lhe eram favoráveis, não posso deixar de confessar que nada se me afigura insólito nesse modo de navegar. Em meu entender, a única explicação para esta desconfiança reside não nos contornos dessa viagem, cuja verosimilhança não me parece que suscite dúvidas, mas no pressuposto de Humberto Leitão de que Diogo Dias levava uma caravela. Efectivamente, reconhecendo que este navegador e seu irmão tinham sido incumbidos de descobrir Sofala, missão que no seu entender seria mais facilmente concretizada em navios de pequeno calado este autor presume que Diogo Dias levava uma caravela[327]. Não há, contudo, qualquer base documental que suporte esta convicção. Não só nenhuma das fontes faz a este propósito qualquer alusão, como aquelas que se referem à tipologia da sua embarcação aludem explicitamente a uma nau. Só assumindo como certo que o referido navegador sulcou os mares precisamente numa caravela, cuja versatilidade é notória, é que faz realmente sentido que

326 *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. I, fl.

327 Cf. Humberto Leitão, *op. cit.*, p. 19.

Humberto Leitão achasse um tanto estranho que este "viesse a navegar sempre de maneira que recebesse vento largo"[328]. Mas, como disse, não me parece que fosse esse o caso.

Finalmente, a alusão deste autor a uma inusitada curta duração dessa viagem também não parece razoável ou pertinente. Não só a celeridade constitui uma das razões que fez da referida navegação matéria digna de registo, como esse facto, sendo até então inédito, se irá repetir noutras ocasiões (recorde-se que, por exemplo, Francisco de Albuquerque, em 1503, fez a sua viagem de Lisboa à Índia em apenas três meses e três semanas).

Em conclusão, não obstante as dúvidas e preconceitos que recaiem sobre parte ou a totalidade da obra de Gaspar Correia não vejo, como se depreende daquilo que foi dito, qualquer razão para classificarmos o seu relato no que à viagem de regresso de Diogo Dias diz respeito como "pura fantasia". Bem pelo contrário, não só a sua descrição é coerente e plausível como, na falta de outros documentos, é corroborada pelas restantes fontes narrativas.

Diogo Dias, afinal um capitão sobre o qual pouco se sabe ao certo, empreendeu uma viagem cujos contornos – refiro-me, em particular, ao sofrimento vivido por todos os mareantes no regresso –, fazem, iniludivelmente, lembrar a saga da *Nau Catrineta*. Como naquela, é enquanto manifestação do favor divino e exemplo de abnegação e coragem para os vindouros que esta viagem é matéria digna de registo, preservada por todas as fontes narrativas do século XVI. Contudo, trata-se de uma viagem que, tendo ficado muito aquém do Mar Vermelho e não sendo relevante pelo feito alcançado, permanece importante por aquilo que sobre ela se escreveu e disse na época, pelos equívocos que em seu torno as fontes veiculam e, sobretudo, por ser expressão de um

328 *Ibidem.*

conhecimento ainda vago e difuso da região, aquele que terá precedido *um saber de experiências feito*.

Imagens, mitos e representações

Ao procurarmos uma aproximação ao que podemos chamar a percepção e o conhecimento existente em Portugal, entre finais do século XV e os primórdios do século XVI, daquilo que era o golfo de Adém e o Mar Vermelho, impõe-se, como é natural, recorrer ao que as fontes nos dizem sobre o assunto. Assim, tomando como certo que esse conhecimento não podia deixar de se apoiar numa herança clássica e medieval[329], à qual desde logo se juntaram as notícias coligidas nas viagens que precederam o contacto directo com essa região, proponho analisar o que nos dizem as fontes coevas e as que precederam os primeiros contactos estabelecidos pelos portugueses com as margens do Oceano Índico, recorrendo, aqui ou ali, ao que nos dizem algumas fontes posteriores.

Na célebre *Oração de obediência de D. João II a Inocêncio VIII*, pronunciada por Vasco Fernandes de Lucena em Roma a 11 de Dezembro de 1485 (e presumivelmente impressa no mesmo ano), um texto elaborado no rescaldo da primeira viagem de Diogo Cão,

329 Como é natural e se infere daquilo que sabemos ter sido a livraria régia ao tempo de D. Manuel, onde se incluem, entre tantos outros, alguns exemplares da *Bribya* e da *Vita Christi, liuros de rezar* , o *liuro de letra de pena que se chama Marco Palo, huũ liuro de Frorisamdo e Amadis de Gaulla, dous liuros da vyda de Putrarco, outro liuro das Decadas de Tito Liuyo, huũ liuro gramde de latym de Josefo, outro liuro da Destruyçã de Jerusalem, huũ liuro gramde Tolomeu*, cf. Francisco de Sousa Viterbo, "A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel", in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Nova série, 2.ª classe, tomo IX, Parte I, Lisboa, Typographia da Academia, 1902, pp. 1-73.

pode ler-se: "A tudo isto acresce a esperança bem fundada de explorar o Golfo Arábico, onde reinos e povos que habitam a Ásia, mal conhecidos de nós por notícias muito incertas, praticam escrupulosamente a fé santíssima do Salvador"[330]. E, logo a seguir, o seu autor acrescenta: "Efectivamente, descoberta já uma parte enormíssima da costa africana, chegaram os nossos no ano passado até perto do Promontório Prasso, onde começa o Golfo Arábico"[331].

Na *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, texto atribuído a Álvaro Velho, referindo-se à costa oriental africana e ao Índico Ocidental, o seu autor afirma: "E aqui é a costa de norte a sul, porquanto a terra aqui faz uma muito grande enseada e estreito, em a qual enseada, segundo nós achámos notícia, há muitas cidades de cristãos e mouros; e uma cidade que se chama Cambaia, e seiscentas ilhas sabidas, e onde está o Mar Ruivo e a Casa de Meca"[332].

No mesmo sentido, na *Copia di una lettera avuta da Lisbona delle nuove terre trovate colle spezierie l'anno 1499 a dì 10 di luglio*, de Girolamo Sernigi – texto que apresenta uma interessante similitude com o anterior [333] –, pode ler-se o seguinte: "El quale golfo è circa a 700 leghe di traversa. E vennono a una città molto grande, maggiore che Lisbona, popolata di cristiani, e chiamasi detta città Chalichut. El quale golfo è molto popolato di gran città e castella di mori da ogni banda, e nel fin di detto golfo si fa uno stretto, come

330 Abel Fontoura da Costa, "Ás Portas da Índia em 1484" in *Anais do Club Militar Naval*, tomo LXVI, n.º 7 e 8, Julho e Agosto de 1935, p. 32, tal como o original em latim.

331 *Ibidem.*

332 *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, vol. I, fl.

333 Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 68.

diremmo lo stretto di Romania; e passato el detto stretto si truova un altro maggiore golfo, nel quale golfo è 'l Mare Rosso dalla banda diritta"[334]. E, logo a seguir, acrescenta ainda Girolamo Sernigi "e è mia openione che questo golfo sia el golfo / d' Arabia di che scrive Plinio, che Alessandro Magno andò insino a qui facendo guerra"[335].

Numa outra carta, a *Copia di uno capitulo di lettera di Bart(olome)o Marchioni da Ulisbona mandata a Matheo Cini a Venetia Da Ulisbona xxij Julii 1499*, missiva análoga à anterior[336], o dito mercador afirma referindo-se ao Oceano Índico: "Nel qual golfo è uno stretto come quel de gibilterra, e fasse un altro golfo passato ditto stretto, ove è il Mare Rosso"[337]. E n*a Copia di una terza lettera di Lisbona di Guido di messer Tomaso Detti, di dì x d'agosto 1499 di questo medesimo, che viene a certificare tutto*, o seu autor regista que "le quali spezierie conducono com esse navi a uno stretto del cavo della Arabia, dove mette in mare uno ramo del Mare Rosso chiamato Bizidem"[338].

Ainda sobre o mesmo assunto, numa carta sem título de Bartolomeu Marchionni, presumivelmente de Junho de 1501, podemos ler: "Dell' isola Taprobana dicono avere qualche notizie e sperano com breve tempo esser a essa. Dio li lasci andare e tornare a buon salvamento perché ogni anno sentiremo cose nuove e

---

334 *Op. cit.*, p. 54 (cf. tradução nas pp. 65, 67 e 68).

335 *Op. cit.*, p. 68. Uma outra cópia desta carta, muito semelhante, foi recentemente identificada – no *Archivio di Stato*, em Mântua – e publicada por Stefania Elena Carnemolla, cf. Stefania Elena Carnemolla, *Fonti italiane dei secoli XV-XVII sull' espansione portoghese*, Pisa, Edizioni ETS, 2000, pp. 25-74.

336 Stefania Elena Carnemolla, *op. cit.*, p. 35.

337 *Ibidem.*

338 *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 127 (cf. tradução na p. 134).

belle"[339]. E, logo a seguir, acrescenta "Dicono avere trovato una grossissima città i' nella quale dicono esser tale botteghe d' arte di seta che há cento tellaia e lavoravisi fortissimamente. Stimo sai la città di Strava donde vengono le sete stravai, vengono di levante. Dipoi ho inteso la detta città si chiama Zanzura ed è dentro al mare Rosso"[340].

Numa célebre carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis, do Cabo Verde, 4 de Junho de 1501, também inserta no *Códice Vaglienti* e publicada por Carmen Radulet e Luís Filipe Thomaz, lê-se a propósito da viagem de Pedro Álvares Cabral: "E daqui navegaram depois em direcção ao setentrião à quarta do nordeste, navegando de contínuo ao longo da costa, a qual quanto a mim é o princípio da Ásia e província de Arábia Feliz, e terra do Preste João, porque aí houveram novas do Nilo, que lhes quedava a ocidente; o qual sabeis que parte a África da Ásia. E nesta costa viram infinitas povorações e cidades, em algumas fizeram escala; e a primeira foi Zafale"[341]. E, um pouco mais à frente, concluindo a descrição da costa oriental africana, acrescenta: "E até aqui é escrita a costa de Arábia Feliz"[342].

Finalmente, ao encontro daquilo que estas missivas nos dizem e acrescentando algo mais, na *Copia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et successo de India* pode ler-se que "Quilloa e cittade in Arabia in una insuletta giuncta a terra ferma"[343]; logo a seguir, que "Questi dui regni Quilloa et melindi

339 *Op. cit.*, p. 161 (tradução na p. 165).

340 *Ibidem* (tradução nas pp. 165-166).

341 *Op. cit.*, pp. 332-333.

342 *Op. cit.*, p. 335.

343 *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 10 (tradução portuguesa na p. 13).

sono de qua dal mare rosso: cõfinano cõ gentili et com il prete Jani il quale in sua lingua chiamono Abechi"[344]; e ainda, descrevendo a costa de Melinde a Calicute, que "Prima e il regno de Magadasso cittade grande et bella de molta cavallaria et non molto mercadantevole: piu avanti e una insula chiamata Zugaterra populata et com uno ponte de uno miglio e mezo che ariva in terra ferma: poi il stretto del mare rosso quale e sei mil. dove le nostre nave nõ sono mai intrate. Dalaltra parte sta il mare de Persia: dove e una insula chiamata Gulfar abondante de perle dogni sorte. In la bocha de questo mare e unaltra insula dicta Agramuzo dove sono perle infinite: cavalli che p*er* tutte quelle parte sono in grande precio. Queste due insule sono de un Re moro. Poi trovano Cambaia"[345].

Na verdade, tal como já notou Luís Filipe Thomaz e podemos inferir de uma leitura dos excertos trasladados, estas fontes veiculam uma representação do Índico Ocidental e dos mares que lhe são adjacentes vaga e imprecisa[346]. Entre os aspectos que esta imagem inclui, em parte ou na totalidade, podemos distinguir os seguintes: uma nítida insistência na representação do espaço entre Melinde e Calicute como um *golfo* ou uma *grande enseada e estreito*[347]; a ideia, em alguns casos, de que a comunicação entre o Mar Vermelho e o Índico se fazia directamente, eliminando ou diluindo o golfo de Adém; uma, menos comum, fusão entre o Bab-el-Mandeb e o estreito de Ormuz, o Mar Vermelho e o Golfo

344 *Op. cit.*, p. 12 (tradução portuguesa na p. 13).

345 *Op. cit.*, p. 28 (tradução portuguesa na p. 33).

346 Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 65, pp. 68-72, pp. 108-109, pp. 120-121 e p. 166.

347 Cf. *op. cit.*, p. 65.

Pérsico[348]; a utilização, menos clara, do termo Mar Roxo no sentido clássico, estendendo-se ou englobando o Mar da Arábia[349]; uma percepção do reino do Preste João ou da Abissínia que lhe reconhecia vastíssimos domínios, desde as margens do Mar Vermelho até, pelo interior de África e para além da linha equinocial, aos confins do referido continente; e, finalmente, alguns topónimos irreconhecíveis ou deslocados, como é o caso, por exemplo, da cidade de "Zanzura ed è dentro al mare Rosso"[350].

Esta imagem, note-se, não é veiculada apenas pelas referidas fontes. Deixando por agora de lado o *Planisfério de 1502*, podemos afirmar que tal figuração, no todo ou em parte, de forma clara ou de forma ambígua, é difundida por inúmeras representações cartográficas, desde o século IX ao século XVI[351].

Desde logo, comecemos por notar que, se *enseada* é por definição uma "curvatura da costa, reconcavo à borda do mar formado a modo de sino, ou seio, onde as embarcações podem estar"[352] e *estreito*, um "canal natural entre duas costas pouco distantes, que communica dois mares"[353], então uma *grande enseada e estreito* corresponde, *grosso modo*, ao que chamamos um *golfo*, isto é, um "braço de mar estreito, que se mette entre duas

348 Cf. *op cit.*, p. 68.

349 Cf. *op. cit.*, p. 166.

350 Cf. *op. cit.*, p. 161. A propósito desta cidade, cuidando da sua identificação, Luís Filipe Thomaz assinala que tal nome, tendo alguma similitude do ponto de vista fonético com Janjira – uma pequena ilha da costa do Concão –, poderá corresponder a uma corruptela de Guzerate – como se sabe, o nome de uma região – ou a Zanzibar, cf. *op. cit.*, p. 166.

351 Sobre a natureza ou função diversa das representações cartográficas medievais e modernas *vide*, por exemplo, o notável trabalho de Francesc Relaño, *The Shaping of Africa: Cosmographic Discourse and Cartographic Science in Late Medieval and Early Modern Europe*, Aldershot, Ashgate, 2002, pp. 91-92 e pp. 187-188.

352 Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da Lingua Portugueza*, nona edição revista e ampliada, vol. I, Lisboa, Empreza Litteraria Fluminense, s. d., p. 778.

353 *Op. cit.*, pp. 856-857.

terras muito dentro"[354]. Em qualquer circunstância, a identificação de um golfo pressupõe a percepção, no seio de uma área mais vasta, de um espaço cujos limites e recorte costeiro o individualizem, isto quer dizer que, neste caso concreto – o da representação do espaço entre Melinde e Calicute como um *golfo* –, concebê-lo como tal significa identificar um estrangulamento e reconhecer um prolongamento da costa oriental africana para leste o que, evidentemente, conduz a admitir uma maior proximidade entre esta e o Indostão (ou aquilo que se encontrava no seu lugar). De facto, é isso mesmo que acontece, por exemplo, no *Mapa-mundo Catalão Estense* (c. 1450)[355], num *Mapa-mundo* de Henricus Martellus (c. 1492)[356], no *Planisfério Rosselli* (c. 1492)[357] ou, ainda, no *Mapa-mundo de Juan de la Cosa* (1500)[358].

A percepção de que o Mar Vermelho comunicava directamente com o Mar da Arábia está presente na cartografia, podemos dizê-lo, de duas formas: pela eliminação ou pela diluição do golfo de Adém. No que diz respeito à primeira forma, a eliminação pura e simples do Bab-el-Mandeb e/ou do golfo de Adém, podemos distinguir a sua ocorrência nos seguintes casos: no mapa-mundo inserto no chamado *Atlante Mediceo*, obra da primeira metade do século XV[359]; no *Mapa-mundo de Fra Mauro*, cópia de 1459, na *Biblioteca Nazionale Marciana*, em Veneza, o qual inclui, no seio do mesmo

354 Antonio de Moraes Silva, *op. cit.*, II, p. 99.

355 Cf. *Mapa-Mundo Catalão Estense,* c. 1450, C.G.A.1 (Biblioteca Universitaria Estense, Módena)

356 Cf. *Mapa-Mundo* de Henricus Martellus, c. 1492, 30cea/1492 (Beinecke Rare Books and Manuscript Library, Yale University, New Haven, Connecticut).

357 Cf. *Planisfério Rosselli*, c. 1492 (Biblioteca Nazionale Centrale, Florença).

358 Cf. *Carta universal de Juan de la Cosa*, 1500, n.º inv. 257 (Museo Naval, Madrid).

359 Cf. *Atlante Mediceo* ou *Atlas Medici*, *Ms. Gaddi* 9, fls. 2v-3 (Biblioteca Medicea Laurenziana, Florença).

mar interior, uma menção a *Sinus Arabicus* e ao *Mare Rubrum*[360]; no aludido *Mapa-mundo* de Juan de la Cosa (1500); no mapa-mundo de Lorenz Fries, publicado na *Geographia* de Ptolomeu, mais concretamente na edição de 1522, de Estrasburgo, por Johann Grüninger; e ainda num mapa-mundo – muito provavelmente, pelas suas reduzidas dimensões –, inserido numa *Carta Náutica* de Vesconte Maggiolo (1535)[361].

A segunda forma, aquela que envolve algum apagamento do referido golfo mas não a sua eliminação, exprime-se em alguns casos numa disseminação da cor que distingue o Mar Vermelho até às imediações do cabo Guardafui. Tal é o caso do *Planisfério* de Vesconte Maggiolo (1504)[362] e da *Carta Náutica* de Vesconte Maggiolo (1516)[363], representação na qual nem sequer está representado o Bab-el-Mandeb. Noutros casos esse alargamento decorre de um claro alargamento dos contornos do golfo de Adém, abrindo-o ao Mar Arábico. Esta situação pode ser observada no mapa-mundo de Henricus Martellus, incluido no *Insularium Illustratum* (c. 1489)[364], ou no mapa-mundo de Gregor Reisch, na *Geographia* de Ptolomeu, edição de 1503, publicada por Joannes Schott em Freiburg.

A aludida sobreposição do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, cujas origens podemos fazer remontar a Hecateu de Mileto e Heródoto, não sendo comum nesta época, está atestada num dos mais antigos mapas impressos do continente africano, aquele que

360 Cf. visconde de Santarém, *op. cit.*

361 Cf. *Carta geografica fatta in pergamena fatta nell'anno 1535*, Manoscritti, Mazzo numero 1 (Biblioteca Antica, Archivio di Stato, Turim).

362 Cf. *Planisfério Vesconte Maggiolo*, 1504 (Biblioteca Federiciana, Fano).

363 Cf. Vesconte Maggiolo, *Portolan Chart*, 1516, HM 427 (Huntington Library, San Marino, Califórnia).

364 Cf. Henricus Martellus, *Insularium Illustratum*, c. 1489, *Additional MS* 15760, fls. 68v-69 (British Library, Londres).

acompanha o *Itinerarium Portugallensium*, obra de Francanzano da Montalboddo, publicada em Milão em 1508[365].

É por demais sabido que, muito embora primitivamente *hê Eruthra thalassa* designasse aquilo a que hoje chamamos Mar Vermelho, os grandes autores clássicos, mormente Heródoto, Estrabão, Plínio, o *Velho*, Pompónio Mela e Ptolomeu usaram chamar a este, compreendendo ou não o golfo de Adém, *Arabios kolpos*, *Arabikos kolpos* ou *Arabicus Sinus*, distinguindo-o claramente, tal como o Golfo Pérsico, como parte do vasto *hê Eruthra thalassa, Erythraeum Mare* ou *Rubrum Mare*, ou seja, o que é hoje o Mar da Arábia.

A cartografia medieval, mais concretamente um *mapa-mundo* de Macróbio, inserido na obra *Commentarius ex Ciceronis in somnium Scipionis expositio*, publicada em Brescia por Bonino de' Bonini, em 1483, fl. 8v; um *mapa-mundo* do Beato de Liébana, num manuscrito dos *Commentarius in Apocalypsin*, de Saint-Sever[366]; o *Mapa-mundo Anglo-saxónico*, anónimo do século XI[367]; o célebre *Mapa-mundo de Hereford* de Richard de Bello (c. 1290), na *Hereford Cathedral*; o *Mapa-mundo Ramsey Abbey Higden*, num manuscrito da obra *Polychronicon* de Ranulf Higden de Haldingham[368] ou,

365 Cf. Francanzano da Montalboddo, *Itinerarium Portugallensium*, estudo introdutório por Luís de Matos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

366 Cf. Beato de Liébana, *Commentarius in Apocalypsin*, Saint-Sever, manuscrito do século XI, *Richelieu Manuscrits Latin* 8878, fls. 45bv-45t (Bibliothèque Nationale de France, Paris).

367 Cf. *Anglo-Saxon Mappa Mundi*, *Cotton MS Tiberius* B.V., fl. 56v. (British Library, Londres), o qual corresponde ao *Mappemonde du XIe siècle à la Bibliothèque Cottonienne, au Musée Britanique*, in Visconde de Santarém, *Atlas*, org. e pref. de Martim de Albuquerque, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1989 (reprodução fac-similada da edição de 1849).

368 Cf. *Ramsey Abbey Higden World Map*, manuscrito de meados do século XIV, *Royal MS* 14.C.IX, fls. 1v-2 (British Library, Londres), o qual corresponde ao *Mappemonde du XIII*

ainda, um *Mapa-mundo* (c. 1540) incluído numa tradução inglesa da obra *De Situ Orbis* de Pompónio Mela[369] mostram-nos – através da inclusão de uma menção ao *Mare Rubrum* e/ou espalhando, em torno da Península Arábica, a cor que o distingue – que o uso de *Mare Rubrum*, na acepção dos aludidos autores, se manteve durante largos séculos.

Ao mesmo tempo que tal sucede, inúmeras fontes cartográficas – nomeadamente um *mapa zonal* de Macróbio (século IX)[370]; o *Mapa-mundo* inserido no *Map Psalter* (século XIII)[371]; o célebre *Atlas Catalão* (c. 1375)[372]; o *Mapa-mundo de Fra Mauro*[373]; a *Carta náutica de Jorge de Aguiar* (1492)[374]; o aludido *Planisfério de Cantino* (1502); e o *Planisfério* de Nicolau de Cavério (c.1502)[375], entre tantas outras – revelam-nos que ao longo dessa mesma época persistiram formas de representação do *Mare Rubrum* que – tal como antes recorrendo a uma legenda ou à dita cor – o circunscreviam ao que é hoje o Mar Vermelho.

---

siècle qui se trouve au Musée Britanique dans un manuscrit du Polichronicon de Ranulplus Hygeden du XV siècle, in Visconde de Santarém, *op. cit.*.

369 Cf. Pompónio Mela, *De situ Orbis*, *Hargrave* 399, fl. 3 (British Library, Londres).

370 Cf. Macrobius, "Diagrammatic zonal world map", in *Commentarius ex Ciceronis in somnium Scipionis expositio*, século IX, *Harley MS* 2772, fl. 70v (British Library, Londres).

371 Cf. *Map Psalter*, manuscrito do século XIII, *Additional MS* 28681, fl. 9r (British Library, Londres).

372 Cf. Abraão Cresques, *Atlas*, c. 1375, *Richelieu Manuscrits Espagnol* 30, fl. 4 (Bibliothèque Nationale de France, Paris).

373 Cf. Visconde de Santarém, *op. cit.*

374 Cf. *A carta náutica de Jorge de Aguiar de 1492*, *fac-simile* com estudo de Inácio Guerreiro, Lisboa, Academia de Marinha / Inapa, 1992; ou *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, reprodução fac-similada da edição de 1960 com apresentação e introdução de Alfredo Pinheiro Marques, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 75-79 e estampa I.

375 Cf. *Planisphère nautique,* Nicolaus de Canerio, c. 1502, Ge Sh Arch 1 (Bibliothèque Nationale de France, Paris).

Assim, a partir dos exemplos aduzidos, podemos asseverar que estas duas formas de representação do *Mare Rubrum* – a que fora propugnada pelos autores clássicos e a que o reduzia às suas dimensões primitivas – coexistiram ao longo de alguns séculos, mais precisamente ao longo de toda a Idade Média. Aliás, muito embora possamos reconhecer que a identificação do *Mare Rubrum* com o Mar da Arábia é de todo invulgar no século XV ou XVI, o facto de ser possível distinguir um testemunho – como vimos antes, um *mapa-mundo* inserido numa tradução inglesa do *De situ Orbis* de Pompónio Mela – é suficiente para nos levar a presumir que esta perdurou para além dessa época, pelo menos até meados do século XVI. Nesse mesmo sentido parece apontar tanto a abstrusa menção ao golfo de Adém no *Mapa-mundo* de Juan de la Cosa como *Golfo Arabico Rubro*, como a manifesta insistência em inúmeras representações cartográficas do século XVI – tais como as que acompanham sucessivas edições da *Geographia* de Ptolomeu, nomeadamente no mapa-mundo de Johannes Ruysch, na edição de Roma, de Bernardinum Venetum de Vitalibus, de 1508 ou no de Sebastian Münster, na edição de Basileia, de Henrichum Petrum, de 1545, ou ainda, por exemplo, no *Planisfério* de Diogo Ribeiro, de 1529 [376] – em designar o golfo de Adém como *Mare Rubrum* e o Mar Vermelho, na acepção clássica, por *Sinus Arabicus*.

Na verdade, nem a persistência da herança clássica e medieval, incluída na cartografia, se reduz apenas a este pormenor, nem esta

376 Cf. Diogo Ribeiro, *Planisfério*, Thüringische Landesbibliothek, Weimar, in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (dir.), vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 (reprodução fac-similada da edição de 1960), pp.99-101, Estampa 40.

se circunscreve rigorosamente aos séculos XV e XVI[377]. Efectivamente, creio que a manifesta hesitação revelada por inúmeras representações cartográficas ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, entre chamar ao Mar Vermelho, ao golfo de Adém ou ao seu conjunto, *Sinus Arabicus*, *Mare Rubrum*, *Mar Roxo* ou *Estreito de Meca*[378], constitui uma expressão inequívoca da persistência da aludida tradição. Assim, podemos afirmar que a persistência da tradição clássica e medieval contribuiu, de uma forma decisiva, para perpetuar, mesmo para além dos limites temporais do seu reconhecimento, uma imagem vaga e imprecisa dessa região.

Desde as suas origens no século XII, a percepção de que o reino do Preste João se estendia por um vasto território, precedendo a sua fixação no continente africano, constitui, tal como a condição de princípe cristão do seu senhor, o cerne do célebre mito[379]. Ao ocorrer, a partir do século XIV, a sua transferência para o continente africano – em rigor, para aquilo que na época, distinguindo-se o rio Nilo como limite, constituía o espaço onde o continente asiático se encontrava com o africano –, exactamente porque se tratava de um

377 Sobre as representações do Mundo, no contexto europeu, nos finais do século XV, *vide* W. G. L. Randles, *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: Uma Rápida Mutação Epistemológica (1480-1520)*, 1.ª edição portuguesa, s. l., Gradiva, 1999 (1980), pp. 35-42.

378 Cf. *Livro da descripção de toda a costa de África e ilhas que a esta parte pertencem com todos os portos*, fls. 59v-60r e 61v-62, in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, V, pp. 36-37.

379 Sobre o mito do Preste João, no seio de uma bibliografia infindável, podemos distinguir, por exemplo, as seguintes obras: Conde de Ficalho, *Viagens de Pêro da Covilhã*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1898 da Biblioteca Nacional, com apresentação de Manuel Villaverde Cabral, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d., pp.1-33; Luís Filipe Thomaz, "Preste João", in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *op. cit.*, II, s. l., Caminho, 1994, pp. 918-923; do mesmo autor, *Entre l' histoire et l' utopie: le mythe du prêtre Jean*, separata das *Actes du colloque international: Les civilisations dans le regard de l' autre*, Paris, 2001; e Manuel João Ramos, *Ensaios de Mitologia Cristã – O Preste João e a reversibilidade simbólica*, com prefácio de José Carlos Gomes da Silva, s. l., Assírio & Alvim, s. d..

território desconhecido e vasto, estavam criadas as condições que tornaram possível estender a sua dimensão a limites próximos do incomensurável. Efectivamente, tal como uma quantidade infindável de fontes de outra natureza também nos mostra, inúmeras fontes cartográficas dos séculos XIV, XV, XVI e, mesmo em alguns casos, do século XVII – desde a *Carta Portulano* de Angelino Dulcert (1339) até à *Taboa das Terras, e Reinos do Impero Abexim ou do Preste Ioão* do Padre Manuel de Almeida (representação cartográfica incluída na obra do Padre Baltasar Teles, *História Geral de Ethiopia a Alta*[380] – revelam-nos, de forma clara, uma insistência na representação dos extensos domínios do Reino de Preste João, estendendo-os desde as margens do rio Nilo e do Mar Vermelho para ocidente e/ou para sul, até aos confins do referido continente[381].

Como é sabido, em muito maior número do que nas fontes coevas mencionadas antes, inúmeros são os topónimos que salpicam aquilo que é hoje a costa oriental africana, o golfo de Adém e o Mar Vermelho nas representações cartográficas dos séculos XV e XVI. Como já o assinalou, por exemplo, o visconde de Lagoa a propósito da toponímia da costa oriental africana no famoso globo de Martin Behaim (1492) e no *Mapa- mundo* de Juan de la Cosa (1500), esta inclui um "acentuado predomínio da imagnação"[382]. O mesmo se poderá dizer, de um modo geral, em relação à toponímia ostentada pelo Mar Vermelho e pelo golfo de Adém que, quando não foi nitidamente deslocada – como é caso, como vimos, de *barbara* no *Planisfério de 1502* –, foi

380 Cf. uma reprodução deste, por exemplo, em Francesc Relaño, *op. cit.*, p. 56 e p. 65.

381 Sobre as representações cartográficas do reino do Preste João *vide*, por exemplo, Francesc Relaño, *op. cit.*, pp. 51-72 e Manuel João Ramos, *op. cit.*, extra-textos entre as pp. 352 e 353.

382 Cf. visconde de Lagoa, *op. cit.*, p. 56.

manifestamente corrompida ou é fruto de alguma imaginação. Este é o caso do *Planisfério* de Nicolaus de Canerio (c. 1502) e da menção a *Animalla*, *caralla*, *lacurcella*, *carapui* ou *gargella*[383].

Debrucemo-nos em particular sobre o *Planisfério de 1502* – iniludivelmente uma das obras-primas da cartografia europeia quinhentista – e vejamos se este veicula a mesma ideia imprecisa do Índico Ocidental e dos mares que lhe são adjacentes. A este propósito convirá assinalar que tal possibilidade assume tanto maior importância quanto este planisfério, incorporando as informações trazidas por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, tudo indica reproduzir na totalidade ou, pelo menos, em parte a *carta padrão d' el Rei*[384].

À partida, ao olharmos para o *Planisfério de 1502* não podemos deixar de assinalar que, tal como notou Luís Filipe Thomaz[385], contrastando com a imagem veiculada pela generalidade das fontes dos primórdios do século XVI (como é o caso, entre as representações cartográficas, do *Mapa- mundo* de Juan de la Cosa de 1500), o Índico Ocidental, se encontra aí representado de uma forma relativamente precisa, apresentando uma notória similitude com a realidade. A juntar a isto, tratando-se dos mares adjacentes,

383 Cf. E. G. Ravenstein, *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama (1497-1499)*, reimpr. da 1.ª edição (1898), New Delhi-Madras, Asian Educational Services, 1995, p. 219.

384 Cf. Luís de Albuquerque e José Lopes Tavares, "Algumas observações sobre o Planisfério 'Cantino' (1502)", in Luís de Albuquerque, Estudos de História, vol. IV, Coimbra, Atlântida, 1976, p. 181; A. Teixeira da Mota, *A África no Planisfério Português Anónimo "Cantino" (1502)*, Coimbra, 1977, p. 1; e Francesc Relaño, *The Shaping of Africa: Cosmographic Discourse and Cartographic Science in Late Medieval and Early Modern Europe*, Aldershot, Ashgate, 2002, p. 179.

385 Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 65, pp. 68-72, pp. 108-109, pp. 120-121 e p. 166.

também não podemos deixar de notar que tanto o golfo Pérsico como o Mar Vermelho – singularizado com uma intensa cor alaranjada e a legenda *Arabia Felis* – e o golfo de Adém estão claramente identificados[386].

Contudo, se observarmos com mais atenção o aludido planisfério desde logo ressalta que – fruto de um fenómeno de rotação do continente africano, no sentido dos ponteiros do relógio, e de um alargamento da distância que separa o Mar Vermelho do Atlântico –, não só o Mar Vermelho se aproxima de uma disposição no sentido Norte-Sul, como toda essa região, incluindo a península Arábica – cujos contornos também estão assaz distorcidos[387] – foi nitidamente deslocada para leste. Disto resulta que o cabo Guardafui se apresenta mais próximo do subcontinente indiano do que na realidade e que o extremo norte do Mar Vermelho (donde está ausente a península do Sinai), apenas a cerca de 120 quilómetros do Mediterrâneo, está tão longe deste quanto a costa portuguesa do extremo sul de Itália. Para além disto e também longe da realidade, os contornos do dito Mar Vermelho dispõem-se – qual licranço – com aspecto sinuoso, estendendo-se de Nor-Noroeste para Su-Sudeste, depois de Norte para Sul, readquirindo, antes de abrirem para o golfo de Adém, a sua orientação inicial. O aludido golfo de Adém apresenta-se reduzido em dimensão, comprimido entre a costa sul da península Arábica e o Corno de África, com uma disposição de Oés-Sudoeste para Lés-Nordeste, abrindo-se para o Mar da Arábia através de uma zona ligeiramente mais estreita que o seu interior. A ilha de Socotorá, sob a designação de

386 Cf. Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 143.

387 Como nota o visconde de Lagoa, cf. *op. cit.*, p. 66; contrariado – diria, de forma algo insólita – por Luís de Albuquerque que entende que a dita península "está até aproximadamente correcta quanto às linhas costeiras da península sobre os mares Vermelho e Índico", *op. cit.*, p. 184.

Çacotora e *Calissia*, apresenta-se com a forma de um quadrilátero de lados iguais, disposta paralelamente à costa da península Arábica, com uma inclinação de Nordeste para Sudoeste. Por último, como outros autores já notaram, o golfo Pérsico apresenta uma configuração que é nitidamente de origem ptolemaica[388].

Em suma, diria que muito embora possamos reconhecer que, no seu conjunto, o Índico Ocidental se apresenta representado de uma forma relativamente precisa, os mares que lhe são adjacentes, incluindo as margens da península Arábica, estão representados de uma forma manifestamente grosseira. Aliás, se o compararmos com algumas representações cartográficas que lhe são anteriores, como por exemplo com a *Carta Náutica* de Jorge de Aguiar (1492)[389] ou com *Mapa- mundo* de Juan de la Cosa (1500), torna-se evidente que, no que diz respeito ao Mar Vermelho, tanto a sua forma e disposição como a distância que o separa do Mediterrâneo configuram um notório retrocesso.

Na realidade, tal retrocesso deve-se fundamentalmente a uma distorção provocada pelo facto deste planisfério consubstanciar "os conhecimentos náuticos e geográficos oriundos de várias áreas"[390]. Ou seja, ao integrar uma representação do Mediterrâneo fruto de uma navegação *por rumo e estima*, a do continente africano assente numa navegação por latitudes e uma representação das regiões do Índico Ocidental, ainda não reconhecidas até à época por navios portugueses, recorrendo a fontes hidrográficas árabes (agravada neste caso pelo facto de o cartógrafo ter cometido um manifesto erro na conversão de *isbas* em graus de latitude[391]) e

388 Cf., por exemplo, Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 2.

389 Cf. *A carta náutica de Jorge de Aguiar de 1492, fac-simile* com estudo de Inácio Guerreiro, Lisboa, Academia de Marinha / Inapa, 1992.

390 Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, p. 2.

391 Cf. Luís de Albuquerque, *op. cit.*, p. 206.

ptolemaicas[392], o referido planisfério não podia deixar de incorporar uma imagem imprecisa dessa região.

Como se infere daquilo que foi dito, perante um tão vasto e contraditório universo de imagens e representações do Mar Vermelho, expressão de distintos saberes e crenças, e na falta de um reconhecimento directo empreendido por navios portugueses até à data, a imagem dessa região, em Portugal e nos primórdios do século XVI, não só era imprecisa como manifestamente ambígua.

O reconhecimento do golfo de Adém e do Mar Vermelho, protagonizado pelos portugueses desde o princípio do século XVI, foi um processo que, a julgar por aquilo que as fontes cartográficas nos mostram, podemos definir como deveras longo e, enfim, incompleto. A primeira expedição de reconhecimento dessa região, limitada ainda e apenas ao golfo de Adém, realizou-se em 1503, sob o comando de Vicente Sodré – nesse momento, tal como noutras ocasiões, recorrendo a pilotos muçulmanos[393] – e dela poderá ter resultado uma identificação das margens do referido golfo, da costa meridional da península Arábica, incluindo as ilhas de Cúria Múria (*Khūryān-Mūryān*, arquipélago que se situa a 17° 30' N e entre 55° 30' e 56° 30' E[394]) e, muito provavelmente, da ilha de Socotorá. Aliás, a este propósito e referindo-se a uma viagem realizada por Afonso de Albuquerque ao longo da costa meridional da península Arábica, Brás Afonso de Albuquerque regista que este "disse aos Pilotos Mouros, que elle tinha hum roteiro, que fizera hum Piloto, que se chamava Omár, de todos os portos, Villas, e Lugares

392 Cf. Avelino Teixeira da Mota, *op. cit.*, pp. 2-3.

393 Cf. Documentos, 8.

394 Cf. A. Grohmann, "*Khūryān-Mūryān*", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, V, p. 70a.

daquella costa, andando ali em companhia de Vicente Sodré" [395]. A este reconhecimento prévio, apesar das fontes não serem explícitas – refiro-me em particular, na falta de outras, às fontes narrativas –, podemos presumir que outros se sucederam, entre 1503 e 1513, sob a direcção de sucessivos *capitães-mores da Arábia e Pérsia*, designadamente de António de Saldanha, de Afonso de Albuquerque, acompanhado por Tristão da Cunha, e finalmente, por morte de Jorge de Aguiar – o capitão-mor, vítima de naufrágio –, de Duarte de Lemos.

Ao primeiro destes capitães, António de Saldanha[396], depois de percorrida a costa oriental africana e dobrado o cabo Guardafui deve-se o reconhecimento de Mete (*Maydh*), povoação que, depois de uma tentativa frustrada para aí fazer aguada, o mesmo varejou com artilharia[397]. A ele se deve ainda, após ter atravessado o golfo de Adém, o reconhecimento das ilhas ou ilhéus[398] a que as fontes portuguesas, de um modo geral, chamam de Canacani[399]. Finalmente, sabemos que um dos navios desta armada, a *nau de Setúbal*, sob o comando de Diogo Fernandes (Peteira, Pereira ou Parreira), desgarrado, empreendeu a exploração da ilha de Socotorá[400].

---

395 Brás Afonso de Albuquerque, *Comentarios de Afonso de Albuquerque*, 5.ª edição conforme a 2.ª edição, de 1576, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, tomo I, parte I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 89.

396 Sobre António de Saldanha *vide* Alexandre Lobato, *Da Época e dos Feitos de António de Saldanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

397 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 273.

398 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, IV, p. 641.

399 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 274; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 136; Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 530.

400 Cf. Avelino Teixeira da Mota, *A Viagem de António de Saldanha em 1503 e a Rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul*, "Separatas", LXIV, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 27 e pp. 39-41.

A julgar por algumas representações cartográficas do século XVI[401] e pela distância que Afonso de Albuquerque e Gaspar Correia nos dizem ficar de Adém (respectivamente 20 ou 30 léguas[402]), não podemos deixar de identificar as ilhas de Canacani – muito embora não possamos explicar a origem do termo, talvez relacionado com a *Cane Emporium* ptolemaica, identificada nas proximidades de *Hisn al-Ghurāb* [403] – com as actuais *Hillānīyah*, *Sikha* e *Barrāqah*, junto de *Bīr 'Alī* e de *Hisn al-Ghurāb*, quer dizer, entre Adém e Xael ou Xaer (*al-Shihr*), no Hadramaute.

A este propósito, ocorre-me de imediato que entre as fontes árabes coligidas por Robert Serjeant sobre o primeiro encontro entre os habitantes desta região e os *Frangues* se lê o seguinte: "his first appearance off the Arabian coast, may God abandon him, was that he moored at Husn al-Ghurāb near al-Shihr in the beginning of year 8 or 9 (A. D. 1502-1504) of the tenth century (H.)"[404]. O autor, comentando precisamente este trecho, não tem dúvidas de que o mesmo se refere a Vicente Sodré[405]. Ora, em meu entender e muito

401 Cf., por exemplo – precisamente com a forma *canacanim* –, a carta da região meridional da península Arábica no *Livro* de Francisco Rodrigues, de cerca de 1513, in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (dir.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 (reprodução fac-similada da edição de 1960), vol. I, estampa 35; e – sob a forma *quanaquayne* – a carta incluída no *Atlas de 1519*, também conhecido como *Atlas Miller*, de Lopo Homem-Reinéis, in *op. cit.*, vol. I, estampa 19.

402 Cf. "Carta ao mesmo. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa à partida das naus de carga. Boa recepção que fez aos mercadores, capitães e mestres das naus de Ormuz chegadas a Goa com os cavallos...", de Cananor, datada de 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 205 e Gaspar Correia, *op. cit.*, IV, p. 641.

403 Cf. J. Schleifer [L. O. Schuman], "Hisn al-Ghurāb", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, III, 506a.

404 Cf. R. B. Serjeant, *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadramī Chronicles*, Oxford, Clarendon Press, 1963, pp. 42-43.

405 *Ibidem.*

embora possamos admitir como verosímil a passagem de Vicente Sodré junto dessas ilhas, não podemos deixar de reconhecer que as fontes portuguesas não lhe fazem qualquer alusão e que, pelo contrário, nos dizem explicitamente que António de Saldanha esteve em Canacani. Não só dizem que aí ancorou, pretendendo fazer aguada no continente fronteiro, como que o fez algures entre Abril e Julho de 1503[406], ou seja, entre finais de 908 e inícios de 909 da Hégira. Assim, recorrendo às fontes portuguesas, não creio que possamos admitir outra coisa senão que a alusão das fontes árabes se refere à viagem de António de Saldanha.

Como assinalei antes, a esta viagem de reconhecimento outras se seguiram, designadamente sob o comando de Afonso de Albuquerque[407], acompanhado por Tristão da Cunha[408] – em rigor, acompanhando Tristão da Cunha, capitão-mor das naus de carga, que sobre o mesmo detinha uma clara preeminência[409] –, e de Duarte de Lemos[410]. Como é sabido, Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque haviam sido incumbidos por D. Manuel, em 1506, de tomar a ilha de Socotorá e de aí assentar uma fortaleza[411],

406 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 274.

407 Cf. *op. cit.*, II, pp. 20-26.

408 Sobre Tristão da Cunha *vide* António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português: Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974; e Jean Aubin, "Pour une biographie de Tristão da Cunha [ca. 1460-1539]", in Jean Aubin, *Le Latin et L' Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000, pp. 557-562.

409 Cf. "Carta [de Afonso de Albuquerque] ao rei. Trata do que passou com Tristão da Cunha, e do que se assentou sobre a exploração da ilha de S. Lourenço", de Moçambique, datada de 6 de Fevereiro de 1507, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 1-6.

410 Cf. João de Barros, *op. cit.*, II, pp. 164-170.

411 Cf. José Pereira da Costa, *Socotorá e o Domínio Português no Oriente*, "Separatas", LXXXII, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1973, p. 5.

considerando que "he junto da boca do mar rroxo, e XX legoas do cabo de guardafuue, a qual nos dizem que he de muy boons portos de todo o tempo, e cheya de muytos mantimentos e povorada de muytos christãos da terra e de muy poucos mouros, e que he parajem muy primcipall das naos de Mequa e de todallas outras dos mouros, e estar tam junto de zeylla, barbara, adem, e asy mesmo da gramuz e de todollos outros lugares da costa d aquem e d allem"[412]. Com efeito, tendo percorrido a costa oriental africana e alcançado a dita ilha de Socotorá e verificando que aí já existia uma fortaleza, ocupada pelo *Rey dos fartaques*[413], os dois capitães cuidaram não de assentar a que levavam aparelhada mas antes de tomar essa, o que fizeram algures em Abril ou nos primeiros dias de Maio de 1507[414]. Em todo o caso, sabendo que os aludidos capitães chegaram a Socotorá em Abril e que deixaram essa ilha – Tristão da Cunha para Cananor e Albuquerque para Ormuz – em Agosto do mesmo ano[415], podemos presumir que, entretanto, trataram de fazer o seu reconhecimento mais preciso. Aliás, esse reconhecimento foi, com toda a certeza, continuado e alargado entre Fevereiro e Agosto do ano seguinte, período durante o qual Afonso de Albuquerque, tendo regressado a Socotorá, não só submeteu os habitantes dessa

412 "Carta del-rei D. Manuel para D. Francisco de Almeida, informando-o das instrucções que levavam Tristão da Cunha e Affonso de Albuquerque, ordenando-lhe a ida a Malaca, Ceylão, etc", de Março ou Abril de 1506, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1903, p. 269.

413 Cf. "Carta de el-rei D. Manuel ao arcebispo de Braga, dando-lhe conta do que Tristão da Cunha fez na Índia", de Alcochete, 19 de Junho de 1508, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898, p. 422.

414 Cf. José Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 7.

415 Cf. *op. cit.*, p. 9.

ilha como, mais que uma vez, cruzou os mares que a separam do cabo Guardafui e da península Arábica[416].

A armada seguinte partiu de Lisboa algures nos finais de Fevereiro ou inícios de Março de 1508[417], sob o comando de Jorge de Aguiar. Depois de inúmeras peripécias – que incluiram o desaparecimento do seu capitão-mor e o desgarrar de alguns dos seus navios[418] –, e agora sob o comando de Duarte de Lemos[419], esta armada, após percorrida a costa oriental africana, chega a Moçambique a 19 de Agosto do referido ano[420]. Como nos dizem as fontes narrativas e, de alguma forma, as restantes o confirmam, tendo permanecido em Moçambique e em Melinde durante largo tempo (até 20 de Agosto do ano seguinte) só então fez rumo a Socotorá[421]. Ao contrário daquilo que estava inicialmente previsto, não tendo conseguido ancorar próximo da fortaleza devido a condições naturais adversas, Duarte de Lemos dirigiu-se então a Ormuz[422]. Na verdade, só conseguirá chegar a Socotorá algum tempo mais tarde, tudo indica em Outubro ou Novembro de 1509[423].

---

416 Cf. *op. cit.*, p. 10.

417 Cf. "Carta de Duarte de Lemos para El-Rei contando-lhe a sua viagem desde a ilha da Madeira...", enviada de Moçambique, de 30 de Setembro de 1508, segundo a qual a referida armada largou da Madeira numa *quarta feira de trevas*, ou seja, nesse ano, a 8 de Março, in José Ramos Coelho, *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo Ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 197.

418 Cf. *op. cit.*, pp. 197-203.

419 Sobre Duarte de Lemos, *vide* Augusto Soares de Sousa Baptista, *Duarte de Lemos*, separata do vol. XIV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1948; e, do mesmo autor, *Duarte de Lemos – 3.º Senhor da Trofa – na África*, separata do vol. XXII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1956.

420 Cf. "Carta de Duarte de Lemos para El-Rei contando-lhe a sua viagem desde a ilha da Madeira...", in José Ramos Coelho, *op. cit.*, p. 200.

421 Cf. José Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 11.

422 Cf. *Ibidem.*

423 Cf. *Ibidem.*

Entre esse momento e o seu regresso ao reino, na torna-viagem de 1511[424], sabemos – por João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, uma vez que Gaspar Correia é pouco pródigo em informes sobre a matéria[425] – que o dito capitão-mor esteve em Socotorá, andou em busca de presas nas imediações do cabo Guardafui e, finalmente, dirigiu-se para a Índia[426]. Como antes, e também a julgar por aquilo que Duarte de Lemos nos diz a propósito de algumas ilhas que encontrou e explorou no caminho para Moçambique, as quais "Yoham de Gaya, meu piloto, as asemtou em sua carta"[427] podemos presumir que o mesmo capitão poderá ter tratado de continuar o reconhecimento das margens do golfo de Adém.

Assim – não sem que, entretanto, algures em 1511, uma pequena expedição comandada por Diogo Fernandes de Beja[428], cumprindo ordens régias, tenha tratado de desmantelar a fortaleza de São Miguel de Socotorá[429] –, a estas viagens seguiu-se, na sequência da tentativa fracassada para conquistar Adém por Afonso de Albuquerque, em 1513, a exploração e reconhecimento da região meridional do Mar Vermelho, nomeadamente do Bab-el-Mandeb (*Bāb al-Mandab*, também designado pelos navegadores árabes simplesmente como *al-Bāb*[430]), da ilha de Perim ou Vera Cruz (*Mayyūn*), Jebelzocor (*Djabal al-Zukur*), Camarão (*Kamarān*) e,

424 Cf. João de Barros, *op. cit.*, II, p. 226; e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 605.

425 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 68.

426 Cf. João de Barros, *op. cit.*, II, p. 168-170; e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 476 e pp. 576-579.

427 "Carta de Duarte de Lemos para El-Rei contando-lhe a sua viagem desde a ilha da Madeira...", in José Ramos Coelho, *op. cit.*, p. 199.

428 Sobre Diogo Fernandes de Beja, cf. Ronald Bishop Smith, *Diogo Fernandes de Beja*, Lisboa, s. d.

429 Cf. José Pereira da Costa, *op. cit.*, pp. 14-15.

430 Cf. G. Rentz, "Bāb al-Mandab", in C. E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, I, 837b.

finalmente, de Dalaca (*Dahlak al- Kabīr*, a maior ilha do arquipélago de *Dahlak*)[431]. A este descobrimento, acresce ainda aquele que, já no golfo de Adém, se fez de Zeila (*Zayla'*), por duas embarcações destacadas da armada para esse efeito, sob o comando de Rui Galvão e de João Gomes[432]. Em rigor, muito embora o referido governador tenha recolhido informações sobre todo o Mar Vermelho, este reconhecimento, em 1513, cobriu apenas a região que se estende sensivelmente entre os 11° (Zeila) e os 16° (Camarão) de latitude Norte, na verdade a região que encontramos delineada de uma forma relativamente precisa numa das cartas incluídas no célebre *Livro* de Francisco Rodrigues, de cerca de 1513[433].

Apesar das repetidas intenções de Afonso de Albuquerque em empreender uma outra expedição ao Mar Vermelho[434], por uma ou outra razão sucessivamente adiada[435], tal nunca se concretizou. Com efeito, só alguns anos mais tarde, em 1517, sob o governo do

---

431 Cf. "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa à partida das naus de carga...", Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 214-232.

432 Cf. *op. cit.*, I, p. 232.

433 Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, I, pp. 79-84 e estampa 35.

434 Cf., por exemplo, "Outro [Mandado de Afonso de Albuquerque] para o dito feitor dar a seis pilotos e rubães mouros, que vão com o capitão-mor para o estreito de Meca...", Goa, 26 de Abril de 1514, in Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, II, pp. 122-23; "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Refere-se à carta em que deu conta da sua intenção de ir ao Mar Roxo para assentar em Maçuá, porto do Preste João, ganhar Dalaca, e apalpar Judá...", Goa, 25 de Outubro de 1514, in *op. cit.*, I, pp. 325-326; e "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a el-Rei]. Refere-se às razões que já havia dado para ir antes a Ormuz que ao Estreito...", Ormuz, 22 de Setembro de 1515, in *op. cit.*, I, pp. 370-371.

435 Cf. Jean Aubin, "L' Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel", in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, p. 169.

seu sucessor, Lopo Soares de Albergaria[436], e cumprindo instruções explícitas de D. Manuel nesse sentido[437], uma outra armada se dirigiu a esses mares. Indispensáveis para a sua compreensão são, para além das fontes narrativas e dos extensos testemunhos coevos que sobreviveram, alguns notáveis trabalhos que foram já produzidos[438].

A expedição de Lopo Soares de Albergaria, constituída pela mais poderosa frota até então alguma vez reunida, com 38 navios[439], depois de uma longa demora, partiu finalmente de Goa a 8 de Fevereiro de 1517[440]. Os seus objectivos incluíam uma

436 Cf. Elaine Sanceau, "Lopo Soares de Albergaria" in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, I, Porto, Livaria Figueirinhas, s. d., pp. 73-74; Vítor Rodrigues, "Lopo Soares de Albergaria" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, I, s. l., Caminho, 1994, pp. 32-33; Ronald Bishop Smith, *Lopo Soares de Alvarenga (better known as de Albergaria)*, s. l., s. d.; e Jean Aubin, "Lopo Soares en Inde, 1515-1518", in Jean Aubin, *Le Latin et L' Astrolabe: Études inédites sur le règne de D. Manuel (1495-1521)*, vol. III, ed. posthume préparé d'après les papiers laissés par l'auteur: Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 385-426.

437 Cf. João de Barros, *op. cit.*, III, p. 12.

438 Cf. Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Duarte Galvão e a sua família: elementos para um estudo biographico*, separata de *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, XI, parte I, Lisboa, Typ. da Academia, 1905; do mesmo autor, *Duarte Galvão e a sua família*, separata de *História e Memórias da Academia das Siências de Lisboa*, XIV, n.º2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913; Jean-Louis Bacqué-Grammon e Anne Kroell, *Mamlouks, Ottomans et Portugais en Mer Rouge: l'affaire de Djedda en 1517*, "Supplément aux Annales Islamologiques ", Cairo / Paris, Éd. Sindbad, 1988 ; Jean Aubin, "Duarte Galvão", in *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, pp. 11-48; e, do mesmo autor, "L' Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel", in *op. cit.*, I, pp. 133-182.

439 Cf. Jean Aubin, "Lopo Soares en Inde, 1515-1518", in Jean Aubin, *op. cit.*, III, p. 400.

440 Cf., por exemplo, "Carta de Diniz Fernandes a El Rei D. Manuel, sobre a armada em que o governador da India Lopo Soares foi ao mar Roxo; com os successos d' ella e os

embaixada ao *Preste João*, da qual fazia parte Duarte Galvão e o célebre Mateus[441], e a destruição de uma grossa armada que o *Soldão do Cairo* havia preparado no Mar Vermelho[442]. Pouco menos de um mês depois da sua partida, esta armada chegou a Socotorá, onde fez aguada, e seguiu depois para Adém. Daqui partiu a 13 de Março, atravessou o Bab-el-Mandeb e, cerca de um mês depois, a 19 de Abril, chegou junto de Judá (*Djudda*)[443]. Tendo permanecido aí durante três dias, a armada volta para sul, mais concretamente para Camarão (*Kamarān*), lugar onde se deteve de 2 de Maio até 10 de Junho[444] e onde, como é sabido, morreu e foi sepultado Duarte Galvão. Sem cumprir qualquer dos objectivos previamente fixados, com uma armada desbaratada e uma tripulação debilitada pela sede, Lopo Soares de Albergaria deixou o Mar Vermelho, dirigiu-se a Zeila, que tomou e queimou, voltou a Adém (onde desta vez foi mal recebido), vagueou pelo golfo do mesmo nome, foi a Ormuz e, finalmente, alcançou Cochim, a 15 de Dezembro de 1517[445]. A propósito desta tão célebre quanto desastrosa expedição, podemos presumir que dela poderá ter resultado, com toda a certeza, o reconhecimento da margem oriental do Mar Vermelho, entre os cerca de 16° (Camarão) e os 21° 29' N (Judá) e, eventualmente, da região em torno do arquipélago de Dalaca, junto da costa africana, este empreendido por D. João da Silveira, capitão do *São Pedro*,

---

nomes dos capitães, e o numero das náus que a compunham", de Cochim, 8 de janeiro de 1518, in José Ramos Coelho, *op. cit.*, p. 409.

441 Cf. Jean Aubin, "Duarte Galvão", in *op. cit.*, I, pp. 11-48; e, do mesmo autor, "L'Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel", in *op. cit.*, I, pp. 133-182.

442 Cf. João de Barros, *op. cit.*, III, p. 16.

443 Cf. *op. cit.*, pp. 409-410.

444 Cf. *op. cit.*, p. 411.

445 Cf. *op. cit.*, pp. 411-412; e Jean Aubin, "Lopo Soares en Inde, 1515-1518", in *op. cit.*, III, pp. 409-413.

navio que se desgarrou dos restantes e a bordo do qual seguia Mateus[446].

A 17 de Setembro de 1517, quando Lopo Soares de Albergaria estava já nas proximidades de Ormuz, chegou à Índia, como antes para "andar de armada na costa de Arábia e portas do Mar Roxo"[447], António de Saldanha[448]. A sua missão incluía – como nos dizem as fontes narrativas – fazer presas entre o cabo Guardafui e as Portas do Estreito, recolher informações sobre as movimentações da armada do *Soldão*, com a qual poderia eventualmente pelejar e, por último, "dar vista a Adem para ver sua disposiçao"[449]. Esta missão desenrolou-se no ano seguinte, entre Fevereiro e Maio, momento em que já se encontrava em Ormuz, onde invernou[450]. Na realidade, a acção da armada de António de Saldanha, durante o referido lapso de tempo, compreendeu a realização de algumas presas, o reconhecimento e destruição de Barborá (*Berbera*), entretanto abandonada pelos seus habitantes, e ainda uma breve passagem junto de Adém[451]. A esta expedição seguiu-se, em 1519, já sob o governo de Diogo Lopes de Sequeira, uma outra de natureza similar, durante a qual o mesmo capitão-mor fez presas e voltou a destruir, desta vez, Zeila e Barborá[452]. Em suma, as duas expedições de António de Saldanha alargaram o reconhecimento dessa região, sem dúvida alguma a Barborá (10° 26' N) e às suas proximidades e, por outro lado, a Zeila (que é razoável presumir ter explorado mais detalhadamente).

---

446 Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, III, pp. 404-408.

447 João de Barros, *op. cit.*, III, p. 51.

448 Cf. Alexandre Lobato, *Da Época e dos Feitos de António de Saldanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, p. 77.

449 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 224.

450 Cf. Alexandre Lobato, *op. cit.*, pp. 78-81.

451 Cf. *Ibidem.*

452 Cf. *op. cit.*, pp. 81-84.

A esta sucessão de expedições seguiu-se a de Diogo Lopes de Sequeira[453] que, em 1520, conseguiu "pôr por obra o que Lopo Soares não quis acabar"[454] no Mar Vermelho, ou seja, fazer chegar ao reino do *Preste João* uma embaixada. Efectivamente, como é sabido, a embaixada ao *Preste João*, incluindo ainda o padre Francisco Álvares e Mateus mas dirigida agora por D. Rodrigo de Lima, só conseguiu entrar no dito reino, onde irá permanecer durante largos anos, em Abril de 1520[455]. Em qualquer circunstância, Diogo Lopes de Sequeira limitou-se a desembarcar a referida embaixada, donde seguiu para Dalaca (*Dahlak al- Kabīr*), cuja povoação incendiou, e daí para Camarão. Tendo abandonado quase de imediato o Mar Vermelho – e não sem que tivesse passado por grandes tormentos –, dirigiu-se a Ormuz[456]. A sua expedição não ultrapassou, portanto, os limites do território reconhecido alguns anos antes por Lopo Soares de Albergaria.

Em rigor, nem esta nem, durante largos anos, qualquer uma das expedições que se lhe seguiram (em busca de presas, da embaixada de D. Rodrigo de Lima ou de notícias das movimentações turcas na região) ultrapassará os limites do reconhecimento empreendido, em 1517, por Lopo Soares de

453 Sobre Diogo Lopes de Sequeira *vide* Elaine Sanceau, "Diogo Lopes de Sequeira" in Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, V, p. 537; Vítor Rodrigues, "Diogo Lopes de Sequeira" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *op. cit.*, II, pp. 981-982; e Ronald Bishop Smith, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975,

454 Padre Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, reimpr. da edição de 1943, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1974, p. 9

455 A propósito desta embaixada *vide* a obra do padre Francisco Álvares mencionada antes; Conde de Ficalho, *Viagens de Pêro da Covilhã*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1898 da Biblioteca Nacional, com apresentação de Manuel Villaverde Cabral, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d., pp. 229-280; Jean Aubin, "L' Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel", in *op. cit.*, I, pp. 133-183; e, do mesmo, "Le Prêtre Jean devant la censure portugaise", in *op. cit.*, I, pp. 183-210.

456 Cf., por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, III, pp. 187-189.

Albergaria. Com efeito, muito embora possamos reconhecer que, tal como com a de Diogo Lopes de Sequeira, algumas dessas expedições – designadamente, entre outras, as de D. Luís de Meneses (1523)[457], Heitor da Silveira (1526)[458], António de Miranda de Azevedo (1528)[459], Heitor da Silveira (1530)[460], Manuel de Vasconcelos e António de Saldanha (1532)[461] ou Manuel Rodrigues Coutinho (1535)[462] – possam ter empreendido um reconhecimento mais detalhado do golfo de Adém e das margens do Mar Vermelho até à região de Maçuá (*Musawwa'*), na costa fronteira ao arquipélago de Dalaca, em caso algum os aludidos limites foram ultrapassados.

Na realidade, só largos anos depois de Lopo Soares de Albergaria, mais precisamente em 1541 com a expedição de D. Estevão da Gama, na qual participou D. João de Castro, o conhecimento directo do Mar Vermelho foi manifestamente alargado, desta vez até Suez (29° 59' N) [463], nos confins do golfo do mesmo nome. A partir desse momento, sem que mais alguma vez outra expedição portuguesa tenha chegado tão longe, ficaram definidos os contornos de uma imagem do Mar Vermelho que irá

457 Cf. *op. cit.*, III, pp. 392-394.

458 Cf. *op. cit.*, III, pp. 506-509.

459 Cf. *op. cit.*, IV, pp. 92-94.

460 Cf. *op. cit.*, IV, pp. 203-206.

461 Cf. *op. cit.*, IV, pp. 227-229.

462 Cf. *op. cit.*, IV, pp. 491-496.

463 A propósito desta expedição *vide*, por exemplo, a carta que D. João de Castro escreveu a D. João III, de Goa, (?) Outubro de 1541, cf. D. João de Castro, *Obras Completas*, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, vol. III, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976, pp. 31-41; do mesmo, o *Roteiro do Mar Roxo*, edição facsimilada do manuscrito de 1543 existente na British Library com introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, Inapa, 1991; e ainda, a carta que D. Manuel de Lima escreveu a D. João III, de Goa, 28 de Novembro de 1541, cf. Elaine Sanceau, " Uma Narrativa da Expedição Portuguesa em 1541 ao Mar Roxo" in *Stvdia*, IX, 1962, pp. 199-234.

perdurar pelo menos até ao princípio do século XVIII[464]. Esta imagem do Mar Vermelho, perpetuando a inexistência da península do Sinai – cuja mais antiga representação poderá remontar apenas ao século XVIII[465] –, induziu a correcção, de uma vez por todas, da insólita distância que, nas representações cartográficas da primeira metade do século XVI, separava o Mar Vermelho do Mediterrâneo[466]. Na verdade, se como notámos antes o *Planisfério de 1502* apresenta essa particularidade, isto é, um claro alargamento da distância que separava o Mediterrâneo do Mar Vermelho – contrastando, como disse, com a representação dessa região mais próxima da realidade, por exemplo, na célebre carta náutica de Jorge de Aguiar, de 1492 [467] –, tal não constitui um facto isolado.

Aliás, a propósito desta distorção e de um alongamento do Mar Vermelho (e tornando assim desnecessário aduzir outros exemplos que mostrem como tal é recorrente), numa longa mas deveras interessante informação sobre as Molucas que D. João de Castro enviou a D. João III em 1542, este diz o seguinte:

> A mim me alembra que no tempo del Rey seu pay, que santa gloria avya, veo desta cidade hum arenegado, Ceziliano de nacimento, que passaua de 20 annos que andaua na Arabia, e

464 Cf. "Carte particuliere de la Mer Rouge & C. Levée Par Ordre Express des Roys de Portugal sous qui on en a Fait la Decouverte" in Nicolas Sanson, *Atlas nouveau contenant toutes les parties du monde, où sont exactement remarqués les empires, monarchies, royaumes, estats...*, nouvelle édition corrigée & augmentée, Amsterdão, Chez Pierre Mortier, 1708, n.º 98.

465 Cf. Thomas Shaw, *Travels, or observations relating to several parts of Barbary and the Levant*, vol. II, Oxford, At the Theatre, 1738, extra-texto junto da p. 279.

466 Cf., por exemplo, carta incluída no *Atlas Universal* de Diogo Homem, de 1558, in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, II, Lisboa, pp. 3-10 e estampa 104.

467 Cf. *A carta náutica de Jorge de Aguiar de 1492, fac-simile* com estudo de Inácio Guerreiro, Lisboa, Academia de Marinha / Inapa, 1992.

> nauegara muitas vezes este golfão, do qual querendo o dito senhor saber a longura delle, mandou a Jorge Reinell, mestre de cartas de marear, que per sua enformação fizesse hum padrão pondo as legoas de lugar em lugar ate Suez, e dahy toda a terra ate Alexandria; e assi se fez, o que se acha por uerdade, auer da boca do estreito ate Alexandria 400 legoas, as quais, como acima tenho dito, se não hande contar de leste a oeste, por respeito do golfão não correr assi[468].

E, logo a seguir, acrescenta

> Pelo qual creo que se não acharão portugueses que não tenhão verdadeira noticia do comprimento deste golfão, assi por muita conuersaçam e pratica que nelle tem, como pellas cartas de marear dos mouros que delle são naturaes, as quaes cartas fazem todas pouco mais de 300 legoas em comprido este golfão. Pois de o istmo ser tam piqueno como tenho contado, manifesto he por muitos portugueses que o andarão, alem de ser claro que as galés que o Turco manda fazer em Suez, são de maneira que do Cairo e de Alexandria trazem por terra. Pelo que, senhor, conclujo que, pois de Alexandria a boca do mar Ruiuo he pouco mais de 400 legoas, na differença dos meridianos que passão por estes dous lugares auera 17 graos, que são menos onze graos do que as cartas e pilotos fazem por rezam que Alexandria esta em 35 graos d'altura, e a boca do estreito em 12, a qual differença de meridianos facilmente se prova tomando o espaço que ha de Alexandria a boca do estreito com hum compasso em que aia estas 400 legoas, e pondo huma ponta do compaço sobre Alexandria fazendo um circulo daredor, de pura necessidade onde o ponto deste circulo se encontra com o paralelo de 12 graos, que he o que passa pella boca do estreito, ahi uerdadeiramente se

468 D. João de Castro, *Obras Completas*, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, vol. III, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976, p. 44.

> hade por a dita boca do estreito; de forma que fazendo ahi hum meridiano se uera claro encolherse esta terra 11 graos pera o Occidente, a qual proporçam guardarão todas as outras terras dahi ate Maluco. Ora, senhor, tamanho engano como se faz a V. A., não sey se lhe de atribuir a pouco sciencia de seus pilotos, se a priguiça dos mestres das cartas de marear em não querer aprender mais que huma piquena parte de pintura com que espantão o pouo; mas ysto ey por a mais graue cousa do mundo que, sabendo estes homens de certo não hauer mais de Alexandria a boca do estreito que as 400 legoas que acima disse, em que ha 17 graos de hum meridiano ao outro, quando vem assentar esta terra estendemna tanto que ha entre estes dous lugares 28 graos, por differença dos meridianos; e daqui nasce que auendo de situar as terras dahi por diante por suas longuras, causão que o engano que lhe fica feito no comprimento do mar Ruiuo, o qual engano he 11 graos per leste e oeste, vay na mesma proporção empuxando as terras pera o Oriente[469].

Na verdade, dir-se-ia que esta distorção se afigura tanto mais insólita quanto desde os primórdios do século XVI já era sabido, como Afonso de Albuquerque o diz numa carta a el-Rei, que "do cabo do mar Roxo, que he porto de suez, ao mar de leuante he muito curto caminho"[470], tão curto que "a voz dos mouros he que alixamdre quamdo comquystou a terra, quisera Romper este mar no outro"[471]. Aliás, o mesmo é dito por Tomé Pires[472] e – mostrando-nos que essa informação é recorrente por outras vias – numa carta

469 *Op. cit.*, pp. 44-45.

470 "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa à partida das naus de carga...", Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 231.

471 *Ibidem.*

472 Cf., por exemplo, Tomé Pires, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Rui Manuel Loureiro, s. l., Instituto Português do Oriente, 1996, p. 60 e p. 154.

de Frei André do Amaral a el-rei D. Manuel enviada de Rodes, de 29 de Março de 1512[473], que alude explicitamente a facto de o Cairo ficar a dois ou três dias de Suez.

Enfim, creio que podemos concluir que a continuidade desta deformação em inúmeras representações cartográficas da primeira metade do século XVI e a sua coexistência com informações que nitidamente a contrariavam, constituindo uma expressão de um reconhecimento do Mar Vermelho que ainda não fora inteiramente cumprido e de um conhecimento do Mediterrâneo que continuava a ser sustentado pelos saberes náuticos e geográficos dominantes nessa região[474], configura uma imagem do Mar Vermelho manifestamente ambígua. Aliás, esta imagem é tanto mais ambígua quanto sabemos que a mesma também foi inquestionavelmente afectada pela persistência dos saberes herdados da Antiguidade e da Idade Média. Em suma, perante um tão vasto e contraditório universo de saberes, dir-se-ia que a imagem do Mar Vermelho dominante em Portugal ao longo da primeira metade do século XVI se manteve, *grosso modo*, imprecisa.

Como comecei por destacar logo no início, João de Barros, em meados do século XVI[475], num texto que se me afigura particularmente interessante, diz-nos que "a figura do Estreito do Mar Roxo quere parecer ao corpo de um lagarto cujas portas são o lugar do colo, onde ele é mais delgado, e a cabeça podemos dizer que é o mar que jaz fora delas, entre o Cabo Guadafu e o de

473 Cf. Documentos, 21.

474 Cf. Avelino Teixeira da Mota, *A África no Planisfério Português Anónimo "Cantino" (1502)*, Coimbra, 1977, p. 2.

475 Como se sabe, a *Asia* de João de Barros viu a sua Primeira Década impressa em Lisboa a 28 de Junho de 1552, cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, Lisboa, Comissão organizadora do IV centenário da morte de Damião de Góis, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, pp. 157-158.

Fartaque"[476]. No mesmo sentido e reproduzindo João de Barros, o padre Jerónimo Lobo, alguns anos mais tarde, regista que o Mar Vermelho "representa todo elle na milhor estimasão dos que o considerão a figura de hum lagarto, cujo corpo he todo o dito mar das portas até Sues remate de todo elle e até onde se vai estreitando, sendo a garganta o estreito das portas e a cabeça tudo o que vai dellas pera fora até os dous cabos de Goardafui e Fartaqui, vindo loguo a ser todo o comprimento desta grande lagarto de quinhentas e trinta" [477].

A propósito desta pretensa similitude, a não ser que imaginemos o dito réptil sem patas ou que o identifiquemos com um lagarto que as não tem (como é o caso do licranço, a que a voz popular chama vulgarmente cobra-de-vidro ou cobra-cega), eu diria que qualquer semelhança entre os contornos do Mar Vermelho – nas representações cartográficas quinhentistas – e um lagarto só pode ser reconhecida como muito remota. No entanto, estou em crer que a repetida insistência de João de Barros em estabelecer essa similitude – como disse, também veiculada pelo padre Jerónimo Lobo – não é de todo inocente, tendo claramente mais a ver com o conteúdo que o Mar Vermelho encerra e com as conotações negativas associadas aos "répteis que se arrastam sobre a terra"[478] do que, objectivamente, com a sua forma.

Na realidade, atentando àquilo que nos dizem as *Sagradas Escrituras*, o Mar Vermelho emerge nitidamente como um espaço

476 João de Barros, *op. cit.*, II, p. 357.

477 Jerónimo Lobo, *Itinerário e outros escritos inéditos*, edição crítica pelo Padre M. Gonçalves da Costa, com a colaboração de Charles F. Beckingham e Donald M. Lockhart, s. l., Livraria Civilização – Editora, s. d., p. 264.

478 *A Bíblia Sagrada: contendo o Velho e Novo Testamento*, trad. João Ferreira de Almeida, ed. revista e corrigida, Lisboa, Sociedade Bíblica, 1986, Ezequiel, XXXVIII: 20; e, no que concerne às conotações negativas do aludido réptil, *vide*, em particular, Levítico, XI:29.

cujo passado é indissociável, por um lado, de Moisés e da travessia do Sinai e do Mar Vermelho[479] e, por outro, de Salomão, da rainha de Sabá e de Ofir[480]. Trata-se pois de um espaço de errância do povo de Israel e de manifestação do favor divino e, ao mesmo tempo, como um caminho para o reino de Sabá[481] e para as incalculáveis riquezas de Ofir, nomeadamente o ouro, o incenso e as especiarias. Assim, não é de modo algum de estranhar que as alusões ao Mar Vermelho, enquanto cenário desses episódios bíblicos, sejam manifestamente recorrentes nas fontes portuguesas dos primórdios a meados do século XVI. Com efeito, tal é o caso, apenas a título de exemplo, do célebre *Planisfério de 1502* e da menção ao local onde o Mar Vermelho se abriu à passagem de Moisés[482]. É também feita alusão por Duarte Barbosa ao mesmo assunto e ao Monte Sinai, lugar onde Moisés recebeu a *Lei*[483], e por D. João de Castro ao local onde "El Rey Salamão mandava madeira e lhe fazyam naos que hyam a Tarses e Ofir carregar de ouro e prata de que fez ho templo"[484] e à fonte "chamada dos arabyos e

---

479 Cf. *op. cit.*, Êxodo, X: 19; XIII-XVIII; Deuteronómio, XI: 4; Josué, II: 10; XXIV: 6-7; Juízes, XI: 16; Neemias, IX: 9-11; Salmos, LXXVIII: 13, 53; CVI: 7-11; CXXXVI: 13-15; Isaías, XLIII: 16-17; Actos, VII: 36; I Coríntios, X: 1; e Hebreus, XI: 29

480 Cf. *op. cit.*, I Reis, IX: 26-28; X: 1-14; XXII: 47-49; I Crónicas, XXIX: 3-5; II Crónicas, VIII: 13, 17-18; IX: 1-11; Salmos, XLV: 8-10; LXXII: 9-11, 14-16; Isaías, LX: 5-7; Jeremias, VI: 19-21; Ezequiel, XXVII: 21-24; e Mateus, XII: 42.

481 Sobre o reino e a rainha de Sabá e o seu significado em diversos contextos *vide*, por exemplo, Mohamed Kacimi e Chantal Dragon, "La reine de Saba", in Yves Thoraval, Chawki Abdelamir e André Nied (ed.), *Le Yémen et la mer Rouge: Actes du colloque organisé au Sénat, 29-30 novembre 1993*, Paris, Harmatan, 1995, pp. 89

482 Cf., por exemplo, Ernesto Milano, *op. cit.*, p. 143.

483 Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, edição crítica e anotada por Maria Augusta da Veiga e Sousa, volume I, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996, pp. 102-103.

484 Carta que D. João de Castro escreveu a D. João III, de Goa, (?) Outubro de 1541, cf. D. João de Castro, *Obras Completas*, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, vol. III, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976, p. 37.

egypcios a fonte de Moses, cuja agua he em grande fama açerqua dos moradores desta terra"[485]. João de Barros faz ainda inúmeras referências a esses episódios, a Salomão e à rainha de Sabá[486]. Ora, desde logo, sendo iniludível a identificação do Mar Vermelho como cenário de episódios bíblicos de tão amplo significado para a Cristandade, tal como em relação à *Terra Santa* a presença de muçulmanos na região só podia ser entendida como uma *provocação real*[487].

Como vimos, entre aquilo que distingue o Mar Vermelho como parte desse cenário, inclui-se a sua identificação como espaço de errância e de provação, indissociável daquela que, no deserto do Sinai e durante 40 anos, passou o povo de Israel. João de Barros, por exemplo, diz-nos que no dito Estreito "não entra rio de água doce que seja notável; porque a terra de Arábia, depois que entram as portas do Estreito, é mui seca e estérele"[488]. Tomé Pires faz menção a que "toda aquela terra hé maldita, sem se dela aproveitar nenhũa cousa. Judaa hé porto de Mequa, cousa pequena, tem muitos baixos. Em todo ho Estreito não há outra cousa se não Juda, a quall está em terra escalvada"[489]. Outro tanto nos dizem aqueles que, na primeira metade do século XVI, suportaram a amarga experiência de navegar ao longo das suas margens[490]. Dir-se-ia que

485 *Op. cit.*, p. 38.

486 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 395; *op. cit.*, II, p. 114 e 364; e *op. cit.*, III, pp. 172-178.

487 Cf. Edward W. Said, *Orientalismo: Representações ocidentais do Oriente*, trad. de Pedro Serra, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, p. 85.

488 João de Barros, *op. cit.*, II, p. 358.

489 Tomé Pires, *op. cit.*, pp. 60-61.

490 Em todas as ocasiões em que uma qualquer armada portuguesa penetrou no Mar Vermelho, desde a expedição de Afonso de Albuquerque até à de D. Estevão da Gama, as descrições são claras ao aludirem aos padecimentos sofridos por todos ou por muitos daqueles que nelas participaram, designadamente à sede, à fome, às doenças ou a naufrágios, cf., por exemplo, "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa à partida das naus

tais atributos, de errância e de infortúnio, se estenderam inexoravelmente a todo o Mar Vermelho. Aliás, como se tudo isto não bastasse, até as suas águas assumem os mesmos atributos ou natureza. Sendo o Mar Vermelho, com excepção da "faixa do meio, que é o lombo deste lagarto" [491] a que "chamam mar largo, por ser limpo e navegável de dia e de noite" [492], pejado de "ilhetas, restingas e baixos com canais retorcidos"[493], a sua navegação é tida como manifestamente perigosa[494], tão perigosa que, como é sabido, impôs o recurso sistemático a pilotos locais, os *rebões*[495], sem os quais em momento algum uma expedição portuguesa se aventurou a penetrar no Mar Vermelho[496].

---

de carga...", Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 214 e 235; "Carta de Diniz Fernandes a El Rei D. Manuel, sobre a armada em que o governador da India Lopo Soares foi ao mar Roxo; com os successos d' ella e os nomes dos capitães, e o numero das náus que a compunham", de Cochim, 8 de janeiro de 1518, in José Ramos Coelho, *op. cit.*, pp. 410-411; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, p. 41 e pp. 58-59; e Elaine Sanceau, "Uma Narrativa da Expedição Portuguesa em 1541 ao Mar Roxo" in *Stvdia*, vol. IX, 1962, pp. 212, 221 e 227-228.

491 João de Barros, *op. cit.*, II, p. 357.

492 *Ibidem.*

493 *Ibidem.*

494 Cf. João de Barros, *op. cit.*, II, p. 357 e carta que D. João de Castro escreveu a D. João III, de Goa, (?) Outubro de 1541, cf. D. João de Castro, *op. cit.*, III, pp. 36 e 40. Em rigor, ainda hoje, a navegação no Mar Vermelho inclui inúmeros perigos, entre os quais podemos distinguir, aqueles que decorrem de uma grande instabilidade do regime de ventos e correntes, da existência de um elevado número de recifes – muitos deles por cartografar – e da falta de verdadeiros portos de abrigo, cf. Stephen Davies e Elaine Morgan, *Red Sea Pilot*, s.l., Imray Laurie Norie and Wilson Ltd., 2002, pp. 24, 40, 43-45; e André Nied, "La navigation dans la Mer Rouge", in Yves Thoraval, Chawki Abdelamir e André Nied (ed.), *op. cit.*, p. 12.

495 Cf. João de Barros, *op. cit.*, II, p. 358; e "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa à partida das naus de carga...", Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 215.

496 Cf., por exemplo, D. João de Castro, *op. cit.*, III, pp. 32-33.

Se a natureza das suas margens e das suas águas poderá ter contribuído para pensar o Mar Vermelho como um espaço eminentemente hostil, não creio que João de Barros tenha sido induzido a associar este mar a um lagarto por esses motivos. A verdade é que, ao longo do século XVI, o Mar Vermelho foi recorrentemente designado por *Mar* ou *Estreito de Meca.* Sobrepondo-se a tudo o resto, o que define pois o seu perfil é, antes de mais, a presença nas suas margens da "casa que ali tem da abominação do seu Mahamede"[497]. Este é, de facto, o único atributo que, em meu entender, emerge como nítido no seio de uma imagem do Mar Vermelho, a outros respeitos vaga e imprecisa. Afigura-se-me pois incontornável que é precisamente a presença da "grã cidade de Meca onde jaz o sancarão do diabolico Mafamede em ũa mui grande mesquita onde os mouros de todo o paganismo vão em romaria"[498] ou, como nos diz João de Barros, do local onde jaz "aquele grande antecristo Mafamede"[499] que leva o referido autor a recorrer à metáfora desse vil réptil, o lagarto[500].

497 João de Barros, *op. cit.*, II, p. 358.

498 Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, p. 105.

499 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 8.

500 Aliás, ainda a este propósito, parece-me interessante assinalar que a representação de *Mafoma* que antecede o frontispício de uma obra publicada em Portugal largos séculos depois, nos finais do século XVIII, veiculando idêntica mensagem, inclui uma serpente, cf. João José Pereira, *Historia da vida, conquistas, e religião de Mafoma e do governo civil, e militar do Imperio Ottomano, dos empregos, e funções religiosas, e algumas particularidades curiosas do mesmo imperio da Turquia*, Lisboa, Off. Simão Tadeu Ferreira, 1791.

II

Intenções, projectos e práticas: entre a fé, a honra e a vã cobiça

Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
Cũa aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!

Dura inquietação d' alma e da vida
Fonte de desemparos e adultérios,
Sagaz consumidora conhecida
De fazendas, de reinos e de impérios!
Chamam-te ilustre, chamam-te subida,
Sendo dina de infames vitupérios;
Chamam-te Fama e Glória soberana,
Nomes com quem se o povo néscio engana!

A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas,
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos e de minas
D' ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?

Mas, ó tu, geração daquele insano
Cujo pecado e desobediência

Não somente do Reino soberano
Te pôs neste desterro e triste ausência,
Mas inda doutro estado mais que humano,
Da quieta e da simpres inocência,
Idade d' ouro, tanto te privou,
Que na de ferro e d' armas te deitou:

Já que nesta gostosa vaidade
Tanto enlevas a leve fantasia,
Já que à bruta crueza e feridade
Puseste nome, esforço e valentia,
Já que prezas em tanta quantidade
O desprezo da vida, que devia
De ser sempre estimada, pois que já
Temeu tanto perdê-la Quem a dá:

Não tens junto contigo o Ismaelita,
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue ele do Arábio a lei maldita,
Se tu pola de Cristo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras e riqueza mais desejas?
Não é ele por armas esforçado,
Se queres por vitórias ser louvado?

Deixas criar às portas o inimigo,
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovoe o Reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando a longe;
Buscas o incerto e incógnito perigo
Por que a Fama te exalte e te lisonje
Chamando-te senhor, com larga cópia,
Da Índia, Pérsia, Arábia e de Etiópia.

Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, IV, 95-101

A armada de João da Nova: *per andare in corso, e fu fin sopra la bocca del Mar Rosso*

Alguns meses antes do regresso de Cabral e, por isso mesmo, sem outras notícias senão aquelas que trouxera Vasco da Gama – "às escuras e mui confusos em sua viagem"[1] –, largou de Belém, sob o comando de João da Nova[2], mais uma armada com destino a Calicute: a "segunda armada da India"[3]. Como regista Gaspar Correia, tratava-se da primeira viagem realizada precisamente sem que tivessem chegado notícias da armada anterior, considerando el-Rei com os do seu conselho que "aguardando que chegasse huma armada pera mandar outra, nom podia mandar senon no outro ano, polo que se perdia muyto tempo, sendo muy necessario mandar cada ano huma, que forçadamente hauia de partir em Março, que era sua monção, sem aguardar que outra armada chegasse, e sempre fosse uma armada após a outra, o que muyto assy compria, porque se a humas naos acaecesse algum desastre, que nom passassem á India, as outras que fossem remediassem o que comprisse; e tambem porque assi nauegando, humas que vem, e

1 João de Barros, *Ásia de João de Barros, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Década I, edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade e com notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 217.

2 Sobre as origens familiares e o percurso de João da Nova veja-se a obra de Santiago Prol, *João da Nova: un mariño galego ao servicio da Coroa de Portugal*, Ourense, Deputación Provincial, s. d..

3 Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, I, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1979, p. 95.

outras que vão, se podião encontrar, que seria hum grande bem para todalas boas cousas"[4].

Com efeito, como é sabido, depois de 1500 tornou-se prática comum enviar todos os anos uma armada para a Índia, estabelecendo-se desse modo e durante muito tempo a carreira que ostentou essa designação[5]. Como se pode retirar das palavras do autor das *Lendas da Índia*, tal decisão incluía – pelo menos enquanto não existisse uma qualquer autoridade permanente no Oceano Índico cuja capacidade de decisão fosse inequívoca, situação que só se alterou em 1505 com a criação do governo da Índia – alguns inconvenientes, o maior dos quais se traduzia no facto das instruções de que as armadas iam munidas serem inevitavelmente extemporâneas. Tendo em conta tão grave inconveniente, acrescenta o mesmo autor, entendeu-se que este seria ultrapassado pelo eventual encontro, algures no caminho, entre as armadas que íam e as que voltavam. Ao contrário do que nos diz Gaspar Correia, contudo, não me parece que tal procedimento tenha sido alguma vez adoptado como forma de ultrapassar aquele problema. Com efeito, como é sabido, não só tais encontros foram muito pouco frequentes como não podemos deixar de asseverar que na época existisse uma clara consciência disso mesmo.Aliás, como veremos, não só o próprio Gaspar Correia como os restantes

---

4 Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, publicadas de ordem da classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, pp. 233-234.

5 No seio da vastíssima bibliografia existente sobre o assunto, *vide*, por exemplo, Luís de Albuquerque, "Carreira da Índia", in Luís de Albuquerque e Francisco Contente Domingues, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, s. l., Caminho, s. d., pp. 204-209 e Max Justo Guedes, *A Carreira da Índia – evolução do seu roteiro*, separata da revista *Navigator*, n.º 20.

cronistas nos revelam que, em tempo oportuno, outras medidas foram adoptadas.

Efectivamente, João da Nova, ao chegar à Angra de São Brás, recolheu uma carta de Pêro de Ataíde ou de Sancho de Tovar e, mais tarde, em Quíloa ou Melinde, recebeu ou leu uma carta de Pedro Álvares Cabral[6]. Ao assinalarem este facto, os cronistas revelam-nos desde logo que o capitão-mor da 1.ª armada (e muito provavelmente outros capitães da mesma) teriam recebido, antes de partir do reino, instruções para deixar, em lugar ou lugares previamente ajustados, notícias sobre o que entretanto se passara na Índia e que, ao mesmo tempo, o capitão-mor da 2.ª armada recebera indicações para nesses lugares fazer escala e aí colher as novas que houvesse. Assim, como se depreende dessas medidas e da alusão de Damião de Góis a que "Com a informação que Dom Vasquo da Gama deu a el Rei das cousas da India, & da Ethiopia, modo, & trato da gente destas prouincias, assentou de ordinariamente mandar cada anno huma armada aquellas partes, & porque ha de que fora por capitam Pedralurez Cabral lhe pareceo sufficiente pera se as cousas de Calecut appacificarem, & reformarem as amizades com o Rei da terra, nam quis mandar no anno de mil, & quinhentos, & hum mais que trez naos, & huma

6 As fontes narrativas apresentam algumas discrepâncias – na minha perspectiva, para o assunto que nos ocupa, completamente irrelevantes – no que toca ao autor da carta que se encontrava na Angra de São Brás, ao recipiente onde esta fora deixada, num sapato, num sambarco ou numa panela, e ainda, de quem e onde o dito capitão recebeu ou leu a missiva de Pedro Álvares Cabral, se é que este deixou alguma, como se pode entender daquilo que Gaspar Correia nos diz sobre o assunto ao sugerir que este apenas leu uma carta dirigida ao rei de Melinde, Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 217-218; Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 235-237; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, edição nova conforme a de 1566, I, Coimbra, Imprensa Geral da Universidade, 1949, p. 84; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 95-96.

carauella grande de que deo a capitania a loam da noua"[7], podemos concluir que a decisão de enviar todos os anos uma armada, ao contrário daquilo que sugere Gaspar Correia[8], não só é anterior ao envio da frota de João da Nova como precede a partida da de Cabral.

Como já assinalaram tanto Geneviève Bouchon como Luís Filipe Thomaz, sobre esta expedição – tal como, podemos acrescentar, em relação a tantas outras viagens quatrocentistas ou quinhentistas –, para além do que nos dizem as crónicas e as fontes italianas e perante a completa inexistência de documentação coeva, muito pouco se sabe [9].

De um modo geral e muito embora discordem no que diz respeito à data precisa, as fontes disponíveis registam – com excepção da *Copia de una littera del Re de Portogallo mãdata al Re de Castella del viaggio et sucesso de India* e da *Relazione* de Lunardo da Chá Masser que aponta Abril como a data de partida[10] – que a dita armada largou do Tejo durante a primeira quinzena de

---

7 Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 83.

8 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 233-234.

9 Cf. Geneviève Bouchon, "Á propos de l'inscription de Colombo (1501) – Quelques observations sur le premier voyage de João da Nova dans l'Océan Indien », in *Inde Découverte, Inde Retrouvée (1498-1630) – Études d'histoire indo-portugaise*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999, p. 106; e *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 16 e p. 173.

10 Cf. *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 18 (tradução portuguesa na p. 21).

Março de 1501 e, tendo regressado no ano seguinte, chegou a Lisboa no dia 12 de Setembro[11].

As mesmas fontes, não obstante algumas discrepâncias no que toca aos nomes dos restantes capitães e à natureza ou dimensão das respectivas embarcações, são unânimes em distinguir que se tratava de uma pequena frota com apenas quatro navios: duas embarcações pertencentes a el-Rei e outras duas que haviam sido armadas por privados, mais concretamente por Bartolomeo Marchionni e por D. Álvaro, tio de D. Jaime, duque de Bragança[12].

Como se infere da sua dimensão e de uma forte presença de interesses privados, esta expedição teve, sem dúvida, um cariz essencialmente comercial. Tal não afasta, no entanto, a possibilidade de João da Nova ter empreendido o reconhecimento da ilha de Ceilão[13] e de, nesse caso, a sua viagem poder incluir ainda outros objectivos, nomeadamente os de uma viagem de exploração[14]. A primazia do cariz comercial é, contudo, confirmado

---

11 Cf., por exemplo, Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 235, segundo o qual esta partiu a 1 de Março; João de Barros, *op. cit.*, I, p. 217 e Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 83, a 5 de Março; ou ainda, Simão Ferreira Paez, *As Famozas Armadas Portuguesas (1496-1650)*, edição fac-similada com introdução de Didio Ibratym Affonso da Costa, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1937, p. 11, a 15 de Março. A estas datas, Geneviève Bouchon acrescenta, recorrendo a uma carta de Lunardo Nardi, de Lisboa, 20 de Setembro de 1502, incluída nos *Diarii*, de Marino Sanuto, IV, col. 546-547, segundo a qual a dita armada chegou a Lisboa no dia 12 de Setembro de 1502, depois de dezoito meses e três dias de ausência, 9 ou 10 de Março de 1501, cf. Geneviève Bouchon, *op. cit.*, p. 117.

12 Cf. Geneviève Bouchon, *op. cit.*, pp. 113-114.

13 Esta é uma hipótese que, não contando com um sólido suporte documental, é sustentada de forma plausível por Geneviève Bouchon, cf. *op. cit.*, pp. 95-132.

14 Neste sentido, o de João da Nova ter sido incumbido de, no caminho para a Índia, explorar algumas terras, se poderá também incluir quer a possibilidade deste, seguindo o regimento que levava, ter percorrido a costa brasileira, cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 235; quer as instruções que este, segundo Fernão Lopes de Castanheda, recebera para deixar em Sofala quem cuidasse do assentamento de uma feitoria, o que João da Nova, segundo

por todos os cronistas que descreveram esta viagem, deixando claro que o seu capitão-mor recebera instruções, reforçadas por aquelas que lhe deixara Pedro Álvares Cabral (debaixo de cuja capitania, segundo João de Barros, este se deveria colocar, se ainda o encontrasse na Índia[15]), para "ir tomar primeiro carga a Cochi por razão dos nossos que lá ficaram pera êste efeito de a feitorizar"[16] e para que, quando tornasse, fosse "àquele porto de Cananor, onde sua Real Senhoria lhe mandaria dar gengivre e outras sortes de especearia, que havia naquele seu reino"[17].

Aliás, ao registar, referindo-se à forma como João da Nova foi recebido em Lisboa, que D. Manuel o acolheu "com grande honra pola muita que êle ganhou como cavaleiro e como prudente em os negócios que fêz e acabou"[18], João de Barros insiste em reafirmar a natureza comercial desta viagem e, ao fazê-lo deixa implícito que esta tarefa se sobrepunha a qualquer outra. O seu principal objectivo, podemos conjecturar, deveria constar não apenas das instruções régias mas também daquelas que este deveria receber de Pedro Álvares Cabral e seria dirigir-se à costa do Malabar, mais concretamente a Cochim e a Cananor, e aí carregar os seus navios.

A propósito da natureza desta expedição, Geneviève Bouchon, ao formular a pergunta "Voyage d'affaires ou de découvertes?"[19] reconhece como evidente que "Il ne s'agit pas ici de choisir entre deux hypothèses, mais de souligner que ces objectifs, loin d'être

---

o mesmo autor, depois de ter recebido notícias sobre o que se passara com Cabral em Calicute, entendeu não fazer, cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 95.

15 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 218.

16 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 218.

17 *Ibidem.*

18 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 222.

19 Geneviève Bouchon, *op. cit.*, p. 109.

incompatibles, relevaient d'une même préoccupation"[20]. Luís Adão da Fonseca sustenta também que esta viagem "participaria de ambas as dimensões"[21]. Contudo, não podemos deixar de assinalar que as fontes disponíveis, ao omitir qualquer referência a essa outra dimensão – omissão que, desdizendo agora Geneviève Bouchon[22], não me parece ela mesmo portadora de significado – e distinguindo, em qualquer caso, o comércio como a sua missão primordial, acabam por remeter inexoravelmente para um plano secundário qualquer outro objectivo.

Se é plausível que João da Nova tenha sido também investido de uma missão de reconhecimento de novas terras – tarefa ajustada e compatível com uma viagem com intuitos comerciais e empreendida por uma frota de tão reduzida dimensão –, já não me parece razoável que qualquer acção militar a ser empreendida algures no seu caminho para Cochim ou entre esta cidade e Cananor (sendo de todo inaceitável que a intentasse no regresso) pudesse ter sido perseguida, pondo em risco aquela que emergia como a sua principal missão. Aliás, corroborando esta asserção, registe-se que as fontes narrativas são unânimes em assinalar que o dito capitão-mor, muito embora não tenha fugido a quaisquer refregas, não só não as procurou como, quando circunstâncias fortuitas o colocaram em posição de numa se lançar – como foi o caso do confronto com forças navais de Calicute –, se mostrou, natural e compreensivelmente, cauteloso[23].

---

20 *Ibidem.*

21 Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem*, a Época, s. l., Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, s. d., p. 59.

22 Cf. Geneviève Bouchon, *op. cit.*, pp. 127-131.

23 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 219-220; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 96-97; Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 255-257; Anónimo, *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, introdução, leitura, actualização, notas e

Assim, considerando aquilo que a generalidade das fontes nos dizem sobre esta viagem e sobre os seus contornos, não podemos deixar de reconhecer como uma possibilidade inverosímil que João da Nova – como Lunardo da Chà Masser aponta, distinguindo-se de todas as outras fontes – tenha alguma vez sido enviado para "andare in corso"[24] e muito menos para o fazer "sopra la bocca del Mar Rosso"[25]. De facto, não só me parece desajustado que esse capitão tenha levado instruções para o fazer como inaceitável que, por iniciativa própria, o tenha feito justamente nas proximidades do Mar Vermelho. Em meu entender, a alusão do referido emissário veneziano a essa armada ter andado a fazer presas na viagem de ida não pode corresponder senão ao eco daquelas que, fruto do acaso, fez entre Cochim e Cananor, devendo a deslocação destas acções para um outro cenário geográfico ser entendida, tal como antes, como expressão de um conhecimento do Oceano Índico, ao tempo, deveras impreciso.

---

glossário de Luís de Albuquerque, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d., pp. 64-66; e Damião de Góis, *op. cit.*, I, pp. 84-85.

24 "Relazione de Lunardo da Chá Masser", in *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 71.

25 *Ibidem.*

O Almirante das Índias no Mar das Índias: *per far pace con chi la volesse e guerra con chi la volesse*

A 10 de Fevereiro de 1502, sob o comando de alguém que já fizera essa mesma viagem – D. Vasco da Gama[26], Almirante das Índias[27] ou, nas palavras de João de Barros, *Almirante dos mares de Arábia, Pérsia, Índia, e de todo o Oriente*[28] –, largou do Tejo mais uma armada com destino à Índia[29]. Aliás, a bem dizer, apenas a

---

26 No seio da vastíssima bibliografia sobre Vasco da Gama, suas origens e percurso, podemos destacar, para além da obra clássica de A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira: Estudo Histórico*, Lisboa, Imprensa nacional, 1898; os estudos mais recentes de Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998; Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998; e Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama: o homem, a viagem, a época*, Lisboa, Expo'98, 1998.

27 Cf. *Carta de el-rei D. Manoel de mercê a Vasco da Gama de 300$00 reaes de renda annualmente, do titulo de almirante da India, do tratamento de dom para elle, seus irmãos e descendentes &; de 10 de Janeiro de 1502, confirmada por D. João III, em 7 de junho de 1523*, publicada por Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 148-153.

28 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232.

29 Efectivamente, muito embora algumas fontes narrativas possam distinguir uma outra data para esse evento, como é o caso das *Lendas da Índia*, aludindo ao dia de Nossa Senhora de Março, cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 270; ou da *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, a 25 de Fevereiro de 1503, cf. *op. cit.*, p. 68; sendo a totalidade dos testemunhos coevos unânime em identificar a data mencionada antes, não creio que o assunto suscite dúvidas, cf. "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", edição do manuscrito da National Staatsbibliothek de Viena com estudo introdutório de João Rocha Pinto, leitura e notas de Leonor Freire Costa, in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.° 6-7, "Cidadania e História em homenagem a Jaime Cortesão", Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1985, p. 178; "Le Manuscrit de Bratislava", in *Voyages de Vasco da Gama – Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin, Paris, Editions Chandeigne, 1995, p. 341 ; "Calcoen: Récit

maior parte da referida armada, pois sabemos que alguns navios, sob a capitania de Estevão da Gama, seu primo, partiriam um pouco mais tarde, a 1 de Abril do mesmo ano[30].

Como em relação a tantas outras viagens realizadas ao longo dos séculos XV e XVI, para um estudo e reconstituição desta expedição podemos recorrer ao que nos dizem as fontes narrativas. Refiro-me, mais concretamente, às *Lendas da Índia*[31], à *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*[32], à *Ásia de João de Barros*[33], à *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses* [34], às *Crónicas de D. Manuel*

Anonyme Flamand", in *op. cit.*, p. 347; e ainda, "Carta sem título de Francesco Corbinelli", in *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença*, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 185.

30 Como antes, as referidas fontes divergem no que diz respeito à data em que a partida da restante armada sobreveio: João de Barros, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório aludem a 1 de Abril, cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232 ; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 163; e D. Jerónimo Osório, *Da vida e Feitos d'El Rei D. Manuel*, tradução pelo Padre Francisco Manoel do Nascimento, tomo I, Porto, Livaria Civilização-Editora, 1944, p. 106; Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, referindo-se o primeiro destes ao dia 5, dizem-nos que esta ocorreu em Maio, cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 98; e Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 270. De igual modo, o recurso a dois testemunhos coevos, uma versão italiana de um texto atribuído a Tomé Lopes e o que chegou até nós de duas cartas de Matteo da Bergamo, permite sustentar, definitivamente, que tal aconteceu a 1 de Abril, cf. "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, vol. I, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1978, p. 687 e "Les deux récits de Matteo da Bergamo", in *Voyages de Vasco da Gama – Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin, Paris, Editions Chandeigne, 1995, p. 320 e p. 327.

31 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 266-373.

32 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 98-117.

33 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 231-263.

34 Cf. Anónimo, *op. cit.*, pp. 68-86.

e de D. João III [35], à *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* [36] e a *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae inuictissimi virtute et auspicio gestis Libri Duodecim* [37]. Estas fontes, não sendo coevas mas tendo sido produzidas muito próximo dos acontecimentos cuja memória conservaram constituem – como se sabe – um repositório de informação vasto e de valor incalculável para o conhecimento tanto desta como de outras viagens realizadas na mesma época. Contudo, como é também sabido, a manipulação das mesmas envolve alguns problemas. O maior destes reside no facto destas fontes – em particular, no que concerne ao início do século XVI – exibirem inúmeras discrepâncias a propósito de alguns detalhes, designadamente sobre a constituição da armada (como por exemplo, o número, natureza, nome ou dimensão das embarcações que a compunha), tal como no que diz respeito à identificação dos respectivos capitães.

Ao que foi dito podemos acrescentar que, como antes, o recurso a um infindável número de *Relações de Armadas*[38], não só não se

---

35 Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, s. l., Academia das Ciências de Lisboa, 1992, pp. 14-19.

36 Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, pp. 162-169.

37 Cf. D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I, pp. 192-205 e pp. 212-227.

38 A propósito deste assunto, veja-se, por exemplo, João Vidago, "Anotações a uma bibliografia da 'Carreira da Índia'" in *Stvdia*, Vol. XVIII, 1966, pp. 209-241; *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em *fac-simile* do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, pp. 5-13 e as inúmeras referências incluídas no notável trabalho de Paulo Jorge Alves Guinote, António Lopes e Eduardo Jorge Miranda Frutuoso, *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

revela particularmente útil para esclarecer os aludidos pormenores como, em alguns casos, contribui definitivamente para aumentar a confusão[39]. Aliás, como já assinalou Luís de Albuquerque[40], tal

39 Cf., por exemplo, *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em *fac-simile* do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, pp. 15-16; *Livro de Lisuarte de Abreu*, edição em *fac-simile* com introdução por Luís de Albuquerque e leitura de Maria Luísa Esteves, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, fls. 18v-19; Simão Ferreira Paez, *op. cit.*, pp. 11-13; *Relação Das Náos e Armadas da Índia Com os successos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrucção dos curiozos, e amantes Da Historia da Índia* (British Library, *Códice Add.* 20902), leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 13-14; *Conquista da India per humas e outras armas reaes e evangélicas. Em breves memorial de varões illustres e feitos maravilhosos em huma e outra conquista (1497-1555),* (British Library, *Códice Egerton* 1646), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Abril-Junho de 1989, pp. 273-274; "Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá" in *Miscelânia Histórica* (Biblioteca da Ajuda, 50-V-23), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Outubro-Dezembro de 1989, p. 738; *Relação das Armadas in Ementa da Carreira da Índia* (Biblioteca Central de Marinha, RDS-5-03), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Julho-Setembro de 1990, pp. 462-463; *Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638* (Biblioteca da Ajuda, 51-VII-5), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março de 1991, pp. 90-91; "Relação de Capitães Mores e Naus que vieram do Reino a este Estado da Índia des o seu Descobrimento" in *Catálogo Verdadeiro e Completo do Bispos e Governadores que sucessivamente regerão a Igreja de Macao até ao presente ano de 1745, obra também conhecida por Livro do Padre Montanha* (Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 1659), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Janeiro-Março de 1995, pp. 68-69; "Visores, Governadores, Capitães Mores, que forão para a Índia desde o ano de 1497 em diante, e naus e mais embarcações que forão para as ditas parte, e os dias em que partirão" in Luís Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda, e real património dos reynos de Portugal, Ilhas Adjacentes da Sua Coroa e outras particularidades dirigido ao mui Cathólico, e poderoso rey D. Philipe nosso Senhor terceiro do nome na Coroa de Castela, 2.º na de*

deve-se não só à falta de um qualquer estudo comparativo destas como ao facto de algumas *Relações* terem utilizado os dados fornecidos pelas referidas fontes narrativas.

Ao contrário daquilo que é possível observar em relação à armada de João da Nova (sobre a qual é notória a falta de documentos coetâneos), no que diz respeito à expedição de 1502, não só a fortuna como a sua grande dimensão e a sua diversa natureza, designadamente a forte participação oficial – note-se que, com toda a certeza, pelo menos 13 das embarcações desta frota, aquelas que, como veremos mais à frente, surgem mencionadas em inúmeros recibos ou mandados, eram propriedade régia –, são certamente responsáveis por ter chegado até nós uma quantidade apreciável de fontes coevas.

Uma análise atenta deste valioso conjunto de fontes que vise encontrar aquilo que possuem em comum sugere, quase de imediato, a sua inserção em três diferentes categorias. Estas categorias procedem da própria natureza das fontes e das respectivas condições de produção. Assim, em primeiro lugar, podemos distinguir um vasto conjunto de documentos, entre os quais se incluem, por exemplo, algumas cartas régias de nomeação de escrivães para um ou outro navio, vários mandados de oficiais da Casa da Guiné relativos ao aprovisionamento de embarcações, recibos de despenseiros dos ditos navios sobre a mesma matéria e ainda dois alvarás régios (um nomeando Vicente Sodré, por morte

---

Portugal feito e ordenado por Luís Figeiredo Falcão sem secretário, publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Abril-Junho de 1995, pp. 299-301; e *Memória das pessoas que passaram à India nos anos de 1504 a 1628* (Biblioteca Nacional, Lisboa, *Colecção Pombalina*, 123), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXVI, Abril-Junho de 1996, pp. 249-250.

40 Cf. Luís de Albuquerque, *op. cit.*, pp. 7-8.

de Vasco da Gama, para seu sucessor e outro para que os navios que se perdessem da capitania, achando-se com o sota-capitão, o seguissem como se este fora o Almirante). Todos estes documentos, referentes aos preparativos que precederam o envio desta armada ou à sua recepção, foram produzidos na metrópole[41].

Um segundo conjunto de fontes, ocupando uma posição de indesmentível relevância, é constituído por algumas valiosas cartas ou relações de viagem, de dimensão muito variável, na sua maior parte concertadas no decurso desta, veiculando a visão e a perspectiva de quem participou directamente nos acontecimentos ou deles esteve muito próximo e cobrindo a totalidade ou parte da referida viagem[42].

Por último, sobreviveram ainda algumas fontes cuja principal particularidade reside no facto de terem sido todos lavrados, nas margens do Oceano Índico, em 1502 ou em 1503, por intervenientes directos na acção[43]. São estas fontes, mais concretamente, três

---

41 Cf. Brito Rebelo, *op. cit.*, pp. 221-230, pp. 274-285, pp. 296-309 e ainda Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XV, 1900, p. 90.

42 Cf. "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", in *op. cit.*, pp. 141-199; "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in *op. cit.*, pp. 683-738; "Carta sem título de Francesco Corbinelli", in *op. cit.*, pp. 183-201; relações ou cartas que, tal como outros respeitantes a esta expedição, foram todos reunidos na colectânea *Voyages de Vasco da Gama – Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503*, traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin, Paris, Editions Chandeigne, 1995, pp. 189-355.

43 Cf. Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 309-313 e pp. 513-514 ou, no caso dos referidos mandados e do recibo, acompanhados por um notável estudo, Francisco Leite de Faria, "Os documentos mais antigos que se conservam escritos pelos portugueses na Índia", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa,

mandados de Vasco da Gama a Gonçalo Gil Barbosa, feitor em Cananor; um recibo do mesmo para o mesmo; um alvará pelo qual o Almirante manda aos seus capitães que guardem o rei de Quíloa como vassalo do rei de Portugal; o testamento de João Martins, despenseiro da nau *Leonarda*, documento feito a bordo do dito navio e, finalmente, muito embora este já tenha sido exarado em data posterior à chegada de Vasco da Gama a Lisboa, um conhecimento de Pêro de Ataíde.

Apesar de ter sido possível, mercê do esforço de alguns ilustres investigadores, reunir um vasto reportório de fontes coevas sobre a expedição de 1502 e de estas se terem revelado essenciais tanto para corroborar aquilo que as crónicas dizem como para elucidar algo sobre o que omitem, convirá assinalar que, a propósito de certos detalhes (designadamente aqueles que se prendem com a constituição da referida armada) o recurso a estas resolve apenas alguns problemas. É o que de alguma forma já mostrou José Virgílio Pissara ao pretender reconstituir esta armada utilizando quase exclusivamente as fontes coevas disponíveis. Fornecendo estas o nome, tal como uma alegada tipologia, de grande parte dos navios que a integravam e identificando alguns capitães e proprietários destes, nem sempre estas fontes sustentam o cruzamento dessa informação, ou seja, nem sempre suportam a pretendida reconstituição[44]. Senão vejamos. Recorrendo ao conjunto das fontes

---

Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 157-175 e ainda, Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in *Le Latin et l'Astrolabe : Recherches sur le Portugal de la Renaissence, son expansion en Asie et les relations internationales*, I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, p. 108.

44 Cf. José Virgílio Amaro Pissarra, *A Armada da Índia: Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra Portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação

coevas e realizando um indubitável esforço, este autor não conseguiu identificar, num total de 20 navios[45], a designação da nau de Rui Mendes de Brito, daquela onde viajava Matteo da Bergamo, do navio de João da Fonseca, tal como daquelas de que eram capitães ou proprietários Fernão Lourenço, Luís Fernandes, Afonso dell'Isola, Pedro Afonso Ciricio e Pedro de Castro[46]. De igual modo, recorrendo às mesmas fontes, o referido investigador não conseguiu descortinar o nome dos capitães das naus *São Gabriel*, *Santo António*, *Rainha*, *Leitoa Velha*, *Santiago*, *Julioa* ou *São Julião*, daquela onde viajava Matteo da Bergamo – a qual, em rigor, nada obsta a que fosse uma das mencionadas antes – e ainda da caravela *Santa Marta*[47]. Finalmente – presumo que utilizando desta vez aquilo que dizem as crónicas, atendendo a que as fontes coevas não fazem qualquer alusão a esses nomes –, o mesmo autor assinala ainda que não conseguiu relacionar com as respectivas embarcações os seguintes capitães ou proprietários de navios: João Lopes Perestrelo, Gil Matoso, Lopo Mendes de Vasconcelos, Tomás de Carmona e Lopo Dias, criado de D. Álvaro, tio do duque de Bragança[48].

Em suma, utilizando apenas fontes coetâneas, José Virgílio Pissarra alcançou o seguinte: conseguiu fixar o nome de 18 dos 21 navios – aos quais podemos ainda acrescentar a nau *Santa Maria*

---

de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 280-282.

45 Este número significa que o mesmo autor exclui uma das embarcações a que faz referência, cf. José Virgílio Amaro Pissarra, *op. cit.*, p. 281, aquela que, tendo vindo de Portugal, foi montada em Moçambique, a caravelinha, ou seja, a caravela Santa Helena, cf. Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in *op. cit.*, I, p. 91.

46 Cf. José Virgílio Amaro Pissarra, *op. cit.*, pp. 280-281.

47 Cf. *ibidem.*

48 Cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, pp. 281-282.

da Orada, embarcação cujo nome consta de um recibo que, estando junto de vários documentos publicados por Brito Rebelo, presumo que inadvertidamente, este ignorou[49] – que o próprio distingue como tendo feito parte da referida armada[50]; conseguiu estabelecer, de modo razoavelmente seguro, uma tipologia dos navios que constituíam a dita armada, concluindo que esta contava apenas duas caravelas[51]; identificou, sem qualquer margem de dúvida, o nome de alguns dos seus capitães, nomeadamente D. Vasco da Gama, António do Campo, D. Luís Coutinho, Francisco da Cunha, Pêro Afonso de Aguiar, Rui de Castanheda, Vicente Sodré, Brás Sodré, Pêro de Ataíde, Estêvão da Gama, Giovanni Buonagracia, Afonso dell'Isola e Pedro de Castro[52]; e, finalmente, conseguiu

---

49 De facto, entre os diversos mandados e recibos, inseridos em um caderno intitulado *Recibos dos mestres e despenseiros das naus de Guerra por que consta receberem certos mantimentos para sortimento das mesmas naus*, publicados por este autor, cf. Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 225-228. pp. 274-276, pp. 279-285, pp. 296-303 e pp. 305-308, encontra-se um conhecimento, que o referido autor não incluiu, do vinho que, de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, recebeu Diogo Fernandes, mestre da nau *Santa Maria da Orada*, que ora vai para a Índia, exarado em Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502, cf. Documentos, 5. A propósito deste navio, note-se que, não fazendo as restantes fontes da época qualquer menção ao mesmo, talvez possamos reconhece-lo como aquele que se perdeu, à ida, junto de Sofala, o navio de João da Fonseca, cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, p. 281. Mas, voltando um pouco atrás, a mencionada omissão de Brito Rebelo não constituiu caso único, o mesmo autor também se esqueceu de incluir, donde até agora desconhecidos, outros mandados ou recibos que se encontram reunidos no mesmo caderno, como por exemplo, alguns relativos à nau *Frol de la Mar* e à *São Paulo*, esta última, uma daquelas que, sob o comando de Pêro de Ataíde, integrando a armada de Vicente Sodré, permaneceu na Índia, cf. Documentos, 2, 4 e 6.

50 Cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, pp. 280-281.

51 Cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, p. 154.

52 O mesmo autor acrescenta a estes o nome de João da Fonseca cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, p. 280. Na verdade, utilizando exclusivamente as ditas fontes, não me parece completamente transparente, tal como nos casos de Fernão Lourenço, Luís

concertar uma correspondência entre alguns desses capitães, cerca de metade do total, e os seus respectivos navios[53].

Como se depreende dos resultados obtidos por José Virgílio Pissarra ao pretender reconstituir a armada de 1502 utilizando apenas fontes coevas, nem sempre tal esforço proporciona resultados muito expressivos ou permite resolver definitivamente o imbróglio perpetuado pelo conjunto das fontes disponíveis. É assim que o referido investigador, insatisfeito com os resultados obtidos ao manipular apenas tais documentos, tenha sido inexoravelmente impelido a utilizar as fontes narrativas. Tal não nos surpreende dado que, com o passar do tempo, a incúria dos homens e os acidentes da natureza – onde podemos incluir, por exemplo, a destruição da Casa da Índia[54] –, como é sabido, apenas uma ínfima parcela da vasta massa documental produzida ao longo de séculos nos foi deixada e que, por essa mesma condição, são fragmentos portadores de algumas limitações.

Mas afinal, se as virtualidades dessas fontes são, em abstracto, reconhecidas por todos, em que consistem tais limitações? Estas limitações decorrem, afinal, daquilo que simultaneamente lhes confere relevância: a condição de prisioneiros do seu tempo. Efectivamente, reconhecendo que os documentos mencionados –

Fernandes e de Pedro Afonso Ciricio, que estas se refiram ao capitão e não ao proprietário do navio, cf. "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", in *op. cit.*, p. 180 e "Les deux récits de Matteo da Bergamo", in *op. cit.*, p. 328.

53 Cf. José Virgílio Pissarra, *op. cit.*, pp. 280-281.

54 A este propósito, atrevo-me a alvitrar que a presença de inúmeros mandados ou recibos entre os documentos coevos talvez se possa explicar por uma certa indefinição das atribuições do feitor dos trautos da Guiné e Casa da Mina e Índia, o que justificaria a presença destes algures em local distinto da aludida Casa, donde estes, ao contrário de tantos outros, terem sobrevivido ao terramoto de 1755, cf. Maria Emília Cordeiro Ferreira, "Casa da Índia", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, III, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., pp. 281-289.

refiro-me às cartas, relações de viagem e, de um modo geral, aos diplomas a que aludi antes – foram produzidos num dado momento e concebidos como tendo uma utilidade circunscrita a esse momento, deles está ausente uma contextualização e, em alguns casos, uma perspectiva temporal, fazendo destas fontes documentos que são prisioneiros do seu tempo. É assim que no caso das relações ou cartas coevas se assiste a uma recorrente indiferença por registar detalhes que, sendo hoje indispensáveis para a sua compreensão, eram ao tempo supérfluos por se presumir que os respectivos destinatários estavam na posse dessa informação. É o caso, por exemplo, da insistência de muitos daqueles que lavraram esses textos em aludir a um ou outro capitão e a um ou outro navio, omitindo a relação entre eles.

Ainda sobre este assunto e a falta de uma perspectiva temporal, note-se como o que chegou até nós de um vasto manancial de cartas régias, alvarás, mandados ou recibos, ao reduzir-se a simples fragmentos, incorporou uma rigidez manifestamente redutora de um fenómeno cuja natureza, no plano temporal, encerra uma inegável ductilidade. É assim que a composição de inúmeras armadas da *Carreira da Índia* foi, por razões de diversa ordem, frequentemente afectada por mudanças, fossem elas por perda ou incorporação de outros navios ou por alterações de comando decorrentes da morte ou substituição de um ou outro dos seus capitães, para já não falarmos naquelas que, apenas temporárias, se prendiam com as exigências de uma qualquer missão. Os fragmentos descontínuos que chegaram até nós não dão, evidentemente, conta deste dinamismo. Nestas circunstâncias, somos forçados a reconhecer a necessidade de suprir alguns lapsos de informação dos testemunhos coevos recorrendo às fontes narrativas, o que constitui um procedimento recorrente, também o usado por Virgílio Pissarra a

propósito da armada de 1502. Na verdade, o recurso às fontes coevas pode não ser – e, atrevo-me a dizê-lo, de um modo geral, não é – particularmente proveitoso no que respeita à reconstituição das armadas que, ao longo do século XVI, mantiveram a ligação entre Lisboa e a Índia[55]. Como é óbvio, isto não significa que, em meu entender, a busca do referido intento inclua algum desprezo pelo eventual recurso às fontes coevas, antes traduz apenas o reconhecimento de que se a utilização destas não se revela nem particularmente profícua nem decisiva, melhor é não lhes conferir tão grande importância e, afinal, procurar outros caminhos para cumprir o nosso objectivo.

Mas, se o recurso às fontes coevas não se revela particularmente generoso e se as fontes narrativas apresentam discrepâncias irreconciliáveis, será alguma vez possível reconstituir de forma rigorosa todas e cada uma das armadas que, ao longo do século XVI, fizeram a *Carreira da Índia*? A obsessão de alguns por um extremo rigor não creio, na verdade, ser sustentada pelos recursos documentais de que dispomos. E, a ser assim, só é possível empreender um esforço de aproximação a cada uma e à sucessão de armadas da *Carreira da Índia*. Este esforço de aproximação deve passar, pelo menos para o século XVI, por conferir uma clara primazia às fontes narrativas e às inúmeras *Relações de Armadas*, documentos que, tendo alguns deles sido produzidos em tempo relativamente próximo dos acontecimentos

55 Veja-se também, por exemplo, o conhecido caso da armada de Pedro Álvares Cabral, sobre a qual, apesar do significativo número de documentos coevos que chegaram até aos nossos dias, muitos detalhes, entre os quais aqueles que dizem respeito à composição da armada, permanecem por esclarecer, cf., por exemplo, Luís Adão da Fonseca, *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, s.d., p. 23-28.

que registam e beneficiando de uma útil distância destes, encerram em relação às fontes coevas várias vantagens: veiculam informação que inclui a contextualização necessária à sua compreensão e dão conta do dinamismo temporal daquilo que pretenderam registar.

Sabemos, contudo, que tanto as fontes narrativas quanto as *Relações de Armadas* encerram, aqui ou ali, um ou outro *lapsus calami* – uma realidade indissociável da transmissão manuscrita – e uma ou outra confusão, algumas das quais, sem sombra de dúvida, veiculadas por aqueles que viveram ou conservaram a memória dos ditos eventos. Há ainda copiosos indícios que apontam para que algumas das ditas *Relações* se reproduzam entre si ou às fontes narrativas. Não podemos, pois, deixar de reconhecer que, para cumprir o aludido objectivo, se impõe, naturalmente, o seu estudo prévio. Este estudo deveria incluir a identificação e subsequente edição das *Relações de Armadas* disponíveis, a análise comparativa destas entre si e com as fontes narrativas (excluindo aquelas que se afiguram redundantes, o que, desde logo, teria a vantagem imediata de suprimir grande parte do "ruído" que perturba a sua manipulação) e, finalmente, culminaria no recurso às fontes coevas. Até lá, em meu entender, resta-nos reconhecer as profundas limitações do nosso conhecimento e continuar a *navegar por águas turvas*...

Mas voltemos à armada de 1502. Como disse, a 10 de Fevereiro de 1502 e a 1 de Abril do mesmo ano, tendo como capitão-mor D. Vasco da Gama, largou do Tejo mais uma armada com destino à Índia. À semelhança da armada de Pedro Álvares Cabral e contrastando com a anterior, esta armada não só incluía um grande número de navios como, tendo-se metido nela "muyta e formosa artelharia com muytas monições, e armaria, tudo em muyta abastança, e prouimentos de todo o mais que compria pera sua

viagem e tornarem pera o Reyno; com boa gente d'armas"[56], ostentava uma natureza bélica.

Contudo, não obstante a notória similitude em termos de dimensão entre a armada que partira em 1500 e aquela que, sob o comando de Vasco da Gama, largou dois anos mais tarde – semelhança que, como é sabido, se desvaneceu em consequência do elevado número de baixas sofridas pela armada de Pedro Álvares Cabral nas proximidades do Cabo da Boa Esperança –, inúmeros são os aspectos que no plano das intenções e da acção (fruto de circunstâncias fortuitas ou de uma decisão consciente e deliberada), singularizam a armada de 1502 face às que a precederam.

Esta singularidade é notória logo no momento em que largou do Tejo. A referida armada partiu dividida, quer isto dizer em duas ocasiões distintas. A maior parte dos navios partiu mais cedo que qualquer outra frota até então e os restantes, segundo algumas fontes narrativas, partiu um pouco mais tarde devido a um plausível atraso nos preparativos[57]. Em qualquer caso, o ter persistido no envio dessa parte da armada não obstante o atraso, sugere, implicitamente, um mais profundo conhecimento das condições físicas que tornavam possível essa viagem e, ao mesmo tempo, um claro empenho em enviar uma poderosa armada. Este empenhamento, de resto, já foi assinalado tanto por Sanjay Subrahmanyam como por Luís Adão da Fonseca. Como notam estes autores, as fontes disponíveis não só estabelecem uma relação clara entre a dimensão e a natureza desta expedição com a experiência vivida por Pedro Álvares Cabral como aludem

56 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 266.

57 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 98 e João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232.

explicitamente a essa vontade e às intenções subjacentes à constituição de tão grande armada[58].

Ao nível do mando, a dita armada apresenta também uma diferença significativa face às anteriores, mais concretamente uma repartição de comandos que, sob a autoridade de D. Vasco da Gama, distinguia seu tio Vicente Sodré como sota-capitão, sucessor e capitão de uma armada incumbida de uma missão específica e, mercê de circunstâncias a que aludi anteriormente, seu primo, Estevão da Gama, como capitão da esquadra que partiu mais tarde.

A propósito da dita repartição, as fontes narrativas são unânimes em reconhecerem, como nos diz Fernão Lopes de Castanheda, que tendo D. Manuel dada a capitania-mor desta armada "a Pedraluarez cabral lha tirou por algũs justos respeitos & a deu a dom Vasco da Gama"[59]. Contudo, é oportuno referir – como já o fizeram os autores mencionados antes – que algumas das fontes, como é o caso da obra de João de Barros, deixando claro que a indigitação de Vicente Sodré precedeu a do capitão-mor, aludem explicitamente a que Pedro Álvares Cabral "quando viu êste apartamento de velas e ainda o regimento que el-Rei dava a Vicente Sodré, em modo que quási o fazia isento dêle, não ficou contente. E como êle era homem de muitos primores acêrca de pontos de honra, teve sôbre êste negócio alguns requirimentos, a que el-Rei lhe não satisfez"[60].

Para além de outras razões já aduzidas por Sanjay Subrahmanyam e por Luís Adão da Fonseca sobre tudo aquilo que,

---

58 Cf. Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, pp. 222-227 e Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a Época*, s. l., Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, s. d., p. 60.

59 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 98 e, sobre o mesmo, cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 88; João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232 e Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 266-268.

60 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232 e, reproduzindo este, cf. Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 88.

algures durante o segundo semestre 1501, poderá ter contribuído para a aludida alteração de comando (mormente as razões que se prendem com os desejos de D. Manuel, com "uma complexa série de manobras de corte"[61] ou com alguma "alteração de estratégia"[62]), é claro que tal decisão foi afectada pela recusa de Cabral em aceitar aquilo que lhe ofereceram. Como aponta Sanjay Subrahmanyam, tudo indica que esta sua posição resultou não tanto de algum abatimento das suas funções mas, acima de tudo, do incómodo que lhe causava o enfraquecimento da sua autoridade à frente de uma armada dominada por parentes e afins de Vasco da Gama[63]. É certo que a ter aceite tal encargo, e não usufruindo das prerrogativas do Almirante das Índias, Pedro Álvares Cabral teria, de facto, desempenhado funções com uma autoridade manifestamente reduzida. Contudo, sabendo que a armada que o mesmo comandara dois anos antes incluíra uma situação algo análoga – como vimos uma pequena esquadra com uma missão específica e um regimento distinto –, não podemos deixar de reconhecer, tal como Sanjay Subrahmanyam, que aquilo que afinal parece ter incomodado o dito fidalgo não foram os limites à sua autoridade mas a imposição dessas limitações à frente de uma armada dominada pelo "consórcio Gama-Sodré"[64].

Por último, sobrepondo-se aos aspectos mencionados antes, quer pelo simples facto de que a resolução final sobre o comando da expedição parece ter sido perturbada pela prévia decisão de entregar o comando de alguns navios a Vicente Sodré, quer pela relevância de uma opção que conferiu a esses navios uma missão

61 Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, p. 229.

62 Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, pp. 60-61.

63 Cf. Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, pp. 228-229 e Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 62.

64 Cf. Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, p. 229.

específica, convirá destacar que enquadrada nessa armada – e em clara ruptura com a prática seguida até então – seguia uma esquadra que se destinava a permanecer no Oceano Índico. Para lá das similitudes de natureza e dimensão entre esta armada e a que partira dois anos antes, diferencia-as claramente a prévia intenção, no caso da segunda, de nela incorporar alguns navios cuja missão incluía a sua permanência entre a costa do Malabar e o Mar Vermelho.

Mas afinal, qual a missão de que foi incumbida a armada de 1502 e qual o significado ou propósitos que sustentaram a decisão de manter uma esquadra no Oceano Índico?

Ao contrário daquilo que sucede em relação à armada de Pedro Álvares Cabral (sobre a qual, como vimos antes, chegaram até nós inúmeros fragmentos de instruções régias ou de regimentos), sobre os objectivos de que fora incumbida a armada de 1502 as fontes coevas, sendo de natureza diversa, não são explícitas. Assim, para colmatar tal lacuna – e para além da escassa informação subentendida nas referidas fontes – não nos resta alternativa senão atendermos ao que nos dizem as fontes narrativas.

Vejamos então. Um dos documentos que precederam o envio da armada, um *alvará del-rei D. Manoel, para que todos os navios da armada de que vae por capitão mor D. Vasco da Gama, que perderem a companhia delle, e se acharem com Vicente Sodré, o sigam e lhe obedeçam, como fariam ao almirante* [65], faz menção que "sendo caso que por qualquer maneira que seja algũas naaos nauyos sse apartem e perquam da companha do dito almirante, todos aquelles que vos achardes com Vicemte ssodre façaes o

65 Cf. Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, p. 225.

caminho que elle fezer"[66]. Sendo incontestável a existência de uma relação clara entre os objectivos desta armada e as instruções que recebera sobre o modo como se deveria processar a viagem, podemos então presumir como certo que – do mesmo modo que antes com aqueles que acompanharam Cabral – todos os capitães levavam indicações explícitas para se manterem junto do capitão-mor. Aliás, a possibilidade de terem sido lavradas instruções nesse sentido é corroborada por alguns relatos coevos da expedição, como por exemplo pela *Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama á Índia* ao aludir a Moçambique como o porto "onde as outras naos avyam de estar esperando por nos"[67]. Esta referência deixa, evidentemente, claro que esta escala, entre outras, fora um dos locais aprazados para o reagrupamento da dita armada.

Ora, muito embora neste caso não o possamos sustentar do ponto de vista documental, creio que é razoável afirmar que tais instruções decorrem, já não tanto de uma percepção de que o sucesso da viagem estaria dependente do preenchimento desta condição – donde se compreende a decisão de, não sendo possível fazê-lo de outra forma, enviar a dita armada fraccionada –, mas antes do entendimento de que a eficácia das acções a empreender pela referida armada dependiam, em larga medida, da preservação da sua capacidade bélica.

Como é sabido, a generalidade das fontes narrativas são inequívocas ao assinalarem que as intenções da coroa portuguesa,

---

66 *Ibidem.*

67 "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", edição do manuscrito da *National Staatsbibliothek* de Viena com estudo introdutório de João Rocha Pinto, leitura e notas de Leonor Freire Costa, in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 6-7, Cidadania e História em homenagem a Jaime Cortesão, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1985, pp. 180-181.

no que toca ao Oceano Índico, passaram por uma profunda transformação entre os finais do século XV e os primórdios do século XVI. Essa notória transfiguração, implícita nos contornos das expedições realizadas durante esse período, constitui o reflexo directo de mudanças na apreensão da realidade e, em particular, o produto da experiência vivida no contacto com a realidade política dessa região, designadamente no contacto com Melinde, Quíloa, Cochim e Calicute[68].

A armada de Pedro Álvares Cabral, para além de uma nítida vontade de consolidar os laços estabelecidos com o sultão de Melinde ou de os estender a outros potentados africanos ou asiáticos, tinha como principal propósito, prevendo já algumas acções contra os *mouros de Meca*, ultrapassar um presumível mal-entendido com o Samorim de Calicute e, cumprindo esse objectivo, "asentar paz e amizade e asy trauto"[69] com o referido príncipe. Sucedendo à amarga experiência deste capitão-mor, a expedição conduzida por D. Vasco da Gama, não obstante reproduzir a mesma vontade de manter e alargar algumas alianças, inclui um claro empenho, no caso de Calicute e de Quíloa, em exercer represálias

68 Cf., sobre tal assunto, Luís Filipe F. R. Thomaz, "Os Portugueses e a Rota das Especiarias", in *De Ceuta a Timor*, s. l., Difel, Difusão Editorial, S. A., s. d., pp. 174-179.

69 "Minuta de uma carta régia concedendo poderes a Pedro Álvares de Gouveia, nomeado capitão-mor da armada a enviar à Índia, para poder assentar paz e amizade com um conjunto de potentados africanos e asiáticos", in *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999, p. 35. A propósito do mesmo assunto, ou seja, dessa vontade de esclarecer equívocos e de tratar de uma reconciliação com o dito príncipe, cf. "Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia", in *op. cit.*, pp. 45-64 e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 73 e pp. 80-82.

ou em se *vingar*[70] e, decorrendo do rompimento definitivo com a primeira destas cidades, no caso do *mouros de Meca*, em lhes fazer uma guerra sem tréguas. Este desejo de se *vingar* é tanto mais forte quanto é sustentado pela desagradável revelação de que o Samorim de Calicute, não sendo cristão, era gentio, *homẽ inconstante*[71] e procedera, tal como o sultão de Quíloa, de forma alegadamente traiçoeira[72]. A guerra, tendo por alvo os aludidos *mouros de Meca*, identificados como a origem de todos os males[73], deveria, por isso mesmo, ser conduzida sem contemplações.

Neste mesmo sentido e corroborando tais intenções, as fontes coevas, referindo-se às acções empreendidas pela armada de 1502 no Oceano Índico, não podiam ser mais claras. Ao invés da atitude cautelosa adoptada por Pedro Álvares Cabral – a qual, convirá assinalar, lhe fora ordenada e é inteligível, nomeadamente, por exemplo, nas instruções que o mesmo recebera para que evitasse qualquer agressão aos *mouros de Meca* nas proximidades de Calicute[74] – Vasco da Gama usou de modo recorrente, a par de uma mesma cordialidade no relacionamento com alguns aliados, no relacionamento com os *mouros de Meca* e outros inimigos, de uma manifesta arrogância e de uma indescritível violência. Veja-se, a título de exemplo, a ostensiva altivez de que D. Vasco da Gama deu mostras ao declarar a um intimidado sultão de Quíloa, que "veniva,

---

70 Fernão Lopes de Castanheda, op. cit., I, p. 98.

71 *Op. cit.*, I, p. 83.

72 Cf. *op. cit.*, pp. 88-89.

73 Cf. *op. cit.*, pp. 83-91.

74 Cf. "Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia", in *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999, p. 45.

in quel modo che 'l poteva vedere, per far pace con chi la volesse e guerra con chi la volesse, e che lui eleggesse quello li piacesse di duoi l'uno"[75] e que se este "qujria amjzjde d el Rey seu *senhor que* helle avya de Resgatar com elle xxbj mjtycães *que* elle lhe daRja quaesq*uer* mjrcadaRjas q*ue* helle qujsese *e* pello preço da t*erra e* majs lhe avya de dar de trabuto e*m* cada hũu ano dez p*er*llas pera a R*ainh*a *e* q*ue* Jsto quysesse que hamjzade d ell Rey noso S*enh*or tyrja m*ujt*o certa *e* senão q*ue* se aparelhase p*orque* lhe avya de faz*er* mujta gera"[76]. Um outro exemplo é a não menos célebre *superba risposta*[77] que o mesmo – em circunstâncias para o caso irrelevantes – enviou ao Samorim de Calicute dizendo-lhe "che de un palmaro farebbe uno re simile a lui, e che tanto non li dava licenzia che quel dí non mangiassi *tambor*, quanto che supito se n'andassi di suo porto"[78]. E, ilustrando o recurso a uma violência sem limites, a forma como o referido capitão-mor, tendo deparado "con una gran nave di Calicut, che tornava dalla Meca a Calicut"[79] e indiferente a todas as tentativas daqueles que aí se encontravam para serem poupados, "doppo tanti combattimenti, l'ammirante fece abbruciare la detta nave con gli uomini che sopra si trovorono, molto crudelmente

75 "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, vol. I, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1978, p. 702.

76 "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", edição do manuscrito da *National Staatsbibliothek* de Viena com estudo introdutório de João Rocha Pinto, leitura e notas de Leonor Freire Costa, in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 6-7, Cidadania e História em homenagem a Jaime Cortesão, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1985, p. 183.

77 "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in *op. cit.*, p. 713.

78 *Op. cit.*, p. 714.

79 *Op. cit.*, p. 701.

e senza pietà alcuna" [80] ou ainda o modo como, vendo que o Samorim de Calicute não respondia às suas exigências, "tomou ho allmjRa*n*te xxxij moros q*ue* tomara e*m* hũu ze*m*buco *e* mandou o (*sic*) e*n*forquar pollas nao (*sic*) que hos vya da cydade *e* como forrom e*n*forcados comecou (*sic*) a jugar artelhaRja omde vyamos dyRybar casas he pallmeyRas *e* a tarde ma*n*dou ho allmjRa*n*te dese*n*forcar hos negros todos *e* ma*n*dou lhe cortar as cabeças *e* as mãos he hos pes he ma*n*dou tudo isto meter e*m* hũa almadja seno*m* hos corpos q*ue* la*n*çaRo*m* ho mar *e* com hũua carta *e* ma*n*dou lamçar allmadja na pray (*sic*)"[81].

A explicação para o recurso sistemático a esta inenarrável violência não pode, apesar das palavras de Lunardo da Chá Masser (que o identifica como um "homo destemperato, senza alcuna ragione"[82]) e o entendimento de Geneviève Bouchon ou Sanjay Subrahmanyam[83], circunscrever-se ao perfil psicológico do capitão-mor ou atribuir-se à sua responsabilidade exclusiva. É certo que – e admitindo que a menção de Chá Masser a que o dito capitão-mor "ha fatto molte cose nell' India nel suo viaggio, che sono state poco grate a Sua Altezza"[84] não se tratava de pura maledicência – a responsabilidade de alguns excessos lhe deve ser imputada.

---

80 *Op. cit.*, p. 705. A propósito deste tão célebre como funesto episódio, veja-se, por exemplo, *op. cit.*, pp. 701-705; "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", in *op. cit.*, pp. 185-186 e Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, pp. 243-248.

81 "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", in *op. cit.*, pp. 187-188.

82 "Relazione de Lunardo da Chá Masser", in *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505*, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892, p. 89.

83 Cf. Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 203-209 e Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, p. 237 e pp. 245-248.

84 "Relazione de Lunardo da Chá Masser", in *op. cit.*, p. 89.

Contudo, sendo o recurso à violência perceptível noutros casos em que este não teve uma intervenção directa[85] e não sendo esta prática uma prática gratuita, mas sim utilizada intencionalmente, creio que há uma forte probabilidade de Vasco da Gama, tal como outros capitães, ter recebido instruções nesse sentido.

Tal asserção parece-me nitidamente corroborada pela documentação coetânea, designadamente por uma *carta de el-rei D. Manuel para o Almirante sobre a repartição das presas feitas por Vicente Sodré*, datada de Lisboa, 6 de Fevereiro de 1502[86] e por uma outra *carta de el-rei D. Manuel de 20 de fevereiro de 1504, de doação de 400$000 de renda ao almirante D. Vasco da Gama, pelos serviços feitos na segunda viagem da Índia*, inserta numa outra de confirmação, por D. João III, de 7 de Junho de 1523[87]. Como se depreende do primeiro destes documentos – ao exibir uma clara

---

85 Veja-se, a título de exemplo, o episódio relatado por Gaspar Correia sobre o modo como Vicente Sodré, depois de, respondendo a um pedido, ter obrigado um mercador mouro a pagar aquilo que devia a el-rei de Cananor, sabendo que o mesmo, identificado como Cojemamemarcar, proferira palavras injuriosas contra el-rei e sua mãe, tomou a iniciativa de mandar "dous Cafres grometes despir o mouro, e atalo ao masto do batel pola cinta e polos pés e pescoço, e com dous arreuens alcatroados lhe mandou dar polos cafres no cu e barriga, que era muyto gordo, tantos açoutes até que ficou como morto, que esmoreceo do sangue que lhe corria", cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 307 e, logo a seguir, "lhe mandou metter sugidade na bocca, e encima hum pedaço de toucinho cosido, que pera isso logo mandara leuar da nao, e atado na bocca com hum arrocho, e as mãos atadas de tras, e mandou aos outros que o leuassem e fossem embarcar", cf. *ibidem.* E, ainda segundo o mesmo autor, a forma como Pêro de Ataíde, algum tempo depois, à frente daquilo que restara da frota de Vicente Sodré, correndo a costa de Calicute, tendo capturado uma nao de Meca, "Tomarão da nao todo o bom que acharão, e matarão todos os Mouros, machocadas as cabeças com machados, e fizerão a nao à vela á tarde com a viração, com que ardendo foy ter á praya", cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 373.

86 Cf. Documentos, 3.

87 Cf. Brito Rebelo, "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 508-513.

preocupação em esclarecer eventuais equívocos suscitados por aquilo que sobre a referida matéria pudesse constar dos regimentos atribuídos a D. Vasco da Gama e a Vicente Sodré e ressalvando os benefícios que o dito capitão-mor daí pudesse retirar –, a busca de presas, tal como a violência implícita em acções desse género, não só estava prevista como se incluía entre as tarefas atribuídas à dita armada[88]. Por outro lado, no segundo desses documentos – e não obstante algum formalismo indissociável da natureza desta carta – o agrado régio face à acção desenvolvida por Vasco da Gama não podia ser nem mais explícito nem mais exuberante. Assim, é assinalado que "em todas as cousas della nam menos resplandeceram e resplandecem seus muy gramdes e asynados seruyços e merecimentos do que na primeira o fez amtre os quaes el Rey da Quiloa Rey mouro o primejro da emtrada da Imdya por o nom achar tam imteyro nas cousas de nosso seruyço e obedyencia e ho fez per força nosso trebutario"[89] e que "todas as outras cousas desta segumda vyagem muy inteyramente com todo nosso seruyço as fez asy aquelas em que per guerra comveo emtemder com aquelles que comtra nosso serviço se poseram nas quaaes nosso senhor lhe deu mujta vitorya e em especiall comtra hos mouros de mequa imiguos da nossa samta ffee catolyca e que as cousas de noso seruyço com todo seu esforço e poder estoruavão"[90].

Como se infere do que foi dito e que, sobre o mesmo assunto e de modo redundante, nos dizem as fontes narrativas, podemos concluir que a coroa portuguesa (através daqueles que, nas

88 A propósito das presas feitas por Vasco da Gama nesta viagem *vide* o aludido *Livro da receita e despesa do tesouro de Guiné que se começou em 1504*, por Fernão d' Espanha, cf. I.A.N./T.T., *Núcleo Antigo*, 799, fls. 505, 527v., 578 e 578v.

89 Cf. *op. cit.*, p. 509.

90 Cf. *op. cit.*, p. 510.

margens do Oceano Índico, exprimiram as suas intenções) assumiu desde os primórdios do século XVI, a par de um manifesto empenhamento em sustentar e alargar algumas alianças, o recurso à violência e a uma inenarrável crueldade como a prática mais ajustada para atingir os seus fins.

Na verdade, creio que é evidente que a opção por essa prática, tal como a de uma notória afabilidade usada noutras ocasiões, sendo fruto da experiência vivida por Pedro Álvares Cabral e por aqueles que o precederam, decorre tanto da realidade portuguesa e dos constrangimentos sentidos por D. Manuel como das intenções e do conhecimento adquirido até então sobre as margens do Oceano Índico, do ponto de vista económico, político e militar. Ou seja, sendo razoável presumirmos que o nítido empenhamento do *Venturoso* nesta empresa – e recorde-se, como é sabido, que a continuidade do *Plano das Índias* contou, nas vésperas de Vasco da Gama ter partido para a sua viagem de descobrimento, com o apoio explícito do rei e com a oposição da maioria dos membros do seu conselho[91]–, fragilizado por uma quase ausência de benefícios, lhe impunha que alguns resultados fossem prontamente alcançados, parece também evidente que, perante a escassez de meios humanos, militares e financeiros, este modo de agir se prefigurou, muito provavelmente, como o único capaz de os lograr. Por outro lado, o regresso de Pedro Álvares Cabral deu conta de se terem gorado as tentativas de reconciliação com o Samorim de Calicute e desfez a ilusão de uma útil e significativa presença cristã nas

91 Cf., sobre esta matéria, por exemplo, João Paulo de Oliveira e Costa e Luís Filipe Thomaz, "D. Manuel I", in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, s. l., Caminho, s. d., p. 675; Luís Filipe F. R. Thomaz, "Os Portugueses e a Rota das Especiarias", in *De Ceuta a Timor*, s. l., Difel, Difusão Editorial, S. A., s. d., p. 173 e p. 177.

margens do Índico[92]. Tendo contribuído decisivamente para a identificação de uma extensa presença de muçulmanos e de gentios, esta viagem levou certamente a reconhecer esse cenário como inexoravelmente fragmentado do ponto de vista político. Neste contexto, é provável que a referida estratégia se tenha configurado não só como a mais eficaz mas como a única que, a breve trecho, poderia alcançar alguns frutos. O recurso sistemático à violência como *modus operandi* adoptado pela coroa portuguesa, a par de uma manifesta afabilidade e de alguma generosidade no relacionamento com potentados aliados – iniludivelmente, duas faces de uma mesma moeda –, pretendendo cumprir um objectivo, constituiu-se assim como o produto natural de um contexto.

O objectivo desta prática não podia ser mais claro. Consistia em, pelo terror que tais acções inspiravam, tanto pelo seu impacto directo como pela previsível difusão das notícias relativas às mesmas, subjugar ou inibir a hostilidade de alguns potentados. Em simultâneo, e valorizando os benefícios dos laços de amizade ou de submissão, permitia reforçar alianças já estabelecidas com outros para, em última análise, sustentar a curto prazo a fixação portuguesa nas margens do Oceano Índico.

Ainda a propósito deste assunto, é inegável que a condição de muçulmano ou a identificação dos interesses destes, designadamente dos interesses dos *mouros de Meca*, como estando na origem de todos os males, constituiu a costumeira explicação para a usar contra estes uma violência sem limites. Não obstante, estou em crer que o reconhecimento de um empenho da coroa portuguesa mesma em sustentar alianças com alguns potentados que perfilhavam essa fé ou a sua receptividade em aceitar a

92 Cf. *ibidem.*

submissão de tantos outros – embora limitada ao plano formal e não pondo em causa que esta última prática configura, indubitavelmente, uma afirmação da supremacia da fé cristã [93] –, sugerem claramente que esta, nos primórdios da sua acção no Índico, desvalorizou a relevância desse desencontro ideológico.

Como é óbvio, isto não significa que possamos reduzir o indefectível entusiasmo de D. Manuel na luta contra o Islão (nomeadamente os seus projectos de destruição do sultanato mameluco e de reconquista de Jerusalém) apenas ao plano de uma vaga intenção ou de um esforço de legitimação formal das acções empreendidas ao seu serviço nas margens do Oceano Índico. Efectivamente, e muito embora a documentação coeva sobre esta matéria não seja abundante[94], tanto o que esta nos diz como aquilo

---

93 Cf. Luís Filipe Thomaz, "A 'Política Oriental' de D. Manuel I e suas contracorrentes " in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, s.d., p. 196.

94 Aliás, tanto mais quanto alguns desses documentos – como já o assinalaram alguns autores e, mais recentemente, tal como a Luís Filipe Thomaz, me foi dado observar –, inexplicavelmente, levaram sumiço. Senão veja-se, exactamente a este propósito, entre outros casos, os seguintes: uma *carta de João Mendes de Vasconcelos para o Rei comunicando que remetia por seu pai cartas sobre as conversações com alguns embaixadores, sobre a conclusão de alguns negócios e sobre a sua viagem para Valladolid*, de 10 de Março de 1506, com a cota I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, doc. 80; uma *carta do arcebispo de Toledo para o Rei comunicando a recepção do despacho, cartas e instruções que lhe mandava, que lhe pareceu bem mandassem seus embaixadores e que se devia mandar o padre Fr. Henrique ao rei de Inglaterra*, de 5 de Abril de 1506, com a referência I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, doc. 91; uma *carta da rainha de Castela para o rei de Portugal sobre os negócios que se deviam concluir em Valladolid*, da mesma data, no I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, doc. 90, três documentos cujo conteúdo se conhece porque em boa hora foram sumariados pelo Visconde de Santarém e que, como consta da informação registada em seu lugar, a 15 de Janeiro de 1949, foram dados como desaparecidos, cf. Charles-Martial de Witte, "Un projet portugais de reconquête de la Terre Sainte (1505-1507)" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, 1.ª parte, Lisboa, 1961, pp. 426-427 e, finalmente, tal como os anteriores, também já desaparecido a 15 de Janeiro de

que, aqui ou ali, nos dizem as fontes narrativas, dando conta de um continuado esforço empreendido nos primórdios do século XVI para encontrar o Preste João ou preservando a memória das inúmeras diligências diplomáticas suscitadas pelo seu propósito de se lançar na reconquista da Terra Santa[95], não nos deixam quaisquer dúvidas sobre o genuíno envolvimento de D. Manuel nesses projectos[96].

Tais projectos – tal como podemos inferir daquilo que Luís Filipe Thomaz nos diz[97]– devem remontar pelo menos aos inícios do reinado de D. Manuel. A que se deve então a nítida discrepância entre tão altruístas e grandiosas intenções e, tratando-se da acção protagonizada por aqueles que exprimiam a sua vontade (como é o caso de D. Vasco da Gama e da sua acção, em 1502 e 1503, nas margens do Oceano Índico), uma prática que parece ter sido ditada, acima de tudo, por razões de natureza política, militar e económica de interesse manifestamente imediato? Ou, por outras palavras,

---

1949, a *instrução que a rainha D. Maria mandou ao seu embaixador na corte de Roma, sobre uma aliança dos príncipes cristãos contra os mouros,* de 13 de Outubro de 1505, junto da qual também se encontrava uma carta do Sumo Pontífice sobre o mesmo assunto, cf. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, doc. 50.

95 Cf. Charles-Martial de Witte, op. cit., pp. 419-449 e F. Félix Lopes, "Frei Henrique de Coimbra: o Missionário, o Diplomata, o Bispo", *Stvdia*, 37, 1973, pp. 7-119.

96 Aliás, isso mesmo, o genuíno empenho de D. Manuel nesses projectos já foi, na esteira de Idalino da Costa Brochado, Charles-Martial de Witte e de Fernando Félix Lopes, demonstrado, de forma clara, pela admirável produção historiográfica de Jean Aubin e de Luís Filipe Thomaz em torno dessa matéria, cf. Jean Aubin, " Duarte Galvão " in *op. cit.*, pp. 11-48; Jean Aubin, "L' Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel" in *op. cit.*, I, pp. 133-182; Jean Aubin, "Le Prêtre Jean devant la censure portugaise" in *op. cit.*, I, 183-210; Luís Filipe Thomaz, "A 'Política Oriental' de D. Manuel I e suas contracorrentes " in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, s.d., pp. 189-206 e, do mesmo autor, "L'idée imperiale manuéline" in *La Decouverte, Le Portugal et L'Europe. Actes du Colloque (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

97 Cf. Luís Filipe Thomaz, "A 'Política Oriental ' de D. Manuel I e suas contracorrentes " in *op. cit.*, pp. 192-194.

como foi possível a coexistência de tais projectos, com tudo aquilo que incluem de utópico e irrealizável, com um tão notório pragmatismo no plano da acção?

Não só a resposta a esta questão está claramente inscrita na documentação que chegou até nós, como foi já esclarecida pela obra de Jean Aubin e de Luís Filipe Thomaz. Na realidade, estando o *Venturoso* consciente dos limitados recursos que estavam ao seu dispor e face à dimensão e natureza de tal empreendimento – como se depreende do seu incansável esforço em enviar missões diplomáticas cujo único propósito passava precisamente por tentar promover o referido projecto –, só a concebia como exequível se e quando fosse possível contar com o empenhamento de outros príncipes cristãos[98]. Implicitamente, portanto, D. Manuel pensava este projecto como "um projecto a longo e não a curto prazo"[99]. Assim, a disparidade entre os objectivos mais ou menos imediatos que caracterizam a acção levada a cabo em seu nome no Oceano Índico e os projectos de índole mais grandiosa é apenas ilusória e não é mais, afinal, que aquela que permite distinguir o sonho da realidade.

Mas, voltando um pouco atrás e regressando ao cerne da questão: que propósitos sustentaram afinal, em 1502, a decisão de manter uma esquadra no Oceano Índico? O que permite distinguir as aludidas intenções da acção empreendida pelo capitão-mor dessa armada no Mar das Índias? Qual o significado e importância

98 Aliás, como assinalaram Paul Alphandéry e Alphonse Dupront, esquecida a Cruzada espontânea, qualquer acção desta natureza passou a ser claramente entendida como indissociável de um projecto de toda a Cristandade, cf. Paul Alphandéry e Alphonse Dupront, *La Chrétienté et l' idée de Croisade*, postface de Michel Balard, Paris, Albin Michel, 1995, pp. 460-461.

99 Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, p. 194.

atribuída ao Mar Vermelho, nos primórdios do século XVI, no quadro das opções estratégicas traçadas pela coroa portuguesa?

Vicente Sodré: *o primeiro capitão do Mar*

Como disse antes, integrando a armada que, sob o comando de D. Vasco da Gama, largou do Tejo a 10 de Fevereiro de 1502, seguiu uma esquadra com um destino singular, o de permanecer no Oceano Índico.

Ao contrário daquilo que pudemos observar no que diz respeito à viagem protagonizada pelo Almirante das Índias (sobre a qual subsistem inúmeras fontes coevas), sobre a acção desenvolvida pela armada sob o comando daquele a quem Gaspar Correia chamou *o primeiro capitão do Mar*[100], ou seja, Vicente Sodré[101], muito pouco subsistiu ou foi alguma vez registado após o início da viagem de regresso do grosso da armada. Em rigor, sobre a acção desenvolvida por esta armada durante os meses que se seguiram, ou seja, os meses que se estenderam entre a aludida separação eo naufrágio de Vicente Sodré (ocorrido, como veremos, junto de uma das ilhas do arquipélago de Cúria Múria), para além daquilo que nos dizem as fontes narrativas apenas chegou até nós um documento,

100 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 340.

101 Sobre Vicente Sodré, veja-se a breve biografia publicada por Sérgio Sodré de Castro, cf. Sérgio Sodré de Castro, "Vicente Sodré, o primeiro Capitão-mor do Mar da Índia (1465?-1503), in *Raízes e Memórias*, n.º 20, Dezembro de 2004, pp. 47-58.

mais concretamente uma carta de Pêro de Ataíde a el-rei D. Manuel, de Moçambique, datada de 20 de Fevereiro de 1504[102].

Como disse antes, para além do referido documento, as fontes narrativas (distinguindo-se deste, em alguns casos, tanto no que concerne à dimensão e à profusão de detalhes como, em todos eles, pelo facto de se tratarem de registos tardios) constituem, como é compreensível na falta de documentos coevos, um recurso inestimável. Mas, para além disso, diria que a importância das fontes narrativas – nomeadamente das obras de Gaspar Correia, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório – decorre ainda de uma outra particularidade, em meu entender deveras interessante: todas elas incorporaram, de forma ostensiva, um juízo de valor sobre as opções e a acção desenvolvida pelo capitão-mor da dita armada. Esse juízo, atrevo-me a alvitrar, diz-nos muito mais sobre a maneira de pensar destes autores quinhentistas ou até, eventualmente, sobre o que ao tempo se dizia do que sobre os factos relatados. Como teremos oportunidade de observar mais à frente, todos os autores mencionados parecem revelar, ao longo das suas obras, uma interessante e obsessiva preocupação em explicar o trágico desfecho dessa história (incluindo não apenas o aludido naufrágio mas também a precipitada fuga do rei de Cochim para a ilha de Vaipim) e em identificar um culpado ou livrá-lo dessa culpa: no caso, como é sabido, o capitão-mor dessa armada, Vicente Sodré. Aliás, dir-se-ia que, para o bem ou para o mal, reproduzindo as ditas fontes, essa inelutável sombra continua a pairar, quando não

102 Cf. *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato, tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1898, pp. 262-267 ou Documentos, 8.

ofuscou por completo tudo aquilo que até agora se escreveu sobre o referido indivíduo ou sobre os primórdios da presença portuguesa no Malabar[103].

Mas vejamos então o que é possível extrair das fontes disponíveis, designadamente sobre os limites cronológicos da acção desenvolvida por Vicente Sodré, sobre a constituição da sua armada, sobre o que separou a prática dos objectivos definidos nas instruções que lhe foram atribuídas, com o fito de, em última análise, encontrar uma resposta para a questão antes enunciada: qual o significado e importância atribuídos ao Mar Vermelho, nos primórdios do século XVI, no quadro das opções estratégicas traçadas pela coroa portuguesa?

Como afirmei antes e tal como todas as fontes enunciam, a missão de que fora previamente investido Vicente Sodré, tal como o exercício das suas funções como *capitão-mor do Mar*[104] apenas teve início, formalmente, após a partida de D. Vasco da Gama para o Reino. A este propósito, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório – os dois últimos presumo que reproduzindo o primeiro – dizem-nos que tal aconteceu a 28 de Dezembro de 1503 (ou seja, 28 de Dezembro de 1502, sendo o ano

---

103 Cf., por exemplo, Maria Margarida Lacerda Pinto Dias, " Braz e Vicente Sodré" in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, s. l., Caminho, s. d., p. 997; Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in *op. cit.*, I, p. 56; Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 230-232; Luís Filipe Thomaz, "Calecute" in *op. cit.*, vol. I, p. 165; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 268-275 ou ainda, no domínio da literatura, a obra de Pinheiro Chagas, *O Naufrágio de Vicente Sodré*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1894.

104 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 340.

apontado um evidente lapso)[105]. Por seu turno, João de Barros – muito embora não faça qualquer menção explícita ao momento preciso em que o Almirante deu início à sua viagem de regresso – ao aludir a que o mesmo largou de Cochim para Cananor, de onde partirá a 18 de Janeiro de 1503, não nos deixa qualquer dúvida que situa tal acontecimento bastante mais tarde[106]. Finalmente, Gaspar Correia, nada adiantando sobre a referida data, depois de descrever as acções empreendidas por Vicente Sodré, após a partida do Almirante, na costa do Malabar e de Cambaia e a discussão que precedeu a sua ida ao Estreito, limita-se a dizer-nos que esta aconteceu em Março de 1503[107].

Na verdade, como as fontes coevas nos revelam, se é certo que a armada de Vasco da Gama ainda se encontrava em Cananor (como se mostra por vários mandados e por um recibo assinados pelo próprio, nessa mesma cidade, com data de 21 e 22 de Fevereiro de 1503[108]), pelo menos dois dos relatos dessa viagem – aqueles que se referem explicitamente a esse episódio e divergindo em matéria de pormenor no que diz respeito ao dia exacto, o que se pode explicar pela possibilidade de os navios não terem partido todos juntos –, dão-na, inequivocamente, como partida a 22 de Fevereiro[109] ou a 28 do mesmo mês[110]. Como é óbvio, isto significa

105 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 105; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 92 e D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I, p. 204.

106 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 254.

107 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 349.

108 Cf. Francisco Leite de Faria, "Os documentos mais antigos que se conservam escritos pelos portugueses na Índia", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 171-175.

109 Cf. "Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", in *op. cit.*, p. 195.

110 Cf. "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in *op. cit.*, I, p. 732.

que Vicente Sodré em caso algum pode ter dado início ao pleno exercício das suas funções, enquanto *capitão-mor do Mar*, antes de finais de Fevereiro de 1503.

Mas o que nos dizem as fontes sobre o momento em que o dito capitão-mor largou para o Estreito, sobre a composição da sua armada, por onde andou, o que fez, onde e quando se deu o seu famigerado naufrágio?

A propósito daquilo que se passou depois de D. Vasco da Gama ter dado início à sua viagem de regresso, Pêro de Ataíde, o *Inferno*[111], fidalgo da Casa Real[112], capitão de um dos navios da frota de Vicente Sodré e testemunha do seu infortúnio, escrevendo a sua missiva alguns meses depois da referida tragédia – como já o disse, a única fonte coeva que sobre este assunto chegou até nós –, afirma o seguinte: "Vosa s*enh*oria sabera que depois da p*ar*tida do allmirante se p*ar*tio v*icen*te sodre q*ue* d*eu*s aja p*er*a guardafune e no caminho tomamos huu*m* zanbuquo com pimenta e açuquar e out*ra*s cousas muitas / E como cheguamos a guardafune tomam*os* hũa nãao / e dally s*enh*or alguu*ns* d*ia*s tomamos tres e as quat*ro* dellas traziam muitos emfindos panos e aroz e algũuas mercadorias out*ra*s que era crauo de bastaom e beigoim e quanfara e mujtas out*ra*s sortes de mercadorias"[113].

---

111 Sobre as origens, relações familiares e percurso deste companheiro de Pedro Álvares Cabral e de D. Vasco da Gama, sobrevivente de um naufrágio ocorrido na sua viagem de regresso ao Reino, na costa oriental africana, a 27 de Janeiro de 1504, após o qual não só escreveu a aludida carta como, diga-se de passagem, poderá não ter durado muito tempo, cf. André Pinto S. D. Teixeira, "Pedro e Vasco de Ataíde" ", in João Paulo de Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 123-155 e a respectiva genealogia, no fim da mesma obra.

112 Cf. André Pinto S. D. Teixeira, *op. cit.*, p. 129.

113 Documentos, 8.

A isto, depois de desenrolar inúmeras queixas contra a forma como Brás Sodré se terá indevidamente apropriado do produto do saque "porque ninguem naom ousaua de lhe jr a maão porque lhe seu jrmaão daua consentymento a tudo fazer"[114], acrescenta: "E dally nos partimos pera qurea murea porque nunqua vicente sodre quis que fosemos jnuernar a barbara nem a zeilla porpondo por achaque que queria Jr coreguer a carauela./ e depois senhor de nosa cheguada a qurea murea varamos a carauella"[115].

A seguir, após fazer menção aos avisos que, alguns dias depois, os mouros da ilha fizeram ao capitão-mor para que este "se fose dally porque auia de uemtar outro vemto muyto"[116] que colocaria em risco a segurança dos navios, conclui a descrição do aludido episódio dizendo como "ao outro dia foy loguo o uento tanto e ho maar tam grande que foy loguo ha nãao de vicente sodre a costa e apos ella a de bras sodre com o masto // [fol. 1] // cortado tendo cada hũa delles seis amaras por proa./ e prouue a noso senhor de me querer emtaom deixar com o masto cortado e soos duas amaras por proa pera Remedio e salluaçam de tamta jente quanta ficaua perdida que escapara das nãaos ./ e loguo senhor aquela noite que bras sodre saio em terra mandou matar ho piloto que ele mandou a nãao que elle tinha por popa quando tomou os fardos E asy mandou matar ho piloto da naao de mequa que tomou ho allmirante que era ho milhor que auja em toda a Jndia"[117].

Finalmente, antecedendo a descrição daquilo que se passou na sua viagem de regresso ao Reino – incluindo o seu naufrágio na costa oriental africana, um longo rol de acusações contra o seu

114 *Ibidem.*

115 *Ibidem.*

116 *Ibidem.*

117 *Ibidem.*

companheiro de torna-viagem, António do Campo, algumas alusões aos motivos de queixa que tinha de Nicolau Coelho do Almirante e de Brás Sodré, uma menção aos seus muitos e prestimosos serviços e, como não podia deixar de ser, um pedido de uma desejada, e eventualmente não menos merecida, mercê[118] –, o mesmo fidalgo, ao referir-se ao que acontecera depois do apontado naufrágio nas ilhas de Cúria Múria, diz num trecho particularmente elucidativo no que toca a alguns detalhes:

> senhor depois da perdiçam das naaos e morte de vicente sodre se pasaraom mujtas cousas que Vosa senhoria sabera por muitas pesoas e por mim mais largamente se me deus la leuar E eu senhor oulhando as cousas de voso seruiço e naom oulhando a outras muitas que emtaom Reqreceraom E tambem Vendo que andaua a jente desarangada em terra Recolhy comiguo cento e çinqoenta pesoas e asy Reparty a cada hũa das carauelas a Jente que beem podia leuar. E depois de a Jente ser Repartida tomey os estpriuaaes [sic] todos e Rodrigo Reinell e lhe mandey abrir as ezquotilhas e mostrar os payoes e o mantimento que tinha e aly lhe mandey loguo Repartir todo o paom e aRoz e outro mantimento que tinha solldo a liura segundo cada hum tinha a jente porque hy naom auja outro senaom o que eu tynha na nãao e depois de todo ho mantimento asy ser Repartido lhes dise que cada hum posese em sy grande Regra pois Ja hy naão auja outro que Repartir / e depois desta partilha fẽita [sic] esteuemos aly dous meses com muito tempo E quando nos quisemos partjr se foy fernam Roiz huum dia primeiro que eu por o uemto ser muyto e as anquoras ho naão poderem teer e eu não Estaua tamto a pique maas loguo ao outro dia me party comendo Ja por honças auja dias e vim teer Junto com quananor honde tomey muyto

118 Cf. *Ibidem.*

> aRooz e emtaom me fuy a cananor e cheguey a hum dia e francisco d alboqerqe cheguo ao outro loguo seguinte[119].

Como se infere de uma leitura dos excertos seleccionados, muito embora Pêro de Ataíde inclua alguma informação útil sobre a sequência dos acontecimentos, nada nos diz de muito preciso sobre a sua cronologia. Na verdade, recorrendo a esta missiva apenas ficamos a saber que Vicente Sodré partiu para o cabo de Guardafui depois do Almirante ter largado para o Reino e que depois de ter andado algum tempo a fazer presas nessa região demandou as ilhas de Cúria Múria, lugar onde, poucos dias depois, o seu navio, tal como o de Brás Sodré, foi tragado pelo mar[120]. Ficamos ainda a saber que Pêro de Ataíde, dois meses depois do referido naufrágio e precedido em apenas um dia por Fernão Rodriguez, partiu para a Índia, onde, um dia depois de aí ter chegado e junto a Cananor, se encontrou com Francisco de Albuquerque.

Na verdade, muito embora o recurso ao testemunho de Pêro de Ataíde, no que concerne ao referido detalhe, se afigure inútil, o seu confronto com outras fontes coevas – aparentemente alheias a esta matéria – revela-se, pelo contrário, deveras interessante. Efectivamente, outras fontes coevas dão conta que Francisco de Albuquerque se encontrou com Fernão Rodriguez a 13 de Agosto de 1503, em Angediva, e que, alguns dias depois, a 25 de Agosto, avistou Pêro de Ataíde junto de Cananor[121]. Presumindo da

---

119 *Ibidem.*

120 Ao contrário daquilo que nos dizem quase todos os autores, designadamente João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, de uma leitura desta carta de Pêro de Ataíde, tal como da obra de Gaspar Correia, podemos inferir – como já o assinalou Sanjay Subrahmanyam, cf. *op. cit.*, p. 271 – que, tendo perdido o seu navio, Brás Sodré sobreviveu ao dito naufrágio.

121 Cf. Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in op. cit., I, p. 58.

diferença entre estas duas datas que a viagem de qualquer um deles, entre o aludido arquipélago e Angediva ou Cananor, não pode ter durado menos de onze dias, creio que podemos inferir que esta deve ter tido início nos primeiros dias de Agosto. Nestas circunstâncias e sabendo que Pêro de Ataíde, tal como regista a sua carta, permaneceu em Cúria Múria durante os dois meses que se seguiram ao dito naufrágio, então não podemos deixar de situar a referida tragédia algures no início de Maio de 1503. Dir-se-ia, portanto, que as fontes coevas, preenchendo a falta de clareza ou a lacuna de algumas fontes narrativas[122], corroboram definitivamente aquilo que nos dizem outras[123], a saber, que o referido naufrágio aconteceu no dia imediatamente a seguir ao derradeiro de Abril[124].

Resumindo, podemos afirmar que – ao contrário daquilo que Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório, sendo omissos, parecem querer sugerir – em caso algum Vicente Sodré terá partido para o Estreito antes dos finais de Fevereiro de 1503. Tal data, aliás, corresponde *grosso modo* ao que o único cronista que se pronunciou sobre o assunto regista ao afirmar que este partira em Março[125] e que a sua aventura, tal como algumas fontes narrativas também propõem, teve o seu infeliz desfecho precisamente, a 1 de Maio de 1503. Assim, como se depreende dos limites cronológicos definidos, faz todo o sentido aceitarmos como verosímil a sequência de acontecimentos

122 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 262 e Gaspar Correia, *op. cit.*, I, 366.

123 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 116; Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 98 e D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I, p. 226.

124 Referindo-se à data em que ocorreu o referido naufrágio, Lereno Barradas propõe, em meu entender com uma frágil base documental, recorrendo ao roteiro atribuído a Ibn Mādjid, o dia da aparição de São Miguel ou dia 8 de Maio, cf. Lereno Barradas, "Sobre o roteiro de Sofala do piloto árabe Hamad Ibn-Madjid", in *Stvdia*, 32, 1971, p. 23.

125 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 349.

apresentada por João de Barros – aliás, muito próxima daquela que Gaspar Correia, omisso no que toca às datas, oferece[126] –, segundo o qual Vicente Sodré, tendo andado a fazer presas no golfo de Adém "obra de dous meses"[127], quando "os ponentes, que eram Abril e Maio, começaram ventar, conveo-lhe buscar algum abrigo"[128]. Esta sequência é, de resto, manifestamente compatível com aquilo que as restantes fontes narrativas nos dizem ao assinalarem que o dito *capitão-mor do Mar* encontrou abrigo, no arquipélago de Cúria Múria, a 20 de Abril[129].

Dito isto, passemos então à identificação dos capitães e dos navios que, sob o comando de Vicente Sodré, em finais de Fevereiro ou inícios de Março de 1503, se dirigiram, presumivelmente, ao golfo de Adém.

Como naturalmente seria previsível (do mesmo modo que antes, em relação à armada de 1502), uma análise comparativa daquilo que a totalidade das fontes narrativas e algumas *Relações de Armadas* nos dizem sobre a esquadra de Vicente Sodré revela – tanto no que diz respeito ao número de embarcações, tipologia e respectiva designação como no que toca a uma identificação dos seus capitães – a presença de inúmeras e irreconciliáveis discrepâncias[130]. Aliás, não fazendo qualquer distinção entre as referidas fontes, colocando-as em situação de completa paridade e pondo de lado por momentos aquilo que nos dizem as fontes

126 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 365-366.

127 João de Barros, *op. cit.*, p. 262.

128 *Ibidem.*

129 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 116 e Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 98.

130 Cf., a propósito das aludidas discrepâncias, por exemplo, Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 269; João de Barros, *op. cit.*, I, pp.231-232 ; Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 98, Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 88; D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I,I, p. 180 e as inúmeras *Relações de Armadas* mencionadas *supra.*

coevas, note-se quão curioso e absurdo seria ficarmo-nos apenas pelo denominador comum, a saber, a identificação de Vicente Sodré como capitão-mor de uma das esquadras que constituíam a dita armada! Nestas circunstâncias, tal como antes, parece-me mais profícuo que qualquer esforço de reconstituição desta armada passe por desprezarmos aquilo que nos dizem estas fontes e recorrermos apenas aos informes contidos nas fontes coevas.

Assim, com base exclusivamente nas fontes coetâneas podemos afirmar que a armada de D. Vasco da Gama, em data anterior à sua partida de Lisboa, incluía quatro embarcações que, seguindo para a Índia, se destinavam a "p*er*a la andar d armada"[131], designadamente a nau *Esmeralda*, o navio *São Pedro*, a nau *São Paulo* e a caravela *Santa Marta*[132]. A estes navios, como se infere das palavras de Tomé Lopes ao afirmar, aludindo a respeito da viagem de regresso de Vasco da Gama que "restorono quivi le tre navi e le due carovelle che per il re nostro signore erano state ordinate per andare in armata per quei mari de India, per obviar che non passassero alcune spezie alla Mecca"[133], e presumindo que se tratavam dos mesmos, podemos ainda acrescentar uma outra caravela, aquela que fora montada em Moçambique, a *Santa Helena*[134]. Aliás, a este propósito, outra documentação coeva confirma indubitavelmente que a referida armada, após o famigerado naufrágio de Cúria Múria – onde se perderam duas naus, a *Esmeralda* e a *São Pedro*[135] –, ainda incluía duas caravelas[136] e a nau *São Paulo*[137].

---

131 Cf. Documentos, 2.

132 Cf. José Virgílio Pissara, *op. cit.*, pp. 153-154 e pp. 280-281.

133 "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in *op. cit.*, p. 732.

134 Cf. José Virgílio Pissara, *op. cit.*, p. 153.

135 Cf. Documentos,8.

136 Cf. Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in *op. cit.*, I, p. 58.

Como se pode retirar da mesma documentação, Vicente Sodré, para além de capitão-mor desta armada e tendo por sota-capitão João Serrão[138], detinha desde a sua partida e, presumo, por ocasião do seu naufrágio, o comando da nau *Esmeralda*[139]. Pêro de Ataíde detinha o comando da nau *São Paulo*[140]. Brás Sodré – por exclusão das anteriores – o da *São Pedro*[141] e Fernão Rodriguez – julgo que aquele a quem algumas fontes narrativas, dando-o como filho de Rui Fernandes de Almada, chamam por alcunha *Badarças*[142]– comandava, com toda a certeza, uma das caravelas[143], a *Santa Marta* ou a *Santa Helena*. No que concerne à remanescente, atendendo a que estas fontes são omissas, nada podemos adiantar.

Retomando a saga de Vicente Sodré, vejamos agora por onde andou a sua armada a fazer presas? Fernão Lopes de Castanheda afirma o seguinte: "Partido Vicente sodré cõ sua armada do porto de Cochim sem querer dar ajuda a el rey, nẽ aos nossos que estauão na feytoria, foyse na volta do reyno de Cambaya em busca das naos de mouros q viessẽ do mar roxo a Calicut que vinhão muyto ricas. E na costa de Cambaya tomou por força darmas cõ ajuda dos outros capitães cĩco naos destas que digo"[144]. Logo a seguir, embora de forma menos clara, acrescenta: "E dali se foy a hũas ilhas chamadas Curia Muria que estão ao mar do cabo de Goardafũ"[145]. Ainda sobre o mesmo assunto, Damião de Góis, reproduzido por D. Jerónimo

137 Cf. *Op. cit.*, p. 108.

138 Cf. Documentos, 8.

139 Cf. Documentos, 5.

140 Cf. Jean Aubin, *loc. cit.*.

141 Cf. Documentos, 8.

142 Cf., por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, I, p. 232.

143 Cf. Documentos, 8.

144 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 116.

145 *Ibidem.*

Osório[146], afirma: "Seguindo assi sua viagem tomou na costa de Cambaia, cinco naos de Mouros"[147] e dali "se foi a humas ilhas, questão allem do cabo Guardafum, per nome Curia, Muria"[148].

A crer naquilo que os autores anteriormente mencionados nos dizem e esquecendo a notória imprecisão de alguns no que diz respeito à localização das ilhas de Cúria Múria[149], Vicente Sodré, tendo andado pela costa de Cambaia a fazer presas, procurou, acto contínuo, o arquipélago onde acabou por naufragar. Ora, a respeito da mesma matéria, note-se que tanto Gaspar Correia como João de Barros – cuja descrição, menos exuberante nos pormenores, é, de um modo geral, coincidente com a do autor das *Lendas da Índia*[150] –

146 D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I, p. 225.

147 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 98.

148 *Ibidem.*

149 Esta mesma imprecisão, a par do recurso ao *planisfério de Fra Mauro* e de uma inexplicável confusão, constituíram os esteios sobre os quais Lereno Barradas ergueu a sua proposta – em meu entender, não só bizarra como mal sustentada – segundo a qual o naufrágio de Vicente Sodré ocorreu em Abdel Curia (*'Abd al-Kūrī*), uma das ilhas do arquipélago de Socotorá, nas proximidades do cabo de Guardafui, cf. Lereno Barradas, *op. cit.*, p. 20. A este propósito, se o recurso ao *planisfério de Fra Mauro*, como se este incluísse um notório rigor, ou à aludida imprecisão, dispensam qualquer comentário, a sua afirmação, segundo a qual "nos mapas antigos e actuais, as ilhas de Curia Maria são denominadas Abdel ou Adel Curia", cf. *ibidem*, impõe um esclarecimento. Em rigor, não só não encontrei um único *mapa antigo* ou *actual* onde tal confusão ocorra como, bem pelo contrário, tanto a cartografia contemporânea como as representações cartográficas do século XVI e XVII, de modo inequívoco, exibe uma identificação distinta destas ilhas, cf., por exemplo, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, reprodução fac-similada da edição de 1960 com apresentação e introdução de Alfredo Pinheiro Marques, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, vol. I, estampa 9, 10, 11, 19, 50 A e C, 50 B e D, 96 A e B; vol. II, estampa 216; ou ainda, J. Monteiro e L. Schwalbach Lucci, *Novo Atlas Universal de Geografia e História*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, s. d., p. 59 e p. 62; e AAVV, *Atlas of the World*, Washington, National Geographic Society, 1992, p. 112.

150 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 340-349, pp. 365-366 e João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 262-263.

apresentam uma versão não só mais detalhada como bastante diferente das precedentes. É assim que o segundo, ao fazer menção a que o regimento atribuído a Vicente Sodré lhe dizia que "andasse enquanto o tempo lhe desse lugar na costa do Malabar em favor de Cananor e Cochi, fazendo a guerra ao Samori, na entrada e saída das naus de Calecute"[151] e acrescentando que este o "cumpriu té se perder"[152], deixa claro – tal como Gaspar Correia[153] – que o referido *capitão do Mar* começou por permanecer, durante algum tempo, na costa do Malabar. Em seguida, o mesmo autor, dizendo-o partido de Cochim – e aqui distinguindo-se do autor das *Lendas da Índia* que o dá como tendo partido de Cananor e, mais à frente, perdido nas ilhas de Cúria Múria[154] –, acrescenta que Vicente Sodré "foi ter à Ilha Sacotorá, onde fêz sua aguada, e dela se passou ao Cabo de Guardafu, que é a mais oriental terra que tem a parte de África, e dêste cabo atravessou a costa de Arábia por ser mais seguida das naus que da Índia iam ou vinham do estreito do Mar Roixo, em a qual paragem tomou algũas de Cambaia com roupas, e outras de Calecute com especearia, que tôdas iam pera o Estreito. E porque êle andou ali obra de dous meses e os ponentes, que eram Abril e Maio, começaram ventar, conveo-lhe buscar algum abrigo, o qual foi ũa enseada vezinha às ilhas a que chamam Curiá Muriá"[155].

Na verdade, tal como noutras ocasiões, todas as dúvidas e imprecisões veiculadas pelas fontes narrativas se diluem se recorrermos à única descrição próxima dos acontecimentos, aquela

151 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 262.

152 *Ibidem.*

153 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 340-349.

154 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 348-349 e p. 366.

155 João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 262-263.

que consta da mencionada carta de Pêro de Ataíde[156]. Efectivamente, muito embora da sua leitura apenas seja possível retirar que o dito capitão-mor andou, de facto, a fazer presas nas proximidades do cabo Guardafui [157] e que foi precisamente daí que se dirigiu às ilhas de Cúria Múria – lugar onde, banida de uma vez por todas a hipótese sugerida pelo autor da *Ásia*, se perdeu –, não podemos deixar de reconhecer que tal testemunho não só confere verosimilhança ao que nos dizem Gaspar Correia e João de Barros como desdiz definitivamente os restantes.

Como disse antes, uma inelutável sombra, indissociável das decisões que lhe são atribuídas e da sua imputada incapacidade para medir as respectivas consequências, paira sobre Vicente Sodré, sobre o seu desempenho enquanto *capitão do Mar* e, de algum modo, sobre todos aqueles que, seguindo o seu exemplo, pautaram a sua conduta por uma notória obstinação e por uma inqualificável cobiça por bens materiais.

A este respeito, cumpre-me desde logo assinalar que, veiculada pela generalidade da produção historiográfica, tal sombra reproduz tão-somente os juízos de valor e a versão de algumas das fontes, designadamente das obras de Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e de D. Jerónimo Osório. Efectivamente – e ao contrário de João de Barros e de Gaspar Correia cujos testemunhos incluem um nítido esforço para ilibar Vicente Sodré –, qualquer dos autores mencionados antes, ao aludir ao drama vivido pelo reino de Cochim (vítima da agressão do Samorim de Calicute enquanto Vicente Sodré andava a fazer presas nas proximidades do Mar

156 Cf. Documentos, 8.

157 A propósito da acção desta armada e daquilo que sobre o assunto nos dizem as fontes árabes, cf. R. B. Serjeant, *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadramī Chronicles*, Oxford, Clarendon Press, 1963, p. 43 e Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, p. 270.

Vermelho) ou à própria desgraça do *capitão do Mar* (qual castigo divino!), são inequívocos ao atribuírem ao referido capitão (por se ter eximido de cumprir o que lhe fora ordenado) a responsabilidade tanto daquilo que lhe aconteceu como do que acontecera em Cochim.

Ora, estes cronistas, a quem com algum exagero podemos chamar os detractores de Vicente Sodré, acusam-no claramente de desrespeitar o regimento e de preferir demandar o Estreito por "esperar de fazer muytas presas"[158] a guardar "a feytoria del rey de Portugal, pera que ficara na India"[159]. Contudo, estes mesmos autores também nos dizem que Vasco da Gama deixara "ordenado, que Vicente Sodre com sua armada ficasse na costa do Malabar, onde andaria ate o mes de Feuereiro, & se ate aquelle tempo el Rei de Calecut nam fezesse guerra a el Rei de Cochim, que entam se fosse ao estreito do mar Darabia fazer guerra aos Mouros, como trazia para regimento"[160], pelo que, desde logo, nos assalta o espírito o tão conhecido quanto expressivo adágio popular português, *pela boca morre o peixe*[161].

Desta feita – não questionando ainda a oportunidade da decisão de Vicente Sodré de se ausentar face à iminência de uma agressão do Samorim de Calicute contra o rei de Cochim e contra os interesses portugueses aí instalados –, sabendo nós por estes autores que o referido *capitão do Mar* recebera instruções para permanecer na costa do Malabar até Fevereiro e que o mesmo só pode ter partido para o Estreito nos primeiros dias de Março, não

158 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 106.

159 *Ibidem.*

160 Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 92.

161 Hernán Núñez, *Refranes o Proverbios en Romance*, Salamanca, Imprenta de Juan de Cánova, 1555, fol. 98.

podemos deixar de concluir que, pelo menos do ponto de vista formal, Vicente Sodré parece ter cumprido aquilo que dizia explicitamente o seu regimento. Tal corresponde, aliás, corresponde ao que nos diz João de Barros quando afirma que este o "cumpriu té se perder"[162].

A juntar a isto, note-se quão incongruente se revela Castanheda quando – ainda para mais tratando-se de alguém que reivindica a autoridade de quem "foy á India"[163] –, a propósito da ocasião, que considera inoportuna, escolhida por Vicente Sodré para fazer presas, sustenta que " ho melhor tẽpo q el rey de Calicut tinha pera fazer guerra a Cochim era ẽ Março, Abril, Mayo, ate Iunho, em q sabia certo que nã auião de chegar á India naos de Portugal, cõ cujo medo sabia que não podia fazer guerra a Cochim se não no tẽpo q digo"[164] e, simultaneamente, insistindo no incumprimento daquilo que lhe fora ordenado, assinala que o Vicente Sodré recebera instruções explícitas para "não auẽdo guerra fosse ao cabo de Goardafum a fazer presas nas naos dos mouros de Meca que fossem da India"[165], quer isto dizer, que fosse fazer presas precisamente quando o fez, na monção de Inverno.

Mas, sendo assim – admitindo que Vicente Sodré, no que diz respeito ao momento escolhido para ir em busca de presas, cumpriu rigorosamente aquilo que lhe fora ordenado –, terá sido esta decisão, face à possibilidade de uma agressão do Samorim de Calicute contra o rei de Cochim e tendo instruções para o proteger, uma decisão realmente oportuna? Hoje, tal como imediatamente após os acontecimentos – e presumindo que a sua presença

162 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 262.

163 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 106.

164 *Ibidem.*

165 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 105.

pudesse, de alguma forma, ter obstado ao sucesso das armas de Calicute –, é fácil dizermos que não. Contudo, será que no ensejo em que o dito *capitão do Mar* tomou essa decisão terá tido, tal como os seus conterrâneos, essa percepção?

Como referi antes, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e D. Jerónimo Osório – seguidos, de um modo geral, por toda a produção historiográfica – são peremptórios em afirmar que o dito *Capitão do Mar*, ardendo de desejo por ir em busca de presas, se mostrou cego e surdo aos apelos de todos aqueles que, certos da iminência de um ataque de Calicute (como terá sido o caso de Diogo Fernandes Correia, feitor em Cochim, e de Lourenço Moreno, escrivão da mesma feitoria, de quem Castanheda diz que ouviu semelhante coisa[166]), o tentaram dissuadir de tal demanda[167]. Esta decisão provar-se-ia tanto mais grave quanto, para além da responsabilidade moral adstrita aos motivos de toda a discórdia, as mesmas fontes não só estabelecem uma inequívoca relação causal entre a ausência da armada de Vicente Sodré e a incapacidade de Cochim para enfrentar a agressão de Calicute como insistem em atribuir a todos aqueles que aí se encontravam uma clara consciência desse facto.

A propósito do mesmo assunto, muito embora aludam a rumores sobre a iminência de uma acção militar protagonizada pelo Samorim de Calicute contra o rei de Cochim[168], tanto João de Barros – fazendo menção deste último ter escusado Vicente Sodré da obrigação de aí permanecer porque, sendo no princípio do Inverno,

166 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, p. 106.

167 Cf. *ibidem*; Damião de Góis, *op. cit.*, I, pp. 95-96; e D. Jerónimo Osório, *op. cit.*, I, pp. 213-214.

168 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 257-258; e Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 342-346.

"o Samorim não havia de mover senão passado êle"[169] – como Gaspar Correia – colocando semelhante prelecção nos lábios do rei de Cananor[170] –, não fazem mais que ilibar o referido *capitão do Mar* de qualquer culpa. É verdade, contudo, que estes autores não deixam de atribuir à presença de interesses portugueses em Cochim uma indesmentível responsabilidade moral por tudo o que aí aconteceu ou até de admitir uma pretensa relação causal entre a ausência de Vicente Sodré e a agressão empreendida pelo Samorim de Calicute contra esse reino. Este é o caso de Gaspar Correia ao afirmar que o Samorim esteve "sem bolir nada até que a armada se partisse"[171]. Já João de Barros não estabelece esta relação. Deixando transparecer o que pensava sobre algo que nunca aconteceu, ou seja, a permanência do dito *capitão do Mar* na costa do Malabar, afirma abertamente que "como esta guerra que o Samori lhe queria fazer era tôda per terra, nunca os nossos lhe puderam empedir os aparatos dela"[172]. Em qualquer dos casos, os referidos autores não incluem qualquer alusão a uma vulgarizada consciência, entre aqueles que ao tempo tiveram alguma intervenção na decisão, de que esta poderia determinar o rumo dos acontecimentos.

Tentando esclarecer todo este imbróglio, ressalta desde logo aos olhos mesmo de um observador incauto que entre aquilo que sabemos ter sido o calendário da viagem do aludido *capitão do Mar* e aquilo que os referidos autores arrolam no que toca à cronologia dos eventos que culminaram na fuga do rei de Cochim existe um nítido desajustamento temporal.

---

169 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 262.

170 Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 345-346.

171 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 348.

172 João de Barros, *op. cit.*, I, p. 258.

Com efeito, sabendo nós que Vicente Sodré partiu para o golfo de Adém nos finais de Fevereiro ou inícios de Março (não deixando os autores referidos de aludir às inúmeras diligências promovidas pelo Samorim de Calicute para alcançar o seu objectivo primordial, a expulsão dos portugueses de Cochim), parece-me deveras interessante salientar que estes testemunhos registem que o Samorim apenas abandonou os modos pacíficos, lançando-se no caminho das hostilidades, no último dia de Março[173]. Ou seja, é possível reconhecer, entre o início da viagem de Vicente Sodré e o princípio das hostilidades. Durante esse lapso de tempo sabemos que foi mantida uma troca de correspondência entre os príncipes em litígio, o que quer dizer, para todos os efeitos, que enquanto tal se manteve a referida contenda ainda não atingira o ponto de ruptura. Somos assim levados a concluir que as notícias e a certeza de todos aqueles que, no princípio de Março, entendiam que a guerra estava iminente perdem consistência. Convertendo-se em rumores e em receios aparentemente infundados – os mesmos que poderão ter levado o *capitão do Mar* a dizer que "a guerra de Cochym ou seria, ou não"[174] –, permitiram a Vicente Sodré satisfazer a sua vontade e, simultaneamente, cumprir aquilo que o regimento determinava, isto é, ir em busca de presas.

Daquilo que se disse podemos, pois, inferir que os testemunhos de Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis e de D. Jerónimo Osório, tanto no que diz respeito aos juízos de valor emitidos sobre Vicente Sodré como ao atribuirem à sua ausência ou permanência na costa do Malabar uma importância decisiva no desenrolar dos acontecimentos – esta última, como se depreende da nítida

173 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 112 e Damião de Góis, *op. cit.*, I, p. 90.

174 Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 344.

desproporção de forças e da sua diversa natureza, uma asserção despropositada – , não são sendo intrinsecamente sustentáveis.

Na realidade, creio que tais testemunhos foram induzidos pelas mágoas ou pelo ressentimento de quem entreteve um conflito pessoal com o dito *capitão do Mar* – refiro-me a Diogo Fernandes Correia e a Lourenço Moreno, respectivamente feitor e escrivão da feitoria em Cochim – ou de quem viveu o drama da guerra, como é ainda o caso de Lourenço Moreno, convertendo estas mágoas numa animosidade iniludivelmente deslocada. Alguns anos mais tarde, esta animosidade levaria alguns, agora por razões que se prendem com a defesa dos seus interesses no comércio local e regional (como é o caso de alguns daqueles que integraram o denominado *grupo de Cochim* [175], do qual viria a fazer parte Lourenço Moreno) e ainda capitães, governadores, vice-reis ou o próprio rei (pugnando pelo interesse régio no plano económico e político[176]) a insurgirem-se contra a perturbação e os desmandos daqueles que, à margem ou à sombra do serviço a el-rei, sobrepondo a tudo a sua vã cobiça, faziam das presas a forma privilegiada de lhe dar satisfação[177].

---

175 Cf., sobre o assunto, Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, "O 'grupo de Cochim' e a oposição a Afonso de Albuquerque", *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-145 e Vítor Rodrigues, "Grupo de Cochim", in Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), *op. cit.*, I, pp. 253-254.

176 Cf. Luís Filipe F. R. Thomaz, *Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do corso português* (separata das *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, subordinado ao tema: As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente), Lisboa, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993, pp. 20-26.

177 Cf. *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas de ordem da Classe de Ciências Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1884, pp. 164-165; *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1898, pp.

Como se depreende daquilo que foi dito e contrariando a ideia generalizada de que a decisão de Vicente Sodré se pode reduzir a uma irresponsável expressão de cobiça, não só me parece completamente irrelevante tudo aquilo que as fontes narrativas possam ter registado sobre o seu carácter como de uma leitura atenta destas, afinal, se pode concluir que o referido capitão não fez mais que cumprir as instruções que lhe haviam sido atribuídas.

Aliás, ainda a este propósito e ao contrário de Sanjay Subrahmanyam, não me parece que a alusão feita à desventura do *primeiro capitão do Mar* no regimento entregue a Diogo Lopes de Sequeira em 1508 possa ser entendida como uma "referência explícita ao desleixo de Vicente Sodré e aos custos que tal havia acarretado à sua pessoa e à coroa"[178]. Com efeito, note-se desde logo que o mencionado regimento apenas diz "estamdo em porto vos lembramos que sejaes muyto avissado de estar em grande resgardo e vigia asy de dia como de noyte, asy pera o que se poder offerecer da gente da terra como do temporal do mar, fazemdo recorrer a meude uossas amcoras, e de noyte as mandardes muy bem vigiar, allem da vella e vigia ordenada dos quartos, e lembramos-vos o que aqueeceo a vicente sodré por nam estar a tall recado nestas cousas"[179]. Por outro lado, creio que a identificação de dois diplomas régios, ambos lavrados a 22 de Agosto de 1504 e que concedem a João Sodré e a Fernão Sodré, filhos do falecido

---

286-288; *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1903, p. 101; e *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas de ordem da classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Letras da Academia das Ciências de Lisboa, tomo VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, pp. 196-199.

178 Sanjay Subrahmanyam, *op. cit.*, p. 275.

179 Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, tomo II, p. 418.

Vicente Sodré, uma tença anual (respectivamente de 30 000 e de 15 000 reais) pelos serviços prestados por seu pai a el- Rei[180], sugere indubitavelmente que tal condenação foi apenas uma construção de algumas fontes narrativas.

Finalmente, vejamos ainda o que as fontes coevas – designadamente uma carta de el-rei D. Manuel a D. Vasco da Gama[181], uma carta de Pêro de Ataíde a el-rei D. Manuel[182] e uma ou outra notícia relativa à viagem de Vasco da Gama – nos dizem sobre a natureza da missão de que fora incumbido Vicente Sodré. Estas fontes, quer incluindo uma manifesta preocupação no que concerne à repartição das presas, quer encarando com naturalidade e conferindo uma nítida importância ao êxito alcançado com tais práticas (como é o caso da aludida carta de Pêro de Ataíde) ou, ainda, como podemos registar nas restantes (refiro-me a documentos inclusos nos *Diarii* de Girolamo Priuli ou nos *Diarii* de Marino Sanuto e ao texto, atribuído a Tomé Lopes, conhecido como a *Navigazioni verso le Indie Orientali* [183]), fazendo menção explícita à natureza da missão de que fora encarregue a armada do dito Vicente Sodré[184], não deixam margem de dúvida. Na verdade, todas elas sustentam claramente que o *Venturoso*, tendo encomendado ao dito *capitão do Mar* que tratasse de "andar in armata per quei mari de India, per obviar che non passassero alcune spezie alla

180 Cf. I.A.N./T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 19, fl. 36v.

181 Cf. Documentos, 3.

182 Cf. Documentos, 8.

183 Cf. Rinaldo Fulin, "I Portoghesi nell'India e i Veneziani in Egitto (dai Diarii di Girolamo Priuli) in *Archivio Veneto*, vol. XII, 1881, pp. 155-248; Marino Sanuto, *I Diarii*, tomo V, publicato per cura di Federico Stefani, Venezia, 1881, col. 129; e "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, pp. 683-738.

184 Cf. R. Fulin, *op. cit.*, p. 171 e "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, p. 732.

Mecca"[185], lhe encomendara que demandasse as proximidades do Mar Vermelho. Aliás, note-se a este propósito que, como o assinalou Donald Weinstein, tanto a identificação da importância estratégica das imediações do Mar Vermelho como a indesmentível determinação régia em lançar acções de corso sobre a navegação dos *Mouros de Meca*, se podem ser identificadas desde a presença de Pietro Pasqualigo em Lisboa[186] (ou seja, algures entre finais de Junho de 1501 e a Primavera do ano seguinte[187]) e sucedendo à viagem de Cabral, precedem claramente aquela que foi empreendida, em 1502, por Vasco da Gama.

Como é sabido, o corso e a pirataria constituem práticas que em Portugal, tal como noutros contextos, tendo uma origem remota, foram adoptadas, ao longo do século XV, numa vasto área geográfica, na verdade, do Atlântico aos confins do Mediterrâneo[188].

---

185 "Navigazioni verso le Indie orientali di Tomé Lopez", in Giovanni Battista Ramusio, *op. cit.*, p. 732.

186 Cf. Donald Weinstein, *Ambassador from Venice: Pietro Pasqualigo in Lisbon, 1501*, Minneapolis, University of Minnesota Press, s. d., p. 74.

187 Cf. Donald Weinstein, *op. cit.*, p. 26.

188 Sobre esta matéria, tal como sobre o seu enquadramento jurídico, *vide*, por exemplo, Ruy Manuel de Albuquerque, *As Represálias: Estudo de História do Direito Português (século XV e XVI)*, 2 vols., Lisboa, 1972; Luís Adão da Fonseca, *Navegacion y corso en el mediterraneo occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978; Ana Maria Pereira Ferreira, *O essencial sobre o corso e a pirataria*, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.; Luís Ramalhosa Guerreiro, "Corso e Pirataria nos Descobrimentos", in Luís de Albuquerque e Francisco Contente Domingues, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, s. l., Caminho, s. d., pp. 296-301; Filipe Themudo Barata, *Navegação, Comércio e Relações Politicas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 303-327; e, em particular, Luís Filipe F. R. Thomaz, *Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do corso português* (separata das *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, subordinado ao tema: As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente), Lisboa, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

Aliás, como notou Luís Filipe Thomaz ao identificar o corso "como a nebulosa primordial de onde gradualmente se foram individualizando os vários astros da expansão: a conquista territorial de Marrocos, o povoamento das ilhas e, sobretudo, o descobrimento da costa ocidental africana"[189], tal fenómeno, indissociável das origens da expansão portuguesa, reveste-se de uma importância bem maior do que aquela que, por vezes, lhe tem sido atribuída. E, como também assinalou o mesmo autor, o recurso ao corso nas margens do Oceano Índico – incorporando uma tradição de "guerrilha marítima entre mouros e cristãos no Mediterrâneo e no Mar das Éguas"[190] e perpetuando, para além do fim da *Reconquista*, uma transferência para essa prática da ideologia de Cruzada[191] – remonta aos primórdios da presença portuguesa, mais concretamente, à viagem de Pedro Álvares Cabral[192]. Na realidade, constitui um facto incontornável que Pedro Álvares Cabral, durante a sua estada junto de Calicute, tomou de assalto uma "nave de' Mori con molte mercanzie"[193]. O mesmo se poderá dizer, como vimos antes, da acção empreendida por João da Nova, sobre o qual se sabe ter andado a fazer presas.

Contudo, muito embora seja indesmentível que aquilo que resta do aludido regimento régio tenha contemplado a possibilidade de Pedro Álvares Cabral, na viagem de regresso, empreender tais

189 Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 14.

190 Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 10.

191 Cf. Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 12.

192 Cf. Luís Filipe F. R. Thomaz, *op. cit.*, p. 16.

193 "Navigazion del capitano Pedro Alvares scritta per un piloto portoghese e tradotta di lingua portoghesa in la italiana" in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, vol. I, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1978, p. 647.

iniciativas[194], como aponta Luís Filipe Thomaz, convirá assinalar que o mesmo documento impõe claras limitações a semelhante prática, designadamente durante o tempo previsto para a sua permanência na costa do Malabar. É assim que o referido regimento, aludindo à presença da armada junto de Calicute, dá instruções inequívocas para que "a nenhũas nãaos que hy achees <posto que saibaes que sejam das de Meca nem da dita Angadyva ate Callecut> nam fares nenhũu nojo ante as sallvares e lhe mostrarees todo boom rostro e synall de paz e bõoa vomtade <damdo de comer e beber e fazemdo todo outro boom trauto a todos aqueles que as ditas nosas naos vierem teemdo porem resgardo que nam emtrem tantos juntos que gastem muito mantimento nem das naaos se possam apoderar>"[195].

Na verdade, as fontes narrativas registam, aqui ou ali, as acções empreendidas por Pedro Álvares Cabral e João da Nova sobre a navegação dos *mouros de Meca* (descritas nestas, acima de tudo, como um produto das circunstâncias). Contudo, muito embora possamos admitir que os referidos capitães, naquilo que deve ter constado das respectivas instruções, pudessem não estar liminarmente impedidos de fazer presas, não me parece que tal prática pudesse, de algum modo, estar incluída entre as tarefas que lhes haviam sido atribuídas por el-rei D. Manuel. Aliás, não me parece razoável presumir tal coisa e muito menos em 1500, pelas razões que passo a explicitar.

---

194 Cf. "Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia", in *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999, pp. 64-65.

195 "Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a viagem à Índia", in *op. cit.*, p. 45.

Efectivamente, é nítido que a coroa portuguesa, logo após a viagem de descobrimento do caminho para a Índia, não deixou de identificar uma inexorável relação entre os interesses dos ditos *mouros de Meca* e Calicute. Por outro lado, sabemos que Pedro Álvares Cabral fora incumbido de esclarecer com o Samorim de Calicute qualquer mal-entendido e de com este "asentar paz e amizade e asy trauto"[196]. Não me parece, portanto, que em caso algum o aludido capitão-mor pudesse ter levado instruções que, nitidamente, podiam colocar em risco tal objectivo. Ao invés, e como o regimento mencionado atrás o sustenta, impôs-se, com toda a certeza, um claro esforço de contenção da agressividade face aos aludidos *mouros de Meca*. Ou seja, muito embora possamos aceitar que o *Venturoso* possa ter alimentado tais intenções, pelo menos desde o regresso de Vasco da Gama, em 1499, não é de admitir que o mesmo possa ter dado instruções nesse sentido antes de saber que as relações com o Samorim de Calicute tinham atingido um ponto de ruptura, quer isto dizer, antes do regresso de Pedro Álvares Cabral.

Na realidade, tal como nos dizem não só as fontes mencionadas antes como uma carta coeva – refiro-me a uma carta, incluída nos *Diarii* de Marino Sanuto, sem indicação de autor, enviada de Portugal a 18 de Outubro de 1501 e recebida em Veneza a 28 de Dezembro do mesmo ano[197] –, creio que só é possível identificarmos uma nítida opção de D. Manuel por empreender uma caça sistemática à navegação dos *mouros de Meca* com a sua decisão de

196 Cf. "Minuta de uma carta régia concedendo poderes a Pedro Álvares de Gouveia, nomeado capitão-mor da armada a enviar à Índia, para poder assentar paz e amizade com um conjunto de potentados africanos e asiáticos", in *op. cit.*, p. 35.

197 Marino Sanuto, *I Diarii*, tomo IV, publicato per cura di Nicolò Barozzi, Venezia, 1880, col. 200-201.

enviar, em 1502, no seio da armada de D. Vasco da Gama e sob o comando de Vicente Sodré, uma esquadra com essa missão. Com efeito, referindo-se às intenções de D. Manuel, após o regresso de Cabral, a aludida carta diz, explicitamente, que o mesmo decidira enviar uma armada "per conquistar più presto hormai cha per discoprir; perchè li par che Dio sij co sua majestà ne le opere sue et mandi ad effecto ogni su desegno. *Unde* già la primaria intention sua è, circha la flota de India che partirà questo zener de qui, con quella far guera a la nave de India e la Mecha, et serar el passo al soldam, *quominus* el non possi *de cætero* da Calicut et Cugia trazer più specieearie"[198].

Naturalmente, tomada nestas circunstâncias, a decisão de D. Manuel de empreender a prática de corso, de forma sistemática, contra os *mouros de Meca* deverá ter sido ditada acima de tudo – como se depreende, de um modo geral, daquilo que nos dizem as fontes narrativas – por duas razões, designadamente pelo seu desejo de "asentar paz e amizade e asy trauto" com o Samorim de Calicute e, por outro lado, pela sua vontade de, qual paladino da fé cristã, causar danos ao que, ao tempo, poderia ser entendido como a expressão última do Islão, o sultanato mameluco do Cairo.

Como é evidente, do que se disse resulta também que – e sem que em algum momento tivesse sido minha intenção empreender qualquer esforço para reabilitar Vicente Sodré – não possamos deixar de reconhecer que afinal o *primeiro capitão do Mar* apenas tentou cumprir o papel que lhe fora atribuído. Se ao fazê-lo, tendo perecido nas circunstâncias a que aludi antes, foi imprudente[199],

198 *Ibidem.*

199 Cf. Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 275; e Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, tomo II, p. 418.

creio que, mesmo assim, também não podemos deixar de o reconhecer fundamentalmente como uma vítima, uma vítima daquilo que poderíamos conceber, na esteira de João de Barros, como uma contenda com a natureza. Num texto de incomparável dramatismo e beleza literária, este autor assinala que

> Entre muitas cousas de grande admiração que esta nossa conquista oriental tem, e muito pera ponderar com discurso de prudência, é que, além de contendermos acidentalmente per armas com homens de tam várias nações e seitas, como nelas há, temos perpétua contenda com os elementos sendo cousa mais bruta, fera e impetuosa que Deus criou, o que té nosso tempo não temos visto em algũa gente. Porque, se lemos guerras de persas, gregos, romanos ou de outras nações desta nossa Europa, nas quais houve grandes perigos no rompimento de exército com exército, trabalhos de fome e sede e vigília, na continuação de algum comprido cerco, frio e ardor do Sol na variação dos tempos e climas, grandes infermidades per corrupção dos ares ou mantimentos e noutros mil géneros de acidentes que chegam a estado da morte, todos estes perigos e trabalhos passa a nossa gente português em suas navegações e conquistas. E sobretudo peleja com a fúria do vento, ímpeto do mar, dureza da terra, temendo seus baixos e encontros; e finalmente, tem posta a vida e morte em tam breve termo, como são três dedos de távoa às vezes comesta do busano, e no descuido de cair de ũa pevide de candea em lugar onde se possa atear, e em outros mui particulares e meúdos casos; de que resulta tam grande cousa como vemos em tanto número de naus que são perdidas. Em cada ũa das quais podemos afirmar que se perde ũa mui nobre vila deste reino em substância de fazenda e em nobreza de gente.
>
> E o que mais devemos lamentar por parte dele, é que ve os homens daquelas orientais regiões salvos do fogo e ferro de tanto mouro e gentio, como nelas habitam, trazendo as naus carregadas

> dos seus despojos; e um tam pequeno perigo como este que apontamos, confunde tudo no abismo do grande Oceano, principal sepultura dos portugueses, depois que começaram seus descobrimentos[200].

Entre capitães e governadores, aquém e além das Portas do Estreito

Como vimos antes, a decisão tomada por D. Manuel – algures depois de Pedro Álvares Cabral ter regressado ao Reino, em 1501 – de enviar no ano seguinte uma armada que incorporasse uma força cuja missão incluía a sua permanência no Oceano Índico constituiu não só uma ruptura com a prática seguida até então como o primeiro gesto da coroa portuguesa que, claramente, compreende o Mar Vermelho como objecto do seu interesse.

Como é sabido, a partir de então muitas foram as armadas que, partindo de Lisboa para a Índia, integraram não só navios "pera tornarem com a carga da espeçiaria"[201] como outros destinados a permanecerem no *Mar das Índias*, cumprindo uma qualquer missão previamente definida: o reconhecimento de terras, a instalação de uma feitoria ou de uma fortaleza, ou ainda, tal como foi o caso de Vicente Sodré, para fazer a guerra. Entre as armadas com missões

---

200 João de Barros, *op. cit.*, II, p. 314.

201 *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em fac-símile do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. 16.

desta natureza conta-se a de Pêro de Anaia, em 1505, onde se incluíam alguns navios para ficarem em Sofala; a de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, em 1506, cuja missão compreendia não só a construção de uma fortaleza em Socotorá como a permanência de alguns dos navios que a constituíam na costa da Arábia e Pérsia; ou ainda a de Diogo Lopes de Sequeira, em 1508, que se destinava ao descobrimento da ilha de São Lourenço e de Malaca[202].

Como é evidente, com a continuada presença de significativos meios navais no Oceano Índico – em particular depois do estabelecimento de uma autoridade permanente, em 1505 –, outras armadas, cumprindo instruções régias ou por iniciativa de sucessivos Vice-Reis, Governadores ou Capitães-mores, cruzaram os referidos mares desempenhando missões de natureza semelhante. A título de exemplo podemos referir, para além das grandes expedições protagonizadas por D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria ou Diogo Lopes de Sequeira, aquelas que algumas das figuras mencionadas antes enviaram. Tal foi o caso das de D. Lourenço de Almeida ou de António de Abreu e Francisco Serrão mandados a descobrir, respectivamente por D. Francisco de Almeida e por Afonso de

202 Cf. *op. cit.*, pp. 16-18; Simão Ferreira Paez, *As Famozas Armadas Portuguesas (1496-1650)*, edição fac-similada com introdução de Didio Ibratym Affonso da Costa, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1937, pp. 18-21; e *Relação Das Náos e Armadas da Índia Com os successos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrucção dos curiozos, e amantes Da Historia da Índia* (British Library, *Códice Add.* 20902), leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 18-20 e pp. 22-23; ou, entre as fontes narrativas, por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, I, p. 310; *op. cit.*, II, pp. 5-6 e pp. 170-171; e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 231, p. 278 e pp. 419-420.

Albuquerque, num caso as ilhas Maldivas e Ceilão e no outro as Molucas[203].

Ao longo do período em análise, *grosso modo* o reinado de D. Manuel, podemos identificar – recorrendo a algumas *Relações de Armadas*, designadamente aquelas que, ultrapassando a simples enumeração dos capitães e navios, fazem menção explícita à missão atribuída a estes[204] –, entre as armadas que de Lisboa partiram com um objectivo previamente definido, quatro ocasiões em que esse destino, pelo menos para alguns dos navios, foi o Mar Vermelho. É este o caso da armada sob o comando de António de Saldanha, em 1503; da de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, em 1506; e, finalmente, da armada de Jorge de Aguiar – logo substituído, por morte, pelo seu sota-capitão, Duarte de Lemos –, em 1508[205]. A estas, recorrendo agora às fontes

---

203 Cf. João de Barros, *op. cit.*, I, p. 414; e João de Barros, *op. cit.*, III, p. 265.

204 O que não é o caso, por exemplo, do *Livro de Lisuarte de Abreu*, cf. *Livro de Lisuarte de Abreu*, edição em *fac-simile* com introdução por Luís de Albuquerque e leitura de Maria Luísa Esteves, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992

205 Cf. *Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497*, reprodução em fac-símile do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, pp. 16-18; Simão Ferreira Paez, *op. cit.*, pp. 14, 18-20 e 21-22; *Relação Das Náos e Armadas da Índia Com os successos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrucção dos curiozos, e amantes Da Historia da Índia* (British Library, *Códice Add.* 20902), leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 14-15, 19-20 e 22-23 ;"Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá" in *Miscelânia Histórica* (Biblioteca da Ajuda, 50-V-23), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Outubro-Dezembro de 1989, pp. 738, 741-742; *Relação das Armadas in Ementa da Carreira da Índia* (Biblioteca Central de Marinha, RDS-5-03), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX,

narrativas, podemos também acrescentar a de António de Saldanha, em 1517, a única sobre a qual – muito embora lhe façam menção – as ditas *Relações de Armadas* nada registam[206].

Como se depreende daquilo que nos dizem as fontes disponíveis, a acção destas armadas sobre o Mar Vermelho (que decorreu designadamente entre 1503 e 1504[207], de 1507 a 1508[208], de 1508 a 1511[209] e entre 1518 e 1520[210]) concretizou-se, de forma intermitente, apenas durante limitados lapsos de tempo. Com efeito, esta acção estava condicionada pelo regime de monções e pela inexistência de portos que oferecessem condições de abrigo, tendo que invernar em Moçambique, Melinde, Ormuz, Angediva ou, em último caso, em Socotorá[211]. Em consequência, a presença destas armadas, entre o cabo Guardafui e o Bab-el-Mandeb só era de um modo geral possível ou desejável entre Fevereiro e, quanto muito,

---

Julho-Setembro de 1990, pp. 464, 467-468 e 470-471; *Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638* (Biblioteca da Ajuda, 51-VII-5), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março de 1991, pp. 91-92, 94-95 e 96-97;

206 Cf. João de Barros, *op. cit.*, III, p. 52; Damião de Góis, *op. cit.*, IV, p. 41; e Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, s. l., Academia das Ciências de Lisboa, 1992, p. 113

207 Alexandre Lobato, *Da Época e dos Feitos de António de Saldanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 19-26.

208 Cf. José Pereira da Costa, *Socotorá e o Domínio Português no Oriente*, "Separatas", LXXXII, Coimbra, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1973, pp. 5-10.

209 Cf. "Carta de Duarte de Lemos para El-Rei contando-lhe a sua viagem desde a ilha da Madeira...", enviada de Moçambique, de 30 de Setembro de 1508, in José Ramos Coelho, *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo Ácerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, pp. 197-206; João de Barros, *op. cit.*, II, pp. 168-170 e 226; e Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, pp. 476, 576-579 e 605.

210 Cf. Alexandre Lobato, *op. cit.*, pp. 65-84.

211 Cf. *op. cit.*, p. 25; e José Pereira da Costa, *op. cit.*, p. 9-11.

Agosto[212]. Aliás, sabendo que a navegação em todo o Oceano Índico sempre se ajustara ao regime de monções, esse momento também se afigurava como o mais propício para cumprir aquilo que, inquestionavelmente, ressalta como o mais importante objectivo destas armadas, isto é, o corso sobre as "naos dos mouros de Meca que fossem da India"[213].

Na verdade, sob o comando de um *capitão-mor da Arábia e Pérsia* [214], e desenrolando a sua actividade por um cenário que se estendeu pelas margens do Índico Ocidental (de Moçambique até Ormuz ou, eventualmente, até Cambaia), o que parece definir o exercício de todas estas armadas não é tanto a sua presença junto do Mar Vermelho – que, naturalmente, se impôs – mas, acima de tudo, a pressão exercida sobre a navegação com esse destino. Com efeito, isso mesmo se depreende já do *Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a Índia*, de 1500, ao incluir instruções explícitas para que "se com as naaos dos ditos mouros de Meca topardes no mar avees de trabalhar quanto poderdes por as tomar e de suas mercadaryas e cousas e asy mouros que nella vierem vos aproveytar como milhor poderdes e lhe fazerdes toda guerra e dapno que posãaes como a pessoas com quem tamta imizade e tam antyga temos"[215].

---

212 Cf., sobre as condições de navegação no Índico e, em particular, no golfo de Adém, Stephen Davies e Elaine Morgan, *Red Sea Pilot*, s.l., Imray Laurie Norie and Wilson Ltd., 2002, pp. 37-38.

213 Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 105.

214 Cf. Documentos, 14.

215 "Borrão de algumas folhas do regimento régio a conceder a Pedro Álvares Cabral para a Índia", in *Os primeiros 14 documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, edição de Joaquim Romero de Magalhães e Susana Münch Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999, p. 60.

Como é evidente, o corso sobre as *naus dos mouros de Meca* cumpria dois propósitos imediatos: proporcionava vantagens económicas para quem a ele se dedicasse – o que, naturalmente, também atraiu inúmeros aventureiros que, por sua conta e risco, entenderam praticá-lo[216] – e, por outro lado, ao disponibilizar recursos financeiros adicionais – como se infere do esforço das instâncias político-administrativas para o controlar[217] – contribuía, directa ou indirectamente, para o erário régio.

Contudo, o propósito maior perseguido por qualquer uma destas armadas, assim como por navios isolados, nesta região ou num espaço que se estendia até à costa do Malabar e ao estreito de Malaca[218], não podia ser mais claro: tratava-se, acima de tudo, de obstruir tanto quanto possível a navegação de e para o Mar Vermelho. Efectivamente, como as fontes narrativas o repetem amiudadas vezes[219] e o assinala, por exemplo, o *Regimento que levou D. Francisco de Almeida quando foi por capitão-mór para a*

---

216 Cf., por exemplo, "Carta ao rei [de Afonso de Albuquerque]. Expõe a necessidade de fornecer a India de mercadorias, por estar cerrada a bocca do Estreito...", de Cananor, 1 de Dezembro de 1513, in Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 164-165; João de Barros, *op. cit.*, III, p. 44; e *op. cit.*, IV, p. 510

217 Cf. Documentos, 3; "Regimento que levou D. Francisco de Almeida quando foi por capitão-mór para a India", de Lisboa, 5 de Março de 1505, in Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, II, pp. 286-288; "Regimento, que deu El-Rey D. Manuel a Fernão Soares, quando foi por capitão na Armada que passou á Índia (em 1507, dividida em tres capitanias, uma das quaes lhe pertencia)", in José Ramos Coelho, *op. cit.*, pp. 168-170; e "Carta ao rei [de Afonso de Albuquerque]. Expõe a necessidade de fornecer a India de mercadorias, por estar cerrada a bocca do Estreito...", de Cananor, 1 de Dezembro de 1513, in Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 164-165.

218 Cf. Vitorino Magalhães Godinho, Os Descobrimentos e a Economia Mundial, 2.ª edição correcta e ampliada, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1982, pp. 98, 104-105.

219 Cf., por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, I, pp. 270, 274, 290, 337, 406 e 414; *op. cit.*, II, pp. 73 e 168; e *op. cit.*, III, pp. 55 e 155.

Índia, de 5 de Março de 1505[220], D. Manuel entendia que "nenhuma outra cousa poderya mais importar a noso seruiço que teermos huma fortalleza na boqua do mar roixo ou perto delle, asy dentro como de fora homde milhor disposyçam pera ella ouuesse, por quanto por aquy se çarrava nam poderem mais pasar nenhuma especiaria a terra do soldam, e todos os da Imdya perderem a fantesya de mais poderem trautar senam comnosco"[221]. No mesmo sentido e nitidamente concertada com a sua prática no Índico, poderá ser compreendida também a actividade de corso ou pirataria empreendida por navios portugueses ou da ordem de São João de Jerusalém no Mediterrâneo Oriental. Particularmente intensa entre 1500 e 1522, esta actividade incidia aqui sobre a navegação que fluía por essa região e, especialmente, sobre aquela que era oriunda dos portos mamelucos[222].

Como se infere ainda do regimento mencionado antes, de uma carta de el-rei D. Manuel a D. Francisco de Almeida, presumivelmente de Março ou Abril de 1506[223], ou de tantas outras de Afonso de Albuquerque a el-rei D. Manuel (refiro-me, mais concretamente, a correspondência produzida entre 1508 e 1515, aludindo à sua intenção de ir ao Mar Vermelho, justificando o fracasso da ocupação de Adém ou os sucessivos adiamentos de

220 Cf. Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, II, pp. 272-334.

221 *Op. cit.*, II, p. 311.

222 Cf. último capítulo, intitulado *Informação, império e poder: Na senda de novas per via de Levante*, designadamente *Entre a fé e o império: o lugar do Mediterrâneo Oriental.*

223 Cf. "Carta del-rei D. Manuel para D. Francisco de Almeida, informando-o das instrucções que levavam Tristão da Cunha e Affonso de Albuquerque, ordenando-lhe a ida a Malaca, Ceylão, etc", s. l., s. d., in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, III, pp. 268-276.

acções nessa região[224]), a ocupação de Socotorá, em 1507[225], tal como o repetido desejo de que Adém ou qualquer outra posição "asy dentro como de fora"[226] do Mar Vermelho fosse ocupada, não se prende com outra coisa senão com o explícito desígnio de D. Manuel de "çarrar e tolher a emtrada do maar Roixo aos navios dos mouros que da India viessem"[227].

Aliás, convirá assinalar que a breve ocupação de Socotorá – como se sabe, abandonada em 1511[228] – foi claramente determinada, entre outras razões e como afirma D. Francisco de Almeida, precisamente por esta não "ser chaue da boca do estrejto"[229]. Ou, como também já dizia Gaspar da Gama, em carta a

---

224 Cf. "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Francisco de Almeida]. Dá conta do que passou com Coje Atar a respeito dos quatro christãos que haviam fugido para Ormuz...", no mar, 15 de Fevereiro de 1508, in Raymundo António Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 19; "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Participa a intenção de ir tomar Goa...", Cananor, 17 de Outubro de 1510, in *op. cit.*, I, p. 23; "Carta ao mesmo. Participa que mandou desfazer a fortaleza de Socotorá...", Cochim, 20 de Agosto de 1512, in *op. cit.*, I, pp. 76-78; "Outro [Mandado de Afonso de Albuquerque] para o dito feitor dar a seis pilotos e rubães mouros, que vão com o capitão-mor para o estreito de Meca...", Goa, 26 de Abril de 1514, in *op. cit.*, II, pp. 122-23; "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Refere-se à carta em que deu conta da sua intenção de ir ao Mar Roxo para assentar em Maçuá, porto do Preste João, ganhar Dalaca, e apalpar Judá...", Goa, 25 de Outubro de 1514, in *op. cit.*, I, pp. 325-326; e "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a el-Rei]. Refere-se às razões que já havia dado para ir antes a Ormuz que ao Estreito...", Ormuz, 22 de Setembro de 1515, in *op. cit.*, I, pp. 370-371.

225 Cf. "Carta del-rei D. Manuel para D. Francisco de Almeida, informando-o das instrucções que levavam Tristão da Cunha e Affonso de Albuquerque, ordenando-lhe a ida a Malaca, Ceylão, etc", s. l., s. d., in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, III, p. 269.

226 *Op. cit.*, II, p. 311.

227 "Carta de el-rei D. Manuel ao arcebispo de Braga, dando-lhe conta do que Tristão da Cunha fez na India", de Alcochete, 19 de Junho de 1508, in *op. cit.*, II, p. 421.

228 Cf. José Pereira da Costa, *op. cit.*, pp. 12-15.

229 "Carta do vice-rei, D. Francisco de Almeida, a Affonso de Albuquerque, sobre a conveniencia de ser demolida a fortaleza de Socotora, e mostrando o erro de ter-se

el-rei D. Manuel: "sempre afyrmei a vossa Alteza, quando quisese fazer alguma fortaleza, que ha mandase fazer na boca do estreito, ou dentro, e não em cecotora, por amoor que eu sabia certo que cecotora nam avya enhum proueito nella, por amor que cecotora nam he pera envernar nenhuma nao llaa, e querendo deus nom mandar que halguma nao faça agoa, nom na podem remedear llaa, e quando quiserem dizer, por causa da fortaleza que esta em cecotora, que querem defender que nom venham naos de meca pera a imdea, tambem nam poder (*?*), que ho mar he muito larguo, e as naos de meca bem podem vyr que as nosas as nom vejam, como fezeram estanno que pasarão oito naos de meca e dadem pera a indea, e duas delas chegarão a calecu, e as outras entraram na costa de dabull; asim senhor eu nom vejo nenhum proveito na fortaleza de cecotora"[230].

Ao encontro da prática de corso sobre a navegação das *naus dos mouros de Meca* e cumprindo aquilo que se me afigura como parte do mesmo plano, António de Saldanha, enquanto *capitão-mor da Arábia e Pérsia*, e Lopo Soares de Albergaria empreenderam uma destruição sistemática e recorrente de algumas povoações situadas nas margens do golfo de Adém. Tal foi o caso do primeiro, em 1504, ao cuidar de varejar com artilharia Mete[231]; em 1518, tratando de queimar Barborá[232]; em 1519, repetindo o feito e queimando Zeila[233]; e de Lopo Soares de Albergaria, em 1517, ao

---

abandonado a guarda do Estreito pela conquista de Ormuz", s.l. e s. d., in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, III, p. 242.

230 "Carta de Gaspar da India a el-rei D. Manuel, lamentando ter-se feito uma fortaleza em Socotora...", s. l., [*1507*], in *op. cit.*, III, p. 195.

231 Cf. Alexandre Lobato, *op. cit.*, pp. 23-24.

232 Cf. *op. cit.*, pp. 79-80.

233 Cf. *op. cit.*, p. 83.

destruir Zeila[234]. Como se depreende das frequentes alusões das fontes disponíveis a navios carregados de mantimentos para Adém ou Judá provenientes de Zeila ou Barborá[235], tais acções visavam não só causar danos a essas cidades mas, acima de tudo, perturbar o fluxo comercial que circulava por essas paragens ou, por outras palavras, perturbar a actividade comercial dos *mouros de Meca*.

Em qualquer circunstância, ao perseguir incessantemente tal propósito, o de "çarrar e tolher a emtrada do maar Roixo"[236], o objectivo último de D. Manuel, repetido vezes sem conta, passava por causar danos consideráveis ao império Mameluco (presumindo que a sua prosperidade assentava no trato das drogas e especiarias) e, dessa feita, abrir caminho para o seu tão almejado sonho de destruição do Islão e de reconquista da Terra Santa. Como é evidente, ao insistir neste seu propósito (como se infere das notícias que desde muito cedo começaram a chegar a Lisboa, designadamente sobre o movimento dos portos mamelucos ou sobre a quantidade de especiaria e preços desta em Veneza[237]) D. Manuel cuidava também de favorecer, em detrimento do Levante, a ligação

234 Cf., por exemplo, João de Barros, *op. cit.*, III, pp. 35-37.

235 Cf. "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a el-rei]. Dá conta das obras que se fazem na armada e na fortificação de Goa á partida das naus de carga...", de Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, I, p. 223; Duarte Barbosa, *op. cit.*, pp. 89-91 e 114; e João de Barros, *op. cit.*, II, p. 367 e p. 376.

236 "Carta de el-rei D. Manuel ao arcebispo de Braga, dando-lhe conta do que Tristão da Cunha fez na India", de Alcochete, 19 de Junho de 1508, in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, II, p. 421.

237 Cf., por exemplo, Documentos, 12; e "Carta enviada a António Carneiro por um mercador florentino que veio a Valença, na qual lhe dá notícias da Alexandria", s. l., 10 de Agosto de 1522, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 240-241.

comercial pelo Cabo da Boa Esperança, dilatando assim o espaço de intervenção económica da coroa portuguesa[238].

Como é sabido, satisfazendo as insistentes solicitações de D. Manuel para que esse propósito fosse cumprido, Afonso de Albuquerque empreendeu, em 1513, uma vã tentativa de conquista de Adém[239]. Alguns anos mais tarde, em 1517, Lopo Soares de Albergaria, à frente de uma poderosa frota e estando junto dessa cidade, por razões um tanto obscuras escusou-se a aceitar a sua submissão[240].

A propósito da malograda tentativa de conquista de Adém por Afonso de Albuquerque, Vitorino Magalhães Godinho sugere que "o estado de espírito dos fidalgos e da tropa traduz profunda aversão por uma instalação duradoura nessas regiões inóspitas e constantemente ameaçadas. Adém não foi tomada porque os fidalgos recusaram entrar na cidade embora a passagem estivesse franqueada e a resistência reduzida à impotência; no regresso nem sequer quiseram atacar os navios e o porto, com receio de se verem arrastados para uma operação que acabasse por tomar a cidade. Era certamente muitíssimo mais proveitoso cruzar todos os anos 'às presas' do que aí permanecer, porquanto Adém não era uma Ormuz

---

238 Sobre este assunto, *vide* Luís Filipe Thomaz, "L'idée imperiale manuéline" in *La Decouverte, Le Portugal et L'Europe. Actes du Colloque (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 44.

239 Cf. "Carta ao mesmo [de Afonso de Albuquerque a D. Manuel]. Dá conta das obras que se fazem na armada e fortificação de Goa à partida das naus de carga...", Cananor, 4 de Dezembro de 1513, in Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *op. cit.*, I, pp. 199-243; e Brás Afonso de Albuquerque, *Comentarios de Afonso de Albuquerque*, 5.ª edição conforme a 2.ª edição, de 1576, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, tomoII, parte IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 6-29.

240 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 885; João de Barros, *op. cit.*, III, p. 19; Gaspar Correia, *op. cit.*, II, pp. 489-490; e Damião de Góis, *op. cit.*, IV, pp. 35-36.

nem Malaca do mar Roxo"[241]. Um pouco mais à frente, referindo-se à expedição de Lopo Soares de Albergaria ao Mar Vermelho, o mesmo autor acrescenta: "Se certos aspectos da empresa de Albuquerque em 1513 são dificilmente explicáveis, a de Lopo Soares, quatro anos depois, constitui, no seu desenrolar, um mistério completo. O passado do governador não permitia prever tal incapacidade e erros tão monstruosos. Porque é que, em especial, recusou a ocupação de Adém, oferecida sem desfechar um tiro? Porque é que os capitães não supriram, a bem ou a mal, a incompetência, ou má fé, demasiado evidentes, do governador? É-se levado a pensar que uma fortíssima corrente de opinião, entre os Portugueses da Índia, não queria o encerramento do mar Roxo. Voltamos ao que dissemos a propósito do predecessor. Não estaria número excessivamente elevado de interesses excessivamente poderosos ligado ao tráfico da Meca?"[242].

Na verdade, muito embora as fontes disponíveis – tanto mais tratando-se de fontes narrativas, ou seja, de um modo geral, de fontes que veiculam a perspectiva oficial – não sustentem nem contrariem a sugestão de Vitorino Magalhães Godinho, esta afigura-se-me de facto plausível. Contudo, não pondo em causa uma alegada oposição às directrizes de D. Manuel na prossecução desse seu propósito por parte de todos quantos se dedicavam a fazer presas sobre as *naus dos mouros de Meca*, creio que outros motivos podem ser aduzidos para explicar a dita resistência ou oposição.

Com efeito, parece-me desde logo razoável notar que a esterilidade associada ao Mar Vermelho, definindo-o como um lugar

241 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª edição correcta e ampliada, III, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 108.

242 *Op. cit.*, III, p. 111.

intrinsecamente desinteressante do ponto de vista económico[243], não o tornava particularmente apelativo a qualquer tipo de fixação que extravasasse a sua função enquanto espaço de circulação de pessoas e mercadorias. Assim, diria que a resistência às directrizes de D. Manuel poderá ter incluído não apenas aqueles que estavam interessados em fazer presas mas também tantos outros que simplesmente não reconheciam qualquer vantagem na fixação numa área cujo interesse económico se esgotava no seu papel enquanto caminho do comércio com o Levante.

A isto acresce que, se do ponto de vista ideológico, político e militar o Mar Vermelho é, nos primórdios do século XVI, indissociável de Meca e do Islão, uma fixação no mesmo não podia deixar de ser entendida ao tempo, quer pela coroa portuguesa quer por aqueles que a serviam, como um importante passo na concretização dos projectos manuelinos de destruição do Islão e de reconquista da *Terra Santa*. Como é evidente, entendido desse modo, qualquer propósito de fixação no Mar Vermelho contaria imediatamente com a resistência ou oposição de sectores políticos que a este se mostravam definitivamente avessos[244].

Em suma, aquilo que determinou o fracasso de qualquer propósito de fixação portuguesa no Mar Vermelho terá sido aquilo que, também na perspectiva portuguesa e desde os primórdios do século XVI, define a identidade dessa região, a saber, uma região entendida como um espaço de encontro entre o Oceano Índico e o

---

243 Cf., por exemplo, Duarte Barbosa, *op. cit.*, I, pp. 86-117; e Tomé Pires, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Rui Manuel Loureiro, s. l., Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 57-61.

244 Cf. Luís Filipe Thomaz, "A 'Política Oriental' de D. Manuel I e suas contracorrentes " in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, s.d., pp. 199-200.

Mar Mediterrâneo, inexoravelmente indissociável de um espaço de confronto com o Islão. Dir-se-ia, pois, que definitivamente afastada qualquer possibilidade de uma acção que tivesse como objectivo a destruição do Islão, acção essa identificada como anacrónica ou irrealizável, o Mar Vermelho não podia deixar de ser concebido, na perspectiva da coroa portuguesa, essencialmente como uma *porta*. Essa porta impunha-se vigiar atentamente. Tratava-se tão-somente da *porta das traseiras do Estado da Índia*!

.

III

Informação, império e poder: Na senda de *novas per via de Levante*[*]

O Soldão, porque pera a armada que ordenava fazer não tinha madeira, por a não haver naquelas partes do Egipto, per meio (segundo se disse) dos venezeanos houve a das montanhas de Escandalor, que eram do Estado do Turco, com quem ele então estava em rompimento de guerra. Da passagem da qual madeira pera Egipto foi el-Rei D. Manuel avisado, ante da partida de Lopo Soares pera a Índia; porque um Fr. André, cavaleiro da Ordem de S. João de Rodes, de nação português, que era conservador da mesma Ordem, que por parte del-Rei D. Manuel fazia lá as cousas deste reino, lhe mandou esta nova. E mais que o Soldão, indinado, de quam mal sucedeu à sua armada na Índia, fazia grandes tiranias e males aos cristãos da Europa que andavam naquelas partes, quási como quem queria fazer verdadeiro o que tinha escrito ao Papa per o Padre Fr. Mauros, que veo a este Reino (como atrás escrevemos). Sobre o qual negócio el-Rei D. Fernando de Castela mandou a este Soldão Pedro Mártir, segundo ele conta em um tratado que fez desta sua peregrinação, que anda impresso com suas obras, e estas mesmas cousas escreveu à Religião de Rodes um cavaleiro da Ordem, chipriano de nação, que também andava no Cairo; e assi os padres do Mosteiro de Santa Caterina de Monte Sinai.

---

* Este texto reproduz, *grosso modo*, os seguintes artigos já publicados: António Manuel Lázaro (com a colaboração de Vassilikí Krávari e Luís Filipe Thomaz), "Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco (Edição diplomática, crítica, tradução e comentário)" in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, dir. de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 349-380 e António Manuel Lázaro, "'Novas do turco sam viindas per vya de Rodes' - Algumas notas sobre a circulação de informação no princípio do século XVI" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 383-411.

As quais novas, vindas per tantas mãos, não somente deram aviso a el-Rei D. Manuel pera melhor prover nas cousas da Índia, mas ainda foram causa que a mesma Religião de Rodes fez ua armada maior das que ordinariamente fazia cada ano, a capitania da qual deu ao dito Fr. André, conservador, que depois foi Bailio da Ordem neste reino, dinidade principal entre eles. Em a qual armada entravam seis naus, quatro galés e seiscentos homens de peleja, e, na passagem da madeira da Grécia pera Egipto, deu-lhe tal vitória contra a armada do Soldão, que, sendo vinte cinco velas, em que iam oitocentos mamelucos e outros mil homens de peleja, lhe meteu cinco no fundo do mar, e tomou seis, em que lhe matou trezentos mamelucos. E afora esta obra, que Fr. André fez per si, um temporal, que depois deu em as naus que ficaram, foi tal, que somente escaparam dez. Parece que, como esta armada era contra portugueses, quis Deus que um capitão português começasse a primeira destruição dela.

João de Barros, *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, 6.ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernani Cidade e com notas históricas finais de Manuel Múrias, Década III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 24.

Copia dé la lettera del capitano dé la grande armata turchesca translatata in greco

No Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, em Lisboa, encontra-se um pequeno documento, actualmente com a referência *Fragmentos*, Caixa 2, Maço 2, n.º 76, o qual, estando redigido em caracteres gregos, atraiu o meu olhar[1]. Aliás, se foi o facto de utilizar caracteres gregos que suscitou a minha curiosidade,

1 A utilização da documentação dos *Fragmentos* e do *Núcleo Antigo*, impõe o recurso à obra *Núcleo Antigo: Inventário*, elaborado por Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha e Maria de Fátima Dentinho Inglês do Ó Ramos, Lisboa, A.N./ T.T., 1996 e ao texto de Maria José da Silva Leal, " Fundos de Arquivo ", *Nova História*, n.º 1, Junho de 1984, pp. 144-150. No que diz respeito a este último, se é verdade que a reorganização dos *Fragmentos* lhe retirou alguma utilidade, mantêm-se a pertinência da sua utilização como forma de ter acesso a uma descrição geral do seu conteúdo.

ao observar o que estava escrito em duas pequenas notas colocadas *a posteriori* no verso do mesmo, o meu interesse cresceu significativamente. A primeira nota, em escrita processual[2], presumivelmente do princípio do século XVI, diz o seguinte: "outra copia em latim da carta do capitam do turco"[3]. A segunda, naquilo que parece ser uma *lettera cancelleresca*[4], da mesma época da anterior, diz: "Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco". Tratava-se então de uma cópia de uma carta de um capitão turco, e mais, uma carta de um capitão turco, em caracteres *gregos*!

Afastada a possibilidade, concebida como pouco plausível, de se tratar de um qualquer exercício pueril – dado saber-se que a chancelaria otomana produziu documentos em grego ou fez acompanhar documentos em turco de transcrições utilizando esses caracteres e sendo ainda notório que o grego funcionou como língua diplomática no Mediterrâneo Oriental –, o facto de se tratar de uma carta de um capitão turco, em caracteres gregos, não só definia, implicitamente, a possibilidade de o destinatário ou os

2 A propósito da escrita humanista, cf. A. H. de Oliveira Marques, "Paleografia", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., pp. 532-533; e Elisa Ruiz García, "La escritura humanística y los tipos gráficos derivados ", in Angel Riesco Terrero, *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*, Madrid, Editorial Síntesis, 2000, pp.149-176.

3 O sentido desta nota, estando no verso de uma carta registada em caracteres gregos, parece-me um tanto ou quanto obscuro. A única forma de lhe conferir inteligibilidade passa por considerar uma de duas soluções: ou quem a lavrou não reconheceu os referidos caracteres ou a missiva a que se refere vinha acompanhada de uma tradução em latim, entretanto perdida.

4 Cf. Elisa Ruiz García, *op. cit.*, pp.171-172.

destinatários do referido texto serem cristãos como também, de algum modo, lhe conferia autenticidade[5].

A partir desse momento, perante um tão limitado mas sugestivo conjunto de dados, fui acometido por um turbilhão de interrogações: Estaria esta carta escrita em língua grega? Quem, mais precisamente, a teria escrito? Em que contexto? Qual o seu destinatário?

Como é evidente, o caminho a percorrer para dar resposta às interrogações colocadas anteriormente, corroborando ou desmentindo a escassa informação proporcionada pelas notas no verso deste documento[6], passava pela sua análise e, necessariamente, pela sua tradução. Confirmado que se tratava de um texto em grego, esta última tarefa – que eu próprio não poderia transpor – foi desenvolvida por Vassilikí Krávari, responsável pela

---

5 Sobre a utilização da língua ou dos caracteres gregos pela chancelaria otomana, nomeadamente nos documentos de natureza diplomática, *vide* J. Reychmann e A. Zajaczkowski, "Diplomatic", in C. E. Bosworth, E. van Doncel, H. A. R. Gibb, W. P. Heinrichs, J. H. Kramers, G. Lecomte, E. Lévi-Provençal, B. Lewis, V. L. Menaje, Ch. Pellat, J. Schacht (dir.), *The Encyclopaedia of Islam*, nova ed. em *cd-rom,* vol. II, Leiden, E. J. Brill, 2002, pp. 301b e ss; e Hans Theunissen, "Ottoman-Venetian Diplomatics: The *'Ahd-Names*. The Historical Background and the Development of a Category of Political-Commercial Instruments together with an annotated edition of a Corpus of relevant documents ", *Electronic Journal of Oriental Studies*, I, n.º 2, 1998, pp. 328-329.

6 A propósito de uma análise externa deste documento, impõe-se referir, não foi possível encontrar, entre os recursos bibliográficos utilizados, elementos que permitam identificar a sua marca-de-água. Não obstante, constituída por um crescente de pontas viradas para cima, sobrepujado por uma estrela de seis pontas, por sua vez inserido numa circunferência com 40mm de diâmetro colocada a 130mm do topo e a 100mm da margem direita, esta marca-de-água revela algumas semelhanças com outras do século XV cf. C. M. Briquet, *Dictionaire Historique des marques du papier des leur apparition vers 1282 jusqu'en 1600 avec 39 figures dans le texte et 16, 112 fac-similés de filigranes*, Tome Deuxième, Deuxième edition, Leipzig, 1923, n.º 5214, 5345, 5346 e 5347.

edição diplomática e crítica, complementada por Luís Filipe Thomaz, autor da tradução para português[7].

Se, na sequência da sua tradução, se seguiu algum desapontamento – o documento era omisso no que diz respeito a qualquer assinatura ou selo, não constava nele qualquer referência clara nem ao seu autor, nem ao seu destinatário e, finalmente, não estava datado – , uma análise mais atenta do seu conteúdo, como veremos a seguir, viria a dar resposta a algumas interrogações[8].

Em primeiro lugar, e no que respeita à identificação do seu autor, o protocolo inicial, reproduzindo a profissão de fé islâmica – "Primeiro, Deus é um [só], e depois Mafamede, dito também Mustafá, é um justo profeta"[9] – sugere, de uma forma clara, que esta carta foi escrita por um muçulmano. Mas, para além da referida profissão de fé, ao longo de todo o texto são comuns as expressões exaltando a fé islâmica – "aos maometanos ajuda-os Deus"[10] –, as metáforas – "os Árabes e os Persas como um grão de mostarda estão na concha da sua bendita mão"[11] – e os insultos – "Infiel imbecil, maldito imbecil, cão imbecil, se houvesse uma ordem da parte de meu rei, essa tua pocilga, enchê-la-ia com os sapatos velhos de meus remeiros"[12] –, os quais só adquirem pleno sentido

---

7 Cf. António Manuel Lázaro (com a colaboração de Vassilikí Krávari e Luís Filipe Thomaz), "Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco (Edição diplomática, crítica, tradução e comentário)" in *op. cit.*, pp. 363-370

8 Cf. a tradução do aludido documento em anexo, 40.

9 *Ibidem*. Cf. D. Gimaret, "Shahada ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, Vol. IX, p. 201a.

10 *Ibidem*.

11 *Ibidem*. A propósito do uso metafórico do grão de mostarda, tal como no *Novo Testamento*, expressão de ínfima quantidade ou valor, cf. *Le Coran*, trad. e notas de Albin de Biberstein Kazimirski, Paris, Editions Garnier Fréres, 1981, XXI-48 e XXXI-15.

12 Documentos, 40.

sendo produzidos num contexto islâmico, o que revela, sem margem para dúvidas, que este texto foi produzido por um muçulmano[13].

A isto poderemos ainda acrescentar, esclarecendo mais alguma coisa sobre o seu autor, que este se tratava de "um pequeno servidor" [14] de alguém a quem ele próprio se refere, numa passagem particularmente elucidativa, dizendo – "No tempo presente, porém, o cutelo dos muçulmanos foi dado ao rei filho do rei, el-rei Selim Cã; e que Deus lhe dê ajuda, como imperador que é do mundo" [15]. Este *imperador* trata-se, evidentemente, quer pelo nome quer pela forma de tratamento que lhe é dado, de um sultão otomano[16]. Sendo portanto o autor desta carta um *servidor* da *Sublime Porta*, como a servia ele? O texto é igualmente claro. Para além das referências constantes ao cenário marítimo em que se desenrolaram as acções que, na perspectiva de quem o escreveu, justificam implicitamente as suas terríveis ameaças, o autor faz referência, de forma explícita, às "minhas galeras" [17] e aos "meus remeiros" [18]. Em suma, podemos concluir que o autor desta carta foi um muçulmano, capitão de uma armada ao serviço de um sultão otomano.

Antes de voltarmos a um reconhecimento mais preciso do autor desta carta, vejamos agora o que este documento nos diz sobre o seu destinatário. Em primeiro lugar, não deixa de ser interessante

---

13 Sobre o porco e o cão como animais impuros e ainda sobre a utilização de expressões associadas a estes como epítetos aviltantes para os cristãos *vide* F. Vire, " Kırd ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. V, pp. 131a e ss.; F. Vire, " Kalb ", in *op. cit.*, vol. IV, pp. 489b e ss.; F. Vire, " Khınzīr ", in *op. cit.*, vol. V, pp. 7b e ss.

14 Documentos, 40.

15 *Ibidem.*

16 Cf. J. H. Kramers, " Sultān ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IX, pp. 849a e ss.; J. A. Boyle, " Khākān ", in *op. cit.*, vol. IV, pp. 915a e ss.; B. Lewis, "Khādım al-Haramayn ", in *op cit.*, vol. IV, pp. 899b e ss.

17 Documentos, 40.

18 *Ibidem.*

verificar que, na sequência da profissão de fé, logo no início, seja enunciado "e Jesus, servo do Grande [Deus], também é justo profeta, e Maria, a [sua] Mãe, é serva de Deus" [19]. Na verdade, trata-se de uma passagem particularmente elucidativa, porque sendo dispensável num texto dirigido a qualquer muçulmano – reafirmando a ortodoxia doutrinária islâmica [20] e, por isso, confirmando uma vez mais que esta carta foi escrita por um muçulmano – constitui um indício claro de que se dirige a um cristão. Em segundo lugar, numa outra passagem, o mesmo capitão turco, dirigindo-se ao seu interlocutor, acrescenta – "E estas minhas palavras faz por mandá-las aos teus superiores, os cães filhos do cão, o vosso papa e todos os vossos reis, que em tempo breve terão mágoa em seus corações e corda para o seu pescoço" [21]. Ou seja, podemos daí extrair, o destinatário desta carta era, indubitavelmente, não só cristão mas, mais precisamente, cristão de obediência romana.

Ainda a propósito de uma identificação do destinatário desta mensagem, circunscrevendo as opções disponíveis, igualmente elucidativa é a proposta por parte do referido capitão turco, para que o ponto de encontro com o seu émulo, para o que desse e viesse, fosse a ilha de Leros[22]. Efectivamente esta referência geográfica é particularmente sugestiva porque esta ilha do Dodecaneso não só fez parte dos domínios de uma ordem militar e religiosa mas também porque, jazendo nos limites fronteiriços do seu território, constituía

---

19 *Ibidem.*

20 A propósito do significado de Jesus e de Maria no seio do Islão e, em particular, da fórmula expressa nesta carta vide *Le Coran*, II-81, II-130, II-254, III-37-48, IV-155-158, IV-160, IV-169-170, V-19, V-50, V-76-79; G. C. Anawati, " 'Īsā " in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IV, pp. 81a e ss.; A. J. Wensinck e Penelope Johnstone, " Maryam ", in *op cit.*, vol. VI, pp. 628b e ss.;

21 Documentos, 40.

22 *Ibidem.*

um espaço claramente ajustado – como é o caso – ao encontro ou confronto entre essa ordem militar e o seu poderoso vizinho turco[23].

Se, para além de tudo isto, considerarmos ainda três outros trechos desta carta, mais ou menos obscuros em abstracto mas assumindo particular significado no contexto que já podemos adivinhar, tudo parece fazer sentido. Numa primeira passagem, afirmando a dado momento "se nem a grande ordem de meu senhor vier, sempre para que eu não incomode essa ilha" [24], o seu autor revela que esta mensagem se dirige a alguém que detém o domínio de uma ilha e, ao mesmo tempo, confessando que o seu *senhor* terá dado ordem para que a referida ilha não fosse molestada, também sugere a existência de um qualquer tipo de pacto, definindo um *modus vivendi* entre a *Porta* e esse seu interlocutor. Na segunda passagem, vaga mas profundamente esclarecedora, ao acrescentar "É possível que penses também nisto: que se não vamos a essa pocilga em que estás aí em cima é [receando] que acaso a não possamos tomar"[25] o referido capitão dá conta da natureza do refúgio do seu adversário, uma poderosa fortaleza, uma tão poderosa fortaleza que poderia ser concebida pelos seus defensores como inexpugnável. Finalmente, no meio de uma outra passagem, singularmente insultuosa, ao afirmar "E tu, que és um cão sarnento dum redil, cão e filho de cão, cão da danação, e denominas-te grande e mostras-te cão em tempo de um tal senhor"[26], o autor revela mais alguma coisa sobre aquele que é objecto dos seus insultos. Tratar-se-ia de alguém que se intitulava *grande* ou, por

23 Cf. Nicolas Vatin, *Rhodes et l'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem*, "Patrimoine de la Méditerranée", Paris, CNRS Éditions, 2000, pp. 13-15.

24 Documentos, 40.

25 *Ibidem.*

26 *Ibidem.*

outras palavras, grão. Por tudo o que foi dito, podemos concluir, portanto, que o destinatário desta carta não pode ser outro senão um grão-mestre da ordem militar e religiosa que fez de Rodes a sua sede, ou seja, da Ordem de São João de Jerusalém ou do Hospital[27].

Já vimos que esta carta terá sido escrita por um capitão ao serviço de um sultão otomano e que se destinava a um grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, em Rodes. Vejamos seguidamente – e contribuindo também para uma melhor identificação do autor desta carta e do seu destinatário – o que podemos concluir sobre o momento em que foi escrita. Em primeiro lugar, sabendo que esta carta se dirige a um grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém e que esta ordem militar fez de Rodes a sua sede desde 1306 até 1523, podemos concluir, obviamente, que este texto é anterior a esta última data. Em segundo lugar, como já o dissemos anteriormente, esta carta foi escrita ao tempo de um sultão otomano cujo nome é mencionado no texto, Selim. Sabendo que Selim I foi senhor do império otomano entre 24 de Abril de 1512 e 21 de Setembro de 1520 e que o segundo soberano deste nome nasceu a 30 de Maio de 1524, podemos afirmar que esta carta, sendo anterior a 1523, foi indubitavelmente produzida sob o governo de Selim I, ou seja, entre 1512 e 1520[28].

Finalmente, pretendendo delimitar de uma forma mais precisa o contexto cronológico em que foi produzido este texto, uma outra passagem nos surge como particularmente reveladora. Refiro-me ao momento em que o autor, exaltando o seu senhor, Selim I, afirma –

---

27 Cf. Nicolas Vatin, *op. cit.*, pp. 10-13 e p. 107.

28 Cf. Halil İnalcik, " Selım I ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IX, pp. 127a e ss.; Christine Woodhead, "Selım II " in *op cit.*, vol. IX, pp. 131b e ss.

"e senta-se no trono de José, a quem Deus guarde"[29]. Na verdade, referindo-se a Selim I como senhor do *trono de José*, isto é, do Egipto[30], o autor deixa perceber que a sua carta não pode ter sido escrita em data anterior a 22 de Janeiro de 1517, ou seja, quando se tornou claro, na sequência da batalha de *al-Raydaniyya*, que a vitória otomana sobre os mamelucos já não tinha regresso[31]. Sendo assim, circunscritos os limites cronológicos em que esta mensagem pode ter sido produzida – em data posterior a 22 de Janeiro de 1517 e anterior a 21 de Setembro de 1520 – e sabendo nós dirigir-se a um grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, podemos já identificar o seu destinatário, só pode tratar-se de Frei Fabrizio del Carretto[32].

Em suma, uma análise desta carta tornou possível, por um lado identificar o seu destinatário e, por outro lado, circunscrever, ainda que de um modo menos preciso, as opções que definem o seu autor e o contexto cronológico em que foi produzida. Neste momento, exauridas as possibilidades de utilização deste documento para esclarecer, de uma forma definitiva, estas últimas questões – e a esse propósito recordo o expressivo aforisma *Dare nemo potest quod non habet, neque plusquam habet* – resta-me, para dar satisfação a esse intento, a possibilidade de explorar alguma

---

29 Documentos, 40.

30 Esta é uma fórmula que, conferindo um lugar de grande relevo a José do Egipto, distinguindo-se da versão bíblica, surge indissociável da tradição islâmica cf. *Le Coran*, XII e, em particular, XII-100-101.

31 A propósito da conquista do Egipto pelos otomanos e do significado da batalha de *al-Raydaniyya* vide P. M. Holt, " Mamlūks ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. VI, pp. 321a e ss.; V. Haarmann, "Mısr", in *op cit.*, vol. VII, pp. 146 a e ss.; Halıl İnalcik, *loc. cit.*; Stanford Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, repr. 1991, pp.83-85.

32 Cf. Gottardo Bottarelli e M. Monterisi, *Storia Politica e Militare del Sovrano Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme detto di Malta*, vol. II, Milão, Fratelli Bocca Editori, s.d. , p. 270.

bibliografia, designadamente, aquela que se refere à presença da Ordem de São João de Jerusalém em Rodes[33].

Efectivamente, a utilização de alguns desses recursos bibliográficos revelou-se particularmente importante não só, como seria previsível, para elucidar alguma coisa sobre o contexto histórico em que se desenrolaram os acontecimentos a que o texto faz menção mas, mais concretamente, para esclarecer as questões enunciadas anteriormente ou apontar pistas nesse sentido. Neste sentido, como veremos a seguir, assumiu lugar de destaque a obra incontornável de Nicolas Vatin, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*[34].

Num outro contexto de análise, nomeadamente a propósito da posição da Ordem de São João de Jerusalém e da percepção por parte desta da fragilidade da sua posição face às alterações que se produziam no cenário geopolítico do Mediterrâneo Oriental – consubstanciadas na destruição do império mameluco e na ascensão do império otomano ao lugar de potência dominante nessa região –, Nicolas Vatin refere-se a um curioso episódio que ocorreu na Primavera de 1517. Diz-nos o autor que, no contexto da campanha conduzida por Selim I no Egipto, aproximando-se de

---

33 Entre os recursos bibliográficos utilizados podemos distinguir as seguintes obras: Giacomo Bosio, *Dell'Istoria della sacra religione et ill.ma militia di San Giovanni Gierosolomitano*, 3 vols., Roma, Guglielmo Facciotto, 1594-1602; Gottardo Bottarelli, *op. cit.*; Eric Brockman, *The Two sieges of Rhodes: The Knights of St. John at War (1480-1522)*, New York, Barnes & Noble, 1995; Juan Agustin de Funes, *Coronica de la ilustrissima milicia y sagrada religion de San Juan Bautista de Jerusalem*, 2 vols., Valencia, Miguel Sorolla, 1626-1639; A. Sutherland, *The Knights of Malta*, Edinburgh, 1830; R. A. Vertot, *Histoire des chevaliers hospitaliers de S. Jean de Jerusalem*, 4 vols., Paris, Rollin, 1726.

34 Nicolas Vatin, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1994.

Rodes uma poderosa armada turca que de Constantinopla se dirigia para Alexandria, o almirante turco que assumia o comando dessa armada enviou uma mensagem ao grão-mestre dos Hospitalários[35]. Logo a seguir, referindo-se a esta carta, o autor acrescenta: "une lettre de menace dont Sanudo fournit une 'copie '. On peut douter que ce texte insultant et d'une rare violence constitue une traduction fidèle de l'original. Mais l'esprit, sinon la lettre, a dû être à peu près préservé : parlant en son propre non (et non en celui du Sultan), Ca'fer Aġa[36] reprochait au Grand-Maître la piraterie qu'il pratiquait ou protégeait, exigeait en signe de bonne volonté la libération d'un certain nombre de prisonniers, et annonçait d'inquiétants projets" [37].

Como é óbvio, a descrição da carta aduzida por Nicolas Vatin, ainda que um tanto ou quanto concisa, ajusta-se claramente ao conteúdo daquela que agora é objecto de análise. Outrossim, o mesmo autor, em nota de rodapé, ao apresentar algumas breves linhas da carta recolhida por Sanuto, acrescentaria a essa coincidência a revelação de uma notável semelhança entre estes dois textos que dificilmente poderia ser expressão do simples acaso[38]. Impunha-se, portanto, verificar a aludida similitude, trazendo à colação o documento que nos ocupa e a referida carta, intitulada *Copia di la letera dil Capitano di l'armata turchesca, scrita al Gran Maistro di Rodi* e recolhida nos *Diarii* de Marino Sanuto[39]. Tal

35 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 324.

36 Dja'far Agha. A discrepância na forma como este nome aparece registado resulta da adopção de diferentes critérios de transliteração que, no caso deste texto, distinguindo-se de Nicolas Vatin, segue C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*

37 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 324.

38 *Ibidem.*

39 Marino Sanuto, *I Diarii*, ed. por Rinaldo Fulin, Frederico Stefani, Nicolò Barozza, Guglielmo Berchet e Marco Allegri, tomo XXIV, Venezia, Marco Visentini, 1889, coll.440-441.

tarefa, com efeito, viria a revelar de forma inequívoca – e não obstante as inevitáveis interferências inerentes a um qualquer processo de tradução – que estes dois textos eram, nem mais nem menos, duas versões da mesma carta[40]. Aliás, o mesmo é corroborado por uma outra carta recolhida por Marino Sanuto que podemos encontrar junto da primeira e cujo conteúdo é profundamente esclarecedor. Trata-se, esta segunda carta, de uma missiva de Frei Fabrizio del Carretto para o Papa Leão X, enviada de Rodes com data de 29 de Maio de 1517, que se debruça sobre a grave ameaça que se abatia sobre os Hospitalários, fazendo apelo ao socorro da Cristandade[41]. Nela, a propósito da presença de uma poderosa armada turca nas proximidades de Rodes, o referido grão-mestre afirma: "cujus praefectus, qui eunucus est natione bossinus, statim litteras per suum nuntium ad me misit, quas Vestrae Sanctitati destino una cum translationibus greca et italica lingua, ut cognoseat quot hujus barbarae nationis saevum et insolens ingenium equo nomine canes christianos taxet, et quantum ipsos existimet et quid contra eos machinetur"[42]. Desta passagem podemos portanto concluir, sem grande margem para dúvidas, que o texto que nos ocupa – identificado numa pequena nota a que já fizemos alusão como "Copia dé la l*ete*ra del capitanno dé la gra*n*dé armata turchesca translatata in greco" – não é, de facto, outra coisa senão a versão grega daquele que podemos encontrar nos *Diarii* de Marino Sanuto acompanhando uma carta do grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém.

---

40 Cf. *ibidem*.

41 Agradeço a Virgínia Soares Pereira a disponibilidade e a generosa ajuda que me prestou ao traduzir alguns trechos desta carta, tal como ao esclarecer algumas dúvidas no que diz respeito à sua interpretação.

42 Marino Sanuto, *op. cit.*, XXIV, col. 437.

Voltando à questão do reconhecimento do autor e do contexto cronológico em que foi produzida a carta em análise, podemos agora constatar que estamos muito próximo de cumprir o nosso desígnio. Se é verdade que a versão italiana desta carta, apresentada por Sanuto, nada traz de novo no que diz respeito à definição da respectiva autoria e data, junto dela – como já referi – encontra-se uma outra carta de Frei Fabrizio del Carretto para Leão X, esta profundamente elucidativa. Aliás, é exactamente com base nesta epístola e num conhecimento do respectivo contexto histórico que Nicolas Vatin[43], corroborado por Jean-Louis Bacqué-Grammont[44], assume como inquestionável que o seu autor é alguém a quem Sanuto, noutra passagem dos seus *Diarii*, se refere como "Zafir aga, eunuco" ou seja, Dja'far Agha [45]. Mas, quem era Dja'far Agha? Na verdade era, nem mais nem menos, um eunuco oriundo de Malvasia, no Peloponeso, que passou a desempenhar, algum tempo antes dos acontecimentos que nos ocupam, uma das mais elevadas funções no serralho – *kapu aghasi* –, uma dignidade que, no princípio do século XVI, tinha um estatuto comparável ao do grão-vizir[46]. No contexto dos preparativos que antecederam a campanha lançada por Selim I contra os mamelucos, a 26 de Abril de 1516[47], este eunuco, assumindo a direcção superior de todas as forças

43 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p.324.

44 Jean-Louis Bacqué-Grammont, "Soutien logistique et presence navale ottomane en Méditerranée en 1517 ", *Revue de l'occident musulman et de la Méditerranée*, 39, 1985, pp. 7-34.

45 Cf. V. J. Parry, "Dja'far Beg ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol.II, p. 373b.

46 Cf. Jean-Louis Bacqué-Grammont, *op. cit.*, p.12; e Halil İnalcik, " Kapu Aghası ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IV, p. 570 b.

47 Cf. Jean-Louis Bacqué-Grammont, *loc. cit.*.

navais turcas, expressa no título de *re'ïs kapudan* [48] e adstrita à qual se encontrava a dignidade de *sandjakbegi* de Gelibolu – donde Dja'far Agha também surge identificado como Dja'far Kapudan ou Dja'far Beg [49] – foi incumbido da importante tarefa de construir uma armada[50]. No ano seguinte, a 30 de Março de 1517, respondendo a instruções enviadas do Egipto, para onde se deveria dirigir para fazer o reabastecimento do exército otomano, Dja'far Kapudan partia de Istambul comandando uma magnífica força naval, constituída por mais de 100 navios[51]. A caminho de Alexandria, onde chegaria em finais de Maio de 1517[52] – juntando-se a uma outra armada significativamente mais pequena que a precedera, esta sob o comando do célebre corsário Kurdoghlu[53] – aproximou-se dos domínios da Ordem de São João de Jerusalém.

Se com base nos dados que acabámos de referir fosse possível ainda sustentar alguma desconfiança em relação à identificação da autoria desta carta, uma leitura da antedita epístola de Frei Fabrizio del Carretto (junto da qual, recordo, chegou a Roma esta missiva) onde se afirma que a poderosa armada, à frente da qual se encontrava o autor desta carta, chegou a Quios no dia 13 de Abril e passou ao largo de Rodes no dia 6 de Maio[54], não deixa, de facto, qualquer margem para dúvidas. Aliás, convirá ainda acrescentar, tanto a arrogância quanto a extrema violência desta missiva – a

48 A propósito do título ostentado por Dja'far e de uma caracterização do referido múnus vide o rigoroso artigo de Salih Özbaran, " Kapudan Pasha ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IV, p. 571b.

49 Cf. Salih Özbaran, *loc. cit.* e J. Parry, *loc. cit.*

50 Cf. Jean-Louis Bacqué-Grammont, *op.cit.*, pp.11-12.

51 Cf. *op.cit.*, pp. 7-34

52 Cf. *op.cit.*, p. 23 e p. 34.

53 Cf. *op. cit.*, pp.19-23 e p. 34.

54 Cf. Marino Sanuto, *op. cit.*, XXIV, coll. 437-438.

pretexto da acção nefasta desenvolvida pela Ordem de São João de Jerusalém sobre os interesses otomanos – só se tornam verdadeiramente compreensíveis se soubermos tratar-se de um texto produzido por alguém cujo perfil lhe valeu o epíteto de *Kanlı* – "sanguinário" [55] – e, neste contexto preciso, de alguém que tem uma clara consciência da indiscutível superioridade das suas forças navais, ou seja, o mencionado Dja'far Kapudan.

Por último, no que diz respeito ao local e ao momento em que foi escrita, nada mais é possível fazer do que admitir como razoável algumas suposições ditadas por aquilo que a carta nos diz e pelo conhecimento das circunstâncias em que foi produzida. Em primeiro lugar, foi elaborada a bordo do navio almirante, algures nas cercanias de Leros, já que, como é óbvio, seria completamente absurdo aprazar um ponto de encontro que obrigasse a uma inversão do rumo de uma tão grande armada, ainda para mais quando a sua principal missão tornava premente a presença no Egipto. Em segundo lugar, o que decorre da asserção anterior, foi certamente escrita depois de 13 de Abril e algum tempo antes de 6 de Maio. Se salvaguardarmos ainda a demora necessária para que a carta chegasse ao seu destino, o tempo para que fosse ponderada e enviada uma resposta e, finalmente, deduzindo a delonga que seria exigida para a armada percorrer a distância que separa Leros de Rodes, parece razoável considerar que a carta tenha sido elaborada nos dias que se seguiram a 13 de Abril.

Sintetizando, temos então que esta carta foi enviada por Dja'far Kapudan para o grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, das proximidades de Leros, numa data próxima de 13 de Abril de 1517. Analisemos agora uma nova questão. Qual terá sido a

55 Cf. Jean-Louis Bacqué-Grammont, *op. cit.*, p.11 e p.26.

resposta de Frei Fabrizio del Carretto a esta missiva? Sobre este assunto Nicolas Vatin diz-nos o seguinte: "Quoiqu'on ignore la suite qu'il donna à la missive de Ca'fer Aġa, on peut penser qu'il en tint compte, puisque le mois de septembre 1517 vit le renouvellement de la trêve, ainsi qu'un amical échange de politesses à l'occasion du passage de la flotte ottomane regagnant Istanbul" [56]. Efectivamente, se é verdade que, tal como Nicolas Vatin, desconheço qual terá sido o teor da resposta, alguns dados possibilitam-me antever a hipótese de que ela não foi formalizada e, por outro lado, conjecturar uma outra intenção subjacente a esta insólita carta. Assim, ao contrário de Nicolas Vatin, posso começar por asseverar que pelo menos uma das exigências de Dja'far Kapudan, talvez a mais importante, não foi satisfeita. Refiro-me mais concretamente – e recordando aquilo que a carta nos diz – à exigência da restituição de um irmão de Kurdoghlu, cativo em Rodes. De facto, estranho seria que este irmão do renomado corsário, cujo nome se desconhece, não fosse o mesmo que se encontrava em Rodes no momento em que o recém-eleito grão-mestre Frei Philippe Villiers de l'Isle Adam fez a viagem que o havia de levar até essa ilha e que, mais tarde, ainda na condição de cativo, é dado como morto por ocasião do cerco que pôs fim à presença dos cavaleiros em Rodes[57]. Poder-se-ia dizer que, apesar de tudo, nada impede que tenha sido dada satisfação parcial às exigências de Dja'far Kapudan. Na minha perspectiva, contudo, quer as circunstâncias em que foi produzida a carta quer a sua natureza não favoreciam qualquer tipo de negociação, apontando apenas para uma de duas soluções, a cedência ou a

56 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 325.

57 Cf. Gottardo Bottarelli, *op. cit.*, vol. I, pp. 303-304 e p. 331; e Michael Galea, *Grandmaster Philippe Villiers de l'Isle Adam*, San Ġwann (Malta), Publishers Enterprises Group Ltd., 1997, p. 17.

recusa. Nesta linha, o incumprimento de uma das exigências parece querer significar, o incumprimento de todas.

Mas qual terá sido, afinal, a resposta de Frei Fabrizio del Carretto a esta missiva? Parece-me provável não ter havido qualquer resposta formal, antes uma resposta por omissão. E, sendo assim, qual o significado da renovação das tréguas e das manifestações de cortesia por ocasião do regresso desta armada sob o comando de Dja'far Kapudan? A este propósito parece-me mais razoável conjecturar que a explicação para a renovação das tréguas e para as demonstrações de regozijo acima apontadas reside não no conteúdo desta carta – e na satisfação ou não das exigências nela expressas – mas nas alterações verificadas num contexto histórico que se desenrola entre Abril e Setembro de 1517.

De facto, é oportuno salientar que esta carta e as movimentações da armada turca nas águas da ordem de São João de Jerusalém, em Abril e Maio de 1517, ocorreram no momento em que uma forte concentração de forças otomanas no Egipto completava a destruição do império Mameluco. Ora, para o bom sucesso desse projecto impunha-se garantir a segurança na retaguarda, preservar de interferências nocivas a ligação entre Istambul e Alexandria e, finalmente, inibir qualquer tipo de apoio da Ordem a alguma resistência dos mamelucos[58]. Por outro lado, não parece aceitável uma tão longa demora da armada turca nas águas do Dodecaneso, à margem dos desígnios de Selim I, por vontade única e exclusiva do seu comandante quando a sua missão impunha alguma celeridade na viagem. É portanto possível concluir que esta poderosa armada fora incumbida de uma outra tarefa, a de executar

58 A propósito do apoio fornecido pelos cavaleiros de Rodes aos Mamelucos, no contexto da luta contra os Otomanos, e sobre rumores que circulavam sobre esse assunto *vide* Nicolas Vatin, *op. cit.*, pp. 322-323 e p. 339.

uma manobra de intimidação, a qual, concluída a ocupação do Egipto e a julgar pela renovação das tréguas e pelas manifestações de cortesia cumpriu o seu objectivo. Como é evidente, neste contexto, nada obsta a que, executando essa manobra de intimidação, Dja'far Kapudan não pudesse interpretá-la à sua maneira, juntando-lhe um conjunto de exigências muito concretas, aquelas que encontramos definidas na referida missiva, e que desse voz à animosidade de alguns sectores políticos otomanos que entendiam inadiável a conquista de Rodes[59]. Em suma, como se deduz do que foi dito, tratando-se de uma manifestação do estrito arbítrio de Dja'far, é natural que a satisfação ou a recusa das referidas exigências não tivesse qualquer interferência nas mostras de cortesia e na renovação das tréguas que sobreveio no momento em que esta armada regressava a Istambul, em Setembro de 1517.

De tudo o que foi dito e em qualquer circunstância podemos retirar que a autenticidade desta carta –questionada por Nicolas Vatin, tendo como base a existência de uma única versão em italiano, aquela que fora inserida nos *Diarii* de Marino Sanuto[60] –, tanto no conteúdo como na forma, surge definitivamente reforçada pela identificação de uma versão grega da mesma. A este propósito, uma incongruência permanece ainda por esclarecer. Se é certo que aquilo que Frei Fabrizio del Carretto nos diz na sua já referida epístola para o Papa Leão X desmente, de uma forma categórica, a possibilidade que considerei no início da carta de Dja'far Kapudan ter sido originalmente registada em grego[61], a prática seguida pela chancelaria otomana até ao princípio do século XVI de utilização do

59 *Op.cit.*, pp. 329-342.

60 Cf. *supra.*

61 Recorde-se que a carta do Grão-Mestre assinala claramente que junto do original enviava uma tradução em grego e outra em italiano cf. *supra.*

grego como língua diplomática[62], a circunstância desta missiva ter sido produzida por um eunuco de origem grega e, finalmente, o facto da carta seguir para Roma onde o texto em italiano seria suficiente, tornam inexplicável a utilidade de um esforço de tradução, precisamente para grego.

Entre mais uma viuvez e outro casamento: as atribulações de el-rei de Portugal ao tempo da *lettera*

Aos 7 dias do mês de Março de 1517, nos Paços da Ribeira, em Lisboa, vítima da "mà disposiçam"[63] que lhe sobreveio após o parto do desditoso infante D. António, morre D. Maria, rainha de Portugal e infanta de Castela[64]. Nesse mesmo dia, D. Manuel abandona as margens do Tejo, refugiando-se à sombra do mosteiro de São Jerónimo de Penha Longa. Daí regressará, duas semanas depois, acolhendo-se ao convento de São Bento de Cónegos Seculares de São João Evangelista, em Xabregas, muito próximo do local onde ficara sepultada a sua segunda consorte[65].

Alguns meses mais tarde, a 12 de Setembro de 1517, "posto que todo o Regno então steuesse de dó pola Rainha donna Maria"[66], na

---

62 Cf. *supra*.

63 Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte IV, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, p. 19.

64 Cf. *op. cit.*, IV, p. 19 e pp. 55-56.

65 Cf. *op. cit.*, IV, p. 56. O testamento de D. Manuel, redigido no mosteiro de Penha Longa, a 7 de Abril de 1517, suscita algumas dúvidas sobre o rigor desta cronologia, cf. I. A. N. / T.T., *Gavetas*, XVI, maço 2, doc. 2, publ. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 111-163.

66 Damião de Góis, *op .cit.*, IV, p. 68.

igreja do convento da Madre de Deus – a mesma onde fora sepultada a segunda filha dos *Reis Católicos*[67] – o Príncipe, D. Leonor, sua tia, e o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, receberiam com faustosa solenidade as relíquias de Santa Auta[68].

Pouco depois, em Outubro do mesmo ano, Álvaro da Costa, camareiro e guarda-roupa de el-Rei, homem da sua confiança, partia para Castela ao encontro de Carlos I, incumbido de "dar ha bem vinda"[69] ao recém-chegado monarca. Na verdade, "sob cor de visitaçam"[70] e "dando a entender que com ha visitaçam mãdaua trattar dos casamẽtos do Prinçipe seu filho, com ha Infante donna Leanor, filha delRei Phelippe, irmã deste dõ Carlos, & da Infante dõna Isabel sua filha, com ho mesmo dõ Carlos, cousa em q̃ hauia muitos annos que trabalhaua"[71], D. Manuel atribuíra-lhe, no maior segredo, uma outra missão – pôr fim à sua viuvez, ajustando-lhe mais um casamento, desta vez, com a prometida do seu filho[72].

---

67 Ao tempo de D. João III, cumprindo a vontade de seu pai, foi o féretro da rainha D. Maria trasladado para o mosteiro dos Jerónimos, em Belém, cf. Damião de Góis, *op. cit.*, IV, p. 223.

68 Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, IV, pp. 68-69.

69 *Op. cit.*, IV, p. 82.

70 *Ibidem.*

71 *Ibidem.*

72 Cf. Damião de Góis, *op. cit.*, IV, p. 69. A propósito das negociações em torno do casamento entre o príncipe D. João e D. Leonor, não deixa de ser interessante assinalar a notável coincidência entre o momento em que estas se desenrolam e a viuvez do *Venturoso*, precedendo um pouco esse momento de pesar, estas negociações prolongaram-se ainda durante o início do seu nojo, cf. a correspondência de Pero Correia, João Brandão e Rui Fernandes, enviada de Bruxelas para D. Manuel e, no sentido inverso, uma minuta de uma carta deste para Pero Correia, correspondência produzida entre 13 de Janeiro e 4 de Abril de 1517 e publicada por Anselmo Braancamp Freire na sua obra *Notícias da Feitoria de Flandres precedidas dos Brandões Poetas do Cancioneiro*, s. l., edição do *Archivo Historico Portuguez*, 1920, pp. 225-226, pp. 236-237, pp. 240-242 e pp. 245-248.

Efectivamente – e corroborando a existência de um discurso oficial diverso daquilo que andava *na boca do mundo* –, numa minuta de uma carta de D. Manuel para o seu embaixador em Roma, enviada a 31 de Maio de 1518, solicitando-lhe que tratasse com brevidade das necessárias dispensas, pode ler-se o seguinte:

> Despois que el Rey de castella etc. meu muito amado e preçado irmaão e sobrinho foy em seus reynos, emviando nós aluaro da costa nosso camareiro a vesytallo, se ofereceo lhe ser lá falado em casamento da Ifante dona lianor sua irmaã comnosquo. E por nos parecer pellos impidimentos que avia, e ate agora há nos casamentos de meus filhos, que ysto serya cousa de que nosso senhor podia ser muyto seruido, bem e aseseguo das cousas d amtre nosos Reynos e os de castella, postoque pera serem sempre postas em muita conseruaçam d amor, amizade, paz e aseseguo, ouuese tanta rezam como sem yso há, quysemos niso entender e aceitar o quanto da parte de lá nos foy fallado e requerido[73].

O que terá então levado o *Venturoso* a este casamento que, diz-nos D. Jerónimo Osório, daria lugar a tanto murmúrio[74]? Numa passagem particularmente interessante, Damião de Góis elucida-nos sobre esta mudança, dizendo que quando D. Manuel "veo a saber, que hos priuados do Prinçipe Dom Ioam seu filho lhe aconselhauam

---

73 *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até os nossos dias*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1865, p. 10.

74 Sobre as reacções a este casamento, *vide* D. Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel*, trad. do latim por Francisco Manuel do Nascimento, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 222, e Damião de Góis, *op. cit.*, IV, pp. 84-85.

alguas cousas fundadas em lhe ser desobediente, se fez ẽ outra volta, que foi casarsse com ha Infante donna Leanor, irmã delRei dom Carlos de Castella, tendo ha dantes mandanda [*sic*] padir [*sic*] muitas vezes pera ho mesmo prinçipe seu filho, ho que fez, por se assegurar de qualquer toruaçam que lhe elle, per maos cõselhos quisesse dar"[75].

Dizendo por outras palavras, este casamento constituiu uma manobra política de D. Manuel, que, recorrendo ao plano externo, tinha como principal objectivo consolidar o seu poder no plano interno[76]. Como é óbvio, ao afirmar semelhante coisa Góis, sugere, implicitamente, que a viuvez do *Venturoso* o colocara numa posição de alguma fragilidade. Sendo assim, podemos então afirmar que, se o envio da embaixada de Álvaro da Costa representa, de alguma forma, como poderemos ver a seguir, um regresso do *Venturoso* à acção política, o recebimento de D. Leonor, em Novembro do ano seguinte – logo seguido pela cerimónia de recepção da ordem do Tosão de Ouro –, sendo expressão no plano simbólico do sucesso dessa missão, constituiu um momento único de afirmação da autoridade régia, o que – dir-se-ia – confirma a aludida fragilidade[77].

Mas, com que fundamento podemos sugerir que D. Manuel, logo após a morte de D. Maria, se alheou da vida política interna e, alguns meses depois, a retomou, preparando o caminho para um

---

75 Damião de Góis, *loc. cit.*

76 A este propósito, sobre o significado político da morte de D. Maria e do terceiro casamento de D. Manuel, incluindo uma leitura em muitos aspectos semelhante a esta, vide Luís Filipe Thomaz, "L'idée imperiale manuéline" in *La Decouverte, Le Portugal Et L'Europe. Actes du Colloque (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, p. 67.

77 Sobre o recebimento de D. Leonor e sobre a recepção da ordem do Tosão de Ouro, *vide* Damião de Góis, *op. cit.*, IV, pp. 84-89.

regresso triunfal, consumado numa tão notável exibição de autoridade?

A este propósito, Damião de Góis, numa passagem bastante sugestiva, diz-nos que D. Manuel – como referi anteriormente –, tendo chegado a Xabregas, aí permaneceu e "passados oito dias se tornou pera ha çidade, com cuja vinda se alegraram todos, & se reformou ha corte, & começou elRei dentender em negocios"[78]. Até aqui – dir-se-ia – este autor parece contrariar a asserção anterior, mas, um pouco mais à frente, referindo-se ao recebimento das relíquias de Santa Auta, acrescenta: "Neste tempo andaua elRei em pẽsamẽtos de querer seruir Deos, apartado dos negoçios do mundo, do que desuiado per conselho de pessoas a que disso daua conta se resolueo em se querer apposentar no Regno do Algarue, & com has rendas daquelle Regno, & do mestrado de Christus, fazer dalli, quomo fronteiro guerra ahos mouros, & ter hos lugares que tinha em Africa prouidos de todo ho que lhes fosse neçessario"[79]. Aliás, um pouco no mesmo sentido, numa carta enviada em resposta a António Carneiro, a 1 de Julho de 1517, revelando grande preocupação, o embaixador português junto do Sumo Pontífice afirma: "Ajuntam se tantas cousas, e a principal a toruaçam que me deeo a morte da Rainha que Santa gloria aja, asy polla perda jeeral, como pollo nojo de sua alteza, que me mays aterra que todo, que se esta nova nom consola sua alteza em alguma maneyra, e a certeza diso nom consolar a mym, certefico a vossa merce que nom sey com que possa estar bem: faça me tanta merce que me escreua se vay já

78 Damião de Góis, *op. cit.*, IV, p. 56.

79 O*p. cit.*, IV, p. 69.

abrandando esa paixam, que será a milhor nova que de la me pode escreuer"[80].

Juntando os dados aduzidos, podemos então conceber a possibilidade de, após a morte de D. Maria e até se precipitar num outro casamento, D. Manuel ter vivido, de algum modo, não só um enfraquecimento da sua autoridade como também algum arredamento da vida pública, tendo o monarca, durante esse período, passado de um fervor religioso contemplativo a uma renovação do seu afã em promover a luta contra o infiel.

Enquanto D. Manuel, no extremo ocidental da Península Ibérica, vivia este seu atribulado nojo, entre Março e Outubro de 1517, nas margens do rio Nilo, desenrolavam-se alguns acontecimentos que iriam modificar profundamente e por longos anos o cenário geopolítico na área do Mediterrâneo.

Na verdade, tudo começara alguns meses antes, quando, em fins de Julho de 1516, o sultão otomano Selim I, à frente de um poderoso exército, entrou em território mameluco. Na sequência deste acto de guerra, ao longo de uma fulgurante campanha (desde a batalha de *Marḏj Dābik*, a 24 de Agosto de 1516, passando pela travessia do Sinai, até à batalha de *al-Raydāniyya*, a 22 de Janeiro de 1517), os exércitos otomanos não só irão infligir uma série de derrotas humilhantes ao preclaro exército mameluco, mas acabarão por pôr fim a um império que remontava a meados do século XIII[81]. Aliás, a humilhação do império Mameluco não se quedou por aqui.

---

80 *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até os nossos dias*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862, p. 473.

81 Cf. Halıl İnalcik, " Selım I ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IX, pp. 127a e ss.; e P.M. Holt, "Mamlūks ", in *op. cit.*, vol. VI, pp. 321a e ss.

Consumou-se ainda na execução pública de Tūmānbāy, o último sultão, a 15 de Abril de 1517, na supressão sistemática de uma parte significativa da elite político-militar – a par da defecção de outra parte – e na deportação de numerosos funcionários, artífices e religiosos (entre os quais se destaca o califa abácida)[82], recursos costumeiros utilizados pela *Sublime Porta* conducentes à eliminação de qualquer resistência local e à plena integração dos novos territórios no império. Deste modo, sob as ruínas do império Mameluco, deixando as margens do Nilo de regresso a Istambul, em finais de Setembro de 1517[83], e assumindo uma indiscutível primazia no mundo islâmico, consubstanciada no título *Khādim al-Ḥaramayn* (i.e. "servidor dos dois lugares sagrados", Meca e Medina)[84], Selim I abriu novos horizontes ao império otomano franqueando-lhe as portas do Oceano Índico[85].

Algumas notas em torno da *lettera* e do seu significado para a ordem de São João de Jerusalém

Como vimos antes, no contexto da campanha conduzida por Selim I no Egipto, a 30 de Março de 1517 partiu de Istambul com destino a Alexandria uma poderosa armada sob o comando supremo

---

82Cf. Ibn Iyâs, *Journal d'un bourgeois du Caire*, trad. do árabe e notas por Gaston Wiet, tome II, Paris, E.P.H.E., 1960, pp. 179 e 219-221.

83 Cf. Ibn Iyâs, *op. cit.*, pp.195-196.

84 Cf. Bernard Lewis, "Khādım al-Ḥaramayn ", in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. IV, p. 899b; Halıl İnalcik, *loc. cit.*; P. M. Holt, *loc. cit.*.

85 A propósito dos acontecimentos no Egipto e fornecendo uma interessante perspectiva daquilo que na Cristandade se sabia sobre este assunto vide *Giorgio Silvini, Venezia e Portogallo sulla via delle spezie (1498-1517)*,Treviso, T. E. T., 1982, pp. 254-261.

de um alto funcionário da *Porta* – Dja'far Ḳapudan – cuja principal missão era fazer o reabastecimento do exército otomano acantonado no país. Ao aproximar-se do Dodecaneso, numa data próxima de 13 de Abril de 1517, Dja'far Ḳapudan empreende uma clara manobra de intimidação à qual confere expressão escrita enviando uma carta a Frei Fabrizio del Carretto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém.

Como também assinalámos, nessa missiva, cuja relevância se deve fundamentalmente a aspectos formais visto tratar-se de um texto pejado de acusações e de ameaças de uma desmesurada violência, Dja'far Ḳapudan limita-se a exigir, como prova de boa vontade, a devolução de alguns cativos que se encontravam sob o jugo dos cavaleiros de Rodes[86]. Finalmente, como também já notei, tudo me leva a crer que nem o grão-mestre deu satisfação a essas exigências, nem sofreu, de imediato, as consequências desta sua decisão[87]. Sendo assim, se Frei Fabrizio del Carretto não levou muito a sério esta missiva, que significado lhe atribuiu? Na verdade, a resposta podemos encontrá-la nos anais da ordem de São João de Jerusalém, mais especificamente na obra de Giacomo Bosio e de Juan Agustin de Funes[88]. Em qualquer um destes autores não surge a mais pequena referência à passagem de uma magnífica armada turca pelos domínios da Ordem. Ora, difícil seria que uma armada com cerca de 100 navios que, na sua viagem a caminho de Alexandria, a 6 de Maio, passou ao largo de Rodes e, no regresso, a

86 Cf. *supra*.

87 Cf. *supra*.

88 Giacomo Bosio, *Dell'Istoria della sacra religione et ill.ma militia di San Giovanni Gierosolomitano*, 3 vols., Roma, Guglielmo Facciotto, 1594-1602, e Juan Agustin de Funes, *Coronica de la ilustrissima milicia y sagrada religion de San Juan Bautista de Jerusalem*, 2 vols., Valência, Miguel Sorolla, 1626-1639.

18 de Setembro, junto de Cos, não tivesse sido vista, nem a sua presença tivesse provocado larga comoção[89]. Não há também qualquer menção a uma qualquer carta repleta de insultos e ameaças e ao perigo que esta poderia pressagiar. Mas, então, se estas obras não fazem qualquer referência a semelhante episódio, onde está a alegada resposta?

Referindo-se aos acontecimentos que ocorreram em 1517 e a uma leitura do seu significado, Giacomo Bosio diz-nos o seguinte: "Intesa, c'hebbe il Gran Maestro la Vittoria, e l'acquisto grande, che Selim fatto haueua, e l'infelice morte del Soldano Tomombeì; infinitamente se ne dolse. E dubitando, che quel Tiranno, il quale com l'ingorda, & infatiabile ambitione sua, al Dominio di tutto il Mondo aspiraua; non contento di quella Vittoria, voltasse ogni suo sforzo contra di lui; per impadronirsi anche della Città, e dell'Isola di Rodi; fece grandissime prouisioni di Soldati, di munitioni, di vettouaglie, e di tutte le cose necessarie à sostenere vn lungo Assedio"[90]. Efectivamente, mais do que a passagem de uma poderosa armada turca pelos domínios da Ordem, mais do que uma carta cheia de ameaças – pelo menos por então – vãs, o que poderia criar grande apreensão eram os acontecimentos nas margens do Nilo e isso – afigura-se-me como óbvio – reduziu tudo o resto à insignificância. Aliás, a propósito da posição da Ordem de São João de Jerusalém nesta nova conjuntura, Nicolas Vatin, na sua notável obra *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, diz-nos que "l'effondrement des Mamlouks, qui

89 Nicolas Vatin, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, Lovaina-Paris, Éditions Peeters, 1994, pp. 324-325.

90 Giacomo Bosio, *op. cit.*, vol. II, p. 619.

perdirent Le Caire dès janvier 1517, changea le rapport de force au détriment des Chevaliers"[91], e depois, um pouco mais à frente, acrescenta: "La disparition du pouvoir mamlouk en Syrie-Égypte ôtait aux Chevaliers l'avantage économique et militaire de se trouver aux frontières de deux grands États musulmans distincts. L'Ordre semble n'avoir plus été le maître de sa politique"[92]. Finalmente, conclui : "Maintenant que le Sultan était libéré de ses problèmes internes et que, dominant tout le bassin oriental de la Méditerranée, il était plus puissant que jamais, les Chevaliers se trouvaient dans une impasse et semblaient se borner à attendre une inéluctable attaque"[93].

Perante o que foi dito uma outra questão se levanta: como e quando reagiu a Ordem em face destas alterações e ao que poderiam significar para a sua sobrevivência no meio daquilo que passou então a ser o mundo otomano? Como vimos anteriormente, em primeiro lugar – é Giacomo Bosio que o afirma – o Grão-Mestre cuidou do reforço das suas defesas, aprestando-se de homens, munições, vitualhas e de outras provisões que lhe permitissem, de imediato, enfrentar um cerco. Em segundo lugar, diz-nos o referido autor:

> con rigorose citationi chiamò in Conuento i Caualieri, ch'erano di quà dal Mare; e com particolari lettere sue, scrisse quasi à tutti i più ricchi, valorosi, & antiani Comendatori; dimostrandogli il pericolo grande, ch'alla Città, & all'Isola di Rodi soprastaua; ordinandogli, e comandandogli, ch'alla difesa del Conuento loro personalmente andar douessero; esortando, e persuadendo i vecchi, e gli altri, che da infermità, ò da altra legitima cagione impediti fossero; à contribuire alcuna somma di danari; accioche la

91 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 323.

92 Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 328.

93 *Ibidem.*

> Religione alle spese grandi, & insoportabili, che le soprastauano, supplir potesse[94].

Por fim, acrescenta ainda Bosio,

> E preuedendo il Gran Maestro, che quella nuoua grandezza, e potenza, ch'alla Casa Ottomanna accresciuta s'era; sarebbe stata la distruttione dell'Ordine suo, e della Christianità, se non vi si daua rimedio; venuta, che fù la Primauera dell'anno seguente mille cinquecento, e diciotto; mandò Ambasciatori apposta, à Papa Leone Decimo, à Rè di Francia, di Spagna, e d'Inghilterra, & ad altri Principi Christiani; con ampia informatione de' gran progressi, & acquisti, che'l Turco fatti haueua; e delle forze grandissime, ch'all'Imperio suo accresciute s'erano; dimostrandogli, che quell'ingordo Barbaro, il cui insatiabile appetito di dominare, alla Monarchia di tutto il Mondo aspiraua; cessato non hauerebbe mai, sinche di quanto in Oriente da' Christiani era possedutto, insignorito si fosse; per passarsene poi all'acquisto d'Italia, e de gli altri Regni Occidentali; strettissimamente pregandogli, c'hauendo l'honore del nome Christiano dinanzi à gli occhi, e la misera seruitù di tante migliaia d'Anime, ch'in pericolo di rinegar la Santa Fede, sotto l'empia, e crudele seruitù di quei crudelissimi Barbari, in Oriente si trouauano; suegliandosi finalmente, & ogni particolar gara, e priuata passione deponendo; l'armi per Christo vestir volessero[95].

Sendo assim, e respondendo à questão colocada anteriormente, Frei Fabrizio del Carretto cuidou de reforçar as defesas de Rodes, notificou os cavaleiros e comendadores dispersos pela Cristandade, exigindo a sua presença no Convento ou, existindo algum

94 Giacomo Bosio, *loc. cit.*

95 *Ibidem.*

impedimento legítimo, uma compensação financeira e, finalmente, através dos seus embaixadores, informou diversos príncipes cristãos sobre os progressos do Grão Turco, instando ao seu socorro. Ora bem, se o que Giacomo Bosio afirma, no seu conjunto, constitui uma explicação perfeitamente razoável, não sendo possível apontar qualquer incoerência na articulação das acções ou dar conta de algum procedimento fora do que seria esperado da parte daquele que cuidava dos destinos da Ordem, num contexto que não lhe vaticinava um porvir auspicioso, um pequeno pormenor, aparentemente irrisório, emerge algo intrigante. Na verdade, as sucessivas vitórias militares dos otomanos e a execução do último sultão mameluco não podiam deixar de ser reconhecidos por quem dirigia a Ordem como factos que, de uma forma mais ou menos irreversível, definiam a construção de um novo mapa político no Mediterrâneo Oriental, desde a Primavera de 1517. Assim, e apesar de não ser previsível que antes da Primavera do ano seguinte os otomanos tomassem qualquer iniciativa que tivesse como fito os domínios dos Hospitalários, não deixa de ser desusado que este autor diga que só na Primavera de 1518, um ano depois dos acontecimentos que segundo o mesmo motivavam o pedido de auxílio, Frei Fabrizio del Carretto, grão-mestre da Ordem de São João de Jerusalém, se teria lembrado – e nesse ensejo um pouco a despropósito – de enviar os seus embaixadores *apposta*, em busca do socorro da Cristandade. Efectivamente, para esclarecer este pequeno pormenor de natureza temporal, contribuindo para introduzir uma outra coerência nas acções atribuídas por Giacomo Bosio a Frei Fabrizio del Carretto e adiantando ainda alguma coisa sobre a construção do discurso historiográfico deste autor, entendo que é suficientemente expressivo dar conta de duas epístolas enviadas por este grão-mestre ao rei de Portugal. De facto, uma

leitura, mesmo apressada, destas cartas permite-nos concluir, sem margem para dúvidas, que se é verdade que o referido grão-mestre, numa carta enviada de Rodes com data de 10 de Setembro de 1518[96], solicita – corroborando aquilo que nos diz Bosio – auxílio a este príncipe, o mesmo já havia feito noutra datada de 23 de Julho do ano anterior[97]. Se assumirmos que neste contexto nada poderia justificar um tratamento de excepção para o rei de Portugal, podemos então fazer retroceder largos meses o envio de embaixadores do grão-mestre, em busca de auxílio, pelos diversos cantos da Cristandade e, ao mesmo tempo, presumir que Bosio cometeu um lapso.

Mas, regressando à questão lançada anteriormente, quando e como é que Frei Fabrizio del Carretto desencadeou o processo que tinha como propósito, através do apoio da Cristandade, garantir a sobrevivência da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes?

Na verdade, a resposta a esta questão, em meu entender, encontra-se intimamente ligada a algo a que já fizemos referência, mais concretamente à carta que, em data próxima de 13 de Abril de 1517, Dja'far Ḳapudan enviou ao grão-mestre dos Hospitalários. Como já o disse, não me parece que esta missiva, pejada de insultos e de ameaças de uma rara violência, tenha sido levada muito a sério por Frei Fabrizio del Carretto, consciente que estaria – com toda a certeza – da incapacidade de Dja'far para, nesse ensejo, as levar por diante. Como também já afirmei, corroborado de forma assertiva por Giacomo Bosio, o que criou, indubitavelmente, uma profunda apreensão entre os cavaleiros de Rodes foram as importantes alterações que, desenrolando-se desde o ano anterior e

96 Cf. Documentos, 45.

97 Cf. I. A. N. / T.T., *Gavetas*, XV, maço 16, doc. 30, publ. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 40-42.

culminando na Primavera de 1517, haviam ocorrido no Mediterrâneo Oriental. Aliás, parece-me que se alguma relevância foi atribuída às ameaças de Dja'far Ḳapudan, esta resulta, única e exclusivamente, da impossibilidade de as dissociar de um contexto político-militar que, de facto, passou a constituir uma grave ameaça para a sobrevivência da Ordem na região.

De tudo isto não resulta, como é evidente, que Frei Fabrizio del Carretto não se tivesse apercebido da extrema utilidade que semelhante missiva poderia ter e que não lhe tivesse dado um importante uso. Com efeito, tudo indica que o fez. Tendo nas suas mãos um escrito de uma desmedida violência, ultrajante não só para a Ordem como, de um modo geral, para os cristãos e, mais ainda, para o *vigário de Cristo*, Frei Fabrizio del Carretto deu-lhe serventia. Acompanhando uma epístola para o papa Leão X, datada de 29 de Maio de 1517, o referido grão-mestre também enviou para Roma uma tradução em italiano e outra em grego da missiva de Dja'far Ḳapudan. Mas, mais interessante ainda, na carta em que solicitava a ajuda da Cristandade, não se esquecendo de dar suficiente relevo às expressões de barbárie, às blasfémias e à crueldade manifestas no documento que enviava junto, omite – o que me parece significativo – qualquer referência às boas ou más razões invocadas por Dja'far para justificar esta expressão da sua ira[98].

O propósito do grão-mestre dos Hospitalários parece muito claro: estimular o apoio da Cristandade e conferir uma maior eficácia ao seu pedido de auxílio, num contexto em que, aparentemente – ainda debaixo da sombra do V Concílio de Latrão, em cuja última sessão, a 16 de Março, o Sumo Pontífice, revelando grande confiança na paz recentemente definida em Cambrai, reafirmou a premência da

98 Cf. Marino Sanuto, *op. cit.*, tomo XXIV, coll. 440-441.

guerra contra o infiel[99] –, poderia esperar uma larga receptividade. Efectivamente, assim foi. Pelo breve *Quam pertimescenda*, de 5 de Julho, Leão X solicitaria a D. Manuel – e deduzo que não foi o único caso – que notificasse o prior do Crato, bem como todos os comendadores e cavaleiros dessa Ordem, instando-os nesse momento de perigo a dirigirem-se para Rodes[100].

Concluindo, se é verdade que podemos agora, sem qualquer margem de dúvida, fazer remontar à Primavera de 1517 as diligências de Frei Fabrizio del Carretto para organizar a defesa de Rodes, também é legítimo asseverar que, ao fazê-lo, nesse momento, com tanto desvelo, o referido grão-mestre nos revela ter tido uma clara percepção de que a presença da ordem de São João de Jerusalém na região, tendo passado a ser um claro anacronismo, se aproximava do insustentável.

Em busca do itinerário da *carta do capitam do turco*

O que não deixa de ser, diria, um tanto peculiar no sinuoso caminho até agora percorrido – caminho feito de incursões em pequenos detalhes da história dos Hospitalários, em Rodes – é que tudo começou com um pequeno documento redigido em caracteres gregos que se encontra na Torre do Tombo, no verso do qual se pode ler, em escrita cursiva do princípio do século XVI, "out*r*a copia

99 Cf. Louis Pastor, *Histoire des Papes depuis la fin du Moyen Âge*, trad. do alemão por Alfred Poizat, tome VII, Paris, Librairie Plon, 1909, p. 171. Em geral, sobre o V concílio de Latrão (1512-1517), *vide Decrees of the Ecumenical Councils*, ed. Norman P.Tanner, vol. I, Londres, Sheed & Ward, 1990.

100 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 476 e Documentos, 42.

em latim da *carta* do capita*m* do turco"[101]. Este documento, foi possível concluir, não é nem mais nem menos do que a versão grega da carta que o antedito Dja'far Kapudan enviara, do local e data supracitados, ao grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém.

Como é que semelhante documento chegou a Portugal? Desde o início duas possibilidades se colocavam: a referida carta, ou uma sua cópia, poderia ou ter vindo para Portugal directamente de Rodes ou ter passado primeiro por Roma. Efectivamente, se atendermos a que a Ordem de São João de Jerusalém, para além dos recursos que alcançava nos seus domínios no Dodecaneso, sempre esteve fortemente dependente de recursos humanos e materiais dispersos pela Cristandade e que, por isso mesmo, aqueles que sucessivamente assumiram a dignidade magistral sempre sentiram necessidade não só de animar, mas, em momentos de maior perigo, de exigir a presença dos freires na sede conventual; se a isto juntarmos ainda – o que me parece óbvio tendo em atenção os objectivos e a natureza desta ordem militar e religiosa – que para cada um dos ditos freires, para além do constrangimento sentido pelas solicitações do grão-mestre, a prestação de serviços em Rodes era completamente indissociável da possibilidade de obter largos benefícios e, em particular, da possibilidade de alcançar alguma posição de destaque no governo central da Ordem; então é de admitir como indubitável a existência de condições que favoreceram um fluxo contínuo de pessoas, bens e informação entre vários pontos da Cristandade e este seu bastião no Mediterrâneo Oriental.

---

101 Cf. I. A. N. / T.T., *Fragmentos*, caixa 2, maço 2, n.º 76 publ. in António Manuel Lázaro (com a colaboração de Vassilikí Krávari e Luís Filipe Thomaz), *op. cit.*, pp. 349-380; ou a sua tradução em anexo, Documentos, 40.

Como é evidente, neste contexto, não me parece que o caso português possa, de modo algum, ter constituído uma excepção. Aliás, a propósito deste assunto e para o período em causa, devo referir que, para além dos freires da *lingua* de Castela e Portugal que, eventualmente, possam ter viajado entre Rodes e a Península Ibérica, duas cartas de Frei Fabrizio del Carretto para D. Manuel – a primeira com data de 22 de Julho de 1517 e a segunda de 10 de Setembro de 1518 – confirmam, de facto, não apenas esta comunicação, mas a presença em Portugal dos emissários do Grão-Mestre nelas nomeados, mais concretamente, de Frei Álvaro da Gama, de Frei Jorge Vieira e, na missão seguinte, de Frei Tomás de Paiva[102]. Na verdade, parece-me que aquilo que foi dito a propósito deste caso particular, confirmando as proposições de carácter geral anteriormente enumeradas, define como razoável a possibilidade – e apenas a possibilidade – da epístola em análise ter chegado a Portugal, através de um desses presumíveis portadores, directamente de Rodes.

No que diz respeito à outra hipótese atrás enunciada – a de a aludida carta ter passado primeiro por Roma –, é possível, de igual modo, alegar um conjunto de motivos que lhe conferem

---

102 Cf. I. A. N. / T.T., *Gavetas*, XV, maço 16, doc. 30, publ. in *loc. cit.*; e Documentos, 45 Sobre os Hospitalários em Portugal vide, *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*, dir. de Martim de Albuquerque, s.l., Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., 1992, e para este período, em particular, a obra de Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade", *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000, pp. 5-605. Mais recentemente, esta mesma autora publicou um interessantíssimo artigo sobre a presença de cavaleiros portugueses da Ordem do Hospital no Mediterrâneo, cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, "O mediterrâneo e a Ordem de S. João" in *Portogallo Mediterrâneo*, a cura di Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu, Cagliari, Istituto Sui Rapporti Italo-Iberici, 2001, pp. 75-97.

verosimilhança. Senão vejamos, começando pela ligação entre Rodes e Roma. Em primeiro lugar, reconhecida a clara dependência institucional entre a ordem de São João de Jerusalém e a Santa Sé, é por demais evidente que essa condição de subordinada lhe impunha um contacto, quando não regular, pelo menos frequente, com Roma. Em segundo lugar, a posição central que a *Cidade Eterna* desempenhava – e desempenharia ainda por mais algum tempo – no cenário diplomático europeu, juntando leigos e eclesiásticos de variada proveniência e fixando representantes diplomáticos de toda a Cristandade, tornavam-na o lugar ideal para quem, como o referido grão-mestre, pretendia dar grande divulgação a esta missiva. Finalmente – recordo –, a já referida carta de Frei Fabrizio del Carretto para o Sumo Pontífice, publicada nos *Diarii* de Marino Sanuto, torna efectivamente inegável que este fez chegar a Roma, acompanhando a supracitada epístola, duas versões da carta de Dja'far Kapudan, uma em grego e outra, igualmente recolhida pelo célebre veneziano, em italiano[103].

Perscrutando ainda a segunda hipótese e considerando que existem provas muito claras de que, efectivamente, pelo menos uma cópia chegou a Roma, vejamos agora o que nesta cidade poderia ter favorecido o seu encaminhamento para os confins da Península Ibérica.

A este propósito algo assume, de imediato, uma relevância inegável: a presença em Roma, como representante diplomático de D. Manuel, desde 1515 até 1525, de alguém que uns anos mais tarde desempenharia as funções de escrivão da puridade de D. João III, D. Miguel da Silva[104]. E assim tudo começar a fazer sentido. Em

103 Cf. Marino Sanuto, *op. cit.*, tomo XXIV, coll.440-441.

104 Sobre D. Miguel da Silva, vide José Sebastião da Silva Dias, *A Política Cultural da Época de D. João III*, vol. I, Coimbra, Instituto de Estudos Filológicos da Universidade de

primeiro lugar, reconhecendo como notório que o ofício de representante diplomático incluía o desempenho de três funções "ceux de représentant, de négociateur e d'informateur"[105], podemos assumir como perfeitamente verosímil a possibilidade de D. Miguel da Silva, cumprindo a sua missão de informar, ter feito chegar a Portugal o referido escrito de Dja'far. Em segundo, sabendo nós que aquele a quem Baldassarre Castiglione, anos mais tarde, dedicará o *Libro del Cortegiano* manteve sempre uma relação de grande proximidade com os Médicis – o que significa, no caso que agora nos ocupa, que tinha acesso directo não só aos seus mais próximos colaboradores mas ao próprio Papa Leão X[106] –, ficaria completamente esclarecida tanto a forma como o referido embaixador teve acesso ao documento em causa, quanto o seu interesse em enviar para D. Manuel algo que poderia ser expressão da sua valia junto do Sumo Pontífice[107]. Estaria então já identificado o caminho percorrido pela "c*ar*ta do capita*m* do turco"? Para o esclarecer impõe-se ainda observar atentamente a correspondência mantida entre o referido embaixador e a corte portuguesa.

Numa carta para D. Manuel, datada de 1 de Julho de 1517, D. Miguel da Silva diz-nos o seguinte:

> NoVas do turco sam Vijndas per Vya de Rhodes em xbij dias muyto pijor[*es*] polla *chri*standade q*ue* nenhũas atee aqui ouuessemos / deue as V*ossa* a*lteza* de teer ja todavya lhe mando

---

Coimbra, 1969, pp. 76-106; e Silvye Deswarte, *Il 'Perfetto Cortegiano' D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni Editore, 1989.

105 Aude Viaud, "La correspondance diplomatique au XVI siècle " in *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 55.

106 Cf. Silvye Deswarte, *op. cit.*, pp. 9-17.

107 Cf. Aude Viaud, *loc. cit.*

> aqui a carta do gram mestre p*er*a ho papa, e outra de hũoo capitam do turco pera ho gram mestre, que trelladey de grego em lingoagem asy como vinhaa*m* mal escritta e com mil erros nas palauras // [*fol. 2v.*] // Estas noVas deeram ca grande toruaça*m* se as de mays perto nom ap*er*taar [*sic*] mays. Crea V*ossa* a*lteza* q*ue* a *christ*andade he em algum grande esqueçim*en*to ante d*eus* Segundo a grandeza destas cousas e perigo dellas sem hauer nenhũo pensam*en*to ne*m* memoria de buscar ne*m* querer Remedio a tam grandes jnco*n*uenie[*ntes*] Ja Som Rouco de dizer ao papa e lembrar por parte de V*ossa* a*lteza* ho q*ue* a esta material toca e q*ue* mũyto semto nom seerdes ouuydo / consolo me da outra parte saber se por todo ho mundo q*ue* soo V*ossa* a*lteza* he ho q*ue* nestas cousas se lembra de d*eus* e de sy[108].

Perante isto, apesar de D. Miguel não fazer qualquer referência explícita a que junto da sua tradução "em lingoagem" também seguia o texto em grego, não creio, face a tão notável coincidência, que possam restar dúvidas de que foi exactamente por esta via que a carta de Dja'far Ḳapudan chegou a Portugal. Como se qualquer dúvida restasse, outros elementos vêm, uma vez mais, confirmá-lo. Como já referi, no verso desta carta foi exarada uma pequena nota, tudo indica que, pela mão de António Carneiro[109], onde se pode ler "out*r*a copia e*m* latim da c*ar*ta do capita*m* do turco". Parece portanto indubitável que existia pelo menos mais uma cópia, se bem que não

---

108 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp.471-472 ou Documentos, 41. É interessante assinalar o facto de esta carta de D. Miguel da Silva nos elucidar sobre o tempo que a correspondência enviada pelo grão-mestre dos Hospitalários levou a fazer o caminho entre Rodes e Roma. Efectivamente, a partir desta missiva pode inferir-se que a referida correspondência, tendo partido muito depois de Dja'far Ḳapudan ter abandonado as proximidades de Rodes, insolitamente, parece ter sido enviada à posta.

109 A identificação, sem margem para dúvidas, da letra de António Carneiro deve-se à autorizada opinião de Bernardo Sá Nogueira e por isso lhe estou grato.

seja claro se a "outra copia em latim" a que se refere a nota seria o texto em caracteres gregos (e nesse caso quem a lavrou não os teria reconhecido como tal) ou, na verdade, uma outra versão, essa sim em latim. Em todo o caso, tendo esta missiva chegado acompanhada de uma ou mais cópias, nada impede que uma delas fosse a tal "em lingoagem". De resto, em circunstâncias semelhantes, numa carta enviada para o Rei, a 16 de Abril de 1517, lê-se: "Senhor. As nouas do turco, que sam as que aguora mays Releuam, sam chegadas oje per uia de veneza, e o porque se crem he que as há per outras uias, que lhe com ellas pesa: o cayro he perdido e o soldam fugido, e as particularidades de tudo verá vossa alteza polla propria carta que com esta mando, onde tambem verá o que deseja saber da armada"[110]. Como vemos, D. Miguel da Silva não faz qualquer alusão ao facto de ter mandado junto com o texto em italiano a sua tradução e, portanto, nada impede que tenha procedido de igual modo algum tempo depois[111].

Vejamos agora como é que D. Miguel da Silva fez chegar às mãos de D. Manuel a referida cópia da epístola de Frei Fabrizio del Carretto para o Papa e a "carta do capitam do turco".

A resposta a esta questão, tal como antes, podemos encontrá-la na correspondência enviada por D. Miguel da Silva para Portugal. Examinando a documentação reunida no *Corpo Diplomatico Portuguez,* foi possível distinguir três cartas – duas para D. Manuel e uma para António Carneiro – registadas com a data de 1 de Julho de

110 *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 430.

111 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 430-432. Efectivamente, junto desta carta de D. Miguel da Silva a D. Manuel, datada de 16 de Abril de 1517, encontra-se a tal carta em italiano – que Rebelo da Silva não publicou –, com notícias do Mediterrâneo Oriental, cf. Documentos, 38. A tradução desta mesma carta, por motivos que desconheço, foi parar a um outro lugar, cf. Documentos, 39.

1517, eventualmente relevantes para esclarecer este assunto[112]. Na primeira, aquela que dá as "novas do turco", D. Miguel diz-nos: "¶ Teendo já escritto hũa carta e querendo começar esta outra me tomou hũo tam grande accidente e sobre tanto trabalho dos dyas passados em tempo tam perigosso nesta terra que nom ouso de mouer me de hũa cama omde jaço / e honde os medicos me nam queriam em nenhũa maneyra consentir que somente fizesse esta per mãoo d outrem / todavya a faço como posso e prazera a deus que nam sera mays que temor"[113]. Uma vez que por uma nota do editor ficamos a saber que tanto esta carta como as restantes, com a mesma data, não são da mão de D. Miguel da Silva, limitando-se este apenas a assiná-las, podemos assumir que a carta que este já tinha escrito (e excluindo a hipótese de haver ainda uma outra lavrada pelo próprio com a mesma data, entretanto desaparecida) é indiscutivelmente a que consta com data de 30 de Junho[114].

Assim sendo, o que é que estas cartas, separadamente e no seu conjunto, nos dizem sobre a forma como foram enviadas? No escrito do referido embaixador para António Carneiro, com data de 1 de Julho do mesmo ano, pode ler-se o seguinte: "Este correio mando a posta; he obrigado hyr em XV dyas: se em menos for, vossa merce lhe fará alguma cortesia: ho preço he cem ducados"[115]. Noutra epístola para D. Manuel, que não aquela onde dá notícias do Mediterrâneo Oriental, mas também com a mesma data, D. Miguel acrescenta: "Este correyo detyue atee agora por que leuasse esta

112 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 469-475.

113 *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 469 ou Documentos, 41.

114 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 461-468.

115 *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 474. Refira-se a este propósito que tanto a duração da viagem como os seus custos são muito semelhantes aos de Bruxelas-Lisboa na mesma época, cf. Anselmo Braancamp Freire, *op. cit.*, p. 227 e p. 245.

Resoluçam. Parte oje primeiro de Julho á meea noyte: há de passar em XV dyas, e menos se menos poder"[116]. Reconhecendo como pouco razoável que estas cartas tivessem seguido separadamente – o que podemos inferir não só de uma leitura cruzada desta correspondência, mas também considerando os elevados custos de envio de correio à posta[117] –, podemos concluir que a "c*ar*ta do capita*m* do turco", tal como a cópia da epístola de Frei Fabrizio del Carretto para o Papa, foi enviada junto com as aludidas cartas de D. Miguel da Silva e com uma série de breves e bulas de que o mesmo dá conta, tendo partido de Roma à meia-noite do dia 1 de Julho de 1517.

Ainda a este propósito, ocorre também perguntar se terá chegado no tempo previsto. A julgar por outros casos idênticos, podemos presumir que se trata de uma hipótese perfeitamente razoável[118]. Contudo, na ausência de prova documental, a única coisa que a esse respeito podemos de facto afirmar, usando uma nota no verso de uma minuta da resposta que D. Manuel enviou ao seu embaixador em Roma, onde este dá conta de ter recebido as cartas "feitas em primeiro dia deste mês de Julho", é que o referido maço chegou, pelo menos, antes de 4 de Agosto[119].

Finalmente, urge questionar se existe alguma relação entre a opção de enviar à posta este maço de escritos e as "novas do turco"; e, ainda, perguntarmo-nos que relevância foi atribuída por D. Manuel e por D. Miguel da Silva – no intuito de satisfazer as instruções ou a

116 *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 475.

117 Sobre este assunto, vide Pierre Sardella, *Nouvelles et Spéculations a Venise au début du XVI siècle*, "Cahiers des Annales", 1, Paris, Librairie Armand Colin, s.d., pp. 50-54.

118 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 420 e tomo II, p. 16.

119 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 477-485.

apetência daquele – às notícias que circulavam sobre o que se passava no Mediterrâneo Oriental e, em particular, em Rodes.

No que diz respeito à primeira questão, impõe-se referir, antes de mais, o que corresponde quase a uma evidência, que o envio de correio próprio à posta constituía uma opção de excepção e que, pelo menos neste contexto temporal e espacial circunscrito, a solução habitual passava pelo recurso a outros correios, nomeadamente, os do Papa, do embaixador de Castela, de Giovanni Francesco Affaitadi[120], aos quais se poderá ainda juntar, naturalmente, os clérigos que iam e vinham do Reino[121].

Para além disso, examinando a correspondência trocada entre Roma e Lisboa, durante o ano de 1517, é interessante assinalar que só foi possível identificar três ocasiões em que a opção de enviar por correio próprio à posta foi adoptada – uma vez de Lisboa, de que não resta o documento, e duas de Roma – e em qualquer uma delas, coincidência ou não, havia notícias do Mediterrâneo Oriental[122].

Explorando estes casos – dois maços de correspondência de D. Miguel da Silva enviados de Roma, respectivamente a 16 de Abril e

---

120 Veja-se, por exemplo, o alvará régio para João Francisco relativo a dois maços de cartas que este deveria fazer chegar às mãos de D. Miguel da Silva, de Lisboa, 30 de Maio de 1518, cf. Documentos, 43.

121 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 163-164, p. 174, p. 321 e p. 151; sobre correios e seus caminhos entre Roma e Lisboa, no reinado de D. João III, *vide* Maria Augusta Lima Cruz, " Contribuição para o estudo dos correios entre Portugal e Roma no século XVI ", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 463-469; ou ainda, Maria Helena Cruz Coelho (coord.), *As Comunicações na Idade Média*, s. l., Fundação Portuguesa das Comunicações, s. d.; e Margarida Sobral Neto (coord.), *As Comunicações na Idade Moderna*, s. l., Fundação Portuguesa das Comunicações, s. d.

122 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 319-541.

a 1 de Julho, e as minutas das respostas[123] – podemos, de facto, reconhecer algo que parece confirmar que a coincidência acima referida é portadora de significado. Assim, numa destas cartas para o Rei – datada de 15 de Abril –, o referido embaixador começa por afirmar:

> Este correo despachara loguo, mas por nam auer cousa certa do turco, e os dias serem todos de paxam, e poder mandar alguuns despachos a Vossa alteza o detyue ateguora, e aynda pera partyr oje foy necessario expedir alguumas cousas nestes dias sanctos antre confissões e officios, que se nam podiam deyxar; porem, por serem cousas de vosso seruiço, e segundo mynha consciencia do de deus, as despachey, que d outra maneyra sey que Vossa alteza me perdoara[124].

Logo a seguir, numa longa mas muito interessante passagem, porque reveladora das preocupações maiores do *Venturoso* e do seu embaixador, acrescenta

> Tambem estiue n alguuma duuida se era bem fazer despesa de correo, estando qua as cousas tam lonje de concrusam, e cay em me parecer que sy, aynda que nam por mays que por ysso so; porque na verdade ha y grande necessidade, e tanto mayor, quanto menos ella qua lembra, e por ysso he bem serdes, senhor, auisado, porque nam deyxeys de comprir com deus, que com todo ho mundo já tendes bem comprido; e seja, senhor, notorio a todos que nam fica por uós, antes que se faz, que vós só o moueys e soys disso causa; que seguundo as cousas estam, e estas nouas do turco vem, já me parece que vejo cada dia o papa pollas postas, e homem tras elle nam podendo dizer outra cousa, nem

123 Cf. *op. cit.*, tomo I, pp. 415-446, pp. 461-475 e pp. 477-485.

124 *Op. cit.*, tomo I, pp. 425-426.

> tendo outra escusa de tamanho somno, senam dizer quem cuydara ysto? Galante desculpa, auendo cem annos que sabemos as cousas do turco, suas armadas, sua crueldade, sua ydade, suas uictorias sobre uictorias, caçando desde polla menhaam ate noyte muyto descansadamente: que desauentura e que cegueyra he esta do corpo e d alma, que nem cobiça nos nam moue, mouendo nos a matar antre nós? E, tendo tal campo pera se fartar com tam sanctas causas, tudo he esquecymento e nam sey que, que as pedras se moueriam se se possessem ante os olhos a metade das cousas que Vossa alteza que me transportou a paxão a dizer ysto, que nam sey o que diguo, nem se o deuo dizer, que se fosse bem esperar o correo mays, rasguaria tudo e tornaria a escreuer outra carta[125].

Finalmente, numa minuta de uma carta de D. Manuel para D. Miguel da Silva, provavelmente de 11 de Maio, respondendo às dúvidas deste sobre a oportunidade de ter enviado a correspondência do modo como o fez, pode ler-se o seguinte:

> Vimos as cartas que nos enviastes feitas de XV e XVI dias do mes d abril pasado, e o correo que as trouxe comprio com sua obrigaçam, e lhe mandámos pagar segundo spreuestes, e ouuemos por nosso seruiço fazerdes o dito correo, nem podyamos leixar de ser niso seruido, pois vos pareceo que era bem ho fazerdes asy por nosso seruiço[126].

Como podemos ver, confirma-se realmente que as "novas do turco" tiveram uma importância decisiva na opção de D. Miguel da Silva por enviar à posta a sua correspondência de 15 e 16 de Abril. Por outro lado, reconhecendo que as notícias que este enviou a 1 de

125 *Op. cit.*, tomo I, p. 426.

126 *Op. cit.*, tomo I, pp. 433-434.

Julho – onde se incluía uma cópia da carta do Grão-Mestre para o Papa e a "*car*ta do capita*m* do turco" – eram "muyto pijor[*es*] polla *chris*tandade q*ue* nenhũas q*ue* atee aqui ouuesemos"[127] e não distinguindo outras que pudessem suscitar tanto interesse a D. Manuel, tudo indica que devemos imputar a estas notícias a razão de ser de uma opção por enviar um correio do mesmo tipo.

Entre a fé e o império: o lugar do Mediterrâneo Oriental

Que relevância conferia então D. Manuel ao que se passava no Mediterrâneo Oriental? A resposta, inequívoca, podemos encontrá-la não nas suas próprias palavras mas, tal como antes, na correspondência do futuro bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, mais propriamente num trecho de uma carta que este enviou a el-rei D. Manuel a 16 de Abril de 1517. Nesta epístola, aludindo às "nouas do soldam", quer dizer, às notícias que apontavam para destruição do sultanato Mameluco, D. Miguel da Silva afirma:

> se assy sam, como se crê, e se aguora nam mouem as pedras a tomar os sanctos conselhos de Vossa alteza, nunqua já parece que se poderám mouer os homens. O papa, senhor, vos escreue em reposta de vossas cartas e cousas, que lhe eu disse; nam sey o que será, certo que sua tençam pode ser mays sancta, e veja o Vossa alteza por quam bem conhece a vossa, e leuay, senhor, por mercê muyto contentamento do nome, que nesta cousa de uós ante todos nesta praça do mundo déstes, ou mays verdadeyramente confirmastes, que nam se fala aguora qua em

127 *Op. cit.*, tomo I, p. 471 ou Documentos, 41.

> al, senão que vós soo soys Rey christão, vós soo socorrereys a christandade com verdade e com conselho, e quando compre com a obra ynteyramente, nam espargyndo sangue christão senam segundo o seruiço de nosso senhor, facendo uos loguo paguar de tanta mays cantidade do dos infieys e imigos da nossa sancta fe; nem, senhor, o papa tem com que fazer as faces vermelhas a todos os outros principes, senão com o que aguora neste caso Vossa alteza fez escreuer[128].

Com efeito, mesmo sem recorrermos a outros testemunhos, bastaria este para podermos afirmar que o Mediterrâneo Oriental ocupava um lugar central nas preocupações geopolíticas de D. Manuel e que isso era público e notório.

Nada disto é novo, porém. Como é sabido, tanto Jean Aubin como Luís Filipe Thomaz, debruçando-se sobre as intenções e os projectos de D. Manuel, identificaram a posição central que a reconquista de Jerusalém e a destruição do império Mameluco ocupavam nas preocupações do *Venturoso*, desvendando de forma inequívoca a importância atribuída por este ao Mediterrâneo Oriental[129]. Esta posição central é claramente expressa não apenas

---

128 *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 422.

129 *Vide* Jean Aubin, "Duarte Galvão", "L'Ambassade de Prêtre Jean à D. Manuel" e "Le Prêtre Jean devant la censure portugaise " in *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, pp. 11-48, 133-182 e 183-210; do mesmo autor, "La Sainte Entreprise de Jérusalem" in *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le régne de D. Manuel (1495-1521)*, vol. III, édition posthume préparé d'après les papiers laissée par l' auteur : Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp.223-251; Luís Filipe Thomaz, *op. cit.*, pp. 189-206; e, do mesmo, "L'idée imperiale manuéline " in *La Decouverte, Le Portugal Et L'Europe. Actes du Colloque (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

no grande esforço diplomático desenvolvido por toda a Cristandade, entre 1505 e 1513[130], congregando apoios para uma expedição à *Terra Santa*, mas também nas decisões tomadas ou sugeridas, no princípio do século XVI, no contexto da presença portuguesa nas margens do Índico. Como Luís Filipe Thomaz deixou também claro, este projecto de D. Manuel, não obstante ter sido construído num contexto geográfico muito mais vasto, inscreve-se distintamente numa tradição medieval[131]. Aliás, o mesmo projecto constitui um dos aspectos de maior relevância para aquilo que foi a brilhante caracterização que este autor formulou das intenções de D. Manuel e que o levam a afirmar: "L'idée impériale manuéline représente une sorte de grande synthèse de tous les projets de croisade, mythes, aspirations et utopies du Moyen Age finissant. Son originalité ne réside nullement dans les éléments dont elle se compose mais plutôt dans leur agencement en ensemble vaste, simple et assez cohérent. C'est là aussi que se trouve la 'modernité' du projet, par ailleurs très médiéval encore: médiéval de par sa conception du pouvoir, son obsession de Jérusalem, son messianisme de teint joachimite, mais déjà moderne de par sa stratégie qui se déploie à une échelle quasi-planétaire"[132].

A respeito das intenções e dos projectos de D. Manuel, ou de outros para os quais foi atraído – assunto sobre o qual se debruçaram detalhadamente Jean Aubin e Luís Filipe Thomaz –, permito-me apesar de tudo tecer algumas considerações, designadamente a propósito dos contornos da empresa que lhe foi proposta em 1517 e à qual aderiu com manifesto entusiasmo.

---

130 Cf. Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, s.d., p. 200.

131 Cf. *op. cit.*, p. 195.

132 Luís Filipe Thomaz, "L'idée imperiale manuéline " in *op. cit.*, p. 98.

Como vimos antes, após a morte de D. Maria, a sua segunda consorte, a 7 de Março de 1517, D. Manuel abandonou-se a um fervor religioso contemplativo[133]. A este seguiu-se, não muito tempo depois, mais precisamente na Primavera desse ano, a sua manifesta vontade de abdicar do trono português, se fixar no Algarve e de aí dirigir a guerra contra o infiel no Norte de África[134]. Como é sabido, ao invés daquilo que parece ter sido sua intenção[135], nem deixou o trono a favor de seu filho, nem lançou qualquer campanha no Norte de África. Com efeito, ainda na Primavera de 1517, D. Manuel decidiu antes responder favoravelmente aos apelos da Santa Sé e mostrar-se disponível e empenhado em colaborar numa acção concertada da Cristandade contra o *Turco*[136].

Convém assinalar que os apelos do Sumo Pontífice junto do *Venturoso*, tal como de outros príncipes cristãos, no sentido de pugnar pela paz na Cristandade e pregando uma acção contra o *Turco*, não constituem propriamente uma novidade. Pelo contrário, eles sucederam-se de modo insistente desde o início do pontificado de Leão X[137]. Assim, parece-me deveras interessante que tais apelos só tenham colhido um nítido entusiasmo por parte do referido príncipe justamente na Primavera de 1517, ou seja, quando o *Turco* estava prestes a consumar a destruição do império Mameluco e

---

133 Cf. *supra*.

134 Cf. *supra* e bula *Redemptor Noster* de Leão X, de 13 de Abril de 1517, in *Bullarium Patronatus Portugalliæ Regum in Ecclesiis Africæ, Asiæ atque Oceaniæ. Bullas, brevia, epistolas, decreta actaque Sanctæ Sedis ab Alexandro III ad hoc usque tempus amplectens*, sob a dir. de Levy Maria Jordão (1171-1600), tomus I, Lisboa, Ex Typographia Nationali, 1868, pp. 117-118.

135 Cf. *supra*.

136 Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, p. 420.

137 Cf. breve *Significavit nobis*, de 5 de Setembro de 1513, publ. in *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo I, pp. 201-202 e citado por Luís Filipe Thomaz, " L'idée imperiale manuéline ", in *op. cit.*, p. 64; e Louis Pastor, *op. cit.*, p. 165.

sabendo-se que qualquer acção militar contra esse inimigo passaria necessariamente pelo Egipto[138]. Somos pois levados a crer que o empenho de D. Manuel numa expedição contra o *Turco* pode estar mais relacionado, não tanto com o seu manifesto zelo religioso ou com uma qualquer vaga solidariedade cristã de que parece ter dado mostras noutra ocasião[139], mas sim com a possibilidade de uma qualquer acção militar contra esse inimigo se vir a desenrolar no cenário da sua sempre posposta empresa.

A isto acresce, o facto de uma acção concertada da Cristandade contra o Islão, tal como o nítido empenho de D. Manuel na sua concretização, ter perdido definitivamente a sua dimensão anacrónica e ter assumido então, mercê de circunstâncias

---

138 Sobre a discussão em torno dos meios e dos cenários alternativos desta operação militar, nomeadamente sobre a possibilidade de desenvolver uma acção no Egipto, cf. Louis Pastor, *op. cit.*, pp. 173-179; e, por exemplo, o "Trellado dos apo*n*tamen*n*tos que vieram de Roma sobre a expidiça*m* da guerra do turco", texto que se encontra na Torre do Tombo, *Gavetas*, XX, maço 5, doc. 8, publ. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, pp. 399-405.

139 Numa acção cujo significado me parece ainda um pouco obscuro, reproduzindo a iniciativa protagonizada alguns anos antes por D. Afonso V, em socorro do reino de Nápoles, D. Manuel, a pedido do embaixador veneziano, enviou em 1501 uma armada em socorro da Senhoria. A missão desta armada, sob o comando de D. João de Meneses – o mesmo que poucos anos mais tarde será elevado à dignidade de prior do Crato –, respondendo ao apelo da república de São Marcos, então enfrentando uma guerra com o império otomano, deveria desenrolar-se, como de facto aconteceu, no Mediterrâneo Oriental. Para além dos motivos já invocados, configurando um claro desinteresse, apesar de tudo compatível com algumas vantagens no plano diplomático, é possível colocar-se a hipótese desta expedição se assumir como uma manobra através da qual, aproveitando a oportunidade oferecida, D. Manuel poderia obter algum tipo de posicionamento da Senhoria de Veneza favorável aos seus interesses. Sobre este assunto, *vide* Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Parte I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, pp. 36-37 e pp. 120-124; Donald Weinstein, *Ambassador from Venice: Pietro Pasqualigo in Lisbon, 1501*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1960.

exógenas, contornos de modernidade. Efectivamente, se a empresa projectada noutros tempos por D. Manuel, definindo a reconquista da *Terra Santa* como objectivo e o império Mameluco como inimigo, possuía uma dimensão algo anacrónica nesse cenário e dado que aquele império não representava qualquer ameaça para a Cristandade, já o mesmo não se poderá dizer tratando-se deste outro inimigo. Com efeito, creio que constitui um facto indubitável que a pressão otomana na Europa Oriental, a presença dos irmãos Barba Roxa no Mediterrâneo Ocidental[140], a queda do império Mameluco e os pedidos de socorro da ordem de São João de Jerusalém, definindo o império Otomano como uma verdadeira e extensa ameaça, conferiam agora actualidade a qualquer acção dirigida contra este. Assim, e muito embora tenhamos que reconhecer que os apelos do *Venturoso* continuaram a não surtir qualquer efeito, os seus projectos e as suas palavras, mercê das vicissitudes da história e a partir de 1517, não podem ter deixado de passar a ser entendidos não só como *sanctos conselhos*[141] mas também, definitivamente, como actuais.

Mas o interesse de D. Manuel pelo Mediterrâneo Oriental não se reduz de forma alguma aos projectos e aos sonhos deste em torno da recuperação da *Terra Santa* e da destruição do Islão. O seu interesse inclui uma dimensão mais pragmática que se exprime na atenção dada às relações e aos destinos da ordem de São João de Jerusalém. É o que analisaremos em seguida.

Para além de ter constituído, desde a sua fundação, um exemplo concreto de continuidade na prossecução daquilo que D. Manuel assumia como um dos seus objectivos prioritários, a luta contra o

140 Cf. R. Le Tourneau, " 'Arūdj " in C.E. Bosworth *et alii*, *op. cit.*, vol. I, p. 677b; e A. Galotta, " Khayr al-Dīn (Khıdır) Pasha, Barbarossa " in *op. cit.*, vol. IV, p. 1155a e ss.

141 Cf. *supra*, carta de D. Miguel da Silva a el-rei D. Manuel, de 16 de Abril de 1517.

Islão, esta ordem militar e religiosa – a única que permaneceu instalada no Levante a partir do princípio do século XIV – fruía de uma inserção geográfica que, do ponto de vista da Cristandade em geral e da coroa portuguesa em particular, lhe conferia nítida importância estratégica: refiro-me, evidentemente, à sua presença no Dodecaneso.

Na verdade, não creio que suscite dúvidas que, quer num Mediterrâneo Oriental partilhado entre otomanos e mamelucos, quer num inteiramente otomano, a presença dos hospitalários em Rodes não podia deixar de ser reconhecida por toda a Cristandade, ao longo do século XV e princípio do século XVI, como desempenhando um papel fundamental na defesa da Cristandade e na luta contra o infiel. Em rigor, a sua importância prendia-se não só com o papel desempenhado na luta que, de forma intermitente, se manteve ou poderia vir a ter lugar, mas também enquanto espaço receptor de informação sobre tudo aquilo que se passava no Mediterrâneo Oriental e que, de alguma forma, pudesse pôr em risco a segurança da Cristandade.

Como veremos, ainda enquanto receptáculo de informação, dir-se-ia que a importância estratégica desta Ordem ultrapassava largamente os limites geográficos do espaço onde fazia sentir a sua acção, estendendo-se inegavelmente por uma área muito mais vasta. Acresce que a natureza e as características desta ordem militar e religiosa impunham à mesma e aos seus membros um vaivém constante entre a sua sede e os pontos mais recônditos da dita Cristandade. Entre outras razões estão a sua subordinação a Roma, o exercício de soberania desta sobre um território, a manutenção de uma estrutura que não fora nem viria a ser alguma vez plenamente integrada pelos estados nacionais – quer isto também dizer, por exemplo, que a ascensão dos seus membros no

governo central da ordem se manteve, de um modo geral, nas mãos dos seus órgãos de decisão – e a dispersão dos seus benefícios por toda a Cristandade. Assim, para além da ordem de São João de Jerusalém usufruir de condições privilegiadas enquanto receptáculo de informação de grande relevância estratégica para o Ocidente, a mesma também dispunha de condições que lhe permitiam transferir essa informação, quando não com regularidade pelo menos com frequência, por esse mesmo espaço.

Ora, como se infere daquilo que, aqui ou ali, nos dizem algumas fontes narrativas e, em particular, o que sobreviveu da correspondência trocada entre Frei André do Amaral[142] e D. Manuel[143], a coroa portuguesa tinha uma percepção clara das vantagens de uma proximidade com a ordem de São João de Jerusalém e usufruiu plenamente desta, quer no plano do acesso a informação quer no plano da acção.

---

142 Sobre Frei André do Amaral, um destacado membro desta ordem, entre outras coisas, conservador conventual, capitão das galés, grão-chanceler e, em 1521, um forte candidato à dignidade magistral, *vide* A. M. Seabra de Albuquerque, *Fr. André do Amaral, Bailio da Ordem de Rodes*, separata extraída dos vols. XXXI (1884) e XXXIII (1885) de *O Instituto*, Coimbra Imprensa da Universidade, s. d.; Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos, *Subsídios para a genealogia de Frei André do Amaral, de Touriz*, separata do vol. V do *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1947; e Jean Aubin, "La Porte entre en Lice" in *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le régne de D. Manuel (1495-1521)*, vol. III, édition posthume préparé d'après les papiers laissée par l'auteur : Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp.465-479;

143 Cf. Documentos, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 33 e "Carta para el-rei do capitão das galés de Rodes, a respeito das astúcias dos venezianos para o sultão", de Rodes, 15 de Fevereiro de 1510, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, pp. 106-107.

Efectivamente, algumas alusões de João de Barros ao assunto[144] e a correspondência de Frei André do Amaral[145] – ou ainda aquela que, não sendo da lavra deste, por ele foi enviada[146] – mostram-nos claramente que D. Manuel teve acesso frequente a informações oriundas de Rodes. Entre estas contam-se notícias relativas a movimentações políticas ou militares nas margens do Mediterrâneo Oriental[147], notícias sobre os sucessos das armas portuguesas na Índia[148] e, talvez mais importante que tudo o resto, avisos em torno de eventuais preparativos navais do *Soldão do Cairo* contra os interesses portugueses no Oceano Índico[149]. Escusado será dizer que, tratando-se de informações cujo interesse para a coroa portuguesa é notório – em todo o caso o facto de terem sido enviadas confere-lhes, naturalmente, relevância –, não só não me parece que o seu envio tenha tido um carácter gratuito como se me afigura razoável entendê-lo como resposta a uma prévia solicitação régia ou, pelo menos, a uma identificação do aludido interesse por parte de quem tratou de enviar tais informes, neste caso, Frei André do Amaral. Por outras palavras, parece-me razoável presumir que, em qualquer circunstância, o universo de notícias seleccionadas por representantes diplomáticos ou

144 Cf. João de Barros, *Ásia. Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, 6.ª edição actualizada na ortografia e anotada por Hernani Cidade e com notas históricas finais de Manuel Múrias, II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, p. 145; e *op. cit.*, III, p. 17 e p. 24.

145 A respeito desta correspondência, a julgar por aquilo que Frei André do Amaral nos diz e na falta de qualquer epístola de D. Manuel, estamos certamente perante uma ínfima parte daquela que, tudo indica, foi trocada entre estes desde 1505 até 1521, cf. Jean Aubin, *op. cit.*, III, p. 470; e Documentos, 21, 24 e 33.

146 Cf., por exemplo, Documentos, 16 e 17.

147 Cf. Documentos, 16, 18, 19 e 29

148 Cf. Documentos, 15 e 16.

149 Cf. Documentos, 16, 17, 21, 22, 23

comerciais ou por quem quer que tenha mantido laços epistolares o poder na *alma parens* (ainda mais existindo uma relação de dependência hierárquica entre o emissor e o receptor), foi sempre, irremediavelmente, determinado por instruções explícitas nesse sentido ou, em última análise, por uma identificação por parte do referido emissor daquilo que poderia constituir matéria relevante para o seu destinatário. Mais ainda, não fora a importância dessas informações constituir uma clara evidência, o facto de sabermos que el-rei de Portugal tomou decisões decorrentes das mesmas, revela-nos de forma incontornável a relevância que lhes foi atribuída. Com efeito, isso mesmo se infere daquilo que nos diz João de Barros – a propósito de um tal Diogo de Unhos, "homem diligente nas cousas do mar"[150] que o *Venturoso*, tendo já partido a armada daquele ano, despachou para a Índia – ao afirmar que "a causa da qual partida foi por vir recado a el-Rei, per via de Rodes, como o Soldão do Cairo tinha feito ũa grossa armada em o porto de Suez do Mar Roxo, a qual estava de todo prestes pera partir pera a Índia. E posto que ao tempo que ele, Lopo Soares, partiu deste reino, se dizia desta armada, e el-Rei lhe mandava que entrasse no Mar Roxo, não se havia a nova por tam certa, nem se sabia o número de velas e outras particularidades que per este Diogo de Unhos el-Rei mandava dizer a Lopo Soares, e o que sobre isso logo fizesse"[151]. Aliás, recorde-se que o mesmo príncipe alterou disposições relativas ao governo da Índia, nesse mesmo ano de 1516, mantendo Afonso de Albuquerque na "capitanya e governança desas partes, tirando cochy, e calecut, e malaca"[152], entre outros motivos por ter recebido

150 João de Barros, *op. cit.*, III, p. 17.

151 *Ibidem.*

152 Cf. "Carta del-rei D. Manuel a Affonso de Albuquerque, ordenando-lhe que, no caso de haver tomado Adem ou algum outro porto do Mar Roxo, ou de ter entrado o mar da Índia a

novas dos preparativos do *Soldão do Cairo*, muito provavelmente por via de Rodes[153].

Como afirmei antes, as vantagens de uma proximidade entre a coroa portuguesa e a ordem de São João de Jerusalém também encontram expressão em acções promovidas pela referida ordem ou realizadas com a sua clara conivência. Entre estas o caso mais elucidativo é aquele que envolveu Frei Philippe Villiers de l'Isle Adam e, precisamente, Frei André do Amaral, enquanto capitão das galés da Religião, ao enfrentarem a armada mameluca no golfo de Alexandreta, na célebre batalha de Āyās, a 23 de Agosto de 1510[154]. Como é evidente, sabendo-se que o objectivo dos mamelucos, nessa ocasião, consistia na aquisição da madeira necessária à construção de uma armada no Suez (e, desse modo, cuidar de enfrentar a ameaça portuguesa aos seus interesses no Oceano Índico), ao empreender semelhante acção a Ordem um valioso serviço à coroa portuguesa. Da importância deste valioso serviço todas as partes envolvidas tinham plena consciência[155]. A Ordem, para além dos benefícios directos imediatos, poderia vir a colher

---

armada do Soldão, permanecesse na India, repartindo o governo com o novo capitão-mór, Lopo Soares", de Almeirim, 20 de Março de 1516, in *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas sob a direcção de Raymundo Antonio Bulhão Pato, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1903, p. 239.

153 Cf. *op. cit.*, III, p. 238.

154 A propósito desta batalha, sobre a qual são inúmeras as notícias, *vide* Gottardo Bottarelli e M. Monterisi, *Storia Politica e Militare del Sovrano Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme detto di Malta*, vol. I, Milão, Fratelli Bocca Editori, s.d. , pp. 285-289; Jean Aubin, *op. cit.*, III, pp. 471-479, nota 92 na p. 461; e Documentos, 18 e 19.

155 Cf. carta do grão-mestre Frei Aimeric d'Amboise ao doge de Veneza, de 1 de Setembro de 1510, dando conta dos motivos que levaram a Ordem a lançar-se sobre a referida frota mameluca, inserida nos *Diarii* de Marino Sanuto, citada e traduzida por Nicolas Vatin, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1994, pp. 317-318 ; Documentos, 18 e 21.

dele outro proveito, designadamente o empenho de D. Manuel na sua defesa; a coroa portuguesa não pode ter deixado de daí retirar uma prova irrefutável do papel relevante que a ordem de São João de Jerusalém poderia desempenhar não só na luta contra o Islão mas também, num cenário mais vasto, em defesa dos interesses portugueses no Oceano Índico.

Ainda justificando a referida proximidade, não creio que no entendimento de D. Manuel também fosse de desprezar o papel que a Ordem ou outros indivíduos com a sua clara conivência desempenhavam na luta contra o Islão, designadamente sob a forma de corso e pirataria. Na verdade, perante a óbvia impossibilidade da ordem de São João de Jerusalém empreender isoladamente uma guerra em larga escala contra qualquer um dos seus poderosos vizinhos muçulmanos – e portanto reduzida à defesa do seu território –, não podia deixar de utilizar uma parte significativa dos seus recursos no exercício de semelhante actividade, convertendo ainda os seus domínios num refúgio de piratas[156]. Ao fazê-lo, num cenário onde o corso e a pirataria tinham uma larga tradição, a ordem de São João de Jerusalém poderia cuidar de cumprir a sua função, tratar de alargar o seu espaço de afirmação política e militar, e tudo isso, naturalmente, com vantagens económicas para a mesma, seus membros e, de um modo geral, para os habitantes dos seus domínios[157]. Assim, não espanta que no período que nos ocupa, entre finais do século XV e os primeiros anos do século XVI – em particular desde 1495 até à

156 Cf. Nicolas Vatin, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, Louvain-Paris, Éditions Peeters, 1994, p. 122.

157 Cf. *op. cit.*, pp. 60-63.

queda de Rodes nas mãos dos otomanos, em 1523 [158] –, os territórios da referida Ordem tenham vivido dias de autêntico frenesim, enquanto base de operações dessa natureza[159]. Esta intensa actividade, muito embora não tenha poupado a navegação cristã, a pretexto do contrabando de produtos cuja venda era interdita aos muçulmanos[160], naturalmente não deixou de privilegiar como objecto da sua atenção o inimigo muçulmano. Ora, para o assunto que nos ocupa, tudo isto se afigura tanto mais interessante quanto sabemos que a referida Ordem, tendo promovido ou favorecido essa prática numa vasta área, dedicou, entre 1501 e 1517, uma particular atenção à navegação proveniente ou destinada aos portos do império Mameluco e, depois dessa data, aos mesmos, agora otomanos[161].

A este propósito, e muito embora as fontes portuguesas sejam omissas sobre tal matéria, atrevo-me a sugerir que a coroa portuguesa talvez não tenha sido completamente alheia a essa prática de corso e pirataria. Efectivamente, creio que algum sentido faz tal asserção, tanto mais que as fontes italianas, árabes e turcas fazem pontualmente menção à presença de portugueses dedicados à pirataria nas margens do Mediterrâneo Oriental e, pelo menos ocasionalmente, nas proximidades do território mameluco. A título de exemplo pode ser identificada esta prática no Mediterrâneo Oriental por D. Diogo Fernandes de Almeida[162], entre 1502 e 1504[163], e por

158 Cf. *op. cit.*, p. 122.

159 Sobre este assunto, *vide op. cit.*, pp. 79-129 e 294-310.

160 Cf. *op. cit.*, p. 122.

161 Cf. Nicolas Vatin, *op. cit.*, p. 122 e p. 301.

162 Sobre D. Diogo Fernandes de Almeida, prior do Crato entre 1480 e 1508, *vide* Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *op. cit.*, pp. 255-259.

163 Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, III, p. 468; e Documentos, 9 e 10.

Frei André do Amaral[164], senão antes, pelo menos algures a partir de 1503[165] (note-se que este mantém, a título privado, desde 1504, um galeão e, a partir de 1507, um galeão e uma fusta ao seu serviço[166]). Podemos ainda distinguir outros casos, entre 1498 e 1502, sobre os quais pouco se sabe a não ser que, sendo portugueses, se encontravam nas proximidades da costa egípcia ou haviam capturado uma embarcação proveniente de Damieta[167].

Em qualquer circunstância, quer ao serviço de el-rei D. Manuel, quer da Ordem ou, ainda, por conta e risco daqueles que a ela se dedicavam, a actividade de corso e pirataria desenvolvida no Mediterrâneo Oriental, sobre a navegação proveniente ou com destino aos portos mamelucos, se constituía, nos primórdios do século XVI, um importante factor de perturbação da actividade comercial dessa região e prejudicava seriamente os interesses do *Soldão do Cairo*, não deixava de satisfazer os interesses da coroa portuguesa num cenário mais longínquo.

Na verdade, sem que isso possa ser interpretado como expressão de qualquer tipo de subordinação da ordem de São João de Jerusalém aos desígnios de D. Manuel ou o inverso, as vantagens de uma íntima colaboração eram mútuas. Como afirma Jean Aubin, "Rhodes constituait un substitut à la base navale qui manquait à D. Manuel pour exercer en Méditerranée orientale des actions complémentaires à celle qui étaient menées en Mer d'Arabia"[168]. Com efeito, se para os Hospitalários, no princípio do século XVI, poderia ser importante o apoio de um tão zeloso príncipe

164 Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, III, pp. 466-467.

165 Cf. Nicolas Vatin, *op. cit.*, pp. 538-543.

166 Cf. *op. cit.*, p. 543.

167 Cf. *op. cit.*, p. 97; e Jean Aubin, *op. cit.*, III, p. 466.

168 Jean Aubin, *op. cit.*, III, p. 465.

cristão, para o *Senhor da Conquista e da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia*, na exacta medida em que disso poderia depender a segurança e a prosperidade da presença portuguesa para além do cabo da Boa Esperança, não só era relevante a possibilidade de utilizar os domínios desta Ordem como base de operações como de importância fundamental o acesso que esta lhe permitia a informações sobre o que se passava no Mediterrâneo Oriental, incluindo, naturalmente, aquelas que lhe diziam directamente respeito (como foi o caso da "Copia dé la l*ete*ra del capitanno dé la gra*n*dé armata turchesca translatata in greco").

Aliás, diria que o abandono de Rodes pela ordem de São João de Jerusalém, em 1523[169], não pode ter deixado de constituir um rude golpe nos interesses da coroa portuguesa. A partir de então, tendo perdido esse valioso aliado no Mediterrâneo Oriental, a coroa portuguesa viu-se definitivamente afastada daquele espaço de intervenção. Viu-se ainda irremediavelmente reduzida a ter que contar, no que diz respeito ao acesso a informação de importância crucial, com a que lhe poderia ser proporcionada pela coroa espanhola ou Veneza[170], o que, tratando-se do seu maior concorrente comercial no que diz respeito ao trato das especiarias, não só se revelava algo delicado como deveras insólito.

---

169 Sobre a ocupação de Rodes pelos otomanos, *vide*, por exemplo, Nicolas Vatin, "La conquête de Rhodes", in Gilles Veinstein (ed.), *Soliman Le Magnifique et son temps: Actes du Colloque de Paris, Galeries Nationales du Grand Palais (7-10 mars 1990)*, Paris, 1992, pp. 435-454.

170 Veja-se, por exemplo, para além das notícias que chegaram por via de Roma, a correspondência enviada de Veneza por Pedro Caroldo ou Tomás de Carnoça, entre 1531 e 1566, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp. 616-620; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 97-98; e *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 212-213.

Como se depreende de tudo o que foi dito, a coroa portuguesa movimenta-se, desde os primórdios do século XVI, num único cenário estratégico, um cenário que, como afirmou Luís Filipe Thomaz, se define à "échelle quasi-planétaire"[171].

171 Luís Filipe Thomaz, " L'idée impériale manuéline " in *op. cit.*, p. 98.

Conclusão

No quadro daquilo que foi a presença portuguesa nas margens do Oceano Índico, nos primórdios e ao longo do século XVI, o Mar Vermelho afigura-se como um caso deveras singular. Em rigor, tendo esta presença, extensa e de natureza muito diversa – expressa através da construção de inúmeras fortalezas, feitorias ou da realização de frequentes viagens – atingido, ao longo dessa época, os lugares mais recônditos dos mares da Índia ou da China, é desde logo interessante assinalar que a mesma, no caso do Mar Vermelho, se tenha reduzido apenas a algumas intenções ou projectos, a uma continuada actividade de corso dirigida contra a navegação com esse destino, a umas quantas expedições de exploração ou a outras tantas acções militares consubstanciadas em estrondosos fracassos.

Na realidade, com excepção de uma efémera fixação na ilha de Socotorá, cuja fortaleza, construída em 1507, logo foi abandonada em 1511, em caso algum esta longa presença se materializou num qualquer tipo de ocupação territorial ou em qualquer tipo de presença oficial portuguesa nas margens do Mar Vermelho.

Aliás, tal situação afigura-se tanto mais interessante quanto é sabido que a miragem do *Preste João das Índias* e os projectos de aliança com este sustentaram, indubitavelmente, não só o esforço de reconhecimento da costa ocidental africana protagonizado pelo infante D. Henrique como aquele que, nos finais do século XV – nessa altura com toda a certeza também em busca de especiarias –, foi empreendido por D. João II e por D. Manuel. Contudo, nem mesmo a (de algum modo inspiradora) proximidade deste reino das

margens do Mar Vermelho parece ter induzido, afinal, a um efectivo empenhamento da coroa portuguesa numa fixação nessa região.

Face a este cenário, creio que algumas questões se colocam de forma premente. Afinal, que razões poderão ter estado na origem do fracasso das poucas tentativas de fixação e da clara ausência de um nítido empenhamento em tal projecto? Como explicar que, tendo a coroa portuguesa reconhecido desde cedo a notória relevância estratégica do Mar Vermelho (quer do ponto de vista ideológico quer do ponto de vista político, militar e económico), não lhe tenha dedicado uma particular atenção? Ou ainda, por outras palavras, como se compreende que a acção portuguesa nessa região, durante a primeira metade do século XVI, se tenha reduzido à destruição e pilhagem dos navios que cruzavam esses mares ou de insignificantes povoações que, outrora como hoje, salpicavam uma parte das suas margens?

Na verdade, tal facto, bem como o entendimento do lugar reservado ao Mar Vermelho no quadro da presença portuguesa no Oceano Índico, não só no aludido período mas muito para além deste decorre, em meu entender, de uma vasta panóplia de factores e circunstâncias. Em primeiro lugar, daquilo que podemos reconhecer como as imagens e representações erguidas, desde tempos remotos e prolongando-se pelo século XVI, em torno do Mar Vermelho e do Mediterrâneo Oriental e das intenções e projectos, de origem medieval, construídos ou sustentados por estas. Em segundo, de uma clara consciência, por parte da coroa portuguesa, das inultrapassáveis limitações ostentadas pela mesma, no plano financeiro, político e militar, para fazer face isoladamente tanto ao inimigo Mameluco como, a partir de 1517, ao Otomano. Em terceiro lugar, procede da oposição activa ou passiva daqueles que, na Corte ou para além do cabo da Boa Esperança, não só não viam com bons

olhos uma forte presença da autoridade régia no *Mar das Índias*, como identificavam largas e óbvias vantagens pecuniárias na manutenção do Mar Vermelho como um espaço por onde, nas mãos do tradicional inimigo mouro, continuassem a circular mercadorias. Finalmente, creio que a manifesta esterilidade dessa região, no que diz respeito aos produtos de interesse económico que poderia oferecer, poderá ter também contribuído decisivamente para esse desinteresse ou falta de empenho.

Como vimos antes, as imagens e representações do Mar Vermelho, definem-se, nos primórdios do século XVI, como involuntariamente ecléticas, ao incorporar um *saber de experiência feito* e, ao mesmo tempo, ao preservar a herança medieval. Assim, se no início do século XVI estas imagens incluíam uma representação dos seus contornos manifestamente difusa e se esta, através de sucessivas viagens de exploração se foi progressivamente tornando mais nítida, a verdade é que essa representação continuou, indubitavelmente, a incluir uma forte presença de uma plêiade de atributos anteriores e exógenos a esse reconhecimento. Efectivamente, apesar de medido e esquadrinhado por inúmeras viagens, tudo aponta para que a percepção do Mar Vermelho daí resultante não se tenha imposto e que este, pelo menos ao longo da primeira metade do século XVI, se tenha mantido como um espaço de diferentes níveis de discurso, coexistindo os saberes decorrentes do seu recente reconhecimento com incontornáveis referências bíblicas (como a da sua travessia por Moisés ou a da viagem da Rainha do Sabá) e ainda com a presença da *Casa de Meca*, o coração simbólico do Islão.

Ainda a este propósito, dir-se-ia que as difíceis condições de navegação que o Mar Vermelho exibe – implícitas no facto deste constituir hoje um verdadeiro cemitério de navios –, tal como a

natureza manifestamente agreste e estéril das suas margens (características que, tendo sido objecto de uma observação directa, são veiculadas pelas fontes da época), não só contribuíram inexoravelmente para arredar o interesse português dessa região como corroboraram uma imagem e uma representação do Mar Vermelho cujas raízes – como assinalei – são deveras remotas.

Na realidade, creio que é precisamente neste contexto que a opção de João de Barros ao descrever o Mar Vermelho, em meados do século XVI, recorrendo à analogia com um lagarto se revela particularmente expressiva. O cronista diz-nos:

> A figura do Estreito do Mar Roxo quere parecer ao corpo de um lagarto cujas portas são o lugar do colo, onde ele é mais delgado, e a cabeça podemos dizer que é o mar que jaz fora delas, entre o Cabo Guardafu e o de Fartaque. O lançamento desta figura das portas té o fim dela, que é a povoação de Suez, jaz quási per o rumo a que os mareantes chamam Nornoroeste, e haverá neste comprimento espaço de trezentas e cinquenta léguas. Os mouros que o navegam, repartem a largura dele em doze jomos, em que haverá pouco mais de trinta e seis léguas no mais largo dele, a qual medida jomo acerca deles quere dizer oitava parte de vinte quatro, dando por singradura, entre dia e noite, outras tantas partes de caminho, a razão de farçanga por hora, três das quais farçangas fazem um jomo, medida antiga dos párseos, a que os gregos corruptamente chamaram Parasanga.
>
> Repartem mais os mouros estes doze jomos em três partes de longo a longo, com que o mar fica dividido em três faixas: à faixa do meio, que é o lombo deste lagarto, chamam mar largo, por ser limpo e navegável de dia e de noite. começando das portas do Estreito té quási o fim dele, não descendo a sua altura de vinte cinco braças, nem subindo de cinquenta. O que não tem as outras duas faixas que vão pelas ilhargas, ũa ao longo das praias de

> Arábia e outra da terra África, a que eles chamam Ajam, e por outro nome Abassia, porque ambas estas duas costas fazem o mar mui sujo de ilhetas, restingas e baixos como canais retorcidos, per que se navega de oito até quinze braças, tam temerosos aos navegantes, que como é sol posto lançam âncora[1].

Ora, em meu entender, a identificação de uma qualquer similitude entre os contornos do Mar Vermelho e a forma de um lagarto tem mais a ver com as conotações simbólicas negativas deste animal, nomeadamente nas *Sagradas Escrituras*, do que com efectivas semelhanças de forma. A opção de João de Barros por esta analogia perpetua afinal, e acima de tudo, um conteúdo simbólico associado ao Mar Vermelho que podemos fazer remontar à Idade Média.

Do mesmo modo que as imagens e representações do Mar Vermelho (incluindo a identificação do reino do *Preste João* nas suas proximidades), os projectos que estas sustentaram –, designadamente, o projecto de reconquista da *Terra Santa* e de destruição do sultanato Mameluco, obsessivamente perseguidos por D. Manuel – possuem uma nítida origem medieval e atribuem a essa região uma importância decisiva para a sua concretização[2]. O Mar

---

[1] João de Barros, *Ásia de João de Barros, Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Década II, edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade e com notas históricas finais por Manuel Múrias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, viii, 1.

[2] Cf. Jean Aubin, " Duarte Galvão " in *Le Latin et l'Astrolabe : Recherches sur le Portugal de la Renaissence, son expansion en Asie et les relations internationales*, I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 11-48; Jean Aubin, "L' Ambassade du Prêtre Jean à D. Manuel" in *op. cit.*, pp. 133-182; Jean Aubin, "Le Prêtre Jean devant la censure portugaise" in *op. cit.*, 183-210; Luís Filipe Thomaz, "A 'Política Oriental' de D. Manuel I e suas contracorrentes " in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, s.d., pp. 189-206 e, do mesmo autor, "L'idée imperiale manuéline " in *La Decouverte, Le Portugal et L'Europe.*

Vermelho que, como podemos inferir das fontes dos primórdios do século XVI, era reconhecido como indissociável da *Casa de Meca*, do sultanato Mameluco e do reino do *Preste João*, só tinha na verdade relevância para quem, no Reino ou no *Mar das Índias*, participava nas decisões ou tratava de as executar na medida em que estava inexoravelmente ligado a estes projectos.

Ora bem, como é sabido, apesar do manifesto entusiasmo, nos primórdios do século XVI, para encontrar o reino do *Preste João* (implícito nas inúmeras diligências feitas) e, depois de reconhecidos os caminhos para chegar a este, do esforço de alguns (designadamente do *Venturoso*, de Duarte Galvão ou de Afonso de Albuquerque) para estabelecer com este relações próximas, tais propósitos não incluíram um claro e convicto empenhamento daqueles que, no Oceano Índico, deveriam concretizar a vontade régia. Acresce que as circunstâncias também não favoreceram esta concretização. O manifesto interesse de D. Manuel no estabelecimento de relações próximas com o reino do *Preste João* é indissociável de outros projectos mais amplos – como disse, aqueles que incluíam a reconquista da *Terra Santa* e a destruição do sultanato mameluco do Cairo –, e a vastidão destes projectos tornava-os, para alguns, irrealizáveis.

Enquanto projecto tido como irrealista é nítido que este contou, durante os seus momentos de maior vigor, com a oposição explícita e sistemática de alguns sectores da Corte. Em particular, contou com a oposição de todos aqueles que não faziam nem deixavam fazer porque mais pragmáticos ou porque não viam com bons olhos uma forte presença da autoridade régia no Oceano Índico,

---

Actes du Colloque (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

claramente inibidora da satisfação dos seus interesses – como terá sido o caso de D. Diogo Lobo, barão de Alvito e vedor da Fazenda de D. Manuel –, e veiculando a sua oposição através da inércia de todos quantos, nesses mares, também não olhavam com bons olhos nem essa presença – como é nitidamente o caso de Lopo Soares de Albergaria – nem a diluição das suas expectativas de enriquecimento, como foi o caso de tantos outros. E assim, sabendo que, como diz a sabedoria popular, *Mays faz quem quer, que quem pode*[3], não surpreende que, da parte de muitos daqueles que no Oceano Índico exprimiam a vontade régia, pouco ou nada tenha sido feito! Senão veja-se, a este propósito, por exemplo, a longa e dolorosa saga vivida pelo célebre embaixador Mateus até conseguir chegar a Portugal ou as não menos inúmeras vicissitudes por que passou a embaixada que, dirigida por Duarte Galvão e integrando o dito Mateus, D. Manuel enviou ao *Preste João* (a qual, como se sabe, com a morte do referido embaixador, redundou num fracasso). Senão, veja-se ainda como só em 1520 – não sem que, entretanto, a maior parte das régias oferendas enviadas pelo *Venturoso* ao dito *Preste João* tivessem levado completo descaminho – tais intenções se concretizaram na missão, dirigida por D. Rodrigo de Lima. Então, a poucos meses da morte do *Venturoso*, o maior entusiasta desta aproximação ao *Preste João*, também já era tarde demais...

Em qualquer caso, mesmo que não se fizesse sentir a resistência (activa ou passiva) daqueles que nomeámos antes, parece-me nítido que os verdadeiramente empenhados em tal projecto – projecto que, recordemos, não só incluía uma aproximação ao reino do *Preste João,* como concebia esta como

[3] Hernán Núñez, *Refranes o Proverbios en Romance*, Salamanca, Imprenta de Juan de Cánova, 1555, fol. 72r.

parte de uma acção mais vasta que também compreendia a reconquista da *Terra Santa* e a destruição do sultanato Mameluco –, como é o caso de D. Manuel, tinham plena consciência de que tais intenções só seriam exequíveis com o apoio de, pelo menos, uma parte da Cristandade. Como é evidente, não se verificando, desse outro lado, as condições ou o genuíno interesse em avançar para tal empreendimento – mesmo quando, com a conquista da Síria e do Egipto pelos otomanos, em 1516-1517, o mesmo projecto, perdendo algo da sua natureza arcaica, ganhou uma dimensão moderna –, nunca o *Venturoso* estaria em condições de tomar qualquer iniciativa.

É verdade que o deslize das circunstâncias, expresso na fulgurante expansão da área de influência otomana – a breve trecho estendendo-se até ao Mediterrâneo Ocidental –, que constituiu um motivo de profunda preocupação para toda a Cristandade, conferiu a um qualquer projecto dessa natureza uma indubitável actualidade ou pertinência. Contudo, estou certo que o fracasso das iniciativas promovidas pelo *Venturoso* nesse sentido, precisamente em 1517, revelou a notória incapacidade da Cristandade para agir de forma concertada. Por outro lado, também creio que a dimensão militar desse (apesar de antigo) novo inimigo, o deve ter convencido que tal iniciativa era, de facto, pouco exequível.

Na realidade, o identificado cenário não favorecia claramente este empreendimento. Por um lado, a Cristandade dava mostras, de forma recorrente, de querer protelar qualquer acção concertada contra o inimigo muçulmano, quer se tratasse ele do império Mameluco quer, afinal, do império Otomano. Do ponto de vista da coroa portuguesa, muito embora as notícias do reconhecimento das *Terras do Preste João* tenham chegado apenas alguns anos após a morte de D. Manuel – como se sabe, tendo penetrado nessas terras

em 1520, a embaixada de D. Rodrigo de Lima, ou o que dela restou, permaneceu aí durante cerca de seis anos –, creio que existiu, desde cedo, uma percepção clara de que o *Preste João* não estava em condições de desempenhar um papel decisivo em qualquer acção militar. Finalmente, constituía também um dado adquirido que qualquer acção desta natureza empreendida, de forma isolada, pelos portugueses nessa região, não poderia deixar de estar inexoravelmente votada ao fracasso. Não constitui, portanto, qualquer surpresa que o Mar Vermelho, enquanto objecto da acção da coroa portuguesa, tenha sido remetido ao esquecimento.

Assim, e nestas circunstâncias, compreende-se que, depois da tentativa frustrada de Afonso de Albuquerque para conquistar Adém, em 1513, nem com o mesmo governador, nem com aqueles entre os que lhe sucederam que vieram a promover gigantescas mas inconsequentes expedições ao Mar Vermelho[4] – como foi o caso de Lopo Soares de Albergaria, em 1517, de Diogo Lopes de Sequeira, em 1519-1520, ou mesmo de D. Estevão da Gama, em 1541 –, se tenha procurado cumprir algum objectivo claro.

Na verdade, assumindo uma nítida incapacidade para pensar ou empreender um qualquer outro projecto de acção no Mar Vermelho, a coroa portuguesa que, desde muito cedo, havia adquirido a consciência clara de que este espaço tanto fazia parte do Oceano Índico como do Mediterrâneo e, tendo que gerir não apenas o *Estado da Índia* mas um império à escala planetária, viu-se constrangida a circunscrever o seu interesse ao *Bab el-Mandeb*, isto

[4] Como é sabido, largamente exaltadas no plano do discurso, senão veja-se, por exemplo, o modo como Camões, aludindo a que "com medo o Roxo Mar fará amarelo", cf. Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, X, 62-8; cantou a expedição de D. Estevão da Gama, em 1541, enaltecendo os seus feitos.

é, a reduzir o Mar Vermelho à condição de uma *porta*: a *porta das traseiras* do *Estado da Índia*!

Com efeito, se o Mar Vermelho, para aqueles que continuaram a cruzá-lo, continuou a funcionar como um "véritable trait d'union entre deux mondes, à la charnière de l'Afrique et de l'Asie"[5], para a coroa portuguesa este é nitidamente reconhecido, desde o início do século XVI, apenas como um espaço sobre o qual, por razões de ordem político-militar e revelando-se de importância vital para a segurança do *Estado da Índia*, se impunha manter sob constante vigilância. Esta vigilância – que, afinal, tanto era possível realizar nas suas proximidades como pelo Mediterrâneo –, sendo acompanhada de uma irregular pressão sobre o fluxo comercial que se dirigia para esse destino, não só poderia contribuir para a prosperidade da *Carreira da Índia* como trazer amplos e imediatos benefícios económicos a todos aqueles que, tal como no princípio, à sombra da luta contra o infiel, continuaram, durante ainda muito tempo, a dedicar-se ao corso nessas paragens.

E o *Preste João das Índias*, na realidade aquele que, como estímulo, desempenhara um papel crucial no desenrolar da expansão portuguesa desde os tempos mais remotos, e que se encontrava reduzido, nos primórdios da presença portuguesa no Oceano Índico, a uma condição de interioridade, não passara afinal de uma miragem!

---

[5] Henri Labrousse, *Récits de la Mer Rouge et de l'Océan Indien*, "Col. Études d'Histoire Maritime", Paris, Economica, 1992, p. 7.

Fontes e bibliografia

Fontes

Instrumentos de trabalho*

Azevedo (Pedro d') e António Baião, *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*, *fac-simile* da edição 1905, com nota prévia de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

Barata (Paulo J. S.), *Catálogo da Colecção de Códices: cod. 851-150*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2001.

Braudel (Fernand), "As Fontes", in *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterranico na Época de Filipe II*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 629-687.

Briquet (Charles Moïse), *Les Filigranes: Dictionaire Historique des marques du papier dès leur apparition vers 1282 jusqu' en 1600*, 4 vols., Deuxième edition, Leipzig, 1923.

Costa (Avelino de Jesus da), *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.ª edição, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Universidade de Coimbra, 1993.

* Inclui repertórios de fontes, guias e inventários de arquivos ou de fundos arquivísticos e obras no domínio da Paleografia e Diplomática.

——, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, 6.ª edição, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

Dias (João José Alves), Marques (A. H. de Oliveira) e Rodrigues (Teresa F.), *Album de Paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

Faria (Francisco Leite de), *Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua Época*, Lisboa, Comissão organizadora do IV centenário da morte de Damião de Góis, Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

Farinha (Maria do Carmo Jasmins Dias) e Maria de Fátima Dentinho Inglês do Ó Ramos, *Núcleo Antigo: Inventário*, Lisboa, Arquivos Nacionais –Torre do Tombo, 1996.

—— *et alii*, *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*, 5 vols., Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, 1998-2004.

Galende (Juan Carlos), *Diccionario General de Abreviaturas Españolas*, s. l., Editorial Verbum, 1997.

Godinho (Vitorino Magalhães), *vide* Bibliografia.

Gomes (Filomena Dulce Gonçalves), *Manuscritos da Ajuda: Guia*, 2 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1966-1973.

Guia de Fontes Portuguesas para a História de África, 3 vols. (1.º e 2.º da responsabilidade do Instituto Português de Arquivos e 3.º elaborado por Isabel Castro Pina e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993-2000.

Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia, (guia cuja responsabilidade é atribuída ao Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), 2 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998-1999.

Leal (Maria José da Silva), " Fundos de Arquivo ", *Nova História*, n.º1, Junho de 1984, pp. 144-150.

Marques (J. M. da Silva), *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Ensaio de um manual de Heurística e Arquivologia) I-Index Indicum*, Lisboa, 1935.

Mendonça (Manuela), *Chancelaria de D. João II. Índices. Fontes Documentais.* 2 vols., Lisboa, AN/TT, 1994.

Moniz (José António), *Inventário. Secção XIII. Manuscriptos: Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1896.

——, *Inventário. Secção XIII. Manuscriptos: Colecção Pombalina,* Lisboa, 1889.

Nunes (Eduardo Borges), *Álbum de Paleografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Históricos, 1969.

——, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3.ª edição, Lisboa, Faculdade de Letras, 1981.

Ribeiro (João Pedro), *Observações Historicas e Críticas para servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza*, Lisboa, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798.

——, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, 5 vols., Lisboa, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1819-1836.

Ruiz García (Elisa), "La escritura humanística y los tipos gráficos derivados", in Ángel Riesco Terrero, *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*, Madrid, Editorial Síntesis, 2000, pp.149-176.

Sampayo (Luís Teixeira de), *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

Sousa (dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa), Pina (Isabel Castro), Andrade (Maria Filomena) e Santos (Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva), *Ordens Religiosas em Portugal: das origens a Trento (Guia Histórico)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Fontes manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Chancelaria de D. João II, Liv. 1, fls. 24-24v. – Carta de mercê do ofício de almoxarife das Lezírias de Vila Franca a Esteve Anes Serrabodes. Santarém, 15 de Janeiro de 1486.

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 11, fl. 6 – Carta de privilégio de conselheiro a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém. Almeirim, 7 de Fevereiro de 1514.

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 11, fls. 99v.-100 – Carta de Armas de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém. Lisboa, 23 de Abril de 1515.

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 24, fl. 167 – Carta de mercê a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, de uma fazenda que fora de Silvestre Vaz, escudeiro, morador em Midões. Almeirim, 12 de Dezembro de 1515.

Chancelaria de D. Manuel, Liv. 42, fl. 122v. – Carta de privilégio concedida à feira de Vera Cruz de Marmelar. Almeirim, 21 de Novembro de 1513.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 2, doc. 122 – Carta de D. Diogo Lobo, vedor da Fazenda, a el-rei D. Manuel em cifra. Lisboa, 20 de Junho de 1498.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 3, doc. 35 – Carta de D. João Aranha, bispo de Safim, a el-rei D. Manuel, aludindo à presença do embaixador da ordem de São João de Jerusalém. S.l. [*Hospital Real de Todos os Santos, Lisboa*], 20 de Novembro de 1500.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 4, doc. 20 – Carta de el-rei D. Manuel a D. Vasco da Gama, Almirante das Índias, relativa à repartição das presas feitas por Vicente Sodré, enquanto este ainda se encontrasse no Mar das Índias. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1502.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 4, doc. 57 – Carta de Pêro de Ataíde, fidalgo da Casa Real e um dos capitães da armada de Vicente Sodré, a el-rei D. Manuel. Moçambique, 20 de Fevereiro de 1504.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 4, doc. 74 – Treslado de uma carta do vice-rei da Sicília a Isabel e Fernando, reis de Castela e Aragão, com notícias do Mediterrâneo Oriental. Palermo, 25 de Janeiro de 1504; Carta de Isabel, a *Católica*, rainha de Castela, a el-rei D. Manuel, encaminhando o treslado de uma outra, a anterior, com notícias do Mediterrâneo Oriental. Medina del Campo, 17 de Abril de 1504.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 5, doc. 31 – Carta de el-rei D. Manuel ao Provincial da ordem de São Domingos dando notícias da Índia. Lisboa, 10 de Julho de 1505.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 7, doc. 41 – Carta de Frei Fabrício del Carreto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, a el-rei D. Manuel, pedindo socorro contra o *Turco*. Rodes, 10 de Setembro de 1518.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 8, doc. 116 – Carta de Manuel de Góis a el-rei D. Manuel. São Jorge da Mina, 18 de Abril de 1510.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 9, doc. 61 – Carta de Manuel de Góis a el-rei D. Manuel. São Jorge da Mina, 2 de Setembro de 1510.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 9, doc. 121 – Rol do preço das especiarias em Veneza, depois de chegadas as galés de Alexandria e Beirute. S.l., s. d. [*1505*].

Corpo Cronológico, Parte I, maço 11, doc. 47 – Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Rodes, 29 de Março de 1512; Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l. [*Rodes*], s. d. [*Março ou Abril de 1512*]; Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l. [*Rodes*], s. d. [*Março ou Abril de 1512*].

Corpo Cronológico, Parte I, maço 11, doc. 61 – Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Rodes, 19 de Abril de 1512.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 12, doc. 81 – Carta de André da Silveira a el-rei D. Manuel dando notícias várias, entre as quais, a morte do Grão-Mestre da ordem de São João de Jerusalém. Rouen, 5 de Março de 1513.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 13, doc. 33 – Treslado dos privilégios que Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, possuía em Castela.Valladolid, 8 de Agosto de 1513.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 17, doc. 70 – Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Vera Cruz, 5 de Fevereiro de 1515.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 18, doc. 34 – Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Canas de Senhorim, 15 de Julho de 1515.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 20, doc. 96 – Carta de el-rei D. Manuel a Cristovão de Barroso relativa ao envio de Pero Correia como seu embaixador junto de Carlos I, rei de Castela e Aragão. Lisboa, 12 de Setembro de 1516.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 21, doc. 15 – Carta de António Leitão e Francisco Barbosa a el-rei D. Manuel enviando notícias diversas, nomeadamente, relativas ao Mediterrâneo Oriental. Lyon, 17 de Janeiro de 1517.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 21, doc. 36 – Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Pero Correia relativa ao negócio da confederação contra o *Turco*. Lisboa, 14 de Fevereiro de 1517.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 21, doc. 86 – Carta, em italiano, com notícias do Mediterrâneo Oriental, enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, junto de uma outra do mesmo a el-rei D. Manuel. S. l. [*Roma*], s. d. [*anterior a 16 de Abril de 1517*].

Corpo Cronológico, Parte I, maço 22, doc. 18 – Carta de D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei de Portugal junto do Sumo Pontífice, a D. Manuel, com notícias de Roma e do Mediterrâneo Oriental. Roma, 1 de Julho de 1517, *vide Fragmentos,* Caixa 1, maço 3, doc. 25.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 23, doc. 54 – Alvará régio para Giovanni Francesco de Affaitadi relativo a dois maços de cartas que este deveria enviar para D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei D. Manuel junto do Sumo Pontífice. Lisboa, 30 de Maio de 1518.

Corpo Cronológico, Parte I, maço 23, doc. 103 – Cópia de um aviso sobre movimentações militares no império otomano. S. l. [*Veneza*], s. d. [*13 de Agosto de 1518*].

Corpo Cronológico, Parte I, maço 29, doc. 42 – Carta de D. Miguel da Silva a el-rei D. João III com notícias várias, incluindo uma alusão à perda de Rodes e a Frei André do Amaral. Roma, 21 de Março de 1523.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 4, doc. 77 – Recibo que passou Diogo Dias, capitão da caravela *Santa Cruz*, a Cristovão Lopes, feitor na Andaluzia. Málaga, 1 de Junho de 1501.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 5, doc. 107 – Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Vasco Soajo, despenseiro do navio *São Paulo*, que ora vai para a Índia, vinho e louça. Lisboa, 30 de Janeiro de 1502; Conhecimento de Vasco Soajo, despenseiro da nau *São Paulo*, que ora vai para a Índia, do vinho e louça que recebeu de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502; Conhecimento do vinho que, de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, recebeu Diogo Fernandes, mestre da nau *Santa Maria da Orada*, que ora vai para a Índia. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502; Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Gram Jaam, despenseiro da nau *Frol de La Mar*, que ora vai para a Índia, vinho e louça. Lisboa, 10 de Março de 1502.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 7, doc. 173 – Carta de Gonçalo Gil Barbosa a Francisco de Albuquerque com notícias de Ádem e do Mar Vermelho. Cananor, 4 de Outubro de 1503.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 22, doc. 70 – Treslado de uma carta que o abade de Santa Catarina do Monte Sinai enviou ao grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, à qual se seguem excertos de duas outras, designadamente, de uma enviada a Jacomo do Campo, mercador que se encontrava em Rodes, e de uma outra de Frei André do Amaral, também de Rodes, com notícias

do sultanato Mameluco, do Mar Vermelho e da Índia. Cairo e Rodes, 2 e 16 de Junho de 1510.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 81, doc. 40 – Treslado de um alvará régio concedendo a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, um empréstimo de oitocentos mil reais em pimenta e em outra especiaria, o qual deveria ser pago pelo rendimento da sua comenda de Vera Cruz de Marmelar. Almeirim, 13 de Abril de 1519; Certidão relativa a uma certa quantidade de pimenta, tal como outras drogas e especiarias, recebida em nome de Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, conforme estabelecido no alvará régio precedente. S. l., 22 de Maio de 1522.

Corpo Cronológico, Parte II, maço 107, doc. 58 – Carta de João Rodrigues Mouzinho a el-rei D. João III sobre a questão das Molucas e com notícias várias da Europa. Valladolid, 23 de Março de 1523.

Núcleo Antigo, 799 [*Livro da receita e despesa do tesouro de Guiné que se começou em 1504, por Fernão d' Espanha*].

Núcleo Antigo, 876, n.º 57 [*Cartas dos Vice-Reis da Índia*] – Carta de Diogo Lopes de Sequeira a Jorge de Aguiar, capitão-mor da Arábia e Pérsia, com notícias da ilha de São Lourenço. Ilha de São Lourenço, 19 de Agosto de [*1508*].

Núcleo Antigo, 877, n.º 87 [*Cartas dos Governadores de África*] – Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Fernando, o Católico, agradecendo-lhe, entre outras notícias, as novas relativas ao sucesso alcançado pela ordem de São João de Jerusalém sobre

uma armada mameluca, junto da costa da Anatólia. S.l., s. d. [*c. 13 de Novembro de 1510*].

Núcleo Antigo, 877, n.º 387 [*Cartas dos Governadores de África*] – Carta de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato, a el-rei D. Manuel, sobre um conflito com D. Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago e Avis, em torno da posse por este da comenda de Sesimbra e da igreja de Santiago, em Beja. S. l., s. d. [*c. 1508-1509*].

Núcleo Antigo, 879, n.º 91 [*Cartas Missivas*, maço 2, n.º 91] – Treslado da resposta que D. João de Meneses, prior do Crato, deu, quando foi notificado, no seguimento do breve de Leão X *Quam pertimescenda*, de 5 de Julho de 1517, para que, tal como os demais cavaleiros e comendadores da ordem de São João de Jerusalém, se apresentasse em Rodes. S.l., s.d. [*posterior a 5 de Julho de 1517*].

Núcleo Antigo, 879, n.º 139 [*Cartas Missivas*, maço 2, n.º 139] – Tradução portuguesa, da época, de uma carta em italiano enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, com notícias do Mediterrâneo Oriental. S. l. [*Roma*], s. d. [*anterior a 16 de Março de 1517*].

Núcleo Antigo, 879, n.º 243 [*Cartas Missivas*, maço 2, n.º 243] – Carta de Frei Diogo de Montemor a el-rei D. Manuel dando notícias do Mar Vermelho e do Mediterrâneo Oriental. Messina, 18 de Dezembro de [*1507*].

Núcleo Antigo, 881, n.º 346 [*Cartas Missivas*, maço 4, n.º 346] – Carta de frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l., s. d. [*?*].

Fragmentos, Cx. 1, maço 3, doc. 25 – Carta de D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei de Portugal junto do Sumo Pontífice, a D. Manuel, com notícias de Roma e do Mediterrâneo Oriental. Roma, 1 de Julho de 1517, *vide Corpo Cronológico*, Parte I, maço 22, doc. 18.

Fragmentos, Cx. 2, maço 2, doc. 76 – Carta de Dja'far Kapudan a Frei Fabrício del Carreto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém. S.l. [*Leros*], s. d. [*posterior a 13 de Abril e anterior a 6 de Maio de 1517*].

Fragmentos, Cx. 3, maço 1, doc. 34 – Minuta de uma carta de el-rei D. João III a D. Miguel da Silva, embaixador junto do Sumo Pontífice. Évora, s. d. [*c.1523-1524*].

Fragmentos, Cx. 3, maço 3, 2º doc. – Apontamentos vários relativos à ordem de São João de Jerusalém e a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da Ordem, seguidos de uma carta do mesmo para, muito provavelmente, António Carneiro. S.l., s. d. [*anterior a 12 de Dezembro de 1515*].

Fragmentos, Cx. 13, maço 10, 7º doc. – Fragmento de uma carta de [D. Diogo Lobo, vedor da Fazenda, a el-rei D. Manuel] em cifra. S. l. [*Lisboa*], s. d. [*posterior a Março e anterior a Outubro de 1498*].

Biblioteca Nacional, Lisboa

Fundo Geral, Cod. 977 – *Liuro de linhagens do reino de Portugal*, atribuído a Tomás Caetano de Bem, António de Lima, Francisco de Sousa Cerqueira e Luís Lobo da Silveira (século XVIII).

Fundo Geral, Cod. 7638 [*Miscellanea – Cartas importantes, relações históricas, etc*], fls. 132v.-133v – Cópia de uma carta que Frei Diogo de Montemor, indo da Síria para o Cairo, escreveu a Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes. S.l., s. d.[*17 de Julho de 1510*]; fls. 133v.-134 – Cópia de uma carta com notícias do Mediterrâneo Oriental e, em particular, dos feitos de Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes. S.l., s. d. [*1510*]; e fls. 134 -135 – Cópia de uma outra carta com notícias do Mediterrâneo Oriental, mais concretamente, da Pérsia e do império otomano. Rodes, 25 de Agosto de 1511.

Colecção Pombalina, Cod. 390 [*Nobiliario*].

Fontes impressas

Albuquerque, [Brás Afonso de], *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 5.ª edição, conforme a 2.ª edição, de 1576, com prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Albuquerque (Luís de), *vide* Álvares (Manuel).

——, *vide* Anónimo.

——, *vide* Castro (D. João de).

——, *vide Bartolomeu Dias. Corpo Documental – Bibliografia.*

——, *vide Livro de Lisuarte de Abreu.*

——, *vide Memoria das Armadas...*

——, *vide* Moreira (Gaspar)

——, *vide* Pires (André).

——, *vide Portugaliae Monumenta Africana.*

Além-mar: códice casanatense 1889 com o livro do oriente de Duarte Barbosa, introd. Fernand Braudel, textos de G. Guadalupi, Charles Ralph Boxer e R. Barchiesi, s. l., Bertrand, 1987.

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas, edição por José Ramos Coelho, Lisboa, Imprensa Nacional,1892.

Almeida (Padre Manuel de), *vide* Teles (Padre Baltasar).

Almeida (Manuel Lopes de), *vide* Castanheda (Fernão Lopes de).

——, vide *Correspondência Diplomática...*

Álvares (Padre Francisco), *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, reprodução fac-similada da edição de 1943, com actualização da ortografia e notas de Augusto Reis Machado, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1944.

Álvares (Manuel), *O Livro de Marinharia de Manuel Álvares*, por Luís Mendonça de Albuquerque e introd. por Armando Cortesão, "Separatas", V, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1969.

Anónimo, *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da índia pelos Portugueses* (British Museum, Egerton 20.901), introdução, leitura, actualização, notas e glossário de Luís de Albuquerque, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

'Arab Faqīh (Šihāb ad-Dın Ahmad bin 'Abd al-Qāder bin Sālem bin 'Utman), *Futūh Al-Habaša / The Conquest of Abyssinia*, translated by Paul Lester Stenhouse with annotations by Richard Pankhurst, Hollywood, Tsehai, 2003.

Archivo Historico Portuguez, dir. de Anselmo Braancamp Freire, 11 vols., Lisboa, 1903-1918.

Archivo Portuguez Oriental, publ. por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 10 vols., Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1876.

Avity (Pierre d'), *Description Generale de L'Afriqve seconde partie dv monde. Avec tovs ses empires, royavmes, estats, et repvbliqves*, Paris, chez Clavde Sonnivs, 1637.

Baião (António), *Itinerários da Índia a Portugal por terra*, rev. e pref. de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

——, vide *Diário da Viagem de Vasco da Gama*.

Barbosa (Duarte), *O Livro de Duarte Barbosa*, edição crítica e anotada por Maria Augusta da Veiga e Sousa, 2 vols., Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia e Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996-2000.

——, *vide Além-mar...*

Barros (João de), *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, edição actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade e com notas históricas finais por Manuel Múrias, 4 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945-1946.

Bartolomeu Dias. Corpo Documental – Bibliografia, coordenação de Luís de Albuquerque, transcrição Vítor Gaspar Rodrigues e bibliografia José Barbosa, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

Basto (A. de Magalhães), *vide Diário da Viagem de Vasco da Gama.*

Ben Hussein (Sidi-Ali), *O Bahr-I-Mohit ou "Espelho dos Mares": Roteiro do Mar das Índias*, prefácio de Júlio Gonçalves, introdução por Wilhelm Tomashek e versão portuguesa por Joseph Matznetter, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* Lisboa, 1958.

Bíblia Sagrada: contendo o Velho e o Novo Testamento (*A*), trad. João Ferreira de Almeida, ed. revista e corrigida, Lisboa, Sociedade Bíblica, 1986.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, 50 vols., Lisboa, 1954-1993.

Bosio (Giacomo), *Dell' Istoria della sacra religione et ill.ma militia di San Giovanni Gierosolomitano*, 3 vols., Roma, Guglielmo Facciotto, 1594-1602.

Bourdon (Léon), *vide* Moreira (Gaspar).

Bragança (José de), *vide* Zurara (Gomes Eanes da).

Bullarium Patronatus Portugalliæ Regum in Ecclesiis Africæ, Asiæ atque Oceaniæ. Bullas, brevia, epistolas, decreta actaque Sanctæ

Sedis ab Alexandro III ad hoc usque tempus amplectens (1171-1600), sob a dir. de Levy Maria Jordão, 5 vols., Lisboa, Typographia Nationali, 1868-1879.

Carnemolla (Stefania Elena), *vide Fonti italiane...*

Carvalho (Joaquim Barradas de), *vide* Pereira (Duarte Pacheco).

Carta das Novas, *vide* Cortesão (Armando).

Carta de D. Manuel ao rei de Aragão, D. Fernando, sobre a tomada de Goa, edição e notas de Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes, separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1968.

Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1892.

Carta náutica de Jorge de Aguiar de 1492 (*A*), *fac-simile* com estudo de Inácio Guerreiro, Lisboa, Academia de Marinha/Inapa, 1992.

Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam, publicadas de ordem da Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas-Letras da Academia Real das Ciências de Lisboa, sob a direcção de Raymundo António de Bulhão Pato e, a partir do tomo V, de Henrique Lopes de Mendonça, 7 tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1898-1935.

Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Niza) embaixador em França, publicadas e prefaciadas por Possidónio Maria Laranjo Coelho, 2 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940-1942.

Carvalho (Joaquim Barradas de), *La traduction du "De Sitv Orbis" de Pomponivs Mela par mâitre Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1974.

Castanheda (Fernão Lopes de), *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1979.

Castro (D. João de), *Obras Completas*, edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, 4 vols., Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1982.

——, *Roteiro do Mar Roxo*, edição facsimilada do manuscrito de 1543 existente na British Library com introdução de Luís de Albuquerque, Lisboa, Inapa, 1991.

Cerioni (Lydia), *La Diplomazia Sforzesca nella seconda metà del Quatrocento e i suoi cifrari segreti*, 2 vols., Roma, Il Centro di Ricerca Editore, 1970.

Chumovsky (T. A.), *Três Roteiros Desconhecidos de Ahmad Ibn-Madjid: o piloto árabe de Vasco da Gama*, tradução portuguesa de Myron Malkiel-Jirmounsky, Lisboa, Comissão Executiva das

Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Cidade (Hernâni), *vide* Barros (João de).

Códice Valentim Fernandes, leitura paleográfica, notas e índice de José Pereira da Costa, pref. de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1997.

Coelho (José Ramos), *vide Alguns Documentos ...*

——, *vide Quadro Elementar das Relações...*

Coelho (Possidónio Maria Laranjo), *vide Corpo Diplomatico ...*

——, vide *Cartas de El-Rei D. João IV ao conde da Vidigueira...*

Colecção de São Lourenço, prefácio e notas de Elaine Sanceau, 3 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983.

Conquista da India per humas e outras armas reaes e evangélicas. Em breves memorial de varões illustres e feitos maravilhosos em huma e outra conquista (1497-1555), (British Library, Códice Egerton 1646), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Abril-Junho de 1989, pp. 269-310.

Coran (*Le*), trad. e notas de Albin de Biberstein Kazimirski, Paris, Editions Garnier Fréres, 1981.

Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até os nossos dias, publ. por Luís Augusto Rebelo da Silva, José da Silva Mendes Leal, J. C. de Freitas Moniz, A. Ferrão e Possidónio Maria Laranjo Coelho, 16 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1862-1959.

Correia (Gaspar), *Lendas da Índia*, publicadas de ordem da classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, 4 tomos em 8 partes, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858-1866.

Correia (Gaspar), *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, s. l., Academia das Ciências de Lisboa, 1992.

Correspondência Diplomática de Francisco Ferreira Rebelo (Londres, 1655-1657), edição planeada por Manuel Lopes de Almeida, revisão de Lígia Cruz, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982.

Cortesão (Armando) e Thomas (Henry), *The Discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520: a* facsimile *of the relation entitled Carta das Novas que vieram a el Rey Nosso Senhor do Descobrimento do Preste Joham (Lisbon, 1521)*, with an introduction and english translation and notes by Henry Thomas and a transcription into modern Portuguese by Armando Cortesão, Londres, *British Museum*, 1938.

——, *vide* Pires (Tomé).

——, *vide Portugaliae Monumenta Cartographica.*

——, *vide* Castro (D. João de).

Costa (A. Fontoura da), *Roteiros Portugueses Inéditos da Carreira da Índia do século XVI*, prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa. s. l., Agência Geral das Colónias, 1940.

——, *vide Roteiro da Primeira Viagem ...*

——, *vide* Fernandes (Bernardo).

Costa (Didio Ibratym Affonso da), *vide* Paez (Simão Ferreira).

Costa (José Pereira da), *vide Códice Valentim Fernandes.*

——, *vide* Correia (Gaspar), *Crónicas de D. Manuel...*

Costa (Leonor Freire), *vide* "Relação Anónima da Segunda ...

Couto (Diogo do), *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*, introdução, leitura e glossário de José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas..., vide Anónimo.

Cruz (Frei Gaspar da), *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assi do Reyno de Ormuz*, Barcelos, Portucalense Editora, 1937.

Daniel (William), *vide* Pitts (Joseph).

Dapper (Olfert), *Description de l'Afrique*, Amsterdam, chez Wolfgang, Waesberge, Boom & van Someren, 1686.

Diário da Viagem de Vasco da Gama, *fac-simile* do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto e texto actualizado por A. de Magalhães Basto, 2 vols., Porto, Livraria Civilização Editora, 1945.

——, *vide Roteiro da Primeira Viagem...*

——, *vide* Ravenstein (E. G.).

Dias (João José Alves), *vide Livro dos Conselhos de El-Rei...*

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia, coligida e anotada por António da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947-1958.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840). Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa (1497-1840), 9 vols., Lisboa, National Archives of Rhodesia and Nyasaland-Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1989.

Felner (R. José de Lima), *vide* Correia (Gaspar), *Lendas da Índia.*

Fernandes (Bernardo), *Livro de Marinharia de Bernardo Fernandes (cêrca de 1548)*, prefácio e notas por A. Fontoura da Costa, s. l., Agência Geral das Colónias, 1940.

Ferrão (A.), vide *Corpo Diplomatico Portuguez...*

Flacourt (Étienne de), *Histoire de la Grande Isle de Madagascar*, edição anotada e apresentada por Claude Allibert, Paris, Éditions Inalco-Karthala, s.d.

Fonti italiane dei secoli XV-XVII sull' espansione portoghese, org. introd. e notas de Stefania Elena Carnemolla, Pisa, Edizioni ETS, 2000.

Foster (William), *vide* Pitts (Joseph).

Freire (Anselmo Braancamp), *vide Archivo Historico Portuguez.*

Fulin (R.), "I Portoghesi nell'India e i Veneziani in Egitto (dai *Diarii* di Girolamo Priuli) in *Archivio Veneto*, vol. XII, 1881, pp. 155-248.

——, *vide* Sanuto (Marino).

Funes (Juan Agustin de), *Coronica de la ilustrissima milicia y sagrada religion de San Juan Bautista de Jerusalem*, 2 vols., Valência, Miguel Sorolla, 1626-1639.

Galvão (António), *Tratado dos Descobrimentos*, ed. Visconde de Lagoa e Elaine Sanceau, 3.ª edição, Porto, Livraria Civlização-Editora, 1944.

Gavetas da Torre do Tombo (*As*), pref. por António da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.

Góis (Damião de), *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949-1955.

Gomes (Carlos Alberto Encarnação), *vide Conquista da India...*

——, *vide* "Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá".

——, *vide Memória das pessoas que passaram à India nos anos de 1504 a 1628.*

——, *vide* "Relação das Armadas".

——, *vide Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638.*

——, *vide* "Relação de Capitães Mores e Naus que vieram do Reino a este Estado da Índia des o seu Descobrimento".

Greenlee (William Brooks), *A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos Documentos e Relações coevas*, tradução de António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização Editora, s.d.

Guerreiro (Inácio), *vide Carta náutica de Jorge de Aguiar de 1492.*

Ibn Battūta (Muhammad ibn 'Abd Allāh), *Voyages*, trad. de Charles Defremery e Benjamino Raffaelo Sanguinetti, introdução e notas de Stéphane Yerasimos, 3 vols., Paris, Éditions La Découverte, 1997.

——, *Viagens extensas e dilatadas do celebre arabe Abu-Abdallah, mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta*, tradução portuguesa por Frei José de Santo António Moura, 2 vols., Lisboa, Real Academia das Sciências, 1840-1855.

Ibn Iyâs, *Journal d'un bourgeois du Caire*, trad. do árabe e notas por Gaston Wiet, 2 vols., Paris, Librairie Armand Colin e S.E.V.P.E.N., [1955] -1960.

Ibn Mādjid (Ahmad), *vide* Chumovsky (T. A.) e Khoury (Ibrahim).

Jordão (Levy Maria), *vide Bullarium Patronatus...*

Khoury (Ibrahim), *As-Sufaliyya " The Poem of Sofala" by Ahmad Ibn Māğid*, "Separatas", CXLVIII, Coimbra, Centro de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações Científicas do Ultramar 1983.

Lagoa (Visconde de), *vide* Galvão (António).

Leal (José da Silva Mendes), *vide Corpo Diplomatico Portuguez...*

Leitão (Humberto), *Os dois descobrimentos da ilha de São Lourenço mandados fazer pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo nos anos de 1613 a 1616*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), edição diplomática de João José Alves Dias, introd. de A. H. de Oliveira Marques e J. J. Alves Dias, rev. de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues, Lisboa, Estampa, 1982.

"Livro das Armadas e Capitães que foram à Índia do descobrimento dela para cá" in *Miscelânia Histórica* (Biblioteca da Ajuda, 50-V-23), fls. 1-28, publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXIX, Outubro-Dezembro de 1989, p. 731-790.

"Livro das Armadas, e Capitães que forão a Yndia, do Descobrimento della ate oie" in *Symmicta Lusitanica*, tomo V (Biblioteca da Ajuda, 46-IX-12), fl.103 e ss.

Livro de Lisuarte de Abreu, edição em *fac-simile* com introdução por Luís de Albuquerque e leitura de Maria Luísa Esteves, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

Lobo (Jerónimo), *Itinerário e outros escritos inéditos*, ed. crítica pelo Padre M. Gonçalves da Costa, com a colaboração de Charles F. Beckingham e Donald M. Lockhart, s. l., Livraria Civilização-Editora, s. d.

Lopes (David), *Chronica dos reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

——, *Historia dos Portugueses no Malabar por Zinadim*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

——, *Extractos da História da conquista do Yaman pelos Othomanos: Contribuições para a Historia do Estabelecimento dos Portugueses na India*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Loureiro (Rui Manuel), *vide* Pires (Tomé).

Machado (Augusto Reis), *vide* Álvares (Padre Francisco).

Magalhães (Joaquim Romero de) e Susana Münch Miranda, *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

Matos (Luís de), *vide* Montalboddo (Francanzano da).

Memoria das Armadas qve de Portvgal pasaram ha Índia e esta primeira e ha com qve Vasco da Gama partio ao descobrimento dela por mamdado de el Rei Dom Manvel no segvndo anno de sev reinado e no do nacimento de Christo de 1497, reprodução em *fac-simile* do manuscrito pertencente à Academia das Ciências de Lisboa, com introdução e leitura actualizada por Luís de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

Memória das pessoas que passaram à India nos anos de 1504 a 1628 (Biblioteca Nacional, Lisboa, Colecção Pombalina, 123), publ.

por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXVI, Abril-Junho de 1996, pp. 245-276.

Mendonça (Henrique Lopes de), *vide Cartas de Affonso de ...*

Milanesi (Marica), *vide* Ramusio (Giovanni Battista).

Miranda (Susana Münch), *vide* Magalhães (Joaquim Romero de).

Moniz (J. C. de Freitas), *vide Corpo Diplomatico Portuguez...*

Montalboddo (Francanzano da), *Itinerarium Portugallensium*, estudo introdutório por Luís de Matos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

Moreira (Gaspar), *Le "Livro de Marinharia" de Gaspar Moreira* (Bibliothèque National de Paris, Cod. Port. n.º 58), intr. Léon Bourdon e Luís de Albuquerque, "Separatas", XX, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

Mota (A. Teixeira da), *vide Portugaliae Monumenta Cartographica.*

Múrias (Manuel), *vide* Barros (João de).

Nascimento (Francisco Manuel do), *vide* Osório (D. Jerónimo).

Nunes (Eduardo Borges), *vide Carta de D. Manuel ao rei...*

Núñez (Hernán), *Refranes o Proverbios en Romance*, Salamanca, Imprenta de Juan de Cánova, 1555, fol. 98.

Ordenações Manuelinas, repr. fac-similada da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra de 1797, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Osório (D. Jerónimo), *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel*, trad. do latim por Francisco Manuel do Nascimento, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, 1944.

Paez (Simão Ferreira), *As Famozas Armadas Portuguesas (1496-1650)*, edição fac-similada com introdução de Didio Ibratym Affonso da Costa, Rio de Janeiro, Ministério da Marinha, 1937.

Pais (Pêro), *História da Etiópia*, reprodução do códice coevo inédito da Biblioteca Pública de Braga, por Alberto Feio, com introdução de Elaine Sanceau, 3 vols., Porto, Civilização, 1945-1946.

Pato (Raymundo António de Bulhão), *vide Cartas de Affonso de ...*

Peragallo (Prospero), *vide Carta de El-Rei D. Manuel ...*

Pereira (Duarte Pacheco), *Esmeraldo De Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (Edition critique et commentée)*, Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Pereira (Francisco Maria Esteves), *vide* Polo (Marco).

Pereira (Gabriel), *Roteiros Portuguezes da Viagem de Lisboa á India nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

Pereira (João José), *Historia da vida, conquistas, e religião de Mafoma e do governo civil, e militar do Imperio Ottomano, dos empregos, e funções religiosas, e de algumas particularidades curiosas do mesmo imperio da Turquia*, Lisboa, Off. de Simão Tadeu Ferreira, 1791.

Peres (Damião), vide *Diário da Viagem de Vasco da Gama.*

Pires (André), *O Livro de Marinharia de André Pires*, ed. Luís de Albuquerque, Lisboa, Vega, 1989.

Pires (Tomé), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978.

——, *O Manuscrito de Lisboa da "Suma Oriental" de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, Rui Manuel Loureiro, s.l., Instituto Português do Oriente, 1996.

Pitts (Joseph), Daniel (William) e Poncet (Charles Jacques), *The Red Sea and Adjacent Countries at the close of the seventeenth century as described by Joseph Pitts, William Daniel and Charles Jacques Poncet*, ed. by Sir William Foster, Londres, Hakluyt Society, 1949.

Polo (Marco), *O Livro de Marco Paulo, o Livro de Nicolao Veneto, carta de Jeronimo de Santo Estevam*, edição conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa em 1502, com introdução e

índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1922.

Portugaliae Monumenta Africana, Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (dir.), Maria Luísa Oliveira Esteves (coord.), transcrição paleográfica de Maria Francisca de Oliveira Andrade *et alii*, 5 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993-1995.

Portugaliae Monumenta Cartographica, org. de Armando Zuzarte Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, reprodução fac-similada da edição de 1960 com apresentação e introdução de Alfredo Pinheiro Marques, 7 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

Portuguese and Brazilian Balladry: A Thematic and Bibliographic Index, Manuel da Costa Fontes, Israel J. Katz e Samuel G. Armistead, vol. I, Madison, 1997.

Priuli (Girolamo), *vide* Fulin (R.).

Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo, desde o princípio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias, org. pelo Visconde de Santarém, Luís Augusto Rebelo da Silva, José da Silva Mendes Leal e Joaquim Ramos Coelho, 19 vols., Paris-Lisboa, 1842-1876.

Quirini (Vincenzo), "Relazione delle Indie Orientali", in *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*,

raccolte ed illustrate da Eugenio Albèri, appendice alla serie prima, Florença, 1863, pp. 5-19.

Radulet (Carmen M.), *vide Viagens portuguesas à Índia...*

——, *vide Regimento do Almirantado da Índia.*

Ramusio (Giovanni Battista), *Navigazioni e Viaggi*, ed. a cura di Marica Milanesi, 6 vols., Turim, Giulio Einaudi Editore, 1978-1988.

Rau (Virgínia), *vide Carta de D. Manuel ao rei...*

Ravenstein (E. G.), *A Journal of the First Voyage of Vasco da Gama (1497-1499)*, reimpressão da 1.ª edição (1898), New Delhi-Madras, Asian Educational Services, 1995.

Rebelo (Brito), "Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 49-70, pp. 124-136, pp. 145-167, pp. 217-230, pp. 274-285, pp. 296-313, pp. 366-370, pp. 473-475 e pp. 508-522; vol. XIV, 1899, pp. 560-565; vol. XV, 1900, p. 28-32 e pp. 90-93.

Regimento do Almirantado da Índia (O), *fac-simile* do Reservado I1.90 da Biblioteca Nacional de Lisboa, com introdução e notas de Carmen R. Radulet e António Vasconcelos de Saldanha, Lisboa, Inapa, 1989.

Rego (António da Silva), *vide As Gavetas da Torre do Tombo.*

——, *vide Documentação para a História das Missões...*

"Relação Anónima da Segunda Viagem de Vasco da Gama à Índia", edição do manuscrito da *National Staatsbibliothek* de Viena com estudo introdutório de João Rocha Pinto, leitura e notas de Leonor Freire Costa, in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 6-7, Cidadania e História em homenagem a Jaime Cortesão, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1985, pp. 141-199.

"Relação das Armadas" in *Ementa da Carreira da Índia* (Biblioteca Central de Marinha, RDS-5-03), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXX, Julho-Setembro de 1990, pp. 453- 516.

Relação das Armadas que tem hido para a Índia até 1638 (Biblioteca da Ajuda, 51-VII-5), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXI, Janeiro-Março de 1991, pp. 87-161.

"Relação de Capitães Mores e Naus que vieram do Reino a este Estado da Índia des o seu Descobrimento" in *Catálogo Verdadeiro e Completo do Bispos e Governadores que sucessivamente regerão a Igreja de Macao até ao presente ano de 1745*, obra também conhecida por *Livro do Padre Montanha* (Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 1659), publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Janeiro-Março de 1995, pp. 65-102.

Relação Das Náos e Armadas da Índia Com os successos dellas que se puderam saber, Para Noticia e instrucção dos curiozos, e

amantes Da Historia da Índia (British Library, Códice Add.20902), leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985.

Resende (Garcia de), *Crónica de D. João II e Miscelânea*, nova edição conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

——, *Cancioneiro Geral*, edição por Álvaro Júlio da Costa Pimpão e Aida F. Dias, 2 vols., Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973-1974.

Rivara (Joaquim Heliodoro da Cunha), *vide Archivo Portuguez...*

Rodrigues (Vítor Gaspar), *vide Bartolomeu Dias...*

Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama (1497-1499) por Álvaro Velho, prefácio, notas e anexos por A. Fontoura da Costa, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

Roteiros, *vide* Pereira (Gabriel).

Saldanha (António Vasconcelos de), *vide Regimento do Almirantado da Índia.*

Sanceau (Elaine), "Uma Narrativa da Expedição Portuguesa em 1541 ao Mar Roxo" in *Stvdia*, vol. IX, 1962, pp. 199-234.

——, *vide Colecção de São Lourenço.*

——, *vide* Galvão (António).

Sanson (Nicolas), *Atlas nouveau contenant toutes les parties du monde, où sont exactement remarqués les empires, monarchies, royaumes, estats...*, nouvelle édition corrigée & augmentée, Amsterdão, Chez Pierre Mortier, 1708.

Santarém (Visconde de), *Atlas*, reprodução fac-similada da edição de 1848 com prefácio e organização de Martim de Albuquerque, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1989.

——, *vide Quadro Elementar das Relações...*

Santos (Fr. João dos), *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, introdução de Manuel Lobato, notas de Manuel Lobato e Eduardo Medeiros, fixação do texto por Maria do Carmo Guerreiro Viana, Célia Nunes Carvalho e Maria Amélia Rodrigues Coelho, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

Santos (Maria Emília Madeira), *vide Portugaliae Monumenta Africana.*

Sanuto (Marino), *I Diarii*, ed. por Rinaldo Fulin, Frederico Stefani, Nicolò Barozza, Guglielmo Berchet e Marco Allegri, 59 vols., Veneza, Marco Visentini, 1879-1903.

Serrão (Joaquim Veríssimo), *vide* Albuquerque [Brás Afonso de].

——, *vide* Resende (Garcia de).

Shaw (Thomas), *Travels, or observations relating to several parts of Barbary and Levant*, vol. II, Oxford, At the Theatre, 1738.

Silva (Luís Augusto Rebelo da), *vide Corpo Diplomatico Portuguez...*

——, *vide Quadro Elementar das Relações...*

Sousa (D. António Caetano de), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza*, 6 vols., Lisboa Occidental, Off. Silviana da Academia Real, 1739-1748.

Sousa (Frei João de), *Documentos arabicos para a historia portugueza copiados dos originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.

Sousa (Manuel de Faria e), *Ásia Portuguesa*, tradução de Isabel F. A. P. de Matos e Maria Vitória G. S. Ferreira, 6 vols., Porto, Livraria Civilização, s. d.

Sousa (Maria Augusta da Veiga e), *vide* Barbosa (Duarte).

Spinelli (Vicenzo), *vide* Varthema (Ludovico de).

Stevenson (Edward Luther), *Marine world chart of Nicolo de Canerio Januensis: 1502 (circa)*, New York, The American Geographical Society, 1908.

Suárez Fernandez (Luis), *vide* Torre y del Cerro (Antonio).

Tanner (ed.Norman P.), *Decrees of the Ecumenical Councils*, 2 vols., Londres, Sheed & Ward, 1990.

Teles (Padre Baltasar), *Historia geral de Ethiopia a Alta, ou Preste Joam, e do que nella obraram os padres da Companhia de Jesus composta na mesma Ethiopia*, pelo Padre Manoel d' Almeyda, abreviada com nova releyçam, e methodo, pelo Padre Balthezar, Coimbra, Officina de Manoel Dias, 1660.

Thomaz (Luís Filipe F. R.), *vide Viagens portuguesas à Índia...*

Torre y del Cerro (Antonio de la) e Suárez Fernandez (Luis), *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, edición preparada y anotada por Antonio de la Torre y Luis Suárez Fernandez, 3 vols., Valladolid, 1958-1963.

Varthema (Ludovico de), *Itinerário*, tradução prefácio e notas de Vicenzo Spinelli, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949.

——, *Le Voyage de Ludovico di Varthema en Arabie & aux Indes orientales (1503-1508)*, avant-propos de Geneviève Bouchon, préface de Jean Aubin, traduction de Paul Teyssier, notes de Luís Filipe Thomaz, Gilles Tarabout, Paul Teyssier & Gérard Tropeau, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/ Chandeigne, 2004.

Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) – Fontes italianas para a sua história: O Códice Riccardiano 1910 de Florença, transcrição e apresentação de Carmen M. Radulet, prefácio, tradução e notas de

Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

Voyages de Vasco da Gama – Relations des expéditions de 1497-1499 & 1502-1503, traduites et annotées par Paul Teyssier et Paul Valentin & présentées par Jean Aubin, Paris, Editions Chandeigne, 1995.

"Visores, Governadores, Capitães Mores, que forão para a Índia desde o ano de 1497 em diante, e naus e mais embarcações que forão para as ditas parte, e os dias em que partirão", in Luís Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda, e real património dos reynos de Portugal, Ilhas Adjacentes da Sua Coroa e outras particularidades dirigido ao mui Cathólico, e poderoso rey D. Philipe nosso Senhor terceiro do nome na Coroa de Castela, 2.º na de Portugal feito e ordenado por Luís Figeiredo Falcão seu secretário*, publ. por A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Abril-Junho de 1995, pp. 295-323; e A. G., "Subsídios para o Estudo da Carreira da Índia", *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXXV, Julho-Setembro de 1995, pp. 491-519.

Zinadim, *vide* Lopes (David), *Historia dos Portugueses no Malabar...*

Zurara (Gomes Eanes da), *Crónica de Guiné*, introdução, notas novas considerações e glossário de José de Bragança, s. l., Livraria Civilização-Editora, s. d.

Bibliografia

Instrumentos de trabalho*

Albuquerque (dir. Luís de), e Domingues (coord. Francisco Contente), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., s.l., Caminho, s.d.

Atlas of the World, Washington, National Geographic Society, 1992.

Barreto (coord. Luís Filipe), *Por Mar e Terra: Viagens de Bartolomeu Dias e Pero da Covilhã*, s. l., Biblioteca Nacional, 1988.

Bleiberg (dir. Germán), *Diccionario de Historia de España*, 2.ª reimpr., 3 vols., Madrid, Alianza Editorial, 1986.

Brice (William C.), *An Historical Atlas of Islam*, Leiden, E. J. Brill, 2002.

Dalgado (Sebastião Rodolfo), *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1919-1921.

Davies (Stephen) e Morgan (Elaine), *Red Sea Pilot*, s. l., Imray Laurie Norie and Wilson Ltd., 2002.

* Inclui dicionários, glossários, enciclopédias, atlas, repertórios bibliográficos e outras obras de consulta.

Dicionário ilustrado da História de Portugal, coordenado por José Costa Pereira, 2 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1985-1986.

Domingues (Francisco Contente), *vide* Albuquerque (Luís).

Duby (dir. Georges), *Atlas Historique Mondial*, Paris, Larousse, s. d.

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopedia, 1935-1960.

Encyclopædia Britannica, 24 vols., Londres/Chicago/Toronto, Encyclopædia Britannica Ldt., 1960-1961.

Encyclopaedia of Islam (*The*), direcção de Bosworth (C. E.), van Doncel (E.), Gibb (H. A. R.), Heinrichs (W. P.), Kramers (J. H.), Lecomte (G.), Lévi-Provençal (E.), Lewis (B.), Menaje (V. L.), Pellat (Ch.), Schacht (J.), nova ed. em *cd-rom*, Leiden, E. J. Brill, 2002.

Faria (António Machado de), vide *Livro de Linhagens do século XVI.*

Fonseca (Quirino da), *Os Portugueses no Mar. Memórias históricas e arqueológicas das naus de Portugal*, Lisboa, s.d.

Freire (Anselmo Braamcamp), *Brasões da Sala de Sintra*, *fac-simile* da 2.ª edição com introdução de Luís Bivar Guerra, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Gaio (Manuel José da Costa Felgueiras), *Nobiliário de famílias de Portugal* (facsímile da 1.ª edição), 5 vols., Braga, Carvalhos de Basto, 1989.

Glare (P. G. W.), *Oxford Latin Dictionary*, reimpr. da 1.ª edição (1982), Oxford, At the Clarendon Press, 1985.

Godinho (Vitorino Magalhães), "Fontes e Bibliografia", in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª edição correcta e ampliada, vol. IV, Lisboa, Presença, 1983, pp. 227-308.

Horsey (Algernon F. R. de), *The African Pilot for the South and East Coasts of Africa from the Cape of Good Hope to Cape Guardafui, including the islands in the Mozambique channel*, second edition, Londres, Printed for the Hydrographic Office, Admiralty, 1865.

Kazimirski (A. Biberstein), *Dictionnaire Arabe-Français*, *fac-simile* da edição de Paris de1860, 2 vols., Beyrouth, Librairie du Liban, s. d.

Lagoa (Visconde de), *Glossário toponímico da antiga historiografia portuguesa ultramarina*, *I Parte. Ásia e Oceania,* 3 vols. e uma corrigenda e adenda, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais/Junta das Missões Geográficas e de Investigações, 1940-1954.

Leitão (Humberto) e Lopes (Vicente), *Dicionário da Linguagem de Marinharia Antiga e Actual*, 2.ª edição, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

Livro de Linhagens do século XVI, introdução por António Machado de Faria, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

Machado (Diogo Barbosa Machado), *Bibliotheca Lusitana, historica, critica e cronologica*, 1.ª edição, 4 vols., Lisboa, 1741-1759.

Machado (José Pedro), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*, 2.ª edição, 3 vols., Lisboa, 1967.

Madan (A. C.), *A Standard Swahili-English Dictionary (founded on Madan's Swahili-English Dictionary)*, by the Inter-Territorial Committee for the East African Dependencies under the direction of the late Frederick Johnson, reimpressão da 1.ª edição, s. l., Oxford University Press, 1967 (1939).

——, *A English-Swahili Dictionary (founded on A. C. Madan's A English-Swahili Dictionary)*, revised by Frederick Johnson, reimpressão da 1.ª edição, New Delhi/ Madras, Asian Educational Services, 2002 (1939).

Marques (Alfredo Pinheiro), *Guia de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa: Estudos*, pref. de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.

Matos (dir. Artur Teodoro de) e Thomaz (Luís Filipe F. Reis Thomaz), *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa: 1972-1992*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

Morais Silva (António de), *Diccionario da Lingua Portugueza*, nona edição revista e ampliada, 2 vols, Lisboa, Empreza Litteraria Fluminense, s. d.

Morais (Cristovão Alão de), *Pedatura Lusitana: Nobiliário de Famílias de Portugal*, publ. Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz e Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, 12 vols., Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

Nogueira (Rodrigo de Sá), *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1938.

Nunes (José Joaquim), *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*, 6.ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, s. d.

Real Academia Española, *Diccionario de la Lengua Española*, Madrid, 1992.

Redhouse Yeni Türkçe-İngilizce Sözlük / New Redhouse Turkish-English Dictionary, Istambul, Redhouse Yayınevi, 1968.

Red Sea and Gulf of Aden Pilot comprising the Suez canal, the gulfs of Suez and Akaba, the Red Sea and straits of Bab El Mandeb, the gulf of Aden with Sokotra and adjacent islands, and the Southeast coast of Arabia to Ras Al Had, published by the Hydrographic Office under the authority of the Secretary of the Navy, first edition, Washington Government Printing Office, 1916.

Red Sea Pilot, vide Davies (Stephen).

Samaran (dir. Charles), *L' Histoire et ses Méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", Paris Gallimard, 1961.

Serrão (dir. Joel), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, s. d.

Silva (Francisco Inocêncio da) e Aranha (Pedro V. Brito), *Diccionário Bibliográphico Portuguêz, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha. Revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves*, 23 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

Sousa (D. António Caetano de), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, 26 vols., Coimbra, Atlântida, 1946-1955.

Viterbo (Francisco de Sousa), *Trabalhos Náuticos dos Portugueses: séculos XVI e XVII*, *fac-simile* da ed. de Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898, com introdução de José Manuel Garcia, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

Webber (Joseph), *Dictionnaire français-malgache* rédigé par les missionaries catholiques de Madagascar, et adapté aux dialects de toutes les provinces, Isle de Bourbon, Établissement malgache de Notre-Dame de la Ressource, 1855.

Wehr (Hans), *A Dictionary of Modern Written Arabic*, ed. by J. Milton Cowan, 3.ª ed. New York, Spoken Language Services, 1976.

Yule (Henry) e Burnell (A. C.), *Hobson-Jobson, a Glossary of colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindered Terms,*

etymological, historical, geographical and discursive, reimpr. Calcutá/Allahabad/Bombaim/Delhi/Rupa, 1986 (1886).

Zingarelli (Nicola), *Lo Zingarelli 1996: vocabolario della lingua italiana*, 12.ª ed., a cura di Miro Dogliotti e Luigi Rosiello, Bolonha, Zanichelli, 1996.

Estudos

Albuquerque (A. M. Seabra de), *Fr. André do Amaral, Bailio da Ordem de Rodes*, separata do vol. XXXI (1884) e XXXIII (1885) de *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, s. d.

Albuquerque (Luís de), *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses,* Lisboa, Edições Vega, 1990.

——, *Estudos de História*, 6 vols., Coimbra, Atlântida, 1974-1977.

—— (dir.), *Portugal no Mundo - História da Colonização Portuguesa*, 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa S. A., 1989.

Albuquerque (dir. Martim de), *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*, s.l., Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., 1992.

Albuquerque (Ruy Manuel de), *As Represálias: Estudo de História do Direito Português (século XV e XVI)*, 2 vols., Lisboa, 1972.

Alphandéry (Paul) e Dupront (Alphonse), *La Chrétienté et l' idée de Croisade*, postface de Michel Balard, Paris, Albin Michel, 1995.

Almeida (Fortunato de), *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols., Porto, Livraria Civilização Editora, 1967-1971.

Amorim (Maria de Lourdes), *D. Leonor de Lancastre: Grande Senhora do Renascimento*, Lisboa, Ésquilo, 1998.

Andrade (António Alberto Banha de), *Mundos Novos do Mundo-Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

——, *História de um fidalgo quinhentista português: Tristão da Cunha*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974.

Aragão (A. C. Teixeira de), *Vasco da Gama e a Vidigueira: Estudo Histórico*, Lisboa, Imprensa nacional, 1898.

Aubin (Jean), *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, 2 vols., Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian-Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996-2000.

——, *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel (1495-1521)*, édition posthume préparée d'aprés les papiers

laissés par l'auteur par Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

——, *vide* Lombard (Denys).

Avelar (Ana Paula Menino), *Visões do Oriente: Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

Axelson (Eric), *Congo to Cape. Early Portuguese Explorers*, Londres, Faber and Faber, 1973.

Bacqué-Grammont (Jean-Louis), "Soutien logistique et presence navale ottomane en Méditerranée en 1517", *Revue de l'occident musulman et de la Méditerranée*, 39, 1985, pp. 7-34.

—— e Kroell (Anne), *Mamlouks, Ottomans et Portugais en Mer Rouge: l'affaire de Djedda en 1517*, "Supplément aux Annales Islamologiques ", Cairo / Paris, Éd. Sindbad, 1988.

Baião (dir. António), Cidade (Hernâni) e Múrias (Manuel), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1937.

Barata (Filipe Themudo), *Navegação, Comércio e Relações Políticas : os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Barradas (Lereno), "Sobre o roteiro de Sofala do piloto árabe Hamad Ibn-Madjid", *Stvdia*, 32, 1971, pp. 7-50.

Barreto (Augusto Mascarenhas), *O Português Cristóvão Colombo: Agente secreto do rei Dom João II,* s. l., Referendo, 1988.

Baptista (Augusto Soares de Sousa), *Duarte de Lemos*, separata do vol. XIV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1948.

——, *Duarte de Lemos – 3.º Senhor da Trofa – na África*, separata do vol. XXII do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1956.

Bennassar (Bartolomé) e Jacquart (Jean), *Le XVIème Siècle*, Paris, Armand Colin, 1977.

Bensaúde (Joaquim), *Luciano Pereira da Silva e a sua Obra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

——, *Estudos sobre D. João II* (separata dos *Anais*, II Série, volume I), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1946

Bernard (Yvelise), *L'Orient du XVIème siècle a travers les récits des voyageurs français: regards portés sur la société musulmane*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1988.

Biedermann (Zoltán), "Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII", in *Anais de História de Além-Mar*, n.º 1, 2000, pp. 287-386.

Bethencourt (dir. Francisco) e Chaudhuri (Kirti), *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols., s.l., Temas & Debates, 1998-2000.

Bottarelli (Gottardo) e Monterisi (Mario), *Storia Politica e Militare del Sovrano Ordine di S.Giovanni di Gerusalemme detto di Malta*, 2 vols., Milão, Fratelli Bocca Editori, s.d.

Bouchon (Geneviève), *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.

——, *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630 - Études d'histoire indo-portugais*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations dês Découvertes Portugaises, 1999.

Boxer (Charles Ralph), *O Império Colonial Português (1415-1825)*, trad. Inês Silva Duarte, Lisboa, Edições 70, s. d.

——, *Opera Minora*, ed. de Diogo Ramada Curto, 3 vols., Lisboa, Fundação Oriente, 2002.

Braga (Isabel M. R. Mendes Drumond), *Cooperação e Conflito. Portugal, Castela e Aragão (séculos XV-XVII)*, Lisboa, Universitária Editora, 2002.

Brásio (António), *Missões Portuguesas de Socotorá*, "Colecção pelo Império", n.º 93, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

Braz (C. A. Moura), *O Encontro das Marinharias Oriental e Ocidental na Era dos Descobrimentos*, introdução e notas de Júlio Gonçalves, s. l., Edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1962.

Brockman (Eric), *The Two sieges of Rhodes: The Knights of St. John at War (1480-1522)*, New York, Barnes & Noble, 1995.

Brummett (Palmira), *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery*, New York, State University of New York Press, 1994.

Burton (Richard F.), *First Footsteps in East Africa; or, an exploration of Harar*, Londres, Longman, Brown, Green, and Longmans, 1856.

Campos (Viriato), *Viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias: Contribuições para o seu estudo, precedida de considerações sobre factos diversos da História dos Descobrimentos*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda., 1966.

——, *Aclaração do feito de Bartolomeu Dias – Português de Lei e Grande Perito na Arte de Navegar*, s. l., Europress, s. d.

Cardoso (Pedro), *As Informações em Portugal*, s. l., Instituto de Defesa Nacional / Gradiva, 2004 (1981).

Carvalho (Joaquim Barradas de), *À la Recherche de la specificité de la Renaissance Portugaise: l' "Esmeraldo de Situ Orbis" de Duarte Pacheco Pereira et la Litterature Portugaise de Voyages à l'Époque des Grandes Découvertes: Contribuition á l' Étude des Origines de la Pensée Moderne*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1983.

Castro (Sérgio Sodré de), "Vicente Sodré, o primeiro Capitão-mor do Mar da Índia (1465?-1503)", *Raízes e Memórias*, n.º 20, Dezembro de 2004, pp. 47-58.

Chaudhuri (Kirti), *vide* Bethencourt (Francisco).

Cepeda (Isabel Vilares), "Os Livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional", *Revista da Biblioteca Nacional*, 2.ª série, 2, 1987, pp. 51-81.

Cerulli (Enrico), *Somalia: Scritti vari editi ed inediti*, I, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1957.

Chittick (H. Neville), "The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean", in Roland Oliver (dir.), *The Cambridge History of Africa*, volume 3, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 183-231.

Coelho (dir. Maria Helena da Cruz), *As Comunicações na Idade Média*, s. l., Fundação Portuguesa das Comunicações, s. d.

Coimbra (Carlos), *Sobre o sigilo oficial dos descobrimentos* (Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa), Lisboa, 1933.

Correia (Fernando da Silva), *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres, 1944.

Correia (Rui B.), "Cifra – A Segurança nas Comunicações", *Anais do Clube Militar Naval*, volume CXXVI, Janeiro a Março de 1996, pp. 11-29.

Correlo (Delfim de Sousa), *Estudo das cartas em cifra de el-rei D. João IV ao conde da Vidigueira (marquês de Niza), embaixador em França*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1970.

Cortesão (Armando), *Espionagem dos Descobrimentos* (separata de *Vida Contemporânea*, n.º 18 – Outubro de 1935), Lisboa, 1935.

——, *The Mistery of Vasco da Gama*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

Cortesão (Jaime), "Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos: Crónicas desaparecidas, mutiladas e falseadas - Alguns dos feitos que calaram", *Lvsitania-Revista de Estvdos Portvgveses*, vol. I, Janeiro de 1924, pp. 45-81.

——, *Teoria Geral dos Descobrimentos e A geografia e a economia da Restauração* (Comunicações apresentadas ao Congresso do Mundo Português), Lisboa, Seara Nova,1940.

——, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos nos tempos do Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

——, *A expedição de Pedro Álvares e o descobrimento do Brasil*, "Obras Completas", Lisboa, Portugália, s. d.

——, *O Império Português no Oriente*, "Obras Completas", Lisboa, Portugália, 1968.

Costa (Abel Fontoura da), "Ás Portas da Índia em 1484", in *Anais do Club Militar Naval*, tomo LXVI, n.º 3 e 4, Março e Abril de 1935, pp. 327-374 e n.º 7 e 8, Julho e Agosto de 1935, pp. 3-62.

——, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3.ª edição, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960.

Costa (João Paulo de Oliveira e Costa), *D. Manuel I (1469-1521): Um Príncipe do Renascimento*, s. l., Círculo de Leitores, 2005.

—— (coord.), *A Nobreza e a Expansão: Estudos biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000.

—— (coord.), *Descobridores do Brasil-Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

——, e Rodrigues (Vítor Luís Gaspar), *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan*, Madrid, Mapfre, 1992.

——, *vide* Thomaz (Luís Filipe)

Costa (José Pereira da), *Socotorá e o Domínio Português no Oriente*, "Separatas", LXXXII, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1973.

Costa (Paula Maria de Carvalho Pinto), "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade", *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000, pp. 5-605.

——, "O Mediterrâneo e a ordem de S. João" in *Portogallo Mediterrâneo*, a cura di Fonseca (Luís Adão da) e Cadeddu (Maria Eugenia), Cagliari, Istituto Sui Rapporti Itali-Iberici, 2001, pp. 75-97.

Coutinho (D. Antonio Xavier da Gama Pereira), *Os Representantes de Bartolomeu Dias e de seu neto Paulo Dias de Novais: Breves notas sobre sua Família e representação, devidamente documentadas e acrescidas duma minuta inédita para a doação da Capitania de Angola*, Matozinhos, 1933.

Couto (Jorge), *A Construção do Brasil – Ameríndios, Portugueses e Africanos, no início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Cruz (Maria Augusta Lima), "Contribuição para o estudo dos correios entre Portugal e Roma no século XVI", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. I, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 463-469.

—— e Lázaro (António Manuel), "A linguagem criptográfica na correspondência diplomática portuguesa de D. Miguel da Silva e de Pêro Correia: origens e significado", in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, edição dirigida por Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 601-620.

Cruz (Maria Leonor García da), *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

Cuoq (Joseph), *L'Islam en Ethiopie des origins au XVIe siècle*, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1981.

Curto (dir. Diogo Ramada), *O tempo de Vasco da Gama*, s. l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Difel, s. d.

——, *vide* Boxer (Charles Ralph).

Curto (Pedro Mota), *Portugal, o Preste João e a Etiópia*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996.

Daguenet (Roger Joint), *Histoire de La Mer Rouge: De Moïse à Bonaparte*, Paris, Perrin, 1995.

Decary (Raymond), "Madagascar et Dépendances" in Raymond Decary *et alii*, *La France de l'océan Indien: Madagascar, les Comores, la Réunion, la Côte Française des Somalis, l'Inde Française*, com prefácio de Robert Barques, Paris, Société d'Editions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1952.

Denuncé (Jean), *L'Afrique au XVIème siècle et le commerce anversois. Avec reproduction de la carte murale de Blaeu-Verbist de 1644*, Anvers, De Sikkel, 1937.

Deschamps (Hubert), "Ethnologie de Madagascar", in Jean Poirier (dir.), *Ethnologie Régionale*, "Encyclopédie de la Pléiade", vol. I, Paris, Gallimard, 1972, pp. 1418-1470.

Deswarte (Silvye), *Il "Perfetto Cortegiano" D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni Editore, 1989.

Dias (dir. e coord. lit. de Carlos Malheiro), Vasconcelos (dir. cartográfica de Ernesto de) e Roque Gameiro (dir. artística), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 3 vols., Porto, Litografia Nacional, 1921-1923.

Dias (coord. João José Alves), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, vol. V da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

Dias (José Sebastião da Silva), *A Política Cultural da Época de D. João III*, vol. I, Coimbra, Instituto de Estudos Filológicos da Universidade de Coimbra, 1969.

Domingues (Francisco Contente), "Colombo e a Política de Sigilo na Historiografia Portuguesa", *Mare Liberum-Revista de História dos Mares*, n.º 1, Lisboa, 1990, pp. 105-116.

Doresse (Jean), *Histoire de l'Éthiopie*, "Que sais-je?", Paris, P. U. F., 1970.

Dupront (Alphonse), *vide* Alphandéry (Paul).

Eliav-Feldon (Miriam), "Portugal, Prester John and the Lost Tribes of Israel", in *Actas do Congresso Internacional: Vasco da Gama – Homens, Viagens e Culturas*, vol. I, s. l., s. d., pp. 301-316.

Erdmann (Carl), *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1940.

Faria (Francisco Leite de) e Mota (Avelino Teixeira da), *Novidades Náuticas e Ultramarinas numa Informação dada em Veneza em 1517*, "Separatas", XCIX, Centro de Estudos de cartografia Antiga da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

Faria (Francisco Leite de), "Os documentos mais antigos que se conservam escritos pelos portugueses na Índia", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 157-175.

Farinha (António Dias), "A dupla conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque", *Stvdia*, 48, 1989, pp. 445-472.

——, *Os Portugueses no Golfo Pérsico: 1507-1538: Contribuição Documental e Crítica para a sua História*, separata de *Mare Liberum-Revista de História dos Mares*, n.º 3, 1991, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991.

——, "A Viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia", *Oceanos*, nº 39, Julho/Setembro de 1999, pp. 55-68.

——, "Os Árabes nos Antigos Relatos Portugueses do Índico", *Finisterra*, XL, 79, 2005, pp. 151-160.

Faroqhi (Suraiya), *Approaching Ottoman History: An Introduction to the Sources*, s. l., Cambridge University Press, s.d.

——, *The Ottoman Empire and the World Around it*, Londres-New York, I. B. Tauris, s. d.

Ferreira (Ana Maria Pereira), *O essencial sobre o corso e a pirataria*, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

Ferreira (F. Bandeira), "Os Portugueses no Índico Ocidental: o problema do achamento da ilha de S. Lourenço" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 163-196.

Ficalho (Conde de), *Viagens de Pêro da Covilhã*, reprodução em fac-símile do exemplar com data de 1898 da Biblioteca Nacional, com apresentação de Manuel Villaverde Cabral, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d..

Fonseca (Luís Adão da), *Navegacion y corso en el mediterraneo occidental: los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978.

——, *O essencial sobre Bartolomeu Dias*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

——, *Vasco da Gama: o Homem, a Viagem, a Época*, s. l., Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, s. d.

——, *Pedro Álvares Cabral – Uma Viagem*, s.l., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Edições Inapa, s.d.

Freire (Anselmo Braamcamp), *Crítica e Historia. Estudos*, reedição fac-similada do I volume e primeira edição do II, com estudo introdutório de José V. de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Galea (Michael), *Grandmaster Philippe Villiers de l'Isle Adam*, San Ġwann (Malta), Publishers Enterprises Group Ltd., 1997.

Galende Díaz (Juan Carlos), "La escritura cifrada durante el reinado de los Reyes Catolicos y Carlos V", *Cuadernos de Estudios Medievales y Ciencias y Técnicas Historiográficas*, n.º 18-19, 1993-1994, pp. 159-178.

——, *Criptografía. Historia de la Escritura Cifrada*, Madrid, Editorial Complutense, 1995.

Garção-Stokler (Francisco de Borja), *Ensaio Histórico sobre as origens e progressos das mathematicas em Portugal*, Paris, Officina de P. N. Rougeron, 1819.

Garcia (José Manuel), *Pedro Álvares Cabral e a Primeira Viagem aos Quatro Cantos do Mundo*, s. l., Círculo de Leitores, 2001.

Godinho (Vitorino Magalhães), *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª edição correcta e ampliada, 4 vols., Lisboa, Presença, 1981-1983.

——, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635) (Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982.

——, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990.

Guedes (Max Justo), *O Descobrimento do Brasil*, pref. de Luís de Albuquerque, s. l., Edições Vega, s. d.

——, *A Carreira da Índia – evolução do seu roteiro*, separata da revista *Navigator*, n.º 20.

Guerreiro (Inácio) e Rodrigues (Vítor Luís Gaspar), "O 'grupo de Cochim' e a oposição a Afonso de Albuquerque", *Stvdia*, 51, 1992, pp. 119-145.

Guinote (Paulo Jorge Alves), Lopes (António) e Frutuoso (Eduardo Jorge Miranda), *Naufrágios e outras perdas da Carreira da Índia: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Heyd (Wilhelm), *Histoire du commerce du Levant au Moyen-âge*, *fac-simile* de l'éd. de Leipzig, Harrassowitz, 1885-1886, éd. rev. et augm. par Reynaud Furcy, 2 vols., Amsterdão, A. M. Hakkert, 1983.

Innis (H. A.), *Empire and Communications*, Oxford, Clarendon Press, 1950.

Jacquart (Jean), *vide* Bennassar (Bartolomé).

Kahn (David), *The Codebreakers – The Story of Secret Writing*, New York, Scribner, 1996 (revisão e actualização da edição de 1967).

Kammerer (Albert), *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie depuis l'Antiquité: essai d'histoire et de géographie historique*, tome II, Cairo, Impr. Institut Français d'Archéologie Orientale, 1935.

——, "La découverte de Madagascar par les Portugais et la cartographie de L'île (1500-1667)", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 67.ª série, n.º 9/10, Setembro e Outubro de 1949.

Kroell (Anne), *vide* Bacqué-Grammont (Jean-Louis).

Labrousse (Henri), *Récits de La Mer Rouge et de L'Océan Indien*, "Études d'Histoire Maritime", Paris, Economica, 1992.

Lagoa (Visconde de), "Acerca do mapa-múndi dito de Cantino" in *Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa* (*Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, vol. VIII, tomo I), s. l., Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1953, pp. 35-105.

Lázaro (António Manuel) (com a colaboração de Vassilikí Krávari e Luís Filipe Thomaz), "Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco (Edição diplomática, crítica, tradução e comentário)" in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, dir. de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 349-380

——, "'Novas do turco sam viindas per vya de Rodes' - Algumas notas sobre a circulação de informação no princípio do século XVI" in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental – Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 383-411.

——, *vide* Cruz (Maria Augusta Lima), "A linguagem criptográfica...

Leite (Duarte), "Uma teoria romantizada dos descobrimentos portugueses", *Seara Nova – Revista de Doutrina e crítica,* 15 de Fevereiro a 22 de Março de 1941.

——, *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos*, organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, 2 vols., Lisboa, Edições Cosmos, 1958-1959.

Lewis (Ioan M.), *The Modern History of Somaliland: From Nation to State*, Londres, Weindenfeld and Nicolson, s. d.

Limão (Paula), *Portugal e o Império turco na área do Mediterrâneo (século XV)*, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Universidade de Lisboa, 1994.

Lobato (Alexandre), *Novos Subsídios para a História da Fundação de Sofala* (separata do tomo VIII das *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*), Lisboa, 1950, pp. 135-150.

——, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, livro I e II, s. l., Agência Geral do Ultramar, 1954.

——, *Da época e dos Feitos de António de Saldanha*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

Lombard (dir. Denys) e Aubin (Jean), *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine (13ème – 20ème siècles)*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988.

Lopes (F. Félix), "Frei Henrique de Coimbra: o Missionário, o Diplomata, o Bispo", *Stvdia*, 37, 1973, pp. 7-119.

Lopes (João Baptista da Silva), *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848.

Loureiro (Henrique), "A Naturalidade e a Família de Bartolomeu Dias: Quais Foram?", *Brasões e Genealogia*, n.º 1, Lisboa, Tipografia do Comercio, 1926.

Lunde (ed. Paul) e Porter (Alexandra), *Trade and Travel in the Red Sea Region: Proceedings of Red Sea Project I – Held in the British Museum (October 2002)*, Oxford, Archeopress, 2004.

Macedo (Jorge Borges de), *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*, s. l., Instituto de Defesa Nacional, 1987.

——, "O carácter europeu dos Descobrimentos e o sigilo Nacional na sua realização" in Santos (Alfredo Ribeiro dos), *Jaime Cortesão um dos grandes de Portugal*, s. l., Fundação Engenheiro António de Almeida, 1993, pp. 315-328.

Machado (José Pedro) e Campos (Viriato), *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, s.l., edição da Câmara Municipal de Lisboa, s.d.

Magalhães (Joaquim Romero), "Jaime Cortesão e o sigilo dos descobrimentos portugueses", *Sigila: revista transdiciplinar luso-francesa sobre o segredo*, IX, 2002, pp. 109-117.

Mantran (dir. Robert), *Histoire de l'Empire Ottoman*, s. l., Librairie Arthème Fayard, s. d.

Marques (A. H. de Oliveira), *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

Martins (Mário), *D. João de Castro e os problemas religiosos do Mar Vermelho*, separata de *Lusitania Sacra*, IV, 92, Lisboa, 1972.

Matos (Gastão de Melo de), "Cifras Portuguesas do século XVII", *Arquivo Histórico de Portugal*, IV, 1939-1943, pp. 360-378

——, "Cifras Portuguesas do século XVII (2.ª série)", *Arquivo Histórico de Portugal*, V, 1944, pp. 373-395.

——, "Mais uma nota sôbre cifras portuguesas do século XVII", *Arquivo Histórico de Portugal*, V, 1944, pp. 423-425.

Matos (Jorge Semedo de), "A navegação atlântica dos Portugueses em 1500", " *Oceanos*, n.º 39, Julho/Setembro de 1999, pp. 82-99.

Mendonça (Henrique Lopes de), *Estudos sobre navios portuguezes nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Academia Real das Ciências,1892.

——, *Bartholomeu Dias e a Rota da Índia* (artigo não inserto no numero da *Revista Portugueza Colonial e Marítima* Commemorativo do Centenário da Índia), Lisboa, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1898.

Mendonça (Manuela), *D. João II: um percurso Humano e Político nas origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, 1991.

Milano (Ernesto), *La Carta del Cantino e la rappresentazione della Terra nei codici e nei libri a stampa della Biblioteca Estense e Universitaria*, Modena, Il Bulino, 1991.

Monterisi (Mario), *vide* Bottarelli (Gottardo).

Mota (Avelino Teixeira da), *Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África: desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina*, Bissau, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1950.

——, "A Arte de Navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da Navegação Astronómica no Atlântico", *Anais do Clube Militar Naval*, número especial, 1997 (1957), pp. 7-26.

——, "A Viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 76.ª série, n.º 9/10, Outubro a Dezembro de 1958, pp. 297-322.

——, *A Viagem de António de Saldanha em 1503 e a Rota de Vasco da Gama no Atlântico Sul*, "Separatas", LXIV, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

——, *A África no Planisfério Português Anónimo "Cantino" (1502)*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXVI, Coimbra, 1977.

——, *Bartolomeu Dias – Descobridor do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1988.

——, *vide* Faria (Francisco Leite de Faria).

Neto (dir. Margarida Sobral Neto), *As Comunicações na Idade Moderna*, s. l., Fundação Portuguesa das Comunicações, s. d.

Nied (André), *vide* Pages (Jean).

Oliveira (Aurélio de), *Coordenadas Espirituais na Génese da expansão: Os aspectos místico-religiosos na tese de Jaime Cortesão*, Braga, 1984.

Özbaran (Salih), *The Ottoman response to European expansion: Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the sixteenth century*, Istambul, The Isis Press, 1994.

Pages (Jean) e Nied (André), *Itinéraires de La Mer Rouge: Antiquité-Moyen Age*, "Études d'Histoire Maritime", Paris, Economica, 1991.

Pastor (Ludwig Freiherrn von), *Histoire des Papes depuis la fin du Moyen Âge*, trad. do alemão por Furcy Raynaud, Alfred Poizat e W. Berteval, Tomos V a VII, Paris, Librairie Plon, 1924.

Pereira (Moacir Soares), "Capitães, Naus e Caravelas da Armada de Cabral", *Revista da Universidade de Coimbra*, XXVII, 1979, pp. 31-134.

Peres (Damião), *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª edição, Coimbra, 1960.

Pimpão (Álvaro Júlio da Costa), *A Historiografia oficial e o sigilo sobre os Descobrimentos*, Coimbra, Biblioteca da Universidade,1939 (1938).

Pissarra (José Virgílio Amaro), *A Armada da Índia: Cômputo, Tipologia e Funcionalidade das Armadas de Guerra Portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

Porter (Alexandra), *vide* Lunde (Paul).

Preto (Paolo), *I Servizi segreti di Venezia*, Milão, il Saggiatore, 1999.

Prol (Santiago), *João da Nova: un mariño galego ao servicio da Coroa de Portugal*, Ourense, Deputación Provincial, s. d.

Radulet (Carmen M.), *Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente,* "Separatas", CLVI, s. l., Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1984.

——, "A política atlântica de D. João II e as viagens de descobrimento", in *Actas do Congresso Internacional: Bartolomeu Dias e a Sua Época*, vol. II, Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 189-200.

Ramos (Manuel João), *Ensaios de Mitologia Cristã – O Preste João e a reversibilidade simbólica*, com prefácio de José Carlos Gomes da Silva, s. l., Assírio & Alvim, s. d.

Randles (W. G. L.), *Da Terra Plana ao Globo Terrestre: Uma Rápida Mutação Epistemológica (1480-1520)*, 1.ª edição portuguesa, s. l., Gradiva, 1999 (1980).

——, *Bartolomeu Dias and the Discovery of the Southe-east passage linking the Atlantic to the Indian Ocean (1488)*, "Série Separatas", 188, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

——, "La configuration cartographique du continent african avant et après le voyage de Bartolomeu Dias: hypòtheses et enseignements", in *Actas do Congresso Internacional: Bartolomeu Dias e a Sua Época*, vol. II, Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 111-119.

Ravenstein (E. G.), "The Voyages of Diogo Cão and Bartholomeu Dias", *The Geographical Journal, Londres*, XVI (6), Dezembro de 1900, pp. 625-655.

Relation historiques à travers l'océan Indien: Compte rendu et documents de travail de la réunion d'experts sur "Les contacts historiques entre l'Afrique de l'Est d'une parte et l'Asie du Sud-Est d'autre part, par les voies de l'océan Indien", Maurice, 15-19 juillet 1974, Paris, Unesco, 1980.

Relaño (Francesc), "Sailing on Parchment, Plying the Seas: The Problem of African Circumnavigation before and after Vasco da Gama", in *Actas do Congresso Internacional: Vasco da Gama – Homens, Viagens e Culturas*, vol. I, s. l., s. d., pp. 107-119.

——, *The Shaping of Africa: Cosmographic Discourse and Cartographic Science in Late Medieval and Early Modern Europe*, Aldershot, Ashgate, 2002.

Renouard (Yves), "Information et transmission des nouvelles ", in Samaran (Charles), *L'Histoire et ses méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", s. l., Gallimard, 1973, pp. 95-142.

Ribeiro (Fernando de Almeida), "Casos médico-legais – Pontos para exercícios do curso jurídico de Medicina legal de 1924-1925", *Boletim da Faculdade de Direito*, ano VIII, n.º 71-80, 1923-1925, pp. 415-449

—— e Henriques (Custódio de Almeida), "A frequência relativa das letras e a criptografia da língua portuguesa", *Archivo de Medicina Legal*, IV, 1931, pp. 420-425.

——, *"Dois dedos" de Criptografia*, Coimbra, Livraria Académica, s.d.

Richard (Jean), "Cryptographie " in Samaran (dir. Charles), *L'Histoire et ses méthodes*, "Encyclopédie de la Pléiade", s.l., Gallimard, 1973, pp. 616-632.

Rodrigues (Vítor Luís Gaspar), *vide* Costa (João Paulo de Oliveira e Costa) e Guerreiro (Inácio).

Rossi (Ettore), *Storia della marina dell' Ordine di S. Giovanni di Gerusalemme di Rodi e di Malta*, Roma-Milão, 1926.

Sabugosa (Conde de), *A Rainha D. Leonor (1458-1525)*, Lisboa-Rio de Janeiro, Portvgalia, s.d.

Said (Edward W.), *Orientalismo : representações ocidentais do Oriente*, trad. de Pedro Serra, Lisboa, Livros Cotovia, 1997.

Santos (Nuno Valdez dos), *A Criptografia Histórica*, Lisboa, 1982.

São Luís (Frei Francisco de), *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, publ. por António Correia Caldeira, 10 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1872-1883.

Sardella (Pierre), *Nouvelles et Spéculations a Venise au début du XVI siècle*, "Cahiers des Annales", 1, Paris, Librairie Armand Colin, s.d.

Serjeant (R. B.), *The Portuguese off the South Arabian Coast: Hadramī Chronicles*, Oxford, Clarendon Press, 1963.

Serrão (Joaquim Veríssimo), *A Misericórdia de Lisboa: Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998

Shaw (Stanford J.), *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, s. d.

Silva (Isabel L. Morgado de Sousa e), "A Ordem de Cristo (1417-1521)", *Militarium Ordinum Analecta*, 6, 2002.

Silva (Manuel Ferreira da), *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias Portuguesas. A Pessoa. A Obra. A Mensagem*, Lisboa, Rei dos Livros, 1998.

Silvini (Giorgio), *Venezia e Portogallo sulla via delle spezie (1498-1517)*,Treviso, T. E. T., 1982.

Smith (Ronald Bishop), *Diogo Fernandes de Beja*, Lisboa, s. d.

——, *Lopo Soares de Alvarenga (better known as de Albergaria)*, s.l., s. d.

——, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975.

Sousa (Ivo Carneiro de), "Introdução ao Estudo do Património, da Casa e da Corte de D. Leonor", in AAVV, *Espiritualidade e Corte em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto-Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, pp. 23-52.

——, *Da Descoberta da Misericórdia à Fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito, 1999.

Starkey (ed. Janet C. M.), *People of the Red Sea: Proceedings of Red Sea Project II – Held in the British Museum (October 2004)*, Oxford, Archeopress, 2005.

Subrahmanyam (Sanjay), *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, prefácio de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Sutherland (A.), *The Knights of Malta*, Edinburgh, 1830.

Tamrat (Taddesse), *Church and State in Ethiopia (1270-1527)*, Oxford, Clarendon Press, 1972.

——, "Ethiopia, the Red Sea and the Horn", in Roland Oliver (dir.), *The Cambridge History of Africa*, volume 3, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 98-182.

Tavim (José Alberto Rodrigues da Silva), "Os Judeus e a Expansão Portuguesa na Índoa durante o século XVI. O exemplo de Isaac do Cairo: Espião, 'Língua' e 'Judeu de Cochim de Cima'", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIII, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 137-260.

Theunissen (Hans), "Ottoman-Venetian Diplomatics: The 'Ahd-Names. The Historical Background and the Development of a Category of Political-Commercial Instruments together with an annotated edition of a Corpus of relevant documents ", *Electronic Journal of Oriental Studies*, I, n.° 2, 1998.

Thomaz (Luís Filipe F. R.), "L'idée imperiale manuéline " in *La Decouverte, Le Portugal et L'Europe. Actes du Colloque* (Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-103.

——, *De Ceuta a Timor*, s. l., Difel, Difusão Editorial, S. A., s. d.

——, "Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500-1521", *The Indian Economic and Social History Review*, 28, 1, 1991, pp. 97-109.

——, *Do Cabo Espichel a Macau: vicissitudes do corso português*, separata das *Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa: As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Lisboa, centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

——, "Descobrimentos e Evangelização – Da Cruzada à missão pacífica", in *Actas do Congresso Internacional de História: Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 81-129.

——, "Especiarias do Velho e do Novo Mundo (Notas Histórico-Filológicas)", *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. XXXIV, Lisboa/Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 219-345.

——, "Entre l'histoire et l'utopie: le mythe du prêtre Jean", separata das *Actes du colloque international: les civilisations dans le regard de l'autre*, Paris, 2001.

—— e Costa (João Paulo de Oliveira e), "A Bíblia e a Expansão Portuguesa", *Didaskalia*, XX, 1990, pp. 223-240.

——, *vide* Lázaro (António Manuel).

——, *vide* Aubin (Jean).

Thompson (James Westfall) e Padover (Saul K.), *Secret Diplomacy: Espionage and Cryptography (1500-1815)*, New York, Frederick Ungar Publishing Co., s. d.

Thoraval (dir. Yves), Abdelamir (Chawki) e Nied (André), *Le Yémen et la mer Rouge: Actes du colloque organisé au Sénat, 29-30 novembre 1993*, Paris, Harmattan, 1995.

Tibbets (G. R.), *The Navigational Theory of the Arabs in the fifteenth and sixteenth centuries*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, Coimbra, 1969.

Trimingham (J. Spencer), *Islam in East Africa*, Oxford, Clarendon Press, 1964.

——, *Islam in Ethiopia*, Londres, Frank Cass, 1976.

Vasconcelos (Manuel Rosado Marques de Camões e), *Subsídios para a genealogia de Frei André do Amaral, de Touriz*, separata do vol. V do *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1947.

Vatin (Nicolas), "La conquête de Rhodes", in Gilles Veinstein (ed.), *Soliman Le Magnifique et son temps: Actes du Colloque de Paris,*

Galeries Nationales du Grand Palais (7-10 mars 1990), Paris, 1992, pp. 435-454.

——, *L'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem, l'Empire ottoman et la Méditerranée orientale entre les deux sièges de Rhodes (1480-1522)*, Lovaina-Paris, Éditions Peeters, 1994.

——, *Rhodes et l'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem*, ("Patrimoine de la Méditerranée"), Paris, CNRS Éditions, 2000.

Vérin (Pierre), "Le peuplement de Madagascar", in Jean Poirier (dir.), *Ethnologie Régionale*, "Encyclopédie de la Pléiade", vol. I, Paris, Gallimard, 1972, pp. 1408-1417.

Vertot (René Aubert), *Histoire des chevaliers hospitaliers de S. Jean de Jerusalem*, 4 vols., Paris, Rollin, 1726.

Viaud (Aude), "La correspondance diplomatique au XVIème siècle", *Arquivos do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, vol. XLI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 55-70.

Vidago (João), "Anotações a uma bibliografia da 'Carreira da Índia'", *Stvdia*, Vol. XVIII, 1966, pp. 209-241.

Villey (Michel), *La Croisade: Essai sur la Formation d'une Théorie Juridique*, Paris, J. Vrin, 1942.

Viterbo (Francisco de Sousa), "A Livraria Real especialmente no rreinado de D. Manuel", in *Historia e Memorias da Academia Real*

das Sciencias de Lisboa, Nova série, 2.ª classe, tomo IX, Parte I, Lisboa, Typographia da Academia, 1902, pp. 1-73.

——, *Duarte Galvão e a sua família: elementos para um estudo biographico*, separata de *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias*, XI, Parte I, Lisboa, Typ. da Academia, 1905.

——, *Duarte Galvão e a sua família: elementos para um estudo biographico*, separata de *História e Memórias da Academia das Sciências de Lisboa*, XIV, n.º 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

Weinstein (Donald), *Ambassador from Venice: Pietro Pasqualigo in Lisbon*, 1501, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1960.

Witte (Charles-Martial de), "Un projet portugais de reconquête de la Terre Sainte (1505-1507)" in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, 1.ª parte, Lisboa, 1961, pp. 426-427

Zanotti (Mario), *Crittografia: Le Scritture Segrete*, Milão, Ulrico Hoepli, 1928.

Documentos

Nota paleográfica

Na transcrição dos documentos que constam em anexo, tendo optado, atendendo à natureza deste trabalho, por um manifesto conservadorismo, adoptaram-se os seguintes critérios:

- desdobraram-se as abreviaturas, com excepção dos numerais, indicando as letras omissas em itálico, conforme o modo de escrita adoptado no mesmo documento ou, na sua falta, o uso da época;

- manteve-se o uso do *i*, *j*, *u*, *v*, *c*, *ç*, *y*, *g*, *m*, *n*, *R* e de consoantes duplas;

- manteve-se o til em *hũa*, *nenhũa* ou *algũa* conforme o uso na época;

- manteve-se o uso de maiúsculas e minúsculas, tal como consta no original;

- manteve-se a pontuação;

- separaram-se as palavras que se encontravam juntas ou reuniram-se os elementos dispersos de cada palavra;

- assinalou-se entre parêntesis rectos as letras ou números riscados, dentro dos mesmos, recorrendo a linhas de pontos proporcionais, as palavras ilegíveis ou as lacunas do suporte e ainda, em itálico, qualquer interpolação da minha responsabilidade, quer os erros do texto, com *sic*, quer tudo aquilo que foi possível reconstituir;

- registou-se, entre parêntesis angulares, todas as palavras entrelinhadas;

- assinalou-se, em nota de rodapé, não só tudo aquilo que constava à margem do texto original como qualquer tipo de anotações incluídas no verso;

- adoptou-se a apresentação do texto em linha contínua, com excepção de róis ou listas, casos em que se tentou manter uma apresentação algo semelhante ao original;

- delimitou-se com dois traços oblíquos, seguidos do número atribuído ao fólio findo, entre parêntesis rectos, seguidos novamente por dois traços oblíquos, o fim de cada fólio;

- por último, muito embora a maior parte dos documentos incluídos em anexo sejam inéditos, decidiu-se, por uma ou outra razão, designadamente, pela sua manifesta relevância para este trabalho, incluir alguns que já haviam sido publicados anteriormente, neste caso, registou-se tal informação em nota de rodapé junto do mesmo.

Documentos

1. Carta de D. João Aranha, bispo de Safim, a el-rei D. Manuel, aludindo à presença do embaixador da ordem de São João de Jerusalém. S.l. [*Hospital Real de Todos os Santos, Lisboa*], 20 de Novembro de 1500. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 3, doc. 35.....473

2. Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Vasco Soajo, despenseiro do navio *São Paulo*, que ora vai para a Índia, vinho e louça. Lisboa, 30 de Janeiro de 1502. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 5, doc. 107.....475

3. Carta de el-rei D. Manuel a D. Vasco da Gama, Almirante das Índias, relativa à repartição das presas feitas por Vicente Sodré, enquanto este ainda se encontrasse no Mar das Índias. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1502. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 4, doc. 20.....477

4. Conhecimento de Vasco Soajo, despenseiro da nau *São Paulo*, que ora vai para a Índia, do vinho e louça que recebeu de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502. I. A. N./ T. T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 5, doc. 107.....479

5. Conhecimento do vinho que, de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, recebeu Diogo Fernandes, mestre da nau *Santa Maria da Orada*, que ora vai para a Índia. Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502. I. A. N./ T. T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 5, doc. 107.....482

6. Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Gram Jaam, despenseiro da nau *Frol de La Mar*, que ora vai para a Índia, vinho e louça. Lisboa, 10 de Março de 1502. I. A. N./ T. T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 5, doc. 107.....483

7. Carta de Gonçalo Gil Barbosa a Francisco de Albuquerque com notícias de Ádem e do Mar Vermelho. Cananor, 4 de Outubro de 1503. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 7, doc. 173.....485

8. Carta de Pêro de Ataíde, fidalgo da Casa Real e um dos capitães da armada de Vicente Sodré, a el-rei D. Manuel. Moçambique, 20 de Fevereiro de 1504. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 4, doc. 57.....488

9. Treslado de uma carta do vice-rei da Sicília a Isabel e Fernando, reis de Castela e Aragão, com notícias do Mediterrâneo Oriental. Palermo, 25 de Janeiro de 1504. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 4, doc. 74.....497

10. Carta de Isabel, a *Católica*, rainha de Castela, a el-rei D. Manuel, encaminhando o treslado de uma outra, a anterior, com notícias do Mediterrâneo Oriental. Medina del Campo, 17 de Abril de 1504. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 4, doc. 74.....499

11. Carta de el-rei D. Manuel ao Provincial da ordem de São Domingos dando notícias da Índia. Lisboa, 10 de Julho de 1505. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 5, doc. 31.....501

12. Rol do preço das especiarias em Veneza, depois de chegadas as galés de Alexandria e Beirute. S.l., s. d. [*1505*]. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 9, doc. 121.....503

13. Carta de Frei Diogo de Montemor a el-rei D. Manuel dando notícias do Mar Vermelho e do Mediterrâneo Oriental. Messina, 18 de Dezembro de [*1507*]. I. A. N. / T. T., *Núcleo Antigo*, 879, n.º 243.....507

14. Carta de Diogo Lopes de Sequeira a Jorge de Aguiar, capitão-mor da Arábia e Pérsia, com notícias da ilha de São Lourenço. Ilha de São Lourenço, 19 de Agosto de [*1508*]. I. A. N. / T.T., *Núcleo Antigo*, 876, n.º 57.....512

15. Carta de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato, a el-rei D. Manuel, sobre um conflito com D. Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago e Avis, em torno da posse por este da comenda de Sesimbra e da igreja de Santiago, em Beja. S. l., s. d. [*c. 1508-1509*]. I. A. N. / T.T., *Núcleo Antigo*, 877, nº 387.....515

16. Treslado de uma carta que o abade de Santa Catarina do Monte Sinai enviou ao grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, à qual se seguem excertos de duas outras, designadamente, de uma enviada a Jacomo do Campo, mercador que se encontrava em Rodes, e de uma outra de Frei André do Amaral, também de Rodes, com notícias do sultanato Mameluco, do Mar Vermelho e da Índia. Cairo e Rodes, 2 e 16 de Junho de 1510. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 22, doc. 70.....518

17. Cópia de uma carta que Frei Diogo de Montemor, indo da Síria para o Cairo, escreveu a Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes. S.l., s. d.[*17 de Julho de 1510*]. B. N., Lisboa, *Fundo Geral*, Cod. 7638, fls. 132v.-133v.....521

18. Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Fernando, o Católico, agradecendo-lhe, entre outras notícias, as novas relativas ao sucesso alcançado pela ordem de São João de Jerusalém sobre uma armada mameluca, junto da costa da Anatólia. S.l., s. d. [*c. 13 de Novembro de 1510*]. I. A. N. /T.T., *Núcleo Antigo*, 877, nº 87.....523

19. Cópia de uma carta com notícias do Mediterrâneo Oriental e, em particular, dos feitos de Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes. S.l., s. d. [*1510*]. B. N., Lisboa, *Fundo Geral*, Cod. 7638, fls. 133v.-134.....525

20. Cópia de uma outra carta com notícias do Mediterrâneo Oriental, mais concretamente, da Pérsia e do império otomano. Rodes, 25 de Agosto de 1511. B. N., Lisboa, *Fundo Geral*, Cod. 7638, fls. 134-135.....527

21. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Rodes, 29 de Março de 1512. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 11, doc. 47.....529

22. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l. [*Rodes*], s. d. [*Março ou Abril de 1512*]. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 11, doc. 47.....533

23. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l. [*Rodes*], s. d. [*Março ou Abril de 1512*]. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 11, doc. 47.....535

24. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Rodes, 19 de Abril de 1512. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 11, doc. 61.....537

25. Carta de André da Silveira a el-rei D. Manuel dando notícias várias, entre as quais, a morte do Grão-Mestre da ordem de São João de Jerusalém. Rouen, 5 de Março de 1513. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 12, doc. 81.....539

26. Treslado dos privilégios que Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, possuía em Castela.Valladolid, 8 de Agosto de 1513. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 13, doc. 33.....543

27. Carta de privilégio concedida à feira de Vera Cruz de Marmelar. Almeirim, 21 de Novembro de 1513. I. A. N. / T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 42, fol. 122v.....546

28. Carta de privilégio de conselheiro a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém. Almeirim, 7 de Fevereiro de 1514. I. A. N. / T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 11, fol. 6.....548

29. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Vera Cruz, 5 de Fevereiro de 1515. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 17, doc. 70.....550

30. Carta de armas de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém. Lisboa, 23 de Abril de 1515. I. A. N. / T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 11, fls. 99v.-100.....553

31. Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. Canas de Senhorim, 15 de Julho de 1515. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 18, doc. 34.....557

32. Apontamentos vários relativos à ordem de São João de Jerusalém e a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da Ordem, seguidos de uma carta do mesmo para, muito provavelmente, António Carneiro. S.l., s. d. [*anterior a 12 de Dezembro de 1515*]. I. A. N. / T.T., *Fragmentos*, Caixa 3, maço 3, 2º doc.....559

33. Carta de frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel. S. l., s. d. [...]. I. A. N. / T.T., *Núcleo Antigo*, 881, n.º 346.....561

34. Carta de mercê a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, de uma fazenda que fora de Silvestre Vaz, escudeiro, morador em Midões. Almeirim, 12 de Dezembro de 1515. I. A. N. / T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 24, fol. 167.....565

35. Carta de el-rei D. Manuel a Cristovão de Barroso relativa ao envio de Pero Correia como seu embaixador junto de Carlos I, rei de Castela e Aragão. Lisboa, 12 de Setembro de 1516. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 20, doc. 96.....567

36. Carta de António Leitão e Francisco Barbosa a el-rei D. Manuel enviando notícias diversas, nomeadamente, relativas ao Mediterrâneo Oriental. Lyon, 17 de Janeiro de 1517. I. A. N. / T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 21, doc. 15.....568

37. Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Pero Correia relativa ao negócio da confederação contra o *Turco*. Lisboa, 14 de Fevereiro de 1517. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 21, doc. 36.....572

38. Carta, em italiano, com notícias do Mediterrâneo Oriental, enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, junto de uma outra do mesmo a el-rei D. Manuel. S. l. [*Roma*], s. d. [*anterior a 16 de Abril de 1517*]. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 21, doc. 86.....575

39. Tradução portuguesa, da época, de uma carta em italiano enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, com notícias do Mediterrâneo Oriental. S. l. [*Roma*], s. d. [*anterior a 16 de Março de 1517*]. I. A. N. / T.T., *Núcleo Antigo*, 879, n.º139.....577

40. Carta de Dja'far Kapudan a Frei Fabrício del Carreto, Grão-Mestre da ordem de São João de Jerusalém. S.l. [*Leros*], s. d. [*posterior a 13 de Abril e anterior a 6 de Maio de 1517*]. I. A. N. / T.T., *Fragmentos*, Caixa 2, maço 2, doc. 76.....580

41. Carta de D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei de Portugal junto do Sumo Pontífice, a D. Manuel, com notícias de Roma e do Mediterrâneo Oriental. Roma, 1 de Julho de 1517. I. A. N. / T.T., *Fragmentos*, Caixa 1, maço 3, doc. 25 e *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 22, doc. 18.....583

42. Treslado da resposta que D. João de Meneses, prior do Crato, deu, quando foi notificado, no seguimento do breve de Leão X *Quam pertimescenda*, de 5 de Julho de 1517, para que, tal como os demais cavaleiros e comendadores da ordem de São João de Jerusalém, se apresentasse em Rodes. S.l., s.d. [*posterior a 5 de Julho de 1517*]. I. A. N./ T. T., *Núcleo Antigo*, 879, n.º 91.....589

43. Alvará régio para Giovanni Francesco de Affaitadi relativo a dois maços de cartas que este deveria enviar para D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei D. Manuel junto do Sumo Pontífice. Lisboa, 30 de Maio de 1518. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 23, doc. 54.....592

44. Cópia de um aviso sobre movimentações militares no império otomano. S. l. [*Veneza*], s. d. [*13 de Agosto de 1518*]. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 23, doc. 103.....594

45. Carta de Frei Fabrício del Carreto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, a el-rei D. Manuel, pedindo socorro contra o *Turco*. Rodes, 10 de Setembro de 1518. I. A. N./ T. T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 7, doc. 41.....595

46. Treslado de um alvará régio concedendo a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, um empréstimo de oitocentos mil reais em pimenta e em outra especiaria, o qual deveria ser pago pelo rendimento da sua comenda de Vera Cruz de Marmelar. Almeirim, 13 de Abril de 1519. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 81, doc. 40.....598

47. Certidão relativa a uma certa quantidade de pimenta, tal como outras drogas e especiarias, recebida em nome de Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, conforme estabelecido no alvará régio precedente. S. l., 22 de Maio de 1522. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 81, doc. 40.....600

48. Carta de D. Miguel da Silva a el-rei D. João III com notícias várias, incluindo uma alusão à perda de Rodes e a Frei André do Amaral. Roma, 21 de Março de 1523. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 29, doc. 42.....602

49. Carta de João Rodrigues Mouzinho a el-rei D. João III sobre a questão das Molucas e com notícias várias da Europa. Valladolid, 23 de Março de 1523. I. A. N. / T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 107, doc. 58.....604

50. Minuta de uma carta de el-rei D. João III a D. Miguel da Silva, embaixador junto do Sumo Pontífice. Évora, s. d. [*c.1523-1524*]. I. A. N. / T.T., *Fragmentos*, Caixa 3, maço 1, doc. 34.....608

1

Carta de D. João Aranha[*]*, bispo de Safim, a el-rei D. Manuel, aludindo à presença do embaixador da ordem de São João de Jerusalém.*

S.l. [Hospital Real de Todos os Santos],*20 de Novembro de 1500*

I.A.N. / T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 3, doc. 35*

Senhor

ao tempo que me enujou hũa em que me mandaua que a grande presa asjnase as bulas eu estaua ajnda tam fraco que asjnar nem spreuer a uosa alteza podja fazer porem prouue djzer que era tanto cousa de seu serujço me pus asjnar como pude e ate oje terça feyra asynej quarenta mjl pouco majs ou menos e asj farey os majs que me [...] // a casa laura segundo seu custume nam sey djzer majs por ser cousa que me toca [...] eu nam sej djzer bem se nam doutrem e nam de mjm ho embaxador de rrodes se veo espedjr de mj djzendo que lhe tomauam a pousada que he de [...] que se hja pera a naao aguardar a [...] pareceo me tem mal e de [...] da [...] e algũa cousa nam uosso serujço se fazer o tal que o recolhy pera mjm com sua famjlja e bestes que se o tempo nam correse çedo pera que [...] a outra nao que spere quando elle partjr hyra por agoa e eu fycarey em seco porem com todo ho ey por grande bem e serujço de uosa alteza se fazer asy // [*fol. 1*] // poys nenhũa cousa tenho se nam pera seu serujço // hos rrendeiros [...] de dom pedro ou elle se quejxarem

[*] Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Porto, Portucalense, 1968, p. 24.

a uosa alteza de mjm porque lhe vou a maão [...] rroubos que fazem e tyrey [...] testemunhas do que tem fecto e spero aperta los e o caso he que uosa alteza quando faz as hordenacões [*sic*] em que da aos culpados [...] crime e cyuel e o cyuel e [...] a quem ho acusar [...] ou [...] ou do pouo a metade e a outra pera o sprital nam lhe da a elles aquela metade do cyuel se nam pera que acusem o crime segundo bem decrarado esta nas hordenacões [*sic*] e mjlhor no meu rregjmento que me deu e os [...] de dom pedro sabem quem he ho culpado e ven se a elle ou [...] perante o jujz d alcaydarja e [...] ou depojs lhe djzem vos deues o [...] quatro mjl rreaes e do que a uos de [...] se nam [...] e pagares e majs hyres degredado dam lho djnhejro e furtam ao sprital a metade e a justiça pereçe e eu porque [...] avjso com elles a gastem se e per yso [...] doujdo quejxarem se de mjm nam auerja per [...] mandar [...] qualquer pesoa que se [...] com algũa parte sobre algum caso em que aja crime page grande pena porque avyndo se de cyuel sem mjm ja tenho no rregjmento que o page [...] e os [...] de dom pedro djzem que per yso da [...] por a rrenda que plla alcajdarja sem yso nam darjam cl // o todo poderoso e eterno deus acrecente vyda e estado de uosa alteza deste sprital xx dias de nouembro de [...]

[...] Epyscopus zaphies // [*fol. 1v.*] //*

---

* Segue-se fólio em branco no verso do qual, em letra da mesma época, com disposição diversa, se lê: "A El Rey nosso senhor", "do bispo de cafy [*sic*]" e, em letra setecentista, "N.º 218 [riscado]", "El Rey D. Manuel", "Maço 3, Docum. 35 Num. suc. 218", "Carta do Bispo de Çafim Em que diz a El Rey o tempo que lhe chegarão as Bullas estar doente e que para assinar lhe dera grande trabalho Em que o fez por ser muito seu serviço e que o Embaixador de Rodes se viera despedir por lhe tomarem seu apozento e que elle o recolhera em sua Caza com toda sua faillia e outros particulares Escrita no hozpital a 20 de Novembro de 1500".

2

Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Vasco Soajo, despenseiro do navio São Paulo, *que ora vai para a Índia, vinho e louça.*

Lisboa, 30 de Janeiro de 1502

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 5, doc. 107*

+

Dioguo pirez R*ecebe*dor dos Mantymentos emt*re*guay a V*as*co de soajo despemseiro do nauyo Sam Paulo que ora vay a Jmdia p*er*a la andar d armada este v*inh*o e louca [*sic*] abaixo stp*ri*ta q*ue* lhe he necesarja p*er*a a dita viagem /

j*tem* de vinho quoremta e quatro tones---------Riiij° t*on*es [*borrão*] - s*ilicet* - xxix e meo de Caparica e seixall /

E xiiij ° m*ei*o do termo desta cidade e Samtarem

Atestados e emcascados e limpo per esta man*eira*/.

- s*ilicet* – xb t*on*es e*m* tones machos/. ferados de seis arcos de fero cada hu*m*/

E xiiij ° m*ei*o e*m* pipas feradas de seis arcos cada hũua/.

E xiiij ° t*on*es m*ei*o e*m* pipas desferadas

E de louca [*sic*] p*er*a auguoa sete tones machos ---------- bij t*on*es ferados de seis arcos cada huu*m*

E de pipas p*er*a auguoa dezoito ---------- xbiij p*ip*as feradas de seis arcos cada hũa

E tres pipas desferadas p*er*a breu e sevo ---------- iij p*ip*as

E J quarteirola desferada p*er*a leuar huu*m* ----------J p*ipa* tresmalho e fyo/.

E per esto e seu conhecimento feyto pelo stpriuam do dicto nauyo e conheçimento do despemseiro da nao leitoa em que parte deste vinho lhe vay feito per seu stpriuam que declarem ambos que fica todo caregado em Receita vos sera leuado em conta feto [*sic*] em Lixboa a xxx dias de janeiro de 1502 /

Fernão Lourenço
Vicente aluarez
Pantaliam d espanha
aluaro + //

3

Carta de el-rei D. Manuel a D. Vasco da Gama, Almirante das Índias, relativa à repartição das presas feitas por Vicente Sodré, enquanto este ainda se encontrasse no Mar das Índias.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1502

I. A. N. / T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 4, doc. 20*

+

Almiramte amiguo praz nos sem embargo dos capitulos de voso Regimemto e do Regymemto de Vicemte Sodre per que decraramos e mamdamos que das presas que o dicto Viçemte Sodre fezer apartadas de vos emquamto na Imdia esteuerdes e que a vista de vos nam forem ffectas nam ajaees vos nem a jemte da frota que comvosco esteuer nemhũuas partes e somemte sejam partidas pollo dito Viçemte Sodre e sua companha como pellos ditos capitulos vay decrarado / se nam emtemda a dita ordenamça nas partes que a vos como a capitam mor temos dadas pello dito Regimemto as quaes nos praz que ajãees sem embarguo do que esta [mandais] e no mais se gardara o que pellos ditos Regimemtos mamdamos e asy o decraramos por este e se cumpra e ga[rde] [*ilegível*] ffeyto em Lixboa [...] [*ilegível*] Aluoro Fernamdez o fez anno de mil [...] [*ilegível*]

Rey

Capitulo da parte das presas que ha d aver [...] [*ilegível*] // [*fol. 1*] //*

---

* No verso deste, em letra da época, com disposição diversa da anterior, pode ler-se: "cap*itul*o q*ue* vay de fora do almjrante dom V*asco*". Em letra setecentista, lê-se o seguinte: "Parte 1.ª", "N.º 349" [*riscado*], "S*enh*or Rey D. Manoel", "Carta que El Rey escreueo ao Almirante em que lhe ordenaua a parte das cazas que auia de ter das que tomaçe", "em Li*sboa* na era de 1503", "Armario 15" [*riscado*], Maço n.º 40" [*riscado*] e "Anno 1503". Em folha junto do mesmo documento, também em letra mais recente, pode ler-se o seguinte: "Parte 1.ª", Maço 4 Doc. 40 Num suc 349", "Carta de El Rey p*ara* o Almirante <da India>, em que lhe declara suposto pelo Regim*en*to; que Vicente Sodre [*sic*] levava p*ara* a India, elle não devia ser p*ar*te alguma nas prezas feitas pelo dito; se devia intender som*en*te como Almirante, e não na p*ar*te que devia haver Como Cap*it*am Mor. [Lisboa 6 de Fevereiro de 1502] [*tinta e letra diferente*]" e "Anno [1503] [*riscado*] [6 Fevereiro 1502] [*tinta e letra diferente*]".

4

Conhecimento de Vasco Soajo, despenseiro da nau São Paulo, *que ora vai para a Índia, do vinho e louça que recebeu de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos.*

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 5, doc. 107*

Vinho e louça que emtregey a Vasco de Soajo despemseiro da não Sam Paulo que orra [*sic*] vay a Jmdia /

Jtem per todo vinho que lhe era ordenado pera a ujagem nouenta e sete tones meio ---------- IRbij tones meio .silicet. - lxb de capariqua e seixall E xxxij meio do termo e Samtarem

Os quaes lhe emtregey per esta maneira emcasquados ..... em limpo ....os .....e louça abaixo escprita .....

.silicet. – xb tones em tones machos ferados de bj arquos de fero cada huuns e asy leuam todos ----------IR estes sam de capariqua

E xiiij meio de capariqua e seixall em pipas feradas de bj arquos de fero cada hũa e asy sam de pipas xxix e leuam d arquos todos --------

----------Clxxiiij

[.....] [*riscado*]

E [xbj p] [*riscado*] xiiij tones deste termo e samtarem em em [*sic*] pipas desferadas e asy sam de pipas ----------

---------- [xxxbj] [*riscado*] xxxiiij

[.....] [*riscado*] //
E asy tem Recebido quor*en*ta e [sete] [*riscado*] quatro to*ne*s [meio] [*riscado*] de v*inh*o com hos [xb] [*riscado*] xiiij m*ei*o que lhe vam na leitoa ----------R[b] [riscado] iiij [m*ei*o] [riscado]
.s*ilicet*. – xxix m*ei*o de capariqua e seixall
E [xbiij] [riscado] xiiij m*ei*o deste termo e samtarem
E asy lhe fiquam ajmda quaa çimquemta e tres to*ne*s m*ei*o p*er*a comp*ri*mento do lbij m*ei*o q*ue* lhe era*m* hordenados p*er*a a ujagem---
----------liij m*ei*o
.s*ilicet*. – xxxb m*ei*o de capariqua e seixall
E xbiij [m*ei*o] [*riscado*] deste termo e samtarem
E am dir nesta louça abaixo escp*ri*ta ferada e desferada
.silicet. – xxbij m*ei*o em p*ip*as feradas de bj arquos
E xx em p*ip*as feradas de iiij arquos
E bj [m*ei*o] [*riscado*] em p*ip*as desferadas
E bij to*ne*s p*er*a aguoa ferados de bj arquos----------bij
de fero cada hũm [*sic*] e asy tem todos ----------Rij
E xbiij p*ip*as feradas de bj arquos de fero cada huu*m* ---- ----------xbiij
E asy tem todos ----------Cbiij
E iij p*ip*as desferadas em que vay breu e seuo ----------iij
E hũa quarteirola desferada em q*ue* vay fyo e tresmalhos----------
----------hũa q*ua*rteirola//

conheceo e confecou [*sic*] V*asc*o de so[j][*riscado*]ajo despe*n*sejro da nao sa*m* paulo q*ue* hora uaj a Jmdea q*ue* recebeu de d*iog*o pi*ri*z R*ecebe*dor dos mantime*n*tos quor*en*ta e quatro tones de uynhos dos lRbij que ..... e m*ei*o q*ue* lhe hera hordenados p*er*a a uyage*m* - s*ilicet* – xxix e m*ei*o de caparyqua e sejxall e quatorze e m*ei*o deste termo e sa*n*tare*m* hos quaes era*m* e*n*cascados e atestados e*m* ly*m*po e as uasylhas e loucas [*sic*] atras escrjta ferada e desferada asy como se

atras co*ntem* E [.....] de letra de [.....] destes quare*n*ta e quatro [...] [*riscado*] tones de v*inh*o uão na leytoa quatorze e m*ei*o e asy recebeo sete tones p*er*a augoa ferados de seys arcos de fero cada hu*m* e xbiij pjpas p*er*a augua ferados de seys arcos de fero cada hũa e tres pjpas desferadas e*m* q*ue* uaj breu e seuo e hũa corteyrola desferada e*m* q*ue* uaj fyo e tresmalho e p*orque* asy he uerdade q*ue* ho d*ic*to despe*n*seyro recebeo do d*ic*to d*iog*o p*iryz* hos d*ic*tos v*inh*os e louça asy como atras [.....] pelas adjcoes [*sic*] escryptas per gyl lopez lhe deu Este conhjcjme*n*to f*ec*to p*er* my*m* P*er*o rafal Escryua*m* da d*ic*ta nao e asynado p*er* anbos os quaes v*inh*os e louças careguey e*m* receyta sobre ho d*ic*to despe*n*seyro f*ec*to e*m* lixboa a sete de f*evereir*o de b ij anos

Vasco de soajo

P*er*o rafa[...]

5

Conhecimento do vinho que, de Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, recebeu Diogo Fernandes, mestre da nau Santa Maria da Orada, *que ora vai para a Índia*

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1502

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 5, doc. 107*[*]

Conheço e conffeso eu d*iog*o ff*ernandez* mestre da nãao santa marja da orada q*ue* ora vay a jndea q*ue* reçeby de d*iog*o pj*rez* reçebedor dos mantimentos doze tonees de [o] [*riscado*] v*inh*o .s*ilicet*. sete tonees e m*ei*o de caparyca em pjpas fferadas de quatro arcos cada hũa e quatro tonees e m*ei*o deste termo em pipas desfferadas todo ateestado e em linpo os quaees doze tonees de v*inh*o lleuo em a dita nãao p*er*a os auer de dar d*eu*s querendo <na jndea> a ueçente Sodre capitam da nãao Esmerallda d ell Rrey Nosso Senhor e porque asy he v*er*dade lhe dey este conhecjmento ffeyto p*er* mj*m* Joam L*ourenç*o esp*ri*ão da dita nãao e asinado p*er* anbos ffeyto em Ljxboa aos bij d*ias* de Ffeujreyro 1502

Djogo Ff*ernandez*

Joam L*ourenç*o

---

* Este documento é precedido, no mesmo fólio inumerado, por um fragmento de um mandado que, estando aparentemente relacionado com a nau Leitoa, não consta daqueles que Brito Rebelo publicou, cf. Brito Rebelo, " Navegadores e Exploradores Portuguezes até o XVI século (Documentos para a sua Historia): Vasco da Gama-Sua família, suas viagens, seus companheiros" in *Revista de Educação e Ensino*, vol. XIII, 1898, pp. 279-282.

6

Mandado dos oficiais da Casa de Guiné e Mina para Diogo Pires, recebedor dos mantimentos, dar a Gram Jaam, despenseiro da nau Frol de La Mar, *que ora vai para a Índia, vinho e louça.*

Lisboa, 10 de Março de 1502

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 5, doc. 107*

+

Dioguo pirez R*ecebe*dor dos Mantymentos eMt*re*guay a gram Jaam despemseiro do naao frol de la mar que ora vay a Jmdia este v*inh*o e louca [*sic*] abaixo stp*rit*a q*ue* lhe he neçesarea p*er*a a dicta viagem //

j*tem* de vinho oytenta e huu*m* tones ----------lxxxj t*on*es

- s*ilicet* – xxxij de caparica e seixall

E Rix do termo desta cidade e Samtare*m*/

Atestados e emcascados e limpo p*er* esta man*ei*ra

- s*ilicet* – xxbij t*on*es e*m* tones machos ferados de seis arcos de fero cada hu*m*/.

E xxbij t*on*es e*m* pipas feradas de quatro arcos de fero cada hũua/.

E xxbij t*on*es e*m* pipas desferadas/.

E de louca [*sic*] p*er*a auguoa quatro tones machos ------iiij° t*on*es ferados de seis arcos cada hu*m*

E de pipas p*er*a auguoa trimta e sete ----------xxxbij p*ip*as feradas de seis arcos de fero cada hũa

E de quarteirolas p*er*a auguoa treze ----------xiij p*ipas* feradas de seis arcos cada hũa / A

E de pipas p*er*a auguoa desferadas ---------- xx p*ipas* A

E de pipas desferadas pera breu e sevo ----------bj pipas

E per este e seu conheçimento feito pelo stpriuam da dicta naao e asynado per ambos em que declare que lhe fica careguado em Recepta vos sera leuado em conta feito em Lixboa a x dias de março de 1502 /

Fernão lourenço
Vicente aluarez
Pantaleam d espanha
aluaro

7

Carta de Gonçalo Gil Barbosa a Francisco de Albuquerque com notícias de Ádem e do Mar Vermelho

Cananor, 4 de Outubro de 1503

I.A.N. / T. T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 7, doc. 173*[*]

+

Senhor

tamto que vosa merçee daquy partjo ouue Recado do çamory / sua comclusam era que eu fezese com vosa merçee que fosees a seu porto e que eu fose e que tudo o que vosa merçee quysese e eu disese que per aquelle seu assynado Juraria e promytja ho comprir / Eu lhe Respomdy que com vosa merçee fallara e que lla hirees que se elle algũa cousa qujsese que vosa merçee comçertarya o que fose seruiço de deus e d el Rey noso senhor e bem seu cetera E oje quarta feira quatro dias d outubro me chegou outra cccarta [*sic*] sua com hũa de coja biquy em que me fazia saber que vosa merçee nom fora per hy que nom sabya porque e que elle tijnha muyta vomtade de fazer tudo o que mandasees e muyta abastamça de palaura que elle en a Jmda [*sic*] acustumam e que ele lhe disese o que farya porque elle pera tudo estaua prestes / eu lhe Respondy que homde vosa merçee estaua que eu nom podya neste negoçio fallar

---

* Esta carta, tal como a identificação do seu destinatário, foi publicada, com uma ou outra insignificante divergência de leitura, junto de um notável trabalho de Jean Aubin, cf. Jean Aubin, "L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504", in *Le Latin et l'Astrolabe : Recherches sur le Portugal de la Renaissence, son expansion en Asie et les relations internationales*, I, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, p. 107.

soomente que eu vos esprevyrya que pagando elle vinte mill cruzados em djnheiro ou em mercadorya posto que el Rey noso senhor mays perdese E os mouros nom tratasem em mequa e em adem e ficar em nosa liberdade asemtarmos omde nos bem vijese que vosa merçee lhes devya de dar paz e hjr a seu porto comprar e vender acerqua desto nom digo maais porque vosa merçee sabe bem o que compre a se[vi]ço de deus e d el Rey noso senhor // ontem que foram tres dias d outubro chegou a este porto hũa naao de coja çameçudim mouro aquy morador a quall vem de adem e trouxe tres cauallos quimze ou vinte bahares d oopyo E // [*fol.1*] // a noua que trouxe meteo Muyta tristeza em todos estes mouros / o que delles pude saber he que ha em mequa e em todas aquellas [teras] [*riscado*] partes Muyta fame e guerras / E que el Rey do cayro premdeo o de mequa e se asenhoryou da tera e ha amtre todos gramdes devisões // dizem mays que partiram çinquo naaos de Adem pera estas partes das quaees se perderam as duas e hũa com o masto quebrado foy ter a barbara ou a hũo porto juunto E que hũa foy ter a da<a>bull e a outra he pasada pera callicut mande me vosa merçe dizer como esta lla de vosa carrega porque se a nom teuerdes muyto çerta trabalhar me ey d aver algũa mercadorya e de vos seruyr no que poder diogo godynho e bastiam aluarez me diseram que vosa merçee nos dera nesa naao dezaseys tonelladas pera elles e pera mym o que senhor vos tenho em merçee e com a ajuda de deus nos as teremos prestes beijo as maaos [*sic*] de vosa merçee / de cananor a iiij dias d outubro de 1503 /

serujdor de vosa merçee

gill Barbosa // [*fol. 1v.*] //**

** Em letra setecentista, no mesmo fólio, entre o texto e a assinatura, com disposição diversa do restante, lê-se: "Carta de Gonçalo Gil Barboza em q*ue* diz não deverem os Mouros emtrarem em Meca nem em Adem, e ficar a liberdade izenta. Feita em Cananor" e "A 4 de Outubro de 1503".

8

Carta de Pêro de Ataíde, fidalgo da Casa Real e um dos capitães da armada de Vicente Sodré, a el-rei D. Manuel.

Moçambique, 20 de Fevereiro de 1504

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 4, doc. 57*[*]

sennhor

¶ Vosa senhoria sabera que depois da partida do allmirante se partio vicente sodre que deus aja pera guardafune e no caminho tomamos huum zanbuquo com pimenta e açuquar e outras cousas muitas / E como cheguamos a guardafune tomamos hũa nãao / e dally senhor alguuns dias tomamos tres e as quatro dellas traziam muitos emfindos panos e aroz e algũuas mercadorias outras que era crauo de bastaom e beigoim e quanfara e mujtas outras sortes de mercadorias./ E a maneira senhor que se tynha depois de serem tomadas era esta que sem mais serem buscadas as tinha bras sodre

[*] Apesar deste documento já ter sido publicado, cf. *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas-Letras da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob a direcção de Raymundo Antonio de Bulhão Pato, tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1898, pp. 262-267, tendo eu próprio, por puro acaso, identificado algumas palavras lidas de forma incorrecta – como é o caso de *requereeraom* por *Reqreceraom*, *quicamurea* por *qurea murea*, *Reimell* por *Reinell* ou ainda *ser (?)* por *segundo* –, muito embora também reconheça que isso não perturba de modo significativo a compreensão do referido documento, dado o seu manifesto interesse, entendi oportuno voltar a transcrevê-lo.

por popa eses dias que elle queria atee que auja delas iso que lhe beem Vinha e depois de o teer a hiam busquar./ de maneira senhor que nunqua nellas acharaom senaom os fardos grandes que se naom podiam leuaar nem em arqua nem em quofre nunqua se achaua cousa de ualia E achauaom muytos delles abertos / e alem disto tudo senhor tendo ele hũa naao de chaull por popa que trazia muito bõoa Roupa por tomar della como fazia as outras todas mandou que se disese aquella noite a sallua na proa o que se nunqua dise em toda a ujaguem senaom aquela noyte / e estando todos asy a sallua mandou ha dicta nãao que por popa tinha o seu esquife e nele hia antonio camello e hum guormete e huum seu negro e o piloto da mesma nãao de chaull que elle tynha na sua nãao e trouxeraom della dous fardos grandes de touquas de bandas de seda das quaaes eu senhor depois tyrey parte dellas da sua nãao depois de ser perdida ./ afora outras cousas que beem podiam trazer e outras mujtas que eram furtadas que eu tyrey de dentro da sua nãao / e dicto [*sic*] loguo ally polo seu estpriuaom e mestre que taaes cousas nam eram asemtadas em [li] [*riscado*] liuro de uosa senhoria afora outras mujtas que elle tomaua quando queria porque ninguem naom ousaua de lhe jr a maão porque lhe seu jrmaão daua consentymento a tudo fazer / E dally nos partimos pera qurea murea porque nunqua vicente sodre quis que fosemos jnuernar a barbara nem a zeilla porpondo por achaque que queria Jr coreguer a carauela ./ e depois senhor de nosa cheguada a qurea murea varamos a carauella Em terra e daly alguuns dias aquallmou ho ponente e os mouros da jlha lhe diseraom que se fose dally porque auia de uemtar outro vemto muyto e elle lhe Respondeo que tynha amaras de fero e os mouros lhe tornaraom a dezer que se fose loguo que ajnda que fosem d aço naom eram poderosas pera o terem ./ E que o uento trazia muito mar comsiguo e que faria bem de

se ir loguo ./ de maneira s*enh*or que ao out*r*o d*ia* foy loguo o uento tanto e ho maar tam grande que foy loguo ha nãao de v*icen*te sodre a costa e apos ella a de bras sodre com o masto // [*fol. 1*] // cortado tendo cada hũa delles seis amaras p*or* proa ./ e prouue a noso s*enh*or de me querer emtaom deixar com o masto cortado e soos duas amaras p*or* proa p*er*a Remedio e salluaçam de tamta jente quanta ficaua p*er*dida que escapara das nãaos ./ e loguo s*enh*or aquela noite que bras sodre saio e*m* t*er*ra mandou matar ho piloto que ele mandou a nãao que elle tinha p*or* popa quando tomou os fardos E asy mandou matar ho piloto da naao de mequa que tomou ho allmirante que era ho milhor que auja e*m* toda a Jndia e que mais neçesareo era a uosa s*enho*ria E eu s*enh*or dey huu*m* q*ue* trazia a ffr*ancis*co d alboquerque que aRasoadam*en*te sabe da Jndia ./ s*enh*or depois da p*er*diça*m* das naaos e morte de v*icen*te sodre se pasaraom mujtas cousas q*ue* Vosa s*enh*oria sabera p*or* muitas pesoas e p*or* mim mais largamente se me d*eus* la leuar E eu s*enh*or oulhando as cousas de voso s*er*uiço e naom oulha*n*do a out*r*as muitas que emtaom Reqreceraom E tambem Vendo que andaua a jente desarangada em t*er*ra Recolhy comiguo cento e çinqoenta pesoas e asy Rep*ar*ty a cada hũa das carauelas a Jente q*ue* beem podia leuar. E depois de a Jente s*er* Rep*ar*tida tomey os estp*ri*uaaes [*sic*] tod*os* e R*odrig*o Reinell e lhe mandey abrir as ezquotilhas e mostrar os payoes e o mantimento q*ue* tinha e aly lhe mandey loguo Rep*ar*tir todo o paom e aRoz e out*r*o mantimento q*ue* tinha solldo a liura s*egund*o cada hu*m* tinha a je*n*te p*or*que hy naom auja out*r*o senaom o que eu tynha na nãao e depois de todo ho mantimento asy s*er* Rep*ar*tido lhes dise que cada hu*m* posese em sy grande Regra pois Ja hy naão auja out*r*o que Rep*ar*tir / e depois desta p*ar*tilha fẽita [*sic*] esteuemos aly dous meses com muito t*em*po E quando nos quisemos p*ar*tjr se foy fernam Roiz huu*m* d*ia* primeiro

que eu por o uemto ser muyto e as anquoras ho naão poderem teer e eu não Estaua tamto a pique maas loguo ao outro dia me party comendo Ja por honças auja dias e vim teer Junto com quananor honde tomey muyto aRooz e emtaom me fuy a cananor e cheguey a hum dia e francisco d alboqerqe cheguo ao outro loguo seguinte pello quall senhor lhe eu loguo dey Vinte fardos d arooz e duas pipaas de polluora e dezasete peças d artelharia E outras que dey na forteleza e as outras nãaos./ senhor tendo francisco d alboquerque hordenado e determinado de Jrmos anbos pera portuguall antonio do canpo e eu estando Ja careguados ./ e quando foy ao partir dise antonio do canpo que se fose e eu que ficase por huuns dias Requerendo lhe eu da uosa parte que nos deixase Jr anbos pois que estauamos careguados e era mais voso seruiço e a nãao e a mecadorja naão quorerja Risquo ./ o quall Requerimento senhor lhe pobriqou aluaro Vaaz presente muitas testemunhas ./ e depois de antonio do canpo ser partido daly a oyto dias me deixou hir e deu liçença polo quall senhor Vim ter a quananor honde achey antonio do canpo e chegey a quarta feira e partymo nos ao dominguo loguo seguinte ante menhaã E o porque me deteue francisco d alboquerque e naom nos mandou anboos foy por ho pititoreo da comenda de vicente sodre que deus aJa porque em todoos // [*fol. 1v.*] // Emtraua esta emveja como uosa senhoria la veraa em suas cartas primçipallmente em njqollao quoelho que tynha mais liança com antonio do canpo porque elle estoruou naaom virmos ambos e antonio do canpo Vir diante de mim ./ E asy tambeem por antoneo do canpo deixar cem *cruzados* a niqolaao qoelho como la uosa senhoria sabera por frrancisco pireira / e esprivaaom e feitor desa nãao afora outro mujto que leixou na Jndea como vosa senhoria sabera per os vosos ofiçiaaes e todo este dinheirro e outro muyto se ouue em hũa nãao que antonio do canpo

tomou honde se oulhou e fez pouquo o q*ue* conp*ri*a a uoso seruiço como vosa s*enh*oria sabeRa per toda a Repubriqua desa naao./ E achando ho eu asy s*enh*or e*m* quananor lhe Roguey que teuesemos anbos conpanhia p*er*a p*or*tugall o quall me elle dise que sy e depois de nos p*ar*tidos de quananor antes q*ue* pasasemo los por baixos de pala ele aRibou hu*m* d*i*a pela menhaã jndo nos a quartell a popa de todo / e quando s*enh*or eu aquillo vy aRibo com elle p*er*a v*er* o p*or*que ho fazia e ele naom querer esperar p*or* mim emtam mandey tirar hũa bonbarda e ele me esperou e cheguey a elle e lhe p*er*guntey que cousa era aquela e elle me dise que haRibaua p*or* ese maar tomando lhe eu a dez*er* que p*or*que o fazia Respomdo me [*sic*] elle q*ue* esp*er*ara p*or* mim e que eu que lhe naão qis*er*a fallar e q*ue* p*or* iso me naom queria ter companhia./ Emtaom lhe dise eu que como auja d adeuinhar que me ele qerja falar pois que me naom fazia nemhu*m* synall e lhe dise que naom era aquele boo*m* quamjnho aquele que fazia p*or* amoor d*os* baixos de palla e que fosemos aqele d*i*a todo a loeste p*er*a lhe darmos mor Resgardo aos baixos e ele dise que não que eu querja hir p*er*a guardafune e eu lhe torney ha Roguar que [lhe] [*riscado*] naom p*er*dia nada Jrmos aquele d*i*a a loeste e ele o naaom quis fazer e eu p*er*guntey ao meu piloto se lhe pareçia bee*m* jrmos como hia ant*oni*o do canpo e ele me dise que naom e que fosemos a loeste todo aquelle d*i*a e asy fomos ant*oni*o do canpo p*or* seu cabo e nos p*or* ho noso que o piloto dezia e disto s*enh*or sabera la vosa s*enh*oria p*er* o esp*ri*uaom da nãao e feitor e outras muytas pesoas./ e a p*ri*meira t*er*ra que ujemos tomaar foy a de quilloa E daly viemos ao longuo da costa p*er*a mocambique [*sic*] e p*or* nosa grande desauemtuira vinte ou vinta çinquo leguoas de mocanbique [*sic*] nos p*er*demos aos xxbij d*i*as de janeiro e saimos em ho esquife p*er* tres vezes todos em t*er*ra que batell não no traziamos ./ e aly naaquela tera honde saimos auja hũas quat*ro*

ou çinquo casas de mouros e a jemte toda do sertaom he quaferes ./ E uendo eu senhor que nos não podiamos saluar todos no esquife dise a todos que ficasem ally naquela terra E que eu verja a mocanbique [*sic*] busquar Remedio pera eles falando eu primeiro com os mouros e dezendo lhe que ficaua aly aquela Jente de Vosa senhoria e que eu me vinha camjnho de mocanbique [*sic*] a busqar zanbuqos Em que viesem e os mouros me diseraom que sobre suas cabeças estarjam aly deixando lhe eu mantimento pera quinze dias que ajnda tiramos da não // [*fol. 2*] // E uim me no [batell] [*riscado*] esquife com xb pesoas que mais se naom quiseraom Vir comiguo auendo me por mais perdido que elles./ E asy Vym ter ha mocanbique [*sic*] com mujta fortuna e say loguo em terra e fuy loguo falar ao xeque contando lhe nosa desauentuira e Requeri lhe que por seruiço de uosa senhoria mandase alguns zanbuqos por aquela Jente que asy fyquara e ele daly a dous dias ho pos em obra e mandou loguo la e noos zanbuqos que la mandou hiam dous homens nosos [e] [*riscado*] os quaaes eraom ho piloto e [h] [*riscado*] pero d azeuedo sobrinho de vicente alũarez que eu trazia comjguo E jndo pera honde ficara a jente topaaraom antonio do canpo que vinha pera emtrar em moçanbique Recontando lhe toda nosa perdiçam e dezendo lhe que faRia beem de Jr la com a nãao ou mandar o batell a Requolher aquela Jente e asy ha artelharja porque entaom naom auja mais de çinquo dias que os leixaramos e antonio do canpo lhe Respondeo que nemhũa daquelas não querja fazer sendo lhe ho vento a popa pera tornar laa e seram vinte leguoas donde elle estaua ./ e depois disto andou çimquo dias sem poder emtrar em mocanbique [*sic*] nem querer Jr por a jente ./ e depois d entrar em moçanbique lhe fez fernam pireira Voso espriuão dous ou tres Requerimentos que fose la sem ele nunqua o querer fazer porque senhor bem s emxergou nele não ser Voso capitão porque

senhor se ele esperara o gualardaom e merce de uosa senhoria doutra maneira ho fezera porque senhor çertefiquo a uosa senhoria que dally a oyto ou dez dias nunqua ouuemos dele nemhum mantimento asy do que trazia na não como do que auja na terra padecendo nos a fome e estarmos as esmolas dos mouros que comnosquo aujam mais piadade que elle / e taombeem Requerendo lhe que nos leuase a todos pera portugall dezendo elle que naom podia leuar senaom quatro ou çinqo e vendo eu senhor o desejo e vontade que ele tynha nas taaes cousas de uoso seruiço e asy a mjnha grande emfirmjdade determjney de ficar com os outros ./ senhor antonio do canpo leua comsiguo dous ou tres homens dos que eu trazia comjguo que andou comVertendo e os leua comvertidos pera tirar suas culpas e darem na a quem ele quer ./ senhor naom crea Vosa senhoria nada ate todos laa naom Jrmos / e de todas estas cousas persentes e pasadas framcisco pireira e o espriuaom e feitor desa nãao vo llo diraom mais larguamente se lho uosa senhoria perguntar e perarias me tem aquy antonio do canpo fẽitas como se eu fora infiell e não de portugall nom oulhando a seu ser uoso nem a mjnha grande Jmfermjdade e hũa lingoa que tynha me leua forçosamente tendo elle comsiguo duas na naão e tres ou quatro outras que tynha comvertidos e majs nam quis leuar ./ nam dou conta a uosa senhoria dos homens que deixey porque a não ha hy somente antonio do canpo a dar a uosa senhoria ./ aguora senhor aleguo a uosa senhoria alguuns seruiços que lhe tenho fẽitos / senhor vosa senhoria sera lenbrado como ha mjnha partida de portugall vosa senhoria me dise prometendo me fazer tanto em mjm que eu naom ouuese emveja a meu pay nem a meus parentes e porque senhor alem dos mujtos seruiços que meu pay e auos tem // [*fol. 2v.*] // fẽitos eu senhor os tenho fẽitos a uosa senhoria e por mim naom desmereço que Vosa senhoria me faça muitas merces como

tem prometidas e pera yso senhor lenbro a uosa senhoria e nomeo hos dictos seruiços primeiramente quando Vim com pedr aluarez e o galardam que me ele deu por o eu fazer como fiz e por açeitar a ujnda com Vicente sodre e taombeem senhor por Vosa senhoria mandar Joham seraaom por seu sota capitaom que Era hum homem desterado do Reino e naom conuja comvosquo nem Era mais auto pera uos seruir que eu nem menos por seruiços que a uosa senhoria teuese fẽitos / E tambeem senhor por uos traguer a guente e artelharja das naãos perdidas com tanto Risquo de mjnha pesoa por seruir [mjnha pesoa] [*riscado*] vosa senhoria como desejo / e com a jente que eu asy trouxe fez francisco d alboquerque ho que tem fẽito que fora beem Emposiuell o fazer asy a guera e o castelo que com os homens que Eu trouxe fez que quausou a paz de qualequt na maneira que he E alem de tudo ysto o que tenho Recebido do almjrante e sobredicto a bras sodre por eu fazer o que cumpria a uoso seruiço como tenho estprito a uosa senhoria e depois mais largamente veraa e todas estas e outras cousas muytas sabera por toda a Repubriqua como ho eu tenho fẽito / e a merçee senhor que vos [qu] [*riscado*] peço he que oulhe vosa senhoria os seruiços que lhe tenho feitos e espero em deus fazer e asy tambeem mjnha desuemtujra e perder quanto tynha que uosa senhoria me faça merçee d allquaidarja mõor de tomar que vicente sodre tynha ./ e jsto senhor se a uosa senhoria lhe pareçer que lha tenho mereçida ./ e asy senhor peço a uosa senhoria que se me deus desta Jmfermjdade leuar me facaaes [*sic*] merçee do solldo que tenho mereçido e se paguarem alguaas [*sic*] diuedas que tenho e [se] [*riscado*] o majs se auer de despender por mjnha allma e que por parte de uosa senhoria naom seja mjnha allma emcaregada .//. sennhor naom crea Vosa senhoria nemhũa maa emformaçam de mjm ate naom saberdes por mais homens que antonio do canpo e

tres ou quatro homens que leua comsiguo que naom daua majs por Requerjmentos que lhe faziam da uosa parte [q] [*riscado*] como capitaom que naom esperaua nada de uosa senhoria dezendo ao seu espriuão e defendendo lhe que não saise da nãao nem tomase Requerimento / e que estimaua mais sua pesoa que quanto hy auja e jsto tudo sabera uosa senhoria majs largamente por francisco pireira e ofiçiaes da nãao que persente eram ./ fẽita em mocambique [*sic*] aos xx dias do mes de feuereiro de 1504 //

pero d atayde // [*fol. 3*] //*

---

* Em letra setecentista, no fólio seguinte, lê-se: " Senhor D. Manoel", "Carta de Pedro de Atayde a El Rey sobre o que sosedera na jndia depoys da morte de viçente sodre" e "de Moçambique a 20 de Fevereiro de 1504". Em letra do início do século XVI, com disposição diversa, lê-se: "a xx de feuereiro de 1504", "de pero d atayde", "+ ", "Pera El Rey noso sennhor" e, novamente, "do per [*sic*] d ataide".

9

Treslado de uma carta do vice-rei da Sicília a Isabel e Fernando, reis de Castela e Aragão, com notícias do Mediterrâneo Oriental.

Palermo, 25 de Janeiro de 1504

I. A. N. / T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 4, doc. 74*[*]

+

Muy altos e muÿ poderosos y catolicos
principes reyes y señores

[...] que se el plaser que vuestras altesas reçiben de qualqujer cosa que se faga contra los ynfieles les fago saber que algunos dias despues que el maestre de Rodas fue muerto vn capitan que se llama Cortigoli que algunas vezes avia hecho dano [...] en aquella ysla armo y vino [...] con diez e seys fustas todas olas mas dellas gruesas y sin njngus[...] temor de los de Rodas nj de su armada paso por el canal y en vista della y fue a medio dia y dende aquel ora fasta la media noche se armaron tres galeras y vna fusta y tres vergantines bien en orden en las quales subjon el prior de Portugal por capitan y asi fueron en busca dellas pero no pudo ser tan presto que ya no oviesen robado y hecho dano[...] en vn casal y sacado mas de [...] anjmas catiuas y recogidos y partidos que quando alli

[*] Este documento, tal como o seguinte, foi publicado in *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, edición preparada y anotada por Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernandez, vol. III, Valladolid, 1963, pp. 113-114.

llegaron ya avian fecho vela fueron en busca dellos y en amaneçendo las fustas las descobrieron y en todas ellas alçaron y pusieron sus vanderas e fisieron demostraçion de venjr para las galeras y avunque oujese pareçeres entre ellos el prior de Portugal les hablo y esforço de tall manera que delibero peleasen y dixo que aquella era la ora [...] pera que todos callasen y peleasen que con el ayuda de Dios y de Señor San Juan no podian si non alcançar vitoria y ordeno cada vna dellas por donde avia de enbestir y asi a velas e remos movion [...] pera las envestir las fustas viendo esto se pusieron a fuyr y las nuestras en el alcançe donde yendo mas armada yendo mas armada y en orden la del prior les lleuo alguna vantaja y las fustas de los moros viendo esto bolujeron para ella y con el mesmo esfuerço delibero de yr para ellas y antes perder se que boluer de manera que los moros se pusieron en fuga y el alcanço y tomo hasta nueve dellas y seguijendo las otras vn lonbardero borrachon ponjendo fuego en la galera a vna lonbarda tomo se el fuego en el barril de la poluora y quemo se aquella galera por donde para la socorrer y saluar la gente ovo de boluer y asi tuvieron tienpo el restante de los turcos de se saluar por estar junto dela tierra contodo murio el capitan de la dicha armada de los turcos y mas de dosientos turcos presos y muertos y saluaron se mas de cinquenta anjmas delas que avian catiuado y con esta vitoria se bolueron a Rodas donde fueron reçebidos con mucha alegria asi de todos los de la religion como [...] de aquellos que cobrauan sus devdos que avian catiuado. Nuestro Señor las vidas mũy real estado de Vuestras Altezas guarde y prospere con aumento de mas reynos y señorios como [...] Vuestras Altezas desean de Palermo a xxv de Heuero de b iiij° años. // [*fol.1*] //

10

Carta de Isabel, a Católica, *rainha de Castela, a el-rei D. Manuel, encaminhando o treslado de uma outra, a anterior, com notícias do Mediterrâneo Oriental.*

Medina del Campo, 17 de Abril de 1504

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 4, doc. 74*

+

Serenissimo y excelente Rey e principe meo [...] muy caro e muy amado fijo. Agora hauemos recebido de nuestro visorey de Siçilia vna carta de que aquj va traslado por la qual vereys lo que nos escriue y assi porque sabemos que haueys plazer de saber qualquiera cosa que se faze comtra jnfieles como por hauer sido el capitan del armada de Rodas que huuo aquella victoria el prior de Ocrato vuestro subdito de que nos assimismo hauemos haujdo mucho plazer como era razon acordamos de vos lo fazer saber. Serenissimo y excelente Rey e principe nuestro muy caro y muy amado fijo Nuestro Señor todos tiempos vos haya en Su espeçial guarda e recomjenda. De Medina del Campo a xbij dias del mes de Abril de Mil y quinjentos y quatro años.

[...] Yo la Reyna

Almaçan [...] // [*fol. 2*] //*

---

* No verso deste, para além de vestígios de um selo, pode ler-se, em letra do iníco do século XVI: "+", "renissino [*sic*] y excellete [*sic*] portugal y principe muy caro e muy [*ama*]do fijo" e "Nouas [...] do p*rio*ll de C*rat*o e*m* Rodes". No mesmo, em letra setecentista, lê-se o seguinte: "S*enh*or Rey D. M*anu*el", "N.º 383 [*riscado*]", "Novas da Raynha ao Princepe seu f*ilh*o do que fez o Prior do Cratto depões que o mestre foi morto c*etera*", "De Medina del Campo a 17 de Abril de 1504" "Armario [...] [*ilegível riscado*] Maço [...] [*ilegível riscado*]", "Parte 1.ª", "Maço 4 Docum 74 N.º suces 383 " e "A 17 de Abril de 1504" Em folha junto, em letra recente, lê-se: "Parte 1.ª", "Maço 4 Doc. 74 N.suc.383", "Carta da Rainha na qual da p*art*e a El Rey da Vitoria q*ue* alcanssou o Prior do Carto em Rodes contra os Turcos", " A 17 de Abril de 1504", "Descripto em Figueiredo, Malta, P. 3ª, p. 91, n.º 34" e "tem junta outra carta de 25 de Janeiro de 1504".

11

Carta de el-rei D. Manuel ao Provincial da ordem de São Domingos dando notícias da Índia.

Lisboa, 10 de Julho de 1505

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 5, doc. 31*

¶ Vigairo prouimçiall da ordem de Sam dom*ingos* d ouseruamçia Nos el Rey vos emviamos muyto saudar pollas bõoas nouas que ora ouuemos por esta nãao que veyo da Jmdia da companhaa da armada de Lopo Soarez dos gramdes vemçimemtos e destroços que nossos capitães fezeram em el Rey de Calecut e os mouros que em sua cidade e terra esta*m* depois da partida d a*fonso* d alboq*u*erq*ue* e fr*ancisco* d alboquerq*ue* nossos capitães e pello que tanbe*m* despois lhe fez o dito Lopo soarez que lhe queymou treze nãaos grosas e allgũas dellas caregadas d espeçearyas em que tanbem moreram muytos mouros. Nos pareçẽeo [*sic*] cousa muuyto [*sic*] devida darmos graças e llouuores a nosso senn*h*or asy como p*or* todas suas obras lho deuemos e mais nestas cousas em que tamta merçe delle rreçebemos e de que com sua ajuda esp*er*amos que tamto bem e honrra se syga a estes nosos Regnnos com muuy mayor acreçemtame*n*to de sua samta ffee catholica. P*e*llo quall muuyto V*os* Encomemdamos que em todas as casas de Vosa ordem façães fazer graça e louuor*es* a nosso S*enh*or por estas merçes e bee*n*s que Nos ffaz o q*ue* Vos encomendamos q*ue* se faça o mais deuotame*n*te que s*er* possa e e*m* muyto p*r*azer o Receberemos Stp*r*ta em lixboa a x d*ias* de Julho de 1505.

Rey*

* Segue-se: "p*er*a o Vig*air*o p*rouyn*ciall de sam d*omingo*s" e "[....]". No verso deste, em letra do iníco do século XVI, lê-se "Por el Rey", "Ao Vig*air*o prouemciall da ordem de sam domj*n*gos" ;e, em letra setecentista, o seguinte: "N.º 471[*riscado*]", "Parte 1.ª", "Maço 5 Docum 31 Num. Suc 471", "S*enh*or Rey D. M*anue*l", "Carta de El Rey ao prouençial de s. Domingos em que lhe que [sic] lhe daua conta do bom soçeço com que a Armada dos seus cappitaens tinha pelejado com os mouros e a gente de El Rey de Callecud e lhe emcomendaua mandaçe por todos os conuentos da sua ordem dar m[*uit*]a[s] graças a D*eus* pello bom soçeso dos Portuguezes", "em Lix*boa* a 10 de Julho de *1505*" , "Armário 15 [*riscado*]" e "Maço 5 nº 31[riscado]".

12

Rol do preço das especiarias em Veneza, depois de chegadas as galés de Alexandria e Beirute.

s.l., s. d. [1505]

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 9, doc. 121*

+

Este he ho p*reç*o da especearya em Veneza d oyto de Junho depois de vindas as gales d Alexandrya he baruto [...]

i*tem* ha pime*n*ta caregua que sa*m* dous quintaes e m*ei*o desta t*e*ra a
C*en*to *cruza*dos .....C*en*to *duqua*dos

I*tem* ho gengyvre ho q*ui*ntall de purtugall a xxiiij °
*cruza*do.....xxiiij° *duqua*dos

i*tem* crauo ho q*ui*ntall de purtugall a cxx
*cruza*dos.....C*en*to xx *duqua*dos

i*tem* canella ho q*ui*ntall de purtugall a.....Rbiij° *duqua*dos

i*tem* gengyvre mequi*m* a xiiij° [...] *cruza*dos ho quyntall de
purtugall.....xb *duqua*dos

i*tem* noz moscada ho q*ui*ntall de purtugall a xxxbiij°
a *quaren*ta *cruza*dos.....*quaren*ta *duqua*dos

i*tem* macas [*sic*] ho q*ui*ntall de purtugall a lRbj e
a ce*m* *duqua*dos.....Ce*n*to *duqua*dos

Esta he a carrega que trouxeera*m* tres galles de lexandrya neste ano de mill he q*ui*nhe*n*t*os* e cinquo –

i*tem* [.....]porta que sam q*ui*ntaes.....bj *duqua*dos

i*tem* gengivre.....bj b q*uintaes*

i*tem* canella.....b q*uintaes* // [*fol.1*] //

i*tem* noz moscada.....ij q*uintaes*

i*tem* macas [*sic*].....Ce*n*to xx q*uintaes*

i*tem* [.....].....[...]ij q*uintaes*

i*tem* gengivre mequim.....Ce*n*to q*uintaes*

i*tem* espiconarde he gala*n*ga
e cydo[...] e anill todo.....ij L q*uintaes*

Esta he a caRega das galles de baruto deste anno de quinhe*n*t*os* he cynquo de duas galles .....

i*tem* pymenta quintaes.....nada

i*tem* gyngiVre quintaes.....ij ij

item craVo.....ij L q*uintaes*

item canella.....ij q*uintaes*

item noz moscada.....C*en*to L q*uintaes*

item maces.....[...]xx q*uintaes*

item lacre.....b [...] q*uintaes*

item Veizym.....C*en*to xx q*uintaes*

item especearya meuda..... C*en*to xx q*uintaes* // [*fol.1v.*] //

item seda Colly .....iij
que sam q*uintaes*.....ix

Este he ho p*reç*o que foy pagado ha espeçearya em lexandrya V

item pymenta a duquados c*en*to lRij
ha esporta que faz cynq*u*o q*uintaes*.....C*en*to lRij

item gengiVre belle*n*dy a xiij
duquados e meo ho q*uin*tall.....xiij *duqua*dos meo

item canella a .....lxb *duqua*dos q*uintal*

item craVo a.....lxxxb *duqua*dos q*uintal*

item macas [*sic*] ho q*uin*tall a.....lxxb *duqua*dos

i*tem* noz moscada ho quintall a.....a xxxb *duqua*dos

i*tem* gengiVre mequim a.....x *duqua*dos q*uintall*// [*fol.2*] //*

* No verso deste, em letra da mesma época, lê-se: "Rol do [....]" e, em letra setecentista, "Parte 2", "Maço 9 Doc. 121 N.suc.1223 ", "Rol do preço da Especiaria em Veneza despois de vindas as Gales de Alexandria e do Baruti" e "A 8 de Junho de 1505".

13

Carta de Frei Diogo de Montemor a el-rei D. Manuel dando notícias do Mar Vermelho e do Mediterrâneo Oriental.

Messina, 18 de Dezembro de [1507*]

I.A.N./ T. T., Núcleo Antigo, *879, n.º 243*

+

s*enh*or

dioguo de monte mõor meu [...] beijar as Reaes mãaos de vossa alteza lhe fazendo sab*e*r como e*m* aRibando a çiçilia e*m* a vjlla de mjçina achej lujs da gaia o quall me deu hũua carta de vos alteza com que Reçeby muyta jnfinda merçee e gloria p*or* me pareçeer que meus s*er*uiços lhe pasam s*er* agreables . /. Em a quall me manda que tenha diligençia em sab*e*r das cousas de q*u*a que compre*m* a voso s*er*uiço o que eu tenho com aaquella vontade que vos alteza ao dient*e* vera /.

s*enh*or ao tempo que me party de Rodes que foy a dezoito d outubro ouue noua çerta do cairo per vija dhuum mercador Janoes grande meu amiguo e*m* como armada que o Soldam tinha mandada aas Jndijas era desfeita de p*er* ella mesma a quuall como foy partĩda

---

* Cf. Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel (1495-1521)*, édition posthume préparée d'aprés les papiers laissés par l'auteur par Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz e Françoise Aubin, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 470, o qual, para além de ter identificado o ano em foi produzido, não fora nos ter deixado, pretendia publicar tal documento.

[*sic*] achou taaes nouas das armadas de vos alteza que nam ousou pasar adiente e no mar rroxo se meteo a rroubar em mar e em terra em maneira que antre elles se meteo tall discordija e doença que de dez partes da jente nam tornou a hũa isto s*enh*or muuyto Certo ho quuall noso s*enh*or quer p*or* mais groria e filiçidade de vos alteza / Outrosy me spreuueo o dijto mercador que em todas aquellas partes de suria nam se achara espiçiaria p*er*a carreguar hũua carauella e que nam pasara huu*m* añno que [...] *christ*ãaos nam avera*m* nehũua pratiqa e na ora s*enh*or que a na*m* ouuere*m* tenha vos alteza p*or* certo q*ue* ho estado do soldam he p*er*dido o que nam s*er*a pouca gloria vos alteza./ . quanto he S*enh*or a enbaixador Tanquababardi*m* de que espreuy a uos alteza esta e*m* veneza e segumdo tenho emtendido nam partira della q*ue* nam s*er*a ho mes d abrill co*m*todo vinizian*os* sam tam grandes desymuladores que delles na*m* se deue crer se*us* dijtos mas guardar se de suas maliçias comtodo S*enh*or na ora que eu for em napolles honde homde me compre estar alguu*ns* dijas que o gram m*estr*e me manda a el Rej d arragom com cousas que ta*m* asynha nam poso s*er* despachado e asy mesmo ho papa / mas na ora em que for a napolles tenrej [*sic*] tall estuçija que o dijto Tanquababardi*m* nam partira que eu na*m* saiba como E e*m* que t*em*po e se elle torna e*m* tall naujo como veeo tenha vos alteza p*or* certo // [*fol. 1*] // que a enbaxada lhe s*er*a p*ri*meiram*en*te dada que ao soldam que eu espero d armar hum nauyo em napolles em maneira que lhe fara bem tornar doutra maneira da que veeo p*or* m escapar e se [...] vemtura torna em feiça*m* que nam posa enprender sobre elle [...] hirej achar em caminho com elle e tenrej [*sic*] tall estucja que [...] o que compre a s*er*uiço de vos alteza se sabera e dhũua maneira ou dout*r*a descanse este neguocijo sobre mim p*or*que nosso s*enh*or sabe com quanto cujdado ho tenho /. Out*r*osy s*enh*or vos alteza me manda se o turqu*o* neste neguocijo entende

daquysso seja bem seguro que o turquo nam deseja cousa tanto como a destruyçam do soldam e desto certo nam se empacha nenhuua [*sic*] cousa /. e mais outra cousa que o dijto turquo e soldam leua bem a fantisya deste neguocijo /. o quall he que vos alteza deue saber por certo que huum senhor se he leuantado nas bandas de persya o quall se chama porfeta e a feito lej noua moço de dezoito a dezanoue annos o quall tem senhoreado toda a persya e a gimya e outras mujtas Surias de maneira que se conpara a Senhoria que aguora tem seis vezes tamanha como a do turquo e que traz tam grande eixerçito de jente de cauallo que he cousa sem conto /. o quall tem mandado ao soldam que determjna destruir [...] e asymesmo se fazer senhor de sua terra ho quuall soldam lhe tem grandisymo medo esto senhor noua muyto certa porque o sabemos qua per homens de crer que sam vimdos do cairo e d alixandria /. Este senhor esta aguora sobre huum senhor que se chama Madulabej o quuall he antre o soldam e o turquo e lh e ja tomado grande parte de sua comarca e dally se diliura vijr sobre o soldam o quall dizem que o nam esperara /. A christaãos trata o mjlhor do mundo e lhes dijz que viuam em sua lej que he boõa que nam quer que destruyr a lley de mahomet e asy parelhamente se diz que o turquo lhe tem grandisymo medo que a moor parte do pouoo da turquya tem ja a llej deste homem esto he certo per cartas que sam vindas de costantinople ao gram mestre e pera maior certeza deste neguocio vos alteza sabera que o gram mestre tem huum que se diz filho do gram caramam o quall ho outro dija foy tomado em hũua fusta e dijz que este senhor o mandaua secretamente em abito desymulado em turquya pera aveer falla com alguus [*sic*] // [*fol. 1v.*] // [...] /. o quuall dijz de cousas marauylhosas deste homem e diz que se chama xacaz maey e se dijz profeta e se faz adorar e adiuynha o que [quer] [*riscado*] deue ser a llej que tem se chama sufy homem da

mais fermosa estatura que natura podiria formar /. Este filho do gram caramam o gram mestre [*f*]rata honrradamente o quuall dijz e se afirma que nem o soldam nem ho turquo nam poderam em nehũua maneira registir contra elle dijto senhor /. daquesto senhor gonçallo nunnez portador portador [*sic*] podera enformar vos alteza a conprimento o quall he homem a que eu quys encarregar <a leuar> esta esta [*sic*] carta a vossa alteza por o conheçer homem que he bem pera em esto e outras moores cousas seruir vosa alteza o quuall senhor he criado do prioll do crato e pratiquo nestas bandas e conheçido e pera seruir vos alteza doutra maneira que lujs da gaia o quuall eu quysera tornar a mandar daquy que vos alteza me spreueo que em breue lhe tornase a mandar o dijto lujs da gaia com todo o que soubese e eu asy asy o quysera e elle me disse que leua outrosy cartas [de] [*riscado*] pera o gram mestre e pera o conseruador ssobre este neguocjo e eu quysera que elle se tornara porque tinha homem que mandaua que leuara as dijtas cartas a rrodes parecendo me que quanto mais asynha vos alteza desto fose avisado quanto era mais seu seruiço pois que per nehuum outro nam podia mjlhor saber a verdade deste neguocijo /. o quall lujs da gaia vaj com fantisyas que nam sam as que neste casso comprem a voso seruiço demandando de tauerna em tauerna e dando conta a todo homem deste neguoçijo que nam he tam pouquo e por esto busquej gonçalo nunnez que em breue deixou toda por hijr a vos alteza /. e daquy a diente deixe esta cousa ssobre mjm que com mujta diligencja e per homes [e] [*riscado*] que pera taes casos seja lhe avisarej senpre / [...] eu espero d estar em napolles e rroma tee março homde se vossa alteza me manda alguum seruiço me achara e em toda outra [...] Roguando a noso senhor que o rreall estado de voss alteza Seja senpre eixalçado e multiplicado seguumdo seus

desejos e de seus boons e lleas seruidores / de mjçina a biij º de dezembro // [*fol. 2*] //

dioguo de monte [...]**

** No verso deste, lê-se o seguinte: em letra do início do século XVI, "[*Diogu*]o de mo*n*[*te*]moor" e "A Ell Rey /"; em letra setecentista, "Carta de Diogo de Montemor p*ara* El Rey, em q*ue* lhe deu noticia de como a armada q*ue* o Soldam do Cayro tinha mandado a India, era desfeita por temer a nossa, e q*ue* no mar Roxo entrara a Roubar, e q*ue* hum S*enh*or chamado Xacás Maey, se chama Profeta e tem feito Ley nova, e se achava possuydor de toda a Persia, e outros Reynos, e q*ue* trazia hum numerozo Exercito com q*ue* determinava destrohir o Soldam, a Caza de Meca, e o Imperio do Turco, com outras m*uit*as noticias. Escrita de Mecina a 8 de Dezembro", "Armario 26 do interior da Caza da Coroa", "Maço 2.º" e "N.º 243".

14

Carta de Diogo Lopes de Sequeira a Jorge de Aguiar, capitão-mor da Arábia e Pérsia, com notícias da ilha de São Lourenço.

Ilha de São Lourenço, 19 de Agosto de [1508]

I.A.N. / T.T., Núcleo Antigo, *876, n.º 57* *

+

Senhor

depois de ser partido de duarte de lemos como ele tera dado conta a a [*sic*] vosa mercee hũa noite vym eu a ver esta jlha de san llourenço trynta ou quarenta llegoas a sotauento do cabo de santa maria da banda d aloeste e hindo corendo a costa pera ho cabo e comprindo o Regimento d el Rey segumdo sua ordenanca [*sic*] topey com tristam da s[*i*]lua e trazia dous negros que tomara na [.....][*os*] [*borrão*] quaes me deu e muitas novas dela que eu Jaa sabia e outras depois de chegar ao cabo a fazer o que el Rey manda neste cabo achey muito Roim tera sem agoa e com Jente branca sem nhũa cousa boa e pasado este cabo trinta legoas a entrada dhũas seras comecey loguo a ver fogos e grande [*sic*] synaes de pouoações e llancamos [*sic*] barquas fora veo ter a mym hũa allmadia em que vinha hum christão que fycara nesta jlha do tempo

* Este documento, algo esquecido, foi já publicado por Ronald Bishop Smith, in *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975, pp. 33-34.

que t*ri*sta*m* da cunha veo a ellaa [*sic*] da nao godia e*m* que vinha po*r* capitam jo*a*m gomez d abreu co*m* ho quall [irsta*m*] [*riscado*] cristam viera*m* quatro filhos do Rey co*m* ele a hũa jlha omde fuj fallar com eles o que soube deles e do cristam e jsto que se segue / este Rey<no> [se] [*riscado*] se chama turubaia no quall he feito hũa casa mu*i*to antiga de pedra e call no*m* avemdo ou [.....] seram aver quem na sayba fazer e esta em hũa // [*fol. 1*] // jlha dentro no sertam que faz hu*m* Rio os quaes mesmos ome*n*s de turubaya sam mays brancos que de toda a terra e as molheres sam mu*i*to brancas e dize*m* que viera*m* doutra tera pouoar aly e ficara*m* desta casta na quall tera a hy lyuros mouryscos e*n*lumynados d ouro e na*m* hy que*m* nos sayba ller e tambem hu*m* lyuro grande de [.....] de todalas cousas que [h] [*riscado*] pode aver e de quem pouou ysto do quall eu no*m* soube em [.....] depois de partido e algũas porçolanas que ficara*m* do mesmo tẽmpo [*sic*] e quatro ou cynquo fios d algoufar que fycara*m* do mesmo te*m*po e crem e*m* mafomede e a sua crença he tam pouca que me parece que com quallquer benefyçio outro os souber teria*m* a fee de chri*s*to sam ome*n*s de boas condições na*m* te*m* [.....] hũa molher e erdam os filhos fuj Reçebidos deles aly onde me vyram e Reçebido como se fora seu senhor deles

¶ as cousas que ha nes[.....][*borrão*] p[*e*]ra Resgatar sam estas prata pouca a quall na*m* he naturall da tera vem doutra jente que ve*m* aly dar po*r* vaquas e asy ouro pouco como de frolym e mu*i*ta cera [as quaes] [*riscado*] ho JenJyure que a neste Reino no*m* he majs q*ue* pera comerem este Reyno sera de vinte legoas per costa tem mujtos panos d algodam e po*r* este ome*m* que [.....] ver soube çerto que na*m* a y nhuu*m* crauo mão ne*m* bon ne*m* beijoym que os negros disera*m* que avia ne*m* he nada e*m* tres Reinos que tem

andado e em outro Reino que esta adiante deste que he onde tristam da cunha tomou os negros que mandou a portugall a soma dele e sendo perto dele torney com tenpo a este cabo onde achey esta naao e este tenpo com que cory foy o mor que vy nesta viajem e em tornando fazer mjnha via topey com elle // [*fol. 1v.*] // eu espero em noso senhor ser muito çedo com vosa mercee nesa tera eu deus seja louuado vou em boa desposysam de mjnha saude e senam fora [.....] e outros dous cristaos [*sic*] que estam nesta jlha llogo dera a longa beijo as maos [*sic*] senhor a vosa mercee desta jlha de [....] lourenço a xix d agosto a nesta tera muito aRoz e muito jergelym e muitas vaquas e seu vestido he dos mesm[os] [*borrão*] panos d algodam que a na tera estas nouas dou a vosa mercee e as majs eu as hirey dar prazendo a noso senhor

[*ao*] uoso servjco
// Diogo lopez de sequeira /// // [*fol. 2*] //*

---

* Em letra setecentista, lê-se: " Jndia", "carta de Diogo Lopes de Sequeira para Jorge de Aguiar Capitam mor da Arabia, e Persia em que lhe deu conta de como arribara a Jlha de São Lourenço e que a gente della era branca, e seguião a Ceita de Mofamede e que tinhão alguns liuros em Arabigo, que <iluminados de ouro> não entendião, com a noticia de seus vzos, e costumes e que viera hum cristam com quatro filhos do Rey fallar lhe a bordo e outras muitas noticias dos generos que nella havia e de tudo o mais que ella contem e diz que a dictal Jlha terá 20 legoas de costa e se chamava Turubaya". Em letra do início do século XVI, com disposição diversa, lê-se: "de diogo lopez de sequeira" e "ao muito manyfyco senhor jorge d agiar capitam moor d arabia e persia./ ".

15

Carta de D. João de Meneses, conde de Tarouca e prior do Crato, a el-rei D. Manuel, sobre um conflito com D. Jorge, duque de Coimbra e mestre de Santiago e Avis, em torno da posse por este da comenda de Sesimbra e da igreja de Santiago, em Beja.

s. l., s. d. [c. 1508-1509]*

I.A.N. / T.T., Núcleo Antigo, *877, nº 387*

+

Senhor

ho prioll do crato conde de tarouqua comendador de çezimbra e cetera vosso mordomo mõor faço ssãber a vossa alteza que o ssamto padre a sseu Requerjmento por os serujços que ha ella e ha ssamta fee catoleca com mujto espargimento de meu ssamge mujtas vezes fyz [h] [*riscado*] o que a meu pay e jrmãaos e amteçessores ssempre foy acostumado ataa lla leyxarem com as vydas os corpos me proueo do priorado do crato com Retençam da comenda de çezimbra e jgreja de ssamtiago de beja como vyo por mjnha bulla e agora ho muj enlustre senhor mestre de ssamtyago he avys duque de coymbra e cetera ssem eu ser çitado nem Requerjdo mandou a Joham godjnho sseu contador com ho espriuam de seu ofiçio ssocrestar e espreuer todallas Remdas da dicta mjnha

* Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, "A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade", *Militarium Ordinum Analecta*, 3/4, 1999/2000, p. 266.

comenda pomdo pera jsso Reçebedores e guardas nam comssentyndo a meus precuradores e mordomos que Reçebessem e me acodyssem com mjnhas Rendas asy em çezimbra como em azeitam esbulhando me asy de mjnha posse e mandando aos Jujzes da dicta villa que obedeçessem aos mandados do dicto Joham godjnho e porque vossa alteza per vossas ordenaçoees [*sic*] he jujz de todallas pessoas ecresyasticas de vossos Reinos que nelle nam tem ssoprior e asy das forças que sse nelle fazem (espeçiallmente as em que pode aveer tamanho escandalo como sse em tall casso devee esperar nam ssendo em meyo [*riscado*]) voss alteza e vosso corregedor da corte e ho jujz per vossas ordenaçoees [*sic*] beijarey as mãaos de vossa alteza mandar ao dicto corregedor que me cumpra de justiça < [...] me mande restetuyr ha minha pose e tanto que restetuydo for o dicto [...] mestre me podera mandar demandar per hu deue e como deue > e (mandar vossa carta de [...]) [*riscado*]// [*fol.1*] // que venha ou mande dar Rezam ao dicto corregedor de vossa corte da dicta força e esbulho e me mande a dicta força leuantar e ella leuantada podera ho mestre demandar me perante quem deue e como deue que eu prestes estou tanto que Restetuydo for de fazer de mjm comprimento de justiça e como mjlhor ssabem vossos leterados ho mestre nem nhuum outro ecresyastico nam pode per sua autorjdade forçar nhuum de sseu benefiçio mas amtes sse comtra elle emtender teer alguum derreito proçedera comtr elle per suas çensuras depois de julgado per [...] e quando lhe nam obedeçerem peça ajuda de braço ssagrall //

o conde priol moordomo mor . //**

** No verso, lê-se o seguinte: "Emformaçam do pryoll do crato" e "Carta do conde de Tarouca Prior co Cratto commendador de cezimbra a El Rey de Portugal, em que lhe diz que o santo Padre a seu requerimento o porvera do Priorado do cratto com retenção da comenda de Cezimbra e Igreja de Santiago de Beja pellos muitos Serviços que elle e todos seus antecessores tinhão feito a Sua Magestade, e á Sancta fee catholica com muito espargimento de sangue e que agora o mui illustre senhor mestre de Santiago Duque de Coimbra sem o dicto conde ser citado nem requerido mandara a João Godinho seu contador com o escrivão de seu officio se quejxar e escreve todas as rendas da dicta comenda pondo para isso Recebedores e guardas não consentindo que os Procuradores e mordomos da dicta comenda lhe acodissem com as dictas rendas lançando os fora da posse e mandando aos juizes da dicta vila obedecessem aos mandados do dicto João Godinho, pede a Sua Magestade que o mande restituir á dicta posse pello corregedor da corte, e tanto restituido for o dicto senhor o podera mandar e demandar como deve [...]"

16

Treslado de uma carta que o abade de Santa Catarina do Monte Sinai enviou ao grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, à qual se seguem excertos de duas outras, designadamente, de uma enviada a Jacomo do Campo, mercador que se encontrava em Rodes, e de uma outra de Frei André do Amaral, também de Rodes, com notícias do sultanato Mameluco, do Mar Vermelho e da Índia.

Cairo e Rodes, 2 e 16 de Junho de 1510

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 22, doc. 70*[*]

Trellado da carta que o abade de Momte Ssynay espreueo ao Gram Mestre de Rodes /.

Reverendyssimo e alltissimo senhor noso a reueremça que sse [...] a vossa reuerendyssima senhoria e nos frades e ssacadore de Momte Synay rogamos a nosso senhor que vossa reall senhoria sseja em ssamtidade e [...] comtra os jmfieis

Senhor saiba vosa reall senhoria que ate neste dia o solldam [...] aparelhada e aparelha sua harmada de [...] xxx vellas pera ssairem fora (dizem que [...] jrem buscar madeira

E asy mesmo ssam vimdos os dias passados embaixadores de Barbaria a pidir ao ssolldam dinheiros e ajuda dizemdo como el rey d Espanha lhes tem sseus senhoryos em gramde termo e estreito de os senhorear

---

[*] Como se infere de uma nota, em letra mais recente, confirmada por observação directa, do mesmo documento existe uma outra cópia da época, cf. *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 22, doc. 139.

E mais os purtugueses deram jumto com a Meca em hũua terra que sse chama Saua a quall tem tomada e estam em gramdy tribullaçam

[...] senhor e nosa senhoria e samta catarina vos faça graça que nos [...] os em nosos dias allegrya e o samto llugar [...] [*r*]ogamos vosa senhoria reverendyssima que nosso samto [...] [*mo*]steiro vos sseja sempre emcomemdado e rogamos nosso senhor Deus vos dee graça de serdes senhor do ssamto llugar de Jeruzallem / Amem esprita no Cairo a ij dias de Junho de mil b x // [*fol. 1*] //

Capitulo de hũua carta esprita do Cairo a xbj dias de Junho de 1510 a huum mercador que esta em Rodes que se chama Jacomo do Campo /.

[...] de novo emtemdemos que sam vimdos [...] partes des comtra Jmdia tres embaixadores ao serenysymo ssolldam a pedir lhe ssocorro [...] podem mais resistir aos trabalhos [...] da jemte harmada d el rey de por[*tugal*] e o dito ssolldam tem dilliberado [...] tres mill mamallucos e gramde [...]mada por mar Deus ssabee quamdo sera [...] os quaes portuguesses tem tomado ate [...]muz

Capitulo doutra carta que espreueo frey Amarall comseruador de Rodes que agora he capitam d armada de Rodes estprita a xbj dias de Julho de 1510

Agora veeo novas do Cairo por via de Samta Cateryna de Momte ssynay como a harmada de Vosa Allteza ha tomado no Mar Roxo hũua gramde çidade em que se ganhou m[...] riqueza do quall o ssoldam e toda su[...] estam espamtados e ysto creya o vosa [...]

porque veyo por tall vya que nam se espreue [...] sse nam fora asy //
[*fol. 1v.*] //**

** Segue-se fólio em branco, no verso do qual, em letra da mesma época, com disposição diversa, se lê: "Nou[...]" e, em letra setecentista, " Parte 2.ª [*riscado*]", "Maço 22 Doc. 89 [*emendado para*] 70 N.º Suc. 3433 [*emendado para*] 3414 [*riscado*]", em letra mais recente, "o Documento 139 he outra copia deste " e, novamente, em letra do século XVIII, "A 16 de Junho de 1510" e "Treslado de hũa carta que o Abbade de Monte Signay mandou ao Gram Mestre de Rode [*sic*], sobre virem de Barbaria Embaixadores ao Soldão pedir dinheiro, e que da India vierão pedir secorro, por não poderem rezestir aos Portuguezes; e do Cairo a armada de Sua Alteza tomara no Mar Rocho hua [*sic*] grande cidade".

17

Cópia de uma carta que Frei Diogo de Montemor, indo da Síria para o Cairo, escreveu a Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes.

s.l., [*17 de Julho de 1510*]

B. N., Lisboa, Fundo Geral, *cod. 7638, fls. 132v.-133v*[*]

Carta das nouas que frey dioguo escreueo da suria jndo pera o cairo Ao chancaler [*sic*] e conseruador de Rodes - // [*fol. 132v.*] //

Nouas destas partes s*enh*or são estas hindo eu em suria dez legoas d alexandria a cinquo de Rosoete dia de são Johão de quinhentos e dez decendia mujta gemte do cajro e asy doutras partes e semdo Ja o mamaluquo pasado a qual gemte vinha embarcar em alexandria pera jrem com vinte sete nauios ao golfo de jasa [nto?] caregar de madejra pera fazer çincoenta naos e nauios que o soldão manda fazer pera mandar a Jndia e dize*m* que ham de ser vinte çinquo carauellas e vinte çinquo naos e nauios e esta armada que vay a buscar a madejra laa oitocentos mamalucos e a

---

[*] Em letra mais recente, presumivelmente do século XIX, na primeira folha deste códice, sem título, lê-se o seguinte: " 7.638" [*no canto superior esquerdo*]; "Y-2-51" [*no canto superior direito*]; "Miscellanea – Cartas importantes, relações historicas [*sic*], etc. Compilação de 135 peças em um só corpo"; "Copia [*sic*] uniforme do século XVI"; "Parece ser o cod. n.° 202 da livraria ms. dos Condes do Vimieiro, segundo a nota do Conde da Ericeira mencionada na Conferencia [*sic*] XI da Academia Real de Historia [*sic*], em 2 de Maio de 1726"; "1 vol. in fol. de 252 folhas"; "Deteriorado no fim".

que ha de jr a Jndia tem escrito que hão de jr laa tres mill cas [*sic*] carauanas em que hão d ir prestes / e [...] parte dos *chr*istãos que são [...] são desfeitos e os que [...] presos e feitos escrauos [...] os genoeses / e jsto escrevo a vosa s*enh*oria porque o vy e não embargan[...] que eu ja tinha auida de jsto ser asy do mamaluco eu era no caminho de jr ao cajro e vendo asi os mouros como os *chr*istãos serem Roubados e maltratados dos mamalucos e o mundo jr asi de Reuolta cume [*sic*] são tornado como digo a vosa senhoria - outras e mais largas nouas darão de qua estes s*enh*ores a vosa senhoria e a el Rey noso s*enh*or dos embaixadores das Jndias que enujarão ao grão soldão a cuja causa el quer mandar a armada, eu estando nos lenhos veio huu*m* mamaluco do cajro q*ue* era natural de chipre e dise me que viera*m* // [*fol.133*] // cartas ao grão soldão de huu*m* Judeu que esta nas partes das Jndias em [...] ma*n*daua dizer que se este ano não socoria estas bandas que todo seu estado era p*er*dido segundo o dano E perda que a armada e gente de sua alteza agora auia feito naquelas bandas e estas nouas escreuerão padres de monte sinay ao grão mest*re* de Rodes / escrita a dezasete de julho de quinhentos e dez -

18

Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Fernando, o Católico, *agradecendo-lhe, entre outras notícias, as novas relativas ao sucesso alcançado pela ordem de São João de Jerusalém sobre uma armada mameluca, junto da costa da Anatólia.*

s.l., [*c. 13 de Novembro de 1510*[*]]

I.A.N./T.T., Núcleo Antigo, *877, nº 87*[**]

+

muito alto muito eixcelente prinçepe e muyto poderoso padre ¶ Recebemos vosa ccarta com ho trellado da carta que vos spreueo o gram mestre de Rodes pellas quaes soubeemos como ha armada do dito Rodes ¶ tomou as xxb naaos e nauios que ho soldam mamdara caregar de madeira ao golfam de Jaca [*sic*] pera fazer armada no mar roixo contra as nosas armadas e gente que temos na yndia E bem certo somos que avies de Receber disso muyto prazer e contentamento pello que nos podia tocar semelhante negoçio se fora avante e recebemos de vos o muy symgullar prazer a bõoa vontade com que nollo noteficãses < e assy ho mais do portugues

---

[*] Como se depreende, desde logo, pela nota, em letra do início do século XVI, onde se lê: "ccarta que foy a damiam diaz pera dar a el Rey a xbiij de novembro 1510 /".

[**] Em letra setecentista, lê-se: "Roma"; "Carta d el Rey D. Manuel para o Papa, na qual lhe agradeceo a noticia, de que a armada de Rodes tinha tomado 25 Náos, e Navios que o Soldam mandara carregar de madeira ao Golfam de Jasa para fazer armada no Mar Roxo contra suas armadas da India, com outras noticias mais. Escrita a 18 de Novembro de 1510"; junto do mesmo, com uma disposição diversa e riscado "Carta de Damião Dias, na qual falla acerca de hũas armadas que contra el Rey se fazião e preparavão" e "Não tem dia nem era".

q*ue* v*os* foy sprito que he lancado [*sic*] com o soldam > E Nos teemos firme esperamca [*sic*] em Noso s*enh*or pello muyto q*ue* esp*er*amos co*m* sua aJuda de naq*ue*las p*ar*tes ho serujr e*m* maior acrece*n*tame*n*to e eixalçame*n*to de sua sa*n*ta fee catholica ¶ q*ue* senpre o soldam e os mouros jmigos nosos ¶ Receba*m* de nosas geemt*es* e armadas o q*ue* ate agora tem recebido e com muy maiores desbarat*os* e danos seus E p*orque* destas booas nouas q*ue* nos emviastes ¶ quis noso s*enh*or q*ue* vos podesemos logo emviar retorno e paga vos emviamos co*m* esta a copia das nouas q*ue* nos sam vijmdas despois de vosas cc*art*as // [*fol.1*] // Recebemos p*or* via do mesmo Rodos do q*ue* nosas armadas tem feyto demtro no mar roixo E asy dos e*m*baixadores da berberya q*ue* fora*m* ao soldam a lhe pedjr socorro pel*os* apretos da gueerra q*ue* lhe mandães faz*er* co*m* q*ue* estam tam temerosos de p*er*derem o q*ue* senhoream como pella copia das dic*t*as novas veres p*r*azera a noso s*enh*or dar vos senpre tamta de sua aJuda q*ue* se*us* Reçeos seJam postos em obra com grande louuor e p*r*azer voso e que co*m* ha guerra q*ue* nos p*or* nosa p*ar*te lhe mamdamos faz*er*. e vos pella vosa os ponhamos e*m* tam estreyta necesidade q*ue* se syga tam jnt*ei*ro acrece*n*tame*n*to e eixalcame*n*to [*sic*] de sua santa fee como p*or* nos e p*or* vos he desejado (muito alto e)

damya*m* diaz

19

Cópia de uma carta com notícias do Mediterrâneo Oriental e, em particular, dos feitos de Frei André do Amaral, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, em Rodes.

s.l., [1510]

B. N., Lisboa, Fundo Geral, *cod. 7638, fls. 133v.-134*[*]

Outras nouas do cairo e do q*ue* aconteceu neste t*em*po -

O soldão sentindo mujto a perda da Jndia e vendo de cada dia suas armadas e gentes perdidas e desbaratadas das dos nosos detriminou com conselho e aJuda dos vinizeanos fazer hũa grosa armada de naos galees e galiõees e bargantij*n*s e com muyta e bõa gente a mandar contra os nosos a Jndia e porque suas teras eram careçidas de madeira enuiou seus embaixadores ao grão turco o qual lhe deu licença que das suas montanhas d escandalor cortasem e leuasem a madejra que quisesem o qual com muita deligencia as mandou cortar e carregar dellas trinta e çinco naos e Jndo caregadas topou // [*fol.133v.*] // com ellas frey andre do amaral conseruador da ordem de são Johão chançeler de Rodes e com muyta ousadia e esforço posto que ele não leuase mais de seis naõs e quatro gales e seiscent*os* e çincoenta homei*n*s de pelej[*a*] e os outros erão oitocentos mamalucos e [...] outros a soldo os cometeo e pelejou com eles huu*m* dia e hũa noite em que lhes meteo çinco naos no fundo e tomou seis e lhe matou trezentos mamalucos e desbaratou a armada de manejra que sua saluação poserão em

[*] *Vide*, sobre este códice, nota do documento 16.

fogir, das naõs que se saluarão da batalha alguas [*sic*] com tempo se perderão e diz somente forão ter ao cajro onde forão descaregadas em carauelas que pelo Rio açima as leuaram ao cajro dentro ao castelo donde esta o grão soldão forão aquelas madejras lauradas e caregadas em camellos e leuadas pera o deserto que são duas jornadas e meia ao porto de sorca, ou [...] onde forão armadas seis naos e seis galees e forão contra os nosos a Jndia, as quaes prouuera noso s*e*n*h*or que forão desbaratadas dos nosos e morta toda a gent*e* e as naos e galees delas queimadas delas em poder dos nosos com algũa gent*e* catiua que forão todos emforcados p*e*la costa por meter medo -

20

Cópia de uma outra carta com notícias do Mediterrâneo Oriental, mais concretamente, da Pérsia e do império Otomano.

Rodes, 25 de Agosto de 1511

B. N., Lisboa, Fundo Geral, *cod. 7638, fls. 134-135*[*]

Nouas do sophi que vierão per via de rodes e veneza o ano de b xj

Este mes de mayo se aleuantou huu*m* capitão dos sophios barretes Roxos tomou mujta parte de carmania e veo a Setilias e tomou mujtas villas e çidades e todas pos a fogo e sangue e vierão em d*ere*ito do [...] e tomarão hũa grande cidade que chamão tosmoly e matou moços e molheres que não leixou nenhũua vida e nisto veio noua ao turquo e mandou dous capitães huu*m* com vinte tres mil homee*n*s e o outro com quatorze mil e vierão contra o capitão do sophij e ele sabendo a vinda destes turcos pos se em ordem e huu*m* dos capitães do turquo adia*n*tou se pareçendo lhe que ele soo o desbarataua e aueria aquela honra e ouuerão sua batalha em que os turcos forão vençidos e a major parte mortos e pasada esta batalha a tres dias chegou o outro capitão e ouuerão sua batalha de manejra que os turcos ficarão Rotos e mortos mujta cantidade delles e o turquo como soube que sua gent*e* era desbaratada e morta e que os sofios fazião tantos males em turquia mandou a seu filho que estaua da banda da persia co*m* cincoenta mil homee*n*s e constantim bacaa [*sic*] e*m* sua companhia e tirarão na volta de setilias e os

[*] *Vide*, sobre este códice, nota do documento 16.

sophios como souberam a vinda desta gente tornaran se caminho de sua tera porque virão que era grande poder pera eles e leuaran lhe duas Jornadas d auantagem de manejra que nunqua os ham podido alcancar [*sic*] estes sophios se forão Juntar com outros capitães que vinhão de persia por // [*fol. 134v.*] // mandado do sophij a dar socoro aos de sua parte e juntaran se todos e folgarão e [...] todo o mes de Junho e no mes de Julho todos tornarão a buscar o campo [...] e ouuerão sua batalha de manejra que [...] desta vierão nouas em como erão mortos corenta mil turcos e o capitão morto estas nouas são çertas porque fogirão dozemtos ca[*tivos*] *ch*istãos de turquia de medo do sophij e pasaran se ao castelo Roxo; e agora manda o grão mestre nauios pera os trazer aquy - S*enh*or quando os sophys tinhão toquado setelias eramos com as galees ajuda llos e [...] se auião mister artelharia e nauios pera lhos darmos e quando fomos eles erão Ja passados e não falamos co*m* eles, e ho turco vendo que por tera não podia dar auiso a setelias que ele estaua nas fochas mandou a cortegelj Jrmão de caualo com quatro fustas a dar lhe auiso e socorro nos com as gallees estauamos [...] e antes do dia elles vierão ter comnosquo e tomamos toda a gente e elle foy morto no combate e morrerão mujtos turcos e a nos nenhuu*m* s*enh*or este capitão do sophij ha feito cousas que não ha Rey nenhuu*m* que não se ouuese por bem auenturado de as fazer com tam pouqua gent*e* que em toda não abastão a trinta mil homee*n*s mas são todos a caualo e armados e os turquos estão espantados que na*m* sabem donde se aleuantou esta gente e dize*m* que são diabos e não homee*n*s e nesta derad*ei*ra batalha dize*m* que morerão çinquo mil Janiçeros e mujtos homeens de manejra escrita em Rodes a vinte çinquo d agosto de mil b onze // [*fol. 135*] //

21

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel.

Rodes, 29 de Março de 1512

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 11, doc. 47*[*]

+

serenjsymo e muy poderoso senhor

¶ posto que esta vaa a ventura nam dejxarey de escrever tudo ho que ocore per ser cousa que a meu juyzo ynporta muito a seu seruiço / senhor sabera vosa alteza que despoys de dous anos a esta parte e em especjal despois de aluaro Vaz ser em soria ho soldam ha posto todo seu emtento em vir de desbaratar as cousas de vosa alteza nas yndias e pera ysto faz fazer todos os navios que pode em sueste que he o cabo do mar roxo pera o cayro duas jornadas da dita cjdade /. e posto que lhe dee grande estorvo a tomada dos navios que lhe tomamos no golfam da jaça e o lenhame com tudo ysto por vir de costantinopoly se proveo de muitas cousas e agora de novo se provee como por outra mjnha escrevy por via de xio e agora avemos de novas e certisymas como o desyno seu he de fazer xx galees e x bastardas a qual cousa da grandisyma presa e ysto faz por conselho de aluaro vaz de fonsequa ho qual he ja feyto mameluco e vay na mesma empresa /. a my me recorda que ha

[*] Como se depreende da sua referência, esta carta encontra-se junto das seguintes, cf. documento 21, 22 e nota que acompanha este último.

gram tempo que disto escrevy a vosa alteza e lhe escrevy que metese remedio de mandar duas ou tres gales naquelas partes onde ditos navios se // [*fol.1*] // fazem por que antes sejam feytos nem armados se posam queymar todos crem que ditos navios seram prestes por todo setembro que uem mas eu nam creo que sejam asy prestes comtudo vosa alteza proveja se nam tem provisto e nam tenha ysto a jogo porque se agora fara dysto pouco caso ao dyante falo a ysto menos de vosa alteza / e a de saber que o soldam nam tem a outra cousa cara [...] se nam a ysto e se say com ella tenha por certo que senpre seram suas [...] em gram trabalho naquelas partes e gram despesa e perda de gente e se vosa alteza faz a debita deligencya de o levar esta vez desta fantasya jamays fara nem enprendera armada no mar roxo e nam a fazendo ficara vosa alteza pacjfico senhor / o gram mestre esta espantado de nam aver carta de vosa alteza em resposta da que lhe fez fazendo lle saber da tomada d armada do soldam por que o papa e el rey d espanha e el rej de ynglatera e outros prinçepes christãos a que nam ya outra cousa senam folgar com o mal dos ynfieys [Re] [*riscado*] am respondido e louvado muito tal fejto e que vosa alteza por quem ysto se fez a moto e pratica mynha que nam lhe aja tanto serujço agradecjdo nam se sabe cuydar a causa e as vezes que disto me falam escuso me com que se am perdido as letras / vosa alteza deue saber a causa e eu tenho oupinjam que muitas cartas que eu lhe mando que sam // [*fol. 1v.*] // reteudas e nam vãao a sua mao [*sic*] e ysto emmagino porque agora ey sabydo que as cartas do gram mestre que lhe mandey do quarto [...] do prior do crato que deus tem que vam em tres anos que foram me am escrito que agora as avia vosa alteza recebydo e por ysto creo que as que de ca vão lhe fazem asy e as que vem de la outro tanto e portanto a meu juyzo sera bem saber se disto a verdade porque eu nunca ca escrevo a

vosa alteza se nam de cousas de muita ynportancja e muito seu serujco [*sic*]

aquj esta hum omem o qual com o primeyro boom pasajem se yra que uem do cayro e dira a vosa alteza como estas cousas uao [*sic*] e asy mesmo o que aluaro arenegado conselha ao soldam que faça e com aquelle lhe escreverej mays a comprimento // os maranos e judeus de lyngadoc em França am feyto tanto que am feyto al rej de França mandar hum enbayxador ao soldam a saber se nos lhe tomamos armada com saluo conduto e pera fazer paz com elle e fazer que nam de especjas aos venecjanos e que elles do rejno de franca [*sic*] lhas compraram todas e fazendo ysto ho soldam el rey de franca [*sic*] lhe promete de nam comprarem de seus [...] especjas de portugal e que o dito embayxador leue tal comjsam nam duujde nada pois o gram mestre // [*fol.2*] // mo dise que o avia do embayxador / asy mesmo ha de saber vosa alteza que todos [...] as especjas de portugal porque nam os dam jucjrados e que so perde muito mande vosa alteza prover porque se sabe certo que perdem muito njsto [...] o que podem porque todos tem enveja /

frey jorge vieyra provisto da comenda de sam joam de lapram escreveo ao gram mestre e a my da força que vosa alteza consente que frey [...] de figejredo lhe faz do que ho gram mestre e todo o conuento se espanta que avendo a relegiam feyto hum tam grande e tam synalado serujco [*sic*] a vosa alteza no qual serujço dito frey jorge mereçeo que uosa alteza lhe fezese muita merçe e que aja tanto agravo por galardam e certefico a vosa alteza que he hum dos cavalejros de seu reyno mays propio pera lhe dar carego nas yndias de algua [*sic*] galee porque stado [*sic*] eu duas vezes capitam de nosas galles elle foy senpre patram de hua [*sic*] e na jaça ho fez maravilhosamente // polo qual soprico a vosa alteza lhe mande dar sua comenda e nam consenta que hum gafo sem meritos feytos nem

por fazer coma os bees [*sic*] de sam joam // nam tardara muitos dias que mandarej mensajeyro propio com quem escreverej mays certo e mays apontado e por ysto faço fim a esta e [...] a serujco [*sic*] de vosa alteza bejjando suas reajs maos [*sic*] rogando a nosso senhor sua vida alto e poderoso estado acreçente e exalce como elle deseja de rodas a 29 de março 1512

humjl serujdor
O cançeller mor de rodas
frej amaral comendador da vera cruz // [*fol. 2 v.*] //

22

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel

[Rodes, Março ou Abril de 1512]

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 11, doc. 47*[*]

+

¶ serenjsymo senhor

¶ porque esta cousa he de tanta ymportancja a meu juyzo que por muito que omem se estuda a dar aviso de todas cousas por levar ho [...]a este ynfiel soldam senpre fica que dyzer // e por tanto vigiando me eu njsto e recordando me como esta cousa se ha de fazer com galles que sam navios apartados d arte do navegar dos navios acostumados navegar neses mares e que ha mester omees de grande esprito pera comjtos e ysto eu o sey pla esperiencja ca posto que de fora parecem faceles sam duros de tratar a quem nam sabe e aynda a quem sabe am grande avantajem de omees a omees como se em todas as outras cousas do mundo / polo qual me avysey de recordar a vosa alteza como aquj ha hum comjto catelam mancebo de 27 anos o qual he dos gratyis espritos d omem que aquj se a visto porque elle deu ordem a nosas galees que [...] nenhum o deu asy no navegar como no armar e cobrir / [...] em

[*] Como se depreende da sua referência, esta carta encontra-se junto da anterior e da seguinte, cf. documento 20, 22 e nota que acompanha este último.

todas outras cousas / porque me pareçe que se vosa alteza lhe pareçe ser necesario pera seu serujço que me mande mas pera ysto se o quer aver sera mester mandar aquj hũa caravela caregada [...] // [*fol. 3*] // qual carego se ganhara ho que avera despeso em vir e ysto digo porque este he casado e tem dous filhos e quera levar sua molher se ele vaj e tambem porque manda lo jr aventura com navios de porto em porto sera longo seu serujço e esta cousa nam quer demora porque ho ymjgo nam dorme e neste ponto esta ser vosa alteza senhor pacjfico ou polo contrayro se nom remedia / asj mesmo sabera que ho mar roxo he muito ventoso a causa das montanas d etiopia e de synay e porque he mar estreyto he verdade que as mays das vezes core por costa porque senpre he xaloque e meo dia e outras vezes e em outro tempo mestre e tramontana estes nomes sam ao modo de ca porque o modo de la ja nam me lenbra que ha [x] [*riscado*] xxxij anos que sam fora asj que vao [*sic*] avertidos os que na tal navegaçam mandar e da banda d arabya am de sorgir cada noyte segundo ja por outras escrevj da eyiopia se a por relaçam que a muitos portos mas nam se sabe por certo // nam faze muito mar segundo he ho vento / e ja outra vez lhe escrevy que sera boom em companhya das galees mandar quatro ou cjnco caravelas que as obras mortas sejam a modo de galeoes [*sic*] pera poder remar como este comyto se o quer sabera dar ordem porque sam navios que se navegam com menos gente e faram tanto mal e mays que as galees. // [*fol. 3v.*] //

23

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel

[Rodes, Março ou Abril de 1512]

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 11, doc. 47*[*]

+

¶ serenjsymo senhor tudo ho que escrevo a vosa alteza do preparatorio que faz o soldam nam o tenha vosa alteza [...] antes faça muita conta porque he verdade e agora veo aquj hum omem do cayro o qual diz que aqueste ynfiel de aluaro renegado diz ao soldam que mandando esta armada o faça quantos se nam lhe da todos os castellos navios e tratos que vosa alteza nas yndias e marinhas d etiopia tem e asy la ylla çocotora e aquelle rey de quem tal [d] [*riscado*] ylla [*sic*] era [...] da muita molestia com seus embaxadores a dito soldam que lhe mande dita armada e este omem por ser muito amjgo daquelle jenoes que a de jr a vosa alteza eu tenho feyto com este que torne ao cayro e por ser omem muito pratico naquelas partes e amjgo do sobre estante da fabriqa dos navios e que uaa ataa o lugar de suest e lhe dou dynhejro e lhe prometo que se torna a vosa alteza com a resposta çerta que vosa alteza lhe fara muita merçee e se parte a fejtura desta // muito prazer

[*] Como se depreende da sua referência, esta carta encontra-se junto das anteriores, cf. documento 20 e 21.

averya saber que ordem vosa alteza ha dado comtra [...] porque a mester omens de muita pratica e syso para gouernar esta cousa / e he cousa de calidade [...] // [*fol.4*] // pera nam se encomendar a marinejros novos se nam aquelles que sem gya bastou o sprito chegar a primejra uez a calacut //*

---

* No mesmo fólio, em igual letra, lê-se: "Ao serenjsymo e muy poderoso senhor ho senhor Rey de portugal [...] senhor"; em outra da mesma época, com disposição diversa, "de frey amarall das nouas d armada"; em letra setecentista, "Armario [...] [*riscado ilegível*] maço [...] [*riscado ilegível*] nº [...] [*riscado ilegível*]" Maço [...] [*riscado ilegível*] N.º [...] [*riscado ilegível*]; em letra recente, "+ André"; novamente em letra setecentista, "S*enh*or Rey D. Manuel"; N.º [...] [*riscado ilegível*] e "Carta q*ue* escreueo o Comendador da Vera Cruz Frey Amaral a El Rey, em que lhe <diz> está fazendo o soldão m*ui*tos nauioz em Sueste, e q*ue* intenta fazer huma gram armada pera desbaratar as couzas das Indias, tudo por com [*sic*] comcelho de Aluaro Vaz da Fonceca, e de outraz diliniaçoez [*sic*] do Soldão, e cumpito de Sua armada, pello q*ue* manda pedir ao d*ict*o s*enh*or; socorro, e de os Maranos e judeoz que estão em França a compozição que querem fazer com o Soldam e de outras couzas de q*ue* lhe daa conta. escripta em Rodas a 29 de Março de 1512". No verso do fólio seguinte, também em letra setecentista, lê-se o seguinte: " Parte 1.ª", "Maço 11 Doc. 47 Nº suc. 1259", "Aqui se acha dentro o sumario deste Docum*en*to" e "A 29 de Março de 1512".

24

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel.

Rodes, 19 de Abril de 1512

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 11, doc. 61*

+

¶ serenjsymo e muy poderoso senhor

¶ posto q*ue* eu tenha escrito a vosa alteza por tres ou quatro vias dos gra*n*des preparatoryos do soldam q*ue* faz co*n*tra as cousas de vosa alteza por ordem e estigaça*m* de aluaro f [*riscado*] Vaz e asy mesmo lhe escrevo co*m* meu sobrinho co*m* as quays letras lhe fiz saber como avia de jr hu*m* patra*m* jenoes q*ue* se chama antonjo de lyframjnj julia por lo q*ua*l faço esta da qual este mesmo sera portador e por q*ue* elle na*m* vay a outro efeyto sena*m* soo destinar se ao se*r*ujco [*sic*] de vosa alteza destas cousas eu na*m* direy outra cousa saluo q*ue* partindo se elle do cayro do modo q*ue* dira a vosa alteza se qujs enformar como home*m* q*ue* avia de dar a conta a rey q*ue* sabe/ q*ue* na*m* se conte*n*ta de me*n*tiras e porq*ue* elle na*m* cuydaua achar me aquj e temja q*ue* por ventura vosa alteza na*m* lhe daria aquele credito segu*n*do sua entença*m* trouxe cartas do gardiam de Jerusalem e leva outras cartas e cousas d aluaro ho q*ua*l todo mostrara a vosa alteza e q*ua*ndo tudo ysto [...] se crea a mj q*ue* lhe sam serujdor q*ue* todo he q*ue* lhe dira he asy he dino de gra*n*des merçes e porq*ue* disto nas outras lhe escrevo nam direy mays // elle

dira a vosa alteza da ordem q*ue* lejxou p*er*a vir hu*m* [...] e q*ue* [escuto?...] e asy mesmo do ome*m* que elle e eu ma*n*darmos jr a Suest e por ysto ho remeto todo a elle [...] qual por seu serujço vosa // [*fol.1*] // alteza ho crea e asj fico a serujço de vosa alteza beyjando suas reays maoos [*sic*] de rodas de 19 de abril 1512 / e porq*ue* este tem bees [*sic*] e partes em jenoa e sabe q*ue* sabendo se q*ue* elle negocyou estas cousas poderia vir algu*m* dano e asj mesmo porq*ue* este caso ho requere ouça ho vosa alteza senpre [...] secreto / ca de se saber por outre*m* q*ue* por vosa alteza na*m* ganha nada //*

humjl s*er*ujdor de Vosa altez [*sic*]
O canceller co*menda*dor da Vera cruz**

---

* Entre o texto da missiva e a assinatura, na mesma letra, pode ler-se: "Ao serenjsymo e muy poderosso senhor ho s*enh*or Rey de Por[*tug*]al nosso s*enh*or" e, com disposição diferente de tudo o resto, em letra da mesma época mas distinta da anterior "de f*rey* amaral [...] o patram genoes".

** Em letra setecentista, no verso do fólio seguinte, lê-se: "N.º [...] A[...] [...] [rasgado] N.º 61 [riscado]"; "S*enh*or Rey D.Manoel"; "Carta que escreueo o Canceller e Comendador da Vera Cruz a El Rey, em q*ue* lhe diz lhe escreue, e seu sobrinho, acerca do preparatorio que faz o soldam pera as couzas do dito s*enh*or, e que de tudo isto dara conta o capitão [*riscado*] o Patrão Jenues chamado Antonio de Liframeni Julia, e este se uai oferecer a seu seruiço e tudo o que lhe dicer o crea asim, e que lhe leua humas cartas do Guardiam de Hierusalem. escrita em Rodas a 19 de Abril de 1512"; "Parte 1.ª"; "Maço 11 Doc. 61. N.º suc. 1267"; e "A 19 de Abril de 1512".

25

Carta de André da Silveira a el-rei D. Manuel dando notícias várias, entre as quais, a morte do Grão-Mestre da ordem de São João de Jerusalém.

Rouen, 5 de Março de 1513

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 12, doc. 81*

+

Senhor

¶ Aguora poderey stprever a Vossa Alteza maes craro e maes serto açerqua do seu ouro / porque he jaa entregue ao Doutor Mestre Dioguo de Gouuea ao que stpreuo presemtemente / Ffoy lhe emtregue per o lugar tenemte do almirante e presemte o avogado e procurador d el rey de França /. Se o que estaua metido em desposyçam [...] pesou per o peso desta villa de Ruam iij [...] Lbij marcos que ffazem pello peso deses regños lamçamdo [...] por marco que a de qaa pesa maes que a de laa /. iij [...] lxxix marcos . /

E allem deste que lhe asy he emtregue e se tomarão pellas justiças [...] marcos pera as despesas e guarda do dicto ouro / E aguora se fica dever o que todo este ouro valle per sua lley e todo o que faleçe pera comprimento dos xxb [...] bij [...] cruzados que el rey de França mamda restetuir a Vosa Alteza e que sejam loguo emtregues ao dicto Doutor pagaram os que o dicto ouro tomarão e nauio armarão que sam asaz pera jsso /. o dicto Doutor pos o dicto ouro em casa d Alonsso de Seuilha homde estaa bem guardado

atee vĩjr rrecado de Vossa Alteza / asy porque elle he boom homem prinçipalmente /. e he seruidor [...] Vossa Alteza e ter grande trato em vossos [...] como por ser muy rico / e abastante/.

item saberaa senhor Vossa Alteza e eu creo que algũua // [*fol. 1*] // notiçia teraa disso que esta gemte de Normamdia nom he outra cousa senom proçesos e demandas nunqua se acabam /. E çerto senhor que se o Doutor Mestre Diogo de Gouuea nom vyera asy prouido e com tam expresos mamdamentos e d el rey de França / que o dicto ouro lhe fora muito maao [...] das mãos e se fezera ssobre jsso grande despesa ./. mas graças a Nosso Senhor que tudo hordenou bem pera se cobrar / E foy gramde [...] nom se rrepartir e destreboir e perder e aver se em tempo de tamta baralha como qaa vay e tudo cheo de ladrões //.

item Senhor em se o ouro acabamdo d emtreguar ao dicto Mestre Dioguo foy costramgido pellas justiça a dar ffiamça aos mercadores / do neguoçeo de Lopo Sanchez / pela sentença que auj ouuerão contra Vossa Alteza /. e fiqou por jso Alonso de Seuilha .s. por çinquo mill e çem framcos que eles demandão por tudo /. e jsto com condição que o dicto Doutor espreveraa a Vossa Alteza ssobre jsso e foy lhe dado de termo sseis meses pera aver vosa rreposta /. Vosa Alteza deve prouer como o ouuer por sseu seruiç /. e a mym me pareçe que eles faram apomtamento por algũa coussa /.

item Senhor tambem os outros mercadores de que as mercadorias e navios foram laa arrestados por a tomada deste ouro requerem ao dicto Doutor rijamente a jumção [...] / pera os ajudar a demandar as perdas e domaijens que a dicta causa tem reçebydo ou reçeberem porque dizem que segundo [...] os que o dicto ouro

tomarão nom teuerem derreito Vossa Alteza lhe deve ser obriguado (por serem arrestados ssobre cartas de seguramça do vo[...] contador mor /. a jsto averaa o Doutor sseu [...] e o que per ele achar lhes responde[...]

item Senhor nos emviamos a el rey de França Afonso Eannes criado que foy de Thome Lopez feitor /. que he // [*fol. 1v.*] // homem da criação de vossos naturãaes em Frandes que [...] Senhor [...] todo o que per voso feytor e ofiçiaes he requerido e mandado serue tambem e com tamto amor e vomtade que he dino de o Vosa Alteza conheçer e lhe fazer merçee /. [...] cartas a [...] de Paris e a Jacobo Monteiro Purtugues camareiro do Cardeall SSamta *cruz* pera falar com el Rey sobre huum Joham Bretão Escorçes dos jrmãaos que tinham a carta de marqua que fez ora aquy em a [...] froll hũua não de ij [...] L tonee e a arma com preposyto de hir com ella esperar as nãaos da Jndia e caravelas da Mina ./. como per outra tenho escprito a Vosa Alteza ./. pera que lhe mande sob penna da cabeça que nom toqe em cousa de Vossa Alteza nem dos seus /. e allem diso de aquj Framça pera se pagar o que tomar e asy falaremos aquy sobre jsso ao Gram Senechall e ao Primeiro Presidente de Normandia e lho requereremos /.

[...] eu por nom ter tee quj maes que ffazer em nenhũa cousa que cumpra a vosso seruiço / pois a causa a que vim /. se despachou e acabou / no prinçipall Noso Senhor seja louuado me tornarey a Emvers a seruir Vossa Alteza no que me tem mamdado e emcarreguado emquamto ouuer por seu seruiço que o asy ffaça ./.

Jtem Senhor nom haa aquj outras novas que ao presente posa stprever a Vossa Alteza ./ senam da morte do Papa que se afirma

aquy que he morto e que faleçeo aos xxij dias deste mes de Feuereiro que ora pasou . e asy he morto o Gram Mestre de Rodes ./. a Rainha de França estaa mujto doemte / aparelha se grande armada neste regnno de que [...] de ser capitães Pere Joham e o V: Almirall de de Framça [...] jngresses tambem fazem gramde armada e se afirma que todavia pasaram // [*fol. 2*] // (de maneira senhor que se hordenam qua as coussas pera mujtos males se o Deus nam remedear Senhor a vyda e rreall estado de Vossa Alteza alomge e prospere a Seu Smto seruiço de Ruão a b dias de Março 1513*.

amdre da sylu*eir*a // [*fol. 2 v.*] //**

---

* Entre o texto da missiva e a assinatura, com disposição diversa, lê-se: "+", "A el Rey nosso Senhor" e "De Ruam /. "

** No fólio seguinte, lê-se: "[...]" e, no verso deste, em letra setecentista, "N.º 1419 "; "S*enh*or Rey D. M*anu*el"; "Parte 1.ª Armario [...] [*ilegível*] Maço 12 n.º 81 [riscado]"; "Carta que Andre da Silveira ezcreueo a S*ua* Mag*esta*de em que lhe diz que o ouro estaua entregue ao d*ic*to Mestre diogo de gouuea perante o procurador de El Rey de França e que as nouas he da morte do Papa que se afirma que he morto, e que tambem he morto o grão Mestre de Rodez e que a Rainha de França esta m*uit*o doente. Escrita de Ruão a 5 de Março de 1513"; "Parte 1.ª"; "Maço 12 Doc. 81 N.º suc. 1419"; e, em letra distinta, "He semelhante a este o Docum*en*to [*borrão*] N.º 82 da dita Parte, e Maço – ".

26

Treslado dos privilégios que Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, possuía em Castela.

Valladolid, 8 de Agosto de 1513

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 13, doc. 33*

Fernando por graça de deus Rey d aragam De nauarra De çeçilia D aquem e d allem faram De Jerusallem De Vallençia Das Malhorcas Da sardanja e De [...] Conde de barçelona Duque D atenas e de neopatria Conde De Ruyselham e de Cerentauja Marques De oresytam e de goçia aos jlustres espectauens nobres magnificos amados do conselho e nossos fieis e a quaesquer logotentes geraes e viso reis nossos que nosso carrego tem e ao que [...] e aos que tem ho carreguo Do nosso geral gouernador [..] e aos regedores e jujzes e justiças e vicarjos comendatarjos ou seu logotentes e aos jurados [...] Em todos nossos Reynos e senhorjos que ora sam ou ao diante forem e [...] Delle saude e amor porque por ho antigo e guardado costume dos serenissymos Reis nossos predeçessores de jnmortal memoria as letras apostolicas sobre os priorados e bailios e comendas e outros benefiçios Da santa Religiam De sam Joham Jerosolmitani e Do conuento de R[*o*]des [*rasgado*] nam se dauam a enxecuçam saluo auendo primeiramente Dos ditos nossos predeçessores cartas executorjas. portanto querendo nos o dicto costume em todo ser comprido a dicta Religiam a quall nos [...] singular deuoçam temos por a sopricaçam

do veneravell deuoto e [nosso] [*riscado*] de nos amado frey andre do am[*aral*] [*rasgado*] comendador da Vera Cruz e chançeller moor da dicta Religiam embaixa[*dor*] [*rasgado*] a nos enujado por alguas coussas a dicta Religiam tocantes / por ho [...] destas [...] de nossa çerta çiençia deliuradamente e de nosso [...] [*rasgado*] expressamente a mandamos a uos e a cada hum de uos em cuja jurdi[*çam*] [*rasgado*] so pena de nossa jra e jndignaçam e so pena de çinquo mill [...] [*rasgado*] dos bens de cada hum de uos que ho contrajro fizer [...] [*rasgado*] nem cremos / os quaes sem nenhũa Redençam pagares pera nossa camara que tanto que quaesquer letras apostolicas ssobre priorados bailios comendas e outros quaesquer benefiçios da dicta Religiam de sam Joham de Jerusalem em quallquer maneira per quaesquer pessoas empetradas ou ao diante forem empetradas em nenhũa maneira as mandes a enxecuçam nem as cumprão saluo auidas de nos cartas executorjas e asignadas e a uos forem apressentadas per as quaes uos seja mandado que as ditas letras apostolicas mandem executar e uos guarday de fazer ho contrajro ou de consintir per algũa razam ou causa se a nossa graça de uos he amada e se a dicta pena os que ho contrajro fizerem [...] querer euitar e reguerossa execuçam se [...] porque tudo he oulhado auemos por bem e per uos e cada hum delos queremos que se cumpra e faça e asy ho mandamos e majs queremos que ao teor [...] per notarjo segundo costume [...] autentico [...] e tanta fee se dee quall e que [...] se dara a este oregjnall em testemunho do quall cetera // [*fol. 1*] //

E guardai asy e [...] e melhor e majs compridamente a dicta Religiam e os seus comendadores dos dictos preuilegios e bulas vsarem e gouuirem e em posse ou quasy posse estam e [...] auisados de fazer ho contrajro ou de ho consyntir per quallquer razam ou causa se uos folgaes de ser em nossa graça e da dicta

pena uos querẽs euitar porque todo bem oulhado esta he nossa vontade e por uos e cada hum de uos queremos ser asy fẽito e comprido e asy ho mandamos sem outra duujda ou dificuldadr ou conselho aujdo e majs nos praz que ao terlado desta feito per notarjo segundo costume autenticado tall fee seja dada quall se darja a este oregynall em testemunho do quall mandamos esta pressente ser fecta com ho nosso comum sello pendente autorizada dada [...] [*rasgado*] de valladoly a 8 dias de agosto anno do naçimento de Nosso senhor .M. v xiij // [*fol. 1 v.*] //*

* Neste fólio, com disposição distinta, em letra da mesma época, lê-se: "1513", "t*res*lado dos p*ri*villegyos q*ue* tem de castella o e*m*baixador de Rodes" e em letra setecentista, "S*enhor* Rey D Manoel", "Armario 15 Maço 13 N.° 95 N.° 1491 [*riscado*]", "Treslado dos Privillegios que tem <de Castella> o Embaixador de Rodes comendador de Vera Cruz", "a 8 de Agosto de 1513", "Armario 15 Maço 1.° N.° 95", "gaveta 15 [*riscado*]" e " Parte 1.ª Maço 13 Doc. 33 N.° suc. 1491".

27

Carta de privilégio concedida à feira de Vera Cruz de Marmelar
Almeirim, 21 de Novembro de 1513
I.A.N. / T.T., Chancelaria de D. Manuel, *Liv. 42, fol. 122v.*[*]

escripta

Dom manuell e ct. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que da parte de frey amdre do amarall chamçeler de Rodes que a nos emviou o gram mestre por seu embaixador e comemdador da Vera cruz nos foy apresemtada hũa carta d el Rey dom afonso meu tyo que santa gloria aja Da quall o theor de berbo a berbo he o que se segue. ¶ Dom afonso per graça de deus Rey de Castela e de Liam e de Purtuguall e de toledo e de galiza e de seuilha e de cordova e de jaen e de murcia e dos algarue d aquem e d alem mar em africa Rey de gillbaltar e das aljaziras senhor de biscaya e de muliena / A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo nos respeito aos serviços que temos recebidos de frey amdre comemdador da Vera Cruz que he em os nosos reynos de purtugall açerqua de portell E que dele esperamo [*sic*] receber ao diamte E queremdo fazer graça e merçe pera sempre ha dita comemda pera sempre e comemdadores que nela forem ao diante

[*] Na margem, remetendo para a cópia que se encontra na *Leitura Nova*, Guadiana, liv. 7, fol. 67, lê-se: "Antre tejo e odiana [...] " e, como título, "¶ ahos comendadores [*riscado*] a feyra de vera crus priujlegio que todollos homjciados possam yr e estar seguros tornar seguros pera suas casas e estar seguros tres dias antes da feira e tres dias depois da feira que se faz cad anon a dicta sancta vera cruz / ect".

pelo dito frey P*er*o gomez comendador temos por bem e queremos e madamos que todolos mercadores de nosos reynos e a quaesquer outras pessoas estranjeiras de fora de nosos Reynos quer seja mercadores quer nam que ha feira que se cada hum anno fizer na dita comenda da Vera Cruz quyserem hyr e forem a ela posam hir e estar na dita feira enquanto a feira durar e tornar pera suas casas seguros se em suas pessoas mercadorias que ha dita feira trouverem e dela levarem seja feyta nenhũa tomadia nem represarja po nenhũa maneira que sejam por males e roubos e tomadias nem mortes que eles tenham feytas a nosos naturaes e outrosy queremos que hos susoditos [...] quaeesquer outro que seja nosos naturaes quer nam que ha dita feyra forem nam sejam demandados nem constranjidos pera pagar nenhũas diujdas que devam e quaeesquer pessoa que sejam enquanto elas per a dita feira forem e nela estiverem e pera suas casas tornarem E tambem queremos e nos praz a quaesquer omyziados de quaesquer maleficios crimes que cometidos tenham posam hir a dita feira e estar em ela tres dias ante de ser começada e outros tres depojs de ser acabada e tornarem pera suas casas seguros [...] sem serem [...] acusados por rezam de seus malefiçios E porem mandamos e ct. em forma dada em almeirym a xxj dias de novembro anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e b e xiij anos.

28

Carta de privilégio de conselheiro a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém

Almeirim, 7 de Fevereiro de 1514

I.A.N. / T.T., Chancelaria de D. Manuel, *Liv. 11, fol. 6*

Dom Manuell ect. fazemos saber a vos frey amdre do amarall chamceler de Rodes e embaixador do grão mestre / que lembramdo nos de como sempre folgastes de fazer em Rodes as cousas de noso serviço que por nos vos forom emcomendadas e como sempre delas tivestes tall cuydado como deve teer boom e fiell natural e seruidor como sempre fostes e esguardando o asynado serviço que fizestes a noso senhor e a nos e a vosa religyam na tomada e desbarato que fizestes com armada da relegyam de que eres capitaão na armada do turco que ya carregar de madeira pera gales e navios pera o soldão pera daneficar com elas as nosas armadas e cousas da Jndia E por folgarmos de vos fazer homra e merçe ¶comfiamdo de vos e de vosa vontade e saber que nos saberes bem acomselhar e dares conselho verdadeiro e fyell e tall como devees por esta presente carta vos fazemos do noso conselho ¶ porem vollo noteficamos asy e mamdamos que daquy em diante sejaees pera nosos conselhos chamado e estees neles e prezamos e queremos que como pesoa do noso conselho gouvaees de todas as honrras graças priuilegios merçees e framquezas que haam e de que gouvam e devem gouvir os do noso conselho E pera vosa guarda vos mamdamos dar esta carta por nos asynada e asellada do noso

sello Dada em Almeyrym aos bij dias do mes de feuereiro Antonio fernandez a fez anno de noso Senhor Jhesu Christo de mill e b xiiij°. // [*fol. 6*] //*

* Na margem, lê-se: "frey andre".

29

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz e grão-chanceler da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel

Vera Cruz, 5 de Fevereiro de 1515

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 17, doc. 70*[*]

+

¶ sserenjsymo e muy poderosso senhor

¶ a quatro deste presente mes recebj çertas cartas de rodes escritas a xiiij d agosto em dita rodes com as quays cartas as outras cousas me fazem saber de novas que he o seguinte / dizem que sendo o grã turco em canpo com muita gente e artelharia contra ho sofy rej da persya que ataa a fejtura da carta se avia emcontrado a dauante guarda do turco com a do ssofj e asj pelegaram e os ssufys ganharam e mataram dos do grã turco cjncoenta mjl omes e do ssofy moreram sejs mjl de caualo porque elle nam traz gente a pee e tomaram ao dito grã turco ij caretas d artellaria e estavam pera se tornar a dar outra batalla e se cree que o turco perdera a batalla e a

[*] Em letra setecentista, lê-se o seguinte: "S*enhor* Rey D. Manuel"; "Carta que escreueo o chancerel mor de Rhodes comendador de Vera Cruz, em que lhe da por noticia como os Sofis alcancarão victoria contra o grão Turco, e da segunda ues o desbaratarão de todo, de que ficarão em duvida seo matarão [...] não e lhe tomarão muitos petreixos militares, e de outros saques que lhe derão os venezianos, e de outras couzas. escrita em Vera Cruz a 5 de Feuereiro de 1515".

vida segundo o poder e o coraçam que os ssofis tem contra os turcos // me pareçe que segundo matam deles de .v. anos a esta parte que cedo nam avera em sua terra quem peleje se [...] nam faz [...] as molheres omes fejtos // e por uja de cecjlia por cartas d outubro se diz que o dito grã turco perdeo a batalla e nam se sabe se he morto ou viuo e que costantinopola se da a saco dos janjcaros [*sic*] que eram em guarda dela do que casj me pesa per que eu tenho esperança em deus de me achar na tomada dela e fica pouca roupa aos christãos pera saquejar // pareçe que deus começa a [...] esta cousa sse avera quem a quejra segyr asj mesmo pola mesma via de cecjlia / como pedro Joam de bydoos aquele capitam d el rej de França que outra vez pasou por [...] tomou na pra // [*fol.1*] // ya de Valença hũa de jenoeses / e se [...] em Genoa e armaram nove galees e certos outros naujos e se encontraram com elle na costa de barçelona e combateram ataa ssobrevir a noyte e se apartaram que nam se acharam mays nem se sabya onde o dito pedro Joam se foy e das galees dos genoeses foram tres a costa com duas fustas na praya de barçelona que nam escapou omem delas // e em corçega andaram .v. fustas de turcos que faziam maravillas e vieram duas galees de genoesses busca las e as fustas tomaram hua [*sic*] das galees e a outra lhes fogiom // os genoesses encontraram com hum barchote de nossa relegiam e por ujngança de tudo ysto o tomaram dizendo que feez pedro Joam prior que ora he de sam gil de proença he frayre de nossa relegiam que poys [...] de ssua roupa posto que seja por parte d el rey de França que elles se querem ujngar em nos // pareceo me ffazer saber tudo jsto a vosa alteza e posto que seja longa a carta por que sam novas len se com menos fadiga que outras cartas //

ho aluara que uossa alteza me mandou pera o coregedor da beyra fazer o tonbo e a pesaçam da c*omen*da de vila coua da

coelheyra os moradores de dita vila cova se apelaram do que o ouvidor do coregedor ujsto seu [...] e pede agora o fejto em lisboa ssoprico a vossa alteza lhe mande escrever ao governador que aja a justiça da relegiam por encomendada e despache esta causa o majs breue que poder / bejjo as reaes maos [*sic*] de vossa alteza cuja serenjssjma pessoa alto e poderosso estado nosso senhor exalçe com longa ujda como elle deseja / da vera cruz a .v. de feuereyro 1515/

humjl vasalo serujdor
O chancerel mor de rodes
comendador da vera cruz //**

** No verso, em letra da época, constam as seguintes anotações: "+"; ¶ ao sserenjsymo e muy poderosso senhor ho senhor rej de portugal ect [...] nosso senhor"; "do chanceler de Rodes"; "cartas do duque e capela pera [...]".

30

Carta de armas de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém.

Lisboa, 23 de Abril de 1515

I.A.N. / T.T., Chancelaria de D. Manuel, *Liv. 11, fls. 99v.-100.*[*]

Dom manoell et. A quantos esta nosa carta virem ffazemos saber que frey amdre do amarrall do noso conselho e chamçeler mõr e embaixador de rrodes comendador da uera cruz et. nos ffez emformaçam como elle vinha e decendia per lynha dereita de dominguos joanes d uliuejra do esprital e que suas armas lhe pertenciam de dereito por legitima de martim gonçalvez do amarall e de micia diaz homem o quall seu pay foy filho ligitimo de catarina vicente que ffoy trisneta do dito domjnguos joañes filha de Viçente añes cojuam[**] e de senhorynha martjnz bisneta do dito domjnguos joañes pollo quall domjnguos joañes d uliueira do espritall fora estetuyda feyta a capella e morgado em que elle jaz na jgrejga [*sic*] de Santa Cruz da dita villa d uliuejra do espritall que he da ordem de Sam Joam em a quall esta sua sepultura com suas armas esculpidas que sam .s. ho campo azull e hũa axpa de prata antre quatro frolis de lix de ouro elmo de prata aberto pacuífe d ouro e de azull e por timbre axpa de prata com hũa froll de lix das armas no

---

[*] Na margem, remetendo para a cópia que se encontra na *Leitura Nova*, Místicos, liv. 6, fls. 137-137v., lê-se: "escprita/ mjsticos/ carta d armas ha ffrey amdre do amarall [...]" e, como título, " a frey andre do amaral comendador da vera + carta d armas".

[**] Na aludida cópia lê-se: "corream", cf. *Leitura Nova*, Místicos, Liv. 6, fls. 137-137v.

mejo a quall capella e morguado despois de ffalecimento dos ditos domjngos joañes sempre ffora de seus sobsecores [*sic*] e agora a pesue joam do amarall filho de yoam do amarall jrmão que foy delle ffrey andre e que buscamdo elle as ditas armas no liuro das armas dos nobres e ffidalguos dos nosos rejnos que tem portugall noso prinçipall rey d armas pera dellas aver de tirar sua carta segundo fforma de nosa ordenaçam as nom achara no dito liuro asentadas pedindo nos por merce que por canto elle decendia do dito domjngos joañes d uliuejra do espritall em a manejra que dito he e de dereito lhe pertençiam as ditas armas lhas mandasemos dar em nosa carta e asentar no liuro dos nobres e ffidalguos dos nosos regnos e visto per nos seu requerymento primejro que a ello desemos finall despacho ouuemos por bem que fosem feitas algũas diligencias nesecarias [*sic*] segundo que em semelhante caso se deue fazer e mandamos sobre ello tomar jnquiriçam de testemunhas ao bispo da jlha da madeyra do noso concelho e do desembargo das nosas pitiçoms do paço polla quall se prouou ho dicto frey amdre do amarall decender por linha dereita vir do dito domjngos joañes d uliueyra do espritall da manejra per dita e elle ser fidalguo de cota d armas e vir como nobre fidalgo e fazer a dita capella a quall depois de seu falecimento ate ora sobçederam aquelles que delle decenderam e pera mais abastança mandamos ajnda nosa rey d armas que fose ao dito loguar d uliuejra do espritall onde a dita capella e setuada na dita jgrejga de santa cruz e que vise a dita capella e as armas que em sua supultura estam pera nos dar fe do que achaua do quall rey d armas fomos certeficado que vira a dita capella por jnquiriçam que tambem tomou que nos foy apresentada se prouou como fora feyta pollo dito domjngos joañes d uliueira do espritall e asy nos deu fe o dito rey d armas que elle vira sua sobpultura as ditas armas da manejra que em cima sam decraradas

// [*fol. 99v.*] // E visto todo per nos como o dicto frey andre do amarall satisfez em todo a sua pitiçam e auendo respeito aos muitos seruiços que tem feytos a ordem de sam joam cujo deuoto somos e asy aos seruiços que a nos sempre folgou de fazer nas cousas de noso seruiço que se oferecera estando elle em Rodes e pollo que esperamos que ao diante sempre nos seruira e por folgarmos de nesto lhe fazermos onra e merçe temos por bem e mandamos ao dito noso rey d armas portugall que registe as ditas armas no liuro das armas dos nobres fidalguos dos nosos reynos e com seu brazam elmo e timbre como aquy sam deuysadas o quall escudo e armas posa trazer e tragua o dito frey andre do amarall como as trouxeram seus antesecores [*sic*] // como as trouxeram // e dellas vsauam seus antececores [*sic*] em todolos lugares d onra em que os ditos seus antesecores [*sic*] e antiguos fidalguos sempre custumaram as trazer em tempo dos muy excrarecidos reis nosos anteseçores e com ellas posa entrar em batalhas campos dueos*** retos e excaramuças desafios e exercitar com ellas todos os outros autos licitos de guera e de paz e asy as posa trazer em seus firmais e aneys synetes e deuysas e as poer em suas casas he adefiçios e leixa las sobre sua propia sepultura e finallmente seruir [...] ****e gouuir e aproueitar dellas com todo e per todo como a sua nobreza conuem com o que queremos e nos praz que aja elle e todos seus desendentes todas as onras priuilegios liberdades gracas [*sic*] e merçes he jzemcoms [*sic*] e franquezas que am e deuem aver os fidalguos nobres e de antiguo linhajem como de sempre husaram e gouujram seus antesecores [*sic*] porem mandamos a todollos nosos corregedores desembargadores juizes e justiças e alcaydes e em

*** Na cópia lê-se: "duellos", cf. *ibidem.*

**** Do mesmo modo, na referida cópia, lê-se: "onrar" ou "ouzar", cf. *ibidem.*

expiçiall aos nosos reis d armas arautos pasauantes e a quajsquer outros ofiçiais e pessoas a que esta nosa carta for mostrada e o conheçimento della pertencer que em todo o cumpram e guardem e façam comprir e guardar como em ella he conteudo sem duujda nem embarguo algum que lhe em ello seya posto porque asy he nosa merçe El Rey o mandou por Antonio R*odriguez* portugall seu Rey d armas prinçipall Aluuaro P*irez* a fez na muy nobre e sempre leall çidade de lixboa a xxiij dias do mes d abryll da Era do nacimento de noso Senhor Jhesu Christo de mjll e quinhemtos e quynze anos.

31

Carta de Frei André do Amaral, comendador de Vera Cruz, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel.

Canas de Senhorim, 15 de Julho de 1515

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 18, doc. 34*

+

¶sserenjsjmo e muy poderoso senhor

¶ quando me eu party de vossa alteza lhe ssopriquej que ouvesse a justiça da relegiam por encomendada e vossa alteza me pormeteo que asy faria e asj mesmo lhe dise da ssospejçam de Ruy da grãa e que contudo eu era contente de o ffejto sse tratar antre elle do [...] que os de portel tem fejto em meu tempo aquele logar e couto da Vera Cruz e agora me am escrito que uossa alteza mandara que ruy da gra [*sic*] nam entendese njsto do que estou espantado que ssendo me elle ssospejto e contentarme eu de seu juyzo que o duque ouvesse por ssospejto onde eu ataquj [...] nada contra elle e que uossa alteza mandara ao regedor que me desse hum juyz sem ssospejta ho qual me deu a bras neto que çerto nam he ssospejto mas ssospejtisymo porque segundo pubrica voz e fama he ho mesmo duque / eu ssoprico a vossa alteza mande njsto dar juyz que nam sseja parte porque de ssospejtos todos me deuem ser por o duque ser a pessoa que he ¶ mas dar me omem que he o mesmo duque e que elle tem elegido em todas ssuas cousas nam

me pareçe que uossa alteza o deue premetir porque perder se a // [*fol.1*] // aquele logar e perdera a ordem o sseu por [...] de juyz porque uossa alteza a todos ssatisfaz com justiça nam he rezam que a ordem de sam joam lhe mjngoe pera perder ho sseu e os que sam causa perder as almas e dar causa a que nosso senhor creça suas aduersjdades como eu vi em mayores pessoas que os de portel em meu tempo / de todas as quajs cousas omem deue fogir e estoruar / ssoprico a vossa senhoria [*riscado*] alteza meta njsto remedio porque he cousa que tocando a quem toca vossa alteza deue ser no juyzo disto como me pormeteo em almejrym // nosso senhor seu alto e poderosso estado exalçe a seu santo serujço com longa vida / de canas de senhorjm a x de julho de 1515 /

humjlde seruidor de vosa alteza que suas reajs mãos bejja o chancerel moor de rodes comendador da vera cruz //. // [*fol. 1v.*] // *

* No verso do fólio seguinte, em letra da época, distribuem-se as seguintes anotações: "+"; "Ao muy alto e poderosso senhor"; "ho senhor rei de portugal nosso + senhor"; "+ "; "do embaixador de Rodes" e em letra setecentista, lê-se "S*enho*r Rey D. Manuel", "N.º 2086 Armario 15 Maço 18 N.º 34 [*riscado*]", "Carta do Chanceller mor, e com*enda*dor de Vera Crus pera S*ua* Mag*esta*de em que lhe pede lhe de hum menistro sem suspeita p*ara* sentencear a cauza entre elle [*riscado*] o d*ic*to s*enh*or e o Duque", "Escrita a 10 de Julho de 1515" e "Parte 1.ª Maço 18 Doc. 34 N.º suc. 2086".

32

Apontamentos vários relativos à ordem de São João de Jerusalém e a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da Ordem, seguidos de uma carta do mesmo para, muito provavelmente, António Carneiro.

s.l., [ant. a 12 de Dezembro de 1515*]

I.A.N./T.T., Fragmentos, cx. 3, maço 3, 2º doc.

+

Sen*h*or os apontamen*n*tos sobre que vossa merçe ha de mandar prov*er* me p*or* cartas sam os que se segem

Jtem q*ue* quanto ao que toqua aos p*r*iujlegios da ordem p*er*a sere*m* p[*u*]bricados que sua alteza [me] [*riscado*] dara cartas p*er*a o Regedor e gov[*ernador*] que os vejam e elle podera leixar o trelado delles na d*i*cta R[...] se guardara*m* tanto <como> Com justiça e dereito deue [...] e que os prjujlegios da Religia*m* senpre he sua e*n*tença*m* na*m* some*n*te sere*m* dados mas acreçe*n*tados no que justo e onesto for /

Jtem quan*n*to as p*ro*ujsões que pede sobre as cousas q*ue* algu*n*s tem e*m*petradas em Roma de sua ordem p*er*a as justiças asi eclesiasticas como seq*u*lares no*m* conse*n*tirem q*ue* se tome pose de njhũa [*sic*] cousa de sua Religia*m* salvo os que fore*m* p*ro*ujdos p*or* Rodes a jsto Responde sua alteza q*ue* lhe praz mandar as ditas

* Como se depreende da carta de mercê, atribuída a Frei André do Amaral, da fazenda de Silvestre Vaz, datada de Almeirim, 12 de Dezembro de 1515, cf. Documento 33.

provissões q*ue* se no*m* consenta tomar posse algũa das cousas da Religia*m* q*ue* por Roma vierem saluo q*ue* prjme*i*ro se venha*m* ap*re*sentar as proujsoes [*sic*] q*ue* troxere*m* a sua alteza pe*r*a que segu*n*do as calidades das cousas fforem asi ma*n*dar q*ue* se faça o que for justiça e que sua te*n*çam he nestas Cousas no*m* se fazer Cousa q*ue* seja e*m* prejujzo da Reljgia*m* /

Jtem da fazenda de siluestre Vãaz lhe praz lhe fazer merce p*or* carta de se asy he em forma**

e faca [*sic*] carta pe*r*a o gra*m* mestre q*ue* se chama frey fabrizo careto

sen*h*or

ssop*ri*co a vossa merçe sse he posyuel despachar sse ysto poys ssua alteza sse na*m* partio q*ue* o despache por me fazer merçe / e quanto toca a ysto da faze*n*da de syluestre vaz e*m* que esta sse asy he no*m* sej ssobre q*ue* diz se asy he // porq*ue* he certo q*ue* elle matou meu jrmão de preposyto e [ssobre] [*riscado*] ssua alteza deu aluara pe*r*a se na*m* ue*n*der ssua ffaze*n*da e co*m* todo ysto sse vendeo veja uossa me*r*çe que*m* a de fazer esta carta e a enformaça*m* q*ue* a d aver ssobre jsto porq*ue* aquele ponto de sse asy he podera trazer plejto e na*m* estando eu aquj averia mao recado / ffaça vosa me*r*çe o mjlhor q*ue* podera ao majs sseguro //

se*r*ujdor O chancerel mor
co*menda*dor da V*e*ra cruz // [*fol.1*] //

** O texto que se segue, incluindo um aditamento aos apontamentos, atendendo à notória similitude com outros da mesma mão, é de frei André do Amaral, pelo qual, aliás, é assinado.

33

Carta de frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, a el-Rei D. Manuel.

S. l., s. d. [...]

I.A.N. / T.T., Núcleo Antigo, *881, n.º 346*

+

Senhor

¶ ho chançeller e embaixador de Rodes / faço saber a Vossa alteza como chegando se o tempo de mjnha partida he bem soplicar lhe entenda em meu despacho açerqua do que por parte de nosa Religiam vim a lhe soplicar e fazer saber toquando a prouisam que o santo padre a Requerimento de Vossa alteza fezera em pesoa do conde de tarouqua do prjorado do crato do quall em almeirim e aquy ho espusse a Vossa alteza segundo nas estruções que trouxe do mestre e Religiam mais cõnprjdamente se contem E despoes de eu aver esprjcado a Vossa alteza minha embaixada e visto a pesoa que o conde he e Vossa alteza ho aver asy por seu serujço me pus em o comçertar com frey Joam coelho por que a Religiam nom podia isto tolerar sem seu consentimento e nom hos podendo conçertar a cousa fiqua asy pollo quall soplico a Vossa alteza que se o casso trouxese que o conde faleçesse prjmeiro que ho dicto frey Joam coelho que Vossa alteza lhe leixe poser o prjorado como sua Religiam lho deu //

Jtem faleçendo anbos prjmeiro que nam eu ~ [*sic*] ho priorado me ~ [*sic*] toqua polla denidade em que eu sam na Religiam e por eu

ser pessoa pera o serujr com majs nusa que ho prjorado se o tiuesse / soplico a Vossa alteza me mande dar seu aluara secreto e priuado em que ha por bem que o que em seus Regnos a Religiam me prouera que Vossa alteza ho avera por seu serujço e nam consentira eu ser agravado por njnhum // e esta e quallquer outra merçe que me faça sera pera eu com seu fauor ser majs na dicta Religiam / ho quall queRendo o noso senhor sera pera exarçiçio de meu anjmo e vontade em serujço de Vosa alteza / por que la se oulha mujto ha conta que os Reis fazem de seus naturaes //

Jtem tanto polla conseruaçam da dicta Religiam nas cousas que ha em seus Regnos / Como por qujtar de periguo as almas dos que contra nosos prjujlegios vam / soplico a Vosa alteza mande ajutar [*sic*] o Regedor e o govemador Com os de seu desenbarguo e agrauo / pera que diante delles eu faça ler nosos priujlegios e lhos leixe pera que os tenham e guardem como ja Vosa alteza me tem dicto /

Jtem porquanto se ha noticia que algũas pesoas pouco tementes a deus por jndereitas vias e emformações feitas ao santo padre tem empetrado alguas [*sic*] cousas de nosa ordem em seus Regnos / lhe soprjco mande dar suas sobre cartas ou aluara pera todallas justiças // [*fol. 1*] // sequlares de seus Regnos so as penas acustumadas em tall caso e aos prelados e eclesiasticos so pena das tenporelidades que nam dem lugar nem consentam que se tome de nhũa cousa de nosa Religiam saluo os que forem preujstos por Rodes do modo que mas ham dado em castella de parte da Rainha com consulta d el Rey seu pay e este aluara com poder de valer o teslado [*sic*] delle tirado por tabeliam ppublico pera que em cada parte de seus Regnos posamos ter hum com que nos defendamos porque d outra maneira sera nosa destrujçam

Jtem Vossa alteza sabera como papa Jnoçençio de gloriosa memoria vemdo as grandes despesas q*ue* nosa Religiam tem e*m* defensan da santa ffee Catolica e*m* oriente e as poucas Rendas q*ue* pe*ra* isto sofrir se [*riscado*] tem / ha co*n*çedido ha dic*t*a nosa Religia*m* as ordens do santo sepulcro e de sam lazaro e out*ras* do quall falei a Vossa alteza em almeirj*m* e me disse q*ue* aqujlo q*ue* em seus Regnos ha do santo sepulcro era co*n*tente mas de sam lazaro na*m* porque lhe pareçia ser dificille tira las do gove*r*no e*m* que estam / polo qual soplico a Vosa alteza ma*n*de pasar seu aluara ou sobre carta q*ue* agoas santas co*m* seus anexos q*ue* he da ordem do santo sepulcro vagando / de lugar q*ue* se tome polla ordem ma*n*damdo aas justiças de seus Regnos no*m* co*n*senta*m* q*ue* por outra via se tome posisam como e*m* castella ho ma*n*dou pasar a Rainha Com consulta d el Rey seu se*n*hor e pay //

Jtem soplico a Vosa alteza ma*n*de que me seja feita ca*r*ta ou aluara dos beens de Siluestre Vãaz q*ue* matou meu jrmão como Vossa a*lteza* me fez ja delles merçe //

Jtem q*ue*rendo Vossa alteza e*n*tender em alexa*n*dria Como out*ras* vezes me ha escrjto e dito leua*n*do me de*us* a Rodas co*m* sua aJuda eu darey notiçia a Vosa alteza Como se ha de fazer e co*m* qua*n*to sem seessar prazendo lhe ma*n*dara dar p*or* esp*r*ito pe*ra* mjnha memoria e firmeza do que njsto quer / e saiba q*ue* he hũua das cousas q*ue* majs cu*m*prem a seu se*r*ujço pe*ra* repouso de suas cousas em as yndias ha meu jujzo e emtender //

Jtem sera bem Cujdar de fazer aos venezianos asy como elles fazem contra seu serujço e dando suas cousas de booa guerra co*m* comsulta d el Rey f [*riscado*] seu pay pe*ra* dar gujagem em Seçilia e e*m* out*ros* lugares de seus Regnos / e com este dapno os fara Vossa alteza vir ao que qujser p*or*que que*m* q*ue*r boa paz faça booa guerra // [*fol. 1v.*] //

Jtem da çidade de costantinoply ho que Vosa alteza lhe pareçera assy mesmo mo ma*n*dara dar p*or* estrução p*er*a q*ue* eu tenha cujdado de lhe fazer saber o que lhe njsto cumpre // [*fol. 2*] //*

* No verso, em letra da mesma época, lê-se: "do chanceler e*m*baixador de Rodes" e, em letra setecentista, "Armario 26 do interior da Caza da Coroa Mac. 4 N. 346".

34

Carta de mercê a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, de uma fazenda que fora de Silvestre Vaz, escudeiro, morador em Midões

Almeirim, 12 de Dezembro de 1515

I.A.N. / T.T., Chancelaria de D. Manuel, *Liv. 24, fol. 167*[*]

escripta

Dom manueell ect A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos foy ora dito como huum siluestre vãaz escudeiro morador em midoees [*sic*] matara de preposyto huum joam do amarall e que nos tinhamos mandado per noso aluara que nynguem nom comprase sua fazenda e que sem embargo diso huum afonso añnes laurador morador no dito lugar semdo elle em notiçia da dita morte e da dita defesa lhe comprara os ditos beens por preço de L rreaes pouco mais ou menos pollo quall se asy he como nos diseram per bem de nosas ordenaçoes [*sic*] em tall caso fejtas nom se vymdo o dito siluestre vãaz liurar da dita morte ao tempo dos editos que lhe seram postos per nosas justiças segundo forma de nosa ordenaçam elle perde pera nos a dita fazenda E asy aquelle que lha comprou comtra nosa defesa e nos o podemos com dereito dar a quem nosa merçe for E ora queremdo nos fazer graça e merçe a frey amdre do amarall do noso comselho chamçeleer moor e embaixador de Rodes

---

[*] Conforme se reconhece pela menção na margem a "mjsticos/ a seu jrmao [*sic*] de frey amdre do amarall mercee de huma fazemda que foy de siluestre vaaz morador em mydoees [*sic*] per se assi he ect", existe uma cópia do mesmo documento na *Leitura Nova*, Místicos, Liv. 5, fls. 185-185v.

seu jrmão que no la pidio pera repairo dos filhos do dito seu jrmão e pera lhe fazer bem por sua alma temos por bem e lhe fazemos merçe da dita fazemda quanto a nos de djreito pertemçe e lha dar podemos E porem mandamus as dictas nossas justiças a que pertemçer que façam citar e emprazar o dito siluestre vãaz pelos ditos editos que lhe seram postos que se venha liurar e mostrar por sem culpa da dita morte ao termo nelles comtheudo e nom o fazemdo elle asy emtam julgue per sua sentença defenetiva o que acharem que he dereito e jsomesmo faram citar o dito afonso añnes que comprou os ditos beens que venha defender a compra delles e depois de ouujdo e sabida a verdade daram nello determjnaçam como acharem que he justiça damdo tambem apelaçam e agravo e se das ditas sentenças as partes nom qujserem apelar nem agravar entam façam meter em pose dos ditos beens ao dito embaixador e tamto que for em pose delles faça delles e em elles o que lhe aprouuer como de sua cousa propia por quanto nos lhe fazemos delles merçe na maneira que dito he o quall pagou em a nosa chançelaria bij rreaes da setema parte delles e forom entregues ao R*eçebed*or dela e se se achar que hos ditos beens valem mais que hos ditos L rreaes da demasya lhe nom sera dada a pose te vĩjr pagar a setema parte della na dita chançelaria ¶ Dada em almeyrjm a xij dias de dezembro el Rej o mandou per dom pedro de castro do seu conselho e veador de sua fazenda jorje fernandez a fez anno de mjll b xb e a pose que lhe a de ser dada desa fazenda quando as partes nom qujserem apelar nem agravar se entendera sendo jullgado que se perde pera nos.

Antonio marquez // [*fol. 167*] //

35

Carta de el-rei D. Manuel a Cristovão de Barroso relativa ao envio de Pero Correia como seu embaixador junto de Carlos I, rei de Castela e Aragão.

Lisboa, 12 de Setembro de 1516

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 20, doc. 96*

+

Christouam de barroso nos el Rey vos emviamos muito saudar nos emviamos pero corea do noso comselho e noso embaixador pesoa de queem muyto confiamos a el Rey meu muyto amado e precado [*sic*] sobrinho pera de nosa parte ho veer e vesytar e allem diso lhe fallar nos negocios em que de sua parte fallastes a thome lopez que deus perdoy e de que deradeiramente nos tynha avisado e no a ele Respomdido pera vos respomder ¶ os quaes recados nam chegaram la saluo ao tempo em que elle faleçeo por homde vos nam foram dados neem tanbem a carta que stpreuiamos a el Rey meu sobrinho como vos teemos stprito Muyto vos emcomemdamos que em todo o que o dito pero corea da nosa parte vos fallar lhe dees jmteira fee e cremca [*sic*] e muyto vollo gradeceremos stprito em lixboa a dozo dias de setemnbro o secretario a fez 1516

Rey –

[...] // [*fol. 1*] //*

---

* No verso deste fólio, em letra do início do século XVI, lê-se: "Pa [*sic*] el Rey" e "Ao bailio *Christ*ouam de barroso c*etera*". No mesmo, em letra do século XVIII, distribuem-se as seguintes anotações: " N.° 2433 Armario 15 Maço 20 n.° [...] [*ilegível*] 96 [*riscado*]", "Parte

36

Carta de António Leitão e Francisco Barbosa a el-rei D. Manuel enviando notícias diversas, nomeadamente, relativas ao Mediterrâneo Oriental.

Lyon, 17 de Janeiro de 1517

I.A.N. / T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 21, doc. 15*

+

Senhor

Sempre nos atee quy trabalhamos por avisar vosa alteza com diligencia das nouas que aquy podiamos saber de quaaesquer luguares e cousas e esta sera pera lhe stpreuermos o que mais ssobcedeo depois de per deradeiro lhe termos larguamente escryto -

item esta cruzada que ora o sancto padre nouamente comcedeo a el Rey de Framça tirase quamto pode / e posto que se digua que el Rey mesmo em pessoa ha de pasar comtra o turco pois ja tem feytas pazes geraães / bem se cree que nom sera asy e que quamdo muyto duramdo as cousas como aguora estam fara algũa armada ou ao menos acabara de mandar ao comde Pero Navarro a comprimento da gemte que dizem lhe teer prometida como ja dias ha temos stprito a vosa alteza / mas se armada do turco sahe em mar como se teme este veraão / emtam lhe comprira fazer algũa

---

1.ª Maço 20 Docum. 96 N.º suc. 2433", "a 12 de Setembro de 1516" e " Carta de El Rey para o Balio Christovão de Barrozo, em que lhe diz envia Pedro Correa por Embaixador a El Rey de Castella, com outros avizoz".

boõa armada como dizem que tem prometido ao Papa / do que mais for avisaremos sempre vosa alteza

item de Jmues aquy nouas que o Emperador [...] cada dia em Barbamte / e vay se afirmamdo que elle [...] el Rey de Framça e primcepe Carllos se veram jumtamente pera de todo fycarem estas pazes fyrmees / e tambem se diz que o casamento do Emperador com Madama de Lamçom se fara e que esta he ajmda a primcipall causa porque elle vem abaixo / o embaixador Pero Correa chegou a Jmues aos xbiij º dias do mes de dezembro pasado / como vosa alteza peer cartas de Framdes deve larguamene saber.

item peer cartas de Parys ssoubemos aquy a ja dias que el Rey de França daua a dom Bernaldo se com elle quysese fycar b escudos em cada huum anno / e hũua capitania de cem caualos ligeyros na primeira guerra em que fose e jsto com esperamça de o acrecentar nom no quys elle aceptar / e descomtemte se partyo de Parys na emtrada do mes de dezembro pasado e se foy caminho d Ymgraterra / temos aquy cartas de Jmues de xxij dias do dito mes em que nos nom fallam em elle hyr teer a corte do primcepe Carlles / por omde parece que de Parys se foy dereyto de Carllos pera se loguo pasar a Jmgraterra sem mais hyr a Barbamte / posto que nos pareça que elle lla deve de teer emviado nom leixaremos sempre de dar comta a vosa alteza do que delle aquy podermos saber // [*fol.1*] //

item [de] [*riscado*] falaremos nesta a vosa alteza no turco porque certo suas cousas vam em gramde crecimento . /. de Floremça se emviou aquy a esta cidade de Liam a Amtonio Gomdy floremtym aquy estamte hũa copia de hũa carta que d Alixamdrya escreueo a Pulha o comsull dos janoeses lla estamte / e da Pulia se emuiou a Floremça / a copia da quall ate gora nom podemos aveer e portamto diremos nesta ssoomente a vosa alteza o que delle podemos saber / a carta he de xxbij dias d outubro e partio d Alixamdria em iiij º de

nouembro e veo a Pulia em hũa carauella de Bramdusy omde cheguou a xxix do dito / e aquy veo teer aos xiij dias deste presemte mes de janeyro / e diz que depois de o turco teer tomado Aleppo e Damasco e estar prestes pera hyr ssobre o Cayro / leixou o caminho do Cayro e se foy a Jherusalem omde leuamtou o trebuto aos Romeyros do Samcto sepulcro que omde soyam a paguar xiij ducados e hum quarto por cabeça nom paguam aguora senam hũa certa moeda sua que he muyto pouca cousa ao moesteyro do Samcto Sepulcro deu gramdes dadyvas e a primcipall foy apropiar ao guardiam e comvento em cada huum anno cimquo mjll *cruza*dos de Remda / e mandou per todollos luguares per omde pasauam os christaãos que fosem muy bem tratados / as framqias e liberdades que da terra que vay cobramdo da senhorya do soldam sam tam gramdes que se diz que com mujto prazer o Recebe a gemte por senhor / o ssoldam nouo que os mamalucos fizeram depois da morte do outro domde estaua mandou huum primcipall senhor com cimquo mamalucos ao Cayro pera que se tiuese porque elle esperava ajmda de suas cousas lhe ssobcederem bem / presumya se que estaua em comcerto com o Turco de fazerem paz e apomtamento e se dezia que o Turco era comtemte de o leixar lyvre em suas terras comtamto que lhe fyzese omaje e o conhecese por senhor os mercadores que estam em Alixamdria stpreuem que nam temem nhum peryguo porque de quallquer maneyra que for am de ser bem tratados. Porem doutra parte como ja dias temos stprito a vosa alteza as gualles de Veneza nom pasaram de Camdia / e a nãao que os dias pasados partyo d Augoas Mortas pera Alixamdrya descaregou a Roupa em Rodes com a noua que ahy achou d armada gramde do Turco / e a nãao de Marcos Roques que em Alixamdrya careguaua tambem nom ousaua a sahir asy que pasajem d Alixamdria ha de

ser este anno muy peryguosa e de maneira que ha hy mujtas Razõees pera todallas especearias valerem

item o comsull dos castellaães e framceses que estaua estamte em Alixamdrya a aquy noua que era presso lla por buliam e emliçador e que se duuydaua escapar de morte

item aguora depoys de Natall pasaram os tessoureyros d el Rey de Framça asaz dynheiro daquy a Framdes por omde parece que he verdade aveer o Emperador deste apomtamento os C escudos que temos dias ha stprito a vosa alteza e que leixa verona / os quãaes se lhe deliuram em Jmues porque aguora com sua vimda abaixo tera hy necesydade do dinheirro / esta tambem foy hũa das causas porque o dinheirro daquy pera Framdes valleo mall // [*fol.1v.*] //

item do bastardo de Saboya nom temos aquy mais outras nhũas nouas senam que ajmda nom he vimdo de Soyçia / o embaixador que o Samcto Padre emviou a el Rey de Framça com esta cruzada se chama Luys bispo de Tricaria / de todo o mais que de nouo ssobceder avisaremos com diligemçia vosa alteza / como sempre ate quy fyzemos de Liaão a xbij de janeyro de j b xbij

+ Ant*oni*o Leyta*m*

Fr*ancisc*o Barosa [*sic*] + // [*fol. 2*] //*

---

* No verso deste fólio, com disposição distinta, em letra do início do século XVI, lê-se: "+", "A el Rey nosso Senn*hor*", "1.ª via", "de fr*ancis*co barbosa". No mesmo, em letra do século XVIII, distribuem-se as seguintes anotações: " N.º 2496 Armario 15 Maço 21 n.º 15 Parte 1.ª [*riscado*]", "D. M*anu*el", "Carta q*ue* escreuem a El Rey Antonio Lejtão e Fran*cis*co Barboza sobre asguns [*sic*] incidentes na guerra do Turco e a cruzada q*ue* emviou o S*an*to Padre a El Rey de França tudo escrito em Lião aos 17 de Janeiro de 1517" e "Parte 1.ª Maço 21 Doc. 15 Num. suc. 2496".

37

Minuta de uma carta de el-rei D. Manuel a Pero Correia relativa ao negócio da confederação contra o Turco.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1517

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 21, doc. 36*

+

¶ Pero corea amiguo Nos el Rey vos emviamos muito saudar com a carta que nos emviastes feita em xiij dias de janeiro pasado pella qual nos fezestes saber como erejs cheguado a corte d el Rey meu muyto amado e precado [*sic*] sobrinho vynha a huũa sua carta que dizees que vos foy dada por huum seu secretario pera mo emviardes ¶ pella qual nos fazia saber como elle nos nomeara Na confederacam [*sic*] e amizade damtre elle e el Rey de framça e que Nos rogaua que lhe mamdasemos disto Nosa carta por nos asynada e aselada do noso seello E porque Respomdamos Ao que el Rey meu sobrinho sobre ysto nos spreue vos emviamos pera elle nosa carta de crença por virtude da qual lhe dizee o seguinte

Jteem lhe dizee que nos Recebemos sua carta que nos emviastes e vos foy dada por huum seu secretario pella qual nos faz saber que Na amizade e confederacam [*sic*] que fora feyta amtre elle e el Rey de framça em [*espaço em branco*] a xiij dias d agosto pasado ¶ elle nos tynha nomeado e decrarado por seu comfederado e conjumto E que por seer comcertado amtre elle e o dito Rey de framça que os nomeados na dita confederacam [*sic*] por ambos demtro d oito meses que ja começaram a correr dos ditos xiij dias d

agosto por suas cartas declarasem se queriam seer avydos por contydos e nomeados neella Nos Rogaua que lhe emviaseemos nosa carta declaratoria de Nos avermos por nomeado na dita confederacam [*sic*]

Jtem lhe direës que Certo da confederacam [*sic*] e amizade fecta d amtre elle e o dito Rey de framça nos Recebemos muyto prazer por nos parecer que della se sygira primcipalmente muyto seruiço de deus paz e aseseguo de toda a christandade que tamto ho ha mester e mais em tempo em // [*fol.1*] // que tam grande Jmiguo da Religiam Christaã como he o turco ¶ parece que se veem chegamdo pera na christamdade emtender pellas vitorias que teemos sabido que tem avijdas comtra ho soldam por omde lhe nam fica outra cousa em que aja de emtender segumdo que por breue do samto padre agora fomos avisado ¶ Nam com pouco Reçeo ¶ de Males que sua santidade ha por muy prudentes e a ella e a samta see apostolica muy chegados E despois por a paceficacam [*sic*] e descanso de seus reynos e senhorios e seu Na qual praza a noso senhor que muytos anos ho conserue asy como ele e nos desejamos

E que de Nos Nomear e declarar Na dita capitolacam [*sic*] asy como por sua carta Nos fez saber Nos o jstymamos e ouuemos muito prazer de elle teer tal lembramça de nosa amizade e do tam conjumto djuido como ha amtre Nos E que quamto A carta nosa que queria que lhe emviase como por omde Nos ouuesemos por Nomeado na dita confederacam [*sic*] ¶ que certo Nos em todas as cousas aveemos de folgar de lhe comprazer tamto como he ho muyto dyujdo que amtre nos ha e o muyto amor que lhe teemos ¶porem que Uisto Nos lhe Nam podeemos asy loguo mandar Nosa carta por Nam veermos ho trellado de toda a dita capitolaçam e confederacam [*sic*] pello qual com nosa onestidade ho Nam

poderamos fazer E que lhe Rogamos muyto que aja por çerto que em nenhuũa pesoa Nam ha d achar mais amor e verdadeira amizade do que ho senpre [ha de] [*riscado*] [...] achara em Nos /. [E que quando Nos viseemos a dita capitolaçam Nos fariamos acerqua diso todo aquelo que gardamdo] [*riscado*] // [*fol.1v.*] // [o que deueseemos podeseemos fazer] [*riscado*]

Jteem despois de dardes esta reposta ha el Rey meu sobrinho vos Nam Requeres mais a elle Nem a xeneros Nem ao chanceler Reposta alguũa acerqua disto soomente fallamdo nos eles ou cada huum deles ou ho barroso ou outra pesoa que seja pera se lhe deuer Respomder e dar rezam do Negocio ¶ mostramdo parecer lhe estranho Nam mandarmos esta carta asy como el Rey ha mandaua pedir ¶ vos lhe darees todas bõoas rezõees que vos parecer pera defenderdes Nosa causa e lhe mostrardes seer estranho Nos avermos de emtrar em liga e comfederaçam sem sabermos todos os pontos e comdições neella contydas stprito em lixboa a xiiij dias de feuereiro o secretario a fez 1517 /

pera pero corea do que tem de dizer a el Rey voso sobrinho sobre a carta que lhe emviaua requerer da nomeacam [*sic*] da confederacam [*sic*] // [*fol. 2*] //*

---

* No verso deste fólio, com disposição diversa da anterior, em letra do início do século XVI, lê-se: " trelado da carta que foy a pero corea do que ha de dizer a el Rey de castella sobre a carta da nomeacam [*sic*] da comfederacam [*sic*]" e "em lixboa a xiiij dias de feuereiro 1517". Em letra setecentista, no mesmo, lê-se o seguinte: "Armario 15 Maço 21 n.º 36 Parte 1.ª [*riscado*]", "D. Manuel", "N.º 2517 [*riscado*]", "Copia de hua Carta que se mandou a Pero Correa para que mandase ou escreueçe a El Rey de Castella em Reposta da que mandou El Rey de Portugal sobre o negocio da Confederação e amicade [*sic*] que farião com França escripta em Lixboa a 14 de fevereiro de 1517", "Parte 1.ª Maço 21 Docum. 36 Num. suc. 2517" e, em letra mais recente, "imp.".

38

Carta, em italiano, com notícias do Mediterrâneo Oriental, enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, junto de uma outra do mesmo a el-rei D. Manuel

[Roma, anterior a 16 de Abril de 1517 *]

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 21, doc. 86*

Si ha p*er* l*ete*re del consolo di Damiata de di xvij del mese de febraro, come' adi 22 del mese di genaio esse*n*dosi appresenta socto il Cairo il Sig*n*or Selin gran Turco co*n* tutto el suo issercito, il Sig*n*or Soldano p*er* intendere p*ar*ticularm*en*te le co*n*ditioni del d*ec*to issercito ma*n*do [....] de suoi mamaluchi nell' issercito aq*ue*sto effetto uestiti co*n* habito turchesco, li q*u*ali, uisto [...] bene issaminato il tutto no*n* uolseno ritornare nella terra, ma si appresen*t*arono al Sig*n*or turco, facce*n*doli inte*n*dere', chel saria a maggiore suo p*ro*posito intrare nella terra da la parte sup*er*iore come parte piu debole, [...]nuda d'ogni difesa, [...] presidio [...] cosi il sig*n*or turco mosse il suo issercito diuiso in tre parti [...] ella [...] q*ua*tro mila Arabi, Poi gli schiopeteri, [....] arteglierie nalla terza parte tutte l'altre genti. Et [....] co*n* q*ue*sto ordine, Sin [...] i*n* mamaluchi x mila del Sig*n*or Soldano [....] cosi approssima*n*dosi l'un e l'altro issercito, gli Arabi si butorono a terra p*er* dar luoco a gli schiopetti, [...] artigliarie, le q*u*ali fecero

---

* Como se infere da carta de D. Miguel da Silva, datada de Roma, 16 de Abril de 1517, cf. *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862, pp. 430-432, junto da qual se encontra esta, cf. *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 21, doc. 86.

gran danno a gli Mamaluchi Gli Turchi con quel fauore intrarono in essi Mamaluchi. La battaglia duro per 2 hore. Fu fatta gran strage Jl turco entro nel Cairo facta uccisione grande del ristante de Mamaluchi con le loro femine [....] figliuoli Jl Signor Soldano fuggito con 3 in 4 mila mamaluchi, ne si sa in qual luoco // [*fol.* 3] // Jl Signor Turco simulata [...]fice dar uoce in Damiata come l'era sta amazzato in una Moschea, per la quali noua quell di Damiata fecero segni di letitra poi a 28 del decto mese di zenaro andarono in Damiata alcuni turchi con il flamburo del suo signor facendoli intendere la uectoria ottenuta. Et dapoi a li 8 di febraio ui ando il subbasi con Turchi x [...] 4 gianizari, [...] fece com [...] al armira gli Trucimano, [...] diodar de decto luoco di Damiata, [...] deuessino andar al Cairo alla presentia del Signor Turco Fece etian proclamar che ciacuna natione deuesse sicuramente praticar, che [.....] contrattare che gli faria fatta buona compagnia, affirmando che tutte nationi sono ben uiste saluo Rhoditi

Dell' armata Turchesca si ha per letere del regimento di Candia de 15 í marzo come de [....] marzo l'armata turchesca ando al fisco, che en all' incontro di Rhodi che tra di uele quadre 12 galee 26 [...] lo resto fuste grosse a numero di 36. Et uolendosi leuar de decto porto fu assaltata dall' armata di Rhodi ch'era di naui x galee 4 [...] brigentini .3 benen in ordine di tutti si truouaro insieme decte armate, quella di Rhodi sotto uento le 2 naui di lla religione processero [...] ananti // [*fol. 3v*] // inuestendo decta armata turchesca, là lere uele non seguitarono dubitando di accostarsi per una bombarda grossa uenuta da una delle galee bastarde turchesche fa sfondrata una de ditte naui di modo che facea grandi acqua, fa prouisto. Et uedenvosi esse naui in periglio senze poter far alcun frutto ritornarono con tutto resto dell' armata in Rhodo. E l'armata Turchesca ritornoe nel porto delle simie.

39

Tradução portuguesa, da época, de uma carta em italiano enviada por D. Miguel da Silva, embaixador em Roma, com notícias do Mediterrâneo Oriental *.

[Roma, anterior a 16 de Abril de 1517]

I.A.N. / T.T., Núcleo Antigo, *879, n.º139*

+

avemos por nouas do comsoly de damiata de xbij dias do mes de feuereiro como em xxij dias do mes de janeiro se a presentado a derrador do cairo o senhor turco com todo seu eixercito o senhor soldam porem [...] as comdicoes [*sic*] do dito exercito ¶ mandou tres mamaculos [*sic*] ao dito exerçito ¶ a ese fym vestidos a turquesqua ¶ os quaes viram e bem examinaram tudo ¶ nam quyseram tornar a terra ¶ mas amtes se apresentaram ao turco e lhe fezeram emtender ¶ que serya mais seu proveito ¶ entrou de [...] na terra da parte de çima por ser parte menos forte e que nom tynha nenhũa defesa E asy o senhor turco se moueo com seu exercito por tudo em tres partes ¶ na primeira iiij arabios E depois os espingardeiros e artelharia e na terceira parte toda a outra geente e procedendo com esta ordenanca [*sic*] encontraram os mamalucos .silicet. x do soldam e apresentando se huuns com outros ¶ pelejaram e os

* Cf. documento anterior.

arabios se botaram pello chaao [*sic*] p*or* dar lugar aos espingardeir*os* e artelh*ari*a a q*ua*l fez muy grand*e* dano nos mamalucos e os turcos co*m* aq*ue*lle fauor e*n*traram neles e a batalha durou p*or* duas oras co*m* grande morty*n*dade ¶ ho turquo entrou no cairo e fez grande matança do q*ue* Restaua dos mamaluquos e matara*m* suas molheres e f*ilh*os ¶ o s*enh*or soldam fogio com iij ou iiij mamalucos no*m* se sabe e*m* q*ue* lugar ¶ o s*enh*or turquo desymuladame*n*te fez dar voz e*m* damiata como o soldam fora morto e*m* hũa mizqu*i*ta // [*fol.1*] // pella qual noua ¶ os de damiata fezera*m* synal de grande p*raz*er E despois aos xxbiij d*ias* do dito mes de jan*ei*ro foram allguns turquos e*m* damyata com o famburo do seu sen*h*or fazendo lhe emtemder a vitorya avida e despois aos biij d*ias* de feu*erei*ro ¶ vijmdo o seu basy com dez turquos e q*ua*tro geniçeros e mandou o almira*n*te turquemano e diodar do dito lugar de d[i] [*riscado*]amiata q*ue* fosem p*er*a o cairo p*er*ante o s*enh*or turquo e asy fez chamar ¶ cada hũua Naça*m* que todas esteuese*m* seguras Na terra e *con*tra*t*asem e q*ue* lhe serya fecta bõoa *com*panhia e *com*fyrma todas as Naçoes [*sic*] sere*m* bem vistas e recolhidas salluo os de Rodes

da armada do turquo ¶ se ha p*or* no*u*as do Regyme*n*to de candia de xb d*ias* de março como a b d*ias* do dito mes a armada do turco foy ¶ ao [...] que he defronte de rodes ¶ que era de naaos xij e gales xbj e ho Restante d armada fustas muy g*r*andes q*ue* seriam acerq*ua* de xxxbj e quere*n*do se pa*r*tyr do dito porto foy saltada pella armada de Rodes ¶ que era*m* dez nãaos e iiij gales e iij bargantj*n*s bem a

ordem de todo e se acharam em *com*panhia da dita armada do turco e a de rrodes era a sotavento e as duas naaos da Religiam fforam m*uit*o avan*te* // [*fol.1v.*] // e emvestiram a armada do turco e as out*ra*s veellas no*m* as segiram ¶ duuydamdo de se abordar com eles ¶ p*or* hũa bombarda grosa q*ue* deu das gales bastardas do turco a q*ua*ll meteo <acerq*ua*> no fundo hũua das ditas nãos ¶ de maneira q*ue* fazia m*uit*a agoa ¶ e fezeram p*ro*visam a ella e vijndo amtre eles q*ue* as nãos estauam e*m* grand*e* periguo se*m* poder faz*er* ne*n*huu*m* fruyto tornaram se a*nte*s co*m* todo o Resto d armada e*m* rodes e [aos] [*riscado*] E a armada do turco se tornou ao p*or*to dos syneyos // // [*fol. 2*] //**

** Em letra do início do século XVI, no verso deste, lê-se o seguinte: "Nouas q*ue* [...] de Roma que mandou dom migel e*m* jtaliano". Em letra setecentista, lê-se: "Roma"; "Noticias que D. Miguel da Silva Embaixador d el Rey em Roma lhe mandou, porq*ue* constou da Batalha q*ue* o Turco teve com o Soldam do Cayro, na qual este ficou vencido, e fugio, e os Turcos tomarão a Cid*ad*e de Damiata, q*ue* se lhes entregou por publicarem, que o Soldão morrera na dita batalha, e que entrando o Turco no Cayro mandara matar o Resto dos Mamelucos, com todas suas molheres, e filhos ", "Armario 26", Maço 2.º", "N.º 139" e, com disposição diversa do anterior, "Papel sobre as guerras do Turco Com o grão soldão [*riscado*]".

40

Carta de Dja'far Kapudan a Frei Fabrício del Carreto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém.

[*Leros, posterior a 13 de Abril e anterior a 6 de Maio de 1517*]

I.A.N./T.T., Fragmentos, *Caixa 2, maço 2, doc. 76* *

Primeiro, Deus é um [*só*], e depois Mafamede, dito também Mustafá, é um justo profeta; e Jesus, servo do Grande [*Deus*], também é justo profeta, e Maria, a [*sua*] Mãe, é serva de Deus; e aos maometanos ajuda-os Deus, e sempre cortam as cabeças aos inimigos da fé e derramam o seu sangue, e aprisionam os seus filhos e filhas, e arruinam seus países e lugares, e cozem seus fígados, desde o princípio até hoje. No tempo presente, porém, o cutelo dos muçulmanos foi dado ao rei filho do rei, el-rei Selim Cã; e que Deus lhe dê ajuda, como imperador que é do mundo; e em toda a parte este e seu exército o azeite que queimam na sua lâmpada é o sebo do coração dos infiéis; e os Árabes e os Persas como um grão de mostarda estão na concha de sua bendita mão; e senta-se no trono de José, a quem Deus guarde. Agora, porém, todos os

* Este documento, já publicado, trata-se de uma tradução, donde, naturalmente, não segue os critérios adoptados nos restantes, cf. António Manuel Lázaro (com a colaboração de Vassilikí Krávari e Luís Filipe Thomaz), "Copia dé la letera del capitano dé la grandé armata turchesca translatata in greco (edição diplomática, crítica, tradução e comentário)" in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, dir. de Luís Filipe Thomaz, Lisboa, Centro de História de Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 349-380.

senhores da África deliberaram entre si e enviaram embaixadores para lhe entregarem os seus lugares, e põem a cara na soleira da sua porta e lambem-na juntamente. E tu, que és um cão sarnento dum redil, cão e filho de cão, cão da danação, e denominas-te grande e mostras-te cão em tempo de um tal senhor imperador; ¿com quantas cabeças fazes latrocínios e cortas os caminhos de tantos navios de mercadores, e queres pilhar?

E se dizes que não é assim, e que essas cousas não sucedem por minha causa, mas que vêm de baixo navios corsários, para dizeres que eu não tenho inimizade, com isto se mostrará: se me mandares o irmão do Kr[...]glo e Skandari servo do Chondiari, patrão do navio, com algumas presas e um homem capaz dos teus, para que o leve até ao pó dos pés de meu felicíssimo senhor, para que apresente o mesmo de ti e para que [*te salves*] de seu cutelo, que o arrependimento tardio não faz efeito.

E se obrares de outra maneira, fora desta ordem, é evidente que se algum roubo se produz no mar se produz por tua mão. E portanto, cão imbecil e filho de um cão, se te atreves, eu sou um pequeno servidor do meu senhor, vem para te encontrares comigo. É possível que penses também nisto: que se não vamos a essa pocilga em que estás aí em cima é [*receando*] que acaso a não possamos tomar; esse pensamento é diabólico e trará muitos males à tua cabeça. Infiel imbecil, maldito imbecil, cão imbecil, se houvesse uma ordem da parte de meu rei, essa tua pocilga, enchê-la-ia com os sapatos velhos de meus remeiros; se nem a grande ordem de meu senhor vier, sempre para que eu não incomode essa ilha; contudo julgo que quando ouvir os teus roubos, [...] a mim, seu servo, que a ti e ainda outros cães e filhos de cão como tu, com o sebo de seus fígados [...] as minhas galeras, e nos confins da Frância suspenda o cutelo dos muçulmanos, e todos os que se não submetam no fim lhes corte as

cabeças. E estas minhas palavras faz por mandá-las aos teus superiores, os cães filhos do cão, o vosso papa e todos os vossos reis, que em tempo breve terão mágoa em seus corações e corda para o seu pescoço. E ainda, que nos deis o Mustafá de Salónica, o rapaz novo, e que nos deis o Ali de Salónica que vai com o navio de Piri Rais, e que nos deis o Siah Veli que partiu recentemente daqui da cidade [= *Constantinopla*], da vizinhança da Porta Nova. E se derdes os homens que pedimos, manda-os com um teu homem capaz a Leros; e se, contudo, os não mandares, que venhas a encontrar-te connosco em Leros. Assim fica sabendo // [*fol. 1*] // *

* No verso deste, em letra do início do século XVI, lê-se o seguinte: "outra copia em latim da carta do capitam do turco" e "Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco".

41

Carta de D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei de Portugal junto do Sumo Pontífice, a D. Manuel, com notícias de Roma e do Mediterrâneo Oriental.

Roma, 1 de Julho de 1517

I.A.N. / T.T., Fragmentos, *Cx. 1, maço 3, doc. 25* e Corpo Cronológico, *Parte I, maço 22, doc. 18*[*]

+

Senhor

¶ Teendo ja escrito hũa carta e querendo começar esta outra me tomou hũo tam grande accidente e sobre tanto trabalho dos dyas passados em tempo tam perigosso nesta terra que nom ouso de mouer me de hũa cama homde jaço / e homde os medicos me nam queriam em nenhũa maneyra consentir que somente fizesse esta per mãoo d outrem / todavya a faço como posso e prazera a deus que nam sera mays que temor

As novas sam tãees e de tanto peso e tam novas que n[am] pooem dexar de dar gramde espanto a Vossa alteza / Aos xix dyas de mayo forom presos ho Cardeal de Sena / e ho de Saulj ambos

---

[*] Este documento, antes de, por razões que desconheço, ter sido desmembrado, foi publicado por Rebello da Silva, cf. *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI até aos nossos dias*, publ. por Luiz Augusto Rebello da Silva, tomo I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1862, pp. 469-475.

acusados ao papa por treedores e q*ue* lhe queria*m* dar peçõnha [*sic*] / ho caso se descubriu milagrosam*en*te e p*er* mãoo de d*eu*s q*ue* nom quis p*er* sua piadade q*ue* tam grande mal vijesse a effeyto / hera os dyas passados ho Cardeal de Sena co*m* ho papa em grandes differença sobre ho estado de Sena temendo sse sua S*antidade* muyto q*ue* co*m* ocasiom do duque d urbino tam grande eemjgo seu ho Cardeal ouuesse e quisesse entrar em Sena e mudar ho estado posto pollo papa / nestes arreçeeos foy preso hũo moordomo de Sena e no mesmo dya cartas q*ue* ho Cardeal escreuja de hũoo lugar de Coloneses honde estaua e trautaua ja cada dya *con*çerto co*m* ho papa sobre estas cousas todas por meeo do Cardeal Cornaro e Saulj // [*fol.1*] // ant*re* estas cartas cousa p*er*a nom creer açertou de vijr hũa q*ue* foy ally metyda p*er* erro e hauja dyas q*ue* ho moordomo q*ue* disse q*ue* [he] [*riscado*] tinhaa*m* escritto ao Cardeal hera algũa parte della em çiffra e as çiffras p*er* q*ue* se escriuja*m* hea*m* [*sic*] na mãoo do papa q*ue* forom achadas na bolsa do moordomo quando ho prendera*m* / Leera*m* esta carta pollas ciffras / e achando nella grandes offeresçim*en*tos de hũoo çirurgião ao Cardeal e ho nõme do çirurgião em çiffras paresçeeo cousa estrãnha [*sic*] / Examinaaro*m* sob*re* iso ho moordomo / ho qual oyto dyas soffreo tormentas p*er* nom querer *con*fessar / E pore*m* ao fim descubriu a cousa e ho trauto hera q*ue* seendo ho çirurgião do papa despedido delle procurauam de negociar q*ue* este cirurgião chamado mestre bautista viuesse co*m* ho papa p*er*a ho curar de hũa fistula q*ue* tem e p*ro*metya de lhe poor co*m* a mãoo na chaga a peçõnha e mata llo em [*quatro*] dyas / Nomeaua este algũoos Cardeães antre os quães hera Sauli dos primcipaes e Sam Jorje / hadriano / e vulterra / Sam Jorje hauja de ser ho papa morto este / e co*m* esta esp*er*ança entraua no negocio e daua a todo seu *con*sentim*en*to // tanto q*ue* ho papa isto vju deeo esp*er*ança ao

Cardeal de Sena de lhe Restitujr ho estado desimulando quanto podya pello fazer vijr aqui e ho pecado que ante os olhos trazia ho çegou de tal maneyra que teendo seu moordomo preso nunca lhe pasou polla fantasia que podesse ser examjnado sobre tal caso / e se veeo aqui por conçertar suas cousas / e foy preso como dizem com Saulj que com elle vyera ao paaço e ambos metydos no Castello de Sant angelo / E seendo a causa de sua prisam pubrica e dizendo ho papa aos embaixadores todos aquelle mesmo dya que os prendeeo e asy aos Cardeães que pera iso forom chamados que heram nesta traiçam nomeados outros / por medo de pijor ou por vergõnha [*sic*] nom fugiu nenguem // [*fol.1v.*] // forom examinados os Cardeães logo / e sem nenhũoo tormento confessarom a [.....] e veendo ho papa a cousa tam manifesta aos xxix do mesmo mes de mayo seendo os Cardeãees em consistorio foy deteudo Sam Jorje e aos quatro de Juñho [*sic*] mandado ao castello com os outros e Aos oyto que foy tambem consistorio disse ho papa aos Cardeãees que hauja outros dous [delles] [*riscado*] antre elles culpados niso os quães se ally se alleuantassem e confessando seu pecado pedissem perdam que elle nom lhe negaria / e se quisessem estar em sua pertinaçia que se faria delles e dos outros juntamente justiça // Alevantarom sse logo os culpados que heram hadriano e Vulterra e deytando sse no chãoo pedijram ao papa misericordia / confessando largamente seu erro e todallas meudezas delle perdoou lhe ho papa / e nom se podya Saber quães heram nem dizer por de fora porque hauja juramento antre os Cardeãees / mas sua fugida os manifestou / fugiram aos xx de Juñho [*sic*] ambos de dous / Aos xxij foy consistorio em que se leeo ho processo foram priuados os tres presos do capello officios e beneficios e seus beens confiscados e degradados de todallas hordeens e entregados aa justiça secular / porem nom se tirarom do castello / Aos xxvij de Juñho [*sic*] forom

atenazados e escoartados ho moordomo de Sena e ho cirurgião / e dya de Sam pedro forom despidos os Cardeães de seus habitos e emçerrados em outras prisões escuras honde soomente comem pam e agoa / Com Sam Jorje nom se segue tam estreyta Regra e esperasse que ho papa lhe perdooe a Vyda e ho Restituya / ja se anda em concrusam do partydo / daa por sy cento e cinquenta mil ducados em ouro afora ho mouel que he ja em mãoo do papa e dizem que val quarenta mil ducados fica com ho cape[llo] e beneficios sem voz actiua nem passiua em consistorio nem conclaue / desterrado fora de Roma / com fiamça de cem mil ducados de se nom mouer de donde // [*fol.2*] // ho papa mandar / Contra os que fugirom nom Sabemos ajnda que maneira se teera de Adriano nom hay noVa nenhũa / Vulterra he em terra de coloneses [e] vijra a concordia com ho papa / Sauli e Sena se cree que morreram ajnda que [e] [*riscado*] de Saulj se falla em preço de lxx ducados / do que mays for auisarey a Vossa alteza pello primeiro

Ho duque lourenço he sãoo da sua feryda / veeo aqui pollas postas a xx de Juñho [*sic*] e pollas postas se partju ho outro dya / nom se sabe a que Eu creo que vijesse sobre os cardeãees que se faziam e fazer algũoos a sua Voomtade

ho campo de francisco maria anda por todallas terras da igreja como por sua casa / poendo ley a todollos lugares e de cada hum ha quanto dinheirro quer por nom dar saco e destroyr as novidades / ho campo do papa he de todo desbaratado / nem ha nelle quem Resista a nenhũa destas cousas ghiesi hũo grande lugar do papa foy metydo a saco / e nom somente foy Roubada toda a terra mas aynda eses homeens de bem que heram fugidos mandaarom a francisco maria por nom derrubar os muros iiij ducados

Ho papa faz Vijr Suyços nem lhe paresçe que tem outro Remedio / aynda nom som chegados nem quando chegarem nom

sabemos ho q*ue* farom porq*ue* som da parte françesa / Sobre Napoles hay grandes juizos e grandes temores / hay noVas q*ue* os françeses Vam sobre ho *con*de da mirandula no*m* sabemos q*ue* sera

NoVas do turco sam Vijndas per Vya de Rhodes em xbij dias muyto pijor[*es*] polla *chri*standade q*ue* nenhũas q*ue* atee aqui ouuessemos / deue as V*ossa* a*lteza* de teer ja todavya lhe mando aqui a carta do gram mestre p*er*a ho papa e outra de hũoo capitam do turco pera ho gram mestre q*ue* trelladey de grego em lingoajem asy como vinhaa*m* mal escritta e co*m* mil erros nas palauras // [*fol. 2v.*] //**

Estas noVas deera*m* ca grande toruaça*m* se as de mays perto nom ap*er*taar [*sic*] mays. Crea V*ossa* a*lteza* q*ue* a *christ*andade he em algu*m* gramde esqueçim*en*to ante d*eus* Segundo a grandeza destas cousas e perigo dellas sem hauer nenhũo pensam*en*to ne*m* memoria de buscar ne*m* querer Remedio a tam grandes jnco*n*uenie[*ntes*] Ja Som Rouco de dizer ao papa e lembrar por parte de V*ossa* a*lteza* ho q*ue* a esta material toca e q*ue* mũyto semto nom seerdes ouuydo / consolo me da outra parte saber se por todo ho mundo q*ue* soo V*ossa* a*lteza* he ho q*ue* nestas cousas se lembra de d*eus* e de sy Tanto q*ue* fallar ao papa no q*ue* mays me aora manda sobr*e* iso escreuerey a Vosa alteza se hay esperansa algũa de lembranca [*sic*] aynda q*ue* hey medo q*ue* seja como atee aqui / noso S*enh*or por sua piedade se queyra lembrar de cousas q*ue* delle tem tamãnha [*sic*] necessidade e de sua ajuda Bejo as mãoos de Vos[*sa*] alteza cujo [*sic*] Vyda e Real estado nosso S*enh*or goarde e p*ros*pere como deseja de Roma ho primeyro de Julho 1517.

** O trecho que se segue corresponde à única parte deste documento que se manteve no seu lugar, cf. *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 22, doc. 18.

a) do*m* migu*e*ll da syylua // [*fol. 3*] //***

*** Em letra da mesma época, no verso deste, para além de vestígios de um selo de sinete, lê-se: "+", "A El Rey nosso s*enh*or", "c*ar*ta das novas q*ue* [*en*]vi[*ou*] dom mig[*uel*]", "de xbj de Julho 1517"; e, em letra setecentista, "S*enh*or Rey D. M*anu*el", "N.º 2614", "Carta de D. Mig*u*el da Sylua a El Rey desendo lhe q*ue* ao tempo de a escrever se achaua com gravisima [...] de sorte q*ue* lhe prohibião q*ue* escreuesse he q*ue* o fizesse por outrem, porem q*ue* ele fazia Como podia, q*ue* ali hauião m*ui*to gr*an*des nou*ida*des porq*ue* os Cardeas quezerão matar o Papa Com pessonha conta o como foj e do castigo q*ue* tiuerão c*etera* de Roma, o prim*ei*ro de Julho de 1517" e " Parte 1.ª Armario 15 Maço 22 N.º 18 [*riscado*]".

42

Treslado da resposta que D. João de Meneses, prior do Crato, deu, quando foi notificado, no seguimento do breve de Leão X Quam pertimescenda, *de 5 de Julho de 1517, para que, tal como os demais cavaleiros e comendadores da ordem de São João de Jerusalém, se apresentasse em Rodes.*

s.l., s.d. [posterior a 5 de Julho de 1517]

I.A.N./ T. T., Núcleo Antigo, *879, n.º 91*

+

Respondo eu o *con*de de Tarouca p*rio*r do Crato mordomo mor d el Rey noso s*enh*or e do seu consselho c*etera* aa Jntimaçao e noteficaçao q*ue* me vya hy f*ecta* per hu*m* estrome*n*to de trellado de hu*m* breue do Papa nosso s*enh*or p*er* q*ue* ma*n*da q*ue* todollos p*rio*res e come*n*dadores da ordem de São Johão aJa*m* de hir p*er*ssoalme*n*te a Rodes /. Que pello mesmo breue e asy p*er* outras legitimas razões eu so*m* excuso de faz*er* a tal hida p*er* minha p*esso*a seg*undo* se no dicto breue *con*te*m* por s*er* home*m* uelho e q*ue* paso de ydade de sasenta an*n*os dous ou tres e p*er* be*m* da dita ydade seg*undo* dere*i*to e forma do dicto breue Ja sam excuso especiallme*n*te auendo de fazer tam longa nauegaçom como he daquy a Rodes q*ue* ssome*n*te auer de chegar laa po*r* mynha ydade sera ta*m* perigoso e dificultoso sendo ta*m* canssado e tendo ta*n*to t*ra*balhado toda mynha <vida> na ydade que fuy p*er*a seruir e expargido tanto sangue p*or* seruiço de D*eu*s e exalçame*n*to da

sua sancta fee catholica na guerra dos mouros atee chegar a esta ydade em que asy por os seruiços como pella mesma ydade segundo forma e contenençia do dicto breue sou escuso e porque no dicto breue se contem que os que forem em tal ydade que nom deuam serujr o façam çerto antro [*sic*] de hum mes perante seus priores ou logotentes eu por ser prior nestes regnos e nom ter superior da religião perante quem se deua ffazer a tal proua estou prestes pera o fazer çerto perante o ordinario desta çidade de Lixboa que he o vigairo do arçebispo pollo qual Requeiro a frey Gonçalo Pimenta Recebedor da nosa ordem que me o dito breue fez pubricar que vaa perante o vigairo ou mande o dicto notairo que me o dicto breue pubricou aver jurar as testemunhas e reçeber a dicta proua pera que o acto desta proua se ajunte a esta mjnha Reposta e noteficaçom que me foy fecta do dicto breue pera se todo Junctamente ver e constar do meu legitimo Jnpedimento e a outra razom e muy grande per que nom deuo nem poso hir ao dicto lugar de Rodes he por me ser lugar suspeito e nom seguro a mynha pessoa onRa e vyda antes de que me muito temo e deuo temer por o Reverendissimo monseor gram mestre me nom extimar nem tractar com aquella caridade que segundo nossa Religião deue e mynha pessoa mereçe antes tudo pello contrairo porque sendo eu canonicamente proujdo deste priorado pella sancta see apostolica e verdadeiro prior delle sua senhoria Reuerendissima me contraria e aduerssa com todo seu poder chamando me Jntruso e ocupador e detentor delle contra as prouisões do santo padre e minha justiça e onrra mandando aos comendadores que me nom obedeçom nem façam comjgo capitulo nem outros actos acostumados fazer per os priores e comendadores da nossa Religião e tendo consiguo pessoas que intitula do dicto meu priorado e dignjdade e daa as

comendas e rendas della repartindoas per pessoas em minha vida e sem meu prazer Dando lhe bulas della o que he contra forma de dereito canonico dar sse o de ninguem em sua vida sem seu prazer per bem do qual me são capitaes Jmiguos com seu fauor E por ello eu tenho ligayma [*sic*] Razom de Reçear de hir ao dicto lugar de Rodes onde asy o // [*fol.1*] dicto Reverendissimo senhor gram mestre como pessoas a mym tam contrairas estão e segundo dereito nom me deuo confiar nem meter em lugar que me he suspeito e nom seguro por tantas e taes rezões aynda que fosse com quaesquer saluos conductos que possam ser porque quando eu visse o dicto monseor gram mestre obedeçer aas letras apostolicas de minha provisom e me tractar com aquelle zello e quaridade que segundo Religião a minha pessoa se deue e nom intitular outros de mynha dignidade e beneficios antes defender e poer silençio que o nom fação como per o dereito deue de maneira que Eu visse signaes e obras daquella amizade que segundo razom elle me deue ter / eu farey todo aquilo que per dereito som obligado / mas que eu me vaa meter em poder de quem contraria e Reproua minha Justiça e onrra razom o nom consente nem o dereito e ysto dou em Reposta com protestaçom de senpre obedeçer e fazer aquillo a que por dereito for obligado // cetera. // [fol. 1v.] //*

---

* No verso, em letra do século XVIII, pode ler-se: "Armario 26", "Do interior da Caza da Coroa", "Maço 2.°, N.° 91" e "Resposta que o conde de Tarouca prior do Crato, e mordomo mor deu a notheficaçao [*sic*], que lhe foy feita por virtude de hum Breve de Sua Santidade em que lhe ordenava parecesse pessoalmente em Rodes como todos os mais priores, e comendadores da Ordem de S. João e em que declarou as rezois que tinha para nao hir".

43

Alvará régio para Giovanni Francesco de Affaitadi relativo a dois maços de cartas que este deveria enviar para D. Miguel da Silva, embaixador de el-rei D. Manuel junto do Sumo Pontífice.

Lisboa, 30 de Maio de 1518

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 23, doc. 54*

+

Joam francisco encomendamos vos muito e mamdamos que os dous macos [*sic*] de cartas que vos dara o secretario pera dom miguel noso embaixador em corte de roma ¶ os despachees loguo por duas vias porque Releua asy muyto a noso seruiço ¶ os quaes queira que pasem em catorze dias contados de de meenhãa que he segunda feira xxx dias deste mes de maio E asy vos emcomemdamos que ho façaes porque compre asy muyto a noso seruico [*sic*] e avemos por bem que vaao [*sic*] asy por duas vias por mais certo recado do que compre pera semos serujdo E por esta mamdamos que por vosa fee vos seja leuado em conta e pagamento de quaesquer djnhejros em que uos fordes obrigado o que niso despemderdes com fee e certidam do dito noso embaixador como pasaram as ditas cartas e lhe foram dadas dentro nos ditos xiiij dias e emcomemdamos vos muyto que as encaminhes de maneira que em todo caso pasem nos ditos dias porque [...] e releua asy muyto a noso seruico [*sic*] stprita em lixboa a xxx de maio o secretario o fez 1518 /

Rey

pera yoam francisco que despache estes macos [*sic*] de Roma por duas vias pera pasarem em xiiij dias e por sua fe se lhe leue em pagamento o que niso despemder // [*fol. 1*] //*

* No verso deste fólio, com disposição diversa, em letra quinhentista, lê-se o seguinte: "p*e*ra Jo*am* Fr*anci*sco m*a*ndar as c[*a*]rt[*as*] a roma Ja he paguo /" e "[...]"; e, em letra do século XVIII, " "N.° 2788 [*riscado*]", S*enho*r R. D. M*anu*el", "Armario 15 Maço 23 N.° 54 [*riscado*]", "Alvará d el Rey p*a*ra João Fr*anci*sco; em q*ue* lhe manda q*ue* os dous maços de cartas q*ue* lhe dará o Secret*ari*o p*a*ra D. Miguel seu embaix*ad*or em corte de Roma as despache e invie Logo por duas vias", "Em Lisboa a 30 de Maio de 1518", "Parte 1.ª Maço 23 Docum. 54 N.° suc. 2788" e "A 30 de Mayo de 1518".

44

Cópia de um aviso sobre movimentações militares no império otomano.

[*Veneza, 13 de Agosto de 1518*[*]]

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 23, doc. 103*

Auisão q*ue* de Costantinopli screue*m* q*ue* Rustão basta [*sic*] determinaua ho ano q*ue* uem passar a Ungria porq*ue* lhe pareçia que ho Emp*erad*or nom teria tanta força q*ue* lhe pudese Resistir [...] sobre viena -

Que hauia grandes m[*ovi*]mentos do Turco por toda Suria Capadocia e natolia [...] homem de guerra stiuese em hordem com suas armas para qua*n*do fose chamado e que as cousas [...] persia [...] quietas, e a voz de todos hera que hião Contra chipro [*sic*], e que muitos dos mercadores de Venetia se hauia [...] e se hauião asentados por vasalos do Turco polo grande medo. // [*fol. 1*] //[**]

---

[*] A datação deste documento, numa cópia seiscentista, é sugerida por duas notas: na primeira, em letra da mesma época, pode ler-se: "Por Cartas de Venetia de xiij ag*os*to [...]"; na segunda, no verso deste fólio, em letra do século XVIII, "A 13 de Agosto de 1518".

[**] No verso do mesmo, para além da nota mencionada antes, consta o seguinte: "[...] [*riscado ilegível*]" e "Parte 1.ª Maço 23 Docum. 103 N.º suc. 2837". Em folha junto desta, também em letra setecentista, lê-se: " Parte 1.ª Maço 23 Doc. 103 N.º suc. 2837", "De Constantinopla se escreve q*ue* Rustão Baixá determinava passar a Ungria sobre Viena por entender q*ue* o Imperador não tinha forças p*ar*a lhe rezistir; e q*ue* havia gr*an*des ordens do Turco por toda a Suria, Capadocia p*ar*a todos os homen*z* se aperceberem com Armas té seu avizo", "A 13 de Agosto de 1518" e, em letra mais recente, "(Copia [*sic*]: let. do seculo [*sic*] 17º)".

45

Carta de Frei Fabrício del Carreto, grão-mestre da ordem de São João de Jerusalém, a el-rei D. Manuel, pedindo socorro contra o Turco.

Rodes, 10 de Setembro de 1518

I.A.N./ T. T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 7, doc. 41*[*]

Sere*nissi*me Rex Jll*ustrissi*me princeps potentissime*que* d*omi*ne d*omi*ne nobis obseruadissime humili co*mm*endatione premissa partes nostras esse arbitramur V*estra* S*acra* R*egia* maiestati que i*n* oriente ab ĩnimicis chr*isti*ani nominis geruntur nota facere vt (cum vna ex catholice rei publice basibus sit) sua prudentia opibus et consilio ea possit remedia adhibere per que ortodoxe fidei professores ab nature monstro securam vitam agere possint turcoru*m* tyra*n*nus paratis sub suo imperio syrie et egipti regnis ad persie dominium oculos viresq*ue* suas co*n*uertit, et cu*m* o*mn*ia sibi vicina sophi persaru*m* regi nuper subdita vsq*ue* ad eufratis ripas suo adiecerit imperio relictis ibidem suis copijs parua manu sui corporis custodia constantinopolim reuisit et inde adrianopolim celerrime se contulit instructurus o*mn*ia que ad bellum tam maritimu*n* q*uam* terrestre faciunt si qui a chr*isti*anis principibus in illis partibus motus ex improuiso excitare*n*tur: ipse autem inquieti animi vir et ad monarchiam animu*m* intendens non restat classem numerosam vt aiu*n*t supra o*mn*is generis veloru*m* trecentoru*m* instruere.

---

[*] Agradeço a preciosa ajuda de Ana Maria Tarrio e Paulo Jorge Farmhouse Simões Alberto cuja transcrição deste documento me permitiu resolver algumas lacunas ou corrigir erros da minha própria transcrição.

commeatus et belli machinas parare. remiges ac nautas describere et conuocare. vt si tantum ocij christiani principes sibi contulerint possit vere proximo christi fideles in suis proprijs sedibus lacessere et cruciatam in eorum visceribus exercere et apulie et nobis pre ceteris minatur: Quid christianis conueniat expediatque Vestra Sacra Regia Majestas multo melius sit quam nos possumus conijcere. quare eius sapientie consideranda ex prouidenda dimitemus. nos debiles et auxilio illorum a quibus omnia bona bene merito expectare debebamus destituti imno quod peius est intestino bello et a tergo dum cum turchis pugnamus uexari et premijs nostrorum militum imno uerius ipsis militibus priuati et in vltimo christiani orbis angulo constituti quid spei habere possimus regie sublimitatis accurato consilio ponderanda relinquimus. ad quam militimus presentium exhibitorem religiosum in christo nobis charissimum fratrem thomam de pauia preceptorie nostre sancti iohannis de cornera preceptorem ad colligendum et recuperandum jura nostri rationis thesauri que a possessoribus beneficiorum nostrorum in ipso nostro prioratu debentur vt in ijs in tam periculoso belli tempore vti possimus. Et cum meliores // [*fol.1*] // sanctoresque vsus conuerti non possint Vestre sacre Regie Maiestati supplicamus dignetur eidem suum solitum et propitium fauorem prestare quo mediante omnia que eidem commisimus votiua exerationi demandare possit pro quo quicquid non nobis est eidem serenitati vestre debere profitebimur. quam deus diu felicem conseruare dignetur Datum rhodi die decima mensis septembris 1518

E V S R M

Humilis seruitor Mag*ister* Rhodi

f. fabricius // [*fol. 1v.*] //*

* Segue-se um fólio em branco, no verso do qual, para além de vestígios de um selo, presumivelmente, o selo magistral, se pode ler, com disposição diversa da anterior, em letra do iníco do século XVI: "Serenissimo ac Jllustrissimo principi / potentissimo [...] domino domino don emanueli portugalie et cetera regi / domino nobis obseruandissimo" e "do mestre de Rodes". No mesmo, em letra setecentista, lê-se o seguinte: "N.° 705 " [*riscado*], "Parte 1.ª", "Armario 15" [*riscado*], "Maço 7 n.° 41" [*riscado*], "Latim", "Pertence a Malta", "a 10 de *setem*bro de [1508] [riscado] <1518>", "Carta do Gram Mestre de Malta, na qual pede a El Rey socorro contra o Turco" e " A 10 de Setembro de [1508] [riscado] <1518>".

46

Treslado de um alvará régio concedendo a Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, um empréstimo de oitocentos mil reais em pimenta e em outra especiaria, o qual deveria ser pago pelo rendimento da sua comenda de Vera Cruz de Marmelar.

Almeirim, 13 de Abril de 1519

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 81, doc. 40*

Trelado do aluara d el Rey noso senhor per que mandou emprestar a frey do amarall chançeler de Rodes biij rreaes em pimenta /

Feitor e ofeçiaes da nosa casa da Jndia / mandamos vos que emprestes a frey do amarall chamçeler de Rodes oytoçeentos mjll rreaes em pimenta E em outra espeçearia pelos precos [*sic*] da casa / os quães vos ha de pagar pelo Remdimento de sua comenda da vera cruz que pera yso obryga / por tempo de tres annos / que se começaram per sam Joam que ora vem desta era presemte de b e dezanove / silicet dous que sam ja aRematados por preço cada ano de quatroçentos mill rreaes que sam loguo obrygados a nos e segurados pelo gram mestre que em caso que faleçese neste tempo todavia os ouvesemos E o deradeiro anño [*sic*] quando por aquy se nam podese aver fica tambem o dicto chamçeler obrygado a nos segundo mais largamente vymos per hũa bulla de Licença do dicto gram mestre E asy per huuns estormentos <pe[...] > dos Remdeyros

[pub] [*riscado*] que aRemdaram a dicta comenda e abonada por os juizes de portell / a quall abonaçam fezeram per vertude de huum noso aluara / que pera yso pasamos com hũas Regras ao pee dos dictos estormentos do baram d alujto em que lhe pareçe que ha dicta segurança estaa como cumpre E asy posto [que] [*riscado*] por ele em outro estormento em que os Remdeyros se obrygaram a nos / de fazer o dicto pagamento / os quães estormentos e bullas // [*fol. 1*] // Vos Reçeberes pera per eles mandardes Recadar o dicto dinheiro as pagas ordenadas / que sam natall e pascoa e sam Joham em cada hum anno / e os dictos oytoçentos mill rreaes entregãres em especearias a Frey Jorge comendador de sam João d allporam de santarem / mostrando vos pera yso sua procuraçam / o quall se obrygara a vos pagar por a dicta comenda as despesas que fezerdes em mandardes Recadar este djnheiro e [por vo] [*riscado*] / * pera vosa guarda e segurança o thesoureiro do djnheiro cobrara este aluara e a dicta bulla / e estormentos e procuraçam pera per todo aRecadar o dicto djnheiro / e a dicta espeçearia / sera leuada em comta ao thesoureiro della / e se per v[en]tura o Frey Jorge llaa nam for entregalaees a seu çerto Recado se a procuraçam fõr [*sic*] com poder de soestabeleçer feito em almejrim a xiij dias do mes d abrill Jorge fernandez o fẽz [*sic*] añno de mjll b xix e na dicta bulla vay tambem hũa Regra do dicto baram nas costas porquanto a dicta comenda estaa aRemdada por quatroçentos çimquoemta mjll rreaes o primeiro anno se aRecadaram todos pera nos /

Concertado com o propyo alluara qu enbjjou gaspar pereira / que ha d aRecadar estes hoytoçentos mjll rreaes /

Yorge fernandez / // [*fol. 1v.*] //

---

* Na margem esquerda podemos distinguir o esboço de uma mão com o dedo indicador apontando nesta direcção.

47

Certidão relativa a uma certa quantidade de pimenta, tal como outras drogas e especiarias, recebida em nome de Frei André do Amaral, grão-chanceler e embaixador da ordem de São João de Jerusalém, conforme estabelecido no alvará régio precedente.

S. l., 22 de Maio de 1522

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 81, doc. 40*

+

P*er* este allu*ar*a atras foy entregue a ant*oni*o do Amarall p*er* poder do chançeller de rrodes sesenta e dous q*uintae*s e dous arr*atei*s de pymenta / da nãao nazare em q*ue* monta a xxxij *cruzados* e q*uatr*o o q*uy*ntall /. os hoytocent*os* mjll rr*eae*s que sua Alteza ma*n*dou q*ue* lhe fosse*m* dad*os* em espeçearya / os q*uae*es hoytocent*os* mjll rr*eae*s foro*m* assentad*os* em Recepta a gaspar P*erei*ra tesour*ei*ro do d*inheir*ro / os q*uae*s aRendou p*er* sua come*n*da da Vera *cruz* sseg*un*do sse podera v*er* / p*er* sseu lyvro e conta / e p*or* o d*i*cto d*inheir*ro sser asy Recadado e Receptado / ha*m* de seer levad*os* em despesa [...] de seu tesour*ei*ro desta casa [...] sesenta e dous q*uintae*s e dous arr*ate*s de pym*en*ta / q*ue* deu ao dic*t*o chanceller / e p*er*a lhe s*er*em levad*os* foy aquy feyto este asento e d*e*claraca*m* [*sic*] a xxij de Mayo b xxij /

f*rancis*co q*ue*imado / / amdre da silu*ei*ra / + Yo*rge* f*ernandez*

// [*fol. 2*] //*

* No verso deste fólio foram registada algumas notas que, riscadas, se revelam de difícil leitura. Segue-se um outro em branco, no verso do qual se pode ler, com disposição diversa da anterior, em letra do iníco do século XVI: "certidam [.....] lxij q*uintae*s ij a*rrates* de pimenta que se deu ao cha*n*carell [*sic*] de rodes q*ue* sam Rx iiij [.....]" e um esboço que representa um velho, eventualmente, o dito Frei André do Amaral. No mesmo, em letra setecentista, lê-se o seguinte: "Certidão porque consta Recebera do Chanceller de Rodes 62 Quintaes e 2 arrates de pimenta"; "13 de Abril de 1519" e "Parte 2.ª Maço 81 Doc. 40 N.º suc. 14733".

48

Carta de D. Miguel da Silva a el-rei D. João III com notícias várias, incluindo uma alusão à perda de Rodes e a Frei André do Amaral.

Roma, 21 de Março de 1523

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte I, maço 29, doc. 42*

senhor

das cousas [...] nom ha ninhũua outra nova mais que as que nes outras cartas escrevo e vera pollos trelados dalguuas [*sic*] que vierão de camdia a verdade he que nam lhe guardarão os capitollos posto que se escreva della que sym porque o mestre quer que se diga por escusar sua pouqua diligençia e pouquo Resguardo com que asentou seu partido / elle tem la feita prouisão do priorado per morte do amaral de que largamente ha dias que escrevi a vossa alteza a treição que qujs ou lhe poserão que queria fazer e como foy justiçado per ysso / eu tenho porem firme este passo com ho papa pera que tal proujsão em pouquo nem em muyto possa prejudicar a V*ossa* a*lteza* nem ho mestre podia tal fazer que pollo breve que em çaragoça o papa conçedeo a vossa alteza lhe tirou tal poder asi que nesta parte este descansado que qua nam pasara nada em contrairo e [s] [*riscado*] de seu seruiço se tera tal cuidado que nom passara nada por descuido //

ho castello de millão he Rendido ha partido salvas as vidas e as pessoas dos soldados toda outra pessoa se Resguatara segumdo

dizem aos xiiij dias d abril se dara e ja são // [*fol. 1*] // dados a Refeis sairão de dentro quatroçentos doentes de que ja dizem que são mortos dozentos tam mal trautados estavão dizem que ha açerca de huum anno que lhes faleçe o calçado e o vinho que pera franceses nam he cousa pera joguatar faleçer vinho //

Roma ate agora esteve arrazadoamente ajnda que nam de todo sãa torna agora a Renovar e estar muy mal nem hay que nam moRão trinta e mais de pestenença e he cousa muy perigosa e toda pessoa honRada se say e o papa dizem que asi o quer fazer ajnda que são framengos e nam temem nada este mal e asi lhe moRem cada dia os criados que ja he maior perigo fallar com ho papa que entrar em huum esprital / eu nunca cuydey que avia d estar em lugar onde de minha janella vejo levar muitos homeens aa cova e de tal jnfirmjdade todavia estarey enquanto vijr que asi conpre a seruiço de vosa alteza cujas mãos beijo e noso senhor sua vida e Real estado guarde e acreçente como deseja de Roma aos xxj dias de março 1523 /

dom miguell da sylua // [*fol. 1v.*] //*

---

* Segue-se um fólio em branco, no verso do qual, para além de vestígios de um selo, se pode ler, com disposição diversa da anterior, em letra do iníco do século XVI: "de dom miguel", "2.ª via" e "A El Rey Nosso Senhor". No mesmo, em letra setecentista, lê-se o seguinte: "N.º 3606" [*riscado*], "Senhor Rey D. João 3.º", [.....] [*riscado ilegível*], "Carta de D. Miguel da Sylva a El Rey sobre o Mestre ter feito Provizão do Priorado por morte do Amaral, porem que a tal Provizão em pouco nem em muito podia perjudicar [*sic*] a Sua Alteza", "De Como o Castelo de Millão era Rendido a partido salvas as vidas", "em de Roma estar com ar de peste pella muita gente que della morria", "Parte 1.ª Armario 15" [*riscado*], "Maço 29 N.º 42" [*riscado*], "De Roma a 21 de Março de 1523" e "Parte 1.ª Maço 29 Doc. 42 N.º suc. 3606".

49

Carta de João Rodrigues Mouzinho a el-rei D. João III sobre a questão das Molucas e com notícias várias da Europa.*

Valladolid, 23 de Março de 1523

I.A.N. / T.T., Corpo Cronológico, *Parte II, maço 107, doc. 58*

+

Señor:

Luis de Siluera partio de aqui a 8 deste mes y con el escreui a V. Al. respondiendo largo a lo que por su carta me mando y porque el creo que yra d espaçio paresçio me que hera vien hazer saber a V.A. con este lo que pasa despues del partido/. Su magestad tenia acordado de enbiar alla la persona que a V.A. tengo escrito y por no se hallar tan bien dispuesto como hera menester çeso su yda y despues de ido Luis de Siluera se torno hablar en ello hasta la helha desta no se ha tomado en ello conclusion ni se sabe cierto si sera el / o otro qualquiera que fuere avisare a V.A. y a lo que va si lo podiere saber /.

Quanto a lo de Maluch quando Varroso de aca partio estaua la cosa muy fria y teniam todos aca por muy çierto que avria algun conçierto en esta negoçiaçion y tal que V. A. y el Enperador quedasen muy contentos y por tener se esto por muy çierto que

* Conforme anotações da época em outras cartas do mesmo, cf. *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 10, doc. 31 ou *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 25, doc. 52.

seria ansi no se ablaua aca en ninguna manera de enbiar alla naos / aora se da mucha prisa para que las naos que estan en Vizcaya ques son tres o quatro se adereçen y pongan en orden para yr a Maluch y han proueido en esta feria de / Villalon çierta suma de ducados para la prouision dellas / no se en lo que adelante parara mas esto al presente tenga V.A. por çierto que se proue desta manera /. Avnque tengo sabido que por mucha prisa que se de a poner lo en obra no podran ser las naos a punto hasta fin de Mayo e parte de Julio / a algunas personas prinçipales e que se mostran seruidores de V.A. me han hablado sobre esta negoçiaçion como personas que desean el seruiçio de V.A. y han querido saber de mj en lo que V.A. esta y las causas y razones que tiene pera no querer que en esto aya conçierto y avn que yo no las se les he respondido que no se / otras mas liçitas que saber que ha muchos años que los portugueses lo han descubierto y tener V.A. la posesion della como de las cosas que tiene en la Yndia / açerca desto ay algunas opiniones contrarias vnas de las otras como creo que ya V.A. terna sabido / y lo que señor yo desto siento y se es escusado dezirlo porque yo avnque entienda lo que conviene en esta negoçiaçion al serujçio de V.A. no se su voluntad pera conformar me con ella si otra cosa sucediere adelante sobre este negoçio avisare a V.A. con tanta diligençia como fuere me // [*fol.1*] // / de las cosas de aca al presente no ay que dezir ninguna que çierta sea / de Rodas ay mucha sospecha y avn por algunas cartas de mercaderes se afirma que es tomada y que se dio a partido delo que el Emperador muestra tener mucho sentimjento y algunos les paresçe que si asi es que su magestad no se podra escusar pasar en Ytalia mas presto de lo que piensan /.

Del Rey de Françia a venido nueva a 10 deste mes por cartas de mercaderes que estauan [...] y agora ala hecha desta ha venido

correo del visrey de Nabarra haziendo saber a su Magestad que tenia por nueva que estaua muy malo / y con todo esto dizese por çierto que tiene mucha parte de suiços y que si no ay tregua o paz que la guerra en Ytalia no se puede escusar y tal que sera vien travajosa para todas las partes /. El Papa procura con mucho cuidado por dar medio que la Christandad este en paz por aca crese que no avea guerra a lo menos asta los panes cogidos /.

En lo que aora mas se entiende es en procurar de aver dineros / han proueido por letras de canbios çien mill ducados para Ytalia y otros çien mill para Flandes / de Inglaterra no ay nueva ninguna mas que el enbaxador se partio de aqui a xv deste mes vnos dizen que se va hasta el puerto para voluer luego / otros que se va del todo /.

Don Juan Manuel me ha hablado despues de Luis de Siluera partido y por çierto que en lo que muestra se tiene por muy seruidor de V. A. / y dixo me que tenia muchas obligaçiones para ello y que en todo lo que que se ofresçiese de serujçio de V. A. mostraria esta voluntad con la obra / esta muy bien al paresçer de todos con su Magestad y crese que sera mas prinçipal que ningun otro español porque asi se va paresçiendo / V.A. lo deue tener por seruidor e agradecer le su voluntad /.

Los mas de los grandes e señores son ydos e segun lo que han mostrado en su partir no muy contentos / queda aqui el duque de Alua y el de Vejar / los quales cren que se yran presto./ su Magestad llama a cortes las quales no se sabe si se haran aquj /.**

Haquy ha avydo novas que el rrey de Frrança hes morto mas nom ho ten por çerto nem praze a Deus que seja despoys de Luys de Syluera partydo han quyrydo saber de mym porque se foy //

** O trecho que se segue, em escrita cursiva da mesma época, foi lavrado por uma outra mão, estou certo, a de João Rodrigues Mousinho.

[*fol. 1v.*] // tam a presa he tambem porque hagora mays que em nhum tenpo mandou Vosa Alteza pydyr hos çyncoenta ducados sobre a vynda da Rainha a ca tantas hopynyones he tantos [...] quantos Vosa Alteza ja tera sabydos he sabera de Luys de Syluera [...] nom diguo nesta por a ora mays derrogar a Noso Senhor quera guyar todas suas cosas de manera que el seja seruydo he Vosa Alteza contento De Valhadoly a xxiij de Março de 1523

cryado he serydor de Vosa Alteza
Joam Rodriguez // [*fol. 2*] //***

*** No verso, em letra da mesma época, "+", "Al Rey noso sen*hor*:-" e, em letra setecentista, "D. João 3.º", "Armario 15 maço 64 N.º 6 [riscado]", "Carta que escreueo João Ro*driguez* a S*ua* Mag*esta*de em que lhe da conta sobre as couzas de Maluco e que corre noticia que he morto El Rey de França escrita de Valhadolid a 23 de Março de 1523" e " Parte 2.ª Maço 107 Docum. 58 N.º Suc. 1924".

50

Minuta de uma carta de el-rei D. João III a D. Miguel da Silva, embaixador junto do Sumo Pontífice[*].

Évora, s. d., [c.1523-1524[**]]

I.A.N. / T.T., Fragmentos, *cx. 3, maço 1, doc. 34*

+

dom Miguel amigo nos el Rey vos e*n*viamos muyto saudar / aos omze d*ias* do mes d abrill [deser] [*riscado*] pasado nesta çidade d euora o*n*de agora estamos ¶ ouuemos p*or* via de Jo*am* f*ranci*sco cc*art*as vosas de segunda via fec*t*as a xbiij e a xxbj d*ias* de n*ovem*bro e em dous d*ias* de dez*emb*ro [...] avidas pella q*ua*es nos fezes*t*es sab*er* a eleica*m* [*sic*] [de sumo po*n*tifice] [*riscado*] do samto padre [...] / e co*m* ellas huu*m* breue de sua sa*n*tidade alle*m* do [...] p*ri*meiro q*ue* dizes nestas cc*art*as q*ue* nos tjnheys enviado da noteficaca*m* [*sic*] de sua criaca*m* [*sic*] o q*ua*l n*os* nom foy dado. E Nom Nos podera*m* vĩjr novas de mais noso p*r*azer e *con*ten*t*amen*t*o de q*ue* foram estas / das quãaes mais cedo follgaramos de sab*er*

---

[*] Cf. *infra.*

[**] Apesar desta minuta, naturalmente, não incluir qualquer menção ao momento em que foi lavrada, tratando-se de uma carta dirigida a D. Miguel, ou seja, D. Miguel da Silva, embaixador junto da Corte Pontíficia entre 1515 e 1525, e aludindo a correspondência do mesmo de 18, 26 de Novembro e 2 de Dezembro com a notícia da recente eleição de um Sumo Pontífice, não podendo este ser identificado com outro senão Clemente VII, eleito precisamente em meados de Novembro de 1523, a mesma poderá então, com uma reduzida margem de erro, ser datada de finais de 1523 ou inícios de 1524.

por vosas ccartas porque ajnda que por outras vias as teuesemos sabidas souberamos com ser pella vosa muyto mais prazer e por bem [...] aveeramos que nam foy a vosa culpa porquanto avijes de folgar de o fazer ¶ os caminhos sam tães que nom nos marauilhamos <de se perderem as prouas> [diso] [*riscado*] E <certo que> asy como este breue [...] de Sua santidade foy nouo como dizes e nelle nos mostrou tamta famyliaridade d amor e bõoa vontade asy aja sua santidade por certo que foy nouo o prazer e allegrya que com // [*fol.1*] // Sua santa [*sic*] em aca Recebemos porque nenhũua cousa nos podera fazer mais alegre do que esta ¶ prazera a noso sennhor [*sic*] que de todas suas obras se sygyra muyto seu seruico [*sic*] e que muy prosperamente e com muy grande louuor pasaram em seu pontificado tamtos añnos como elle deseja e nos lhe desejamos e asy vos [Rogo] [*riscado*] encomendamos que o digaes de nosa parte a sua santidade E por que mais largamente lhe respondemos <a seu breue> por ccarta nosa que com esta vos enviamos que lhe dares / escusamos de nesta mais vos dizer soomente que ho que sua santidade nos spreuee que fezeses como noso embaixador proque [*riscado*] que tocaua a seu seruico [*sic*] e sua criacam [*sic*] vos gradecemos que muyto [...] [*riscado*] e como o maior seruico [*sic*] que nos podijes fazer [...] nem ha agora <agora> [*sic*] outras mayores alvisaras destas bõoas novas nem que mais devaes [...] que <asy> estymarmos <tamto ...> [*riscado*] [muito] [*riscado*] todo o que niso trabalhastes e fezestes em Noso nome ¶ daquy por diante todas bõoas novas que de sua santidade nos enviardes vos gradeceremos muito E vos encomendamos que ho mais amyude que nollas poderdes enviar o facaes [*sic*] porque averemos com iso muyto prazer sprito // [*fol. 1v.*] //